

Estudos de Sociologia

nº 49



Revista Semestral do Departamento de Sociologia e Programa
de Pós-Graduação em Ciências Sociais
FCL – UNESP – Araraquara – v.25 – n.49 – 2º semestre de 2020

Estud. sociol. Araraquara v.25 n.49 p.1-566 jul.-dez. 2020

EXPEDIENTE

UNESP – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”

Reitor: Prof. Dr. Sandro Roberto Valentini

Vice-reitor: Prof. Dr. Sergio Roberto Nobre

FCLAr – Faculdade de Ciências de Letras de Araraquara

Diretor: Prof. Dr. Cláudio Cesar de Paiva

Vice-diretora: Profa. Dra. Rosa Fátima de Souza Chaloba

DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

Chefe: Prof. Dr. Augusto Caccia-Bava Junior

Vice-chefe: Prof. Dr. José Antonio Segatto

Secretária: Bruna Nadi de Abreu

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Coordenadora: Profa. Dra. Carla Gandini Giani Martelli

Vice-coordenador: Prof. Dr. Marcelo Santos

Estudos de Sociologia / Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara. – Vol.1 (1996)-, - Araraquara: UNESP/FCLAR, Laboratório Editorial, 1996-

Semestral

Resumos em português, inglês e espanhol

A partir de 2008 versão online pelo Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas (SEER)

ISSN 1414-0144

1. Sociologia 2. Política 3. Antropologia 4. Ciências Sociais 4.Ciências

Assistente Editorial: Rafael Afonso Silva

Normalização: Claudete Camargo Pereira Basaglia

Diagramação: Cláudio Robert Pierini

Revisão: Claudete Camargo Pereira Basaglia

Revisão para o espanhol: Livia Valili

Versão para o Inglês: Jussara Úngari

Capa: Paulo José de Carvalho Moura

Indexada por / Indexed by:

GeoDados – <http://www.geodados.uem.br>; ClaseCich-Unam; DOAJ – Directory of Open Access Journals <http://www.doaj.org>; IBZ – International Bibliography of Periodical Literature on the Humanities and Social Sciences; IBR – International Bibliography of Book Reviews os Scholarly Literature on the Humanities and Social Sciences; IPSA – International Political Science Abstracts; Sociological Abstracts

Redação e Contatos

Depto. de Sociologia FCLAr/UNESP

Rod. Araraquara-Jaú, km 1 – CP 174 – CEP 14800-901 – Araraquara – SP – Brasil Fone: (16) 3334-6219

E-mail: estudosdesociologia@fclar.unesp.br; <http://periodicos.fclar.unesp.br/estudos>

MISSÃO

A revista Estudos de Sociologia é uma publicação vinculada ao Departamento de Sociologia e ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UNESP/Ar e tem como missão publicar artigos e ensaios nacionais e internacionais na área da Sociologia e afins, buscando contribuir para o debate disciplinar e interdisciplinar das questões sociais clássicas e contemporâneas.

EDITORA

Maria Aparecida Chaves Jardim

UNESP – Universidade Estadual Paulista,
Araraquara/SP, Brasil

EDITORA EMÉRITA

Lucila Scavone

UNESP – Universidade Estadual Paulista,
Araraquara/SP, Brasil

CONSELHO DE REDAÇÃO

Ana Lúcia Castro

UNESP – Universidade Estadual Paulista,
Araraquara/SP, Brasil

João Carlos Soares Zuin

UNESP – Universidade Estadual Paulista,
Araraquara/SP, Brasil

Maria Teresa Miceli Kerbaux

UNESP – Universidade Estadual Paulista,
Araraquara/SP, Brasil

CONSELHO EDITORIAL

Adriana Bebiani

Instituição Universidade de Coimbra, Coimbra,
Portugal

Anete Brito Leal Ivo

UFBA – Universidade Federal da Bahia –
Salvador – Brasil

Anita Simis

UNESP – Universidade Estadual Paulista –
Araraquara/SP – Brasil

Annie Thébaud-Mony

INSERM – Institut National de la Santé et de la
Recherche Médicale – Paris – França

Carmen Junqueira

PUC-SP – Pontifícia Universidade Católica de
São Paulo – São Paulo/SP – Brasil

Eduardo Garuti Noronha	UFSCar – Universidade Federal de São Carlos – São Carlos/SP – Brasil
Francisco Rüdiger	PUC-RS - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – Porto Alegre/RS – Brasil
Frederic Lebaron	Université de Versailles - St-Quentin- en-Yvelines, França
Gabriel Cohn	USP – Universidade de São Paulo – São Paulo/SP – Brasil
Gerard Mauger	EHESS - École des hautes Études en Sciences Sociales - França, França
Irllys Alencar Firmo Barreira	UFC – Universidade Federal do Ceará – Fortaleza/CE – Brasil
István Mészáros	Universidade de Sussex/Inglaterra
José Antonio Segatto	UNESP - Universidade Estadual Paulista/Araraquara – SP
José Vicente Tavares dos Santos	UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Porto Alegre/RS – Brasil
Joseph Yvon Thériault	Universidade de Montréal/ UQUAM, Montréal, Canadá
Klaus von Lampe	City University of New York/CUNY, New York, Estados Unidos da América do Norte
Lourdes Maria Bandeira	UnB – Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Sociais, Departamento de Sociologia
Magda Maria Bello de Almeida Neves	PUC-MG – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – Belo Horizonte/MG – Brasil
Marcelo Siqueira Ridenti	UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas – Campinas/SP – Brasil
Maria Arminda do Nascimento Arruda	USP - Universidade de São Paulo/São Paulo – SP
Maria Orlanda Pinassi	UNESP - Universidade Estadual Paulista/Araraquara – SP
Maria Ribeiro do Valle	UNESP – Universidade Estadual Paulista – Araraquara/SP
Mariano Fernandez Enguita	USAL – Universidade de Salamanca/US Salamanca, Espanha
Marie-Blanche Tahn	Universidade de Ottawa/ UOTTAWA,Ottawa, Canadá
Marta Araújo	UC - Universidade de Coimbra – Coimbra - Portugal, Portugal

Mauro Guilherme Pinheiro Koury

Meryl Adelman

Michael Löwy

Pablo Gonzáles Casanova

Philippe Steiner

Raimundo Santos

Roberto Grün

Russell Parry Scott

Sérgio França Adorno de Abreu

Tânia Pellegrini

UFPB – Universidade Federal da Paraíba –
João Pessoa/PB – Brasil

UFPR – Universidade Federal do Paraná –
Curitiba/PR – Brasil

CNRS - Centre National de la Recherche
Scientifique – França

UNAM - Universidad Nacional Autónoma de
México – México

PARIS IV - Université Paris-Sorbonne e Institut
Universitaire de France - França, França

UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de
Janeiro – Rio de Janeiro/RJ – Brasil

UFSCar – Universidade Federal de São Carlos –
São Carlos/SP - Brasil, Brasil

UFPE - Universidade Federal de Pernambuco –
Recife/PE – Brasil;

USP – Universidade de São Paulo – São Paulo/SP
– Brasil

UFSCar – Universidade de São Carlos – São
Carlos/SP – Brasil.

PARECERISTAS DO V. 25, Nº 48 Nº 49 (2020)

A **Revista Estudos de Sociologia** agradece a colaboração dos seguintes consultores que emitiram pareceres no ano de 2020:

Agnaldo Sousa Barbosa	UNESP, Araraquara/SP, Brasil
Alexandre Abdal	FGV, Franca/SP, Brasil
Allan Jones Andreza Silva	BPM-PMPB, Guarabira/PB, Brasil
Amanda Lacerda Jorge	UFF, Niterói/RJ, Brasil
Ana Lucia Castro	UNESP, Araraquara/SP, Brasil
Ana Teresa Acatauassú Venancio	FIOCRUZ, Rio de Janeiro/RJ, Brasil
Anderson Ricardo Trevisan	UNICAMP, Campinas/SP, Brasil
Andre Augusto Brandão	UFF, Niterói/RJ, Brasil
André Drumond	UFJF, Governador Valadares/MG, Brasil
André Luiz da Silva	UNITAU, Taubaté/SP, Brasil
André Ricardo do Passo Magnelli	FSBRJ, Rio de Janeiro/RJ, Brasil
Andrea Borges Leao	UFC, Fortaleza/CE, Brasil
Andréa Barbosa Osório	UFF, Macaé/RJ, Brasil
Andrei Koerner	UNICAMP, Campinas/SP, Brasil
Angela Maria Alonso	USP, São Paulo/SP, Brasil
Angelita Matos Souza	UNESP, Rio Claro/SP, Brasil
Antônia Maria da Rocha Montenegro	PUC-Minas, Belo Horizonte/MG, Brasil
Antonio Carvalho	UC, Coimbra, Portugal
Antonio José Pedrosa Neto	UFT, Palmas/TO, Brasil
Arilson Silva de Oliveira	UFCEG, Campina Grande/PB, Brasil
Arthur Saldanha Dos Santos	UFRGS, Porto Alegre/RS, Brasil
Carla Delgado de Souza	UEL, Londrina/PR, Brasil
Carlos Henrique Gileno	UNESP, Araraquara/SP, Brasil
Carlos Eduardo Sell	UFSC, Florianópolis/SC, Brasil
Carolina Pulici	UNIFESP, São Paulo/SP, Brasil
Celeste Mira	PUC-SP, São Paulo/SP, Brasil
Claudio Penteado	UFABC, São Bernardo do Campo/SP, Brasil
Cleito Pereira dos Santos	UFG, Goiânia/GO, Brasil
Daniel Guerrini	UTFPR, Londrina/PR, Brasil
Davilson Marques Cunha	UC, Coimbra, Portugal
Dmitri Cerboncini	UFJF, Juiz de Fora/MG, Brasil
Edison bertencelo	USP, São Paulo/SP, Brasil
Edson Silva Farias	UnB, Brasília/DF, Brasil

Elder Patrick Maia Alves	UFAL, Maceió/AL, Brasil
Elisa Klüger	USP, São Paulo/SP, Brasil
Elisabeth Murielho	UFJF, Juiz de Fora/MG, Brasil
Elodia Carvalho de Formiga Xavier	UFRJ, Rio de Janeiro/RJ, Brasil
Érica Sarmiento da Silva	UERJ, Rio de Janeiro/RJ, Brasil
Fabiano Veliq	PUC-Minas, Belo Horizonte/MG, Brasil
Fabio de Oliveira Almeida	UFSCar, São Carlos/SP, Brasil
Fabio Akira Shishito	USP, São Paulo/SP, Brasil
Fernanda Xavier	UNESP, Araraquara/SP, Brasil
Fernando Afonso Salla	USP, São Paulo/SP, Brasil
Flávia Braga Vieira	UFRRJ, Seropédica/RJ, Brasil
Flavio Campos	USP, São Paulo/SP, Brasil
Frederico Carlos de Sá Costa	UFF, Niterói/RJ, Brasil
Gabriela Lanza Porcionato	UNESP, Araraquara/SP, Brasil
Geovani Gurgel Aciole	UFSCar, São Carlos/SP, Brasil
Gilson Ciarallo	UniCEUB, Brasília/DF, Brasil
Guélmer Junior Almeida Faria	UC, Coimbra, Portugal
Gustavo Cunha Araújo	UFT, Tocantinópolis/TO, Brasil
Gustavo Dias	UNIMONTES, Montes Claros/MG, Brasil
Iara Aparecida Beleli	UNICAMP, Campinas/SP, Brasil
Igor Suzano Machado	UFES, Vitória/ES, Brasil
Isabel Loureiro	UNL, Lisboa, Portugal
Isabel Cristina Veloso de Oliveira	FGV, Rio de Janeiro/RJ, Brasil
James Washington Santos	IFAL, Palmeira dos Índios/AL, Brasil
Janeide Bispo dos Santos	UNEB, Serrinha/BA, Brasil
Joana El-Jaick Andrade	IFTM, Uberlândia/MG, Brasil
João Valente Aguiar	UPorto, Porto, Portugal
João Kamradt	UFSC, Florianópolis/SC, Brasil
Jondison Cardoso Rodrigues	UNIFAP, Macapá/AP, Brasil
Juliana Abonizio	UFMT, Cuiabá/MT, Brasil
Karina Cursino	UESPI, Parnaíba/PI, Brasil
Leonardo de Camargo Subtil	UCS, Caxias do Sul/RS, Brasil
Leonardo Octavio Belinelli de Brito	USP, São Paulo/SP, Brasil
Leonardo Melo Lins	CETIC, São Paulo/SP, Brasil
Lidiane Rodrigues	UFSCar, São Carlos/SP, Brasil
Ligia Freitas	UEMG, Belo Horizonte/MG, Brasil
Lorena Muniagurria	UNICAMP, Campinas/SP, Brasil

Lorena Rúbia Pereira Caminhas	UNICAMP, Campinas/SP, Brasil
Luiz Felipe Zago	ULBRA, Canoas/RS, Brasil
Luiz Castro-Santos	UFSB, Porto Seguro/BA, Brasil
Luiz Paixão Lima Borges	UFMG, Belo Horizonte/MG, Brasil
Luzia Fernandes	UFSCar, São Carlos/SP, Brasil
Luzinete Simoes Minella	UFSC, Florianópolis/SC, Brasil
Marcelo Mello Valenca	UERJ, Rio de Janeiro/RJ, Brasil
Marcelo Kunrath Silva	UFRGS, Porto Alegre/RS, Brasil
Marcio Henrique Ponzilacqua	USP, Ribeirão Preto/SP, Brasil
Marcos Acácio Neli	CBM, Ribeirão Preto/SP, Brasil
Marcos Francisco Napolitano de Eugênio	USP, São Paulo/SP, Brasil
Maria Chaves Jardim	UNESP, Araraquara/SP, Brasil
Maria Betânia de Melo Ávila	SOSCopo, Recife/PE, Brasil
Maria Weber Cordova	UEPG, Ponta Grossa/PR, Brasil
Maria Cristina Dadalto	UFES, Vitória/ES, Brasil
Maria de Nazareth Agra Hassen	UniRitter, Porto Alegre/RS, Brasil
Maria Dione Carvalho de Moraes	UFPI, Teresina/PI, Brasil
Maria Salete de Souza Nery	UFRB, Cachoeira/BA, Brasil
Mariana Zanata Thibes	USP, São Paulo/SP, Brasil
Mariana Leoni Birriel	UFSC, Florianópolis/SC, Brasil
Mario Sacomano Neto	UFSCar, São Carlos/SP, Brasil
Marta Zorzal e Silva	UFES, Vitória/ES, Brasil
Matheus Fontella	PUC-RS, Porto Alegre/RS, Brasil
Miqueli Michetti	UFPB, João Pessoa/PB, Brasil
Paula Gomes Ribeiro	UNL, Lisboa, Portugal
Paulo Manduca	UNICAMP, Campinas/SP, Brasil
Quéfren Weld Cardozo Nogueira	UFS, São Cristóvão/SE, Brasil
Rafael Marques	Ulisboa, Lisboa, Portugal
Raquel Weiss	UFRGS, Porto Alegre/RS, Brasil
renato sarieddine	UFRJ, Rio de Janeiro/RJ, Brasil
Renato Augusto Silva Monteiro	UFRJ, Rio de Janeiro/RJ, Brasil
Ricardo Gonçalves Severo	FURG, Rio Grande/RS, Brasil
Rodrigo Castro Rezende	UFF, Campos dos Goytacazes/RJ, Brasil
Rodrigo Nuñez Viégas	FIPERJ, Niterói/RJ, Brasil
Rômulo Soares Barbosa	UNIMONTES, Montes Claros/MG, Brasil
Ronaldo Martins Gomes	UFSCar, São Carlos/SP, Brasil
Sergio Luiz Pereria da Silva	UNIRIO, Rio de Janeiro/RJ, Brasil

Sidney Jard da Silva

Silvana Maria Bitencourt

Simone do Prado Romeo

Tani Maria Grigolo

Thais Marinho

Thiago Bicudo Castro

Vania Maria Oliveira Vieira

Vinicius Wohnrath

UFABC, Santo André/SP, Brasil

UFMT, Cuiabá/MT, Brasil

USP, São Paulo/SP, Brasil

CESUSC, Florianópolis/SC, Brasil

PUC-Goiás, Goiânia/GO, Brasil

UNICAMP, Campinas/SP, Brasil

UNIUBE, Uberaba/MG, Brasil

UNICAMP, Campinas/SP, Brasil

SUMÁRIO

ANIMAIS E SOCIEDADE(S): REPRESENTAÇÕES HUMANAS SOBRE OS NÃO-HUMANOS E SUAS IMPLICAÇÕES NA CONTEMPORANEIDADE

DOSSIÊ: ANIMAIS E SOCIEDADE(S): REPRESENTAÇÕES HUMANAS
SOBRE OS NÃO-HUMANOS E SUAS IMPLICAÇÕES NA
CONTEMPORANEIDADE

Apresentação25

Juliana Abonizio, Susana Costa

“Ele é meu filho”: sobre o significado das aves31

Andrea Dapra, Catarina Casanova

*O melhor amigo do homem: afetos e cachorros no Brasil em perspectiva
sociológica*57

Marcia da Silva Mazon

Animais, alimentação e classe social79

Juliana Abonizio

*Entre o amor ao animal e a saúde pública: reflexões sociológicas sobre
a leishmaniose visceral canina*.....103

Márcia Grisotti, Lucas de Carvalho de Amorim

*Partilhando uma vida de cão: políticas públicas e a leishmaniose visceral
canina*121

Adriana Leal Abreu, Jean Segata, Bernardo Lewgoy

*Crime ou desordem de acumulação de animais? O papel das redes sociais
no entendimento dos acontecimentos de Santo Tirso*147

Susana Costa, Catarina Casanova

O mercado do boi gordo: “modernizando” técnicas, gado e gente ... 173
Ana Paula Perrota

Da morte artesanal à morte industrial. Apropriações discursivas e naturalização do abate197
Luciano Félix Florit, Diego da Silva Grava, Caetano Sordi

*De cavalos e homens: história, poder, estratégias e representações ..*221
Ana Paula Garcia Boscatti, Miriam Adelman

ARTIGOS

Quase famosas (?): as ariranhas como espécie carismática no turismo
.....245
Eveline Teixeira Baptistella

*“Não existem seres que não constituam nações semelhantes a vós”:
apontamentos sobre os animais não-humanos no Islam*269
Felipe Freitas de Souza, Leandro Durazzo

VARIA

Elites científicas do clima: formação do campo em escala nacional e internacional297
Thales Haddad Novaes de Andrade

*Super-heróis manifestantes? Simbolismos da cultura pop
performatizados em movimentos sociais*323
Aline Eggres de Castro, Rosana Pinheiro-Machado

*A germinação do empreendedor do Brasil contemporâneo: o
neoliberalismo visto sob o contexto nacional recente*343
Claudio Luis de Camargo Penteado, Brauner Geraldo Cruz Junior

*Reforma portuária, trabalho e ação sindical: o exemplo do porto de
Itajaí-SC – 2000-2016*367
Gabriel de Souza Bozzano

A memória social da capoeira: história e narrativas387
Marcelo Cardoso da Costa, Sergio Luiz Pereira da Silva

A banalidade do mal à luz da sociologia - considerações sobre a razão militar413
Fábio Gomes de França

O esclarecimento e a distinção na alimentação: uma análise da indústria cultural e a formação do gosto por cervejas especiais435
Renato Augusto da Silva Monteiro

José de Alencar: insights sobre a acomodação tensa entre tradição e modernidade no Brasil461
Renato Augusto da Silva Monteiro

ENSAIO

Mito e ideologia: dinâmicas simbólicas da realidade social487
Gabriel Papa Ribeiro Esteves

Fluxos culturais e identitários: consumo, política e heterotopia507
João Paulo Ocke de Freitas

O mercado de games – gênese, transformações e tendências523
Miriam Costa Toyama, Gustavo Mendonça Ferratti, Mauro Rocha Côrtes

RESENHA

Animais como vilões epidêmicos543
Diego Breno Vilela

ENTREVISTA

O papel da multidisciplinaridade e do antropomorfismo nos estudos animais – Entrevista com James Serpell.....553
Susana Costa, Ivana Teixeira

TABLE OF CONTENTS

ANIMALS AND SOCIETY: HUMAN REPRESENTATIONS ON THE NON-HUMAN AND THEIR IMPLICATIONS FOR CONTEMPORANEITY

DOSSIER: ANIMALS AND SOCIETY: HUMAN
REPRESENTATIONS ON THE NON-HUMAN AND THEIR
IMPLICATIONS FOR CONTEMPORANEITY

Foreword25

Juliana Abonizio, Susana Costa

“It is my child”: About the significance of birds31

Andrea Dapra, Catarina Casanova

*Man’s best friend: affections and dogs in Brazil from a sociological
perspective*57

Marcia da Silva Mazon

Animals, food, social stratification79

Juliana Abonizio

Sharing a dog's life: public policies and canine visceral leishmaniasis
.....103

Adriana Leal Abreu, Jean Segata, Bernardo Lewgoy

*Between love to animals and public health: sociological reflections on
canine visceral leishmaniosis*121

Márcia Grisotti, Lucas de Carvalho de Amorim

*Crime or animal hoarding disorder? The role of social networks
understanding the events of Santo Tirso*147

Susana Costa, Catarina Casanova

*The beef cattle market: “modernizing” techniques, cattle and people ...*173
Ana Paula Perrota

*From artisanal death to industrial death. Discursive strategies for the naturalization of slaughter*197
Luciano Félix Florit, Diego da Silva Grava, Caetano Sordi

*Of horses and men: History, power, strategies and representations*221
Ana Paula Garcia Boscatti, Miriam Adelman

ARTICLES

Almost famous (?): The giant otter as a charismatic species in tourism 245
Eveline Teixeira Baptistella

*“There are no beings that do not constitute nations similar to you”:
Notes about non-human animals at Islam*269
Felipe Freitas de Souza, Leandro Durazzo

VARIA

Scientific elites of the climate: Shaping of the field in national and international scale 297
Thales Haddad Novaes de Andrade

Demonstrator superheroes? Symbolisms of pop culture performed in social movements 323
Aline Eggres de Castro, Rosana Pinheiro-Machado

*The germination of contemporary Brazilian entrepreneur: Neoliberalism seen according to the recent national context*343
Claudio Luis de Camargo Penteado, Brauner Geraldo Cruz Junior

Port reform, work and union action: The example of Itajaí port, SC, Brazil - 2000-2016367
Gabriel de Souza Bozzano

The capoeira social memory: History and narratives387
Marcelo Cardoso da Costa, Sergio Luiz Pereira da Silva

The banality of evil in the light of sociology: Reflections on the military reasoning413
Gabriel de Souza Bozzano

The clarification and distinction in food: an analysis of the cultural industry and the development of taste by special beers435

Renato Augusto da Silva Monteiro

José de Alencar: Insights into the tense accommodation between tradition and modernity in Brazil461
Márcio Luiz do Nascimento, Renato Somberg Pfeffer, Carolina Portugal Gonçalves da Motta, Ana Luíza Gomes de Araújo

ESSAY

Myth and ideology: Symbolic dynamics of social reality487
Gabriel Papa Ribeiro Esteves

Cultural and identity flows: Consumption, policy and heterotopia507
João Paulo Ocke de Freitas

The games market - genesis, transformations and trends523
Miriam Costa Toyama, Gustavo Mendonça Ferratti, Mauro Rocha Côrtes

REVIEW

Animals as Epidemic Villains543
Diego Breno Vilela

INTERVIEW

<i>The role of multidisciplinary and anthropomorphism in animal studies</i>	
– <i>Interview with James Serpell</i>	553
Susana Costa, Ivana Teixeira	

TABLA DE CONTENIDO

ANIMALES Y SOCIEDAD (ES): REPRESENTACIONES HUMANAS SOBRE LOS NO HUMANOS Y SUS IMPLICACIONES EN LA ÉPOCA CONTEMPORÁNEA

DOSIER: ANIMALES Y SOCIEDAD (ES): REPRESENTACIONES
HUMANAS SOBRE LOS NO HUMANOS Y SUS
IMPLICACIONES EN LA ÉPOCA CONTEMPORÁNEA

Presentación25
Juliana Abonizio, Susana Costa

“Él es mi hijo”: Sobre el significado de las aves31
Andrea Dapra, Catarina Casanova

*El mejor amigo del hombre: afecciones y los perros en Brasil en una
perspectiva sociológica*57
Marcia da Silva Mazon

Animales, alimentos y clase social79
Juliana Abonizio

*Compartiendo la vida de un perro: políticas públicas y leishmaniosis
canina visceral*103
Adriana Leal Abreu, Jean Segata, Bernardo Lewgoy

*Entre el amor al animal y la salud pública: reflexiones sociológicas
sobre la leishmaniosis visceral canina*121
Márcia Grisotti, Lucas de Carvalho de Amorim

*¿Crimen o trastorno de acumulación animal? El papel de las redes
sociales en la comprensión de los hechos de Santo Tirso*147
Susana Costa, Catarina Casanova

El mercado del buey gordo: "modernizando" las técnicas, el ganado y las personas173
Ana Paula Perrota

Desde la muerte artesanal hasta la muerte industrial. Las apropiaciones discursivas y la naturalización de la matanza197
Luciano Félix Florit, Diego da Silva Grava, Caetano Sordi

De caballos y hombres: historia, poder, estrategias y representaciones221
Ana Paula Garcia Boscatti, Miriam Adelman

ARTÍCULOS

(¿) Casi famosas (?): la nutria gigante como especie carismática en el turismo245
Eveline Teixeira Baptistella

“No hay seres que no constituyen naciones similares a usted”: Notas sobre animales no humanos en el Islam269
Felipe Freitas de Souza, Leandro Durazzo

VARIA

Elites científicas del clima: formación del campo a escala nacional e internacional297
Thales Haddad Novaes de Andrade

¿Superhéroes manifestantes? Simbolismos de la cultura pop representado en movimientos sociales323
Aline Eggres de Castro, Rosana Pinheiro-Machado

La germinación del emprendedor brasileño contemporáneo: el neoliberalismo visto en el contexto nacional reciente343
Claudio Luis de Camargo Penteado, Brauner Geraldo Cruz Junior

Reforma portuaria, trabajo y acción sindical: el ejemplo del puerto Itajaí-SC - 2000-2016367
Gabriel de Souza Bozzano

La memoria social de la capoeira: historia y narraciones387
Marcelo Cardoso da Costa, Sergio Luiz Pereira da Silva

La banalidad del mal a la luz de la sociología: Consideraciones sobre la razón militar413
Fábio Gomes de França

Aclaración y distinción en la alimentación: un análisis de la industria cultural y la formación del gusto por las cervezas especiales435
Renato Augusto da Silva Monteiro

José de Alencar: percepciones sobre el tenso acuerdo entre tradición y modernidad en Brasil.....461
Márcio Luiz do Nascimento, Renato Somberg Pfeffer, Carolina Portugal Gonçalves da Motta, Ana Luíza Gomes de Araújo

ENSAYOS

Mito e ideología: dinámica simbólica de la realidad social487
Gabriel Papa Ribeiro Esteves

Flujos culturales e de identidad: Consumo, política y heterotopía507
João Paulo Ocke de Freitas

El mercado de los juegos: génesis, transformaciones y tendencias523
Miriam Costa Toyama, Gustavo Mendonça Ferratti, Mauro Rocha Côrtes

RESEÑA

Los animales como villanos epidémicos543
Diego Breno Vilela

ENTREVISTA

El papel de la multidisciplinaridad y el antropomorfismo en los estudios animales – Entrevista con James Serpell.....553
Susana Costa, Ivana Teixeira

Dossiê:
Animais e Sociedade(s):
Representações
Humanas Sobre os Não-
Humanos e Suas
Implicações na
Contemporaneidade

APRESENTAÇÃO

*Juliana ABONIZIO**
*Susana COSTA***

A sociologia, enquanto uma ciência moral, dedicou-se a desvendar a relação entre indivíduo e sociedade, sendo basicamente um estudo das ações ou estruturas humanas. É inquestionável que os precursores da sociologia, ainda muito sob a influência do pensamento cartesiano (René Descartes, 1596-1650), tais como Auguste Comte (1798-1857), Émile Durkheim (1858-1917) e Max Weber (1864-1920) não se aperceberam da importância sociológica das restantes formas de vida. Esta abordagem antropocêntrica, em que humanos se relacionam apenas entre si e com as instituições que criaram, é, no entanto, artificial. Os primeiros fenômenos culturais relacionados com outras espécies remontam, pelo menos, ao Paleolítico Superior, altura em que surgem as primeiras manifestações mágico-religiosas que versam sobre espécies não-humanas e outros elementos naturais. O primeiro cão terá sido domesticado durante o Mesolítico e muitos dos animais domésticos com quem hoje convivemos (tanto de companhia quanto de produção) terão sido trazidos para a nossa esfera social durante o Neolítico. No entanto, tudo indica que o nosso relacionamento seja bastante anterior, quanto mais não seja porque fazemos todos parte do mesmo contínuo biológico.

Atualmente, assistimos a uma transformação de sensibilidades aliadas às descobertas científicas e mobilizações políticas que inseriram, de forma mais incisiva, outras espécies animais na esfera moral da sociedade. Neste contexto, desvendar as muitas formas da relação – e as estruturas que lhes formam e por elas são formadas – entre humanos e não humanos passa a ser interesse da investigação sociológica. Na falsa

* UFMT – Universidade Federal de Mato Grosso. ECCO – Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura Contemporânea. Cuiabá – MT – Brasil. 78060-900 - abonizio.juliana@gmail.com. <https://orcid.org/0000-0002-8361-7262>.

** UC – Universidade de Coimbra. CIAS – Centro de Investigação em Antropologia e Saúde. Departamento de Ciências da Vida. Coimbra – Portugal. 3000-456 - susanagkosta@gmail.com. <https://orcid.org/0000-0002-2766-0135>.

oposição entre humanidade e animalidade, a ciência moderna, com objetivo de dominar a natureza, tinha como princípio a supremacia humana, crença posta em xeque com o próprio desenvolvimento científico, em especial estudos neurocientíficos, a etologia cognitiva e a primatologia que, na década de 1960 e pela mão de Jane Goodall, abalou muitas das convicções da comunidade científica sobre o que é ser e saber-se humano. Com o aval científico, passou-se a discutir que características – outrora pensadas como exclusivamente humanas – podem ser encontradas em outras espécies. Hoje, a pergunta que mais nos inquieta é: afinal, o que é que nos distingue das restantes formas de vida? Muitas espécies de não-humanos – particularmente de primatas – vivem em sociedades hierarquicamente organizadas, estabelecem laços de amizade, alianças estratégicas, choram os seus mortos, brincam e comunicam de forma complexa entre si e com membros de outras espécies, para não mencionar a sua inquestionável capacidade para sentir emoções em tudo iguais às nossas.

Três aspectos da cultura contemporânea, a saber:

1- o fato de o desenvolvimento científico abalar as tênues fronteiras entre a humanidade e a animalidade;

2- os diversos movimentos sociais em prol da causa animal que criticam a supremacia conferida à espécie humana e que muito devem ao desenvolvimento científico mencionado no ponto anterior;

3- o afeto e a antropomorfização de algumas espécies vistos no crescimento da relação entre humanos e animais caracterizados como pet.

São contribuintes para a emergência de dois fatores: a concepção de que um animal é um indivíduo com valor intrínseco e não apenas um exemplar de uma espécie e a inserção dos demais não-humanos (ainda que de forma bem diferenciada) na esfera moral da sociedade. Esses dois fatores são estruturantes da sociologia e, por essa razão, trazem a necessidade de discussão sobre a relação interespecífica para a reflexão sociológica até porque ela poderá também trazer-nos luz sobre o modo como nos relacionamos com as minorias e outros grupos que vivem à margem. Pensar sociologicamente sobre como nos relacionamos com as restantes espécies ajuda-nos a entender os nossos hábitos de consumo, a nossa (in) tolerância para com os “outros”, a nossa capacidade de mobilização para causas que não as humanas, a nossa condição de seres movidos pelos afetos e o fato de que – aos olhos das sociedades humanas e de quem as compõe – não somos todos iguais. As nossas relações interespecíficas, de um ponto de vista sociológico, conferem-nos identidade e, não raramente, são também uma extensão da mesma.

Os não-humanos, em sua diversidade e enquanto membros da(s) nossa(s) sociedade(s) são tratados de diferentes formas – não raras vezes envoltas em

incongruências – e, este dossiê, apresenta tanto as relações afetivas quanto as relações de consumo, poder e problemas de políticas públicas que ainda são incipientes quando se pensa em contextos sociais interespecíficos, como todos os contextos sociais, de fato, o são.

Ao todo, temos nove textos inéditos, do qual participam 15 autores de renomadas Universidades Brasileiras e Estrangeiras, além de uma entrevista com James Serpell, professor de Ética e Bem-Estar Animal da Universidade da Pensilvânia e diretor do Centro de Interação entre Animais e Sociedade e uma resenha da coletânea *Framing Animals as Epidemic Villains – Histories of Non-Human Disease Vectors*, organizada por Christos Lynteris. O livro, resenhado pelo doutor em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Breno Vilela, integra uma série de publicações intitulada “*Medicine and Biomedical Sciences in Modern History*”, idealizada pelo Professor John Pickstone (1944-2014), e tem como o objetivo a promoção da discussão entre as ciências biomédicas as estruturas econômicas, políticas e sociais. Trata-se de um estudo interdisciplinar para desvendar as conexões entre as áreas de conhecimento e os seus impactos na contemporaneidade.

A entrevista elaborada por Ivana Teixeira, pós-doutoranda no Departamento de Saúde Coletiva da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre (Brasil), apresenta trajetória desse importante autor, aborda a questão da interdisciplinaridade inerente aos estudos das relações Humanos & Animais, a antropomorfização, a emergência do mercado pet, dentre outras questões.

A seção de artigos que compõem o dossiê é aberta com o texto, intitulado “Ele é meu filho”: sobre o significado das aves, escrito pela autora convidada Catarina Casanova, Investigadora no CIAS – Centro de Investigação em Antropologia e Saúde da Universidade de Coimbra. O artigo apresenta o papel de membro da família que aves podem ter, e têm, com seus tutores, ainda que essa relação seja mais comum entre tutores de cães e gatos. A pesquisa foi realizada na região de Lisboa com a utilização de uma metodologia variada que inclui questionários, entrevistas, observação e etnografia digital.

Márcia da Silva Mazon, coordenadora do NUSEC – Núcleo de Sociologia Econômica, professora da Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e do Departamento de Sociologia e Ciência Política na mesma Universidade, assina o segundo artigo intitulado O melhor amigo do homem: afetos e cachorros no Brasil em perspectiva sociológica, dando continuidade à relação de afeto entre animais humanos e algumas espécies eleitas, da qual se destaca o cão, o mais presente nos lares e o mais antropomorfizado por tutores e ao qual se dirige a maior parte de bens de consumo do mercado pet. A discussão parte de uma análise da Revista

Seleções - Readers Digest e traz à reflexão as representações sobre cães na América do Norte e na América do Sul.

Na sequência, Juliana Abonizio, docente da Pós-graduação em Estudos de Cultura Contemporânea da Universidade Federal do Mato Grosso, discute a relação entre animais humanos e não humanos e a posição que ocupam em uma sociedade de classe a partir da alimentação e forma corporal no texto que se chama Animais, alimentação e classe social.

Ainda falando sobre a relação entre animais costumeiramente considerados pets, mas que às vezes passam a ser considerados pragas, em Partilhando uma vida de cão: políticas públicas e a Leishmaniose Visceral Canina, Adriana Leal Abreu, doutoranda em Políticas Públicas na Universidade Federal do Rio Grande do Sul e professora Assistente na Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, Jean Segata e Bernardo Lewgoy (professores e pesquisadores do Departamento de Antropologia e Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFRGS) discutem as políticas públicas (e sua ausência) para a Leishmaniose Visceral Canina em Porto Alegre-RS, mostrando que há um silenciamento do sofrimento canino que só se torna importante e audível quando a doença ameaça vidas humanas.

O mesmo tema é abordado por Márcia Grisotti, coordenadora do Núcleo de Pesquisa: Ecologia Humana e Saúde, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina e Lucas de Carvalho de Amorim, estudante de Ciências Sociais da UFSC, no artigo Entre o amor ao animal e a saúde pública: reflexões sociológicas sobre a leishmaniose visceral canina. Neste texto, os autores discutem as controvérsias e conflitos que ocorrem entre as medidas sóciotécnicas adotadas pelos serviços de vigilância epidemiológica para o controle de doenças zoonóticas a partir de um estudo de caso das ações públicas de controle da leishmaniose visceral canina desenvolvidas em Florianópolis-SC entre 2010 e 2020.

O próximo artigo, de Susana Gonçalves da Costa (Doutorada em Psicologia pela Universidade de Stirling – Escócia, Reino Unido – e investigadora do Centro em Investigação em Antropologia e Saúde da Universidade de Coimbra, Portugal) em co-autoria com Catarina Casanova, aborda um episódio de incêndio que atingiu dois abrigos ilegais para animais de companhia em Santo Tirso (Portugal). Através de análise de conteúdo de publicações de Facebook relacionadas com o incidente de duas das maiores organizações portuguesas defensoras da causa animal, a autora reflete sobre a percepção do fato como um ato criminoso comparando com informações veiculadas pelos media que suspeitaram que se tratava de caso de acumulação de animais, um caso de distúrbio mental, muitas vezes ocultado pelo fato da percepção de abnegação ou caridade na recolha de animais vadios que nem sempre vivem em condições favoráveis

ao seu bem estar nesses abrigos.

O próximo artigo traz um tema diferente. Em vez de abordar os animais de companhia e todas as questões que os artigos anteriores levantaram, Ana Paula Perrota, docente do Programa de pós-graduação em Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Políticas públicas da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, traz para discussão a bovinocultura no artigo intitulado O mercado do boi gordo: “modernizando” técnicas, gado e gente, no qual a autora discute como o abandono de práticas tradicionais e a adoção de técnicas modernizantes impactam as relações entre humanos, animais e meio ambiente.

De tema similar, mas abordagem diferente, Luciano Felix Florit (professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da FURB), Diego da Silva Grava (pesquisador do Grupo Interdisciplinar em Pesquisas Socioambientais da Universidade Regional de Blumenau (Grupo IPES-PPGDR-FURB) e Caetano Sordi (doutor pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul), no artigo Da morte artesanal à morte industrial: apropriações discursivas e naturalização do abate, discutem como em regiões desenvolvidas em torno de firmas voltadas à indústria da carne, o abate é naturalizado e os animais instrumentalizados. Como locus de pesquisa, foi escolhido a cidade de Concórdia-SC, sede da empresa Sadia (Brasil Foods), onde analisaram as transformações das relações sociopolíticas e econômicas causadas pela modernização e como a experiência dos colonos é apropriada pelo discurso da indústria minimizando os maus tratos dos animais chamados de corte.

Outra relação que pode ser de afeto, de exploração ou de consumo é trazida por Ana Paula Boscatti, socióloga com mestrado pela École des Hautes Études en Sciences Sociales e doutora em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e Miriam Adelman, professora dos programas de Pós-Graduação em Sociologia (PGSOCIO) e Letras (PPGLET) da Universidade Federal do Paraná ao falarem do cavalo, animal fundamental na história moderna que pode significar poder e status e promover uma noção de branquitude, masculinidade e classe social. No entanto, as autoras demonstram que mulheres cavaleiras desafiam essas noções e ressignificam as relações humano-equino.

Este dossiê foi organizado por quatro cabeças. Além das autoras que assinam esta apresentação, Márcia Mazon e Ana Paula Perrota participaram ativamente de todo o processo. Isso se deu pois, quando vimos a abertura para submissão de dossiês, sem sabermos, enviamos propostas muito semelhantes de modo que a editora sugeriu que as uníssemos. Este fato é bastante revelador da emergência e urgência da temática das relações entre espécies para a Sociologia, em sua multiplicidade: ética, política, econômica, ambiental dentre outras tantas que seria impossível elencar a todas suas

dimensões. A prová-lo estão já cerca de três décadas de produção científica com origem nos Estados Unidos da América.

“ELE É MEU FILHO”: SOBRE O SIGNIFICADO DAS AVES

Andrea DAPRA*

Catarina CASANOVA**

RESUMO: Os outros animais estão presentes na vida dos seres humanos assumindo vários papéis e significados pelo menos desde o Paleolítico: trabalho, alimentação, companhia, poder, estatuto social. À semelhança de outros países europeus, a presença de ‘animais de companhia’ nas casas das famílias portuguesas tem vindo a crescer, sendo que eram já mais de 7 milhões de espécimes em 2018. Embora não tão numerosas como os gatos ou os cães, as aves são comuns. Este trabalho constitui-se como o primeiro contributo para o conhecimento da relação entre seres humanos e ‘aves de companhia’ (*psitacídeos*) na região de Lisboa. Explorámos significados e impactos da presença das aves no quotidiano dos inquiridos. Para tal, utilizámos questionários, entrevistas e observação e recorreremos ainda à etnografia digital. O bem-estar físico e mental das aves é uma preocupação dos guardiões para os quais estas assumem o papel de ‘filhos’ ou ‘membros da família’.

PALAVRAS-CHAVE: Etnografia multi-espécie. Bem-estar. Animais de companhia.

Introdução

Os outros animais sempre estiveram presentes na vida dos seres humanos, pelo menos desde o Paleolítico, altura em que surgem representações dos mesmos, fruto das primeiras observações etológicas levadas a cabo pelos nossos ancestrais e das quais as gravuras de Altamira ou Lascaux são exemplos paradigmáticos.

* ISCSP-ULisboa. Universidade de Lisboa. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas. Lisboa – Portugal. 1300-663 - dapra.andrea234@gmail.com. <https://orcid.org/0000-0001-5009-4568>.

** UC – University of Coimbra. Research Centre for Anthropology and Health. Department of Life Sciences. Coimbra – Portugal. 3000-456 - ccasanova@iscsp.ulisboa.pt. <https://orcid.org/0000-0003-2123-0262>.

Nesta viagem evolutiva partilhada e de interdependência entre seres humanos e animais não humanos (ANH), estes últimos têm incorporado diferentes funções e papéis: animais de trabalho, alimentação, vestuário, arte, “animais de companhia” (AC), símbolos de poder e estatuto social como parte da história coletiva da humanidade e constituindo-se como exemplos simbólicos ou de “outros” significantes (LEACH, 1964; LÉVY-STRAUSS, 1966). Os ANH podem ter-se constituído como os primeiros “outros”, estando na origem da alteridade que posteriormente se estendeu aos outros humanos diferentes do “nós”.

Historicamente, a relação entre a antropologia e os ANH está repleta de tensões e paradoxos (HARAWAY, 2013; CASANOVA, 2016) mas já é tempo de internalizar a relação da nossa espécie com as restantes com maior responsabilidade e menos preconceitos, relação que deve ser baseada em companheirismo e benefícios mútuos, respeito e coexistência (HARAWAY, 2013; SIDDIQ; HABIB, 2016). Enquanto os antropólogos biológicos (ou físicos) têm uma longa tradição no estudo de ANH, por exemplo os primatas não humanos (CASANOVA, 2006, 2016), é apenas com a emergência dos chamados *Animal Studies* que os antropólogos culturais (e os sociólogos) consideram a agência animal, a socialidade, a cultura e outras comparações ontológicas com os ANH.

Estas tensões e paradoxos entre a antropologia e os ANH não são surpreendentes à luz do passado colonial da disciplina: sempre houve uma ‘exotização’ antropológica dos ANH nas culturas ocidentais que implicou a construção e evocação de fronteiras ambíguas entre seres humanos e ‘animais’, como se estes não fossem animais. Para alguns, os ANH continuam a constituir-se como os últimos ‘outros’ da antropologia (CASANOVA, 2016). Tal também não é surpreendente à luz da evolução da própria antropologia enquanto disciplina científica, num milieu claramente marcado pelo paradigma judaico-cristão. Contudo, nem todos os antropólogos culturais ignoraram as relações entre os seres humanos e os ANH: o histórico trabalho de Lewis Henry Morgan (*The American Beaver and His Work*, 1868) é um exemplo citado por Kirksey e Helmreich (2010) como estando na génese da etnografia multi-espécie. Evans-Pritchard (1996 [1940]) analisou a importância dos ANH quando atribuiu ao gado um papel central na vida dos Nuer. Leach (1964) analisou os ANH e as plantas enquanto repositórios de poder totémico e até de ordem estrutural, tal como também foi o caso de Lévi-Strauss (1966). Geertz (1973) estudou a relação sexual presente nos ANH e Berkes (2008) analisou o conhecimento etno-ecológico. Na verdade, os arqueólogos já demonstraram que as fronteiras entre os seres humanos e os ANH são menos claras do que as dicotomias apresentadas em muitos contextos contemporâneos característicos das ditas sociedades ocidentais (INGOLD, 1994). Antropólogos como

Haraway (1993) mostraram que as representações dos ANH bem como as construções da animalidade revelam complexos coloniais, de gênero e até categorias de diferenciação étnica.

A etnografia multi-espécie implica que a pesquisa etnográfica se concentre no surgimento de uma mudança de ser com agência. As relações de vários organismos (plantas, seres humanos e ANH) com ênfase particular nos seres humanos que daí emergem têm sido abordadas nesta área (ODGEN; HALL; TANITA, 2013). Tal representa uma profunda mudança epistemológica nas ciências sociais e humanas. Estes etnógrafos contribuem assim, teoricamente, para reconceptualizar o que significa ser humano (ODGEN; HALL; TANITA, 2013). O regresso dos ANH e dos AC às ciências sociais também levou os antropólogos e os restantes cientistas sociais de volta à etnografia clássica (SMART, 2014). A importância de aproximações e abordagens materialistas é enfatizada quando exploramos novas perspetivas que se abrem nas intervenções contemporâneas da etnografia multi-espécie. Se os ANH e os AC são vistos como seres ativos, a definição de Latour (2008) – para tudo o que faz diferença na rede de campos de interação – é essencial e será necessário admitir que aquilo que o ser humano não entende têm um impacto neste.

Outras aproximações vieram acompanhar a emergência dos já referidos *Animal Studies*. Tal é o caso da antropozoologia, que pode ser vista como o estudo crítico da multidimensionalidade de formas como os seres humanos se relacionam com os restantes animais (SIDDIQ; HABIB, 2016).

A mudança de mentalidades (SIDDIQ; HABIB, 2016) que permitiu o emergir dos *Animal Studies* nasceu de algo mais profundo: o fim do paradigma do excepcionalismo humano (CASANOVA, 2016), acompanhado por uma valorização da restante natureza e de toda a biodiversidade nela contida. Passou a ser dada uma maior atenção académica e científica aos ANH e à forma como estes se relacionam com os seres humanos. Desde o século passado que a investigação científica tem mostrado que outros animais também possuem emoções, consciência e inteligência, com níveis diversificados. Nos últimos 100 anos as perceções, relações e funções dos ANH mudaram drasticamente (SIDDIQ; HABIB, 2016).

Na contemporaneidade, a atenção dada à relação entre os seres humanos e os ANH desafia as definições tradicionais de divisão do trabalho intelectual entre as humanidades, as ciências sociais e as ciências naturais (SMART, 2014). A relação entre os seres humanos e os ANH depende sobretudo de contextos sociais, seja o religioso (CASANOVA; SOUSA; COSTA, 2014), o da classe social (GRAY; YOUNG, 2011) ou a cultura (SIDDIQ; HABIB 2016).

A intimidade entre espécies que partilham ecossistemas domésticos revela que a relação entre os ANH e os seres humanos se assemelha, em muitos aspetos, às relações estabelecidas entre os próprios humanos (KNIGHT, 2005). Os AC, por exemplo, são valorizados como parte integrante da família (GOVINDRAJAN, 2005; SHIR-VERTESH, 2014) e as relações com eles estabelecidas são afetuosas e quase “personificadoras” (SERPELL, 1989). Há também um crescimento das preocupações com a saúde e o bem-estar de cada espécie, onde cada AC passou a ter um estatuto social e a ser reconhecido por aproximadamente 90% dos seus guardiões como membro de pleno direito da família (AMIOT; BASTIAN, 2015).

O termo *pet* tem as suas raízes no francês *petit* e era e é utilizado de forma afetuosamente relativamente aos ANH mantidos para companhia dos seres humanos (GRIER, 2006). Alguns profissionais e académicos da área dos *Animal Studies* usam o termo ‘animal de companhia’ para acentuar o laço psicológico existente entre ambas as partes envolvidas (WALSH, 2009). O AC não tem uma função específica num lar, a não ser a companhia, prazer e entretenimento. Também por este motivo é recetor de investimento emocional, económico (ANDERSON, 2003), atenção e cuidado, já que depende dos ‘guardiões’ humanos (AMIOT; BASTIAN, 2015)¹.

As relações afiliativas que os seres humanos estabelecem com os ANH são particularmente importantes uma vez que providenciam suporte na vida e na rede de relações entre indivíduos, implicando cooperação e reciprocidade. Tal resulta no bem-estar de ambas as partes com uma regularização do ritmo cardíaco, exibição de menores níveis de stress e até um nível mais baixo de cortisol (e.g. SERPELL, 1989, 1991, 2019). As relações entre os seres humanos e os ANH podem reproduzir as categorias hegemónicas da sociedade ou desafiá-las, questionando barreiras entre espécies (INGOLD, 1994; SHIR-VERTESH, 2014).

À medida que as fronteiras entre ‘família’ e ‘não família’ (ou entre espécies) se vão diluindo, a família está em constante mutação (GOVINDRAJAN, 2005; SHIR-VERTESH, 2014; SIDDIQ; HABIB, 2016). Os AC podem ser vistos como pessoas de estatuto flexível ou mercadorias emocionais e são membros da família amados e queridos, semelhantes a crianças pequenas (KNIGHT, 2005; SHIR-VERTESH, 2014). Podem ainda complementar ou enriquecer as relações dos indivíduos com terceiros, contribuindo para a socialização através da facilitação social e integração na comunidade. Os AC podem também substituir as relações humanas (SERPELL, 1989, 2019). Na verdade, as pessoas estão dispostas a enfrentar dificuldades e perigos para

¹ O termo ‘guardião’ (ao invés de ‘dono’ ou ‘tutor’) é cada vez mais utilizado academicamente para referir uma pessoa que tenha um AC à sua responsabilidade e cuidado (WALSH, 2009).

proteger os AC durante crises como é o caso dos desastres naturais (BRACKENRIDGE *et al.*, 2002).

À semelhança de outros países europeus, em Portugal o número dos AC tem vindo a crescer sendo que atualmente já são mais de 7 milhões. A presença crescente de AC nas famílias portuguesas acompanha a tendência europeia e mundial. Por exemplo, em 2018 a população de gatos (*Felis catus domesticus*) a viverem com famílias humanas era já de mais de 75 milhões, sendo a espécie mais frequente na Europa entre os vários AC, seguida do cão (*Canis lupus familiaris*), com mais de 65 milhões².

Embora não tão numerosas como os gatos ou os cães, as aves são AC relativamente comuns. Atualmente lideram o comércio ilegal de espécies em Portugal (NEVES, 2020). Em 2018 o número de pequenas aves na Europa era já de mais de 50 milhões. Os psitacídeos³, os canários e outras aves surgem numericamente depois dos cães e gatos (ANDERSON, 2014). No entanto, apesar da sua popularidade, poucos são os estudos sobre aves, sobretudo do ponto de vista antropológico (ANDERSON, 2014). Tal lacuna poderá ser parcialmente explicada pelo facto de os seres humanos terem maior dificuldade em se relacionar com ANH que não sejam mamíferos (ANDERSON, 2003).

As aves exóticas começaram por ser animais eminentemente decorativos (ANDERSON, 2003) para passarem a ser vistos cada vez mais como AC, amigos ou até membros da família – constituindo-se como uma dimensão significativa do nosso quotidiano (ANDERSON, 2003, 2014).

Tal como os restantes AC, as aves adaptam o seu modo de vida aos dos guardiões (e vice-versa), inclusive a sua linguagem corporal, pois embora os AC não usem a nossa linguagem, comunicam connosco numa miríade de formas (WALSH, 2009) permitindo um entendimento mútuo. No caso dos psitacídeos, muitos imitam sons e até lhes atribuem significados (PEPPERBERG, 2006).

Este trabalho pretende ser um contributo, ainda que modesto, para o conhecimento da relação entre seres humanos e aves de companhia na região metropolitana de Lisboa. Trata-se de uma investigação exploratória marcada pela ausência de publicações científicas nesta área em Portugal.

Quisemos explorar o tipo de relações que se estabelecem entre os guardiões e as aves e perceber porque é que estas são uma opção para muitos. Entender a forma

² Ver: VÁRIOS. Disponível em: <https://www.statista.com/statistics/515010/pet-population-european-union-eu-by-animal/>.

³ Psitacídeos: família que engloba todo o tipo de papagaios, incluindo todos os membros da família Cacatuidae (catatuas) e as caturras.

como as pessoas se relacionam com as aves e qual a importância destas no seu quotidiano e na sua vida foram objetivos deste trabalho.

Dentro do grupo das aves, optámos por escolher os psitacídeos que, pelas suas características, são provavelmente os mais comuns.

Metodologia

Os dados empíricos nos quais se baseia este artigo provêm de diferentes origens e foram obtidos através de diferentes canais, tendo sido recolhidos de março a maio de 2019⁴.

A aproximação metodológica utilizada foi a etnografia multi-espécie via método misto. Assim minimizam-se as fragilidades e maximizam-se os benefícios de cada um dos métodos (quantitativo e qualitativo), permitindo uma pesquisa mais complexa e completa do ponto de vista dos métodos e técnicas, das aproximações, dos conceitos e da própria linguagem (BRYMAN, 2016). Uma vez que não existia qualquer escrito sobre esta matéria em Portugal, a opção seguida pareceu a mais apropriada (BRYMAN, 2016), desbravando caminho através de uma pesquisa exploratória (SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2015).

As técnicas utilizadas foram o inquérito por questionário [via face a face (n=7) e on-line (n=63), o que fez a totalidade de 70 inquéritos], a observação e as entrevistas semiestruturadas (n=5). Aplicámos o inquérito (que foi sujeito a vários pré-testes) em dois contextos diferentes, sendo que num destes foi face a face na sala de espera do Hospital Escolar (HE) da Faculdade de Medicina Veterinária da Universidade de Lisboa (HE da FMV -ULisboa).

A escolha da FMV-ULisboa justifica-se por ser a mais antiga instituição de ciências veterinárias em Portugal, sendo que a sua origem remonta à Real Escola Veterinária Militar, que viria a ser incorporada no Instituto Agrícola em 1855. Tendo já tido várias designações, integrou a Universidade Técnica de Lisboa desde a criação desta em 1930 e hoje faz parte da Universidade de Lisboa. O HE recebe ANH de várias zonas geográficas do país e uma componente significativa da sua atividade é dedicada aos AC. De grandes dimensões, funciona 24 horas por dia, todos os dias do ano, com serviço de internamento permanente e com dezenas de especialidades clínicas e meios de diagnóstico.

⁴ A única exceção a este intervalo de tempo foi a condução de duas entrevistas em junho de 2020.

Para o segundo contexto de aplicação do questionário, recorremos à etnografia digital (KOZINETS, 2015; VARIS, 2016). Contactámos grupos organizados numa rede social (*o Facebook*), em cujas contas são relatadas experiências de guardiões de aves. Foi estabelecido contato com os administradores de vários grupos [‘Aves Exóticas de Portugal’ (então com mais de 6 mil membros)⁵, ‘Todo o tipo de aves de criação’ (3,4 mil membros) e ainda ‘Clube dos criadores de aves de Portugal’ (então com 3,7 mil membros)] para explicar o objetivo do estudo. Foi solicitada a colaboração e a autorização para a distribuição do questionário (VARIS, 2016). Só depois procedemos à distribuição do questionário on-line pelos membros do grupo (KOZINETS, 2015; VARIS, 2016).

Todos os participantes foram informados dos objetivos do estudo e assinaram declarações de consentimento informado. Foi garantida a confidencialidade e anonimato dos dados e da identidade dos guardiões. A possibilidade de desistência de participação no estudo em qualquer fase do mesmo (SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2015) foi também garantida. Todos os nomes apresentados neste estudo são fictícios, de forma a proteger a identidade dos participantes.

Devido às regras de confidencialidade que abrangem o HE da FMV-ULisboa e os seus profissionais, não nos foi possível obter uma lista com a identidade dos guardiões de psitacídeos, já que tal implicaria uma violação ética e deontológica. Tal lista ter-nos-ia permitido selecionar, dentro deste universo (guardiões de aves seguidas no HE), uma amostra aleatória e, a partir desta, extrapolar resultados para todo o universo⁶. A nossa amostra é não aleatória, pelo que optámos por um tratamento de dados conservador, assentando sobretudo na estatística descritiva e onde foram testadas algumas significâncias via computação de testes não paramétricos (SIEGAL, 1956).

As autoras obtiveram autorização formal para permanecer na sala de espera das consultas médico-veterinárias e abordar os guardiões que transportassem aves, tendo-nos sido indicados previamente os dias em que estavam agendadas consultas com psitacídeos. Os inquiridos que responderam ao inquérito face a face foram todos os que durante os três meses de trabalho de campo estiveram com aves na sala de espera do HE e aceitaram colaborar no nosso estudo (n=7).

⁵ O nome do grupo foi alterado pelo seu administrador para ‘Papagaios de Portugal, Comércio, Reprodução & Dúvidas’ no ano de 2020.

⁶ Embora, desde 2006, a Direção-Geral de Alimentação e Veterinária – devido a possíveis surtos de H5N1, entre outras estirpes de gripe das aves – tenha tornado obrigatório o registo de todo o tipo de aves domésticas, as aves que estão dentro de casa ou em gaiolas interiores não são abrangidas por este registo.

Nas sessões de observação (n=7) que tiveram lugar na sala de espera do HE incidimos sobre a interação estabelecida entre os guardiões e as aves. A sua duração variou entre 25 a 45 minutos. Foi dada especial atenção à interpretação e entendimento comportamental, reações e linguagem entre díades (guardiões e aves).

As perguntas colocadas no inquérito incidiram na relação dos guardiões com as aves: de que forma é que estes percecionam os psitacídeos, como caracterizam a interação com as aves, se estas vieram alterar o seu quotidiano e, se sim, como.

Finalmente, as entrevistas semiestruturadas (n=5) permitiram-nos explorar dados emanados dos inquéritos, questionando de forma mais aprofundada os significados atribuídos pelos guardiões às aves. O guião de entrevista foi elaborado com perguntas gerais que foram sendo colocadas pela ordem mais apropriada ao decorrer das próprias entrevistas, havendo sempre espaço para perguntas improvisadas consoante a forma como a entrevista se desenvolvia (BRYMAN, 2016).

Resultados

Caraterizando o sexo e a idade da amostra respeitante aos dados recolhidos através do questionário (on-line e face a face), os inquiridos são maioritariamente homens (mais de 77%/55) sendo que a maioria destes se encontra na classe etária dos 31 aos 40 anos de idade (quase 29% dos homens). Por sua vez, a maioria das mulheres inquiridas pertence ao intervalo etário dos 41 aos 50 anos de idade (7%/5).

As aves mais comuns à guarda dos inquiridos são os papagaios, sobretudo o cinzento africano (*Psittacus erithacus*) ou os de menor porte (ex.: Agapornis), as caturras (*Nymphicus hollandicus*, endémicas da Austrália) e as araras (*macaws*), que são papagaios do Novo Mundo. Finalmente há ainda passeriformes como aves canoras entre as quais se destacam o diamante-mandarim (*Taeniopygia guttata*) ou os canários (*Serinus canaria*). Alguns inquiridos referiram também ter ringnecks indianos (*Pittacula krameri*), lóris (*Trichoglossus haematodus*), pintassilgos (*Carduelis carduelis*) e outras aves europeias. Com a exceção de três mulheres que são guardiãs de quase uma centena de aves (para criação), as restantes inquiridas são guardiãs de pequenos números de aves que vão deste 1 até 10 indivíduos. As aves preferidas das inquiridas são os papagaios, as caturras e as araras. No caso dos homens que levam a cabo a criação de psitacídeos, pelo menos 20%/15 destes possuem aves em grande quantidade, indo desde uma centena a 600 ou mais indivíduos. As aves criadas por estes 20% de inquiridos são sobretudo caturras, papagaios (sobretudo de menor porte, como

os Agapornis), periquitos ingleses e australianos, kakarikis, jandaia e outras araras, e os lóris.

Os dados provenientes das entrevistas (conduzidas a um casal, a dois homens e a duas mulheres) também nos revelam esta tendência relativa às aves mais comuns: papagaios, caturras e araras.

Não se verificou qualquer significância estatística quando comparámos o tipo de aves à guarda quer de mulheres quer de homens ($p \leq 0,05$).

Os dados recolhidos através do questionário mostram que os guardiões de um menor número de aves partilham o seu dia a dia com uma a várias dezenas de aves. Mais de metade dos inquiridos (aproximadamente 60%/42) adquiriu as aves há entre um e dez anos sendo que apenas 8% (6) deles revelam ter as aves há menos de um ano. Os restantes (35%/25) têm aves há 11 ou mais anos. Pelo menos 80% dos inquiridos declaram ter comprado as aves mas, simultaneamente, 25% foram oferta ou até adotadas (16%).

Mais de 90% dos inquiridos declararam ter-se informado sobre os cuidados necessários para terem aves à sua responsabilidade antes de as receberem/comprarem/adotarem (só 7% declararam ter-se informado após a compra/oferta/adoção). Essa informação foi obtida através de várias fontes: pessoas que conheciam e que eram guardiãs de aves, veterinários, páginas da internet ou as próprias lojas onde as aves foram adquiridas.

Quase 70% (49) dos guardiões revelam dedicar muita atenção diária às aves (apenas 2,9%/2 dizem dar-lhes pouca atenção). Esta atenção materializa-se em tempo passado em conjunto, falando, assobiando, acariciando ou até carregando as aves nos ombros. Mais de 98% dos guardiões revelaram estarem atentos ao comportamento e à linguagem corporal das aves.

De acordo com 80% dos inquiridos, as aves tomam a iniciativa de interagir com os próprios. As aves reagem à presença e voz dos guardiões cantando, aproximando-se e até jogando com estes ou exibindo uma postura relaxada.

Aproximadamente 60% dos guardiões revelaram que não alteram o seu comportamento ou tom de voz quando estão com as aves. Os restantes 40% revelaram que falam mais baixo e pausadamente, não se aproximam de repente nem fazem movimentos bruscos, sobretudo para garantir um maior nível de bem-estar às aves que dizem ser sensíveis, temperamentais e que adoram pelo que não as querem perturbar, mesmo que de forma mínima. A propósito do bem-estar das aves, 70% dos inquiridos revelam que controlam a temperatura dos locais onde se encontram as aves. Mais de metade dos guardiões revelou que as aves já tiveram problemas de saúde que vão desde

os problemas nas penas aos fungos, passando por gripes. O bem-estar das aves é uma preocupação dos inquiridos.

Pelo menos 80% dos respondentes referem não partilhar alimentos com as aves (aliás, mais de 90% dos inquiridos declaram que os horários alimentares das aves não coincidem com os seus). Mas daqueles que partilham alimentos com as aves, quase 40% referem que a sua própria dieta se tornou mais saudável devido à presença destas.

Quanto à dieta das aves, a grande maioria dos guardiões (90%) revela que estas são alimentadas com frutas e vegetais aos quais são adicionadas sementes. São também referidos granulados e outro tipo de alimentos.

Mais de 90% dos guardiões revelam que criaram espaços próprios para as aves. Cerca de 20% das aves passam a maior parte do tempo na marquise (varandas fechadas/estufas) ou na sala (19%). Mas a grande maioria das aves divide-se pela cozinha, gaiolas de voo exteriores, viveiros, sótãos, arrecadações ou garagens com luz natural ou até “pela casa toda”, como referem alguns.

Mais de 72% dos inquiridos revelam que as aves passam a maior parte do tempo com outras aves enquanto os restantes referem os próprios guardiões.

Mais de 40% dos inquiridos revelam que raramente vão de férias por causa das aves. Quase 25% referem mesmo que nunca vão de férias. Os restantes 35% dizem ir de férias mas afirmam que as suas escolhas são condicionadas pelas aves, que os acompanham. A duração da viagem é um fator determinante para decidir o local das férias (73%), ou seja, os inquiridos têm tendência a escolher percursos mais curtos. A atualização da documentação clínica (20%), para além do clima, são outros fatores tidos em conta.

As respostas sobre aquilo que as aves representam para os guardiões são diversas. Quase 50% dos inquiridos referem-se às aves como membros da família. Mas 20% dos inquiridos revelam que as aves são seus filhos: 10 inquiridos e cinco inquiridas referem as aves como pertencendo a esta categoria (embora a diferença entre sexos de quem considera as aves como filhos não seja estatisticamente significativa: $p \leq 0,05$). Estas categorizações parecem evidenciar uma boa relação entre guardiões e aves, sendo que esta é fortemente emocional. Os dados recolhidos via entrevista semiestruturada evidenciam essa relação entre ambos os membros das díades. Por exemplo, Diogo (E/2019/1), membro de um casal entrevistado afirma o seguinte: “— Um filho, é um filho, para mim o meu pássaro é um filho.” Um outro entrevistado apelida o seu papagaio de amigo incondicional. Cristina (E/2020/1) é bastante clara: “— Consideramo-lo como um membro da família, sem dúvida, pois a nossa rotina familiar é ajustada às suas necessidades e interesses e procuramos transmitir-lhe muito afeto.” Carlos (E/2019/5) afirma: “— Disseram-me que os papagaios apenas imitavam o que

nós dizíamos, mas o meu hoje é um amigo incondicional, diz o que não deve, obviamente [...] adora brincar com a minha avó, chama de ‘vovó’ e depois põe-se a mandar vir com ela e ela adora!” Quase 15% dos inquiridos revelaram que embora as aves sejam AC, também são usadas para venda, troca ou oferta, uma vez que existe muita procura. Existem ainda respostas que referem as aves como companhia diária, paixão ou ainda passatempo (hobby).

Algumas perguntas abertas do questionário, bem como as respostas dadas nas entrevistas, permitiram-nos explorar as relações estabelecidas entre os guardiões e as aves. Um dos inquiridos refere que a sua paixão pelas aves “— [...] já quase resultou no meu divórcio.” Um entrevistado (Diogo - E/2019/1) declara-se preocupado por causa dos problemas comportamentais do papagaio-cinzentos à sua guarda, uma vez que este toma diariamente 0,2 mg de Prozac receitados pelo médico-veterinário.

Vários inquiridos revelam que providenciam muito boas condições às aves que têm à sua guarda pois, apesar de algumas já terem fugido, acabam sempre por regressar. Revela-nos um inquirido que “— [...] a minha mãe veio a correr chamar por mim porque um dos periquitos saiu da gaiola e voou de janela em janela, mas depois voltou pra casa.” Refere ainda outro: “— O meu casal de *ring-necks* abalou mas voltaram, é sinal que são bem tratados.” Diz um participante “—[...] tive um canário com seis anos que fugiu por descuido. Mas voltou com o meu assobio, o Chico. Hoje cá está com saúde. Fugiu mas voltou para casa.”

Pelas descrições dos inquiridos e entrevistados, mas sobretudo através da observação da interação entre guardiões e aves é possível afirmar que existem boas relações entre guardiões e aves e que estas evidenciam confiança mútua: as aves respondem bem às chamadas dos guardiões e muitas delas adotam posições corporais que evidenciam uma grande proximidade e confiança. Os inquiridos entendem que cada ave tem padrões de comportamento e formas de estar específicas. Refere uma das inquiridas apaixonada pelas aves que “— [...] cada uma tem a sua personalidade, são como os humanos.” Por sua vez, Diogo (E/2019/1) afirma: “— [...] eles também têm personalidade, cada um deles.”

Discussão dos resultados

É comum os guardiões pedirem informações sobre como os indivíduos interagem e sobrevivem quando em habitat natural pois só dessa forma conseguem fornecer os cuidados necessários ao bem-estar físico e psicológico das aves (SEIBERT, 2006a). Os inquiridos (mais de 90%) declaram ter-se informado sobre os cuidados

necessários para terem aves antes de as receberem/comprarem/adotarem.

Mas as necessidades dos papagaios e outras aves exóticas vão para além da alimentação: são necessidades sociais, uma vez que vivem em bandos nos quais todas as atividades são executadas em grupo. A longevidade de algumas destas aves é de décadas. Como refere Anderson (2014), há espécies que vivem até aos 35 ou 40 anos de idade, mas há araras que vivem, desde que com cuidados apropriados e que tenham bons genes, até aos 80 ou mais anos. Afirmo Anderson (2003) que falamos de responsabilidades para a vida. Os papagaios são mais difíceis de cuidar devido à sua enorme complexidade social, emocional e cognitiva. Esta complexidade exige interação social e estímulos cognitivos continuados. Quando os cuidados apropriados não são fornecidos, observamos uma redução drástica na esperança média de vida das aves para metade ou até menos (ANDERSON, 2003). Os laços estabelecidos entre as aves e os guardiões, bem como o entendimento entre ambos, são cruciais (ANDERSON, 2014). A interpretação errada do comportamento da ave ou a falha em reconhecer as necessidades sociais e fisiológicas da espécie pode resultar num desequilíbrio no bem-estar. Por outro lado, o estatuto social de que goza a ave, enquanto membro querido e estimado da família, pode contribuir para o seu bem-estar.

A inteligência, memória e capacidades cognitivas de um papagaio, principalmente nas espécies de maior porte, são semelhantes às de uma criança, conseguindo estes comunicar referencialmente, o que significa que atribuem significado às palavras e associam-nas a objetos e situações em que se encontram, utilizando as mesmas num contexto apropriado (PEPPERBERG, 2006). Estas características tornam estas espécies procuradas como AC, tal como o facto de imitarem palavras e sons. Por exemplo, um guardião relata-nos um episódio que o surpreendeu e que ocorreu quando o papagaio à sua guarda imitou o barulho do telefone. O objetivo das aves com estas imitações é o de receber atenção (BERGMAN; REINISCH, 2006a). “Muitos papagaios estão especialmente aptos a imitar barulhos eletrónicos como sons de micro-ondas, telemóveis e computadores” (BERGMAN; REINISCH, 2006a, p.221).

As aves interpretam as expressões faciais dos guardiões, o seu tom de voz e a sua linguagem corporal (WELLE, 2006) e os guardiões têm plena consciência disso. Aliás, as respostas dos inquiridos referem esse facto: mais de 80% dos inquiridos referiram que as aves reagem à sua presença ou voz. Por sua vez, é exatamente por essa observação que 40% dos inquiridos declaram alterar o seu comportamento perante a presença das aves. Por exemplo, Diogo (E/2019/1) refere: “— Ele quando percebe que nós ficamos zangados com ele por alguma coisa...” Gabriela completa: “— Ele fica sentido!”

A limpeza mútua é o mais importante mecanismo de ligação entre indivíduos

(SEIBERT, 2006b). A cabeça e o pescoço são zonas do corpo de difícil acesso para as aves, pelo que há reciprocidade por parte dos papagaios na sua limpeza (BERGMAN; REINISCH, 2006b). Mas estas zonas corporais são igualmente vulneráveis pelo que o acesso às mesmas por parte de terceiros – sejam eles da mesma espécie ou seres humanos — só pode ser realizado quando existe uma grande relação de confiança (SEIBERT, 2006a). Da mesma forma, as aves que consideram os seus guardiões elementos sociais importantes deixam-se ser mimadas, recebendo carinhos na cabeça e pescoço (ANDERSON, 2016), algo que comprovámos nas sessões de observação.

O acompanhamento e observação diária da ave também se verificou (com maior ou menor intensidade), sendo que quase 70% dos inquiridos afirmaram fazê-lo. Os psitacídeos, sendo aves especialmente afetadas pelo stress, podem ficar em estado de alerta permanente num ambiente novo e do qual pouco conhecem. A ave não deve ser deixada sozinha e é preciso ter em conta onde se coloca uma gaiola, devendo esta estar longe das portas para que as aves consigam ver os seus guardiões e outros animais a se aproximarem, sem serem surpreendidas (WELLE, 2006). A observação e acompanhamento da ave é essencial (ANDERSON, 2016).

Como a maioria dos psitacídeos de companhia são espécies altamente sociais, podem não se adaptar a um estilo de vida solitário (SEIBERT, 2006b); por isso é frequente que um papagaio sozinho se vire para os seus guardiões podendo vê-los como membros do seu bando e desejando a sua atenção para satisfazer as suas necessidades sociais (SEIBERT, 2006b). Gabriela (E/2019/1) relata: “— Tem dias que não quer contato com as pessoas [...]. Quer estar sossegado, na gaiola dele, nem quer sair da gaiola nem nada!” Diogo: “— Mas, por exemplo, convidamos pessoas a jantar lá em casa, amigos nossos, ele faz uma festa [...]. Sente a atenção toda para ele e depois quer sair da gaiola, vai para o ombro de toda a gente....”

A falta de estímulos acontece especialmente numa ave que fica fechada diariamente na gaiola, que não tenha brinquedos para atividades de forrageamento e manipulação, que não é sujeita a desafios sociais (ANDERSON, 2003). A menção por parte dos inquiridos da existência de gaiolas de grandes dimensões (algumas, exteriores) torna a vida das aves mais interessante. O espaço é muito importante para que as aves possam exercitar as suas asas e se possam sentir aves (GRANT; MONTROSE; WILLS, 2017). Como refere Seibert (2006b), o confinamento crónico, sobretudo em espaços exíguos, não permite as oportunidades necessárias para uma ave desenvolver comportamentos normais. Anderson (2003) chega mesmo a referir que uma tendência positiva entre cada vez mais guardiões de papagaios é estes reconhecerem a importância do tempo passado fora das gaiolas em vez de deixarem as aves confinadas, como se de plantas exóticas se tratasse.

Uma prática comum entre guardiões de aves, e que alguns dos entrevistados nos confienciaram fazer, é o hábito de retirar uma das crias aos progenitores para serem eles próprios – guardiões – a alimentar e cuidar. Acredita-se que desta forma as aves se tornam mais mansas por estarem acostumadas desde o seu início à presença de seres humanos. Grant, Montrose e Wills (2017) referem que é por esta razão que muitas pessoas preferem um papagaio criado à mão. Mas esta prática acarreta problemas não apenas para os progenitores, mas para as próprias crias que olham para os seres humanos como potenciais parceiros sexuais e não apenas parceiros sociais (ANDERSON, 2010). Tal também se verifica em alguns primatas não humanos em cativeiro (CASANOVA, 2006). Esta prática de retirar algumas crias aos progenitores também leva à agressão, à depressão e a outros comportamentos indesejados. Para Welles (2006, p.171), “idealmente os pássaros e os guardiões interagem como membros do mesmo bando, mas não como parceiros sexuais.” Esta confusão de guardiões enquanto parceiros sexuais acontece porque há uma limitação ontogénica (FOX, 2006).

As aves podem ainda manifestar agressividades devido a problemas hormonais, especialmente na primavera, que é uma época de acasalamento. É por isso que Mateus (E/2019/3) afirma: “— Costumo interagir com eles, sim. Mas na época de criação procuro ao máximo dar-lhes o seu espaço. Pois em criação, alteram o seu comportamento e prefiro não interagir, para que a criação ocorra dentro do pretendido.” Morder e arrancar penas são problemas comuns (WELLE, 2006). Diogo, um dos entrevistados (E/2019/1), mostrou-nos uma ferida na mão causada pelo papagaio. Conta-nos que o papagaio já passou por várias casas: “— Eu já o tinha, depois juntei-me com ela (olha para a Gabriela e sorri), eu tinha um na casa dos meus avós, ele foi oferecido ao meu pai, mas depois o meu pai não se entendia com ele, e ele estava, tipo, deprimido, não é...” Gabriela: “— E não só, ele era antissocial, não era tão social como agora.” Diogo: “— É, ele era muito mau.” Gabriela: “— E não deixava ninguém chegar perto dele [...]” A depressão nas aves é bastante comum, especialmente em espécies de maior porte como os papagaios Amazona, as catatuas ou as araras (GRANT; MONTROSE; WILLS, 2017). Diogo (E72019/1) confienciou como um dia ele e Gabriela ficaram zangados com o papagaio por algum motivo que mais tarde acharam insignificante. Mas o papagaio percebeu essa zanga como sendo um castigo, tendo arrancado todas as penas do peito (que, entretanto, cresceram num processo de recuperação). Mencionaram que perceberam que tinham de cuidar melhor do papagaio e, segundo Diogo, passaram a recompensá-lo sempre que ele faz algo de bom. A este propósito, Anderson (2016) afirma que a melhor forma de construir um laço positivo com o papagaio é através de condicionamento operante e reforço positivo. O condicionamento constrói um laço positivo para ambos os lados e pode ser agradável

para ambas as partes. Comportamentos autodirigidos como o arrancar das penas (automutilação) são muitas vezes indícios de grande fragilidade emocional e psicológica e são sinônimo de depressão (ANDERSON, 2010). A queda das penas também pode ser causada por infecções, outras doenças ou deficiências na alimentação (SEIBERT, 2006b). No caso da ave deste casal, para além da depressão, o papagaio também teve uma infecção causada por fungos, que contribuiu igualmente para a perda das penas. Aquando da entrevista a este casal, o papagaio tinha vestida uma camisola feita de uma meia. Embora alguns antropomorfizem as aves à sua guarda (ANDERSON, 2010), a verdade é que este tipo de vestuário pode ser normal quando um pássaro não tem penas, evitando assim que possa sofrer com o frio (ANDERSON, 2010).

A depressão é um problema sério e ocorre por motivos vários: psicológicos, físicos e ambientais, muitas vezes estando todos interligados, embora possa não ser sempre o caso (MEEHAN; MENCH, 2006). Papagaios que sofrem de depressão podem ter problemas comportamentais, como vocalizarem mais do que o habitual, o que provoca reações adversas nos vizinhos (GRANT; MONTROSE; WILLS, 2017), como referiram alguns dos nossos entrevistados. Mas as vocalizações não surgem apenas num contexto de depressão. Normalmente um papagaio vocaliza de manhã, depois do Sol se levantar, e ao pôr do Sol, depois de se ter alimentado, como forma de informar que está bem e para garantir que todos os membros do grupo têm essa informação. Existem também vocalizações curtas e agudas que servem para localizar outro indivíduo do bando (BERGMAN; REINISCH, 2006a). Um papagaio de maior porte pode causar ainda maior incómodo tanto para os guardiões como para os vizinhos (FRIEDMAN; MARTIN; BRINKER, 2006). Por exemplo, as vocalizações de uma catatua conseguem alcançar os 135 decibéis. Tal pode resultar no abandono, na doação para outra casa, ou no fechamento da ave num espaço confinado, o que agrava a depressão e mal-estar (WELLE, 2006).

As catatuas e as araras, como os papagaios-cinzentos ou Amazona, parecem ser as espécies mais difíceis de criar. Por serem espécies de psitacídeos mais complexas, inteligentes, sociais e sensíveis, acabam por desenvolver personalidades neuróticas, transformando-se em animais não apropriados para companhia (GRANT; MONTROSE; WILLS, 2017). Refere Diogo (E/2019/1): “— [...] Ele vai ficar com aquilo na cabeça, se o for deitar. Aconteceu há cinco dias, ele largou para aí umas 50 penas porque ele fica com a ideia que....” Gabriela, completando: “— Que o estávamos a ir deitar por castigo.” Diogo: “— Eu fui-o deitar e — [pensou] que eu estava zangado com ele, que era castigo e ficou zangado.” Completa mais uma vez Gabriela: “— É, mas nisto ele estragou o trabalho todo das penas que cresceram.” Diogo, mais explícito: “— E nisto autoflagelou-se [...] Sim, mas a infecção já passou [...] A médica diz que isto

agora é comportamental [...]” Gabriela informa: “—Tanto que ele agora toma antidepressivos, está a tomar antidepressivos [...] Tem de ser.”

Quanto à dieta das aves, referimos que a grande maioria dos guardiões (90%) revela que estas são alimentadas com frutas e vegetais aos quais são adicionadas sementes. Ora a alimentação varia de espécie para espécie, havendo algumas que quando em habitat natural comem maioritariamente sementes para além de frutas e vegetais. As aves que se encontram frequentemente como aves de companhia comem sementes e outros alimentos (MATSON; KOUTSOS, 2006). A dieta, aliada a eventuais faltas de exercício físico quando sob guarda humana, pode trazer problemas (MATSON; KOUTSOS, 2006). As aves devem ser sujeitas ao desafio cognitivo de procurar comida (forrageio) para conseguir as calorias de que necessitam (MATSON; KOUTSOS, 2006). Ora, quando estão sob cuidado humano, uma dieta composta apenas por sementes é prejudicial uma vez que estas – principalmente as de girassol – têm muita gordura e se a ave não faz exercício há muitas calorias que não são gastas (MEEHAN; MENCH, 2006). Tal leva a problemas de saúde que se localizam principalmente no fígado ou noutros órgãos (ANDERSON, 2010). Adicionalmente, uma dieta composta apenas por sementes possui deficiências a nível de vitaminas e outros nutrientes, pelo que é muito importante oferecer uma dieta variada. Existem também as chamadas comidas tóxicas que são simplesmente não saudáveis: chocolate, álcool, abacate, sal, doces, gorduras, fritos, entre outros (ANDERSON, 2016). Um dos inquiridos confidenciou-nos que deixava o seu papagaio-cinzento beber Coca-Cola por achar graça à maneira como este arrotava libertando o gás da bebida. Mas depois de um tempo, o papagaio adoeceu com uma cirrose. Quando voltou a ficar bem, mudou-lhe a dieta e nunca mais voltou a dar-lhe comidas não saudáveis.

Cerca de 40% dos inquiridos partilham os seus alimentos com as aves, enquanto os restantes 60% não o fazem (ou porque as aves comem noutra local da casa, sempre tendo comida disponível nas gaiolas, ou porque não são espécies cuja alimentação deva ser feita à base de comidas humanas). Mas os inquiridos que comem e partilham alimentos com os seus papagaios afirmam que passaram a ter muito mais cuidado com aquilo que comem, por terem receio que os papagaios comam algo que não é saudável, ou seja, mudaram a sua própria alimentação (para ingredientes mais saudáveis) em função da dieta das aves. Como refere Anderson (2003, p.405): “Viver com um papagaio altera profundamente a vida da maioria das pessoas. Muitas melhoram a sua dieta através da introdução de vegetais e fruta frescos e biológicos para os papagaios”. É benéfico para as aves que a sua alimentação ocorra durante a alimentação dos guardiões, pois em habitat natural todos os indivíduos do bando comem no mesmo ambiente social e em simultâneo (WELLE, 2006).

As aves também mudaram as rotinas dos inquiridos: muitos mostram-se relutantes em ir de férias sem as suas aves. Dizem que estas se vão sentir abandonadas e que não confiam em estranhos para ficarem responsáveis pelas mesmas. Diogo (E/2019/1) relata que quando teve de sair de casa por uns dias o seu papagaio quase deixou de comer. Ao perguntar a Mateus (E/2019/3) sobre que tipo de mudanças as aves trouxeram à sua vida, este responde: “[...] acho que posso dizer que sou completamente apaixonado por aves e trazem-me muita felicidade [...] [agora] sou uma pessoa mais paciente, mais calma e mais feliz [...]” Este entrevistado redefiniu-se através da sua relação com as aves. Ou seja, a relação com os psitacídeos mudou-o enquanto pessoa. Também Luís (E/2019/2) conta os efeitos das aves como uma espécie de “terapia”: “[...] Hum, [pensativo] é assim a relação com pássaros é... como hei de explicar, é uma distração [pensativo] vá, sei lá, é uma pessoa abstrair-se do resto e concentrar-se naquilo e pronto, é como se fosse uma terapia para stress, vá.” Entrevistadoras: “[...] E agora? Imagina a sua vida sem pássaros?” Luís: “[...] Não! Não! De modo nenhum [risos] [...] pelo menos só se tivesse um grande problema de saúde em que não pudesse mesmo [...] ter aves. Mas dentro do momento não consigo imaginar-me sem aves!” Entrevistadoras: “[...] E como é que acha que se sentiria?” Luís: [suspiro profundo] “[...] Vazio, [pausa] vazio.” Este inquirido (E/2019/2) descreve ainda a relação que tem com as aves como benéfica para ambas as partes e afirma sentir-se preenchido com a mesma.

Anderson (2010) afirma que os guardiões de aves estão sujeitos a um grande sofrimento com a perda das mesmas, podendo-se comparar a dor sentida com a dor da perda de um ente querido e que obriga a um período de luto. A catatua de uma das nossas inquiridas morreu-lhe nos braços e ela afirma ter ficado “absolutamente devastada”. Socialmente, os pássaros podem seguir muitos dos rituais cumpridos pelos membros humanos da família, incluindo celebrações de aniversário, férias e até funerais (ANDERSON, 2010). Por isso é entendível que a maioria dos nossos inquiridos e entrevistados olhe para as aves como membros da família e até filhos. Alguns inquiridos autodenominam-se “mamã” ou “papá”. Afirmando considerar as aves como filhos. Esta categoria de parentesco é normalmente aplicada à nossa própria espécie. “[...] Ele é meu filho”, afirma um inquirido quando se referia ao seu papagaio. As ligações emocionais entre guardiões e aves são fortes e materializam-se em discursos cruzados, que formam uma linguagem própria, e em práticas partilhadas. Muitos guardiões de aves tratam-nas como pertencendo à rede do seu próprio parentesco pois, para alguns, as aves não só são a única família que conhecem, como são aliados poderosos no combate à depressão e solidão (ANDERSON, 2003). Um inquirido confia-nos a dor que sentiu quando uma das catatuas faleceu nos seus braços. Outro refere: “[...] Herdei um papagaio, o meu

pai faleceu e deixou um papagaio [...] a ave é uma corrente que me liga ao meu pai, sendo uma ave especial.” Neste caso, a ave é um ‘fio condutor’ que liga o filho ao pai já falecido, materializando uma relação que tinha sido, entretanto, desfeita pela partida do pai.

A paixão e o carinho pelas aves nascem do facto de alguns inquiridos terem tido pássaros há muitos anos, muitos deles desde a sua infância. A forma como os pais dos inquiridos cuidaram destes AC são fatores que explicam o atual tratamento das aves pelos inquiridos (AMIOT; BASTIAN, 2015).

É também pela força desta relação emocional com aves que os entrevistados nos relatam períodos importantes da sua vida. Um guardião menciona que um dos episódios mais marcantes que viveu foi quando a caturra voou na sua direção: “— A caturra voou para mim pela primeira vez! Começou a procurar-me pela casa!”

Uma inquirida relata: “— Eu sempre tive aves, mas há alguns anos atrás tive um corvo que me ia esperar ao portão, quando eu saía do trabalho.” Um dos entrevistados confidenciou-nos que devido à sua profissão tinha de viajar muito, deixando a sua esposa sozinha uma vez que os seus filhos já estavam crescidos e tinham saído de casa. Por isso, a esposa começou a interessar-se por papagaios, começando a criá-los. Revela que para ele os papagaios são amigos, mas que para a sua esposa a relação com os papagaios é tão forte que ela os considera como filhos, para além de a terem ajudado a combater a solidão após a partida dos filhos da casa de família.

Figura 1 - A. Dapra com o “conure” de uma entrevistada



Fonte: Foto de Catarina Casanova

Considerações finais

O primeiro estudo sobre a relação entre os seres humanos e as aves em Portugal mostra-nos que, tal como com outros AC, podem estabelecer-se laços relacionais com componentes sentimentais e emocionais fortes com os psitacídeos, por terem muitas características que partilham com os seres humanos (ANDERSON, 2016).

Os papagaios, principalmente os de maior porte, podem não ser os melhores (ou os mais recomendados) AC. Para que estas espécies se encontrem de boa saúde física e psicológica devem ser fornecidas condições semelhantes às que existem em habitat natural, o que pode ser difícil de conseguir. Contudo, com guardiões dedicados, que cuidam e genuinamente gostam destas aves, desenvolvem-se laços fortes, sendo que ambas as partes vivem felizes durante décadas (ANDERSON, 2014) partilhando um ecossistema doméstico, um espaço, um quotidiano. Caso essa relação não se estabeleça, a presença de um psitacídeo pode ser problemática para todos os envolvidos. As espécies mais pequenas podem tornar-se melhores AC pois são mais fáceis de cuidar e podem não precisar de um espaço tão grande, sendo mais simples aquilo que requerem. No entanto, é precisamente este fator que às vezes pode levar a que guardiões negligenciem estas aves, que, não obstante serem mais fáceis de cuidar, continuam a ter as suas necessidades próprias (GRANT; MONTROSE; WILLS, 2017).

A longevidade de algumas destas espécies torna o investimento humano nestas relações em práticas de longo prazo. Dentro deste contexto seria interessante explorar de modo mais detalhado o desenvolvimento destas relações ao longo do tempo.

A maioria dos participantes neste estudo vê as aves como membros da família, filhos ou amigos. As aves parecem substituir ou serem percebidas através de categorias atribuídas a outros seres humanos, sendo significantes para os inquiridos (ANDERSON, 2003, 2014). São ainda companheiras contra a ansiedade e um refúgio contra a solidão, partilhando um universo próprio com os guardiões. As ligações emocionais profundas entre as aves e os guardiões manifestam-se através de relações intimistas, com uma linguagem própria. A partilha do quotidiano – com rotinas específicas entre seres humanos e aves — molda e vai construindo relações e laços que são sobretudo afiliativos e de interdependência. Desta vida comum entre seres humanos e aves e que, em muitos casos, implica profundas alterações nas vidas das pessoas, emergem seres humanos que se redefinem. Estas relações são possíveis porque alguns reconhecem a agência animal, a inteligência, a consciência, as emoções e, portanto, também o sofrimento e a negligência (DARWIN, 1872) ou acabam por reconhecer, à medida que vão construindo a sua relação com determinada ave e à medida que se vão

construindo a si próprios.

Como refere Welle (2006, p.171): “*The whole point of having a pet is to bond with them in some fashion*”.

“IT IS MY CHILD”: ABOUT THE SIGNIFICANCE OF BIRDS

ABSTRACT: *Animals are present in the lives of human beings at least since the Palaeolithic period, having several roles and meanings: work, food, companionship, power, social status. As in other European countries, the presence of companion animals in Portuguese families has been growing and in 2018 these pets were already more than 7 million. Although not as numerous as cats or dogs, birds are common pets. The present work is the first contribution to the knowledge of the relationship between humans and their “companion birds” in the Lisbon region. We explored the significance and impacts of birds (mainly Psittacidae) on the respondents’ daily lives. We used questionnaires, interviews and observation and also resorted to digital ethnography. The physical and mental well-being of birds is a concern for guardians who perceived birds as “children” or “family members”.*

KEYWORDS: *Multi-species ethnography. Well-being. Pets.*

“ÉL ES MI HIJO”: SOBRE EL SIGNIFICADO DE LAS AVES

RESUMEN: *Al menos desde el Paleolítico, los otros animales están presentes en la vida del ser humano, asumiendo diversas roles y significados: trabajo, alimentación, hacer compañía, poder, estatus social. Al igual que otros países europeos, la presencia de “animales de compañía” en las familias portuguesas ha ido en aumento, con más de 7 millones en 2018. Aunque no son tan numerosos como los gatos o perros, las aves son “animales de compañía” comunes. Este trabajo es la primera contribución al conocimiento de la relación entre los seres humanos y sus “pájaros de compañía” (psitacideos) en la región de Lisboa. Exploramos los significados e impactos de las aves en la vida diaria de los encuestados. Utilizamos cuestionarios, entrevistas y observación y también recurrimos a la etnografía digital. El bienestar físico y mental de las aves es una preocupación de los guardianes para quienes asumen el papel de “hijo” o “miembro de la familia”.*

PALABRAS CLAVE: *Etnografía multiespecies. Bienestar. Animales de compañía.*

Agradecimentos

As autoras manifestam o seu agradecimento à direção do HE da FMV-ULisboa, nomeadamente ao Prof. Catedrático Doutor António José Ferreira e à Prof.^a Doutora Sandra Jesus. Agradecimentos são devidos à Prof.^a Doutora Ana Teresa Reisinho. Agradecemos ainda a todos os guardiões e aves que participaram neste estudo.

REFERÊNCIAS

- AMIOT, Catherine E.; BASTIAN, Brock. Toward a Psychology of Human-Animal Relations. **Psychological Bulletin**, n.141, v.1, p.6-47, 2015.
- ANDERSON, Patricia. K. Eagle. **Anthrozoös** – A Multidisciplinary Journal of The Interactions of People & Animals, n29, v.3, p.527-528, september 2016.
- ANDERSON, Patricia. K. Social Dimensions of the human-avian bond: parrots and their persons. **Anthrozoös** – A Multidisciplinary Journal of The Interactions of People & Animals, n.27, v.3, p.371-387, 2014.
- ANDERSON, Patricia K. Human-Bird Interactions. *In*: DUCAN, Ian J. H.; HAWKINS, Penny (org.). **The Welfare of Domestic Fowl and Other Captive Birds**. Nova Iorque: Springer, 2010. p.17-51.
- ANDERSON, Patricia K. A bird in the house: An anthropological perspective on companion parrots. **Animals and Society**, n.11- v.4, p.393-418, 2003.
- BERGMAN, Laurie; REINISCH, Ulrich S. Parrot Vocalization. *In*: LUESCHER, A. U. (org.). **Manual of Parrot Behavior**. Nova Iorque: Blackwell, 2006a. p.219-225.
- BERGMAN, Laurie; REINISCH, Ulrich. S. Comfort Behavior and Sleep. *In*: LUESCHER, Andrew. U. (org.). **Manual of Parrot Behavior**. Nova Iorque: Blackwell Publishing, 2006b. p.59-63.
- BERKES, Fikret. **Sacred Ecology**. Nova Iorque: Routledge, 2008.
- BRACKENRIDGE, Sandra; ZOTTARELLI, Lisa K.; RIDER, Erin; CARLSEN-LANDY, Bev. Dimensions of the human–animal bond and evacuation decisions among pet owners during Hurricane Ike, **Anthrozoös**, 25. p.229-238, 2002.
- BRYMAN, Alan. **Social Research Methods**. 5 ed. Oxford: Oxford University Press, 2016.

CASANOVA, Catarina. Serão os não humanos os últimos “outros” na Antropologia? Representações sobre a superioridade humana. **Trabalhos de Antropologia e Etnologia**, n. 56, p.106-134, 2016.

CASANOVA, Catarina. **Introdução à Antropologia Biológica**: Genética, Principios Evolutivos e Primatologia. Lisboa: ISCSP e FCT, 2006.

CASANOVA, Catarina; SOUSA, Cláudia; COSTA, Susana. Are Animals and Forests Forever? Perceptions of Wildlife at Cantanhez Forest National Park, Guinea-Bissau Republic. *In*: CASANOVA, Catarina; FRIAS, Sónia (org.). **Memória**. Lisboa: Sociedade de Geografia de Lisboa, 2014. p.69-104.

DARWIN, Charles R. **The Expression of the Emotions in Man and Animals**. Londres: John Murray, 1872.

EVANS-PRITCHARD, Evans E. **The Nuer**: A Description of the Modes of Livelihood and Political Institutions of a Nilotic People. Nova Iorque: Oxford University Press, 1996 [1940].

FOX, Rebecca. Hand-Rearing: Behavioral Impacts and Implications for Captive Parrot Welfare. *In*: LUESCHER, Andrew U. (org.). **Manual of Parrot Behavior**. Nova Iorque: Blackwell Publishing, 2006. p.83-93.

FRIEDMAN, S. G., MARTIN, Steve.; BRINKER, Bobbi. Behavior Analysis and Parrot Learning. *In*: LUESCHER, Andrew. U. (org.). **Manual of Parrot Behavior**. Nova Iorque: Blackwell Publishing, 2006. p.147-165.

GEERTZ, Clifford. Deep Play: Notes on a Balinese Cockfight. *In*: GEERTZ, Clifford. **The Interpretation of Cultures**. Nova Iorque: Basic Books, 1973. p.412-454.

GOVINDRAJAN, Rashika. The goat that died for family: Animals sacrifice and interspecies kinship in India's Central Himalayas, **American Ethnologist**, n.42. v.3, p.504-519, 2005.

GRANT, Rachel A., MONTROSE, Tamara V.; WILLS, Alison P. ExNOTic: Should We Be Keeping Exotic Pets? **Animals**, n.7, v.6, p.47, 2017.

GRAY, Peter B. YOUNG, Sharon M. Human-pet Dynamics in Cross-Cultural Perspective, **Anthrozoös**, n.24, v.1, p.17-30, 2011.

GRIER, Katherine C. **Pets in America**: a History. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2006.

HARAWAY, Donna J. Teddy Bear Patriarchy: Taxidermy in the Garden of Eden, New York City, 1908–36. *In*: DIRKS, Nicholas B.; ELEY, Geoff; ORTNER, Sherry, B. (org.). **Culture/Power/History**. Princeton: Princeton University Press, 1993. p.49–95.

HARAWAY, Donna, J. **The Companion Species Manifesto: Dogs, People and Significant Others**. Chicago: Prickly Paradigm Press, 2013.

INGOLD, Tim (org.). **What Is an Animal?** Londres: Routledge, 1994.

KIRKSEY, Eben; HELMREICH, Stefan. The Emergence of Multispecies Ethnography. **Cultural Anthropology**, n.25. v.4. p.545-576, 2010.

KNIGHT, John (org.). **Animals in person: cultural perspectives on animal-human intimacy**. Nova Iorque: Berg, 2005.

KOZINETS, Robert V. **Netnography: Redefined**. Londres: Sage Publication, 2015.

LATOUR, Bruno. **Reassembling the Social: An Introduction to Actor-Network-Theory**. Oxford: Oxford University Press, 2008.

LEACH, Edmund. Anthropological aspects of language: Animal categories and verbal abuse. *In*: LENNEBERG, Eric H. (org.). **New directions in the study of language** Cambridge: MIT Press, 1964. p.23-63.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **The Savage Mind**. Chicago: University of Chicago Press, 1966.

MATSON, Kevin D.; KOUTSOS, Elisabeth A. Captive Parrot Nutrition: Interactions with Anatomy, Physiology, and Behavior. *In*: LUESCHER, Andrew. U. (org.). **Manual of Parrot Behavior**. Nova Iorque: Blackwell Publishing, 2006. p.49-59.

MEEHAN, Cheryl & MENCH, Joy. Captive Parrot Welfare. *In*: LUESCHER, Andrew. U. (org.). **Manual of Parrot Behavior**. Nova Iorque: Blackwell Publishing, 2006. p.301-319.

NEVES, Céu. Papagaios e periquitos lideram importações ilegais, mas há quem prefira um puma ou um macaco. **Diário de Notícias**. Publicado em 19 de janeiro de 2020. Disponível em: <https://www.dn.pt/pais/papagaios-e-periquitos-lideram-importacoes-ilegais-mas-ha-quem-prefira-um-puma-ou-um-macaco--11720013.html>. Acesso em: 20 out. 2020. (consultado a 19 de fevereiro de 2020).

OGDEN, Laura A.; HALL, Billy; TANITA, Kamiko. Animals, Plants, People, and Things, A Review of Multispecies Ethnography. **Environment and Society: Advances in Research**, n.4, v.1, p.5-24, 2013.

PEPPERBERG, Irene M. Grey parrot cognition and communication. *In*: LUESCHER, Andrew. U. (org.). **Manual of Parrot Behavior**. Nova Iorque: Blackwell Publishing, 2006. p.133-145.

SAMPIERI, Roberto H.; COLLADO, Carlos F.; LÚCIO, Pilar B. **Metodologia de Pesquisa**. Lisboa: McGraw-Hill, 2015.

SEIBERT, Lynne M. Feather-Picking Disorder in Pet Birds. *In*: LUESCHER, A. U. (org.).

Manual of Parrot Behavior. Nova Iorque: Blackwell Publishing, 2006b. p.255-267.

SEIBERT, Lynne M. Social Behavior of Psittacine Birds. *In*: LUESCHER, A. U. (org.). **Manual of Parrot Behavior.** Nova Iorque: Blackwell Publishing, 2006a. p.43-49.

SERPELL, James A. Beneficial effects of pet ownership on some aspects of human health and behavior. **Journal of the Royal Society of Medicine**, n.84, p.717-720, 1991.

SERPELL, James A. Companion animals. In HOSEY, Geof; MELFI, Vichy (org.). **Anthrozoology: Human-Animal Interactions in Domesticated and Wild Animals.** Oxford: Oxford University Press, 2019. p.17-31.

SERPELL, James A. Humans, animals, and the limits of friendship. In PORTER, Roy; TOMASELLI, Sylvana (org.). **The dialectics of friendship.** Nova Iorque: Routledge, 1989. p.111-129.

SHIR-VERTESH, Dafna. Flexible personhood: Loving animals as family members in Israel. **American Anthropologist**, n.114, v.3, p.420-432, 2014

SIDDIQ, Abu B.; HABIB, Ahsan. Anthrozoology – An emerging robust multidisciplinary subfield of anthropological science. **Green University Review of Social Sciences**, n.3, v.1, p.45-67, 2016.

SIEGAL, Sidney. **Nonparametric statistics for the behavioral sciences.** Nova Iorque: McGraw-Hill, 1956.

SMART, Alan. Critical perspectives on multispecies ethnography. **Critique of Anthropology**, n.34, v.1, p.3-7, 2014.

VÁRIOS, **Statística.** Number of pet dogs in Europe (Consumer Goods & FMCG, Pets & Animal Supplies) PREMIUM. 2019. Disponível em: <https://www.statista.com/statistics/515010/pet-population-european-union-eu-by-animal/>. Acesso em: 07 jan. 2020.

VARIS, Pila. Digital Ethnography. *In*: GEORGAKOPOULOU, Alexandra; SPILIOTI, Tereza (org.). **The Routledge Handbook of Language and Digital Communication.** Londres: Routledge, 2016. p.55-68.

WALSH, Froma. Human-animal bonds I: the relational significance of companion animals. **Family Process**, n.8, v.4, p.462-480, 2009.

WELLE, Kenneth R. Behavior Classes in Veterinary Hospital: Preventing Problems Before They Start. *In*: LUESCHER, A. U. (org.). **Manual of Parrot Behavior.** Nova Iorque: Blackwell Publishing, 2006. p.165-175.

Recebido em 07/10/2020.

Aprovado em 08/11/2020.

O MELHOR AMIGO DO HOMEM: AFETOS E CACHORROS NO BRASIL EM PERSPECTIVA SOCIOLÓGICA

Marcia da Silva MAZON*

RESUMO: O artigo analisa a revista *Seleções/Reader's Digest* com o intuito de problematizar os efeitos do discurso a partir da idéia de comportamentos corretos ou heróicos tomando cachorros como mediadores. A revista destaca qualidades humanas em animais ao mesmo tempo em que separa quem enuncia (ou compila) daquele que é objeto do discurso. Com uma seção dedicada aos animais, observamos a comparação entre americanos e sul americanos expressa pelos comportamentos de animais, em particular o cachorro como parte da família. Os cachorros são mobilizados como mediadores entre o modelo ideal estadunidense urbanizado e a pacata e selvagem América do Sul a ser domesticada. A revista inaugura um ponto de vista dos animais explorando sua antropomorfização em contraponto a forma de agir dos sul-americanos. Este exercício se realiza no contexto das tensões da segunda guerra mundial e pós-guerra.

PALAVRAS-CHAVE: Animais de estimação. Humanos e animais. Revista *Seleções/Reader's Digest*. Antropomorfização.

Introdução

Ganha fôlego no Brasil e no mundo a discussão sobre direito dos animais e ética animal.¹ Isso contempla os animais que comemos (indústria de carne, laticínios, entre

* UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina. Departamento de Sociologia e Ciência Política. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política (PPGSP) e Núcleo de Sociologia Econômica (NUSEC). Florianópolis – SC – Brasil. 88040-900 – marciadasilvamazon@yahoo.com.br. <https://orcid.org/0000-0002-2953-1089>.

¹ A publicação de Peter Singer de 1975 anuncia *Libertação animal*, livro cult do movimento antiespecista. A divulgação de vídeos sobre a violência banalizada em abatedouros e a publicação do ensaio de Aymeric Caron *Antiespéciste* reforçaram o antiespecismo que se declara igualitarista por oposição ao humanismo considerado como ideologia da dominação.

outros) e os que amamos (animais de estimação). O direito dos animais ou bioética é considerado um avanço no campo da legislação comemorado como ampliação da esfera democrática no século XXI:² animais, considerados como máquinas na visão cartesiana, são agora considerados seres sencientes: sentem dor. Essa expressão impulsionada pelo jargão jurídico no Brasil e em outros países altera códigos civis e inaugura o ambiente legal em que animais deixam de ser tratados como coisas e ganham o estatuto legal de seres dotados de sensibilidade.

No final do século XX e início do século XXI autores como Digard (2012) observam uma virada obscurantista: o excesso de zelo pelos animais de estimação (alimentado pela tese animalista³) implicando a denegação e diabolização do próprio ser humano e a relativização da ciência: o animalismo pressupõe a consideração dos animais pela ciência do ser humano e da sociedade⁴ (DIGARD, 2012). Há uma mudança igualmente no que toca aos mercados: intensificação da exploração dos animais que comemos (de granja) acompanhada da supervalorização e criação de um mercado de consumo tanto de objetos como dos próprios animais de companhia⁵ (DIGARD, 2012; MAZON; MOURA, 2017).

Seguindo a tese de Digard (2012) de que a relação entre humanos e animais de estimação (*pet* na expressão em língua inglesa) pode contribuir para entender a relação entre os próprios seres humanos, argumentamos como as formas discursivas sobre a relação entre humanos pode ser expressa através de animais como mediadores (BORGES, 2017). Elegemos para esta pesquisa os cachorros por serem os animais mais frequentes nos lares e a primeira espécie domesticada (MORELL, 2015).

Conforme dados do IBGE existem mais cachorros do que crianças nos lares brasileiros (RITTO; ALVARENGA, 2015). Os cuidados com animais e técnicas

² As três posições filosóficas com relação ao direito dos animais: a cartesiana defende a natureza como privada de direitos. A republicana e humanista (Rousseau, Kant) entende que o ser humano é o único sujeito de direito, porém está ligado por deveres aos animais. O pensamento utilitarista de Peter Singer compreende que os animais compartilham com humanos a capacidade de sentir prazer e dor (FERRY, 1994).

³ A palavra “animalismo” significa o deslocamento do centro de gravidade social e cultural dos seres humanos para os animais, que se fortalece com o ativismo animalitário (DIGARD, 2012). O ativismo animalitário alcança a tela do cinema em produções como *Okja* (2017) e *Más noticias para o senhor Mars* (2017).

⁴ Novas especialidades científicas são criadas, como a arqueozoologia, etnociência na qual a etnozootecnia ou ainda antropologia da domesticação animal se tornam especialidades (DIGARD, 2012).

⁵ Há uma hierarquização entre animais de granja como a plebe e os animais de companhia como a elite: violência contra animais de granja, superproteção com os de companhia; ostracização com os primeiros e exposição ostentatória com os últimos (DIGARD, 2012).

cirúrgicas específicas para eles igualmente avançam⁶ (SEGATA, 2012). Cinema e televisão aumentam os investimentos em produções dedicadas aos animais, alçando-os à condição de atores principais (aventuras de porcos, cachorros, etc.).

O cuidado e a proteção de animais mantiveram-se como assuntos pautados pela esfera religiosa. Desde a inspiração do Velho Testamento, a ordem divina surge como apelo ao respeito pelos animais. Note-se, não o respeito pelos animais em si, mas pelo efeito sobre a dignidade humana que o maltrato poderia provocar. Desde o final do século XIV, as leis de caça restringiram a propriedade de cães para essa finalidade apenas a pessoas acima de um determinado nível social⁷ (THOMAS, 2010). A imagem dos cães não permanece estável muito menos evolui numa mesma direção. Ainda conforme Thomas (2010), o cão podia ser encarado como vil e desprezível e ao mesmo tempo ser visto como o maior símbolo de virtude heroica, fidelidade. Entretanto o início da era moderna inaugura os pilares da obsessão pelos cães. No século XVIII o cão era conhecido como o mais inteligente entre os quadrúpedes e o servo mais fidedigno (THOMAS, 2010). Em 1700 todos os sinais de valorização dos cães estavam evidentes: traziam enfeites, plumas, anéis e fitas, sendo presença constante nos retratos das famílias. O surgimento das cidades e do sanitarismo inaugura uma tensão entre humanos e animais; animais domésticos úteis cedem espaço aos animais de estimação⁸ (OLIVEIRA, 2006) inúteis (MAZON; MOURA, 2017).

A partir do século XX, Thomas (2010) menciona a presença dos animais de estimação intensificada na Europa ocidental junto a uma população mais urbanizada, que mora em apartamentos. A ironia é que o animal vive num espaço apertado, em geral esterilizado e isolado da convivência com outros animais. Serpell (2003) observa uma antropomorfização dos animais pelos seus donos.⁹ Essa ironia é bastante sensível no momento presente: de um lado surge uma literatura médica que confirma forte relação positiva entre melhoria da saúde humana e a presença de *pets* nos lares (SERPELL, 1991; WELLS, 2009). De outro, essa presença é menos benigna; a adaptação ao nicho

⁶ Um primeiro gato recebeu implante de patas na Inglaterra em 2009 e em 2017 outro recebeu implante de patas traseiras na Bulgária. Uma ONG de defesa dos animais financiou a operação com grande repercussão na mídia internacional (GATO..., 2017).

⁷ Uma lei do prefeito de Liverpool de 1567 determinava que mastins e cães de guarda fossem mantidos presos a fim de evitar prejuízos aos galgos, sabujos e *spaniels*; os três últimos, cães de fidalgos (THOMAS, 2010).

⁸ Eram três os traços distintivos dos animais de estimação em relação aos demais: frequentavam o espaço interno da casa, recebiam um nome e jamais serviam de alimento (THOMAS, 2010).

⁹ Antropomorfização é definida como atribuição de estados mentais humanos aos animais, fenômeno quase universal entre proprietários de *pets*: alimentar com comida humana, dar nome humano, fazer festa de aniversário, velório e enterro em cemitérios *pet* (SERPELL, 2003).

dos humanos é responsável por severos problemas de bem-estar do próprio animal (SERPELL, 2003). O crescimento da presença de animais domésticos entre as classes médias urbanas é, para Thomas (2010), processo de envergadura social, psicológica e comercial. No entanto, conforme Digard (2012), longe de uma função catártica, remédio contra a solidão, esses animais fazem parte de um kit de felicidade da família perfeita da classe média francesa: o *pet*, a casa individual e o jardim. Mais da metade das mulheres entrevistadas num *survey* afirmam contar mais com o afeto de seus cães e gatos do que o de seus maridos e filhos (SERPELL, 2003), fenômeno igualmente mencionado por Segata (2016) no Brasil.

Então antes de refletir sobre o grau de afeto de humanos em relação aos seus cachorros de estimação no interessa iluminar como esta relação é preenchida segundo diferentes discursos. Outras pesquisas exploraram o discurso de ódio entre humanos que se agredem por meio de analogias envolvendo propriedades associadas aos cachorros (Borges, 2017). Este artigo tem como objetivo refletir sobre os discursos envolvendo as tensões internacionais que permeiam a segunda guerra mundial envolvendo propriedades associadas aos cachorros, mas não qualquer cachorro, aqueles nomeados como de estimação.

Interessa-nos entender o fenômeno pela chave dos efeitos dos discursos. Aqui analisamos uma revista, *Seleções/Reader's Digest*. Conforme Bourdieu (1976) os meios de comunicação como instrumentos de comunicação e de conhecimento são responsáveis pela transmissão de um consenso a respeito do mundo social e há uma constante luta pela imposição dos critérios de classificação da realidade. Este autor observa: “O poder das palavras não reside nas próprias palavras, mas, nas condições que dão poder às palavras criando a crença coletiva, ou seja, o desconhecimento coletivo do arbitrário da criação de valor que se consoma através de determinado uso das palavras” (Bourdieu, 2006, p.161).

Em outras pesquisas, Bourdieu (2000, 2005) mostra o momento de preenchimento do Estado francês com atores formados pelo pensamento liberal; a tomada de posição desses atores no sentido da defesa do mercado de casas próprias tem um efeito prescritor estimulando tanto oferta como demanda, e a aquisição de casas no mercado, como arbitrário cultural, se transforma em projeto e prioridade das famílias francesas.

Seguindo as pistas desses autores analisamos uma revista que participou da vida dos brasileiros no período da Segunda Guerra Mundial e pós-guerra, inaugurando um ponto de vista sobre animais de estimação: *Seleções/Reader's Digest*. Este artigo está apoiado em dados primários e secundários. Os dados primários são os conteúdos (matérias, carta ao editor, editorial) da revista *Seleções* no período de 1940 a 1960, os

quais passaram por uma análise qualitativa de todas as matérias que se referiam aos cachorros (tanto como animal de companhia como objeto de pesquisa, animais de guerra e utilitários). Os dados secundários são estudos sobre a emergência da cultura de consumo no Brasil, literatura sobre história da família, história da criança no Brasil, história da vida privada no Brasil, assim como artigos científicos de diferentes áreas, que abordam os animais de estimação.

O foco é o período de emergência de uma sociedade urbana mais densa e a multiplicação dos veículos de comunicação e formação dos canais de ligação no país como estradas, correios, jornais. Interessa-nos explorar aspectos da sociogênese dessa intensidade de afeto em relação aos animais de estimação que se acomoda a uma esfera doméstica no Brasil mais adensado em sua trama urbana e industrial no período do pós-guerra e sob particular influência dos EUA.

O artigo está dividido em duas seções. Na primeira analisamos a presença estadunidense no Brasil e a circulação de uma revista que, sendo estadunidense, foi umas das publicações mais difundidas em mais de cem países durante décadas, com milhares de exemplares vendidos e que fez igualmente sucesso a partir de sua primeira edição entre brasileiros: *Seleções/Reader's Digest*. Na segunda seção analisamos os conteúdos das matérias e compilações sobre cães para explorar os elementos mobilizados na construção da razoabilidade de cachorros nos lares como animais de estimação.

O Brasil na primeira metade do século XX

Por volta da década de 1930 o Brasil vive um momento civilizador (ELIAS, 1994): o aparelho de Estado se torna mais centralizado e o poder cada vez mais se desloca do âmbito regional para o nacional. O nacionalismo ganha ímpeto e o Estado afirma-se; essa tendência é acentuada com a criação do Estado Novo no período 1937-1945. Modificações profundas ocorrem a partir desse período. Com o fim da Segunda Guerra Mundial termina o Estado Novo e é eleita uma Assembleia Nacional Constituinte com a tarefa de pensar um novo modelo de organização administrativa e política. A partir de 1964 com a tomada de poder pelos militares há uma crescente centralização política, econômica e administrativa por meio da integração do mercado nacional, da implantação de redes de estradas, de telefonia, de comunicação de massa, da concentração de tributos no âmbito federal e do controle das forças militares estaduais pelo exército (OLIVEN, 2002).

Se a implantação colonial, sob o jugo europeu, tinha como prática a exploração de matérias-primas e o cultivo de alimentos, a partir do século XX a expansão internacional do capitalismo industrial estadunidense transforma essa lógica. Calçada num padrão de industrialização intensivo em bens de consumo, investe na exportação de bens acabados: máquinas de costura, de escrever, automóveis, tratores, geladeiras. Com a Grande Depressão é urgente encontrar novos mercados para substituir as vendas internas nos EUA. Os países eleitos seriam aqueles que mais rápido se recuperassem dos impactos negativos da depressão mundial, como foi o caso do Brasil. Junto com as empresas que chegam ao país se somam as agências de publicidade. Elas se aproveitam dos avanços na qualidade da impressão com a prensa cilíndrica e do imenso parque de jornais e revistas (DURAND, 2013). As agências de publicidade assumem o comando da propaganda política quando os EUA declaram guerra à Alemanha e ao Japão: “[...] ‘vender’ a guerra aos estadunidenses era missão primordial, acenar com os confortos apresentados pelo regime da livre empresa era o foco principal”; o intuito era preparar o consumidor frustrado com a guerra para o momento em que as indústrias deixassem de produzir canhões e ofertassem geladeiras (DURAND, 2013, p.113).

Durante o regime autoritário da Revolução de 1930 e no Estado Novo o rádio é aberto à publicidade e promoção do governo. Cria-se um órgão central de controle da mídia: o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). O governo estadunidense cria a seguir *A voz da América*, noticiário com emissões em português para o Brasil. Uma das agências com filial no Brasil é a JWT. Seu diretor, Samuel Meek, que ocupou posições múltiplas entre governo e iniciativa privada, contribuiu para que a revista *Seleções* fosse implantada em diversos países (DURAND, 2013).

É nesse clima de mudanças que chega ao Brasil a revista *Seleções*. As revistas ilustradas serviam inicialmente como mídia de massa antes que esse papel fosse assumido pela televisão. A falta de imagens era substituída por peças gráfico-publicitárias. Essa revista tem seu auge entre as décadas de 1940 e 1960. Ela começa a ser distribuída no Brasil no momento em que o consumo começa a ser estimulado. Esse é o momento de consolidação de atividades de mercado, fim da escassez de insumos e plena atividade dos parques industriais. A fonte de prazer era atribuída ao comércio de produtos industrializados; movimento estimulado pelo discurso otimista dos meios de comunicação. A revista contém várias peças publicitárias sobre os bens duráveis mencionados acima que os EUA desejam ofertar no mercado brasileiro. É interessante notar igualmente o privilégio metodológico de isolamento que *Seleções* proporciona: ela chega ao Brasil no momento em que ainda não havia uma distribuição nacional de mídias, ela vai ser a primeira (jornais e revistas eram distribuídos de maneira regional ou no máximo estadual), e igualmente quando a população atinge uma proporção de

alfabetização significativa: se o censo de 1872 registra o mínimo de 11,5% de alfabetizados no Ceará e 27,4% como máximo no Paraná (ALENCASTRO, 2008), em 1940 serão 49,74% de homens alfabetizados e 41% de mulheres alfabetizadas no país (BELTRÃO; NOVELLINO, 2002).

Seleções e seu contexto: difusão e compilação moralizante

Ariès (2011) situa nos séculos XVII e XVIII o auge de um novo sentimento sobre a infância, uma preocupação em preservar a moralidade da criança. Educadores decidem impor seus escrúpulos e concepções proibindo a leitura de clássicos. Eles os reescrevem de maneira moralizante, preocupados com o pudor e o cuidado de evitar afrontas à castidade (ARIÈS, 2011). A revista *Seleções* trata-se igualmente de uma releitura, já que ela realiza a compilação de outras revistas e obras por editores de diferentes áreas, como veremos a seguir. Importante lembrar que o exercício de compilação já era conhecido no Brasil: entre os jornalistas existia o papel do “cozinheiro”, aquele que editava notícias que haviam sido publicadas em outros jornais. No entanto, esse exercício era sempre regional, no máximo estadual, como mostra o biógrafo de Assis Chateaubriand, Fernando Morais (2011). Iniciando suas aquisições na década de 1930, entre elas a do *Diário de Pernambuco* (o primeiro jornal onde trabalhara), Chatô foi o proprietário de mais de cem jornais, uma agência de notícias inaugurada em 1931 – quando no mundo só existiam cinco agências de notícias (três europeias e duas estadunidenses) –, revistas e posteriormente emissoras de rádio e televisão (MORAIS, 2011). As mensagens da revista *Seleções* constituem uma nova moralização ou um manual de boas maneiras da sociedade que toma os cachorros como seres que participam dos lares e da vida doméstica.

Importante considerar a década de 1940 como o ano de intensificação das relações políticas, econômicas, militares e comerciais entre EUA e América do Sul sob a égide da política de “boa vizinhança” e sob os auspícios do pan-americanismo constituído por Washington (PRADO, 1995). A aliança construída pelos Estados Unidos com a América Latina durante o primeiro governo de Franklin Roosevelt tinha como objetivo afastar a influência dos países do Eixo. No Brasil essa política consistiu em negociações em vários setores, entre as quais um empréstimo para a construção da Companhia Siderúrgica Nacional em Volta Redonda, que se tornou carro-chefe da política nacionalista da era Vargas, além de um financiamento para as Forças Armadas, outra meta do Estado Novo (LIRA NETO, 2013; PRADO, 1995). Cabe aqui lembrar os procedimentos estadunidenses nos anos anteriores à Segunda Guerra Mundial. Com o

temor do avanço da Alemanha na América do Sul o governo de Washington inicia uma mobilização diplomática em 1938; cria o órgão de divisão das Repúblicas Americanas com 14 escritórios, entre eles o de cooperação militar e comércio. Os Estados Unidos iniciam uma política de transmissão internacional de rádio no sentido de contrabalançar a propaganda alemã. No mesmo ano foi criada a Divisão de Relações Culturais do Departamento de Estado para incentivar a cooperação intelectual. Em 1940, incentivado por Rockefeller, o governo Roosevelt cria o *Office of the Coordinator of Commercial and Cultural Relations*, conhecido no Brasil como Birô Interamericano. Ele foi encerrado em 1946 e durante sua existência incentivou atividades no setor de comunicações, no setor cultural, entre outros. A área de comunicações compreendia rádio, cinema, imprensa, viagens e esportes¹⁰ (PRADO, 1995).

Foi momento marcante o ano de 1942, quando a revista *Seleções* ganhou sua versão em língua portuguesa no Brasil. Ela foi nomeada como a “revista da família americana”. Conhecida pelas “piadas na caserna” e “meu tipo inesquecível”, traz à memória a revista bem-humorada que alcança os lares brasileiros com sucesso entre as décadas de 1940 e 1960 (JUNQUEIRA, 1996). Ao mesmo tempo que transcende o espaço, divulga a experiência, concepção e crença dos estadunidenses. A revista começa a circular no Brasil dois meses após a entrada do país na Segunda Guerra Mundial. Sob o governo Vargas o país alinha-se ao bloco liderado pelos EUA (SCHERER Jr., 2014). No período da Segunda Guerra Mundial ela transpõe fronteiras e é lançada na Inglaterra em 1938 e no México em 1940, conforme seus editoriais. Na sequência, versões sueca, árabe, austríaca, alemã, japonesa e francesa. Todas as edições nos diferentes países foram sucesso imediato. Isso transformou *Seleções* no maior negócio de mídia impressa do século XX. A revista constitui-se durante a Guerra Fria como veículo a serviço dos aliados, iniciando sutil propaganda do *American way of life*, ideário da cultura americana.

Algumas das interpretações da Segunda Guerra Mundial se constituíram através dos textos e julgamentos binários emitidos por *Seleções*: o heroico soldado americano, o perigoso nazista, o dissimulado japonês (PRADO, 1995). A revista mostra os EUA como mundo harmonioso, visível e ordenado e contrapõe-se à América Latina fazendo referência às suas florestas: lugar do caótico, imaturo e desordenado. O homem americano ativo e empreendedor e o latino-americano passivo, atrasado, incapaz de

¹⁰ No Brasil o programa de rádio *Repórter Esso*, patrocinado pela companhia de Rockefeller (*Standard Oil*), ficou famoso e ligado à imagem de uma fonte segura de informações. Foram estimuladas as agências de notícias estadunidenses como a United Press e a Associated Press, as quais desbancaram agências italianas e alemãs e garantiram sua presença quase exclusiva no mercado de notícias no pós-guerra.

dominar a natureza ao seu redor (JUNQUEIRA, 1996). Fazendo coro a essa interpretação igualmente os cachorros são alçados à condição de heróis, destemidos, como veremos na próxima seção. A revista opera na mesma chave das peças publicitárias, como mostra Bourdieu (2000, p.40) na análise do mercado de casas próprias: a publicidade só é tão eficaz porque “encoraja disposições preexistentes para melhor explorar submetendo o consumidor às suas expectativas e às suas exigências ao mesmo tempo em que aparenta servi-lo”.

É possível observar os magazines de leitura rotineira como a revista *Seleções* como fonte de importação de ideias. O primeiro aspecto para o qual chamamos a atenção é o de que a revista teve por longas décadas grande distribuição, nos Estados Unidos inicialmente, e a partir da década de 1940 em diversos países. A tiragem de 1943 foi de 7 milhões de exemplares; em julho de 1944 foi de 11 milhões em cinco idiomas. Em junho de 1951 o editorial anuncia *Seleções* como a revista mais lida do mundo, com circulação mensal superior a 15 milhões e 500 mil exemplares. Em 1952 é editada em 11 idiomas e em dezembro de 1953 em 12 idiomas. O segundo aspecto se refere à atividade de compilação: a revista contrata editores de diferentes áreas e esses realizam uma seleção e condensação de artigos científicos, livros, outras revistas sobre assuntos corriqueiros do dia a dia, e organiza todas essas informações no mesmo patamar para o leitor comum com o mesmo grau de legitimidade, lembrando os compiladores dos clássicos da Grécia citados por Ariès (2011). Outrossim, quem confere essa legitimidade são os próprios editores ao eleger o assunto. Conforme Bourdieu (2001), a vida intelectual e artística, tutelada por instâncias externas até o final da Idade Média e Renascença, se liberta do comando da aristocracia e da Igreja com a constituição crescente de um público consumidor, um corpo de produtores e também pela multiplicação de instâncias de consagração e de difusão. O processo de autonomização da produção intelectual segue junto à constituição de uma categoria distinta de intelectuais (BOURDIEU, 2001). Quando mencionamos a constituição de um corpo de editores compiladores em *Seleções*, igualmente aqui se observa um movimento de diferenciação profissional.

Os leitores, por sua vez, poderiam ser desde chefes de Estado, cientistas e autoridades nacionais (que vez ou outra manifestavam seu apreço pela revista no espaço da contracapa, como espaço dos leitores) até donas de casa, presidiários e alunos de colégios que recebiam a revista gratuitamente (conforme notas dos editoriais).

No início (1922) a circulação máxima esperada era de 50 mil exemplares, mas no primeiro número serão 100 mil. No quinto número a revista chega ao Brasil e só aqui vendeu 150 mil exemplares. Em 1922 foram 5 mil exemplares enviados aos assinantes fundadores, e em 1942 “eram cinco milhões de exemplares saindo das rotativas do casal

Wallace” (EDITORIAL, 1942, p.12). O ano de 1949 é de especial importância para os editores, já que se trata do momento da Convenção Pan-Americana e Convenção Internacional, que regulamenta os direitos autorais de reprodução de texto de outras fontes.

Seleções reunia à época 61 redatores, antigos diretores de revistas especializadas em publicações literárias, científicas, religiosas, comerciais e educativas. “Os editores lêem as melhores revistas e publicações especializadas, principais jornais e livros mais importantes com leitores em 105 países e de todas as idades e classes sociais. **Lêem-se por igual, médicos e seus doentes, professores e seus alunos, patrões e seus empregados**”. (EDITORIAL, 1942, p.20, grifo nosso).

No Brasil, em 1942 a revista alcançou cidades do centro do país, além de outras localidades distantes, a exemplo do Acre, atendendo a 15 estados. O processo de distribuição de *Seleções* tinha um “representante geral” – Fernando Chinaglia, estabelecido na capital, Rio de Janeiro. O periódico só começa a ser editado e impresso no Brasil na década de 1950. O sucesso atingido pela revista *Seleções* estava relacionado tanto ao seu conteúdo quanto à sua forma de apresentação.¹¹ A revista era mensal, continha, em média, 30 artigos e anúncios, um artigo para ser lido a cada dia do mês, além de resenha de uma obra considerada pelos editores de *Seleções* como significativa (SCHERER Jr., 2014). Os artigos eram escolhidos a partir de uma fórmula de julgamento elaborada pelo fundador do periódico, De Witt Wallace, e obedecia à seguinte máxima: 1) “é digno de ser lido?”; 2) “é aplicável aos interesses da maioria?”; e 3) “é de interesse permanente?”. Vemos aqui o elemento dos manuais de boas maneiras conforme Elias (1994) discute em *O processo civilizador*, e ao mesmo tempo a formação de autoridade que legitima o que é digno de ser lido e o que pode ser considerado interessante. Igualmente como menciona Bourdieu (2001), o desenvolvimento de uma

[...] verdadeira indústria cultural e, em particular, a relação que se instaura entre a imprensa cotidiana e a literatura, favorecendo a produção em série [no caso da revista *Seleções* a compilação em série – de obras elaboradas segundo métodos semi-industriais] coincide com a extensão do público resultante da generalização do ensino elementar [como é o caso do Brasil à época] capaz de permitir às novas classes o acesso ao consumo cultural. (BOURDIEU, 2001, p.102).

¹¹ Entre magazines e outras publicações citadas como fonte para os artigos: *Time*, *New York Times Magazine*, *Life*, *Scientific American*, *Nature*, *Chicago Daily News*, *Herald Tribune*, *Cosmopolitan*, *Saturday Evening Post*, *The Rotarian Variety*, *Christian Science Monitor*, *Catholic Word*, *Pan American*, *This Week*, *American Legion*.

Cabe ressaltar que a tônica geral das peças publicitárias sugeria para os leitores, de maneira simultânea, o contexto da Segunda Guerra Mundial e os “inimigos em comum” de “todos” os americanos, bem como os frutos colhidos pelos aliados no futuro do pós-guerra. A sociedade brasileira, através das mensagens e anúncios veiculados em *Seleções*, alcançava farto material para constituir os seus próprios significados do *American way of life*, embora os estereótipos estivessem bem definidos: demonizar alemães e países integrantes do chamado, na época, “Eixo do Mal” (SCHERER Jr, 2014).

O cachorro como melhor amigo do homem: comparado com quem?

A expressão “o melhor amigo do homem”, conforme relato disponível na Wikipédia (GEORGE..., 2020) vem do estadunidense George Graham Vest, um senador que ficou conhecido pela defesa (na época em que era um advogado) de um fazendeiro que buscava justiça pela morte de seu cão provocada por um vizinho. Conforme os dados da Wikipédia o relato de Vest arrancou lágrimas, mas não só: tornou essa uma expressão automaticamente associada aos cães (quando usamos a expressão “o melhor amigo do homem”, ninguém pensa em gatos, peixes ou papagaios). O discurso de Vest faz este exercício que é constante nos relatos de *Seleções* de comparação humanos/não humanos: compara cachorros com humanos, para identificar outros humanos como ameaça:

Senhores jurados, o melhor amigo que um homem tem neste mundo pode voltar-se contra ele e tornar-se seu inimigo. Aqueles que estão mais próximos e são mais amados por nós – aqueles a quem nós confiamos nossa felicidade e nosso bom nome – podem tornar-se traidores desta confiança. O dinheiro que um homem tem, pode perder [...]. O único amigo desinteressado que um homem pode ter neste mundo egoísta – aquele que nunca é ingrato ou traiçoeiro – é seu cão. Senhores jurados, o cão permanece com seu dono na prosperidade e na pobreza, na saúde e na doença. [...] ele lambe as feridas e as dores que aparecem nos encontros com a violência do mundo. [...] Quando todos os amigos o abandonarem, ele permanecerá. Se a fortuna arrasta o dono para o exílio, sem amigos e sem abrigo, o cão fiel não pede mais do que o privilégio de acompanhá-lo, a fim de protegê-lo contra o perigo, a fim de lutar contra seus inimigos. E quando a cena final se apresenta e a morte leva o dono em seus braços [...] não importa que todos os amigos sigam seu caminho; lá, ao lado de sua sepultura, se encontrará o nobre cão, [...] fiel e verdadeiro até à morte. (GEORGE..., 2020).

Conforme o relato aquele que é capaz de uma vilania com um cachorro não merece ser qualificado como humano. Por meio dos cachorros as pessoas avaliam suas humanidades (Borges, 2017).

Importante considerar que a comparação entre humanos e outros animais não humanos que surge nos relatos de *Seleções* tem precedentes em outros registros no Brasil. O interessante é notar que até esse momento predominam os exercícios de zoofilização: humanos são comparados aos animais; o século XX traz a novidade inversa: a antropomorfização – animais passam a ser comparados com humanos. A zoofilização é um relato constante de Freire (2016) ao abordar o Brasil imperial e a situação dos escravos: eles são comparados e utilizados como cavalos e como mulas a tal ponto, segundo o autor, que esse processo adia a aquisição de cavalos pela corte no Rio de Janeiro e adia a instalação de um sistema de esgoto.¹² Igualmente mobilizando a comparação de humanos com animais faz menção à “vadiagem” infantil no início da acomodação das classes trabalhadoras ao meio urbano no Brasil, nas palavras de Washington Luís no ofício ao comandante da Guarda Cívica:

Já temos a recomendarmos [...] aos que visitam estas numerosas matilhas de cães vagabundos e inúteis que uma mal entendida proteção enquadra de mais conveniente e imoralizado destino [...] e nosso desamor pela sorte de uma juventude que foge da escola e das fábricas para se viciar nas ruas [...]. (SANTOS, 2013, p. 220).

Falando do século XX, a revista *Seleções* foi inaugurada com o relato do heroísmo de um cachorro: um dos primeiros artigos da revista aborda a história de Rin Tin Tin, cão que se transformou em famoso personagem de TV estadunidense e, segundo a lenda contada pela revista, foi encontrado nos escombros da Primeira Guerra Mundial. Em episódios da série de televisão em que é o protagonista, ele salva humanos de outros humanos.

Seleções opera um trabalho cuidadoso de compilação e fornece valores, críticas, reflexões sobre diferentes temas incluindo uma coluna constante sobre animais de estimação, com particular atenção aos cachorros: de início cães úteis de guerra e ao longo dos anos os cães dentro das casas e no colo dos donos, desarrumando as camas ao

¹² A ausência de um sistema de esgotos e migração massiva de europeus (corte e burocratas) fez com que o Rio de Janeiro mobilizasse os tigres: nome com o qual eram chamados os escravos que despejavam dejetos domésticos nas praias. Alencastro (2008) sugere como motivo da expressão a cor tigrada dos escravos sujos.

mesmo tempo que salvam vidas. No mesmo movimento em que a revista propõe formas de etiqueta, ela insere a razoabilidade dos cachorros nos lares.

Citamos na sequência exemplos de artigos que constituem a menção aos cachorros e o processo de antropomorfização conforme interpretado pelos editores da revista. Num artigo de junho de 1942 sobre um cão que impõe sua vontade e sua razão ao mesmo tempo que é desrespeitoso com humanos: “Eu queria comprar vários filhotes [...] decidi adquirir ao menos um bicho grande [...] Eu estava examinando alguns filhotes quando um deles aterrizou sentado nos meus pés [...] Eu acabara de ser escolhido [...]” (GOODMAN; GREEN, 1942, p.72). “O cachorro sabe que o dono é dele. Quando o dono começa a comer, o cachorro olha para ele e ganha a primeira garfada [...] Deixa seu terno desalinhado [...]” (GOODMAN; GREEN, 1942, p.73). Em outra publicação, de dezembro de 1942, o cão ataca humanos sob a cumplicidade da família: “[...] um cão com temperamento [...] mordeu mais de 40 convidados [...]” (THURBER, 1942, p.11). A mãe da família enviava bombons no Natal para compensar o constrangimento. Em março e maio de 1943, exemplos de antropomorfização: o dono viajava e o cão o aguardava e lhe trazia as pantufas. Morreu com as pantufas na boca. Um artigo de maio de 1943: o cão tinha ciúmes de outros cães: subia em todas as camas e as desarrumava quando sozinho. Em junho de 1943, em um artigo da *American Kennel Gazette*, dois exemplos de heroísmo: o cachorro que protege o gato e um cachorro que ajuda outro a tirar a mordaca (CACHORROS..., 1943). Em julho de 1943, o heroísmo e a comparação com humanos de um cão pastor-da-escócia: “Lembro dele melhor que de muitos homens e mulheres que já faleceram” (TERHUNE, 1943, p.16). Trazia o jornal para o dono. Ainda em julho de 1943 a imagem do cão herói e o anúncio de 40 mil cães selecionados para a guerra, cães que descobriam a posição do inimigo, mensageiros e padioleiros. Em janeiro de 1944, outro exemplo de antropomorfização: o cão mascote de um navio da guarda costeira norte-americana tinha suas tavernas preferidas e namoradas em cada uma.

Aqui é possível observar os mesmos efeitos da publicidade que Bourdieu (2000) encontra no mercado de casas próprias: a publicidade, segundo o autor, estaria relacionada ao encantamento; ela usa efeitos que podem ser considerados “poéticos”, como os cães heróis salvadores. Com a poesia e “com efeitos perfeitamente semelhantes ela [publicidade] brinca com as conotações da mensagem, usando sistematicamente o poder que a linguagem poética detém de evocar as experiências vividas” (BOURDIEU, 2000, p.40). Bourdieu (2000) cita Marc Augé para falar da experiência do leitor de anúncios imobiliários explicitando as experiências subjetivas que os anúncios fazem surgir no seu espírito: o de homem cidadão, cultivado; aqui, para os cachorros, homens e mulheres que inauguram a experiência urbana, industrial e em particular a experiência

de estarem expostos a uma publicidade direta, aquela dos anúncios de eletrodomésticos, e indireta, que vai indicando lentamente a entrada mágica dos cães nas casas e nas experiências domésticas.

Um dos autores mais frequentes na menção aos cachorros em *Seleções* é Alan Devoe; sua participação tem um título particular: *O melhor amigo do homem*. Expressão que defende que o único amigo desinteressado de um ser humano é o seu cão, conforme já mencionado. As contribuições de Alan Devoe são em geral relatos de cães heróis e antropomorfizados e exercendo a razão. Em fevereiro de 1945 menciona um cão salvando outro de uma caverna; a revista de dezembro de 1945 apresenta um cão travesso até que a família é visitada por um cego e ele se torna educado, ou seja, ele pode repensar a sua maneira de agir.

Conforme o tempo passa os relatos ganham tons fantásticos e espetaculares: em dezembro de 1945 o cão advinha que seu dono (aviador da guerra) está em apuros no meio da mata e o salva, um *cocker spaniel* acompanha o dono no jogo de golfe e delata um *caddie* que havia roubado uma bola. Em abril de 1949, um cachorro que sobe as escadas com dificuldade para se despedir do dono antes de morrer, e em outro artigo do mesmo ano a cadela que esconde filhotes para que não sejam doados ao vizinho. O tom fantástico coincide com o final da Segunda Guerra Mundial, onde estadunidenses e aliados são anunciados em outros artigos da revista como os heróis da guerra.

A partir agosto de 1950 os artigos de *Seleções* ganham o tom de aconselhamento de como cuidar dos bichos, agora já parte dos lares: o cão deu tudo ao homem: amor, consolo, diversão, foi sentinela, cuidou de criança e do gado. No artigo de novembro de 1951 o animal como presença dos lares: ter cães é como ter mulher e filhos; “tira sua liberdade, mas você não vive sem eles” (ANGELL, 1951, p.74). Em maio de 1952 o artigo menciona o favorito da *Scotland Yard* – cão terra-nova que ganhou manchetes de rádio e televisão. Recebeu correspondência de fãs, foi afagado pela rainha Elizabeth. Apanhou mais de cem delinquentes em três anos. “Trabalhou melhor do que a maioria dos guardas” (MONAHAN, 1952, p.116). Em junho de 1952 se inverte a relação de autoridade entre o cão e seu dono e a presença dos cães nos lares se estabelece de forma completa: meu cão, meu dono. “Bem ensinado o homem pode ser o melhor amigo do cão. Eu pertenço a um *setter* inglês. Ele me adquiriu quando tinha 6 meses e vem me ensinando, hoje estou domesticado; nem todo cão consegue educar um homem, segredo de paciência” (FORD, 1952, p.76). O número de novembro de 1968 trata do último ritual da vida e de como adequá-lo ao novo membro da família: onde enterrar um cão. Em campos abertos; o melhor local no coração do dono.

Observa-se uma adaptação dos lares à sociedade de consumo que traz junto a aceitação dos cães e suas extravagâncias; no ponto de passagem os cães são os reis dos

lares e seus donos apenas devem agir de forma a não ameaçar o bem-estar desses novos moradores; são os humanos que devem ser adestrados para lidar de forma civilizada com seus cães. O significado dos cães chega junto com geladeiras, máquinas de escrever e de costura; um kit de felicidade completo como mencionado por Digard (2012) e impulsionado pela especialização profissional da publicidade e dos compiladores no contexto da Segunda Guerra Mundial. Há uma relação de superposição que se alterna entre o animal útil e salvador e o animal folgado, essa relação reforça a presença dos cachorros nos lares como parte da nova sociedade de consumo no Brasil.

Seleções projeta uma imagem de cachorros como amigos leais dos humanos (contra outros inimigos humanos), heroicos (num período de guerras e da Guerra Fria) e mostrando relatos e histórias que chegam de diferentes fontes (de revistas náuticas – cachorros heróis no mar; de revistas científicas – descobertas de como adestrar o cão; de revistas urbanas, religiosas ou não – da presença dos cachorros no cotidiano das pessoas e na hora sagrada da morte). Imagens que compõem um mosaico de um ser que, à medida que perde sua animalidade, ganha humanidade inclusive acima de outros humanos considerados fonte de frustração e decepção. Há uma tensão básica entre a utilidade do cão para os humanos e a possibilidade de os humanos serem úteis aos cães. Mais importante do que dizer se uma dessas leituras predomina é importante destacar como elas se reforçam na medida em que justificam a presença dos cães nos lares.

Considerações Finais

O início do século XXI Digard (2012) afirma uma mudança no estatuto cultural dos animais de companhia que secunda os humanos em relação aos primeiros. Os animais de estimação são parte da família, ali tratados como crianças ou são seus substitutos. Esperamos que este artigo possa contribuir para iluminar o fenômeno a partir das singularidades do Brasil.

Apontamos aspectos do arranjo institucional no Brasil no qual os cachorros de estimação fazem sentido, são investidos de significado e de como as pessoas avaliam suas humanidades através dos cachorros. Defendemos que pistas sobre esse processo podem ser encontradas nas publicações do período da Segunda Guerra Mundial e pós-guerra, em particular em uma revista amplamente difundida no país: a revista estadunidense *Seleções*.

Ela começa a ser traduzida e publicada no Brasil no início da Segunda Guerra Mundial e ganha reconhecimento internacional nessa década de 1940. Ela serve como instrumento de propaganda dos ideais norte-americanos ao mesmo tempo que aborda

alemães e japoneses como inimigos a serem temidos. Os cães aparecem como melhores amigos do homem, mas não só. Também como protetores dos homens contra outros homens, como era o espírito das duas guerras mundiais do século XX. Esse é o encaixe dos casos contados por diferentes publicações e posteriormente animados por cartas de leitores, os quais reproduzem casos épicos com seus animais de estimação. Esse periódico surge dentro do projeto de política de boa vizinhança dos EUA num movimento de aproximação da América do Sul a fim de evitar a influência da Alemanha. *Seleções* opera como um manual de boas maneiras no qual a melhor forma de viver é, entre outras sugestões, tratar os cachorros como o “melhor” amigo do homem, expressão que significa secundar humanos.

O artigo abordou a forma como a revista *Seleções* investiu cachorros de significados ao apresentá-los como animais domésticos, contribuindo por sua vez em uma transformação da relação entre humanos e não humanos. O artigo trouxe como reflexão o fato de que a revista operou na chave de peças publicitárias, uma vez que projetou uma imagem dos cachorros a partir de um papel moralizante, que educa a sociedade sobre como se relacionar com esses animais não só introduzindo-os nos lares, como também suprimindo o que eram consideradas como formas de tratamentos violentos e cruéis.

As pistas desta pesquisa indicam que a relação de humanos e cachorros é um entre outros caminhos para pensar a relação de humanos entre si, proposta já defendida por outros autores da sociologia e antropologia. Thomas (2010) alerta para o fato de as pessoas considerarem necessário para sua integridade pessoal criar um animal dependente, nos diz muito sobre a sociedade atomizada em que vivemos. Como na análise de Elias (1994), aqui igualmente brasileiros são convidados a uma contenção da libido: suportar as extravagâncias dos seus animais de estimação, que rasgam almofadas, mordem outros humanos, e recebê-los como heróis que são no espaço privado, ou que se tornarão, tudo a depender da atitude dos humanos. Aqui igualmente como em Thomas (2010) é possível observar aspectos de uma síntese da classe dominante: humanos que suportam extravagâncias de cães e, ainda, cães delatores de ladrões vigiando a propriedade privada.

MAN'S BEST FRIEND: AFFECTIONS AND DOGS IN BRAZIL FROM A SOCIOLOGICAL PERSPECTIVE

ABSTRACT: *The article analyzes the Reader's Digest Magazine in order to problematize the effects of discourse from the idea of correct or heroic behaviors taking*

dogs as mediators. The magazine highlights human qualities in animals while separating those who enunciate (or compile) from those who are the object of discourse. With a section dedicated to animals, we observe the comparison between Americans and South Americans expressed by the behavior of animals, mainly the dog as part of the family. Dogs are mobilized as mediators between the idealized urbanized American model and the quiet and wild South America to be domesticated. The magazine introduced an animal point of view by exploring their anthropomorphization as a counterpoint to the South American way of acting. This exercise takes place in the context of the tensions of World War II and post-war.

KEYWORDS: *Pets. Humans and animals. Reader's Digest magazine. Anthropomorphization.*

EL MEJOR AMIGO DEL HOMBRE: AFECCIONES Y LOS PERROS EN BRASIL EN UNA PERSPECTIVA SOCIOLÓGICA

RESUMEN: *El artículo analiza la revista Seleções / Reader's Digest para problematizar los efectos del discurso a partir de la idea de comportamientos correctos o heroicos tomando a los perros como mediadores. La revista destaca las cualidades humanas en los animales al tiempo que separa a los que enuncian (o compilan) de los que son objeto del discurso. Con una sección dedicada a los animales, observamos la comparación entre estadounidenses y sudamericanos expresada por el comportamiento de los animales, en particular el perro como parte de la familia. Los perros se movilizan como mediadores entre el modelo ideal urbanizado de los EE.UU. y la tranquila y salvaje América del Sur a ser domesticados. La revista inaugura un punto de vista animal al explorar su antropomorfización como contrapunto a la forma de actuar sudamericana. Este ejercicio tiene lugar en el contexto de las tensiones de la Segunda Guerra Mundial y la posguerra.*

PALABRAS CLAVE: *Animales de compañía. Humanos y animales. Revista Seleções / Reader's Digest. Antropomorfización.*

Agradecimentos

Agradeço as críticas e sugestões da debatedora Maria Carman à primeira versão deste artigo no quadro do OP 153 - *Science and technology of human and animal relationship*

no IUAES de 2018. Agradeço Antonio B. da Silva que me concedeu gentilmente acesso à sua biblioteca completa de *Seleções* tão bem como Mariza da Silva pelo apoio na conferência de referências.

REFERÊNCIAS

- ALENCASTRO, L. F. Vida privada e ordem privada no Império. In: NOVAIS, F. (coord.). **História da vida privada II: Império: a corte e a modernidade nacional**. 9. reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. p.11-93.
- ANGELL, R. Histórias de cães (condensado de Holiday). **Seleções do Reader's Digest**, Rio de Janeiro, p.72-75, nov. 1951.
- ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. Trad. Dora Flaksman. 2. imp. Rio de Janeiro: LTC, 2011.
- BELTRÃO, K. I.; NOVELLINO, M. S. **Alfabetização por raça e sexo no Brasil: evolução no período 1940-2000**. Rio de Janeiro: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística: Escola Nacional de Ciências Estatísticas, 2002. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv1425.pdf>. Acesso em: 15 set. 2020.
- BORGES, A. Cães e preconceitos na África do Sul: um diálogo entre literatura e etnografia. **Horizontes Antropológicos**, ano 23, n. 48, 2017, p. 225-252.
- BOURDIEU, P. **A produção da crença: contribuição para uma economia dos bens simbólicos**. 3 ed., Rio Grande do Sul: Zuk, 2006.
- BOURDIEU, P. O campo econômico. **Política & Sociedade**, n. 6, p.15-58, 2005.
- BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2001.
- BOURDIEU, P. **As estruturas sociais da economia**. Lisboa: Instituto Piaget, 2000.
- BOURDIEU, P. Le couturier et sa grife: contribution à une theorie de la magie. **Actes de la Recherche em Sciences Sociales**, n. 1, p.7-36, janv. 1976.
- CACHORROS sabidos (condensado do American Kennel Gazette). **Seleções do Reader's Digest**, Rio de Janeiro, n. 17, p.48-49, jun. 1943.
- CARON, Aymeric. **Antispéciste**. Réconcilier l'humain, l'animal, la nature. Dom Quichotte éditions, 2017.

DIGARD, J.-P. Le tournant obscurantiste en Anthropologie: de la zoomanie à l'animalisme occidentaux. **L'Homme**, v. 203-204, n. 3, p.555-578, 2012.

DURAND, J. C. Agência de publicidade como escola: adesão ao sonho americano. In: CANEDO, L.; TOMIZAKI, K.; GARCIA, A. (org.). **Estratégias educativas das elites brasileiras na era da globalização**. São Paulo: Hucitec: Fapesp, 2013. p.108-129.

EDITORIAL. **Seleções do Reader's Digest**, Rio de Janeiro, tomo 1, n. 5, p.1-34. jun. 1942.

ELIAS, N. **O processo civilizador**: uma história dos costumes. Trad. Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994. 2 v.

FERRY, L. **A nova ordem ecológica**: a árvore, o animal, o homem. São Paulo: Ensaio, 1994.

FORD, C. Meu cão, meu dono (condensado do This Week). **Seleções do Reader's Digest**, Rio de Janeiro, p.75-77, jun. 1952.

FREIRE, G. **Sobrados e mocambos**. 15. ed. 3. reimp. São Paulo: Global, 2016.

GATO recebe implante de patas na Bulgária. **Folha de S. Paulo**, 28 jan. 2017. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/ciencia/2017/01/1853777-gato-recebe-implante-de-patas-na-bulgaria.shtml>. Acesso em: 15 set. 2020.

GEORGE Graham Vest. In: WIKIPÉDIA. San Francisco: Wikimedia Foundation, 2020. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/George_Graham_Vest. Acesso em: 15 set. 2020.

GOODMAN, J.; GREEN. A. Preso por ter cão (condensado de How to Do Practically Anything). **Seleções do Reader's Digest**, Rio de Janeiro, n. 5, p.72-74, jun. 1942.

JUNQUEIRA, M. A. Seleções do Reader's Digest: o olhar norte-americano sobre a América Latina. **História Revista**, v. 1, n. 2, p.95-105, 1996.

LIRA NETO. **Getúlio**: do governo provisório à ditadura do Estado Novo (1930-45). São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

MÁS NOTÍCIAS para o senhor Mars. Filme. Direção: Dominik Moll. Nacionalidades: França, Bélgica. Título original Des nouvelles de la planète Mars. Lançamento 18 de maio de 2017. Duração: 1h 41min. Distribuição: IMOVISION.

MAZON, M. S; MOURA, W. G. Cachorros e humanos. Mercado de rações pet em perspectiva sociológica. **Civitas: Revista de Ciências Sociais**, v. 17, n. 1, p.138-158, 2017.

MONAHAN, J. O favorito da Scotland Yard (condensado do New Liberty). **Seleções do Reader's Digest**, Rio de Janeiro, p.109-116, maio 1952.

MORAIS, F. **Chatô**: o rei do Brasil. 4. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

MORELL, V. Evolução: do lobo ao cão. **SCIAM**, ano 13, n. 159, p.26-34, 2015.

OLIVEIRA, S. B. C. **Sobre homens e cães**: um estudo antropológico sobre afetividade, consumo e distinção. 2006. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Antropologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

OLIVEN, R. Cultura brasileira e identidade nacional. In: MICELI, S. (org.). **O que ler na ciência social brasileira**: vol. IV. São Paulo: Anpocs: Sumaré; Brasília: Capes, 2002. p.15-44.

OKJA. Filme. Direção: Bong Joon Ho. Nacionalidades: Coreia do Sul, EUA, 2017. Duração: 120 min. Distribuição: Netflix.

PRADO, M. L. C. Ser ou não ser um bom vizinho: América Latina e Estados Unidos durante a guerra. **Revista USP**, São Paulo, v. 26, p. 52-61, jun./ago. 1995.

RITTO, C.; ALVARENGA, B. A casa agora é dos cães – e não das crianças. **Veja**, 4 jun. 2015. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/noticia/entretenimento/a-casa-agora-e-dos-caes-e-nao-das-criancas>. Acesso em: 12 jan. 2016.

SANTOS, M. A. C. Criança e criminalidade no início do século XX. In: DEL PRIORE, M. **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013. p.210-230.

SCHERER Jr., C. A disseminação da cultura e da ideologia norte-americana no Brasil no contexto da II Guerra Mundial e o caso da revista Seleções Reader's Digest. **Revista Latino-Americana de História**, v. 3, n. 10, p.7-22, 2014.

SEGATA, J. Quando o animal dura mais que a estimação. **Mana**, v. 22, n. 3, p.831-856, 2016.

SEGATA, J. **Nós e os outros humanos, os animais de estimação**. 2012. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

SERPELL, J. A. Anthropomorphism and anthropomorphic selection: beyond the 'cute response'. **Society and Animals**, v. 11, n. 1, p.83-100, 2003. DOI: 10.1163/15685300232093692. Disponível em: www.researchgate.net/publication/233582872. Acesso em: 15 set. 2020.

SERPELL, J. A. Beneficial effects of the ownership on some aspects of human health and behavior. **Journal of the Royal Society of Medicine**, v. 84, p. 717-720, 1991.

SINGER, Peter. **Libertação Animal**. 1975. Disponível em: <https://olhequenao.files.wordpress.com/2011/12/peter-singer-libertac3a7c3a3o-animal.pdf>. Acesso em 29 out. 2020.

TERHUNE, A. P. Meu cachorro inesquecível. **Seleções do Reader's Digest**, Rio de Janeiro, tomo IV, n. 18, p.14-16, jul. 1943.

THOMAS, K. **O homem e o mundo natural**: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800). São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

THURBER, J. O cachorro que mordida o dono (condensado de *My Life and Hard Times*). **Seleções do Reader's Digest**, Rio de Janeiro, tomo II, no. 11, p.10-12, dez. 1942.

WELLS, D. L. The effects of animals on human health and well being. **Journal of Social Issues**, v. 65, n. 3, p.523-543, 2009.

Recebido em 20/08/2020.

Aprovado em 29/08/2020.

ANIMAIS, ALIMENTAÇÃO E CLASSE SOCIAL

Juliana ABONIZIO*

RESUMO: Humanidade e animalidade são conceitos construídos de forma a criar uma determinada compreensão do que é ser humano. Apesar de o homem ser um animal é contudo, o único animal que cozinha e não o faz apenas para sua espécie. Os humanos se alimentam de animais e alimentam outros animais, sejam os de criação, engorda e venda, sejam aqueles eleitos para estima. Neste trabalho, proponho uma reflexão a partir da alimentação e forma corporal, sendo esses fatores determinantes, embora sujeitos à mobilidade social, da posição ocupada pelos animais humanos e não humanos na estrutura de classe.

PALAVRAS-CHAVE: Relações humano-animal. Alimentação. Estratificação social.

Introdução

Como parte do projeto *Cidade multiespécie: as relações urbanas entre animais humanos e não humanos* realizado na Universidade Federal de Mato Grosso, este artigo tem por objetivo refletir sobre as relações entre animais humanos e animais não humanos escolhidos para estima e companhia. Apesar de várias espécies poderem gozar da afeição e da convivência humana, incluindo aquelas consideradas exóticas, como cobras e iguanas, o cão ainda tem o título de melhor amigo do homem, sendo essa espécie a que mais convive com humanos nos lares brasileiros; por essa razão, foi a escolhida para esta análise.

Não obstante o apreço pelos cães, o amor não é ilimitado; assim, também há os casos de abandono e maus-tratos, mesmo entre aqueles considerados, ao menos verbalmente, inseridos na família. Animais velhos e doentes podem ser eutanasiados,

* UFMT – Universidade Federal de Mato Grosso. Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura Contemporânea (ECCO-UFMT). Cuiabá – MT – Brasil. 78060-900 – abonizio.juliana@gmail.com – <https://orcid.org/0000-0002-8361-7262>.

mesmo que ainda possam ter uma sobrevida sem sofrimento, se forem requeridos tratamentos custosos de tempo e dinheiro. O abandono e o sacrifício não são raros, como demonstra Segata (2016) ao discutir a respeito da cadela Belinha, que, abandonada pelos donos após dez anos de convivência, sobreviveu nos fundos de uma clínica veterinária como estoque de sangue para doação.

A causa de sua velhice pouco saudável, segundo o autor, seria explicada, possivelmente, por uma alimentação mal balanceada no passado, já que era bastante corriqueiro que a dieta dos animais fossem as sobras da comida dos humanos. O que ainda ocorre, especialmente em lares mais pobres.

Segundo o estudo clássico de Kulick (2009), James Spratt, ao ver cães revirando lixo em Londres, teve a ideia de produzir biscoitos caninos de carne por volta de 1860 e, passada uma década, passou a vender os tais petiscos nos Estados Unidos, conquistando um grande público consumidor e se espalhando por vários países. Segundo o autor, através de uma publicidade intensa, criou-se uma necessidade até então inédita: comprar comidas feitas exclusivamente para os animais de companhia. No aprofundamento da sua reflexão, Kulick (2009) demonstra que no mercado de rações, o que mais cresce e também é o mais dispendioso é o segmento das rações especializadas.

Tal reflexão acerca da nutrição adequada aos animais traz como anexo o debate sobre a nutrição humana, afinal nem todos os humanos têm o direito efetivo a uma alimentação adequada e, portanto, nem todos os humanos têm o direito de fornecer uma alimentação adequada ao animal de sua estima. A alimentação, desse modo e pelo seu preço, cria critérios de diferenciação social baseada no poder de consumo: a) sobre quem tem ou não direito a tutelar animais; b) sobre os animais que têm ou não acesso a uma alimentação diferenciada. Nesse caso, a diferenciação que atinge animais humanos e não humanos é baseada no consumo alimentar, não importando se se trata de quem come ou de quem paga pela comida.

No entanto, Kulick (2009) não aborda apenas a questão da alimentação dos *pets*, aborda também o corpo que portam. Em resumo, os “gordotes”, como cita o autor, já foram considerados fofos e engraçados, mas, na atualidade, os cães magros gozam de maior prestígio na escala social, ao lado de seus donos também magros.

Desse modo, podemos aferir que a forma corporal e a alimentação, à exceção de casos relativos à medicina, estão interligadas e identificam pertencimentos a determinados extratos sociais. Os corpos gordos associados à comida processada e de má qualidade são localizados nos extratos inferiores. Ao contrário, pertencem às camadas mais ricas da sociedade os corpos magros, de humanos e animais, associados

às dietas balanceadas, sejam de rações específicas, sejam de comidas light e diet ou ainda de orgânicos, todas evidentemente mais custosas.

Segundo o já citado Kulick (2009), a obesidade tem diminuído a fronteira entre a espécie humana e as demais espécies, contudo, sem discordar do autor, pretendo retomar a discussão entre as (in)definições entre humanidade e animalidade. Pelo menos até o momento, apesar de alguns experimentos questionarem o que afirmo a seguir, o homem é o único animal que cozinha e a comida tem sido bastante relevante na aproximação interespecífica de três modos: a aproximação com espécies silvestres mediante oferta de comida como atrativo para o contato; a atribuição de humanidade aos animais de companhia, que já têm livros de receitas e padarias próprias ao seu consumo; a privação da humanidade aos humanos pobres e/ou gordos.

Diante do objetivo proposto de refletir sobre as relações entre animais humanos e animais não humanos escolhidos para estima e companhia, utilizei referenciais teóricos dos estudos humano-animal, da sociologia e antropologia da alimentação e estudos sobre corporalidade.

A construção do humano

A comparação entre humanos e animais é uma constante nas sociedades e é a própria comparação que cria a distinção que torna as espécies passíveis de serem comparadas. Dito de outro modo, a linha entre os humanos e os demais animais foi construída a partir da comparação. Devemos acrescentar que quem fez a comparação foram justamente os humanos, então a tal linha construída não separa as espécies em sua horizontalidade, mas verticaliza a relação e a bibliografia mostra que a supremacia da espécie humana foi referendada pela constatação daquilo que falta às demais espécies, ainda que essa falta seja retórica, inventada ou comprovada. Do mesmo modo, a supremacia do branco europeu foi construída a partir do que falta em outras culturas e etnias, como grafia e Estado, dentre outros traços culturais (CLASTRES, 1978). Cabe ainda ressaltar que nem todos os seres que hoje são considerados humanos assim o foram desde sempre, alguns tendo sido tratados como animais, monstros ou subhumanos. As categorias e os critérios mudam ao longo do tempo, mas a distinção permanece.

Se a convivência interespecífica e a convivência intercultural são evidentes e constantes, seja mediante o processo de colonização ou mesmo lhe sendo antecedente, pois a pureza e isolamento são frequentemente ideais, as maneiras de se relacionar com as espécies são diferentes, ou pelas características da própria espécie, o que inclui sua capacidade agenciadora, ou por atribuições de significados a essas espécies, como nos

mostram Arluke e Sanders (1996) ao discutirem a existência de uma escala sociozoológica na qual cada sociedade situa os animais, considerando determinadas espécies mais inteligentes, boas ou más, bonitas ou feias, comíveis ou incomíveis, mais ou menos carismáticas, dentre outras variáveis.

De modo similar, os monstros servem epistemicamente para a definição daquilo que cabe na categoria **humano**. Para José Gil (1994), os monstros, por definição excessivos e situados em fronteira, não são completamente opostos aos humanos, mas seres híbridos que não se conformam plenamente à humanidade. Enfim, é pelo outro que nós sabemos de nós, sendo esse outro bicho, gente ou coisa.

Segundo Tim Ingold (1995),

a melhor maneira de demonstrar essa diferença é examinar a maneira pela qual as noções de humanidade e de ser humano determinaram, e foram, por sua vez, determinadas, pelas ideias acerca dos animais. Para nós, que fomos criados no contexto da tradição do pensamento ocidental, os conceitos de “humano” e “animal” parecem cheios de associações, repletos de ambiguidades e sobrecarregados de preconceitos intelectuais e emocionais. Dos clássicos até os dias de hoje, os animais têm ocupado uma posição central na construção ocidental do conceito de “homem” – e, diríamos também, da imagem que o homem ocidental faz da mulher. Cada geração reconstrói sua concepção própria de animalidade como uma deficiência de tudo o que apenas nós, os humanos, supostamente temos, inclusive a linguagem, a razão, o intelecto e a consciência moral. E a cada geração somos lembrados, como se fosse uma grande descoberta, de que os seres humanos também são animais e que a comparação com os outros animais nos proporciona uma compreensão melhor de nós mesmos. (TINGOLD, 1995, n.p.).

Através de uma instigante discussão sobre a caracterização das espécies, sendo que todas, animais e vegetais, têm larga escala de variação interna, e retomando o homem com cauda discutido por Lineu a partir de uma descoberta de Momondo de uma ilha cujos moradores seriam humanos fenotipicamente à exceção de possuírem cauda, o que tornava questionável sua estada no *podium* da humanidade, foi levantada a questão: se há homens de várias estaturas, cores e outras variações, por que não haveria homens com ou sem cauda? Para Ingold (1995), existe um feixe de possibilidades dentro de cada espécie viva, cuja complexidade pode ser atestada pela variabilidade, mas também pela semelhança, do DNA. Contudo, nem mesmo o DNA nos dá certeza de nosso pertencimento étnico, tampouco da exclusividade da nossa humanidade. A ciência, ao que parece, mesmo sendo um construto epistemológico branco-europeu que se autoproclama como a forma de conhecimento mais evoluída e válida universalmente,

como apregoava o positivismo, não tem tido sucesso comprobatório na cisão entre humanos e animais e na justificativa da dominação dos últimos pelos primeiros. Aquilo que é certeza para determinadas culturas, para o senso comum ou diversas religiões, passa a não ter o aval fornecido pela ciência.

Para Ingold (1995), os filósofos buscam a essência da humanidade na cabeça dos homens e, em vez de procurar compreender a espécie humana, buscam diferenciá-la das outras milhões existentes, separando tal espécie do reino animal através dessa retórica. Disso resulta que a busca da essência humana está naquilo que as outras espécies não têm, embora cada vez mais se descubra que os critérios de ausência e presença são fictícios. Assim, aos animais era negada a presença de alma – apesar de haver ao menos um cachorro santo na história segundo meu conhecimento, o caso do cachorro santo Guinefort, alvo de adoração na Europa medieval (BAPTISTELLA; ABONIZIO, 2016). Além da alma, também já foram negadas pela ciência a presença de dor e sofrimento; a consciência da morte; a vocalização, consciência de identidade ou individualidade, negações que passaram a ser questionadas pela própria ciência, que só atentou para isso a partir da crise ecológica, da pressão dos movimentos sociais e das descobertas principalmente da etologia cognitiva.

No estudo de Ingold (1995), e em outros que seguem a mesma linha, não apenas a distinção de natureza entre animalidade e humanidade é questionada, mas a universalidade da ciência positivista utilizada como justificativa epistemológica para dominação entre espécies e entre etnias é posta em xeque. A diferença que era motivo de apartação e dominação parece já não gozar do mesmo prestígio e isso ocorre, inclusive, dentro da própria ciência (BAPTISTELLA; ABONIZIO, 2016).

Os humanos, autodeclarados, também criaram critérios hierárquicos dentro de sua própria espécie que poderiam incluir ou excluir outros humanos desse tipo de clube exclusivo. Assim, algumas etnias eram desumanizadas, o que justificaria a escravidão negra e indígena e também a perseguição aos judeus. Também se separavam os humanos racionais e civilizados dos selvagens ou bárbaros, especialmente pelo fato de pertencer ou não a uma cultura grafológica ou possuírem alma. Os seres em questão entravam e saíam da condição de humano, dada exteriormente pelos homens de ciência; mesmo quando considerados humanos, seriam de um tipo inferior da espécie. Assim se baseia a história de uma humanidade única, sonhada pelos positivistas e realizada com todo o tipo de violência, física, psicológica e epistemológica, a partir da dominação colonial cujas feridas ainda estão longe de serem cicatrizadas.

Retomo a importância de Aristóteles dada a recorrência da utilização de seus argumentos na história ocidental, ainda que sem desejo ou necessidade de recontá-la. Para o filósofo, a alma se separa em três tipos, a nutritiva, a sensível e a racional, sendo

esta exclusiva aos homens. Em sua concepção, o homem não é apenas um animal superior, mas pertence a outra natureza, de acordo com Rambo e Renk (2008). Segundo os autores, a transição do mito ao logos ocorre até o ponto de o homem se assumir como pensante e autônomo em relação à natureza. Do mesmo modo, no cristianismo, o homem transcende a natureza sem nela se situar, sendo concebido como um ser privilegiado.

Nessa visão teocêntrica, segundo os autores, seria melhor para as vacas e ovelhas estarem sob o domínio do homem em vez de estarem na natureza inóspita; além do mais, “os sofrimentos dos seres brutos não eram como os do homem. Eles não tinham nenhuma concepção de futuro e nada perdiam por serem privados da vida. A autoridade humana era assim virtualmente ilimitada” (RAMBO; RENK, 2008, p. 69).

Já no Iluminismo, fazendo um salto histórico apenas para exemplificar como na longa tradição ocidental a separação entre natureza e cultura e animalidade e humanidade foram concebidas, os autores retomam Descartes, para quem o método, coroado com o título de científico, possibilitava, através da divisão sistemática, provar hipóteses; assim, sua primeira cisão foi entre corpo e mente, e a partir de 1630 vê os animais como autômatos incapazes de raciocinar ou sentir. Isso também ocorria com o corpo humano, pensado como uma máquina, sendo sua singularidade apenas o fato de possuir uma mente, o que falta aos animais, considerados apenas corpos.

Desse modo, retomo, a humanidade seria caracterizada por tudo aquilo que é ausente, ou se crê ausente, nas demais espécies, como linguagem simbólica, cultura, tabu do incesto, trabalho, consciência, ou senciência, designação que tem apresentado maior uso dentre estudos acadêmicos e discursos protecionistas e abolicionistas. Embora não haja consenso, as três dimensões consideradas de consciência, cognição, autoconsciência e senciência têm sido pesquisadas inclusive em animais invertebrados, como o estudo de Magalhães-Sant’Ana (2009).

O senso comum compra essa ideia ao seu próprio modo e vê na animalidade a presença do amor incondicional e na humanidade a presença de inveja, maldade, ganância (BAPTISTELLA; ABONIZIO, 2015), cujos opostos seriam ironicamente valores considerados humanos noutro sentido possível do termo, mais ligado ao humanismo e ao humanitário do que à condição de bicho ou gente.

Ressalto que essas características gozaram de boa consideração em meios acadêmicos e não acadêmicos e ainda gozam nalguns deles, mas esse paradigma também é questionado com as descobertas da etnologia cognitiva e relativizado pelos estudos humano-animal, corrente de pesquisa interdisciplinar que vem crescendo nas últimas décadas.

Assim, para provar que animais sentem dor, Chuahy (2009) cita um teste de laboratório realizado pela Escola de Ciências Biológicas da Universidade de Liverpool, que comprova que, diante da provocação de uma queimadura em alguma parte do corpo, o animal afasta essa parte, evitando o sofrimento, conclui-se (BAPTISTELLA; ABONIZIO, 2016).

Com essas descobertas, valores antes considerados estritamente humanos, como moral, passam a ter existência comprovada em outras espécies, como o caso já clássico dos macacos que reivindicam justiça numa querela por uvas e pepinos.

Em uma palestra apresentada em 2011, o primatologista e etologista Franz De Waal conta como começou a estudar a agressividade nos primatas e então descobriu que eles se reconciliavam. Na época, não parecia fazer sentido que ganhador e perdedor buscassem restabelecer

o relacionamento, inclusive com troca de carinhos. O que ele fez nos anos seguintes foi observar e realizar testes para comprovar a cooperação entre os animais. Os experimentos conseguiram demonstrar que os chipanzés retribuía favores. Cientificamente, De Waal (2011) estava comprovando a reciprocidade e a empatia nos animais, dois comportamentos apontados por ele como os pilares da moralidade. Para ele, os bichos também teriam senso de justiça. Pesquisadores ofereceram pepinos a dois macacos como pagamento pela realização de uma tarefa simples. Tudo certo até que um deles começava a ser pago com uvas. Aquele que recebia o pepino claramente se revoltava: batia no acrílico da sua gaiola e esticava o braço, batendo na mesa de testes. (BAPTISTELLA; ABONIZIO, 2016, p.93).

Franz de Waal (2011) concluiu que havia presença de comportamento moral em animais. Apesar de não equiparar a moralidade humana à animal, já não se podia negar a existência de senso de justiça, empatia, dentre outros atributos que se criam exclusivamente humanos e, mais, que permitiam a separação entre humanos e todas as outras espécies existentes e extintas.

Ressalto que os animais em questão não eram voluntários de uma pesquisa, mas cobaias à revelia e em uma necessária (segundo a ciência, criação humana, baseada em comprovações) experiência que trouxesse a certeza de um mundo subjetivo que até então se cria restrito aos humanos, o que só foi possível através das descobertas científicas, pois estas gozam na modernidade de grande credibilidade (BAPTISTELLA; ABONIZIO, 2016).

Para Maffesoli (1999), a modernidade, com suas promessas de progresso, causou um desencantamento do mundo, cada vez mais burocratizado e racionalizado. Contudo, no que o autor chama de pós-modernidade, diante da decepção das promessas

não cumpridas em nome de um desenvolvimento, vivemos em um processo de reencantamento do mundo. Nessa nova época, em vez de um mundo desenvolvido, busca-se maior envolvimento, uma forma mais holística de perceber o mundo. Na pós-modernidade, ou no processo de pós-modernização, o conhecimento científico passa a ser questionado, uma vez que os estragos causados em seu nome, no que se chama natureza, humanidade e animalidade, o tornaram alvo de contestação.

No entanto, a ciência ainda goza de prestígio. No exemplo citado, a dor animal teve de ser comprovada em um experimento, apesar de qualquer tutor ter a mais pura certeza de sua existência quando percebe que seu animal está sofrendo. Por outro lado, a moralidade humana não carece de comprovação, mas o comportamento imoral, sim, como demonstram os estudos de Milgram, nos quais a obediência a uma autoridade parece suspender a capacidade de julgamento moral e consequência das ações (RING; WALLSTON; COREY, 1970). Em suma, a amoralidade animal e a moralidade humana são crenças apriorísticas e seus opostos não são assim tão evidentes e necessitam de corroborações científicas.

Diante das (in)definições sobre o que delimita ou deixa de delimitar a humanidade e a animalidade, assistimos ao crescente movimento pelos direitos dos animais, alçando outras espécies à entrada definitiva na comunidade moral da sociedade da qual participam, mas sem grande consideração em papéis diversos, seja como trabalhador, instrumento de carga, companhia, matéria-prima, etc. Mas cabe ainda a ressalva de que essa pluralidade de papéis sociais atribuídos aos animais ocorre majoritariamente, ou mesmo exclusivamente, quando se trata de vertebrados (NACONECY, 2007), apesar do que revelam os estudos já citados do médico veterinário, mestre em bioética, Magalhães-Sant'Ana (2009).

Faço questão de dizer que animais sempre participaram da vida social, assim como as coisas têm vida social (APPADURAI, 2008), não sendo, pois, o estudo das relações sociais – **grosso modo** o objeto da sociologia – restrito às relações inter-humanas.

Nos últimos anos, a emergência da categoria pet aliada ao crescimento dos direitos animais complexifica a distinção que se cria natural ou mesmo evidente entre a humanidade e a animalidade na cultura ocidental. Desse modo, temos famílias interespecíficas, que assim se julgam, apesar do tipo de parentesco ter nuances próprias, o que torna necessário relativizar o título de filho e irmão ao lugar ocupado pelos humanos que recebem a mesma designação. Ainda é importante destacar que já há mais animais que crianças nas famílias.

[...] de cada 100 famílias no país, 44 criam cachorros, enquanto só 36 têm crianças. [...] o resultado do cruzamento de dados saiu apenas na semana passada. Ele apontou a existência de 52 milhões de cães, contra 45 milhões de crianças até 14 anos – uma situação que se assemelha à de países como o Japão (16 milhões de crianças, 22 milhões de animais de estimação) e os Estados Unidos (em 48 milhões de lares há cães; em 38 milhões há crianças). (RITTO; ALVARENGA, 2015, p.71).

Os nomes e sobrenomes já não se distinguem e os hábitos de consumo comprovam a semelhança real ou imaginada por tutores. Atualmente, como estudou Kulick (2009), a maioria dos animais de companhia tem nomes humanos e divide a cama com os tutores. Mas é preciso destacar que há também uma diferenciação entre classes sociais que é estendida aos animais, e não falo tão somente das raças ou ausência de raças, mas da consideração em relação aos animais e ao que se compreende por animalidade. Dessa forma, ressalto o conhecimento do homem comum, destacado por Berger e Luckmann (1999), que debatem como um certo tipo de conhecimento vem a ser considerado conhecimento em uma sociedade independentemente das balizas científicas. Os animais da periferia, mais comumente, podem ser vistos dando uma volta na rua, que também é ocupada por crianças e moradores em momento de ócio, o que não ocorre em bairros nobres. O quintal ainda é moradia por excelência de animais suburbanos, independentemente de exercerem ou não a função de guarda. Trato aqui de uma tendência, pois, em uma mesma casa, cães diferentes ocupam espaços diferentes. Em geral, os de pequeno porte têm acesso aos cômodos interiores, sendo estes mais frequentemente interditados aos de grande porte ou sem raça definida, que, apesar de gozarem de estima, não entram na categoria de membros da família, ocupando um espaço indefinido entre o animal de companhia e o animal de guarda. Dito de forma direta: não são considerados membros da família, raramente dormem na cama e têm nomes que geralmente não são atribuídos a humanos.

Por meio do relacionamento diário, os bichos mostram aos tutores que têm personalidades definidas. No entanto, até pela necessidade de buscar uma aproximação conceitual, há um esforço em modular o comportamento dos pets, em uma tentativa mal disfarçada de lhes dar aspectos de humanidade, como se esta fosse uma característica necessariamente superior. É um traço especista do relacionamento que revela a permanência da crença de que o ser humano é superior a outras formas de vida, ainda que seja igualmente comum ouvir frases que advogam a supremacia do animal que não teria valores considerados negativos, como maldade, inveja ou interesse, além de manifestações do tipo: “Prefiro bicho

a gente”. Mas, obviamente, não são quaisquer seres contidos na categoria bicho, os referidos. (BAPTISTELLA; ABONIZIO, 2015, p.4).

Diante desse quadro de redefinições emocionais, jurídicas, comportamentais, científicas, etc. sobre o que distingue a humanidade da animalidade e sobre aquilo que as indissocia, escolhi a alimentação como elemento tanto de aproximação quanto de distanciamento entre as espécies e a sua localização na estratificação social.

Você é o que você come?

Todos os animais comem. Todos se alimentam. Há animais carnívoros, onívoros, herbívoros, canibais, carnicheiros. Só uma espécie, contudo, cozinha, embora haja controvérsias recentes sobre essa exclusividade: “Um estudo da Universidade de Harvard acaba de revelar que mesmo nossos primos mais próximos, os chimpanzés, são perfeitamente capazes de entender, da roça ao prato, todas as fases da preparação de alimentos”. (MARTON, 2016, n.p.).

Até o momento, pelo menos, o ato de cozinhar é mais do que se alimentar. É revestido de símbolos, sendo o consumo alimentar algo que ultrapassa em muito a obtenção de nutrientes, constituindo-se em uma forma de dar sentido ao mundo (DOUGLAS; ISHERWOOD, 2009) ou de contar histórias (AMON; MENASCHE, 2008). Nesse sentido, o ato de cozinhar é considerado estritamente humano e a espécie humana não cozinha apenas para si mesma.

A alimentação aparece como um importante vínculo interespecífico de vários modos em diferentes épocas e culturas. Somente como exemplo, o cuidado do pasto, a construção de cochos nas cidades para os cavalos imperiais, a lavagem dos porcos, os milhos para galinhas e pombas e suas controvérsias, a ação indesejada e quase automática de ofertar alimentos a animais silvestres na busca de uma intimidade, o que também acontece em zoológicos, costume atestado pela existência das placas proibitivas. Todas essas e outras práticas nos mostram como a alimentação serve como vínculo, seja desejado ou indesejado. Desse modo, alimentar animais de rua é visto como a criação de um vínculo indesejado, sendo frequentes reclamações em condomínios e instituições públicas acerca das pessoas que alimentam animais vadios que se acostumam ao local por receberem comida, como o caso já estudado acerca dos gatos do Tribunal de Justiça de Mato Grosso (BAPTISTELLA; ABONIZIO, 2015); em outro exemplo, há uma placa com o rosto de um filhote de gato na Universidade Federal

do Rio Grande do Norte com a inscrição, mais explícita impossível: “Não alimente esse problema”.

A alimentação de pequenos símios, com frutas, ou de aves benquistas (não falo de pombas que são consideradas como pragas no Brasil, mas atrativas nas praças de Bogotá, onde se vende milho justamente com o propósito de aproximação) é hábito visto como bom justamente porque tais espécies se acostumam ao local e enchem os olhos dos que por ali passam.

Com os humanos, acontece coisa parecida e também diferente. Nas casas em que mendigos pedem por comida, em bairros periféricos ou nos interiores do país, as donas de casa dizem, com variações, que não se pode dar sempre sobras de comida, pois, caso contrário, “o mendigo acostuma”. Na política atual, o discurso mais frequente é o que combate o direito à alimentação com a ideia da importância do ensinar a pescar, como se fosse a ignorância do pobre a causadora da fome, o que se contradiz com um projeto político que atua com descaso com a educação.

Cozinhar, como já disse, é um ato humano e um saber fazer variado que define o que vai ser comido ou descartado, a forma com que será servido e o quanto, a ordem de comer, o que se mistura ou não, as técnicas de cocção e apresentação, em que estão presentes diversas crenças nutricionais, às vezes em conflito, como vemos na cultura contemporânea. Ao que parece, a ideia de Fischler (1995) sobre o período atual como “gastro-anômico” não mudou muito desde a segunda metade do século XX, ou, melhor dizendo, mudou, mas a noção de “gastro-anomia” parece resistir, dada a variedade e incompatibilidade de dietas, seja *low carb*, cetogênica, orgânica, jejum intermitente ou demais variedades que abundam na imprensa, especializada ou não. É também nesse período que cresce a estigmatização de pessoas gordas, especialmente nas camadas mais altas, mas que atingem rapidamente todos os segmentos sociais, como comenta Fischler em entrevista a Goldenberg (2011). Há mudanças mesmo na cultura moderna ocidental. Se os pais eram os primeiros a serem servidos e as crianças, as últimas, a coisa se inverteu. Atualmente, é frequente a criança ter poder de decisão sobre a alimentação dos demais membros da família, sobretudo quando se trata do hábito de comer fora. Os animais, que já comeram os restos das mesas humanas, agora são servidos antes, até para não ficarem pedindo petiscos (e fugindo de sua prescrição dietética), e são bem aceitos em muitos restaurantes em que os donos dividem seu prato com os animais tutelados através da prática de atirar pequenos nacos como agrado, apesar de, em entrevistas, muitas vezes afirmarem ser a ração o único alimento ofertado, como já mostrado em trabalhos anteriores (ABONIZIO; BAPTISTELLA, 2017).

Diante do exposto, escolhi a culinária (e tudo o que a envolve, sendo uma atividade exclusivamente humana) para analisar a dicotomia entre a animalidade e a

humanidade e como essas noções se aproximam e distanciam. Visando complexificar a análise, introduzi o viés de classe, pois, na estrutura social, humanos, coisas e também animais podem vincular-se a diferentes camadas que compõem a estratificação social vigente. Do mesmo modo que há ricos e pobres, há comidas de rico e comidas de pobre e animais tutelados por ricos e pobres, distinguindo-se em espécie e também em raça, mas sobretudo no tratamento que lhes é conferido. Assim, um cão vendido por um preço considerado caro pode habitar a mesma casa de um cão sem raça definida que tenha caído nas graças do tutor. Já espécies como cavalo e gado, sobretudo de competição, são exclusivas das mais abastadas camadas sociais, nem sequer sendo cogitadas como sonho de consumo de qualquer cidadão abaixo dessa linha. Ressalto que priorizei cães nessa reflexão entre classe social, desigualdade social, alimentação e relações entre humanos e animais.

Corpo, comida e estratificação

Para Rodrigues (1983), o corpo é marcado pela sociedade, sendo uma materialização da estrutura; desse modo, o que foge à regra traz o risco da desestruturação e assim ameaça a coesão social. Os padrões corporais se modificam com o tempo e, apesar de o corpo ser portado por um indivíduo, sua forma, tamanho, peso, etc. são definidos socialmente e ele está sujeito a coerção se fugir às regras, sendo o indivíduo responsável por sua adequação e manutenção dentro dos parâmetros estabelecidos, o que retira qualquer incumbência de políticas públicas.

Atualmente, há intensa discussão sobre obesidade, e não só do ponto de vista das ciências da saúde; mais recentemente, tal discussão adentra o campo das humanidades. Afinal, qual o lugar do corpo gordo na sociedade contemporânea?

Sem dúvida, o corpo gordo, além do próprio peso, carrega o peso do estigma, no sentido emprestado de Goffman (1975), e é indisfarçável, a não ser quando se trata de pequenas gordurinhas que podem ser esmagadas em cintas modeladoras a fim de ajustar a silhueta ao padrão de beleza do momento. No entanto, afirma Vigarello (2012):

O gordo, porém, nem sempre foi tão estigmatizado. O que já justifica uma investigação histórica. As anatomias maciças podiam ser apreciadas, por exemplo, na Idade Média, como sinal de poderio, ascendência. [...] Imagens complexas sem dúvida, pois são contestadas nessa mesma Idade Média pela pregação clerical, a reserva e a certeza médicas ou mesmo as exigências por vezes minuciosas da

etiqueta cortês; imagens no entanto marcantes, imediatamente identificáveis, que dão ao gordo poderio e convicção. (VIGARELLO, 2012, p.9-10).

Na Europa moderna, o gordo passa a ser a excorporação da preguiça, do descuido e da grosseria. Apesar das reviravoltas acerca dos sentidos da gordura, as sociedades ocidentais se desenvolvem afinando o corpo, vigiando e rejeitando o peso. Enquanto a beleza se aproxima do esguio, o volume se afasta do refinamento e, na modernidade, o corpo gordo é simultaneamente falta de delicadeza e falta de eficiência (VIGARELLO, 2012).

Em uma sociedade em que há um apressuramento (PAIS, 2010), o corpo gordo peca na falta de agilidade e também é criticado por descuido, falta de controle, tristeza, fracasso íntimo, revelando, num tipo de psicologização, pela forma ostentada, traços de apatia e tristeza (VIGARELLO, 2012).

Para Poulain (2013), a obesidade torna-se um problema de saúde pública quando as empresas de seguro dos EUA relacionam índice de gordura, expectativa de vida e despesas com saúde, sendo que os mais gordos têm maiores índices de morbidez, uma vez que a obesidade se relaciona a doenças cardiovasculares e diabetes tipo 2. Desse modo, a obesidade era um fator de risco e “como tal deveria ser evitada e vigiada, mas ainda não era considerada como uma doença” (POULAIN, 2013, p.143). Só posteriormente é designada como doença mortal e epidêmica. No entanto, o autor questiona essa visão diante da controvérsia entre a ciência e a mídia, que traz ao debate também elementos e interesses sociais, políticos e econômicos.

Se, de um lado, a estimativa da Organização Mundial da Saúde (OMS) é de que haja mais de 700 milhões de pessoas obesas e 2,3 bilhões com sobrepeso até 2025, mas sem dizer claramente que se trata de uma doença, a *American Medical Association* declarou a **obesidade** como doença em 2013. No Brasil, a definição não é consensual, embora a Associação Brasileira para o Estudo da Obesidade e da Síndrome Metabólica (ABESO) a considere uma doença (OBESIDADE, SAIBA..., 2020)

Considerando a obesidade fator de risco ou doença, o peso é pago pelo gordo numa sociedade lipofóbica, que o responsabiliza pelo seu descuido, descontrole e por uma falha moral. Apesar de atingir a todas as classes, isso não se dá da mesma forma.

Kulick (2009) começa seu texto descrevendo dois casos de cães obesos que foram tirados de seus tutores por ter-se considerado que a obesidade era um caso de maus-tratos. Cada história tem um fim diferente no país em que ocorre, mas o que pretendo destacar é a visão negativa do cão gordo. Segundo o autor, trata-se de um fenômeno recente, pois animais de companhia que até então eram considerados fofinhos, hoje seriam considerados obesos e motivos de preocupação.

Os motivos pelos quais a obesidade é ruim para os animais de estimação, de acordo com as companhias de alimentos direcionados a eles, é que estes animais, quando gordos, são mais vulneráveis a problemas no coração, doenças no fígado, problemas musculares e ósseos, diabetes e, segundo dizem alguns, alergias. Uma afirmação ubíqua é a de que a obesidade encurta o tempo de vida dos animais de estimação. A fonte desta assertiva é um estudo de 2002, feito pela companhia de alimentos para estes animais Nestlé Purina, que criou 48 labradores e deu à metade deles 25% menos comida do que à outra metade, desta forma mantendo-os abaixo de seu peso ideal. Os cães que receberam menos comida viveram em média 1,8 anos mais que o grupo de controle (Kealy, Lawler, Ballam *et alli* 2002). A forma como isto é invariavelmente reproduzido é através da afirmativa de que animais de estimação gordos morrem prematuramente. Até onde consegui descobrir, este é o único estudo que indica que os cães magros vivem mais do que os gordos. (KULICK, 2009, p.491).

Ao fim do texto, o autor diz que a obesidade tem aumentado, mas também a expectativa de vida, tanto humana quanto de seus companheiros animais. A despeito disso, há um crescimento dos produtos com pouca gordura, tanto para animais quanto para seus humanos.

Esse mercado é obviamente o mais caro, como comprova Kulick (2009) no caso dos animais e como comprovei em um estudo sobre mobilidade social ascendente e a mudança de hábitos alimentares em mulheres em Mato Grosso (ABONIZIO; JIMENEZ-JIMENEZ, 2018). A ascendência social das mulheres entrevistadas não mudava somente o acesso a alimentos mais caros ou considerados sofisticados, mas significava também a entrada no consumo light e diet, o que não ocorria pelo sabor, mas por ver na possibilidade de comprar produtos mais caros e menos calóricos a chance de emagrecimento e de dar visibilidade ao seu novo pertencimento social, ostentado nos carrinhos dos supermercados e, sobretudo, nos números cada vez menores das etiquetas sob as roupas.

Enfim, a seleção do que se come se complexifica nas classes mais ricas. Não se come “qualquer coisa”. Tampouco seus animais. Nenhuma pessoa de classe abastada daria ao seu cão o que se tornou conhecido como “ração de supermercado”.

Falemos então de rações *premium*, petiscos, ovos de páscoa – já que pertencem à família –, rações à base de vegetais para tutores veganos de animais onívoros, padarias especializadas, com direito a degustação (ABONIZIO; BAPTISTELLA, 2017) e até mesmo vinho e cerveja, sem álcool obviamente, mas para que o animal de companhia,

ao menos simbolicamente, possa estar na eucarística dos momentos festivos. Todos os cães terão acesso? Definitivamente não.

Figura 1 - Cerveja Dog Beer sem Álcool Sabor Carne para Cães.



Fonte: <https://www.petlove.com.br/cerveja-dog-beer-sem-alcool-sabor-carne-para-caes/p?sku=2319540>

A antropomorfização elitista e a animalização da pobreza

Uma estudante de pós-graduação, atualmente já mestre, sob a minha orientação, enviou essa foto:

Figura 2 - Marmitas caseiras, para uma cadela, com divisão semanal das porções.



Fonte: foto de Fernanda Curtarelli.

Trata-se da marmita feita por uma profissional em nutrição animal, caseira, sem nada industrializado, com os nutrientes necessários. Essa era a divisão semanal das porções para sua cadela. O peso, calculado com exatidão, como vemos pela balança ao lado direito da foto.

Não carece de comprovação a crítica, falsa ou verdadeira, sobre o fato de que os alimentos industrializados ou ultraprocessados são nocivos aos organismos. Em se tratando de família, quem se arrisca? Hoje, a moda é o livro de receitas com ingredientes naturais ou as rações que divulgam utilizar partes nobres, naturais ou orgânicas. E isso é uma questão de classe. Exatamente o que significa? Que pessoas humanas ou não humanas podem ter peso superior do determinado – de modo questionável – nas tabelas e mesmo assim serem desnutridas? Podem ter gordura, sobrepeso, mas isso também pode significar anemia e desnutrição (OBESIDADE E DESNUTRIÇÃO..., 2018). No site Saúde Brasil, a médica nutróloga Ana Parada afirma:

A obesidade e a desnutrição são doenças nutricionais que podem ou não ser relacionadas a problemas alimentares. Antigamente a obesidade e a desnutrição eram enxergadas como consequências. Se a pessoa tinha câncer, por exemplo, era normal ela estar mais magra. Se a pessoa era obesa, o problema era somente o sedentarismo. Hoje, os dois são percebidos como doenças. (OBESIDADE E DESNUTRIÇÃO..., 2018, n.p.).

No entanto, apesar de ser praticamente consensual tratar-se de dois problemas de saúde pública, o presidente Bolsonaro, em 19 de julho de 2019 (BOLSONARO: ‘FALAR...', 2019) declarou que não se passa fome no Brasil, pois não se veem pessoas esqueléticas, mesmo entre as mais pobres. Sim, decerto as pessoas esqueléticas estão nas passarelas de Milão, há de se supor. Após um tempo, o presidente volta atrás e diz que há pessoas que passam mal, mas não fome, e evita discussão maior, segundo o *Correio Braziliense* na mesma data (BOLSONARO VOLTA..., 2019b). De todo modo, fica subentendido que os corpos mais esguios se situam em posição superior em classe social.

Ainda visando combater a desnutrição, o prefeito de São Paulo, João Dória (CONSELHO..., 2017), propõe a distribuição às pessoas em situação de rua ou vulnerabilidade do que ficou conhecido como ração humana, nome sugestivo para alimento distribuído aos humanos, uma vez que as rações já não são mais a tendência entre os animais tutelados por pessoas ricas, como já abordei acima. Segundo o político, a tal ração, também chamada de farinata, tem os nutrientes necessários e é produzida a

partir da desidratação de alimentos próximos à data de vencimento, o que prolongaria seu tempo de aptidão para o consumo, evitando o descarte. Várias instituições e profissionais da nutrição, através de seus representantes, se opuseram à proposta por tratar-se de um alimento ultraprocessado de qualidade duvidosa. Para complexificar a localização de pessoas humanas e não humanas na sociedade, o prefeito afirma que pobre tem fome e não hábito alimentar. Fala essa que poderia ser pensada ao referir-se a animais e quando estes eram considerados autômatos, como no discurso cartesiano, mas fica extremamente deslocada quando confrontada com a proliferação de alimentos para animais que decidem o que gostam ou não gostam.

Por exemplo, em uma pesquisa realizada acerca dos conflitos éticos entre tutores veganos e animais tutelados, eu e minha parceira encontramos os biscoitos artesanais de maçã, banana e aveia, totalmente artesanais e em “charmosas embalagens” produzidos pela marca VegPet, que agradaram a tutora e seus animais (ABONIZIO; BAPTISTELLA, 2016). Em um comentário dos consumidores extraído do site da marca (www.vegpets.com.br), pudemos ler quando realizamos a pesquisa:

“Experimentei e têm mesmo gosto de fruta (bem suave). Meus bichinhos adoraram, mas eles comem até pedras, se estiverem bem temperadinhas. Como por recomendação do homeopata, endocrinologista e clínico geral há anos eles não comem ração, apenas comida natural, essa parece uma sobremesa perfeita!”

Se considerarmos a divisão das refeições como parte da cultura, e nem todas as culturas têm o hábito da sobremesa – aliás, esse costume só chega ao Brasil com os portugueses, segundo Cascudo (2004) –, podemos deduzir que os “bichinhos” da pessoa que postou o comentário têm hábito alimentar. Fato negado aos pobres, que, conforme o já citado político, têm apenas fome. Mas até mesmo a existência da fome será negada por Bolsonaro que, em abril de 2017, diz que não acredita na fome e na desnutrição, uma vez que ironiza a corpulência de um morador de um quilombo, afirmando que a pessoa mais leve do lugar pesaria ao menos sete arrobas, não servindo nem mais para procriar. Não foi a única vez que Bolsonaro utilizou o índice de medida arroba para referir-se a negros, um índice utilizado principalmente para medição de peso de animais de corte. Ou seja, Bolsonaro animaliza quilombolas, negros e gordos, revelando um pacote complexo de preconceitos a borrar a fronteira entre animalidade e humanidade (FREIRE, 2020).

Das falas do presidente e da proposta do prefeito de São Paulo, concluímos que a fome é fictícia, pois a obesidade reina entre os corpos periféricos ou a desnutrição pode ser combatida com farelos de alimentos ultraprocessados chamados de ração,

afinal, pobre não tem cultura alimentar. Uma vez mais, a cultura, traço que é tido amplamente, embora não consensualmente, se considerarmos estudos etológicos, como exclusivamente humano, é excluída desse exemplar, sobre o qual recai um discurso animalizante no sentido de inferiorização.

O alimento que cria o vínculo, desejado ou indesejado, também pode destruir vínculos e vidas. Assim, no bairro Jardim das Américas, em Cuiabá-MT, era comum distribuição de rações para gatos vadios, hábito voluntário e abnegado de pessoas com empatia aos animais em situação de rua, mas altamente criticado pelos moradores dos condomínios da região. Nesse mesmo bairro, no dia dos namorados de 2016, presenciei a morte de gatos que circulavam pela região por ingestão de carne envenenada.

Essa prática de assassinato não se restringe aos animais. Na Grande São Paulo, em Itapevi, a morte de moradores de rua por envenenamento ou contaminação por meio de marmitas doadas também tem sido investigada (MARMITAS..., 2020).

Assim, os problemas vistos como sociais – bichos e pessoas indesejadas – tornam-se problemas sociológicos a serem investigados em sua dimensão de estratificação social, papel social dos alimentos que nutrem, garantem a vida ou causam a morte, intencionalmente, como no caso dos envenenamentos de animais humanos e não humanos, ou não intencionalmente, como no caso de herpes causado pela alimentação de símios por turistas em Bom Jardim, Mato Grosso¹. Cabe ainda ressaltar que os humanos, no caso moradores de rua e outros sujeitos subalternos, podem não ter sua humanidade plenamente reconhecida, uma vez que, repito, a cultura lhes é negada, como deduzido das falas dos políticos Doria e Bolsonaro.

Uma vez mais, a ambiguidade entre o que é ou não humano, que é ou não digno de possuir ou tutelar não humanos, baseia-se em uma desigualdade não cientificamente criada, mas politicamente instaurada através de todo processo de colonialidade do qual ainda não nos libertamos, apesar do crescimento dos estudos decoloniais.

Os corpos e a comida tornam-se fatores de distinção social e interespecífica. Gordos e pobres podem situar-se, algumas vezes, como animais, monstros ou coisas. Assim, Kulick (2009) relata o caso de Lola, uma chihuahua posta em três programas diferentes de emagrecimento para cães, com exercícios, dietas, hidroginástica, ao custo de US\$ 1.400. Depois de dez semanas de tratamento, perdeu 450 g. Nem todos os humanos podem ter esse tratamento, e podem ter uma dieta e uma rotina de trabalho que dificulta, senão impossibilita, a boa nutrição – ainda que haja controvérsias sobre o que isso significa. O peso não pesa só na balança, vai para aparência, não dos animais que

¹ Informação dada por uma veterinária de Cuiabá acerca de outro estudo sobre turismo ecológico, que está sendo realizado dentro do projeto maior que engloba este artigo.

não se julgam por esses olhos, mas dos humanos que se sentem feios, monstruosos ou desumanizados.

Mas, para acabar com a pobreza, o melhor não seria fornecer comida de qualidade, mas esterilizar os pobres para não procriarem (BRAGON, 2018), pois, segundo o então ainda presidenciável Bolsonaro, o afrodescendente de “no mínimo sete arrobas” não servia mais nem pra “procriador” como afirmou na visita à comunidade quilombola (FREIRE, 2020). Em primeiro lugar, o corpo da pessoa de quem se fala é motivo de juízo acerca de sua humanidade, uma vez que, como já disse antes, a arroba não é unidade de medida comum entre humanos. Visando acabar com a miséria, caos e violência, Bolsonaro defende a esterilização dos pobres, apesar de a lei nº 9263/1996 (BRASIL, 1996) proibir qualquer ação coercitiva de controle demográfico ou indução à esterilização.

Mais uma vez a aproximação entre pobreza e animalidade é vista. Há a campanha para esterilização dos animais indesejados de rua, que também não servem para procriadores porque não têm *pedigree*. E os animais que portam a genealogia, sobretudo a da moda, sofrem horrores já denunciados em vários lugares, especialmente as fêmeas, que são exploradas apenas como fábrica de filhotes a serem vendidos.

Bolsonaro não vê a educação como um objetivo para minimizar a situação de desigualdade social, pois, em sua opinião, quem não tem condições de ter filhos simplesmente não deveria tê-los. Tal discurso também é visto acerca dos animais a serem adotados. Nos sites de adoção, há que se provar que o interessado tem condições de ter um cão ou gato, pois isso implica gastos com vacinas, rações, de preferência *premium*, visitas regulares a veterinários, tempo para que os animais gozem de companhia, carinho, segurança e boa saúde. O cumprimento de uma série de regras para a adoção é exigido do candidato a querer gozar da companhia de animal, como estudou Osorio (2011) em redes de proteção a gatos de rua. Pode não ser intencional, mas as regras de adoção criam uma apartação entre quem pode ou não pode gozar da companhia de um animal de estimação e essa apartação está ligada, de maneira intrínseca, às condições financeiras. Levando ao extremo, poderíamos afirmar que pobres não deveriam ter filhos, nem humanos nem não humanos, em se tratando de família multiespécie. A eles são negados esses direitos.

Com política de alimentação restrita, seja por dieta forçada, constrangimento financeiro, cultura alimentar: animais e pessoas pobres (não apenas em situação de rua) tendem à obesidade que falseia o problema da fome, do direito à segurança alimentar, da alimentação justa, limpa e de qualidade a todos.

Para reduzir o problema, como essas populações são vistas, a política atual não pensa na possibilidade de inclusão dos excluídos, mas faz campanha para excluí-los

ainda mais, inclusive de sua possibilidade de existência: esterilização compulsória dos pobres. Uma imitação da política para controle dos animais de rua considerada mais eficiente que a carrocinha.

Os animais ricos, e dos ricos, tendem a ser humanizados, com dietas feitas por profissionais da nutrição animal, preparadas artesanalmente e com direito a atividade física, acompanhamento médico, odontológico e psicológico. Não à toa, os caninos mais comprados são as fêmeas com *pedigree*, pela probabilidade de retorno financeiro com a venda de filhotes. Já aos humanos pobres, aplica-se, ou pretende-se aplicar, as políticas de controle por meio de esterilização de mulheres, visando diminuir ou eliminar pragas, como se faz aos demais animais que (sobre)vivem na cidade de modo indesejado. Num e noutro caso, a fronteira entre humano e animal se confunde, mas há uma diferença, e marcante: no primeiro caso, o tratamento dos animais se aproxima do estilo de vida humano; no segundo caso, os humanos passam a ser tratados como os animais vistos como pragas. Um nivela por cima, o outro, por baixo.

ANIMALS, FOOD, SOCIAL STRATIFICATION

ABSTRACT: *Humanity and animality are concepts constructed in order to create a certain understanding of what it is to be human. Although man is an animal, however, he is the only animal who cooks and does not do it only for his species. Humans feed on animals and feed other animals, whether for breeding, maintenance and selling, or for animals chosen for companionship. In this work, I propose a reflection based on food and body shape, these factors being determinant, although subject to social mobility, of the position occupied by human and non-human animals in the class structure.*

KEYWORDS: *Human-animal relations. Food. Social stratification.*

ANIMALES, ALIMENTOS Y CLASE SOCIAL

RESUMEN: *Humanidad y animalidad son conceptos contruidos para crear una cierta comprensión de lo que es ser humano. Aunque el hombre es un animal, no obstante, es el único animal que cocina y no lo hace solo para su especie. Los seres humanos se alimentan de animales y alimentan a otros animales, ya se trate de ganado, engorde y venta, o los animales de compañía. En este trabajo, propongo una reflexión a partir de la alimentación y la forma corporal, siendo estos factores determinantes, aunque*

sujetos a la movilidad social, de la posición que ocupan los animales humanos y no humanos en la estructura de clases.

PALABRAS CLAVE: *Relaciones humano-animal. Alimentación. Estratificación social.*

REFERÊNCIAS

- ABONIZIO, J.; BAPTISTELLA, E. Pets e petiscos: o consumo alimentar como mediador do afeto entre tutores e animais de estimação. **Monumento Documento**, v. 21, n. 1, p.212-224, 2017.
- ABONIZIO, J.; BAPTISTELLA, E. À mesa com cães e gatos: ração vegetal e fronteiras interespecies. **Iluminuras**, Porto Alegre, v. 17, n. 42, p.107-135, ago./dez. 2016.
- ABONIZIO, J.; JIMENEZ-JIMENEZ, M. L. Isso sim é comida de madame: um estudo sobre a relação entre práticas alimentares e mobilidade social ascendente. **Repocs**, São Luís, v. 15, n. 29, p.209-232, jan./jul. 2018.
- AMON, D.; MENASCHE, R. Comida como narrativa da memória social. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 11, n. 1, p.13-21, jan./jun. 2008.
- APPADURAI, A. (org.). **A vida social das coisas**: as mercadorias sob uma perspectiva cultural. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2008.
- ARLUKE, A.; SANDERS, C. **Regarding animals**. Philadelphia: Temple University Press, 1996.
- BAPTISTELLA, E.; ABONIZIO, J. O cachorro santo e as éticas de proteção animal: uma reflexão a partir da semiótica da cultura. In: POSSARI, L. H. V. (org.). **Semioses**: do cotidiano à cibercultura. Cuiabá: EdUFMT, 2014. p.85-100.
- BAPTISTELLA, E.; ABONIZIO, J. Entre espécies e ciências: uma reflexão sobre a utilização de argumentos científicos para legitimação da causa animal. **INTERthesis**, Florianópolis, v. 13, n. 2, p.76-105, maio/ago. 2016.
- BAPTISTELLA, E.; ABONIZIO, J. Os gatos do tribunal de justiça e as fronteiras entre homens e animais. **ECOS**: Estudos Contemporâneos da Subjetividade, Campos dos Goytacazes, v. 5, n. 2, p.188-199, 2015.
- BERGER, P.; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade**: tratado de sociologia do conhecimento. Petrópolis: Vozes, 1999.

BOLSONARO: ‘FALAR que se passa fome no Brasil é uma grande mentira’. **Veja**, 19 jul. 2019. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/politica/bolsonaro-falar-que-se-passa-fome-no-brasil-e-uma-grande-mentira/>. Acesso em: 16 ago. 2020.

BOLSONARO VOLTA atrás em declaração sobre não existir fome no Brasil. **Correio Braziliense**, 19 jul. 2019. Disponível em https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2019/07/19/interna_politica,772301/bolsonaro-volta-atras-em-declaracao-sobre-nao-existir-fome-no-brasil.shtml. Acesso em: 15 ago. 2020.

BRAGON, R. Bolsonaro defendeu esterilização de pobres para combater miséria e crime. **Folha de S. Paulo**, 11 jun. 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/06/bolsonaro-defendeu-esterilizacao-de-pobres-para-combater-miseria-e-crime.shtml>. Acesso em: 31 jul. 2020.

BRASIL. **Lei nº 9.263, de 12 de janeiro de 1996**. Regula o § 7º do art. 226 da Constituição Federal, que trata do planejamento familiar, estabelece penalidades e dá outras providências. Brasília, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19263.htm. Acesso em: 15 ago. 2019.

CASCUDO, L. C. **História da alimentação no Brasil**. São Paulo: Global, 2004.

CHUAHY, R. **Manifesto pelos direitos dos animais**. São Paulo: Record, 2009.

CLASTRES, P. **A sociedade contra o Estado**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1978.

CONSELHO de Segurança Alimentar é contra ração humana de Doria. **Justificando**, 19 out. 2017. Disponível em: <http://www.justificando.com/2017/10/19/conselho-de-seguranca-alimentar-e-contra-racao-humana-de-doria/>. Acesso em: 31 jul. 2020.

DE WAAL, F. Moral behavior in animals. **TEDxPeachtree**, nov. 2011. Disponível em: https://www.ted.com/talks/frans_de_waal_moral_behavior_in_animals. Acesso em: 15 ago. 2020.

DOUGLAS, M.; ISHERWOOD, B. **O mundo dos bens**: para uma antropologia do consumo. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

FISCHLER, C. **El (h)ominívoro**: el gusto, la cocina y el cuerpo. Barcelona: Anagrama, 1995.

FREIRE, S. Bolsonaro diz que eleitor tem ‘oito arrobas’ e deputado ‘deu uma queimadinha’ ao nascer. **Alma Preta**, 2 mar. 2020. Disponível em: <https://almapreta.com/editorias/realidade/bolsonaro-diz-que-eleitor-tem-oito-arrobas-e-deputado-deu-uma-queimadinha-ao-nascer>. Acesso em: 18 ago. 2020.

GIL, J. **Monstros**. Lisboa: Quetzal, 1994.

GOFFMAN, E. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: LTC, 1975.

GOLDENBERG, M. Cultura e gastro-anomia: psicopatologia da alimentação cotidiana. Entrevista com Claude Fischler. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 17, n. 36, p.235-256, 2011.

INGOLD, T. Humanidade e animalidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, ano 10, n. 28, 1995. Disponível em: http://www.anpocs.com/images/stories/RBCS/28/rbcs28_05.pdf. Acesso em: 18 ago. 2020.

KULICK, D. Animais gordos e a dissolução da fronteira entre as espécies. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p.481-508, 2009.

MAFFESOLI, M. **No fundo das aparências**. Petrópolis: Vozes, 1999.

MAGALHÃES-SANT'ANA, M. Consciência animal: para além dos vertebrados. **Jornal de Ciências Cognitivas**, p.1-13, mar. 2009.

MARMITAS envenenadas podem ter provocado a morte de moradores de rua em São Paulo. **NH**, 23 jul. 2020. Disponível em: <https://www.jornalnh.com.br/noticias/pais/2020/07/23/marmitas-envenenadas-podem-ter-provocado-a-morte-de-moradores-de-rua-em-sao-paulo.html>. Acesso em: 15 ago. 2020.

MARTON, F. Chimpanzés entendem de cozinha. **Superinteressante**, 31 out. 2016. Disponível em: <https://super.abril.com.br/ciencia/chimpanzes-entendem-de-cozinha>. Acesso em: 18 ago. 2020.

NACONECY, C. M. Ética animal... ou uma “ética para vertebrados”? : um animalista também pratica especismo? **Revista Brasileira de Direito Animal**, v. 2, n. 3, Salvador, p.19-153, 2007.

OBESIDADE E DESNUTRIÇÃO: nem tudo é o que parece. **Saúde Brasil**, 26 fev. 2018. Disponível em: <https://saudebrasil.saude.gov.br/ter-peso-saudavel/obesidade-e-desnutricao-nem-tudo-e-o-que-parece>. Acesso em: 18 ago. 2020.

OBESIDADE, SAIBA tudo sobre essa epidemia! **Neobaros**, 2020. Disponível em: <https://bariatriaemetabolicabh.com.br/obesidade-epidemia-mundial/>. Acesso em: 15 ago. 2020.

OSORIO, A. Posse responsável: moral, ciência e educação ambiental em um grupo de protetores de gatos de rua. **Revista de Antropologia Social dos Alunos do PPGAS-UFSCar**, São Carlos, v. 3, n. 2, p.51-75, jul./dez. 2011.

PAIS, J. M. **Lufa-lufa cotidiana**: ensaios sobre cidade, cultura e vida urbana. Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2010.

POULAIN, J.-P. **Sociologia da obesidade**. São Paulo: Senac, 2013.

RAMBO, L.; RENK, A. A. A relação homem/natureza-animais: uma revisão da literatura sobre o descaminho da cultura ocidental. **Revista de Ciências Ambientais**, Canoas, v. 2, n. 2, p.61-78, 2008.

RING, K.; WALLSTON, K.; COREY, M. Mode of debriefing as a factor affecting subjective reaction to a Milgram-type obedience experiment: an ethical inquiry. **Representative Research in Social Psychology**, Chapel Hill, v. 1, n. 1, p.67-88, 1970.

RITTO, C.; ALVARENGA, B. A casa agora é deles. **Veja**, São Paulo, n. 2429, p.71, 2015.

RODRIGUES, J. C. **Tabu do corpo**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1983.

SEGATA, J. Quando o animal dura mais que a estimação. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 3, p.831-856, 2016.

VIGARELLO, G. **As metamorfoses do gordo**. Petrópolis: Vozes, 2012.

Recebido em 20/08/2020.

Aprovado em 02/09/2020.

PARTILHANDO UMA VIDA DE CÃO: POLÍTICAS PÚBLICAS E A LEISHMANIOSE VISCERAL CANINA

*Adriana Leal ABREU**

*Jean SEGATA***

*Bernardo LEWGOY****

RESUMO: Este artigo apresenta algumas linhas introdutórias de uma exploração sobre políticas públicas para a Leishmaniose Visceral Canina. A partir do caso de Porto Alegre-RS procuramos mostrar que há um silenciamento do sofrimento canino na evidência de que políticas públicas para Leishmaniose passam a ser constituídas apenas quando a doença ameaça vidas humanas. Igualmente, mostramos como políticas de coexistência são produzidas e vividas muito mais a partir da iniciativa civil, quase sempre à margem e até mesmo contra as políticas públicas pensadas e executadas pelo Estado, quando certas populações de cães e de humanos são negligenciados pelo poder público.

PALAVRAS-CHAVE: Leishmaniose Visceral Canina. Políticas Públicas. Doenças negligenciadas. Saúde multiespécie.

Introdução

A Leishmaniose Visceral Canina é uma doença que acomete cães e humanos. Ela é transmitida por um flebotomíneo conhecido como mosquito-palha. Ao alimentar-se de sangue de algum mamífero, preferencialmente o cão, o flebótomo contaminado

* UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas. Porto Alegre – RS – Brasil. 91509-900 - adrianalealabreu@gmail.com. <https://orcid.org/0000-0002-6013-5746>.

** UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas. Porto Alegre – RS – Brasil. 91509-900 - jeansegata@ufrgs.br. <http://orcid.org/0000-0002-2544-0745>.

*** UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas. Porto Alegre – RS – Brasil. 91509-900 - mlewgoy.bernardo@gmail.com. <https://orcid.org/0000-0001-7455-6050>.

deposita nele a leishmaniasis – o protozoário responsável pelo desenvolvimento da doença. Por isso cães são tratados como uma espécie de reservatório natural da doença em áreas urbanas. Em alguns casos, cães já adoecidos podem ser picados por estes flebotomíneos, que por sua vez podem transmitir a doença ao picar outros mamíferos, como os humanos. Para humanos, a Leishmaniose é uma doença curável, reconhecida pelo Estado e cujo tratamento é gratuito para todos os cidadãos que acessam a rede pública de saúde. Para os cães, a Leishmaniose ainda é lamentavelmente fatal, uma vez que as disputas sobre haver uma cura reconhecida ainda formam uma questão em aberto, mesmo que muitos veterinários já a promovam de forma clínica e reduzam as taxas de leishmaniasis nos cães até uma medida indetectável nos métodos tradicionais de coleta e diagnóstico.

Além disso, a Leishmaniose Visceral Canina é parte de uma família mais ampla de leishmanioses (que inclui ainda as tegumentares) e cuja unidade analítica levou muito tempo para ser estabilizada nas redes científicas numa longa elaboração que envolveu assimetrias e apagamentos, conforme apontam Benchimol e Jogas Junior (2020). Mas, ainda que as leishmanioses sejam consideradas doenças negligenciadas do ponto de vista da Organização Mundial da Saúde (OMS), no Brasil elas continuam em desenvolvimento. Assim, apenas recentemente elas se tornaram um objeto de pesquisa altamente especializada da ciência biomédica, sendo por isso um tema ainda mais desafiador do ponto de vista da pesquisa social e histórica (Benchimol; Jogas Junior, 2020).

Contudo, o que queremos mostrar neste artigo é que para além da mecânica biológica do ciclo da doença e do desinteresse do Estado para o seu tratamento, a Leishmaniose Visceral Canina envolve ainda relações mais complexas, que não são capturadas pelas políticas públicas vigentes. Ela entrelaça uma cadeia multiespécie de entes como protozoários, humanos, cães, vetores e ambientes com uma ampla rede sociotécnica onde circulam conhecimentos, agentes e autoridades de saúde pública, corporações farmacêuticas e produtoras de testes, vacinas, telas e medicamentos, mas também veterinários privados e tutores de animais. Assim, com pesquisas etnográficas a partir da situação de Porto Alegre-RS e de análises de campanhas e intervenção de agentes de saúde pública locais e nacionais, buscamos entender como as mensagens e implicações morais das definições de risco e doença são subjetivadas e reelaboradas por moradores de bairros periféricos e tutores de cães com leishmaniose. Neste caso, nos interessamos em entender como se produz uma certa subjetivação moral do risco e a sua relação com políticas públicas de combate a doença e sua articulação com discursos emergentes de posse responsável, biossegurança e saúde única. Além disso, nos preocupamos em destacar o papel destes diferentes atores na produção de definições

sociais e reelaborações dos sentidos de doença, saúde e convívio entre espécies e ambientes. De modo mais particular, lançaremos neste artigo algumas linhas introdutórias de uma exploração sobre dois tópicos: (i) o modo como se silencia o sofrimento canino na evidência de que políticas públicas para a Leishmaniose Visceral Canina passam a ser constituídas apenas quando a doença ameaça vidas humanas e (ii) como políticas de coexistência são produzidas e vividas muito mais a partir da iniciativa civil, quase sempre à margem e até mesmo contra as políticas públicas pensadas e executadas pelo Estado.

A Leishmaniose em Porto Alegre-RS

Parte do trabalho etnográfico que desenvolvemos entre 2016 e 2019 em Porto Alegre-RS envolveu mapear e descrever as ações para o monitoramento e controle da Leishmaniose Visceral Canina, capitaneadas pela Secretaria Municipal da Saúde e sua Coordenadoria de Vigilância em Saúde. Para tanto, analisamos os relatórios de gestão que esta secretaria emitiu entre 2009 e 2019 e que estão disponibilizados no seu website para consulta pública (PORTO ALEGRE, 2020a). Sem adentrar aqui nos pormenores deste material, cabe ressaltar que foi em 2010 que Porto Alegre teve seu primeiro caso canino da doença. Desde lá, já foram diagnosticados 285 cães com Leishmaniose Visceral Canina. Entre humanos as ocorrências começaram a aparecer em 2016 e desde então surgiram 11 casos, sendo quatro deles somente no ano de 2018, um ano após a doença estampar os jornais da cidade e animar as discussões na esfera pública. A bem da verdade, a repercussão maior veio no outono de 2017, quando uma polêmica ganhou lugar nos noticiários e na opinião pública de Porto Alegre-RS e acirrou as disputas em torno desta doença. O que se dizia era que a prefeitura municipal havia contratado uma clínica veterinária para a realizar a eutanásia de trezentos cães soropositivos para Leishmaniose Visceral Canina. Em poucos dias, lideranças de movimentos de proteção, apoiados por políticos ligados à chamada “causa animal”, acionaram a justiça a fim de buscar meio para impedir o que consideravam uma matança. Segundo o processo licitatório, tratava-se de um contrato que permitiria que uma determinada clínica realizasse a prestação de serviço de eutanásia de até 300 cães, ainda que não fosse este, concretamente, o número total de animais já encaminhados para o procedimento. No entanto, a repercussão entre as lideranças da proteção animal fez com que a contratação da clínica fosse revogada e com ela também suspensa a eutanásia dos cães (CANOFRE, 2017; PORTO ALEGRE, 2017a).

Conforme reportado no mencionado relatório de gestão, o ano de 2016 é aquele delimita o marco zero para a Leishmaniose na cidade de Porto Alegre-RS. Isso, porque foi neste ano que se reportou o primeiro caso humano - e por conseguinte, quando a doença passou a ganhar importância para as autoridades de saúde:

Em outubro de 2016 a EVDT recebeu a notificação de um caso confirmado de Leishmaniose Visceral Humana internada no Hospital de Clínicas. A investigação concluiu que se tratava de um caso autóctone do bairro Protásio Alves (Gerência Leste/Nordeste). A partir da notificação foi emitido um novo Alerta Epidemiológico sobre a autoctonia da doença em Porto Alegre. Desde então ocorreram mais dois casos suspeitos, ambos descartados por sorologia e biópsia de medula. Além disso, inúmeras ações (capacitações, vistorias, análise sorológica de cães, sensibilização da comunidade) foram desenvolvidas pela CGVS e outras secretarias naquela comunidade e Gerência Distrital. Desde então ocorreu à notificação de mais um caso, que foi descartado. Em 03 de outubro, devido à situação de emergência foi realizada uma reunião com as equipes envolvidas com a doença e decidido criar a sala de situação da LV que já ficou marcada para o dia 07/10/2016 com periodicidade das reuniões semanais. Em 09 de novembro de 2016 foi publicada a Portaria Municipal 1438/16 que declara Emergência em Saúde Pública de Interesse Municipal (Porto Alegre, 2016, p.260).

Foi também em 2016, diante da detecção da autoctonia da doença que se deu início às ações de capacitação dos agentes comunitários na região da gerência de saúde onde ocorreu o primeiro caso humano e onde ocorreram, concomitantemente, os casos caninos. Neste relatório consta o registro de capacitação de 63 agentes comunitários de saúde. Este marco para o início da política pública de controle da Leishmaniose Visceral no município de Porto Alegre-RS tem, claramente, como balizador, a saúde humana. A saúde animal de forma particular ou independente ou aquela dos ambientes que ambos partilham ainda seria objeto de discussões que culminariam em uma carta aberta à população.

No dia 23 de maio de 2017, diversas organizações de saúde humana e não humana reuniram-se e assinaram um documento considerando as práticas que seriam acordadas entre elas e que vigorariam a partir de então para o monitoramento e controle da Leishmaniose Visceral Canina em Porto Alegre-RS. Na então chamada *Carta Aberta à População de Porto Alegre sobre Leishmaniose Visceral Humana* (PORTO ALEGRE, 2017a), foram elencadas três grandes áreas de atuação:

1. **Manejo da Leishmaniose Visceral Humana em Porto Alegre.** Nele, estão incluídos a distribuição de testes rápidos para diagnóstico da doença em áreas

estratégicas, a capacitação de profissionais e a instituição de fluxo de investigação diagnóstica e de manejo de casos buscando diagnósticos precoces e redução da letalidade;

2. **Medidas intersetoriais descentralizadas e de abordagem local para combate aos vetores e rompimento da cadeia de transmissão.** Neste tópico foram acordadas diversas medidas intersetoriais descentralizadas e de abordagem local com o objetivo de combate aos vetores e rompimento da cadeia de transmissão. Essas ações estão divididas em quatro áreas:

- i. **Ações gerenciais**, foram emergenciais na ocasião em que os casos humanos foram ocorrendo e necessitaram de atenção mais direta dos órgãos de saúde;
- ii. **Ações de vigilância epidemiológica** que incluíram investigações minuciosas dos casos por meio de busca ativa pela equipe de atenção primária; realização de teste rápido ou solicitação de exame sorológico; visitas às moradias afetadas; emissão de alertas epidemiológicos para os Serviços de Saúde após a confirmação dos óbitos humanos e; reunião com os serviços de saúde envolvidos nos casos para aprimoramento da identificação de casos com clínica semelhante/compatível na área próxima;
- iii. **Ações de vigilância ambiental** com instalação de armadilhas para a captura de vetores seguindo o modelo de sucesso aplicado controle do *Aedes aegypti*, já analisado por Vargas (2018) e Segata (2019) e; ampla mobilização comunitária e intersetorial para a identificação de áreas de risco de proliferação de flebotomíneos por meio de acúmulo de materiais sólidos, umidade excessiva, acúmulo de dejetos e de animais suspeitos com envolvimento de órgãos municipais para limpeza local e capina de mato;
- iv. **Ações educacionais** por meio da capacitação dos profissionais das áreas de risco quanto a identificação de pacientes com risco e suspeita de Leishmaniose, bem como; a capacitação dos Agentes Comunitários de Saúde e informação à população e ao Controle Social acerca da Leishmaniose Visceral Humana, seus sintomas e consequências, sua cadeia de transmissão e cuidados coletivos e individuais necessários para bloqueio da transmissão da doença, com foco principal no vetor.

1. **Medidas acordadas pelos entes relativas a Leishmaniose Visceral Canina.** Aqui se destaca o método de diagnóstico da infecção por Leishmaniose em cães. Ele exige dois testes positivos realizados sequencialmente: o Teste Rápido Qualitativo para a detecção de Anticorpos de Cão para a Leishmania (TR-DPP Bio-Manguinhos/Fiocruz) positivo com confirmação sequencial feita pelo Teste

Imunoenzimático (Elisa/Fiocruz). A combinação positiva de ambos seria suficiente para conferir status de infecção por Leishmaniose Visceral Canina. Contudo, chama também a atenção da conduta da Secretaria Municipal da Saúde frente aos cães com diagnóstico confirmado de Leishmaniose Visceral Canina. Foi consenso entre os presentes na reunião que culminou na *Carta Aberta*, que como medida de saúde pública e de acordo com a missão primordial em defesa da vida humana e do marco legal que rege as secretarias estadual e municipal de saúde, “os cães com Leishmaniose Visceral Canina deveriam ser submetidos à eutanásia”. Ou seja, apesar da consideração de algumas exceções, como bem mostraram Lewgoy, Mastrangelo e Beck (2020), a biossegurança é inimiga da vida e, no contexto específico da Leishmaniose, impera como última força a tanatopolítica. Em termos de exceções à prática da eutanásia em cães soropositivos para Leishmaniose cabe mencionar a previsão legal de responsabilidade assumida por tutores ou guardiões sobre seus cães desde que atendam integralmente exigências como a assinatura de termo de responsabilidade e ciência (que também deve ser assinado por veterinário responsável pelos cuidados do cão), onde deve ainda constar a localização do animal e a descrição do seu tratamento, contendo especificações quanto ao lote e dosagem de medicamento a base de miltefosina. Também são requeridos o uso ininterrupto de coleira impregnada por detametrina a 4% ou equivalente (trocada a cada 4 meses) e, eventualmente, afastamento de áreas silvestres com atuação de flebotomíneos e até o monitoramento do animal por microchipagem (se for do interesse da Secretaria de Saúde, como passou a ocorrer em 2019), entre outras exigências (PORTO ALEGRE, 2017a).

É interessante ainda ressaltar que quando analisados os relatórios de gestão da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, apenas constam dados mais específicos sobre a Leishmaniose Visceral Canina a partir do ano de 2016. Isso se justifica, como já explicitado anteriormente, que este foi o ano em que houve o aumento dos casos humanos na cidade. Isso acendeu os alertas epidemiológicos e produziu uma movimentação total de todas as entidades que subscreveram no ano seguinte a *Carta Aberta*. A tabela que trazemos abaixo sintetiza alguns dados destes relatórios (PORTO ALEGRE, 2020b).

Tabela 1 - Dados das ações de Leishmaniose Visceral Canina relativos aos relatórios de 2016 a 2019

Atividade	Períodos Analisados			
	2019	2018	2017	2016
Nº de notificações de LVC por serviços veterinários	84	47	45	427
Nº de coletas realizadas para LVC	864	1081	1005	383
Coleiras antiparasitárias entregues à comunidade	668	694	762	82
Coleiras antiparasitárias entregues à SMAMS/SEDA	140	130	200	0
Total de Coleiras Distribuídas	808	824	962	82
Nº de amostras enviadas ao LACEN para exame sorológico de LVC	77	288	164	115
Nº de TR realizados	835	1064	945	0
Nº de TR positivos	150	168	125	70
Total de Testes Rápidos Realizados	985	1232	1070	70
Cães positivos LVC - ELISA/LACEN	59	139	100	67
Cães ainda aguardando resultado LACEN(novo)	80	0	4	0
Cães testados positivos	139	139	104	67
Eutanásia de cães sororreagentes pelo proprietário	10	22	0	0
Eutanásia de cães sororreagentes pela CGVS/SMS	38	47	0	0
Eutanásias Realizadas	48	69	0	0
Reuniões técnicas LVC	0	9	42	15
Nº de orientações dadas para LVC	0	72	261	93
Nº de cães microchipados	555	0	0	0

Fonte: Elaborada pelos autores com base nos Relatórios de Gestão da Secretaria Municipal de Saúde de Porto Alegre.

Como pode ser observado na compilação das tabelas apresentadas nos relatórios de gestão de 2016 a 2019, mesmo com a autorização judicial para realização das eutanásias em 2017, essa prática não é crescente no município de Porto Alegre-RS. Observa-se que em 2018 ocorreram 69 eutanásias contra 48 no ano de 2019, sendo que em 2018, do total dos procedimentos, 22 deles foram realizados pelos proprietários e em 2019, apenas 10 eutanásias foram realizadas pelos proprietários. Nestes mesmos anos, o poder público realizou 47 procedimentos em 2018 e 38 em 2019¹. Outro aspecto importante é a distribuição de coleiras parasitárias e a microchipagem de cães. Com relação a distribuição de coleiras, mesmo em decréscimo, esta é uma prática bastante positiva indo ao encontro de estudos que confirmam redução de contaminação de outros cães quando os soropositivos não eutanasiados são encoleirados. Como os dados não são específicos não podemos dizer que os cães encoleirados contribuíram para redução da contaminação no município de Porto Alegre-RS já que nos relatórios não apresentam

¹ Não se pode julgar que esta prática é uniforme pois existem poucos dados acerca dos procedimentos e como não tivemos acesso aos prontuários físicos dos cães, não podemos afirmar quais as suas condições clínicas, se eram ou não sintomáticos e em que áreas estavam localizados.

as regiões onde estes cães estão nem foram apresentados dados estatísticos dessa possível redução.

No geral, percebeu-se nos relatórios pouco detalhamento sobre as políticas de controle da Leishmaniose Visceral Canina. Ainda que eles tragam a informação que os casos caninos precedem os humanos, informações quanto as práticas existentes no Município para o controle da zoonose são difusas e centradas no controle dos caninos soropositivos ou dos flebotomíneos. Estes últimos possuem mesmo uma sessão própria nos relatórios analisados. A sessão vigilância de Flebotomíneos (Vetores LV e LTA) é apresentada nos relatórios analisados 2016 a 2019.

Ecos do mosquitocentrismo, para usar uma expressão que sumariza uma problemática recalcitrante do universo das doenças vetoriais no Brasil (Segata, 2019), também são evidentes no relatório. Segundo o relatório de 2017, houve um aumento de investigações entomológicas partindo de 42 em 2016, para 71 em 2017. Esse aumento deveu-se em função da confirmação de novos casos caninos em áreas distintas das notificações anteriores e também em função dos casos autóctones humanos. O relatório informa que em 2017 foram analisadas 625 amostras de insetos e identificados 583 flebotomíneos. No ano de 2018 houve queda do número de investigações em virtude da baixa do número de casos humanos. Em 2017 foram 71 investigações, já em 2018 ocorreram apenas 41 investigações. Outro aspectos destacado no relatório de 2018 é que os pacientes habitavam áreas cuja fauna já era conhecida de flebotomíneos, não necessitando de novas coletas. A espécie “incriminada” como sendo o vetor urbano, a *Lutzomyia Longipalpis*, não foi encontrada no município de Porto Alegre-RS, nos anos de 2016, 2017 e 2018, conforme é apresentado no Relatório de Gestão da Secretaria Municipal de Saúde. Todavia, nestes três anos as espécies consideradas importantes por sua frequência de identificação foram *Lutzomyia Gaminarai*, *Pintomyia Fischeri* e *Mogonemyia Migonei*, todas localizadas em áreas silvestres.

É importante salientar que o estreitamento entre as faunas silvestres e o homem vem se agravando diariamente, seja por ocupações irregulares ou por empreendimentos imobiliários cada vez mais afastados dos aglomerados centros das metrópoles. Com relação a essa impossibilidade de construir moradias de forma horizontal e “mais saudáveis” muitas pessoas buscam no campo uma nova forma de viver nas cidades em áreas que antes eram florestas. Nos bairros mais afastados do centro de Porto Alegre-RS, por exemplo, são cada vez mais comuns condomínios de luxo dividindo espaço com invasões, demonstrando não apenas o abismo socioeconômico que divide camadas da população, como a flagrante invasão das áreas silvestres. Não obstante, assinalam Roque e Jansen (2014), os ciclos de transmissão de diversas espécies de parasitos sempre ocorreram e assim continuam. O que tem se tornado um problema de saúde

pública é o fato de que o homem e seus animais domésticos estão cada vez mais próximos destas áreas silvestres, facilitando o intercâmbio de doenças que antes eram invisibilizadas sob a forma de problemas do interior. Essas transformações ambientais não naturais trazem reflexos negativos tanto para humanos, quanto para a vida de parasitos, vetores e outras espécies que antes não eram “problema”. Roque e Jansen (2014) também ressaltam a importância de verificar a potencialidade de gambás, roedores e outras espécies “domésticas” como sendo reservatórios para a *Leishmania* do tipo *Infantum* e sua eventual participação nos ciclos de transmissão já que seu ambiente é adaptado desde troncos de árvores até forros de habitações humanas.

O que nos faz refletir sobre o caso da Leishmaniose Visceral entre humana como que causada pela *Leishmania Infantum* é a ideia de que os cães talvez não sejam os únicos reservatórios disponíveis da doença. As atuais políticas de manutenção do parasito tendem a sugerir a eliminação de cães soropositivos – em muitos municípios brasileiros sendo esta ainda a forma exclusiva de controle da Leishmaniose. Mas, seguindo os argumentos de Roque e Jansen (2014) esta é uma prática que tende a ignorar completamente a possibilidade de participação de outros mamíferos silvestres e sinantrótipos infectados que podem se aproximar de áreas domiciliadas e servir de fonte de infecção do vetor. Isso, segundo os autores, sugere que uma mudança de paradigmas na pesquisa e a vigilância de reservatórios silvestres dessa parasitose seja necessária e urgente (PORTO ALEGRE, 2017b).

O que fica saliente é que a Leishmaniose passa a compor a agenda das políticas públicas de saúde em Porto Alegre-RS apenas quando atinge os humanos e as formas mais robustas para a sua atenção ficam vão da eutanásia canina ao controle do vetor, ao invés de um exame mais aprofundado da complexa relação entre humanos, cães, flebotômíneos e os ambientes que constituem e que partilham.

Mais além das políticas públicas

Por diferentes caminhos, temos buscado em nossas pesquisas ressaltar o lugar proeminente dos animais nas relações que constituem com seus companheiros humanos. O caso daquela que resultou neste trabalho não foi diferente. Em cena, está a tensão entre a convivência e o contágio, especialmente evidenciada quando animais de companhia também podem oferecer algum tipo de “risco” para a saúde humana, como no caso da Leishmaniose Visceral Canina. Para alargar a compreensão da relação entre humanos e animais no contexto desta doença, a pesquisa não acompanhou apenas as políticas públicas, mas também as experiência de partilha entre animais soropositivos e

seus companheiros humanos. Parte desta frente de pesquisa se deu por meio do ingresso em um grupo de *WhatsApp* por meio do qual pudemos acompanhar as ações que tutores de cães soropositivos protagonizavam em situações onde o Estado não chegava ou ao menos não correspondia às suas expectativas.

O grupo acompanhado é formado por tutores, protetores, médicos veterinários e pesquisadores interessados no tema Leishmaniose Visceral. Atualmente, ele conta mais de 220 membros, não apenas de Porto Alegre, mas também de outras regiões do país, sobretudo de regiões epidêmicas, como dos Estados de Minas Gerais, Ceará, Piauí e também do Distrito Federal. As queixas sobre o aumento dos casos de Leishmaniose vinham de toda parte. Era comum associarem a aparecimento de casos com as denúncias de falta de saneamento básico, sobretudo onde o esgoto corre a céu aberto. Essas denúncias de falta de políticas públicas de saneamento básico contrastavam com a vontade do poder público de praticar a eutanásia de cães, como medida de controle da doença nestas mesmas áreas.

Quando destacávamos no grupo algumas das ações que a Secretaria Municipal de Saúde de Porto Alegre protagonizava, o debates quase sempre repercutiam em forma de protesto pela distância entre o que o poder público oferece e aquilo que é demandado por quem vive a Leishmaniose com uma realidade cotidiana. Para a maior parte de quem se envolvia nestes debates, as políticas públicas para o controle da Leishmaniose deveriam combater mais o mosquito do que os cães; fortalecer a educação ambiental e promover vacinação em massa aos moldes do que se pratica com raiva canina. Também deveria haver, segundo os debates no grupo, algum tipo de programa de distribuição gratuita de coleiras nas comunidades de baixa renda, além da aplicação de inseticidas e políticas de saneamento mais equânimes. Além disso, era preciso debater com o poder público a isenção dos altos impostos praticados sobre os produtos antileishmaniose, como coleiras e medicamentos como o Meltiforan. Finalmente, os tutores dos animais quase sempre reclamam respeito para com a sua decisão de os considerarem como parte de sua família, ressoando inúmeros trabalhos que exploram o parentesco multiespécie – por exemplo, Govindrajan (2018) ou Osório (2015) – ao invés de simplesmente aceitar o tratamento que lhes era dedicado por parte das autoridades, como sendo ameaças à saúde pública.

Amplamente, o que se notava era que os tutores participantes do grupo sentiam-se abandonados pelo poder público. Eles tinham que escolher, digamos assim, entre permitir a eutanásia dos animais ou deixa-los morrer por falta de suporte para o seu cuidado. Essa situação vinha ao encontro do que Lewgoy, Sordi e Pinto (2015, p.79) apontaram como sendo um paradoxo – o de que “os animais domésticos de companhia estão entre os menos protegidos pelas ações governamentais, na medida em que o

crescimento dos movimentos de defesa dos animais foi acompanhado de uma desresponsabilização das atribuições do poder público”. E no caso da Leishmaniose Visceral Canina, este problema se agravava quando somada a uma profunda negligência do Estado, sobretudo com os mais carentes e em situação de vulnerabilidade social, cujos os próprios humanos não possuem direitos respeitados, quanto mais os animais em sua posse.

Segata (2016) também abordou em sua pesquisa sobre os mosquitos da dengue algo muito parecido com o que era discutido no grupo em análise - a questão da higienização da cidade, a invisibilização da pobreza e o risco a ela associado. Quase sempre, como mostra Segata (2016) em sua pesquisa sobre políticas da dengue, as pessoas pobres são acusadas de provocarem as situações de risco, associado a facilitação de criadouros de vetores. Mas, o ponto é que há que se pensar nos sistemas de exclusão que operam em favor dessas situações, já que muitas das ações do poder público “atuam por meio da naturalização da pobreza como condição associada ao risco” . Mais precisamente,

[...] as políticas da ciência e do Estado aos poucos foram deslocando suas práticas, como aquelas centradas na doença e materializadas nas reformas urbanas, para se concentrarem nos mosquitos e na produção da vulnerabilidade. Diferentemente da febre amarela, descrita como uma doença socialista, a dengue é conhecida como a doença da pobreza. Ao invés de reformas, ela produziu periferias, morais e geográficas, na medida em que as políticas de controle do mosquito passaram a operar como barricadas que isolam e protegem as porções mais nobres das cidades (SEGATA, 2016, p.287).

A atual política para o controle do reservatório canino da Leishmaniose Visceral é talhada para a nobreza tendo em vista que animais das periferias, sem tutores, não são tutelados pelo Estado e, tão logo, seu destino tem sido à morte. Entende-se que assim não contribuirão para “espalhar a doença” independente de sua condição física e do adiantamento da doença. Aliás, o recolhimento e eutanásia de cães assintomáticos é uma prática em vários municípios brasileiros, segundo o relato do grupo que foi foco desta pesquisa e estamos longe ainda de uma preocupação de que estes seres sejam reconhecidos como parte do círculo familiar humano.

Marzochi *et al.* (2014) ecoam as críticas de tutores sobre a redução das políticas de Leishmaniose ao controle de reservatórios caninos. A estratégia de eliminação de cães tem produzido, segundo eles, resultados conflitantes, especialmente se considerado o fato de que o diagnóstico da doença é motivo de discórdia até mesmo entre a

comunidade científica, tendo em vista o elevado número de falsos positivos. Os autores explicam que estudos entre cães sororreagentes revelou que dos 40% que apresentavam sinais clínicos da doença e que foram acompanhados pelo período de 1 ano, 88% evoluíram para óbito e 8% permaneceram estáveis. Entre os 60% assintomáticos, após o mesmo período de acompanhamento, 52% apresentaram negativação sorológica, 12% continuaram estáveis e 18% tornaram-se doentes e 18% morreram no final do período. Eles indicam que metade dos cães soropositivos assintomáticos, mas com indicação de eutanásia, podem se tornar soronegativos, sendo difícil de definir se por falso-positividade ao teste ou por cura espontânea (Marzochi *et al.*, 2014, p.455). Outro aspecto considerados por Marzochi *et al.* (2014) são os testes que são realizados para afirmar a positividade para os cães visto que o teste sorológico ou teste rápido possui chance de 5% a 10% de falso-positividade e não definem o grau de parasitismo, a presença da doença nem o potencial de transmissão do cão para o inseto vetor. Dizem ainda que os testes clássicos Rifi e Elisa podem apresentar reações cruzadas com as infecções caninas por *L. braziliensis* cujas endemias se superpõem no Nordeste, Sudeste e Sul do Brasil, assim como o *Trypanossoma cruzi* e o recém-descoberto *Trypanossoma caninum*. Nesta linha de discussão, muitos relatos no grupo também citaram que a vacinação canina muitas vezes é “vendida” pelos médicos veterinários como sendo 100% garantida – o que não é verdade. No grupo de tutores que participei alguns mencionaram ter vacinado seus cães e mesmo assim houve acometimento e futuro diagnóstico positivo, o que gerava ainda mais controvérsias sobre a segurança dos testes, já que poderiam reagir à própria vacinação².

Estes desconfortos em relação as políticas para a Leishmaniose que repercutiam nos grupo de *WhatsApp* e que vinham de diversas partes do Brasil também eram visíveis em Porto Alegre-RS. As críticas firmavam apenas um consenso: o de que atualmente não há uma política de Controle da Leishmaniose Visceral Canina, mas um controle do reservatório canino. Nestes termos atuais, os cães são renegados a segundo plano, estando a serviço do homem, reafirmando a política antropocêntrica que a saúde pública sempre manifestou. Este é um dos principais motivos de mobilização de ações civis, especialmente aquelas protagonizadas pelos grupos que se autodenominam como sendo da **proteção animal**.

² Mazorchi *et al.* (2014) adentram à crítica de que as vacinas caninas atualmente disponíveis no mercado não demonstram efetividade, uma vez que cães vacinados de áreas endêmicas se infectam e apresentam *Leishmania* na pele. Complementam que do ponto de vista do controle a vacinação pode ser uma garantia maior pois não evita a infecção e a doença se manifesta de forma mais branda, o cão ainda é fonte de infecção, agradando os proprietários, remunerando veterinários e conferindo lucro aos laboratórios produtores.

Conforme sugere Osório (2017), a proteção animal possui dois eixos, um emocional e um moral. O emocional, é sobremaneira formado pelas noções de amor, sofrimento, sensibilidade e coração. O segundo, o moral, é formado pelas noções de missão, obrigação, dignidade, respeito, consideração, responsabilidade, proteção, defesa, ajuda, salvamento, solidariedade e educação. Animais que convivem com humanos como membros de família são sujeitos de amor e que exigem responsabilidade. O Estado é raro para estes animais e também para os humanos especialmente em muitos dos casos que acompanhamos nas zonas periféricas de Porto Alegre-RS. Postos de saúde e atenção básica são escassos. Falta saneamento e recursos financeiros para tratamentos especializados. Mas, como costumávamos ouvir, “não falta amor nem solidariedade”. Do nosso ponto de vista, esta disposição para o cuidado de cães adoecidos não poderia ser reduzida, como faziam algumas autoridades de saúde, a uma simples romantização extravagante; um exagero arriscado e irresponsável de quem “acha que vai eliminar a doença com amor”. O trabalho de resgatar animais doentes da rua, acompanhar a melhora, mas também a morte, a busca de tratamentos alternativos, recursos financeiros ou médicos veterinários voluntários para seguir cuidando do cães, nos mostrava que a atividade política não poderia se resumir àquilo que era pensado e praticado dentro dos espaços institucionais. Ela também acontecia pelas ações civis organizadas – sejam Organizações Não-Governamentais (ONGs), sociedades civis ou como é o caso mais propriamente analisado na pesquisa, o de grupos de proteção animal. Tratava-se de uma política motivada pelo afeto, pela vontade de chegar aonde o Estado não chegava.

Considerações finais

Neste breve trabalho buscamos apresentar algumas dificuldades de implementação de políticas eficientes para o controle da Leishmaniose. Em linhas gerais, elas se relacionam às dificuldades de infraestrutura, água potável e coleta de lixo e moradia, bem como à inexistência política públicas de cuidado com animais comunitários, sobretudo entre famílias de baixa renda. Mas, também se tornam evidente as dificuldades de gerir certo incômodo cada vez mais crescente com o o modo como nos relacionamos com ambientes e com os animais, deixando de relega-los, simplesmente a uma esfera distinta daquela do mundo social, concebido como humano. No caso em questão, o cão doméstico urbano, acometido por Leishmaniose se tornou uma espécie de emblema da encruzilhada moral de difícil equacionamento diante da tradição sanitária-epidemiológica: de reservatório de doença facilmente descartável por

meio da eutanásia ele se converteu em membro de família e sujeito de reivindicação de direitos e garantias por meio de políticas públicas mais inclusivas.

Outro ponto que buscamos traçar neste artigo é o modo como o alcance do Estado ainda é limitado em termos de políticas, digamos assim, multiespécie - ou seja, que pensem a relação de saúde-doença com um fenômeno que implica o bem estar de humanos, animais e dos ambientes que juntos constroem e partilham. O caso de Porto Alegre-RS nos mostrou o quanto que as preocupações com a Leishmaniose Visceral Canina começaram a ter forma em termos de uma agenda de políticas públicas apenas à medida em que passaram a ameaçar a saúde humana, com casos confirmados e sobretudo com óbitos. Os casos que vitimavam animais até então eram silenciados e assim o continuaram sendo, repercutindo, de muitas formas, a negligência com a doença.

Além disso, pudemos perceber que a Leishmaniose Visceral Canina ainda é uma doença bastante desconhecida em Porto Alegre-RS. Exceto por agentes de saúde, médicos veterinários e pessoas que, em algum momento se envolveram com o tema, para muita gente o adoecimento de seus cães era um fenômeno desconhecido, confundido com envelhecimento, sarna, praga ou mal da rua. A própria OMS considera a Leishmaniose como uma das seis doenças mais negligenciadas no mundo. A respeito disto, Araújo, Moreira e Aguiar (2013) abordam a questão do silêncio sobre a doença na saúde pública, como sendo a não comunicação pública uma das condições do negligenciamento de enfermidades e de suas populações afetadas. Os autores, citando a OMS, tratam que:

O negligenciamento de uma doença – que evoca o discurso de segregação, periferia e esquecimento, seja pela indústria farmacêutica, pelos governos ou pelos sistemas de saúde – significa também, de forma concomitante e inextrincável, o negligenciamento das populações vitimadas por estes agravos. Pré-existente e, ao mesmo tempo, intensificado pela ocorrência de agravos negligenciados, o negligenciamento das populações está correlacionado à pobreza, num círculo vicioso que vigora para um sexto da população mundial. (Araújo; MOREIRA; AGUIAR, 2013, p.03).

As leishmanioses, não apenas em Porto Alegre-RS, mas de um modo geral, são doenças negligenciadas pois pouco se comunica e se age reativamente aos seus casos. A questão das comunidades assoladas pela enfermidade caminham lado a lado com a falta de políticas de saneamento básico, habitação, acesso à saúde e qualidade nutricional. Lindoso e Lindoso (2009, p.247) avalia que a existência da pobreza está

extremamente ligada com a ocorrência de doenças tropicais negligenciadas e as relaciona com o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) dos países em que elas ocorrem e acrescenta:

O Brasil é o 70º país no ranking do IDH e concentra nove das 10 principais doenças tropicais consideradas negligenciadas pela OMS. Leishmanioses, tuberculose, dengue e hanseníase ocorrem em quase todo o território do Brasil. Mais de 90% dos casos de malária ocorrem na região norte e há surtos de filariose linfática e oncocercose. As regiões norte e nordeste apresentam o menor IDH e concentram o maior número das DTNs. Essas doenças são consideradas negligenciadas devido à falta de investimento no desenvolvimento de novas drogas e vacinas e também pela pouca eficácia dos programas de controle. Um problema preocupante em relação às DTNs é a co-infecção com HIV, que favorece manifestações clínicas graves e falência terapêutica (Lindoso; Lindoso, 2009, p.247).

O ditado popular é bem cabível neste caso: “quem não é visto não é lembrado”. Nisto se incluem os moradores em áreas de risco que não tem acesso às políticas públicas como seus animais adoecidos. Na lógica dos apagamentos, as doenças e as pessoas negligenciadas, quanto menos faladas, menos existem. Quanto menos existem, menos recursos e esforços públicos demandam para o seu bem estar. Assim, de um lado a Leishmaniose é considerada uma doença negligenciada porque é de certa forma esquecida pelo Estado e de outro porque não há formas amplificadas de uma educação para o seu reconhecimento e cuidado já que se desenvolve entre populações humanas igualmente desprezadas. Em outras palavras, a despeito das parcas e controversas políticas atualmente disponíveis, as histórias com a Leishmaniose ainda têm sido escritas por aqueles animais e seus companheiros humanos que partilham, de fato, “uma vida de cão”.

SHARING A DOG'S LIFE: PUBLIC POLICIES AND CANINE VISCERAL LEISHMANIASIS

ABSTRACT: *This paper brings some introductory lines to analyze public policies for Canine Visceral Leishmaniasis. Based on the case of Porto Alegre, RS, Brazil, we tried to show that there is a silencing of canine suffering in the evidence that public policies for Leishmaniasis start to be constituted only when the disease threatens human lives. Likewise, we show how policies of coexistence are produced and experienced much more by civil initiatives - almost always marginalized and even against public policies*

thought and executed by the government, when certain populations of dogs and humans are neglected by the public power.

KEYWORDS: *Canine Visceral Leishmaniasis. Public Policies. Neglected Diseases. Multispecies Health.*

COMPARTIENDO LA VIDA DE UN PERRO: POLÍTICAS PÚBLICAS Y LEISHMANIOSIS CANINA VISCERAL

RESUMEN: *Este artículo presenta algunas líneas introductorias de una exploración sobre las políticas públicas para la Leishmaniosis Visceral Canina. A partir del caso de Porto Alegre tratamos de mostrar que hay un silenciamiento del sufrimiento canino en la evidencia de que las políticas públicas para la Leishmaniosis se constituyen sólo cuando la enfermedad amenaza las vidas humanas. Asimismo, mostramos cómo las políticas de convivencia se producen y se viven mucho más entre iniciativas civiles - casi siempre al margen e incluso contra las políticas públicas pensadas y ejecutadas por el Estado, cuando determinadas poblaciones de perros y humanos son desatendidas por el poder público.*

PALABRAS CLAVE: *Leishmaniosis Visceral Canina. Políticas públicas. Enfermedades olvidadas. Salud multispecie.*

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Inesita Soares; MOREIRA, Adriano De Lavor; AGUIAR Raquel. Doenças negligenciadas, comunicação negligenciada. Apontamentos para uma pauta política e de pesquisa. RCIIS – **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde**, Rio de Janeiro, vol. 6, n. 4, Suplemento, Fev. 2013, p.01-15. Disponível em: <https://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis>. Acesso em: 17 out. 2020.

BENCHIMOL, Jaime; JOGAS JUNIOR, Denis Guedes. **Uma história das leishmanioses no novo mundo**. Rio de Janeiro: Fino Traço/Fiocruz, 2020.

CANOFRE, Fernanda. Defensores questionam decisão da Prefeitura de eutanasiar cães com suspeita de leishmaniose. **Sul21**. Publicado em 6 de maio de 2017. Disponível em: <https://www.sul21.com.br/ultimas-noticias/geral/2017/05/defensores-questionam-decisao-da-prefeitura-de-eutanasiar-caes-com-suspeita-de-leishmaniose/>. Acesso em: 17 out. 2020.

GOVINDRAJAN, Radhika. **Animal intimacies**: interspecies relatedness in India's Central Himalayas. Chicago: The University of Chicago Press, 2018.

LEWGOY, Bernardo; MASTRANGELO, Andrea; BECK, Luiza. Tanatopolítica e Biossegurança: dois regimes de governo da vida para a Leishmaniose Visceral Canina no Brasil. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 26, n. 57, maio/ago. 2020, p.145-176. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ha/v26n57/1806-9983-ha-26-57-145.pdf>. Acesso em: 18 out. 2020.

LEWGOY, Bernardo; SORDI, Caetano; PINTO, Leandra Oliveira. Domesticando o Humano: para uma antropologia moral da proteção animal. **Ilha Revista de Antropologia**, Florianópolis, vol. 17, n. 2, p.075-100, 2015.

LINDOSO, José Angelo; LINDOSO, Ana Angélica. Doenças tropicais negligenciadas no Brasil. **Revista do Instituto de Medicina Tropical de São Paulo**. São Paulo, vol. 51, n. 5, p.247-253, 2009.

MARZOCHI Mauro C. A; MARZOCHI Keyla B. Feldman; FAGUNDES, Aline; CONCEIÇÃO-SILVA, Fátima. A questão do controle das leishmanioses no Brasil. In: CONCEIÇÃO-SILVA, Fátima; ALVES, Carlos Roberto. (org.). **Leishmanioses do continente americano**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2014, p.432-463.

OSORIO, Andrea. Conversões e predisposições à proteção de animais de rua: vocações, sensibilidades e moralidades. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 23, n. 48, 2017, p.253-274.

OSORIO, Andrea. Mãe de gato? Reflexões sobre o parentesco entre humanos e animais de estimação. **V Reunião Equatorial de Antropologia e XV Reunião de Antropólogos do Norte-Nordeste**. Maceió: Anais do Evento, 2015.

KLEIN, Samantha. Prefeitura revoga contrato com clínica e desiste de sacrificar até 300 cães em Porto Alegre. **Correio do Povo**. Publicado em 14 de julho de 2017. Disponível em: https://www.correiodopovo.com.br/not%C3%ADcias/pol%C3%ADtica/prefeitura-revoga-contrato-com-cl%C3%ADnica-e-desiste-de-sacrificar-at%C3%A9-300-c%C3%AAs-em-porto-alegre-1.236038_. Acesso em: 18 out. 2020.

ROQUE, André Luis Rodrigues; JANSEN, Ana Maria. “Hospedeiros e reservatórios de Leishmania s.p e sua importância na manutenção dos ciclos de transmissão nos ambientes silvestre e sinantrópico”. In: CONCEIÇÃO-SILVA, Fátima; ALVES, Carlos Roberto. (org.). **Leishmanioses do continente americano**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2014, p.233-257.

PORTO ALEGRE. Prefeitura Municipal de Porto Alegre; Coordenadoria Geral de Vigilância em Saúde. **Monitoramento Ambiental** – Leishmaniose. Disponível em: http://www2.portoalegre.rs.gov.br/cgvs/default.php?p_secao=1009. Acesso em: 18 out. 2020a.

PORTO ALEGRE. Prefeitura Municipal de Porto Alegre; Secretaria Municipal de Saúde. **Relatório de Gestão**. Disponível em: http://www2.portoalegre.rs.gov.br/sms/default.php?p_secao=895. Acesso em: 18 out. 2020b.

PORTO ALEGRE. Prefeitura Municipal de Porto Alegre; Secretaria Municipal de Saúde. **Carta Aberta à População de Porto Alegre sobre Leishmaniose Visceral Humana**. 2017a, *mimeo*.

PORTO ALEGRE. Prefeitura Municipal, Secretaria Municipal de Saúde. **Plano Municipal de Intensificação das Ações de Vigilância e Controle da Leishmaniose Visceral**. 2017b. Disponível em: http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/cgvs/usu_doc/lvh_plano_de_intensificacao_final.pdf. Acesso em: 18 out. 2020.

PORTO ALEGRE. Prefeitura Municipal de Porto Alegre; Secretaria Municipal de Saúde. **Relatório Anual de Gestão**. 2016. Disponível em: http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/sms/usu_doc/rag_final_2016.pdf. Acesso em: 17 out. 2020.

SEGATA, Jean. El mosquito-oráculo y otras tecnologías. **Tabula Rasa**, Bogotá, vol. 32, 2019, p.103-125. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.25058/20112742.n32.06>. Acesso em: 18 out. 2020.

SEGATA, Jean. A doença socialista e o mosquito dos pobres. **Illuminuras**, Porto Alegre, vol. 17, 2016, p. 372-389.

VARGAS, Elisa Oberst. **Mosquitos, armadilhas e vírus**: etnografia de uma política pública de controle ao aedes aegypti. 2018. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

Recebido em 23/08/2020.

Aprovado em 13/09/2020.

ENTRE O AMOR AO ANIMAL E A SAÚDE PÚBLICA: REFLEXÕES SOCIOLÓGICAS SOBRE A LEISHMANIOSE VISCERAL CANINA

Márcia GRISOTTI*

Lucas de Carvalho de AMORIM**

RESUMO: Os animais sempre fizeram parte das sociedades humanas, seja como fonte de alimento, entidades sagradas, companhias ou mercadorias. Dentre as vertentes de estudos sobre as relações humanos e animais não humanos, este artigo focaliza um aspecto pouco investigado pelas ciências sociais: a dimensão social das políticas de controle das doenças transmitidas entre humanos e animais (doenças zoonóticas). Analisamos as controvérsias e conflitos que ocorrem entre as medidas sociotécnicas adotadas pelos serviços de vigilância epidemiológica para o controle dessa doenças e os significados atribuídos para este controle pelos profissionais de vigilância de zoonoses e pelos meios de comunicação, tendo como estudo de caso as ações públicas de controle da leishmaniose visceral canina desenvolvidas em Florianópolis-SC entre 2010 e 2020. Um dos fatores para a baixa efetividade das políticas públicas de controle está relacionada à falta de articulação entre fatores epidemiológicos e sociais (relacionados às famílias multiespécies) nas campanhas preventivas.

PALAVRAS-CHAVE: Famílias multiespécies. Leishmaniose visceral canina. Vigilância em saúde. Saúde humana e animal.

“Deçue par les humains, jamais pour mon chien.”

* UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-graduação em Sociologia e Ciência Política. Florianópolis - SC - Brasil. 88040-900 - marcia.grisotti@ufsc.br - <https://orcid.org/0000-0003-0389-7100>.

** UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina. Curso de Ciências Sociais. Florianópolis - SC - Brasil. 88.040-900 - lucasamorim0@gmail.com - <https://orcid.org/0000-0001-74136195>.

Introdução

Esta frase está escrita na lápide do túmulo de um cachorro enterrado, entre centenas de outros, no *Cimetière des Chiens*, localizado em *Asnières-sur-Seine*, na parte noroeste de Paris. Seja pela sua dimensão temporal (o cemitério existe desde 1899), seja pela dimensão qualitativa das frases e rituais dedicados pelos seus antigos proprietários aos seus animais de estimação, este cemitério ilustra as relações históricas de interdependência entre humanos e animais não humanos. Durante a visita e o registro fotográfico, conversamos com uma mulher que estava sepultando seu cachorro. Em meio à preparação dos ornamentos que seriam colocados no túmulo, ela mostrava as fotos enroladas em plásticos que ali seriam deixadas e relatava, em prantos, os diversos momentos felizes que passaram juntos e a tristeza da partida “mais sofrida que a morte de minha mãe”.

Os animais sempre fizeram parte das sociedades humanas, seja como fonte de alimento, entidades sagradas, companhias ou mercadorias. Embora as análises sociológicas sobre as relações humanos-animais não humanos ainda sejam incipientes, um campo robusto de pesquisas tem sido reconfigurado para encaixar os não humanos nas análises dos fenômenos sociais. A antropologia, mais do que outras áreas das ciências sociais, tem estudado essas relações devido, sobretudo, à sua tradição de investigações etnográficas com povos indígenas e tradicionais, em que concepções animistas interagem com explicações científicas, e à forte tendência de alguns estudos em problematizar a clássica dicotomia entre cultura e natureza (DESCOLA, 2003, 2011; INGOLD, 1995, 2000, 2005). O trabalho de Ingold expressa uma intenção de ir além dessa dicotomia, incorporando a análise dos organismos vivos conectados aos seus ambientes como uma zona de interpenetração (PITROU, 2015).

Gaedkte (2017) analisa como os cuidados humanos nos processos de adoecimento, envelhecimento e/ou morte de cães e gatos são reveladores de papéis sociais, dos humanos e dos não humanos, bem como de transformações nas configurações familiares no cenário das sociedades urbanas contemporâneas a partir da noção de famílias multiespécies. A autora também reflete, com base em uma extensa revisão bibliográfica, as razões por trás de um certo silenciamento acerca do estudo das relações entre humanos e seus animais de estimação no interior das agendas consagradas de pesquisas sociológicas.

Não pretendemos expor as diversas abordagens e perspectivas deste campo temático, mas dar visibilidade a uma vertente de estudo pouco investigada nos estudos socioantropológicos sobre as relações humanos e animais não humanos: as doenças zoonóticas. Embora isso possa ser óbvio para os pesquisadores no campo da biologia, a

pandemia de Covid-19 provavelmente estimulará novos estudos interdisciplinares sobre os impactos sociais das doenças emergidas de patógenos que cruzam as barreiras entre as espécies (*spillover*), fenômeno que exige a inclusão das relações entre comportamentos humanos-animais-natureza na noção de interdependência (ELIAS, 1999), pensada originalmente para pessoas e grupos sociais.

De forma instrumental, diversos tipos de animais têm sido utilizados como modelos experimentais para a construção do conhecimento de doenças humanas. Ao mesmo tempo, alguns animais se beneficiam, como pacientes, da produção de conhecimentos e das tecnologias humanas. Animais de estimação, em perspectivas ambivalentes, são percebidos ora como fonte potencial para a saúde humana ora como fonte potencial de transmissão de doenças infecciosas (ROCK; MYKHALOVSKIY; SCHLICH, 2007).

Uma vez que os estudos específicos sobre as doenças compartilhadas entre humanos e animais são incipientes no campo da sociologia, é através dos conceitos de biossegurança e biopolítica, conectados à gestão de riscos, que encontramos pistas para esta análise. Esses conceitos têm fomentado as investigações relacionadas à multiplicidade de crises sanitárias causadas por doenças transmitidas entre humanos e animais (zoonoses), as quais têm conduzido a uma reformulação das normas e políticas públicas de controle da população animal. As transformações sociotécnicas e políticas em matéria de gestão de doenças infecciosas emergentes (COLLIER; LAKOFF; RABINOW, 2004), bem como os fatores sociais envolvidos no sistema de rastreabilidade, triagem e pesquisa de população animal sentinela, que permite lançar alertas em caso de emergência de novos patógenos (KECK, 2020), são exemplos de uma área de pesquisa promissora nas ciências sociais.

No âmbito deste último enquadramento (BATESON, 1987; GOFFMAN, 1986), visando dar sentido a eventos e vulnerabilidades especiais a que esses quadros de referência estão sujeitos, este artigo pretende interpretar as possíveis causas sociais para a ineficácia do programa brasileiro de controle da leishmaniose visceral canina (LVC). Tal interpretação se dará a partir da análise das controvérsias e conflitos que ocorrem entre as medidas sociotécnicas adotadas pelos serviços de vigilância epidemiológica para o controle dessa doença e os significados atribuídos para este controle pelos profissionais de vigilância de zoonoses e pelos meios de comunicação, tendo como estudo de caso as ações públicas de controle da LVC desenvolvidas em Florianópolis-SC entre 2010 e 2020. Para tanto, foram analisados os documentos oficiais da Organização Mundial da Saúde (OMS), do Ministério da Saúde e os relatórios publicados pelo Centro de Controle de Zoonoses (CCZ) do município de Florianópolis-SC, além da realização de pesquisa hemerográfica e de entrevistas com profissionais do

CCZ.

Vigilância de doenças transmitidas entre humanos e animais não humanos

Embora os parasitas – e sua associação com humanos – sejam conhecidos e descritos desde a antiguidade clássica e até muito mais tarde, no século XVIII, quando Jenner já havia reconhecido a relação entre infecção de vacas e varíola humana, a medicina permaneceu independente das doenças de outros animais e plantas. A disseminação do processo empírico da varíola na Ásia, Europa e América não reduziu a distância entre o homem e outros animais. A semelhança de certas estruturas e funções comuns a plantas e animais teria sido reconhecida apenas no início do século XIX. Isso se deve à posição privilegiada que o ser humano tem dado à sua espécie, pois vários séculos se passaram até que aceitasse sua origem comum e suas relações com outros organismos da natureza (ÁVILA-PIRES, 2005).

A biologia e a paleontologia são algumas das áreas do conhecimento científico que exploram os vínculos entre a emergência de micróbios, o papel de reservatórios e vetores e a história humana (CRAWFORD, 2007). Por outro lado, as pesquisas na área da epidemiologia e das ciências sociais investigam a relação entre o comércio e a rápida circulação de pessoas, animais, plantas, micro-organismos e mercadorias e a disseminação de patógenos em escala global, bem como as estratégias políticas de controle desenvolvidas em vários setores da sociedade.

A contínua expansão das terras agrícolas para áreas selvagens, o contato com gado e animais domésticos, o boom do tráfico de gado e da produção global têm sido responsáveis pelo surgimento de doenças zoonóticas emergentes em várias regiões do país e do mundo. O relatório da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) (SLINGENBERGH, 2013) adverte que cerca de 70% das novas doenças que infectaram humanos nas últimas décadas foram de origem animal e que o espalhamento dessas doenças ocorre, entre outros fatores, pelas formas de produção agrícola e animal e pela forma de ocupação e uso dos territórios.

Neste contexto, iniciativas como a *One Health*, composta por atores da sociedade civil e organizações científicas e profissionais que incentivam estratégias globais para desenvolver a colaboração e a comunicação interdisciplinar quanto aos aspectos dos cuidados de saúde entre humanos, animais e meio ambiente. No entanto, a falta de articulação entre as ciências médicas e a medicina veterinária, entre a pesquisa microbiológica (e clínica) e a epidemiologia, entre todas essas áreas acadêmicas e as ciências sociais, bem como a divisão da vigilância epidemiológica entre o setor da saúde

e a agricultura/pecuária, de forma independente e desarticulada, tendem a dificultar as ações de vigilância e controle das zoonoses e dos patógenos que cruzam as fronteiras de espécie (GRISOTTI, 2003; MEDITSCH, 2006; SANTOS, 2013).

A leishmaniose visceral canina: uma perspectiva sociopolítica

Reconhecidas como um importante problema de saúde pública, as leishmanioses representam um conjunto de doenças com amplo espectro clínico e diversidade epidemiológica. A leishmaniose visceral (LV) é uma epidemia que atinge milhares de pessoas no mundo: segundo dados oficiais disponibilizados pela OMS, foram notificados 853.450 casos da doença entre 1998 e 2018. O dado é ainda mais surpreendente quando identificada a grande subnotificação de casos. No Brasil, por exemplo, a taxa de subnotificação de LV se estabelece em torno de 42% a 45% (MAIA-ELKHOURY; CARMO; SOUSA-GOMES; MOTA, 2007). Esse fator, por si só, indica que esta é uma doença negligenciada.

Transmitida por meio da picada do flebótomo, popularmente conhecido como “mosquito-palha”, responsável então pela intermediação da contaminação animal à infecção humana (BRASIL, 2014b), a LV pode provocar um estado de debilidade progressiva e até mesmo a morte (ALVARENGA; ESCALDA; COSTA; MONREAL, 2010). O cão é apontado como reservatório desta doença (FALQUETO; FERREIRA, 2005), e o controle do reservatório canino, com inquérito sorológico e eutanásia dos animais infectados, se configura como uma das estratégias de controle atualmente utilizadas, além de aplicação de inseticidas, diagnóstico e tratamento adequado dos casos registrados. Ao mesmo tempo, o controle desses animais por meio da eutanásia se apresenta como um dos temas mais controversos no que tange à sua contribuição para a redução da incidência das leishmanioses, humanas ou caninas (LIMA; GRISOTTI, 2018).

A recomendação da eutanásia, no entanto, tem uma história no Brasil. O Decreto nº 51.838, de 14 de março de 1963 apresenta o que viria ser o status quo do combate à LV no Brasil. Dentre as medidas profiláticas estão investigação epidemiológica; inquéritos extensivos para descoberta de cães infectados; eliminação dos animais domésticos doentes (a principal discussão deste artigo); campanhas sistemáticas de controle dos flebótomos nas áreas endêmicas; e tratamento dos casos humanos. Na época, a doença se restringia principalmente às regiões rurais, sob a tutela do extinto Instituto Nacional de Endemias Rurais.

Em 1984, a OMS já tinha ciência de que havia “poucas comunidades dispostas

a aceitar que se reduza sem discriminação a população canina”¹ (WHO, 1984, p.114, tradução nossa). Porém, nesta época, relatava-se que a redução e a eliminação do número de cachorros de rua ao longo da história poderiam estar associadas à diminuição do número de casos de LV. Como exemplo, a OMS relata o caso da China que, nos anos 1950, examinou mais de 200.000 cães e eliminou centenas, mostrando que tal ação teve uma influência na redução do número de casos humanos.

A OMS afirma ainda que “a eliminação de cachorros selvagens e de rua se justifica por muitos motivos relacionados à saúde, o meio e a conservação. A existência de LVC é uma razão adicional”² (WHO, 1990, p.56, tradução nossa). Embora defensora da prática da eutanásia em cães, errantes ou de estimação, sintomáticos ou soropositivos, a OMS reconhece as particularidades de cada país e/ou região na efetividade do controle.

Embora essa prática pareça efetiva na China, não está claro se funcionou em outros lugares. No Brasil, por exemplo, a LVC aumentou constantemente nos últimos 10 a 20 anos apesar da pulverização de 200.000 casas e da morte de 20.000 cães por ano. Após pesquisas anuais em regiões endêmicas, os cães são sacrificados se suas amostras de sangue forem diagnosticadas como positivas por imunofluorescência. Embora estudos experimentais indiquem que o controle de cães pode reduzir a incidência de *Leishmania* em cães e crianças, preocupações com os atrasos entre amostragem, diagnóstico e seleção, e falha na redução do número de casos notificados, levaram ao ceticismo quanto à eficácia do programa de controle brasileiro [...]. Dada a seriedade da doença, a falta de vontade dos donos de cães em permitir que seus cães sejam abatidos e a inconsistência dos resultados de ensaios projetados para testar a eficácia, a identificação de estratégias alternativas sustentáveis para reduzir a carga de LVC não são claras³ (WHO, 2004, p.74, tradução nossa).

¹ “There are few communities where indiscriminate dog control is acceptable” (Texto original).

² “The elimination of stray and feral dogs is justified for many reasons connected with health, the environment and conservation. The existence of ZVL provides additional justification.” (Texto original).

³ “Although this practice appears to have been effective in China, it is unclear whether it has worked elsewhere. In Brazil, for example, ZVL has increased steadily during the last 10–20 years despite the spraying of 200 000 houses and killing of 20 000 dogs per year. Following annual surveys in endemic regions, dogs are culled if their blood samples are diagnosed positive by immunofluorescence. Although experimental trials indicate that dog control may reduce *Leishmania* incidence in both dogs and children, concerns over the delays between sampling, diagnosis and culling, and a failure to reduce the number of notified cases, have led to scepticism of the effectiveness of the Brazilian control programme [...]. Given the seriousness of the disease, the unwillingness of dog owners to permit their dogs to be culled, and the inconsistent results of trials designed to test the effectiveness of culling, the need to identify alternative sustainable strategies to reduce the burden of ZVL is clear.” (Texto original)

As questões sociais envolvendo a relação humano-animal, em especial o valor financeiro, sentimental e prático dos cães, foram consideradas nos documentos da Organização, no entanto, pouco problematizadas no sentido de fomentar o debate e auxiliar nas estratégias para lidar com esse impasse.

Em um informe sobre epidemiologia e controle das leishmanioses por países e territórios, a OMS descreveu características importantes sobre o caso no Brasil (DESJEUX, 1991). Até aquele momento, o foco principal da doença era o Nordeste e a predominância era em ambientes rurais, porém, já naquela época, podíamos ver a incidência em algumas cidades (movimento de urbanização da doença que viria a se tornar muito relevante alguns anos mais tarde). Em alguns locais endêmicos, foi relatada uma situação com mais de 20% de todos os cães contaminados, porém, em âmbito geral, a taxa de infecção girava em torno de 3% a 13% do total de cães (algo compatível com os dados que veremos mais adiante em relação ao caso de Florianópolis-SC). Entre o período de 1979 e 1986, segundo o informe, foram eutanasiados mais de 50.000 cães.

No Manual de Vigilância e Controle da Leishmaniose Visceral, publicado pelo Ministério da Saúde, consta uma recomendação que não deixa qualquer dúvida: “A prática da eutanásia canina é recomendada a todos os animais sororreagentes e/ou com parasitológico positivo” (BRASIL, 2014b, p.66). Além desta, há medidas preventivas como: controle da população canina errante; doação de animais; vacina antileishmaniose visceral canina; uso de telas em canis individuais ou coletivos; e coleiras impregnadas com deltametrina a 4%. Em relação ao tratamento canino, o Ministério tem uma posição muito clara: “O tratamento de cães não é uma medida recomendada, pois não diminui a importância do cão como reservatório do parasito” (BRASIL, 2014b, p.39).

Entre 2007 e 2009 foram realizados dois fóruns, organizados pelo Ministério da Saúde em conjunto com a Organização Pan-americana de Saúde (OPAS), para tratar especificamente do tratamento de LVC. O documento do I Fórum contraindica o tratamento de cães com LVC e reforça a eutanásia como método eficaz de controle dos reservatórios caninos. A justificativa se dá pela impossibilidade do uso de medicamentos utilizados em humanos, já que isso poderia incorrer em risco de seleção de parasitas resistentes, prejudicando assim o tratamento humano, e por não haver métodos alternativos com eficácia cientificamente comprovada. Esse fórum inclusive resultou na Portaria Interministerial nº 1.426, de 11 de julho de 2008, que proíbe o tratamento da LVC com produtos de uso humano ou não registrados no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

Após esse evento e essa portaria, diversas entidades entraram com ações judiciais contra a União alegando que havia estudos e pesquisas que trariam novas

evidências a respeito do tema. Por esse motivo, solicitou-se a realização de um II Fórum que traria luz a essas novas informações. Então, no dia 01 e 02 de outubro de 2009, na sede da OPAS em Brasília, foi realizado o *II Fórum de discussão sobre o tratamento de Leishmaniose Visceral Canina*. Após as discussões, o relatório final manteve a posição de não recomendação de tratamentos caninos. Mantiveram-se também os mesmos argumentos, somados ao fato de que os novos estudos realizados entre 2007 e 2009 não apresentavam informações robustas o suficiente para garantir a segurança dos tratamentos para a saúde pública (FÓRUM, 2009).

Ainda em 2007, o MAPA e o Ministério da Saúde publicaram a Instrução Normativa Interministerial (INI) nº 31 (BRASIL, 2007) que visava regulamentar a pesquisa, o desenvolvimento, a produção, a avaliação, o registro e a renovação de licenças, de comercialização e de uso de vacina contra a LVC. Além disso, estipulava um prazo de três anos para que as vacinas até então regulamentadas cumprissem todas as fases para nova regulamentação.

Em 2009, o MAPA e o Ministério da Saúde publicaram a Nota de Esclarecimento sobre as vacinas antileishmaniose visceral canina registradas no MAPA. Essa nota estabeleceu que, por conta da inclusão de uma terceira fase no desenvolvimento e na certificação da eficácia e segurança das vacinas pela INI nº 31, novas vacinas ou vacinas anteriormente registradas no MAPA não deveriam ser utilizadas em saúde pública até que apresentassem os resultados desta terceira fase. Nela são apresentadas também as duas vacinas que estavam registradas antes da publicação da INI nº 31, a Leishmune e a Leish-Tec, que ainda teriam de passar por essa nova fase.

A Leishmune havia sido registrada no MAPA segundo o Ato nº 10, de 03 de outubro de 2011, sendo a primeira vacina registrada contra a leishmaniose visceral canina do Brasil (CASTRO, 2013) após a INI nº 31. Porém, teve sua Licença de Fabricação e Comercialização do produto suspensa pela Nota Técnica nº 038/2014/DFIP/SDA do MAPA (BRASIL, 2014a), que justificou a suspensão devido ao não cumprimento do Regulamento Técnico publicado na INI nº 31, especificamente por não atendimento completamente aos requisitos da fase III.

Já a Leish-Tec, pelo contrário, só teve seu registro efetivado em 2013 e ainda se encontra regularizada e licenciada pelo MAPA. O Conselho Regional de Medicina Veterinária do Paraná apresenta esclarecimentos e recomendações quanto ao seu uso.

Os estudos exigidos na IN-31 não preveem a avaliação do impacto do uso desses imunobiológicos na redução da incidência humana de leishmaniose visceral e, portanto, não existe avaliação da vacina quanto a um possível uso como ferramenta de controle da doença em humanos. Desta forma, a vacina Leish-tec está

recomendada apenas como uma medida de proteção individual para os cães. A vacina deverá ser usada somente em cães assintomáticos com resultados sorológicos negativos para leishmaniose visceral. A vacina não protege cem por cento dos cães, portanto animais vacinados podem adquirir a infecção e tornarem-se portadores infectantes para o vetor. A vacinação não é o único instrumento de prevenção desta enfermidade nos cães, portanto, outras medidas devem ser adotadas, tais como: uso de coleiras impregnadas com deltametrina a 4% manejo ambiental, a fim de alterar as condições do meio que propiciem o estabelecimento de criadouros para formas imaturas do vetor; uso de telas em canis individuais ou coletivos; entre outras. Os animais vacinados que apresentarem sinais clínicos de leishmaniose visceral e reações sorológicas positivas são passíveis das medidas sanitárias vigentes (CONSELHO, 2013).

No *V Encontro Nacional de Defesa Sanitária Animal*, em 2017, o representante do Ministério da Saúde afirmou que a Leish-Tec era eficaz na prevenção de infecção em cães e que animais vacinados que se infectaram tiveram uma redução na transmissibilidade do parasito para *Lutzomyia longipalpis* em relação aos animais não vacinados e infectados. Porém, informou que os resultados foram muito imprecisos, não foram estatisticamente significativos e que o estudo não avaliou a efetividade da vacina na redução de casos humanos da doença. Por esse motivo, o uso da vacina foi permitido como proteção individual para os cães e não como uma estratégia de controle da doença em humanos. Afirmou ainda que havia necessidade da realização de um estudo de custo efetividade na redução da incidência humana e que a necessidade de ser aplicadas três doses com intervalo de 21 dias e o alto custo do produto seriam limitações para utilização dessa vacina como estratégia de saúde pública (LIMA JR., 2017).

Documentos da OMS trazem a informação de que pelo menos 50% dos casos de LVC são assintomáticos. Tendo em vista a baixa efetividade de testes usados no Brasil e o alto índice de cães assintomáticos, muitos animais infectados acabam permanecendo ocultos aos olhos da vigilância sanitária, principalmente naqueles lugares em que não se investe em uma busca ativa. “A ideia seria eliminar todos os cães sintomáticos ou soropositivos; porém, a triagem e eliminação massiva de cães soropositivos não tem demonstrado uma eficácia uniforme em programas de controle (por exemplo, no Brasil)”⁴ (WHO, 2010, p.76, tradução nossa). A OMS ressalta que não se deve utilizar medicamentos humanos em animais devido aos riscos e aborda um

⁴ “Ideally, all symptomatic or seropositive dogs should be eliminated; however, screening and mass culling of seropositive dogs has not proved uniformly effective in control programmes (for example, in Brazil)” (Texto original).

problema importante em relação ao tratamento: “Apesar de sua cura clínica, uma grande porcentagem de cães tratados recuperam sua infectividade para os flebótomos alguns meses depois da quimioterapia, escondendo assim o problema epidemiológico da fonte da infecção”⁵ (WHO, 2010, p.76, tradução nossa). Há uma grande responsabilidade em se fazer essa escolha, pois ao permitir que cães não sejam eutanasiados e sim tratados, a vigilância sobre esse cão deve ser até o fim de sua vida, pois há grandes chances de que ele volte a se tornar um transmissor da doença.

Nesse sentido, há aqui um impasse estabelecido entre a eliminação de cães soropositivos no combate da leishmaniose visceral; as resistências da entrega do animal devido ao valor afetivo atribuído pelo seu proprietário; e as responsabilidades assumidas quanto aos riscos individuais e coletivos. Nossa intenção não é julgar qual posição está correta, mas mostrar que o não reconhecimento dos fatores sociais envolvidos no controle dessa doença tende a gerar efeitos contrários, reduzindo a efetividade dessa política pública, como mostraremos a seguir.

A eutanásia de cães em Florianópolis-SC

Uma nota técnica da Diretoria de Vigilância Epidemiológica (DIVE) do estado de Santa Catarina (SANTA CATARINA, 2010) estabeleceu a ocorrência de quatro casos de LVC no município de Florianópolis, passando, pela primeira vez, a ser considerado área de transmissão da doença. De 2010 a 2020, 19.065 cães foram examinados, dos quais 686 foram diagnosticados com a doença e 383 foram eutanasiados (Tabela 1). Além da investigação para detectar novos casos e ações educativas com objetivo de prevenir a doença, a DIVE estabeleceu a “realização de eutanásia em 100% dos cães sororreagentes” (SANTA CATARINA, 2010, p.2). No entanto, os dados abaixo mostram que essa medida não foi cumprida ao longo dos anos.

⁵ “A large percentage of treated dogs recover their infectivity to sandflies a few months after chemotherapy, despite clinical healing, thereby hiding the epidemiological problem of the source of infection” (Texto original).

Tabela 1 - Total de casos retirados dos relatórios das atividades de controle da LVC divulgados pelo CCZ de Florianópolis-SC

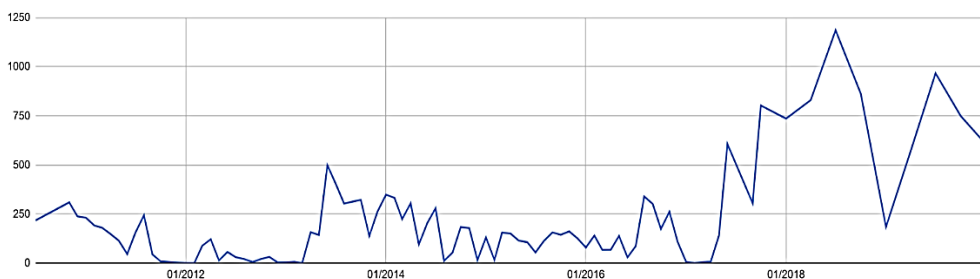
	Examinados	Positivos	Negativos	Aguardando resultado	Eutanasiados
Inquérito	6370	320	5785	170	173
Demanda espontânea	12695	366	12019	187	210
Total	19065	686	17804	357	383

Fonte: Dos autores.

O número de exames realizados (e cães soropositivos detectados) cresceu em 2017 (Gráfico 1), mesmo ano em que foi detectado o primeiro caso de leishmaniose visceral humana.

Gráfico 1 - Total de casos examinados, retirados dos relatórios das atividades da LVC divulgados pelo CCZ de Florianópolis-SC

TOTAL DE CASOS EXAMINADOS



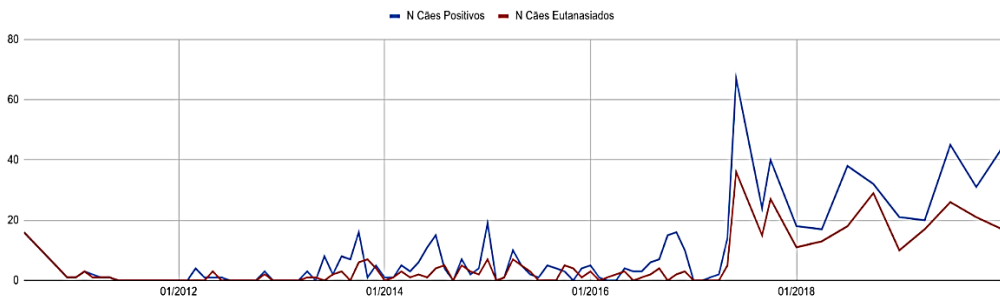
Fonte: Dos autores.

Ao analisar os números de cães positivos ao longo desses 10 anos desta amostra, em conjunto com o número de cães eutanasiados (Gráfico 2), pode-se perceber uma área evidente entre essas duas variáveis, que representam aqueles cães soropositivos que não foram eutanasiados. Além disso, a falta de sincronia histórica das duas variáveis mostra um dos problemas apresentados pela OMS relativo à demora para detecção e eutanásia desses animais. Nesse sentido, nem sempre os cães soropositivos eram eutanasiados no mesmo mês em que eram detectados. Essa lacuna temporal facilita então a transmissão da doença deste cão positivo a outros cães e corrobora com as preocupações da OMS quanto à a ineficácia da adoção desse tipo de medida de controle da leishmaniose visceral no Brasil. Em entrevista, o profissional do CCZ relatou que alguns proprietários

de cães, ao saberem da positividade no resultado do exame, mudaram de local residência, perdendo-se, com isso, o rastreamento do caso e possibilitando a dispersão para outros bairros da cidade.

Gráfico 2 - Positivos vs Eutanasiados. Elaborado a partir dos relatórios das atividades da LVCanina divulgados pelo CCZ de Florianópolis-SC

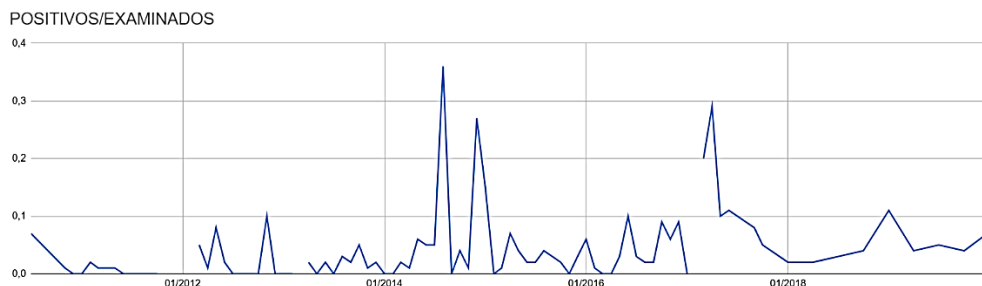
POSITIVOS VS EUTANSIADOS



Fonte: Dos autores.

Em alguns momentos nesses 10 anos, a taxa de cães soropositivos por cães examinados (Gráfico 3) alcançou valores muito altos, sendo 36% em agosto de 2014, 27% em dezembro de 2014 e 29% em maio de 2017, superiores aos 20% de taxa registrados em áreas endêmicas, como no Nordeste entre 1979 e 1986. Porém, esses foram apenas alguns picos, já que a taxa média ao longo desse período se manteve em 3,6% de cães soropositivos dentre os examinados. Essa taxa sobe, se analisados apenas os últimos anos, para 4,8% entre maio de 2017 e março de 2020. Tendo em vista que a leishmaniose visceral não existia (ou era subnotificada) na região Sul, atingir taxas compatíveis com as encontradas no Nordeste, em regiões onde essa doença tem um impacto há mais de 30 anos, indica que a LV de fato se estabeleceu no município de Florianópolis-SC.

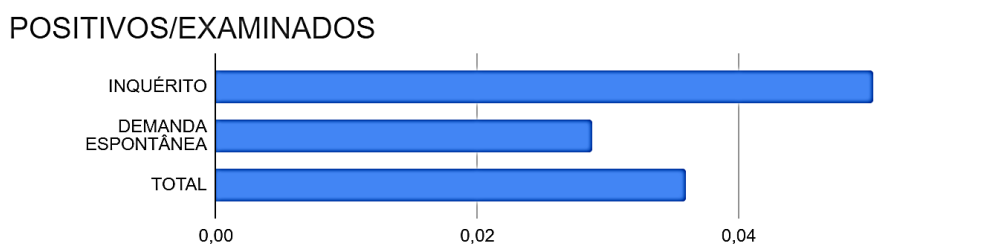
Gráfico 3 - Positivos/Examinados. Elaborado a partir dos relatórios das atividades da LVC divulgados pelo CCZ de Florianópolis-SC



Fonte: Dos autores.

Ao analisar os casos positivos dentre os examinados, percebe-se que quando os exames são feitos via inquérito, a taxa de positividade (positivos/examinados) é muito maior do que via demanda espontânea, tendo uma significância $<0,001$ quando rodado o teste chi-quadrado de Pearson. Isso demonstra que a capacidade de localização de áreas com maiores índices da doença depende mais da busca ativa realizada pela CCZ, através dos inquéritos, do que da espera de que os animais sejam levados espontaneamente pelos seus proprietários até o órgão. Ou seja, uma ação ativa se mostra mais eficiente para localizar cães soropositivos do que uma ação passiva.

Gráfico 4 - Positivos/Examinados (por inquérito ou demanda espontânea). Elaborado a partir dos relatórios das atividades da LVC divulgados pelo CCZ de Florianópolis-SC



Fonte: Dos autores.

Outra questão interessante é que, ao longo de todos esses anos, as atividades divulgadas pela CCZ de Florianópolis-SC se resumiram aos informes de ações preventivas a serem tomadas pela população: a distribuição em massa de coleiras repelentes e a testagem de cães, seguidas, em alguns casos, da eutanásia dos animais após o consentimento do seu tutor. Durante esses 10 anos, apenas 56% dos cães

diagnosticados como positivos no município foram, de fato, eutanasiados. As dificuldades para a entrega do cão também ocorreram em um município endêmico do estado de Minas Gerais onde os autores analisaram a relação humano-animal em um bairro de maior soroprevalência canina de leishmaniose e investigaram as repercussões sociais percebidas na entrega do animal para eutanásia pelo serviço de controle de zoonoses (LIMA; GRISOTTI, 2018).

Os dados mostram que apesar de a eutanásia ser uma questão central dentro do plano de contingência do município de Florianópolis-SC, o fato dela ser uma escolha e decisão dos proprietários dos cães limita a efetividade da ação de saúde pública:

Tinha a questão da polêmica da eutanásia. Era recomendado. A gente queria que a população se conscientizasse do risco à saúde pública, mas não que fosse uma obrigação do governo: ‘tem que fazer a eutanásia’. Então, a gente tentou muito conversar com o proprietário, mostrar os riscos, para tentar ser uma forma espontânea, voluntariamente ‘vou entregar o cão porque realmente não tem o que fazer’. (Entrevista com funcionário da CCZ).

Apesar de afirmar que foi realizado um trabalho intensivo de inquérito para detecção de cães soropositivos (que se comprova pelos dados mensais apresentados no site do CCZ) e de se utilizar de testes de triagem rápidos (“em 10 minutos fica pronto”, segundo o entrevistado), a centralidade das ações do município na detecção e eutanásia de cães se mostrou não efetiva no combate à doença.

A pessoa pode autorizar ou negar. Nos dois casos ele vai assinar uma ficha, um documento. Então se ela autorizar, a gente faz o procedimento aqui. [...] Se a pessoa se recusar a fazer, esse cão vai ficar com ela. A gente orienta para que tome todas as medidas possíveis [...]. A gente faz um relatório dos cães positivos que têm recusa e encaminha para vigilância sanitária. A vigilância sanitária vai abrir um processo administrativo sanitário e vai autuar ele segundo o código de vigilância em saúde. [...] Essa pessoa pode pagar o auto de infração, resolver entregar, como ela pode entrar na justiça, isso vai até o Ministério Público (Entrevista com funcionário da CCZ).

Nesse sentido, há aqui a judicialização de uma questão que envolve o conflito entre cultura (e valores sociais) e a racionalidade epidemiológica. Do ponto de vista da saúde pública, mesmo que após todo esse processo jurídico o cão seja eutanasiado, há grandes chances de ele já haver transmitido a doença para outro cão que não havia sido detectado anteriormente. Por outro lado, em uma democracia, a justiça é um pilar

fundamental e as pessoas têm o direito de recorrer das ações estatais que não consideram justas ou adequadas. Há aqui um impasse entre a ação mais adequada encontrada pelo setor público e especialistas para controlar a doença de forma efetiva e o fator social associado ao valor do cão e à movimentação de organizações, setores profissionais e pessoas físicas contra as ações do Estado, se utilizando inclusive do aparato legal para enfrentar esse contexto.

Teve problema justamente por isso, a gente via que pessoas que tinham um poder aquisitivo um pouco mais baixo colaboravam muito mais, procuravam entender a doença e se preocupavam mais do que pessoas que tinham certo nível de instrução e também um poder aquisitivo maior. Então a gente teve uma situação em um condomínio da Lagoa em que o proprietário de um cão positivo era médico e ele se recusou a fazer, disse que ia tratar, e que ia fazer tudo que era possível, não ia entregar o cão. Não se preocupou com a questão da saúde pública. Assim, foi interessante porque, nesse caso, houve uma pressão do próprio condomínio, porque a gente teve que fazer investigação. Em nenhum momento a gente fala pra população qual é o proprietário que tem o cão positivo, a gente toma esse cuidado ético. Até para não ter um conflito, mas a gente fala ‘olha, nessa área tem um cão positivo, a gente tá fazendo a investigação, vamos coletar o sangue do seu animal para verificar se esse animal é positivo ou não’. E a gente fez todo esse trabalho ali na comunidade e, depois, a pessoa acaba sabendo, ‘ah, foi o fulano de tal que teve o cão positivo’, e a própria comunidade daquele condomínio, daquela região, começou a pressionar ele. Ele entregou o animal depois disso, passaram alguns meses [...]. E ele se mudou de lá. Não aguentou a pressão e saiu. (Entrevista com funcionário da CCZ).

Até aqui mostramos as relações estabelecidas entre os órgãos públicos de vigilância em zoonoses e os proprietários de cães. Mas há outros atores que entram em cena: os meios de comunicação, as organizações não governamentais (ONGs) de defesa dos animais e os discursos de veterinários de clínicas privadas, complexificando os aparatos sociotécnicos utilizados para o controle da LVC.

A imprensa de Florianópolis-SC, em sua maior parte, teve um papel importante na divulgação de informações sobre a doença e medidas de prevenção. Porém, em alguns casos, ao tratar especificamente sobre a questão da eutanásia, as notícias emitiam posições deliberadas, como exemplificado pelo título da reportagem publicada pelo programa Balanço Geral em 24 de outubro de 2017: “Eutanásia não é única saída para leishmaniose”. Nesta reportagem discute-se o motivo de sacrificar animais em plena modernidade, já que existiriam tratamentos e vacinas para a doença. Porém, ao abordar

esses tratamentos e vacinas, na maioria das vezes não são problematizadas tais medidas.

A posição de ONGs ligadas à defesa dos animais e os discursos de médicos veterinários de clínicas privadas geralmente são colocados em primeiro plano em detrimento do discurso médico-epidemiológico sobre a doença em humanos. O pedido de realização do *II Fórum sobre o tratamento da Leishmaniose Visceral*, que ocorreu em 2009, também partiu de profissionais liberais veterinários, demonstrando o forte interesse dessa classe na temática:

A proibição do tratamento da LVC vem sendo atualmente contestada por profissionais liberais que atuam em estabelecimentos veterinários, portanto, após a publicação desta Portaria (PI nº 31 do MAPA e do Ministério da Saúde), ações judiciais vêm sendo impetradas contra a União. Na Ação Civil Pública movida no estado de Minas Gerais, durante a audiência de conciliação/justificação, foram apresentadas pelos requerentes informações de que estudos recentes trariam novas evidências acerca do tema. (FÓRUM, 2009, p.2).

Um ator social importante percebido ao longo da pesquisa é representado pela classe dos médicos veterinários de clínicas privadas. A presença desse profissional no pedido de realização de um segundo fórum para rever as normas de tratamento animal e eutanásia e o constante aparecimento em reportagens, ocupando o lugar da fala técnica de sua área de atuação em contraposição ao discurso dos epidemiologistas, demonstra seu protagonismo para falar em nome dos cães, mas também em nome dos interesses ligados à sua atuação profissional, tendo em vista que os tratamentos são geralmente de alto custo e devem ser aplicados de forma contínua ao longo de toda a vida do animal. A eutanásia de animais parece ser ao mesmo tempo a “eutanásia” de um grande mercado consumidor, seja do tratamento em si para a doença ou dos produtos que esses animais consomem. A morte de animais em massa parece não ser boa para os negócios:

Infelizmente poucos veterinários notificam. É um problema também que a gente tem. Colegas nossos, ou não notificam porque não tem muita noção de saúde pública, ou porque têm uma visão oportunista financeira, ou porque acreditam no tratamento, têm aquela visão mais clínica, da questão do tratamento, de funcionar, enfim. É importante deixar claro que não se tem medicamentos já provados pelo Ministério da Agricultura para Leishmaniose Visceral (Entrevista com funcionário da CCZ).

Há uma forte pressão por parte de ONGs, veterinários de clínicas privadas e suas associações profissionais aliadas a pessoas físicas não organizadas que não querem

ter seus cães eutanasiados. Contudo, é importante destacar que as posições dos médicos veterinários não são homogêneas e variam de acordo com seu lugar de ocupação profissional, como pode ser observado na declaração de uma veterinária que trabalha no CCZ, ao relatar as ameaças que vinha sofrendo ao fazer essas investigações via inquérito:

Eu queria só deixar claro que a gente teve que parar esse procedimento [inquérito sorológico] porque a gente sofreu ameaças pela internet e de algumas pessoas. Então a gente gostaria de conscientizar as pessoas, a importância do nosso trabalho. Que a gente não vai lá com o intuito de coletar o sangue do cão e ir embora. Que a gente vai parar orientar. Então essa população em área de risco precisa da nossa orientação de prevenção, dos sintomas nas pessoas e nos cães [...] (SERVIDORES, 2017).

Inclusive, nesta mesma reportagem, a servidora do órgão relata qual o encaminhamento a partir dos resultados positivos nos testes:

A orientação do Ministério da Saúde ainda é a eutanásia do cão. Mas, desde o final de 2016 foi liberada a comercialização de um medicamento para tratamento. Então o proprietário, ele sempre teve, a gente só faz eutanásia quando autorizado, ele sempre teve e agora tem o direito de fazer o tratamento. Esse tratamento não cura o animal, mas o animal fica clinicamente bem, então a gente só recomenda que só utilize a coleira repelente ou algum produto repelente porque ele ainda vai ter o protozoário causador da doença (SERVIDORES, 2017).

Como se pode perceber nessa entrevista feita pelo G1, a eutanásia se torna optativa e a servidora não informou sobre os procedimentos subsequentes, declarando que “a gente só recomenda que se utilize coleira repelente ou algum produto repelente”, medida que parece insuficiente quando se pensa no combate de uma epidemia como a leishmaniose visceral.

O papel dos veterinários nesse tipo de reportagem é, na maioria das vezes, o de “especialista” ou “técnico”; geralmente a leishmaniose visceral é tratada apenas como uma doença animal, não sendo deixado claro que a eutanásia é justificada nos cães principalmente pelo fato de ser uma doença que pode atingir seres humanos e que, em caso de não tratamento, possui uma alta taxa de letalidade. Em 2018, em outra reportagem do Balanço Geral, um veterinário de clínica privada diz que as medidas adotadas em relação à eutanásia não proveem de recomendações técnicas, diferente do que foi encontrado em diversos documentos públicos da OMS, OPAS e Ministério da

Saúde. “Então o que a gente questiona é o gasto do dinheiro público numa política que sabidamente não tem recomendação técnica” (DIREITOS, 2018).

Nessa reportagem, gravada sob o título de “Direitos dos animais é assunto de seminário realizado em Florianópolis”, outra questão importante relatada, mas descrita de forma sucinta, é o alto custo do tratamento que o dono do animal teria que desembolsar. “A diretoria de bem-estar animal disse que tratar os animais custaria 10.000 reais e a eutanásia seria a melhor forma de evitar que o mosquito picasse os cães e transmitisse a doença para as pessoas” (DIREITOS, 2018). Enquanto isso era narrado, apareciam imagens do dono do animal brincando e alimentando um cão aparentemente saudável.

Além dessas duas figuras (o médico veterinário e o dono do cachorro ao qual a eutanásia foi recomendada), há também a presença, na mesma reportagem, do terceiro pilar, o representante de alguma organização de defesa dos animais. “A nossa principal dificuldade é exatamente acionar as autoridades, que isso se transforme num inquérito, e que algumas pessoas, que estão à margem da lei, sejam penalizadas e identificadas” (DIREITOS, 2018). A partir dessa fala vê-se novamente a questão da judicialização e, de forma mais enfática, é reportada aqui a ideia de que as ações realizadas pela CCZ são ações “à margem da lei”.

Essa tríade de atores sociais (donos dos animais, veterinários de clínicas privadas e representantes de organização de defesa dos animais) é constantemente apresentada na composição de reportagens que abordam a questão da eutanásia. A ausência de figuras representantes do CCZ e de especialistas em epidemiologia é latente, inclusive na matéria do Balanço Geral de 2018 citada anteriormente.

Especificamente acerca da judicialização, outra matéria, também do programa Balanço Geral, é bastante elucidativa em relação aos problemas que podem advir de um jornalismo parcial. O título da reportagem já explicita a desinformação que ela viria a promover: “Justiça suspende eutanásia em cães diagnosticados com leishmaniose em Florianópolis” (JUSTIÇA, 2018). Ao afirmar que a justiça proibiu a eutanásia de cães em Santa Catarina tem-se a ideia de que esta foi proibida de forma geral no estado, ou seja, toda e qualquer eutanásia animal foi proibida, o que de fato não ocorreu. Além do título sensacionalista, a primeira frase do apresentador também conduz a interpretações errôneas: “A justiça de Santa Catarina determinou a suspensão do processo de eutanásia de cães na capital” (JUSTIÇA, 2018). O que de fato aconteceu foi um caso específico: a decisão de um juiz de suspender a eutanásia dos cães de um morador do Saco dos Limões após a alegação deste de que nem todos os seus cães estavam com a doença. Um representante do CCZ ainda afirmou:

a prefeitura de Florianópolis é uma das únicas no Brasil que abriu essa margem, deliberada por salvas situações, por diversos representantes de ONGs, professores da universidade, o próprio prefeito. Então a gente deliberou que tudo aquilo que for optado pelo tutor deve ser de ciência dele como autorização dele. A gente não faz nada fora a autorização do tutor (JUSTIÇA, 2018).

Percebe-se, então, que a imprensa de Florianópolis-SC concentrou o debate no discurso de defesa dos animais, mostrando a força e a influência desses atores sociais, e omitiu aspectos epidemiológicos importantes para o combate a leishmaniose visceral. Também não promoveu um debate sobre o controle dos vetores (flebótomos), tão ou mais importante do que os reservatórios (cães). Os impasses gerados pelas diferentes posições e interesses em jogo, a falta de articulação entre os atores sociais e falta de uma campanha que leve em consideração os aspectos sociais envolvidos na questão geraram um efeito contraprodutivo (ampliação dos focos de transmissão):

Tiveram outras situações que a gente acabou descobrindo depois de fazer inquéritos. A gente descobriu que o cão era da lagoa, a pessoa se mudou e levou o cão para outro bairro. Teve no Rio Vermelho, o animal positivo, esse tá em processo. [...] Tiveram pessoas que saíram de Florianópolis, também. Depois que a gente começou a descobrir isso. Tinham o cão positivo, assinaram o termo de recusa, e tava com a vigilância em processo. A gente descobriu que teve um que foi para Urubici. A gente teve que notificar a vigilância em saúde de Urubici. Teve outra que foi para São José. Então a gente teve que fazer esse trabalho, os animais talvez até estejam lá (Entrevista com funcionário da CCZ).

Iniciamos este artigo com a frase “*Deçue par les humains, jamais pour mon chien*”, escrita na lápide no cemitério de cães em Paris; finalizamos com a declaração do profissional da CCZ relatando o caso de uma pessoa que, em nome do amor pelo cachorro, modificou a própria vida para manter a vida de seu animal:

Tem casos de pessoas que vieram de outros locais, que trouxeram cães, de outras localidades endêmicas, se mudaram para Florianópolis. A pessoa fugiu porque não queria fazer a eutanásia. A gente fez um inquérito sorológico amostral em Carianos. E a gente conversou com os moradores que eram de Dourados/MS, e os cães eram negativos, bem tratados e tal. Eles falaram que se mudaram de lá, o motivo foi ‘a gente se mudou para Florianópolis porque lá tinha muito caso de leishmaniose visceral canina, a gente ama cachorro e a gente não quer que eles sejam infectados e nem mortos’ (Entrevista com funcionário da CCZ).

Obviamente essa pessoa se mudou para Florianópolis-SC antes da cidade reportar os primeiros casos. Contudo, esse exemplo demonstra a força da noção de família multiespécie e a necessidade de políticas públicas que levem seriamente em conta os fatores sociais e afetivos no debate sobre o controle da doença no Brasil.

Conclusão

Os resultados desta pesquisa apontam os limites das ações preconizadas pelos órgãos públicos de vigilância em zoonoses, entre elas a eutanásia dos animais positivos para LVC, em função da subestimação do valor social e simbólico que o cão representa para o seu proprietário; da escolha do tratamento como medida de controle da doença (e de sua ineficácia, caso não for feito ao longo de toda a vida do cão); dos altos custos do tratamento e da não comprovação de sua eficácia; e do custo-benefício de vacinas antileishmaniose como medida de saúde pública.

Os impasses gerados pelas diferentes posições e interesses em jogo, a falta de articulação entre os atores sociais e a falta de uma campanha de comunicação pública que leve em consideração os aspectos sociais envolvidos na questão geraram um efeito contraprodutivo nas ações e políticas públicas de controle da doença. Tais aspectos, somados, têm influenciado a ampliação dos focos de transmissão, tornando a leishmaniose visceral uma doença negligenciada e que vem matando muitas pessoas e animais ao longo de quase um século no Brasil.

O controle da leishmaniose visceral no país se concentra no reservatório (o cão), ao passo que medidas de controle dos vetores (flebótomos) são incipientes e desarticuladas. Por focar apenas no reservatório, a CCZ tem preconizado a eutanásia optativa dos cães soropositivos. Como vimos no artigo, a entrega espontânea ou por inquérito é limitada em função da relação afetiva com os animais (o que caracterizamos enquanto família multiespécie).

Quando clínicas veterinárias privadas sugerem o tratamento, o sistema de controle de zoonoses deve desenvolver estratégias muito mais profundas de vigilância desses cães a fim de garantir que os donos estejam cumprindo com todas as etapas do tratamento e que os animais estejam sendo acompanhados por médicos veterinários para que não venham a se tornar novamente transmissores da doença. Assim como alguns grupos e pessoas físicas vêm utilizando de meios legais para defender suas posições, que os órgãos públicos também se utilizem desses meios para defender a saúde pública dos cidadãos. Ou seja, garantir o registro, a vigilância sistemática de casos e fomento do papel dos médicos veterinários enquanto agentes de saúde pública para o controle da

epidemia na região.

Uma das lições da pandemia de Covid-19 é a necessidade de reativação dos dispositivos de antecipação dos riscos de epidemias. Isso exige a intensificação e/ou reformulação da rede sociotécnica envolvida no controle das zoonoses. Sistemas de rastreabilidade sistemática e contínua dos cães (com donos ou errantes) e intensificação do sistema de vigilância epidemiológica de controle de vetores, aliados às campanhas de saúde pública que discutam os vários fatores socioepidemiológicos deverão fazer parte, de forma mais ativa, nas agendas das políticas públicas em saúde.

Nesse sentido, é fundamental o debate público entre as posições dos profissionais de controle das zoonoses, dos veterinários de clínicas privadas, dos epidemiologistas, dos pesquisadores, das organizações de defesa animal e dos proprietários de cães, juntamente com meios de comunicação que consigam traduzir o debate em sua complexidade para expandi-lo à sociedade. As ciências sociais possuem ferramentas teóricas e metodológicas que poderiam contribuir com esse debate.

BETWEEN LOVE TO ANIMALS AND PUBLIC HEALTH: SOCIOLOGICAL REFLECTIONS ON CANINE VISCERAL LEISHMANIOSIS

ABSTRACT: *Animals have always been part of human societies, whether as a source of food, as sacred entities, as companies or as goods. Among the strands of studies on human and non-human animal relations, this article focuses on an aspect little investigated by the social sciences: the social dimension of policies to control diseases transmitted between humans and animals (zoonotic diseases). We analyzed the controversies and conflicts which occur between the socio-technical measures adopted by the epidemiological surveillance services for the control of this disease and the meanings attributed to this control by zoonoses surveillance professionals and the media, taking as a case study the public actions of control of canine visceral leishmaniasis developed in Florianópolis, SC, Brazil, between 2010 and 2020. The low effectiveness of public control policies is related to the lack of coordination between epidemiological and social factors (related to multi-species families) in preventive campaigns.*

KEYWORDS: *Multi-species families. Canine visceral leishmaniasis. Health surveillance. Human and animal health.*

ENTRE EL AMOR AL ANIMAL Y LA SALUD PÚBLICA: REFLEXIONES SOCIOLÓGICAS SOBRE LA LEISHMANIOSIS VISCERAL CANINA

RESUMEN: Los animales siempre han formado parte de las sociedades humanas, ya sea como fuente de alimento, como entidades sagradas, como empresas o como mercancías. Entre las vertientes de los estudios sobre las relaciones entre los seres humanos y los animales no humanos, este artículo se centra en un aspecto poco investigado por las ciencias sociales: la dimensión social de las políticas de control de las enfermedades transmitidas entre los seres humanos y los animales (enfermedades zoonóticas). Analizamos las controversias y conflictos que se producen entre las medidas socio-técnicas adoptadas por los servicios de vigilancia epidemiológica para el control de estas enfermedades y los significados atribuidos a este control por los profesionales de la vigilancia de las zoonosis y los medios de comunicación, tomando como caso de estudio las acciones públicas para el control de la leishmaniosis visceral canina desarrolladas en Florianópolis entre 2010 y 2020. La baja efectividad de las políticas de control público está relacionada con la falta de articulación entre los factores epidemiológicos y sociales (relacionados con las familias multiespecies) en las campañas de prevención.

PALABRAS CLAVE: Familias multiespecies. Leishmaniosis visceral canina. Vigilancia sanitaria. Salud humana y animal.

Agradecimientos

Os pesquisadores agradecem ao CNPq pelo auxílio financeiro na execução do projeto de pesquisa.

REFERÊNCIAS

ÁVILA-PIRES, F. D. Ecologia. In: COURA, J. R. (org.). **Dinâmica das doenças infecciosas e parasitárias**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan; 2005. p. 53-64.

ALVARENGA, D. G.; ESCALDA, P. M. F.; COSTA, A. S. V.; MONREAL, M. T. D. Leishmaniose visceral: estudo retrospectivo de fatores associados à letalidade. **Rev. Soc. Bras. Med. Trop.**, Uberaba, v. 43, n. 2, p. 194-197, 2010.

BATESON, G. **Steps to an ecology of mind**: collected essays in anthropology, psychiatry, evolution, and epistemology. Northvale: Aronson, 1987.

BRASIL. **Decreto nº 51.838, de 14 de março de 1963**. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 18 de março de 1963. Seção 1, p. 2865.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Ministério da Saúde. **Instrução Normativa Interministerial Nº 31, de 9 de julho de 2007**. Brasília, DF, Diário Oficial da União nº.131, 10 de julho de 2007. Seção I, p. 1.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Nota Técnica Nº 038/2014/DFIP/SDA**. Brasília, 2014a.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância Epidemiológica. **Manual de vigilância e controle da leishmaniose visceral**. Brasília: Ministério da Saúde, 2014b.

BRASIL. Ministério da Saúde. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Nota de Esclarecimento sobre as vacinas Antileishmaniose Visceral Canina registradas no MAPA**. Brasília, 03 maio 2009.

BRASIL. Ministério da Saúde. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Portaria Interministerial nº 1.426, de 11 de julho de 2008**. Brasília, DF, Diário Oficial da União nº.133, 14 de julho de 2008. Seção 1, p. 37.

CASTRO, V. F. **Análise do cenário técnico-científico mundial**: um estudo de caso em leishmaniose. 2013. Dissertação (Mestrado Profissional em Propriedade Intelectual e Inovação), Academia de Propriedade Intelectual, Inovação e Desenvolvimento, Rio de Janeiro, 2013.

COLLIER, S. J.; LAKOFF, A.; RABINOW, P. Biosecurity: towards an anthropology of the contemporary. **Anthropology Today**, v. 20, n. 5, 2004.

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO PARANÁ. MAPA e Ministério da Saúde liberam vacina Leish-Tec com recomendações para uso. **CRMV/PR**, 09 maio 2013. Disponível em: https://www.crmv-pr.org.br/noticiasView/3673_MAPA-e-Ministerio-da-Saude-liberam-vacina-Leish-tec-com-recomendacoes-para-uso.html. Acesso em: 01 jun. 2020.

CRAWFORD, D. H. **Deadly companions**: how microbes shaped our history. New York: Oxford University Press, 2007.

DESCOLA, P. **Par-delà nature et culture**. Paris: Éditions Gallimard, 2003.

DESCOLA, P. *L'écologie des autres. L'anthropologie et la question de la nature*. Éditions Quae: Versailles, 2011

DESJEUX, P. **Information on the epidemiology and control of the leishmaniasis by country or territory**. Geneva: World Health Organization, 1991.

DIREITOS dos animais é assunto de seminário realizado em Florianópolis. Balanço Geral Florianópolis, 2018. 1 vídeo (3min25). Disponível em:
https://www.youtube.com/watch?v=82BjTsn_s9c&feature=youtu.be. Acesso em: 29 set. 2020.

ELIAS, N. **Introdução à sociologia**. Lisboa: Edições 70, 1999.

EUTANÁSIA não é única saída para leishmaniose. Balanço Geral Florianópolis, 2017. 1 vídeo (3min48). Disponível em:
<https://www.youtube.com/watch?v=T3uWJsBrfA0&feature=youtu.be>. Acesso em: 29 set. 2020.

FALQUETO, A.; FERREIRA, A. L. Reservatórios extra-humanos do complexo leishmânia e dinâmica de transmissão da infecção ao homem. *In*: COURA, J. R. (org.). **Dinâmica das doenças infecciosas e parasitárias**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005. p. 739-752.

FÓRUM DE DISCUSSÃO SOBRE O TRATAMENTO DE LEISHMANIOSE VISCERAL CANINA (LVC), 2., 2009, Brasília/DF. **Relatório final**. Brasília: Secretaria de Vigilância em Saúde, 2009.

GAEDTKE, K. M. **“Quem não tem filho caça com cão”**: animais de estimação e as configurações sociais de cuidado e afeto. 2017. Tese (Doutorado em Sociologia Política), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

GOFFMANN, E. **Frame analysis: an essay on the organization of experience**. Boston: Northeastern University Press, 1986.

GRISOTTI, M. **Saúde e meio ambiente**: a construção médica e popular de uma doença infecciosa emergente. 2003. Tese (Doutorado em Sociologia), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

INGOLD, T. **Evolution in four dimensions**: genetic, epigenetic, behavioral, and symbolic variation in the history of life. Cambridge, Mass.: MIT Press, 2005.

INGOLD, T. Humanidade e animalidade. **Rev. bras. Ci. Soc.**, São Paulo, v. 10, n. 28, p. 39-53, 1995.

INGOLD, T. **The perception of the environment**: essays on livelihood, dwelling and skill. Londres: Routledge, 2000.

JUSTIÇA suspende eutanásia em cães diagnosticados com leishmaniose em Florianópolis. Balanço Geral Florianópolis, 2018. 1 vídeo (3min53). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=3tNrqRXC71E>. Acesso em: 29 set. 2020.

KECK, F. **Les sentinelles des pandémies: chasseurs de virus et observateurs d’oiseaux aux frontières de la Chine**. Bruxelas: Zones sensibles, 2020.

LIMA JR., F. E. F. **Leishmaniose**: vacina, tratamento ou sacrifício animal como estratégia de saúde única? In: ENCONTRO NACIONAL DE DEFESA SANITÁRIA ANIMAL – ENDESA, 5, 2017, Belém/PA. Brasília: MAPA, 2017.

LIMA, C. C.; GRISOTTI, M. Relação humano-animal e leishmaniose: repercussões no cotidiano de indivíduos inseridos em região endêmica. **Saúde Soc.**, v. 27, n. 4, p.1261-69, 2018. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0104-12902018000401261&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 29 set. 2020.

MAIA-ELKHOURY, A. N. S.; CARMO, E. H.; SOUSA-GOMES, M. L.; MOTA, E. Análise dos registros de leishmaniose visceral pelo método de captura-recaptura. **Rev. Saúde Pública**, São Paulo, v.41, n. 6, p.931-37, 2007.

MEDITSCH, R. G. M. **O médico veterinário, as zoonoses e a Saúde Pública**: um estudo com profissionais e clientes de clínicas de pequenos animais em Florianópolis, SC, Brasil. 2006. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

PITROU, P. Uma antropologia além de natureza e cultura? **MANA** 21(1), p.181-194, 2015.

ROCK, M.; MYKHALOVSKIY, E; SCHLICH, T. People, other animals and health knowledges: towards a research agenda. **Soc. Sci. Med.**, v. 64, n. 9, p.1970-6, 2007.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Saúde. Gerência de Controle de Zoonoses. **Nota Técnica nº. 007/2010/DIVE/SES**. Diretoria de Vigilância Epidemiológica/SES/SC, 16 ago. 2010.

SANTOS, C. A. **O Brasil e o mercado internacional de carne bovina no contexto de doenças infecciosas emergentes**: uma análise sociopolítica dos programas de sanidade animal e de normativas de segurança. 2013. Tese (Doutorado em Sociologia Política), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

SERVIDORES dizem ter sofrido ameaças durante orientação sobre a leishmaniose em Florianópolis. **G1 SC**, 18 dez. 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/servidores-dizem-ter-sofrido-ameacas-durante-orientacao-sobre-a-leishmaniose-em-florianopolis.ghtml>. Acesso em: 01 jun. 2020.

SLINGENBERGH, J. World Livestock 2013, Changing disease landscapes. **Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO) Report**. Rome, 2013.

WORLD HEALTH ORGANIZATION - WHO. **Control de las Leishmaniasis:** Informe de una reunión del Comité de Expertos de la OMS sobre el Control de las Leishmaniasis, Ginebra, 22 a 26 de marzo de 2010. Geneva: WHO, 2010.

WORLD HEALTH ORGANIZATION - WHO. **Report of the Scientific Working Group meeting on Leishmaniasis:** Geneva, 2-4 February, 2004. Geneva: WHO, 2004.

WORLD HEALTH ORGANIZATION - WHO. **Control of the leishmaniasis:** report of a WHO Expert Committee. Geneva: WHO, 1990.

WORLD HEALTH ORGANIZATION - WHO. **Las leishmaniasis:** report of a WHO expert committee. Geneva: WHO, 1984.

Recebido em 30/08/2020.

Aprovado em 03/09/2020.

CRIME OU DESORDEM DE ACUMULAÇÃO DE ANIMAIS? O PAPEL DAS REDES SOCIAIS NO ENTENDIMENTO DOS ACONTECIMENTOS DE SANTO TIRSO

*Susana COSTA**

*Catarina CASANOVA***

RESUMO: Na madrugada de 19 de Julho (2020), em Santo Tirso (Portugal), um fogo florestal atingiu dois abrigos ilegais para animais de companhia. Meia centena morreu. Foram resgatados com vida 110 não-humanos. As informações veiculadas pelos media indicam a possibilidade de estarmos perante um caso de acumulação de animais. Tendo por base as publicações de Facebook relacionadas com o incidente de duas das maiores organizações portuguesas defensoras da causa animal, procurámos perceber como é que as mesmas e os seus seguidores reagiram ao acontecimento. A análise foi feita com base na técnica de análise de conteúdo. Os resultados sugerem que tanto as organizações em causa como os seus seguidores percepcionaram o acontecimento como um acto criminoso. Apesar das informações disponíveis, a possibilidade de estarmos perante a “desordem de acumulação de animais” nunca foi mencionada nas publicações dos murais analisados e surge apenas uma vez no comentário de um dos seus seguidores.

PALAVRAS-CHAVE: Desordem de acumulação de animais. Santo Tirso. Análise de conteúdo. Redes sociais. Direitos dos animais.

Introdução

Na madrugada de 19 de Julho de 2020 dois abrigos para animais de companhia,

* UC – Universidade de Coimbra. CIAS – Centro de Investigação em Antropologia e Saúde. Departamento de Ciências da Vida. Coimbra - Portugal. 3000-456 - susanagkosta@gmail.com. <https://orcid.org/0000-0002-2766-0135>.

** UC – University of Coimbra. Research Centre for Anthropology and Health. Department of Life Sciences. Coimbra – Portugal. 3000-456 - ccasanova@iscsp.ulisboa.pt. <https://orcid.org/0000-0003-2123-0262>.

localizados no concelho de Santo Tirso (Porto, Portugal), foram atingidos por um fogo florestal. Ambos, localizados em propriedade privada, pertenciam a duas mulheres – mãe e filha – que, de acordo com a comunicação social, terão solicitado às autoridades para que não deixassem entrar os populares e os voluntários que se foram acumulando nas imediações na esperança de resgatarem os animais que ali se encontravam retidos. A ajuda tardia foi alegadamente responsável pela morte de 52 cães e de 2 gatos (números apurados no local). Provavelmente o facto dos populares e voluntários de organizações ligados à causa animal se terem visto impedidos de entrar nas propriedades em causa, também contribuiu para este desfecho. Cento e dez animais foram resgatados com vida, embora a maioria tenha necessitado de assistência médica. Desconhece-se actualmente se, entretando, ocorreram mais óbitos.

Os abrigos em causa – Cantinho das 4 Patas e Abrigo de Paredes – situavam-se numa área florestal, longe dos olhares da maioria da população e eram sustentados por donativos particulares e de outras instituições zoófilas. A falta de condições de ambos já tinha sido anteriormente relatada e dada a conhecer à Câmara Municipal de Santo Tirso pelo veterinário municipal. Em 2017, foi apresentada uma queixa no Ministério Público por alegados maus-tratos e negligência nestes locais. O tribunal arquivou a queixa tempos depois por considerar que: “apesar de não prestar as ideais condições aos animais que ali estão acolhidos, pois poderia e deveria estar mais limpo, não existe crueldade em manter animais num espaço sujo, com lixo, dejetos e mau cheiro” (PEREIRA, 2020,n.p.).

Na sequência da morte destes animais, a onda de indignação que assolou todo o país não se fez esperar e atingiu várias esferas e instituições nacionais (Câmara Municipal de Santo Tirso, Guarda Nacional Republicana, Autoridade Nacional de Emergência e Protecção Civil, Ministério da Administração Interna, Ordem dos Médicos Veterinários, Direcção Geral de Alimentação e Veterinária (DGAV), Assembleia da República, entre outros). Tal foi a onda de protestos dos cidadãos que o próprio Primeiro Ministro se viu obrigado a vir a público lamentar a morte dos animais em questão.

Não sendo o nosso propósito criar uma cronologia de acontecimentos e de efeitos colaterais, a verdade é que entre inquéritos e outros procedimentos disciplinares e judiciais instaurados pelas entidades competentes, o efeito maior dos acontecimentos verificou-se na opinião pública que nos tempos actuais encontra terreno especialmente fértil na redes sociais para se expressar.

É com base nas mesmas que o presente artigo se desenrolará. O nosso objectivo é, recorrendo à etnografia digital através das publicações de organizações ligadas à causa animal, perceber em que moldes essas mesmas organizações e os seus seguidores

percepcionaram o acontecimento.

Breve análise da anatomia do acontecimento

Para se entender por completo o contexto em que o acontecimento em causa ocorreu, é necessário analisar por partes as instituições, os humanos envolvidos e o modo como estes percebem os não-humanos cativos nos locais em causa.

A DGAV e os médicos veterinários municipais

Começamos por analisar a posição e as competências da DGAV que, à época, era o organismo responsável pelos assuntos relacionados com os animais de companhia em território português e – consequentemente – pelos médicos veterinários municipais¹.

No seu site oficial, a DGAV define assim a sua missão:

“A DGAV é um serviço central da administração direta do Estado, dotado de autonomia administrativa e integrado no Ministério que tutela o setor agro pecuário. As suas competências respeitam à saúde e proteção animal; regulamentação e coordenação do controlo alimentar; e sanidade vegetal e fitossanidade.”(DGAV, 2020, n.p.).

No que à proteção animal diz respeito, a DGAV acrescenta actuar nos seguintes âmbitos: animais com interesse pecuário, animais em transporte, animais no abate, animais de companhia, animais em parques zoológicos e animais para fins científicos. No que aos animais de companhia em concreto diz respeito, este organismo estatal diz:

Qualquer detentor particular, mesmo que apenas detenha animais de companhia sem quaisquer fins lucrativos, num apartamento, numa vivenda ou num terreno da sua propriedade, deve ter em atenção o cumprimento de requisitos mínimos (espaço adequado que permita a prática de exercício e a fuga e refúgio dos animais, a proteção contra o sol, a chuva e o vento, ventilação, temperatura e

¹ A DGAV estava, na altura dos acontecimentos, sob a tutela do Ministério da Agricultura. Na sequência dos eventos aqui relatados e portanto como consequência política, os assuntos relacionados com os animais de companhia passaram – poucos dias depois - a estar sob a tutela do Ministério do Ambiente.

condições de luminosidade adequadas à espécie, acesso a água e a comida adequadas à espécie e à idade). [...]. Tanto os locais onde os animais são alojados, como os comedouros e os bebedouros, devem ser mantidos em boas condições de higiene. (DGAV, 2020, n.p.).

Fica evidente que o organismo em causa tem uma actuação vasta, não havendo grande margem para se dedicar em concreto aos assuntos ligados aos animais de companhia. De todas as suas competências, apenas uma é concretamente ligada a estes, sendo todas as outras associadas aos denominados animais de produção e de laboratório. Assim, actividades que visam a fiscalização das condições sanitárias e promotoras do bem-estar dos animais de companhia ficam claramente numa posição marginal.

Os agentes que colocam em prática as competências da DGAV são os médicos veterinários municipais. À semelhança do já descrito quanto às responsabilidades do DGAV, a figura do médico veterinário municipal é apenas a materialização do anteriormente mencionado. O decreto-lei 116/98 de 5 de Maio de 1998 é disso espelho:

Artigo 2º

[...]

3 — Os poderes de autoridade sanitária veterinária são conferidos aos médicos veterinários municipais, por inerência de cargo, pela Direcção-Geral de Veterinária (DGV), enquanto autoridade sanitária veterinária nacional, e pela Direcção-Geral de Fiscalização e Controlo da Qualidade Alimentar (DGFCQA), a título pessoal, não delegável e abrangendo a actividade por eles exercida na respectiva área concelhia, quando esteja em causa a sanidade animal ou a saúde pública.

4 — O exercício do poder de autoridade sanitária veterinária concelhia traduz-se na competência de, sem dependência hierárquica, tomar qualquer decisão, por necessidade técnica ou científica, que entenda indispensável ou relevante para a prevenção e correcção de factores ou situações susceptíveis de causarem prejuízos graves à saúde pública, bem como nas competências relativas à garantia de salubridade dos produtos de origem animal.

[...]

Artigo 4.

1 — Os médicos veterinários municipais dependem, hierárquica e disciplinarmente, do presidente da câmara da respectiva área da sua intervenção. (DIÁRIO DA REPÚBLICA, 1998).

Assim, a par de todas as actividades que envolvam animais e/ou produtos de origem animal (e que podem incluir a produção e/ou a comercialização dos mesmos),

cabe ao médico veterinário também olhar pelo bem-estar dos animais de companhia que habitam o território abrangido pelo município para o qual trabalha. É possível que um médico veterinário que se ocupe de funções desta natureza comece o seu dia num aviário e o termine em iniciativas de esterilização de animais errantes.

Para se entender por completo o contexto em que o acontecimento em causa ocorreu, é necessário analisar por partes as instituições, os humanos envolvidos e o modo como estes percebem os não-humanos cativos nos locais em causa.

Os animais de companhia na qualidade de “cidadãos decentes”

Não obstante a posição da administração central em relação ao significado actual dos animais de companhia na sociedade portuguesa, a verdade é que de um ponto de vista sociozoológico (ARLUKE; SANDERS, 1996) esta é uma matéria em que as entidades competentes se deveriam debruçar substancialmente mais. Hoje sabe-se que os animais de companhia são promotores da saúde mental, da saúde física, de hábitos mais sustentáveis e a sua existência nos lares nacionais contribui para a economia do país.

Nas denominadas sociedades ocidentais, os animais de companhia gozam de um estatuto muito semelhante ao dos seres humanos (LEACH, 1964), ocupando um lugar singular na sua escala sociozoológica (ARLUKE; SANDERS, 1996). Com efeito, os animais de companhia enquadram-se no patamar hierárquico dos “bons animais” que são assim considerados por “aceitarem” a sua posição de subordinados às vontades dos seus companheiros humanos (ARLUKE; SANDERS, 1996). Os cães, por exemplo, têm um leque de bens e serviços ao seu dispor que é muito esclarecedor sobre o seu papel e importância: cabeleireiros, vestuário, agências matrimoniais, escolas de educação canina, etc. Tudo parece ser válido para os tornar progressivamente mais antropomórficos, no sentido de camuflar o mais possível as suas características “animais” (FRANKLIN, 1999).

Os animais de companhia são uma espécie de extensão da identidade do humano com quem o não-humano estabelece uma relação interespecífica (SANDERS, 1999). O primeiro passo para que tal aconteça é o momento do baptismo do não-humano (BECK; KATCHER, 1996). É a partir do momento da atribuição de um nome próprio que nos vemos obrigados a tratá-lo de forma diferente dos restantes animais não-humanos confirmando a sua singularidade (BECK; KATCHER, 1996).

Para que mantenham o seu estatuto de “bons animais”, têm que ser capazes de estar à altura do desafio. Isto é, deverão comportar-se como “seres moralmente

elevados”, “cidadãos decentes” e “vassalos” da sociedade em que estão inseridos (ARLUKE; SANDERS, 1996). Passar para o lado dos “maus animais” é fácil: basta um pequeno deslize que indique que o não-humano poderá estar a tentar subverter a hierarquia imposta pela espécie dominante, a humana (ex: morder um dos seres humanos da família, vocalizar durante a noite, arranhar o mobiliário ou um descuido no chão de casa). Quando tal acontece, a probabilidade de um abandono ou de uma eutanásia aumenta substancialmente.

Por se tratarem de não-humanos que gozam de elevado estatuto nas nossas sociedades, não sendo a portuguesa uma excepção, não é de surpreender a onda de choque que atingiu a opinião pública na sequência dos factos aqui já relatados.

Os animais de companhia na qualidade de “cidadãos decentes”

Os contornos da existência destes dois abrigos não são suficientemente claros. Sendo ilegais, os abrigos eram do conhecimento do médico veterinário municipal, do Presidente da Câmara Municipal de Santo Tirso, da DGAV e, pelo menos, também do Ministério Público. As condições precárias em que estes animais de companhia eram albergados eram também do conhecimento geral. No entanto, pelo menos, cerca de centena e meia de animais eram mantidos cativos nestes locais.

O cenário encontrado por quem se voluntariou para resgatar os “habitantes” dos abrigos incluía fezes, mau-cheiro, comedouros vazios de comida e água, cães e gatos mortos, animais feridos, doentes, e não raramente presos por correntes. Existe ainda o testemunho de um voluntário que reencontrou um cão que teria “perdido” dois anos antes e que era detentor de “microchip” de identificação devidamente registado na base de dados do Sistema de Informação de Animais de Companhia (SIAC) (NOTÍCIA AO MINUTO, 2020). Não sendo nosso propósito fazer um diagnóstico, defendemos que podemos estar na presença de dois casos (mãe e filha, proprietárias de ambos os abrigos) de uma perturbação de ansiedade denominada Desordem de Acumulação de Animais (*Animal Hoarding Disorder*) ou DAA.

Patronek (1999) caracteriza esta perturbação da seguinte forma: detenção de um número excessivo de animais, sem que lhes sejam prestados cuidados adequados, sem que haja consciência disso e sendo frequente que – quem desta desordem mental padece – negue a sua incapacidade para cuidar dos mesmos. Nos últimos anos, a literatura sobre este assunto tem sido crescente (DOZIER *et al.*, 2019, ARLUKE *et al.*, 2017, FERREIRA *et al.*, 2017, UNG *et al.*, 2017, OCKENDEN; DE GROEF; MARSTON, 2014, BERRY; PATRONECK; LOCKWOOD, 2005), mas as autoridades continuam a

mostrar dificuldade em detectar estes casos e prevenir recidivas.

Para o conhecimento desta perturbação de ansiedade também tem contribuído a divulgação de mais casos: por exemplo, as investigações das instituições de controlo animal referem aproximadamente 3000 novos casos de acumuladores de animais detetados anualmente só nos EUA (PATRONECK, 2006). Entretanto o estudo publicado por Ferreira *et al.* (2017) sobre 33 residências de indivíduos que sofrem desta perturbação no Sul do Brasil também nos mostra o que se pode supor para o resto deste país.

Numa percentagem considerável de situações, os acumuladores de animais também já exibiram sinais evidentes de perturbação por serem igualmente acumuladores de objectos (DOZIER *et al.*, 2019).

Existem ainda outros factores que parecem contribuir para que determinados indivíduos apresentem uma maior probabilidade de se tornarem acumuladores de animais. Patroneck (2015) chega a identificar um conjunto de traços presentes nos indivíduos que exibem esta perturbação. Um padrão comum a muitos deles é a existência de histórias de vida marcadas por instabilidade e incerteza do ponto de vista parental. Muitos foram vítimas de negligência e abuso. Quando adultos, estes indivíduos mostram dificuldades em estabelecer e manter uma relação interpessoal saudável com os seus pares. Muitos deles foram ainda vítimas de traumas múltiplos durante a infância ou até durante vida adulta (abuso sexual, abandono parental, morte ou perda inesperada de indivíduos importantes nas suas vidas como filhos ou cônjuges, por exemplo). Estatisticamente os acumuladores de animais tendem a ser mulheres solteiras, divorciadas ou viúvas, que poderão também viver em isolamento social e/ou com outras pessoas que de si dependem [i.e. crianças, idosos ou pessoas portadoras de deficiência (ARLUKE *et al.*, 2017)]. Esta desordem implica uma compulsão profunda para manter ou aumentar o número de animais apesar da evidência de que não se possui condições para tal. Não obstante, quando contrariados nesse propósito ou quando lhes são retirados os animais, estes indivíduos apresentam elevados graus de ansiedade e de profundo sofrimento (PATRONECK, 2015).

Quando é dado o alerta, geralmente parte de vizinhos, os animais são sempre encontrados em situação de grande precariedade. Os relatos são praticamente sempre os mesmos: fezes acumuladas, forte odor a urina, cadáveres de outros animais, lixo, subnutrição e doenças infecto-contagiosas que colocam em risco os animais, as pessoas que com eles convivem e a comunidade em geral. Na verdade estes locais constituem-se como verdadeiros perigos não apenas para os animais que albergam mas também para a própria saúde pública uma vez que daí podem surgir o mais variado tipo de zoonoses.

A maioria dos não humanos sobreviventes acaba por necessitar de cuidados

médicos e só muito dificilmente apresenta estabilidade comportamental suficiente para ser adoptado posteriormente (DOZIER *et al.*, 2019).

Não havendo um procedimento ou protocolo estabelecidos para lidar com este tipo de perturbação de ansiedade, o indivíduo que acumula compulsivamente animais nunca chega a ser ajudado com assistência adequada, o que contribui para que praticamente 100% dos casos reincidam (BERRY; PATRONECK; LOCKWOOD, 2005, DOZIER *et al.*, 2017, PATRONECK, 1999).

Arluke *et al.* (2017), defendem que a acumulação de animais é mais complexa do que a acumulação de objectos, uma vez que o leque de motivações é mais complexo e pode diferir de acumulador de animais para acumulador de animais. É nesta esteira que dividem estes indivíduos em três grupos distintos:

- a) O cuidador assoberbado (*overwhelmed caregiver*) que é o que vai diminuindo, ao invés de negar na totalidade, os cuidados prestados aos animais que se encontram sob a sua tutela. Geralmente, tal é o resultado de uma perda repentina de rendimentos ou o surgimento de problemas de saúde. Apesar da sua forte ligação aos animais, a situação do cuidador assoberbado leva a uma gradual deteriorização das condições sanitárias em que se encontram os não humanos que tem ao seu cuidado.
- b) O cuidador salvador (*rescuer hoarder*) é o que se constitui como o maior problema porque, na generalidade, é o que tem maior número de animais (podendo exceder 500 cães ou gatos). Estes indivíduos assumem para si a responsabilidade de salvar todos os animais, sobretudo se a hipótese de eutanásia se colocar. Olham para as instituições de controlo e cuidado de animais como um inimigo e, não raras vezes, não concordam com as abordagens clínicas da medicina veterinária convencional. O que distingue estes indivíduos dos que se envolvem na causa animal de forma legítima é a sua total incapacidade para manter registos actualizados dos animais que estão à sua guarda, para ter uma equipa de colaboradores estável, providenciar cuidados médicos e a incapacidade para recusar albergar mais animais em caso de sobrelocação.
- c) O tipo de acumulador que mais desafia as autoridades é o “acumulador explorador” (*exploiter hoarder*). Tratam-se de indivíduos sociopatas que exibem uma total ausência de empatia por seres humanos e por animais. São geralmente motivados pelos ganhos económicos que os animais podem proporcionar. Empenham-se em promover peditórios constantes que nunca são verdadeiramente canalizados para a causa que dizem defender. São carismáticos, socialmente hábeis, muito competentes e são especialmente

talentosos a ludibriar os media e os agentes da autoridade.

Mas existem diferenças adicionais entre a desordem de acumulação de objectos e a DAA: a acumulação de animais, ao contrário da acumulação de objectos, não obstrui os lugares domiciliários (FERREIRA *et al.*, 2017). Adicionalmente, ao contrário da relação das pessoas com os objectos, no caso da DAA existe um laço entre pessoas e animais (FERREIRA *et al.*, 2017). Estas diferenças apontadas por Ferreira *et al.* (2017) caracterizam a DAA como uma nova desordem mental que pode gerar um interesse considerável para ambos profissionais e investigadores.

Independentemente das motivações que estarão na origem da acumulação de animais, a verdade é que a mesma deverá ser sempre tratada sob dois pontos de vista: a) a necessidade de quem a pratica ser encaminhado para um plano de tratamento, após responder perante as autoridades, para se tratar e para também prevenir a grande probabilidade de recidiva; b) a necessidade de encaminhar as vítimas/sobreviventes para locais seguros onde lhes possa ser prestada ajuda adequada e assegurar, sempre que possível, a sua adopção.

Apesar dos efeitos nefastos da acumulação de animais para todas as partes envolvidas, esta desordem de ansiedade não consta no manual de perturbações da Associação Americana de Psiquiatria como um distúrbio totalmente independente. A DAA é classificada como uma variante dos distúrbios obsessivo-compulsivos, o que poderá também estar na origem da sub-valorização dos seus efeitos (DOZIER *et al.*, 2019, ARLUKE *et al.*, 2017, FERREIRA *et al.*, 2017, BERRY; PATRONECK; LOCKWOOD, 2005).

Objectivo do estudo

A ignorância relativa à acumulação de animais enquanto perturbação de ansiedade tem eco nas mais variadas esferas da vida social, trespassando vários atores sociais que vão desde o cidadão comum até às autoridades ou às organizações de proteção dos animais. Por exemplo, os retratos divulgados pelos media falham em trazer luz à realidade do problema bem como às suas próprias consequências (BERRY; PATRONECK; LOCKWOOD, 2005, ARLUKE *et al.*, 2002).

O presente artigo tem por base publicações de Facebook² de duas organizações defensoras da causa animal, a ANIMAL e Intervenção e Resgate Animal (IRA) que,

² A rede social Facebook foi a escolhida por ser a que conta com um maior e mais heterogénio número de utilizadores.

durante o evento e nos dias subsequentes, foram responsáveis por publicações relacionadas com os incêndios florestais que estiveram alegadamente na origem da morte dos animais de companhia mantidos no interior dos dois abrigos ilegais.

Recorrendo exclusivamente à etnografia digital (KOZINETS, 2015; VARIS, 2016), o objectivo foi captar a interpretação que estas duas organizações e os seus seguidores fizeram do acontecimento e onde estas mesmas se situam no eixo crime/acumulação de animais.

Material e Métodos

Tal como mencionado no ponto anterior, foram escolhidas duas organizações ligadas à causa animal. Os critérios que estiveram na base da nossa escolha prenderam-se com: a) o carácter interventivo de ambas as organizações; b) o facto de publicarem no Facebook com regularidade; c) o número elevado de seguidores activos (o que, à partida, garantiria uma variedade considerável de dados).

A organização ANIMAL foi fundada em 1994. Tem por objectivo desenvolver campanhas de educação e de informação para o público em geral acerca dos não-humanos (características, necessidades, interesses e direitos fundamentais). Desenvolve também campanhas de alerta e protesto, investigações especiais e denúncias públicas, trabalho de relações públicas e acções judiciais sempre que detecta situações em que possam existir não-humanos em risco. Desenvolve também acções de lobbying político, com vista à promoção dos direitos dos animais e à sua protecção legislativa. Não sendo o seu objectivo principal, presta também apoio a não-humanos individuais dependendo da sua situação clínica e familiar. Tem aproximadamente 127.000 seguidores no Facebook e está presente na rede desde 2009³.

A organização IRA, foi fundada em 2016 e desenvolve acções mais focadas no resgate de animais vítimas de negligência e/ou maus-tratos. Funciona com base em denúncias e, de acordo com a sua página de Facebook, colabora com as autoridades oficiais sempre que solicitado. Quanto ao seu estatuto jurídico, não é disponibilizada informação, pelo que não se sabe se se trata oficialmente de uma ONG. Os seus membros não são publicamente conhecidos uma vez que quando aparecem em público, procuram esconder a sua identidade usando óculos escuros ou tapando parte da face. A IRA tem atualmente cerca de 350.000 seguidores e existe no Facebook desde 2016⁴.

³ <https://www.facebook.com/ONGANIMAL/>

⁴ <https://www.facebook.com/intervencaoeresgateanimal/>

Ambas as organizações dependem de donativos de privados e, pelo menos a ANIMAL, de outras organizações ligadas à causa.

Recolha de dados

Foram analisadas todas as publicações no Facebook que revelaram narrativas e discursos com uma relação directa com os factos relatados na introdução, bem como os comentários que se lhes seguiram. As mesmas compreenderam o período entre 19 e 28 de Julho de 2020, não porque não tenham surgido publicações relacionadas com o acontecimento em causa posteriormente, mas porque foi nessa altura que demos por terminada a recolha dos dados e era necessário encontrar uma linha de corte na cronologia de cada um dos murais. Adicionalmente e como se poderá verificar posteriormente neste trabalho, o número de publicações relacionadas com o sucedido foi decrescendo de forma muito significativa ao longo do período em análise (nove dias).

No que aos comentários de seguidores diz respeito, e dado o elevado volume de reacções a algumas das publicações, os mesmos foram seleccionados respeitando um intervalo de 10, sendo seleccionados no máximo 30 por cada uma das publicações. A cada dezena de comentários, seleccionou-se para análise o 11º comentário (desde que o mesmo surgisse em forma de texto). Sempre que o 11º comentário era constituído apenas por uma imagem (emoji, gif, etc.) – para não introduzir uma carga excessiva de subjectividade – seleccionou-se o comentário em texto que surgisse imediatamente a seguir.

Para efeitos desta investigação, considerou-se “comentário” apenas os comentários principais, não entrando em linha de conta com comentários a comentários. A selecção foi feita com base na totalidade de comentários às publicações e não apenas com base nos comentários mais recentes, mais antigos ou mais relevantes cuja classificação depende totalmente do algoritmo do Facebook.

Análise dos dados

A análise foi feita com base nos pressupostos da análise de conteúdo (BARDIN, 2009), usando a frase como unidade de significação, cuja categorização seguiu o trabalho realizado por Arluke *et al.* (2002) que teve por base artigos de imprensa norte-

americanos sobre indivíduos que sofrem de DAA. Tratando-se de uma análise que recai sobre um objecto de estudo diferente, procedemos a algumas adaptações no sentido de conseguir encaixar nas categorias pré-estabelecidas o maior número de unidades de significação possível.

O estudo em causa (ARLUKE *et al.*, 2002) aponta cinco abordagens jornalísticas ligadas a cinco eixos emocionais (*emotional themes*) distintos:

a) Drama: a abordagem mais frequente é a que reporta histórias de acumuladores de animais de um ponto de vista do crime e focando-se esmagadoramente em fontes ligadas à criminalização do comportamento. As autoridades são chamadas ao local onde encontram um número supreendente de animais mortos ou em sofrimento e que, por acção das mesmas, são retirados ao tutores que enfrentarão acusações de maus-tratos que poderão culminar em prisão (ARLUKE *et al.*, 2002).

Para a análise que levámos a cabo, acrescentámos nesta categoria frases que nos remetessem para, não só a existência da prática de um crime por parte das proprietárias, mas também para potenciais condutas negligentes por parte das autoridades competentes (Guarda Nacional Republicana, DGAV, Câmara Municipal de Santo Tirso, Veterinário Municipal, etc.), considerando que para a ANIMAL e para a IRA e os seus seguidores poderiam igualmente configurar a prática de um comportamento criminoso.

b) Repulsa: algumas matérias jornalísticas concentram-se no modo de vida do indivíduo que sofre de DAA (e estende-se aos não humanos que com ele vivem). Geralmente, versam sobre a falta de condições de higiene do seu domicílio e a forma como isso desafia as regras ligadas à ordem, limpeza e segurança da comunidade. Geralmente, ofuscam o sofrimento dos não-humanos em benefício do estado de horror sanitário em que vive o acumulador (ARLUKE *et al.*, 2002).

Ao descrito, acrescentámos descrições da falta de salubridade dos abrigos em questão e o sofrimento daí decorrente para os animais que neles viviam.

c) Pena: os acumuladores são retratados como pessoas tristes. Procura-se apresentar uma explicação científica para o comportamento em questão. Os comentários dos pretensos especialistas na matéria carecem de vocabulário e terminologia correcta ou de explicações consistentes. Estas pessoas são muitas vezes comparadas a outras que sofrem de adição ou de compulsões de vária ordem. Os indivíduos que sofrem de DAA nunca são descritos como criminosos ou mentalmente doentes, mas como indivíduos caridosos que não conseguem ver os efeitos nocivos das suas boas intenções. Não são casos de abuso, são casos de amor pelos animais que foram longe de mais (ARLUKE *et al.*, 2002).

d) Indignação: o acumulador é descrito pela comunidade como uma pessoa exemplar e a quem qualquer um confiaria os seus animais de companhia, mas acaba por

se revelar uma pessoa mentalmente doente capaz de abusar e de negligenciar os mesmos (ARLUKE *et al.*, 2002).

Para o caso, decidimos que também poderiam fazer parte desta categoria unidades de significação relacionadas com o facto das instituições envolvidas terem comprometido a confiança nelas depositada pelos cidadãos.

e) Humor: tratam-se de artigos jornalísticos que se dedicam mais a descrever curiosidades sobre os acumuladores, do que a descrever a sua conduta patológica ou as consequências da mesma do ponto de vista do sofrimento dos sobreviventes (ARLUKE *et al.*, 2002).

Foram aqui inseridas também frases em que a ironia e o sarcasmo se encontram presentes.

Os cinco eixos emocionais descritos apresentam uma imagem inconsistente da acumulação de animais que confunde o público em relação à natureza e significado deste comportamento. Não raramente, o público oscila entre considerar o acumulador um criminoso que deve ser exemplarmente punido e/ou um doente mental que necessita de ajuda profissional especializada (ARLUKE *et al.*, 2002).

Com base nas publicações das duas organizações e nos comentários que se lhes seguiram, é nossa intenção encaixá-los numa das cinco categorias encontradas por Arluke *et al.* (2002) e perceber quais as mais prevalentes.

Resultados

Ao todo foram analisadas 23 publicações a que corresponderam 31.357 comentários.

IRA – Intervenção e Resgate Animal

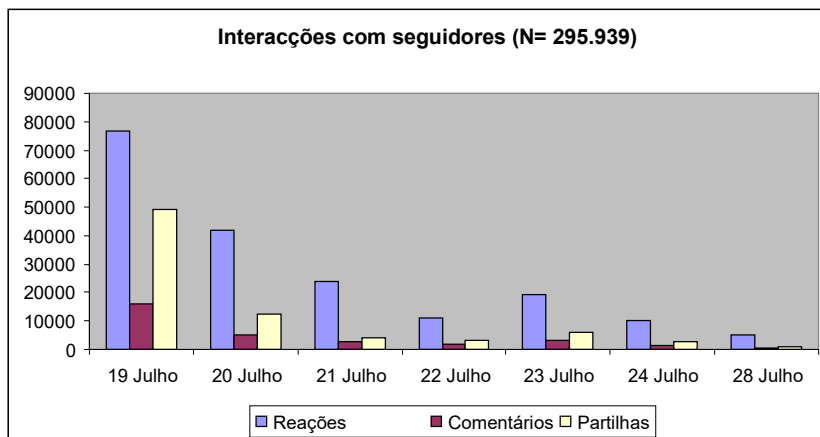
Durante o período em análise foram feitas 21 publicações, sendo que duas eram vídeos que não entraram nesta análise, pelo que contabilizámos apenas 19. A esmagadora maioria das publicações limitou-se a prestar esclarecimentos sobre o modo como a organização IRA estava a actuar no local. Geralmente, estas publicações tiveram início com palavras como “actualização”, “informação importante” ou “comunicado”. Trataram-se de mensagens de cariz informativo e com pouca carga emotiva.

No entanto, à medida que os acontecimentos foram progredindo no terreno, o nível de emotividade dos textos foi-se tornando mais intenso o que também se traduziu

num muito maior número de interações dos seguidores do mural visível logo nos primeiros dois dias do período em causa (gráfico 1). No primeiro dia – 19 de Julho – foram feitas cinco publicações, no segundo publicaram-se quatro textos a propósito do resgate dos animais, no terceiro houve três publicações, no quarto apenas uma, três no quinto dia, dois no sexto e, após uma interrupção de quatro dias, surge uma última publicação no dia 28 de Julho.

Dado o volume mais elevado de publicações no início dos acontecimentos, não é surpreendente que seja precisamente nessa altura que se registou um volume mais elevado de interações por parte dos seguidores do mural. Todavia, também é de sublinhar que a natureza do evento e a possibilidade de já existirem vítimas mortais naquele momento poderá ter contribuído igualmente para a exaltação das pessoas que seguem esta organização.

Gráfico 1 - Interações dos seguidores do mural entre 19/07/2020 e 28/07/2020

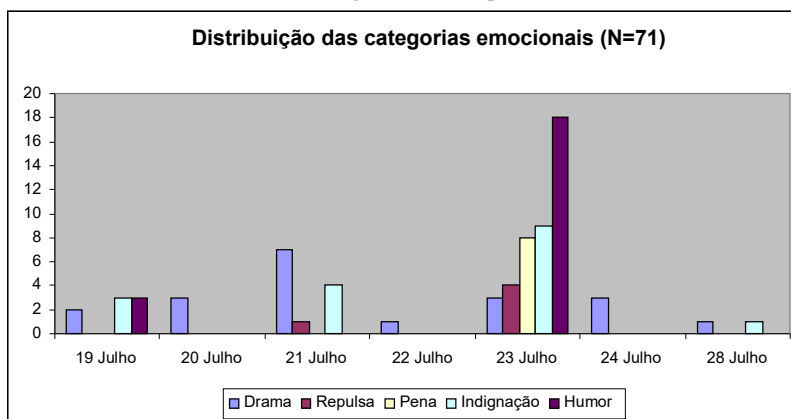


Fonte: Elaborado pelas autoras.

Quanto à categorização das publicações (gráfico 2), existiu uma clara tendência para a utilização da categoria “Drama” e essa tendência aparentou ser bastante constante ao longo do período analisado. Esteve presente em todos os dias em que foram feitas publicações associadas ao acontecimento em causa. Frases como: “Meios judiciais estão já a ser igualmente accionados para a aquisição de mandatos para entrar em propriedades privadas com a Guarda Nacional Republicana.” ou “Esta tragédia não pode, nem irá morrer sozinha.” ou ainda “Existe uma investigação a decorrer e esta instituição (IRA) está articulada com o Núcleo de Investigação de Crimes e Contra-Ordenações Ambientais da GNR.” São reflexo do modo como a organização agora em análise viu o

acontecimento, bem como as suas consequências, como um crime que requer punição.

Gráfico 2 - categorização das publicações



Fonte: Elaborado pelas autoras.

A categoria “Indignação” também esteve presente em praticamente todo este período de nove dias e prendeu-se sobretudo com a alegada incompetência/inércia na resolução do problema atempadamente. Esteve muito patente a ideia de que houve uma falha grave e transversal na actuação de todas as autoridades envolvidas (desde o poder local ao poder central). Ex: “Tenta-se agora apurar os responsáveis pela inércia pré-tragédia, enquanto se choram as vidas pós-desastre.”

As restantes categorias foram surgindo aqui e ali, uns dias mais outros menos, no entanto gostaríamos de sublinhar duas categorias que, embora muito resíduais, farão alguma diferença no modo como os seguidores poderão passar a ver a questão. No dia 23 de Julho, no rescaldo do resgate dos animais sobreviventes, a organização publicou um longo texto onde as categorias “Pena” e “Humor” surgiram muito marcadas. Ambas procuraram complementar e até reforçar a ideia de as instituições oficiais envolvidas em todo o processo tiveram uma conduta reprovável.

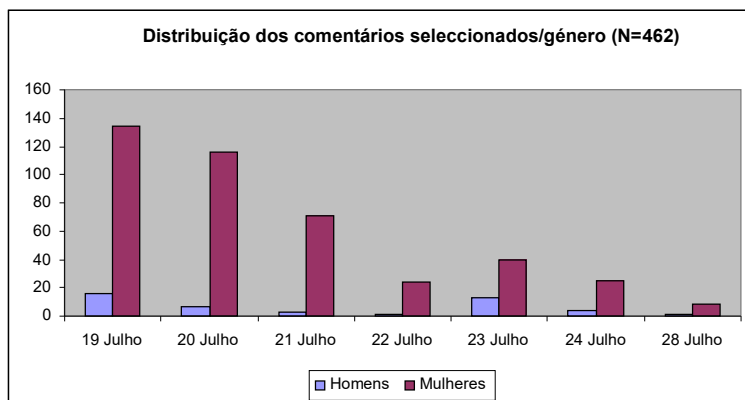
Por um lado, o conteúdo da publicação indica-nos que houve uma quase desculpabilização do comportamento de uma das proprietárias de um dos abrigos atingidos pelo incêndio (ex: “Mas apercebi-me de uma coisa quando falei com a proprietária deste abrigo. Só precisava de ajuda!”) que não pode ser exemplar porque as autoridades competentes não executaram bem o seu trabalho (ex: “Contam-se pelos dedos de 2 mãos os abrigos LEGALIZADOS pela DGAV, de Norte a Sul do país ou arquipélagos. Como tal, chamar de “abrigo ilegal” não significa que se trate de um matadouro, depósito de animais ou ponto de tráfico”).

Por outro lado, a mensagem foi igualmente rica em trechos de humor sarcástico e de ironia que visaram as instituições que alegadamente falharam à sociedade civil e aos animais de companhia que se viram envolvidos no incidente. Com efeito, das 42 frases categorizadas e que correspondem às publicações do dia 23 de Julho, 18 pertencem à categoria “Humor”: “Eu não estou a dizer que estas acumuladoras dão cá um jeito aos GMVM e *protectores de animais* para escoar os animais dos canis e fazerem brilhaletes nas redes sociais.”

Curiosamente, esta foi também a única vez em que as publicações da organização IRA, durante este período de tempo, mencionaram a expressão “acumulação de animais”. Contudo, não é de todo claro se neste comentário houve efectivamente um entendimento da condição mental das proprietárias ou se se tratou apenas de um efeito do tom irónico adoptado nesta publicação em concreto.

Dos comentários seleccionados (gráfico 3), a totalidade foi de apoio às publicações e, não raras vezes, chegaram até a ser mais contundentes do que as próprias publicações sobretudo no que à necessidade de se fazer justiça diz respeito. A esmagadora maioria dos comentários foram feitos por mulheres (90,5%). No entanto, os seguidores homens que teceram comentários às publicações fizeram-no quase sempre com recurso a um discurso mais agressivo e que, não raramente, incluiu vocabulário “menos próprio” e até insultuoso.

Gráfico 3 - Comentários seleccionados/género



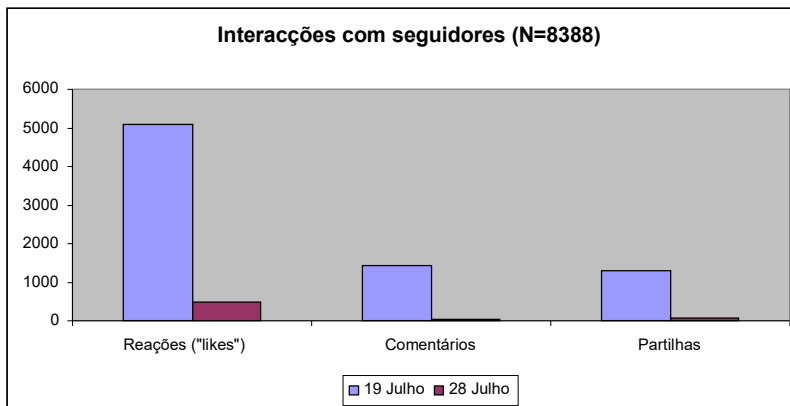
Fonte: Elaborado pelas autoras.

ANIMAL

Durante o período em análise, a organização ANIMAL fez cinco publicações

relacionadas com o incêndio que atingiu os dois abrigos. Todas eram constituídas por texto, mas uma delas incluiu um vídeo e, por esse motivo, essa publicação não foi considerada no presente trabalho. O número de interações com o mural, a propósito do incidente, foi substancialmente mais elevado no início do período em análise (sobretudo a 19 de Julho) e decresce abruptamente logo após o acidente (gráfico 4). Na prática, a actividade do mural em relação ao acontecimento em análise, resumiu-se a dois dias.

Gráfico 4 - Número de interações com o mural – 19/07/2020 e 28/07/2020

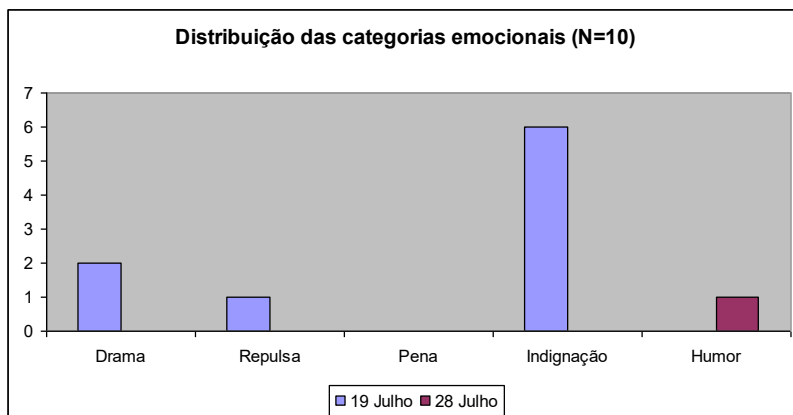


Fonte: Elaborado pelas autoras.

Todas as publicações tiveram por objectivo prestar informações claras sobre o acontecimento em análise e sobre o facto de a ANIMAL pretender encetar diligências para o apuramento dos factos. Na generalidade, não foram dados detalhes sobre o que se encontrava a ser feito. Em apenas três das publicações existiu efectivamente matéria para análise, embora muito parcamente, e a mesma concentrou-se no início do período analisado (gráfico 5). A categoria “Indignação” foi a que mais marcou lugar, correspondendo a 60% do total das frases classificadas. Esmagadoramente, as mesmas dirigiram-se à actuação das autoridades, muito particularmente à GNR: “Segundo pudemos apurar, as autoridades policiais locais não estão a permitir o apoio aos animais, estando até presente no local uma Deputada à AR, a deputada Bebiania Cunha, deputada pelo PAN, e nem essa presença parecem respeitar.” Aliás, das três publicações de dia 19 de Julho – momento especialmente activo no mural da ANIMAL – duas visaram directamente a actuação da GNR e do médico veterinário municipal. Isso poderá explicar o número maior de frases classificadas como “Indignação”. No final do período analisado, existiu um único registo de “Humor” a propósito da demissão do Director-Geral da DGAV. Assinalamos, no entanto, a total ausência da categoria “Pena”. Não

existiu, ao longo das publicações qualquer menção à condição das proprietárias dos abrigos, quer como potencialmente autoras de um crime, quer como potenciais acumuladoras de animais.

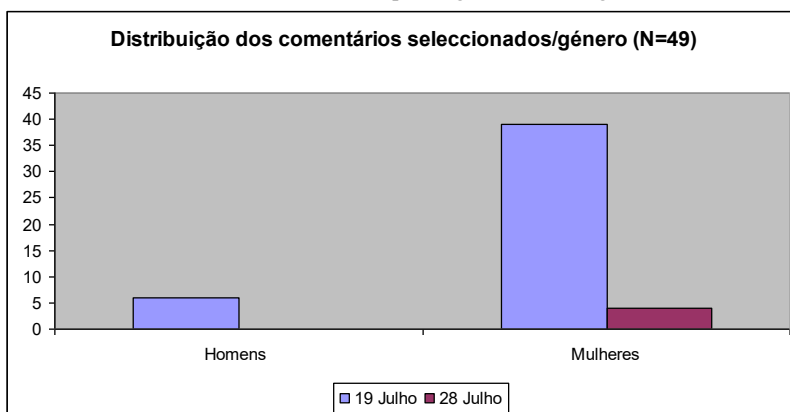
Gráfico 5 - Categorias Emocionais – 19/07/2020 e 28/07/2020



Fonte: Elaborado pelas autoras.

Quanto aos comentários publicados por seguidores da organização ANIMAL, 87,6% foram mulheres (gráfico 6). Todos eles foram manifestações de apoio à actuação da organização ANIMAL, com excepção de dois comentários. O primeiro surgiu após a divulgação de uma vigília de protesto contra a actuação das autoridades no local dos incêndios e que nada teve a ver com o propósito desta, mas sim com o facto de estarmos a viver uma pandemia (“Fiquem mas é em casa, e a pandemia? As pessoas não se lembram que estamos a lutar contra uma coisa que não sabemos a força dela daqui por diante, nada de ajuntamentos, nada de manifestações, **FIQUEM EM CASA!!!**”). A segunda surgiu na sequência do comunicado emitido pela GNR com vista a esclarecer o público quanto à actuação desta força de segurança no local do incidente e procurou chamar à atenção para o facto de estarmos perante a morte de não humanos e provavelmente como forma de desculpar as forças de segurança do sucedido: “Em 15 dias morreram 2 Bombeiros e outros estão em estado bastante grave, têm menos valor que cães.” O primeiro comentário partiu de uma seguidora, o segundo de um seguidor.

Gráfico 6 - Comentários Publicados por Seguidores da Organização ANIMAL



Fonte: Elaborado pelas autoras.

De sublinhar que, numa dessas publicações, a associação ANIMAL pediu aos seguidores que se privassem de fazer comentários que contivessem insultos ou ameaças, pedido que é muito comum no discurso publicado por esta organização que acredita poder demover alguns seguidores de discursos insultuosos e ameaçadores. Importa referir que apesar de estar totalmente fora do nosso alcance poder confirmá-lo, existe a possibilidade do administrador do mural apagar comentários que possam ferir susceptibilidades se assim o desejar.

Discussão

Enquanto que a organização IRA se envolveu activamente no resgate dos animais cativos nos abrigos, a organização ANIMAL acompanhou o desenrolar dos factos fora do contexto em que os mesmos efectivamente ocorreram. Ambas as organizações afirmam terem encetado diligências no sentido de garantir o apuramento de responsabilidades.

Ambas as organizações (IRA e ANIMAL) publicaram e apresentaram actividade relacionada com os acontecimentos de Santo Tirso nas suas páginas (e respectivos murais) de Facebook. Ambas exibiram – no período de 19 a 28 de Julho – um nível elevado de interacções com os seus seguidores, sendo que o dia em que o incidente foi tornado público (dia 19) foi um momento de actividade especialmente intensa. Existem, no entanto, diferenças muito substanciais entre as publicações de ambas as organizações.

A associação IRA apostou em publicações de texto com vocabulário menos diversificado, todavia capaz de causar mais impacto nos seguidores e, consequentemente, originando um número substancialmente maior de interações com as publicações presentes no mural. Em nenhuma destas publicações foram impostos limites quanto a potenciais insultos ou ameaças. O mural foi, durante todo este período, bastante activo e nele as publicações foram aproximadamente cinco vezes mais do que as visíveis no mural da organização ANIMAL.

Por sua vez, a ANIMAL, fez publicações mais objectivas. Limitou-se muitas vezes a difundir vídeos de excertos de noticiários de televisão em que membros da organização participaram e matérias jornalísticas sem tecer considerações adicionais. O comportamento desta organização obedeceu mais a um simples relato dos factos. A excepção aconteceu apenas no dia do incêndio, altura em que as publicações originaram um maior número de interações que, ainda assim, não tiveram comparação com os valores apresentados pela associação IRA. A própria natureza da actividade da organização ANIMAL – abertamente de lobby junto do poder político, nomeadamente no parlamento – poderá não ser compatível com publicações mais “emotivas” que poderiam comprometer o tipo de actividade que procuram desenvolver junto dos decisores políticos.

De uma forma geral, as categorias “Indignação”, “Drama” e “Repulsa” foram as mais frequentes nas publicações analisadas. A categoria “Humor” marcou presença nas publicações de ambas as organizações, mas teve especial destaque – a determinado momento – no mural da organização IRA. Ficou de fora, quase na totalidade, a categoria “Pena” que surge de forma muito residual numa única publicação da IRA. Não é muito surpreendente, considerando que estas são páginas e murais ligados à causa animal e não aos direitos humanos.

Não será também de estranhar o número esmagador de seguidoras activas (por oposição a seguidores) destes dois murais. No Ocidente, e muito concretamente na Europa, os direitos dos animais sempre foram temas mais femininos do que masculinos (BIRKE; PARISI, 1999). Os homens, com efeito, surgem aqui de forma tímida e, uma das vezes em que tal aconteceu, foi com o objectivo de desvalorizar as vidas das vítimas não-humanas do incidente.

Finalmente, houve uma única menção à possibilidade das proprietárias dos abrigos serem acumuladoras de animais mas não ligando obrigatoriamente esta expressão à desordem mental que constitui. Apesar de as mesmas serem apontadas como autoras de um crime de maus-tratos a animais, ninguém aparentemente as percebe como pessoas potencialmente portadoras de doença mental, neste caso a DAA.

Considerações finais

A acumulação de animais é uma perturbação mental que, apesar de carecer de maior atenção por parte de todos, a começar pelos profissionais de saúde mental, beneficia do facto de surgir muitas vezes disfarçada de caridade e empatia para com os não humanos, especialmente os animais de companhia para não ser detectada como uma desordem psicológica. Não sendo um propósito nosso a apresentação de um diagnóstico, o facto das proprietárias recolherem animais errantes, manteve-as longe do escrutínio da comunidade e das autoridades, facto também facilitado por viverem numa área florestada consideravelmente isolada. Quando alguns cidadãos argumentaram sobre a possibilidade de se tratar de uma situação de maus-tratos, as autoridades envolvidas desvalorizaram argumentando que – não sendo uma situação ideal aquela em que os abrigos se encontravam e face ao que tinha sucedido – o que se tinha passado, não teria grande gravidade.

As sociedades contemporâneas no chamado mundo ocidental são marcadamente antropocêntricas – e essa é uma característica transversal a muitos dos actores envolvidos no caso relatado no presente artigo, incluindo decisores e agentes da autoridade. Esse antropocentrismo poderá estar na origem da forma “leve” como toda esta tragédia foi sendo tratada por quem de direito. Se ao invés de vítimas como cães e gatos, as vítimas fossem seres humanos, provavelmente as decisões tomadas, o protocolo seguido e o próprio desfecho seriam diferentes (não obstante tragédias como a de Pedrogão Grande em 2017, por exemplo, onde faleceram mais de meia centena de pessoas em condições que apresentam algumas semelhanças). Ainda assim, por se tratarem de animais de companhia que, tal como mencionado no ponto 1.1.2, beneficiam de um estatuto “confortável” na nossa escala sociozoológica, os alarmes soaram nas organizações defensoras dos direitos dos animais e na população de uma forma geral, ao ponto de, como referido anteriormente, o Primeiro Ministro se sentir na obrigação de fazer uma breve declaração ao país sobre o assunto. As ondas de choque foram sentidas do ponto de vista político, levando à demissão do Diretor-geral da DGAV e ao despedimento de veterinário municipal. A importância dos animais nas nossas sociedades é crescente (FRANKLIN, 1999, ARLUKE; SANDERS, 1996, BECK; KATCHER, 1996) e pode ser ilustrada por reacções a acidentes como este.

A DAA é provavelmente muito mais frequente na sociedade portuguesa do que desejaríamos e é difícil de detectar não apenas pelo facto de ser uma desordem pouco conhecida mas também pelo facto dos indivíduos poderem ser vistos com aparente simpatia. Isso poderá dever-se à invisibilidade dos acumuladores – que não raras vezes vivem isolados do resto da comunidade -, à inoperância das autoridades, à sobrelotação

dos canis/gatis municipais e à forma especista como estes assuntos são tratados em sede própria (quando o são).

Para efeitos da saúde pública e do bem-estar animal, seria fundamental que este fenómeno fosse identificado e regularmente monitorizado. Existe um número não conhecido de abrigos que escapam totalmente à malha das autoridades competentes onde seres humanos e não-humanos vítimas de negligência e maus-tratos coexistem em permanência. Todos carecem de ajuda. Não sendo os proprietários dos abrigos portadores de DAA, estes precisam de apoio que vai desde os programas de esterilização, à alimentação, à manutenção de infra-estruturas com o mínimo de qualidade até aos programas de adoção entre muitos outros. Quando os proprietários exibem esta perturbação mental, ainda que os animais lhes sejam retirados, apresentam uma possibilidade de recidiva que andarà perto dos 100%. Quanto aos não-humanos, mesmo após resgate, podem exibir sequelas físicas e comportamentais permanentes, o que impossibilitará a sua integração em contexto familiar e portanto em futuras adopções (DOZIER *et al.*, 2019).

Os portadores de DAA podem ser vistos como indivíduos que cometem crimes de maus-tratos que são puníveis com pena de prisão. Os profissionais de saúde mental devem estar alerta para esta realidade bem como as próprias autoridades e organizações de defesa dos animais. Alguns já defendem que se trata de uma psicopatologia própria não só devido às diferenças com os acumuladores de objectos mas também porque a medicação que lhes é dada não parece ter efeito nos indivíduos portadores de DAA (PRICE, 2017).

Encontrar o equilíbrio entre punir ou tratar os indivíduos que exibem DAA será sempre difícil para quem tem o poder de decisão e provavelmente obrigará a uma mudança do ponto de vista jurídico uma vez que estamos perante uma desordem do foro psicopatológico. A deteção precoce desta perturbação mental será a melhor solução para todas as partes envolvidas: i) para os indivíduos portadores de DAA que podem vir a usufruir de tratamento adequado; ii) para a saúde pública, evitando o aparecimento de zoonoses adicionais e iii) para os animais não humanos que estariam a cargo dos portadores de DAA se a perturbação mental não fosse detectada atempadamente. Trata-se de um problema complexo com várias frentes que implica desafios para saúde mental (é uma desordem psicológica só reconhecida na década passada), para os agentes da autoridade, para os profissionais de bem-estar animal (LOCKWOOD, 2018) e para os animais não humanos.

CRIME OR ANIMAL HOARDING DISORDER? THE ROLE OF SOCIAL NETWORKS UNDERSTANDING THE EVENTS OF SANTO TIRSO

ABSTRACT: *In the early hours of July 19 (2020) in Santo Tirso, Portugal, a forest fire hit two illegal companion animal shelters. Half a hundred died. Hundred and ten non-humans were rescued alive. The information conveyed by the media potentially suggests an animal hoarding case. Based on the Facebook posts of two of the largest Portuguese organizations standing for animal rights related to the incident, we tried to understand how they and their followers reacted to the event. The analysis was done based on content analysis techniques. The results suggest that both the organizations concerned and their followers perceived the event as a criminal act. Despite the available information, the possibility of an animal hoarding case was never mentioned in the posts on the analyzed pages or in the comments of their followers..*

KEYWORDS: *Animal hoarding disorder. Santo Tirso. Content analysis. Social networks. Animal rights*

¿CRIMEN O TRASTORNO DE ACUMULACIÓN ANIMAL? EL PAPEL DE LAS REDES SOCIALES EN LA COMPRESIÓN DE LOS HECHOS DE SANTO TIRSO

RESUMEN: *En la madrugada del 19 de julio (2020), en Santo Tirso (Portugal), un incendio forestal azotó dos refugios ilegales de animales de compañía. Medio centenar murieron. 110 no humanos fueron rescatados vivos. La información transmitida por los medios indica la posibilidad de que estemos ante un caso de acumulación de animales. Basándonos en las publicaciones en Facebook relacionadas con el incidente de dos de las mayores organizaciones portuguesas que defienden la causa animal, intentamos entender cómo reaccionaron ellos y sus seguidores ante el evento. El análisis se realizó con base en la técnica de análisis de contenido. Los resultados sugieren que tanto las organizaciones interesadas como sus seguidores percibieron el hecho como un acto delictivo. A pesar de la información disponible, la posibilidad de que estemos ante del "trastorno de acumulación animal" nunca se ha mencionado en las publicaciones de los murales analizados y sólo aparece una vez en el comentario de uno de sus seguidores.*

PALABRAS CLAVE: *Trastorno de acumulación de animales. Santo Tirso. Análisis de*

contenido. Redes sociales. Derechos de los animales.

REFERÊNCIAS

ARLUKE, Arnold; PATRONEK Garry; LOCKWOOD, Randall; CARDONA Allison. Animal Hoarding. In: MAHER, Jennifer; PIERPOINT Harriet; BEIRNE Piers (org.). **The Palgrave International Handbook of Animal Abuse Studies**. DOI 10.1057/978-1-137-43183-7_6., 2017.

ARLUKE, Arnold; FROST Randy; STEKETEE Gail; PATRONEK, Garry; LUKE, Carter; MESSNER, Edward; NATHANSON, Jane; PAPAZIAN, Michelle. Press Reports of Animal Hoarding. **Society and Animals**, n.10, v.2, p 113-135, jul. 2002.

ARLUKE, Arnold; SANDERS, Clifton. **Regarding Animals**. Filadélfia: Temple University Press, 1996.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2009.

BECK, Allan; KATCHER, Aaron. **Between Pets and People – The Importance of Animal Companionship**. West Lafayette: Purdue University Press, 1996.

BERRY, Colin; PATRONEK, Garry; LOCKWOOD Randall. Long-Term Outcomes in Animal Hoarding Cases. **Animal Law**, n. 11, v. 167, p167-194, jan. 2005.

BIRKE, Lynda; PARISI, Luciana. Animals, Becoming. In: STEEVES, H. Peter (org.). **Animal Others: On Ethics, Ontology and Animal Life**. Nova Iorque: State University of New York Press, 1999.

DIÁRIO DA REPÚBLICA. Decreto-Lei n. 116/98. **Diário da República – I Série A 103**. 5 mai. 1998.

DGAV – Direcção Geral de Agricultura e Veterinária. Disponível em: <http://www.dgv.min-agricultura.pt/portal/page/portal/DGV>. Acesso em: 06 ago. 2020.

DOZIER, Mary E.; BRATIOTIS Christiana; BROADNAX Dominique; LE, Jenny; AYERS Catherine R. A description of 17 animal hoarding case files from animal control and a humane society. **Psychiatry Research**, n. 272, p.365–368, fev. 2019.

FERREIRA, Elisa Arrienti; PALOSKI Luís Henrique; COSTA, Dalton Breno; FIAMETTI Vânia Saretta; OLIVEIRA, Camila Rosa de; ARGIMON, Irani Iracema de Lima; GONZATTI Valéria; IRIGARAY Tatiana Quarti. Animal Hoarding Disorder: A new psychopathology?

Psychiatry Research. Volume 258, December 2017, p.221-225. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1016/j.psychres.2017.08.030>. Acesso em: 26 out. 2020.

FRANKLIN, Adrian. **Animals and Modern Cultures – A Sociology of Human-Animal Relations in Modernity**. Londres: Sage Publications, 1999.

KOZINETTS, Robert V. **Netnography: Redefined**. Londres: Sage Publication, 2015.

LEACH, Edmund. Anthropological aspects of language: animal categories and verbal abuse. In: LENNEBERG, Eric .H. (org.). **New Directions in the Study of Language**. Cambridge: MIT Press, 1964.

LOCKWOOD, Randall. Animal hoarding: The challenge for mental health, law enforcement, and animal welfare professionals. **Behavioral Sciences & the Law**, 1–19. <https://doi.org/10.1002/bsl.2373>. 2018.

NOTÍCIAS AO MINUTO. **No meio da tragédia, um final feliz**: Homem encontra cão perdido há 2 anos. Publicado em 20 julho de 2020. Disponível em: <https://www.noticiasao minuto.com/pais/1534155/no-meio-da-tragedia-um-final-feliz-homem-encontra-cao-perdido-ha-2-anos>. Acesso em: 17 ago. 2020.

OCKENDEN, Emma M; DE GROEF, Bert; MARSTON, L. Animal Hoarding in Victoria, Australia: An Exploratory Study. **Anthrozoös**, Vol. 27, n. 1, p.33-47. 2014

PATRONECK, Garry, J. The Hoarding of Animals: An Update. **Psychiatric Times**, 30 April, 2015. <https://www.psychiatrictimes.com/view/hoarding-animals-update>. Acesso em 23 de Setembro de 2020.

PATRONECK, Garry, J. Animal hoarding: its roots and recognition. **DVM360**. Agosto 1, 2006. <https://www.dvm360.com/view/animal-hoarding-its-roots-and-recognition>. Acesso em 23 de Setembro de 2020.

PATRONECK, Garry J. Hoarding of animals: an under-recognized public health problem in a difficult-to-study population. **Public Health Reports**, n. 14, v. 1, p 81–87, fev. 1999.

PEREIRA, Miguel. Animais com lixo não é crime: Porque foi arquivada queixa contra abrigos para animais em Santo Tirso. **Diário de Notícias**. 19 jul. 2020. Disponível em: <https://www.dn.pt/pais/animais-com-lixo-nao-e-crime-porque-foi-arquivada-queixa-contr-a-brigos-para-animais-em-santo-tirso-12440915.html>. Acesso em 5 ago. 2020.

PRICE, Michael. Animal hoarding is its own mental disorder, study argues. **Science**, 18 Set. 2017. Disponível em <https://www.sciencemag.org/news/2017/09/animal-hoarding-its-own-mental-disorder-study-argues>. Acesso em 26 de Set. 2020.

SANDERS, Clifton. **Understanding Dogs: Living and Working with Canine Companions**. Filadélfia: Temple University Press, 1999.

UNG, Jennifer E; DOZIER, Mary E; BRATIOTIS, Christiana; AYERS, Catherine R. An Exploratory Investigation of Animal Hoarding Symptoms in a Sample of Adults Diagnosed With Hoarding Disorder. **Journal of Clinical Psychology**, vol. 73, n. 9, p.1114-1125. 2017.

VARIS, Pila. Digital Ethnography. *In*: GEORGAKOPOULOU, Alexandra and SPILIOTI, Tereza (org.) **The Routledge Handbook of Language and Digital Communication**, Londres: Routledge, 2016. p. 55-68.

Recebido em 19/08/2020.

Aprovado em 26/08/2020.

O MERCADO DO BOI GORDO: “MODERNIZANDO” TÉCNICAS, GADO E GENTE

*Ana Paula PERROTA**

RESUMO: As transformações da bovinocultura de corte são analisadas pelas Ciências Sociais com o objetivo de compreender como se formam novas relações socioeconômicas a partir dos esforços modernizadores do setor e de que maneira as relações ditas tradicionais são impactadas, inclusive no que diz respeito às relações entre humanos e animais. Em diálogo com esse debate, será refletido como são constituídos os pressupostos que orientam a busca pela modernização da bovinocultura de corte, e de que maneira articulam e desarticulam práticas e relações entre humanos, gado e o ambiente. Para tanto, foram utilizadas publicações de pesquisadores e agentes do Estado, chamados de “agentes da modernização” neste artigo. A partir da análise qualitativa desses trabalhos, foi possível compreender como os impulsos modernizadores desequilibram os sistemas de interação humanos e animais na medida em que instauram a condição de eficácia como valor absoluto e pressupõem a renúncia dos padrões tidos como ineficientes.

PALAVRAS-CHAVE: Modernização da pecuária. Sociologia econômica. Relações humano-animais.

Introdução

Em um período relativamente curto na história brasileira, desde o século XV, o gado foi introduzido no território nacional e conformou uma multiplicidade de práticas sociais, técnicas e orientações econômicas, constituindo diferentes sistemas de criação animal. As atividades econômicas relacionadas a esta atividade são marcadas ainda, desde o final do século XIX e início do século XX, por iniciativas que visam a sua modernização. Os aportes tecnológicos e os valores que passaram a orientar a bovinocultura de corte, visando o aumento da produtividade e da rentabilidade do setor, são vistos desde então por determinados agentes públicos e privados como mudanças

* UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Seropédica – RJ – Brasil. 23890-000 - anapaula_perrota@hotmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1321-2187>.

obrigatórias. Busca-se então a intensificação da atividade, concomitante aos objetivos de alavancar o País rumo ao progresso.

Entretanto, o que se pretende discutir nesse trabalho é que a modernização não implica apenas na introdução de técnicas onde pretensamente não haveria qualquer uma. Do mesmo modo, não significa a evolução de práticas “primitivas”, “tradicionais” ou a transformação absoluta de técnicas existentes por outras “modernas”. Trata-se de uma transformação da socialidade entre humanos, bovinos e outros agentes não humanos que se faz de maneira processual e a partir de conflitos entre diferentes grupos sociais e econômicos que se dedicam à criação animal. Portanto, em diálogo com abordagens sociológicas e antropológicas, este trabalho parte de uma questão clássica da Sociologia que discute sobre a passagem ocorrida nas sociedades ocidentais de uma ordem social tradicional para a moderna, caracterizada, entre outros aspectos, pela industrialização e a racionalização (SZTOMPKA, 1998). Ele também possui interface com os debates antropológicos que discutem sobre os processos de modernização, mas em diálogo com os chamados estudos sobre as relações entre humanos e animais.

Este trabalho parte ainda dos pressupostos da Nova Sociologia Econômica, que tratam da imersão do comportamento econômico, tal como Mark Granovetter (2007) discute em seu artigo que se tornou clássico. O sociólogo desenvolve sua proposta da “imersão” com base no argumento de que os comportamentos e as instituições a serem analisados são tão compelidos pelas contínuas relações sociais que interpretá-los como sendo elementos independentes representa um grave mal-entendido. A partir desse entendimento veremos que a busca pela modernização da bovinocultura de corte, através da implementação e do desenvolvimento de novos instrumentos técnicos e de gerenciamento do gado, desestabiliza relações sociais interespecíficas, assim como promove rupturas em práticas econômicas, que também são sociais.

Nesse mesmo sentido, e tratando especificamente sobre os sistemas de criação animal, o antropólogo Tim Ingold (2001), ao debater sobre o conceito de domesticação, demonstrou que entre caçadores, criadores vinculados ao regime pastoril e industrial não há um processo contínuo e evolutivo. Mas, com o advento da industrialização da criação animal houve uma ruptura do regime de domesticação, que caracterizaria os outros dois tipos, com a instauração do regime de dominação então, “dominação e domesticação são aqui distinguidas, com base na premissa de que a primeira é uma forma de controle social exercida sobre os sujeitos-pessoas, e a outra uma forma de controle mecânico exercido sobre as coisas-objeto” (INGOLD, 2001, p.74).

As transformações dos regimes de criação animal, ou o surgimento da moderna produção animal, são também discutidas por Anna Tsing (2019), que se interessa sobre a onipresença em nosso mundo de sistemas produtivos baseados no desemaranhamento

das coisas. Como ressalta a autora, por mais que essa relação seja considerada exótica por antropólogos, há um espalhamento global, de modo que Tsing (2019, p.8) nomeia tais sistemas de “proliferações modernistas”. Esses sistemas funcionam como “máquinas de replicação, que se tornam eficientes produtoras de ativos, que podem ser transformados novamente em ativos futuros – e de fato ajudam a produzir esse modelo de futuro a que chamamos de progresso”.

A abordagem trazida por esses diferentes autores será utilizada a fim de realizar uma análise da visão histórica e econômica acerca da bovinocultura de corte no País, bem como dos pressupostos técnicos e econômicos dos agentes implicados com a modernização da pecuária, tais como pesquisadores das áreas econômicas, zootécnicas e agrônômicas, bem como de agentes do Estado, a quem chamarei de agentes da modernização. Com base na leitura de trabalhos produzidos por esses atores sociais, esse artigo tem como objetivo compreender a trajetória da bovinocultura de corte enquanto uma proliferação modernista e questionar sobre como são formadas, de que maneira são estruturadas, e como articulam e desarticulam práticas e relações entre humanos, gado e o ambiente. Trata-se então de partir do entendimento das máquinas de replicação, discutidas por Tsing (2019), para pensar sobre a modernização da bovinocultura de corte como um processo longo, duradouro, complexo, que perdura no tempo e encontram resistências para sua implementação.

Impulso modernizador da pecuária de corte

Primeiramente, para tratar do processo identificado como “modernização da pecuária” no Brasil seria preciso entender que, concomitantemente a esse processo houve também o empenho em direcionar a criação bovina para a produção de carne. Conforme indica a pesquisa bibliográfica discutida em trabalho anterior (PERROTA, 2019), desde a chegada das primeiras reses no Brasil, estas foram incorporadas à estrutura mercantil, mas como atividade acessória de outras práticas como a mineração e a produção de açúcar, por exemplo. Entretanto, essa pecuária, que segundo Celso Furtado (2005), representava um mercado de ínfimas dimensões, adquiriu relevância no começo do século XX, se tornando pela primeira vez a principal fonte de renda em algumas regiões brasileiras. E nesse período, os esforços foram dirigidos em fazer da produção da carne uma atividade economicamente viável, pois se por um lado considerava-se que matar o gado para comer dava muito trabalho, por outro lado a carne bovina não era considerada um item fundamental na dieta.

Em sua tese, Joana Medrado (2013) recupera documentos históricos que demonstram o trabalho feito para ensinar criadores a explorar o gado depois de abatido de maneira integral, bem como o incentivo que foi dado ao próprio consumo de carne. Desde então, a pecuária se especializou na produção de carne e leiteira, fazendo dessas atividades o objetivo principal da criação animal. O couro, bem como as patas e sebos que eram os produtos animais mais valorizados (FREITAS, 1993), se tornaram acessórios, de modo que atualmente os frigoríficos industriais nem mesmo remuneram os pecuaristas acerca desses bens.

Ao longo desse período e até os dias atuais, os esforços públicos e privados fizeram com que a pecuária se inserisse como parte preponderante da economia nacional. Além de representar em todo esse tempo, uma atividade que poderia inserir o Brasil no âmbito da economia internacional. Desde o início, a modernização da pecuária e a busca pela sua internacionalização caminham lado a lado. Além disso, a busca pela industrialização também acompanhou esse movimento pela modernização/internacionalização da atividade, de forma mais ampla, ligada à agricultura brasileira. Tratava-se fundamentalmente de um empreendimento que visava transformar as formas de produção e comercialização de produtos agropecuários. Então, remetendo-se propriamente à bovinocultura de corte, Medrado (2013) nos explica que:

No decorrer da segunda década do século XX a indústria pastoril vai aparecer nos discursos exatamente como uma possibilidade de conciliação entre continuar a ser um “país essencialmente agrícola” e fomentar a modernização e industrialização necessárias para desopilar a economia do país, puxando exatamente aquele fio do pensamento fisiocrata de um mundo rural atravessado por técnicas racionais (MEDRADO, 2013, p.111).

Esse percurso ganhou outro salto nos anos 1960 e 70, quando na ocasião o setor agrícola, de acordo com Heredia, Palmeira e Leite (2010, p.87), “absorveu quantidades crescentes de crédito agrícola, incorporou os chamados ‘insumos modernos’ ao seu processo produtivo, tecnificando e mecanizando a produção, e integrou-se aos modernos circuitos de comercialização”. Nos anos 2000, o País passou por uma nova política de créditos capitaneada pelo BNDES e os setores eleitos para recebimento de empréstimos foram aqueles ligados à produção de commodities. Como é tratado em entrevista publicada na Revista Piauí (DIEGUEZ, 2019) com Luciano Coutinho, Presidente da Instituição nesse período, houve o benefício a setores ligados ao papel e celulose, alimentos, frigorífico, petroquímico, petróleo e mineração. E nesse sentido, a bovinocultura de corte se beneficiou em diferentes pontos de sua rede produtiva dessa

orientação econômica que direcionou a política de créditos recente do País.

Os aportes estatais aos diferentes pontos dessa rede produtiva nos permitem constatar então como a ideia da pecuária em particular ou da agroindústria no geral, por mais de um século, continua sendo considerada a salvaguarda para o “desenvolvimento” do País e sua inserção no mercado internacional. Como discute Renzo Taddei (2017), a modernidade tem sido uma fixação histórica do projeto nacional brasileiro, de modo que a ideia de modernização pode ser compreendida como uma narrativa dominante no Brasil. E nesse caso, a bovinocultura de corte aparece como um dos elementos centrais desse projeto.

De fato, ao consideramos os números dessa atividade econômica, o País alcançou índices de destaque globais, sendo responsável por um dos maiores rebanhos do mundo e por grande parte da carne bovina produzida e exportada – além ser também um dos principais mercados consumidores de carne bovina. Entretanto, quando trazemos à tona esses esforços modernizadores e mencionamos esse voluptuoso mercado, bem como seus valores de produção e exportação, poderíamos pensar que no Brasil esse mercado tem apenas um perfil: o da produção tecnificada e capitalizada, que inclui animais de boa genética, mantém boa nutrição, garantia da sanidade animal e voltada para o mercado exterior. Mas não é assim. As diferentes regiões do País apresentam comparativamente disparidade em relação aos números produtivos dessa atividade, e mesmo regionalmente existem diferenças, que são também qualitativas.

Conforme resultados do Censo Agropecuário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2019), referente ao ano de 2017, existem rebanhos bovinos em todos os estados do País, com concentração principalmente nos estados de Mato Grosso, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul e Pará. Estes cinco estados, distribuídos em três regiões brasileiras abrigam em seus territórios mais da metade do rebanho nacional. Sendo que o maior estado produtor, até 30 de setembro de 2017, possuía 24.118.840 cabeças de gado e o menor, o Amapá, possuía 36.481 animais. Embora todos os estados brasileiros tenham gado, e como foi assinalado, os regimes criatórios e as relações interespecíficas que os compõe, juntamente aos sistemas de processamento de carne divergem qualitativamente e quantitativamente.

Chamo atenção para esses aspectos com o objetivo de debater sobre o equívoco em tratar o mercado da carne no País como possuindo características sociais, econômicas e técnicas iguais, ainda que com graus diferentes de modernização. A busca por esse mercado que traz consigo a formatação da chamada pecuária moderna confronta diferentes lógicas, práticas e formas de interação entre humanos, gado e outros agentes não humanos formados nas diferentes regiões do Brasil. Seguindo os pressupostos de Anna Tsing (2019), e pensando a chamada pecuária como uma máquina

de replicação, trata-se então de se perguntar a seguir de que forma os “agentes da modernização” buscaram – e ainda buscam – instituir padrões em torno da produção do gado e da carne.

Unificando as pecuárias: a busca pela modernização homogeneizadora

De acordo com Niederle e Wesz Junior (2018), a modernização da pecuária compreende a entrada da carne no comércio internacional, caracterizado pelo domínio industrial e tecnológico exercido pelos países centrais. E nesse sentido, a bovinocultura de corte começa a se tornar uma atividade especializada e não mais uma prática econômica coexistente com outras, se distanciando até mesmo da pecuária leiteira, que nesse contexto se torna uma atividade inteiramente dispare. Em linhas gerais, o processo de modernização da pecuária tem como objetivo o aumento da produção e da produtividade do setor. E para tanto, visa a transformação da estrutura e do perfil da produção agropecuária a fim de melhorar o desempenho dos estabelecimentos que se dedicam à criação de gado de corte, nos diferentes segmentos da produção.

Para tanto, os agentes da modernização afirmam que se deve buscar a inovação, a adoção e a intensificação de “práticas modernas” com o objetivo de tornar o setor mais eficiente por meio de melhorias dos padrões produtivos (MACEDO, 2006). Tais pressupostos, inseridos no âmbito da economia capitalista internacional visa transformar os sistemas criatórios em uma complexa estrutura industrial-agropecuária, financeira e multinacional (NETTO, 1994). A pecuária moderna consiste numa atividade tecnificada e produtiva, capaz de se inserir nos padrões internacionais de produção e comercialização, e de maneira competitiva. Portanto, o processo de modernização implica em estar apto a participar do mercado externo, e isso se dá com a melhoria nos aspectos produtivos e aqueles relacionados à industrialização da carne (NETTO, 1994).

Logo, os objetivos da modernização consistem em mudar os indicadores de desempenho da pecuária em suas diferentes fases, mas também em atender às exigências de qualidade pelo comprador final – tanto no que diz respeito ao estado da carne, com relação ao gosto, quanto às condições sanitárias da carne e dos animais. Através da criação “controlada com critérios científicos”, em contraste com a “aleatoriedade” que caracterizaria a pecuária tradicional, busca-se animais de qualidade uniforme e compatível com a nova demanda. E falando mais especificamente do boi, o rendimento da pecuária é medido através do resultado do “nível de desfrute” do animal.

Esse índice é um elemento central utilizado pelos agentes da modernização a fim de avaliar a eficiência do setor e reflete a taxa de utilização de um determinado

rebanho sob a forma de abates. Neste sentido, o desenvolvimento da produtividade da carne tem como objetivo “o desenvolvimento da produtividade dos animais” (SANTIAGO, 1970). O animal é, em um primeiro momento, a matéria-prima que deve tornar-se mais produtiva, visando a mercadoria final que é a carne. Embora o gado seja considerado um produto oriundo de dois fatores: o meio ambiente e a herança genética, Santiago (1970, p.128) afirma que ambos “podem, dentro de certos limites, ser melhorados pelo homem”. Esse melhoramento leva em consideração o cálculo “resultante do estabelecimento de uma relação percentual entre o número de animais abatidos em um dado ano e o montante do rebanho”. De acordo ainda com Santiago (1970), essa taxa consiste no:

Mais importante índice de que se lança mão para aferir a produtividade ou o comportamento dos rebanhos, uma vez que traduz a eficiência reprodutiva, a velocidade de crescimento dos animais levados ao corte, a precocidade da maturidade sexual, a par de outras condições zootécnicas vigente, como alimentação, manejo, genética e de santidade (SANTIAGO, 1970, p.40).

Desse modo, observa-se que a melhora da taxa de desfrute indica o aumento da produtividade e esse ganho é entendido como fruto do aprimoramento da pecuária, e portanto, como expressão do nível de modernização do setor. A busca por melhores resultados desse índice visa alterar o seguinte quadro: “detentor de um dos maiores rebanhos, o Brasil dispõe de um volume de carne insuficiente para suas necessidades e, principalmente para exportação” (SANTIAGO, 1970, p.38). Esta perspectiva indicaria a falta de produtividade da bovinocultura de corte, e então, a necessidade de melhorar a taxa de desfrute do gado. Nesse contexto, as chamadas ciências zootécnicas são instituídas como base fundamental para a reformulação da política da produção de carne bovina, estabelecendo técnicas e outras avaliações que permitiriam instaurar e intensificar o nível de “modernização” da atividade (PORCHER, 2002).

Mas quais seriam os esforços em direção à melhoria da taxa de desfrute, ou à modernização? Em uma frase, “o aumento da produção depende da moderna tecnologia”, “planejada” com “critérios científicos” e “racionais” (SANTIAGO, 1970). Um dos aspectos que reflete esse novo sistema de produção é a especialização e a divisão do trabalho. A rede produtiva voltada para a produção da carne é dividida entre setores responsáveis pela produção, abate e comercialização. E no que se refere à criação animal, o bovino é dividido em três fases no sistema extensivo: bezerro, boi magro e boi gordo. E tratados respectivamente nos sistemas de cria, recria e engorda. Através de tais procedimentos busca-se a melhoria das técnicas de produção ou de exploração animal.

Cabe ressaltar que o “grau” de modernização pode se dar de diferentes modos entre essas etapas.

Aliada à divisão do trabalho, tais preocupações “modernizadoras” se direcionam pela busca e introdução de novas tecnologias, que inicialmente ocorreram através da importação de raças e de sementes forrageiras para o cultivo de pastagens. Esses dois aspectos são considerados inovações que garantiram um novo salto de qualidade para a pecuária ainda nas primeiras décadas do século XX. As pastagens cultivadas, portanto, “racionalmente projetadas”, animais mais adaptados ao clima tropical com melhor conversão de carne, são tidos como elementos importantes no que diz respeito ao desempenho do gado. Desse modo, o desenvolvimento da produtividade dos animais, tal como é discutido pelos “agentes da modernização”, consiste numa relação interdependente entre o melhoramento do meio para permitir a ação do potencial hereditário e a seleção de patrimônios genéticos capazes de produzir economicamente em determinado território.

Através da conjunção entre essas duas tecnologias busca-se o aperfeiçoamento do animal, tido então como uma máquina produtora de carne ineficiente que deve ser ajustada a fim de se tornar mais produtiva (PERROTA, 2019). Mas além desses aspectos relacionados à nutrição e ao melhoramento genético, a modernização implica também em maiores cuidados sanitários (FILHO; PAULA, 1997). Para tanto, os esforços de pesquisa realizados se direcionam às inovações e aos desenvolvimentos tecnológicos nas áreas “sanitária” e de “manejo” dos animais. A falta de cuidados sanitários considerados adequados também é um elemento entendido como um problema, que contribuiria para a baixa produtividade, devido à incidência de enfermidades e de queda da taxa de natalidade. Nesse sentido, a implementação de novas técnicas demanda também um “aprimoramento no manejo” (NETTO, 1994), que diz respeito, por exemplo, ao controle dos cruzamentos, às medidas preventivas sanitárias e à intensificação da assistência veterinária. Esses melhoramentos garantiriam, então, condições de sobrevivência e de produção satisfatórias (SANTIAGO, 1970).

O uso dessas tecnologias significaria que o gado “racionalmente” cuidado pelo “produtor moderno” se contrapõe ao gado relegado ao abandono nos estabelecimentos “tradicionais”. Esse fato refletiria a percepção sobre as limitações técnicas e econômicas de um modelo agrícola baseado na pequena propriedade familiar, em contraposição aos avanços das atividades “modernizadas”. A bovinocultura de corte se tornou alvo de inúmeras pesquisas e programas de incentivo no País no que se refere aos aspectos zootécnicos e veterinários da “indústria animal”. Ao longo dos anos, foram – e ainda são – desenvolvidas pesquisas que se dedicam, por exemplo, aos estudos sobre: o aumento da fertilidade dos animais; sobre o melhoramento dos touros reprodutores;

sobre a melhoria dos pastos e do seu manejo. Com esses esforços busca-se a diminuição do tempo médio de abate e, portanto, o aumento da taxa de desfrute do rebanho.

Contudo, existem ainda as ações orientadas para a superação de outro problema específico que atravessa a bovinocultura de corte caracterizada pela criação extensiva, que é a sazonalidade da produção. No inverno, o tempo é mais seco devido à escassez de chuvas, tornando as pastagens empobrecidas, e em razão disso os produtores perdem em eficiência com as reduções de peso do gado. De acordo com Macedo (2006), essa oscilação climática também atinge a fertilidade das “matrizes”, que apresentam maior taxa de fecundidade apenas na época do verão úmido. Aspectos como esses promovem a classificação do período de safra e entressafra pelo qual a pecuária de corte passa e o desafio em direção à modernização que consiste em controlar essas variações climáticas através da aplicação de técnicas eficazes de engorda. Além disso, esse controle refletiria também em melhoras a respeito de outros resultados zootécnicos, como a taxa de natalidade.

Essas ações e inovações tecnológicas são acompanhadas também pela preocupação com o “planejamento” da produção, que expressaria a racionalização do sistema de produção da pecuária de corte. De acordo com Santiago (1970, p.31) o planejamento: “é o caminho que permitirá transformar a fazenda tradicional, como a conhecemos, em empresa comparável às da indústria e do comércio”. Conforme os pressupostos dos agentes implicados com a modernização, o incremento produtivo da pecuária preconiza, portanto, a transformação do conhecimento que intermedia a relação entre humanos e animais.

Nesse sentido, os saberes e as experiências que surgem da lida com os animais discutidos, por exemplo, nos trabalhos de Rieth, Lima e Barreto (2016), deveriam ser substituídos por um pacote técnico que contém os modos tidos racionais, capazes de atender os interesses da produtividade. A antropóloga Graciela Froehlich (2015, p.179), a partir de sua pesquisa em uma fazenda “tecnificada”, observou nesse mesmo sentido que o “gerenciamento e controle rigorosos dos procedimentos na fazenda conferem a ela o caráter de uma empresa de pecuária”. Conforme observou, o cotidiano da fazenda é então permeado por treinamentos, consultorias e capacitações dos trabalhadores que lidam diretamente com o gado, além da parceria com fabricantes de medicamentos veterinários e empresas de nutrição animal para o desenvolvimento dessas atividades.

No geral, os agentes da modernização consideram que esses aspectos em seu conjunto e aplicados em sua totalidade contribuem para a eficiência da produção, a homogeneidade da qualidade do rebanho e da carne e para a diminuição da variação sazonal da produção animal. Portanto, aspectos como a precocidade, a qualidade, a previsibilidade e a homogeneização são elementos a serem conquistados para garantir a

modernização do setor. E concluindo com uma citação de Netto (1994, p.18) “este variável conjunto de inovações, total ou parcialmente realizadas, é o que usualmente se denomina de modernização da bovinocultura de corte”.

Modernizando gente: a invenção desenraizada de “tradição”

A modernização das técnicas e do manejo dos animais considera imprescindível o próprio processo de modernização dos produtores rurais. O que significa dizer que os agentes da modernização reivindicam outra postura de pecuaristas e trabalhadores no que diz respeito ao mercado, mas também sobre o modo como se dá a relação com os animais, seja nas fazendas ou no transporte para os frigoríficos, por exemplo. A utilização de inovações tecnológicas e a aplicação de técnicas que foram até aqui discutidas dependem, conforme as considerações dos agentes da modernização, de uma mudança de atitude por parte daqueles que se dedicam à bovinocultura de corte. Conforme as diferentes bibliografias consultadas, observamos as indicações de que os criadores de gado precisariam tomar decisões econômicas que fossem “coerentes com a racionalidade capitalista”, adotando, portanto, um comportamento “mais empresarial”.

Para essa mudança comportamental dos agentes envolvidos com a pecuária de corte, ou do próprio *ethos* do trabalhador rural, conforme os termos utilizados por Frohlich (2015), fala-se então da mudança na racionalidade das decisões, alinhadas “aos objetivos do agente econômico da sociedade onde se insere. No caso dos produtores das economias capitalistas, a valorização do capital.” (NETTO, 1994, p.18). A respeito desse mesmo assunto, Santiago (1970) discutiu em seu trabalho sobre a necessidade de formação de uma “nova mentalidade” entre aqueles que se dedicam à exploração agropecuária. De acordo com o autor “o ingresso na vida agropecuária de homens de empresa, industriais e comerciais que buscam na terra a mais segura forma de aplicação de capitais leva para o campo a mentalidade empresarial mais receptiva à ideia do planejamento do que a de agricultores tradicionais” (SANTIAGO, 1970, p.31).

Nesse sentido, a elevação da renda é tida como parâmetro para reorganização das “empresas agrícolas” a partir de decisões tomadas pelos produtores e também para a definição das atividades que deveriam ser mantidas ou diversificadas – através de “inovações gerenciais”. Dentro de análises técnicas e econômicas do setor, a “mentalidade conservadora” (FILHO; PAULA, 1997) é apontada como um elemento que explicaria as fragilidades da indústria da carne bovina no País. Aliando então as mudanças exigidas tanto em termos de “técnicas” e de “estruturas empresariais” quanto de “mentalidade”, Martine (1991) conclui afirmando que neste novo cenário não basta

ter terra para produzir: é preciso dispor de capital. Além disso, para viabilizar a adoção de novas técnicas é preciso ser mais informado e ter atitudes empresariais. Ou seja, os produtores devem se adequar à modernização, também se modernizando, para buscar a evolução tecnológica e adotar o emprego de técnicas a fim de aumentar o nível da produtividade. E espera-se então que os estabelecimentos destinados à criação de gado tornem-se “empreendimentos planejados globalmente dentro dos mais modernos critérios de economia e da administração de empresas [...] organizados e dirigidos empresarialmente, orientados por técnicos especializados da moderna exploração pecuária, incluindo agrônomos, veterinários e economistas” (SANTIAGO, 1970, p.32).

Assim, observa-se o que seria a constituição de uma visão única a respeito do que o pecuarista e a pecuária de corte devem vir a ser, e ao mesmo tempo, do que devem deixar de ser. A “maturidade” do novo padrão agrícola, incluindo gado e gente, pressupõe uma corrida virtual e linear do tradicional ao moderno. E nessa corrida, a bovinocultura de corte identificada como “tradicional” é considerada atrasada em razão da apontada incapacidade de elevar a produtividade, reduzir custos e a manter a competitividade dos produtos finais (FILHO; PAULA, 1997). Esse quadro que busco desenhar acerca do que seria o processo de modernização da pecuária se contrapõe, portanto, a diferentes práticas desenvolvidas no Brasil e que são reduzidas no discurso dos agentes da “modernização” à alcunha de “tradicionais”. Para os agentes do Estado e pesquisadores, as “práticas tradicionais” são consideradas um processo “quase extrativista”, e então caracterizadas como um sistema de produção completamente dominado pelos fatores naturais e ecológicos. São também consideradas atividades de baixo desempenho por uma diversidade de razões, “desde puramente agronômicas às econômicas e até culturais” (NETTO, 1994, p.44). A pecuária identificada como tradicional e pouco produtiva é pensada, portanto, em oposição à produção moderna, considerada avançada e produtiva, pois se pautaria em saberes zootécnicos e agronômicos.

Esse debate é também realizado por Renzo Taddei (2017), ainda que de forma mais ampla acerca do lugar que o discurso da modernização ocupa no Brasil face às atividades rurais. O autor discute que os discursos em torno da modernização fazem uma reificação, contrastando atraso e subdesenvolvimento *versus* modernidade e progresso. Conforme estamos discutindo, a noção de tradição aqui mobilizada é definida como “não capitalista”, “menos organizada”, “mais atrasada”, “menos formal”, de “tecnificação precária” e realizada por “formas não modernas de produção”. E tal fato seria responsável pelo baixo índice de desfrute do rebanho brasileiro, ou seja, pela alta taxa de mortalidade, pela idade de abate avançada e o baixo nível de nutrição (SANTIAGO, 1970). As práticas pecuárias no País que contrastam com as

características da chamada pecuária moderna são avaliadas pelos agentes da modernização de maneira generalizada e superficialmente, principalmente do ponto de vista socioantropológico.

Desse modo, a chamada pecuária tradicional é também identificada como “primitiva”, evocando uma noção de atraso, na medida em que seria definida pela inexistência de interferências técnicas no meio e nas características biológicas do próprio animal. A pecuária moderna é então qualificada em função da produtividade alcançada na medida em que é capaz de promover o controle sobre os fatores naturais, no que diz respeito, por exemplo, a fertilidade dos animais, a taxa de natalidade e mortalidade, o tempo de cria até o abate, a assistência veterinária, e a melhoria dos pastos. Tendo em vista os procedimentos técnicos desenvolvidos ao longo do século XX, Santiago (1970) afirma então que a arte da criação de animais domésticos é por demais complexa, e continua dizendo que “o pecuarista tem a necessidade de conhecer o ambiente em que opera; a ecologia animal; o transporte e a comercialização; os sistemas de criação; a genética e a reprodução; as raças e suas potencialidades econômicas; a nutrição animal e as pastagens”. (SANTIAGO, 1970, p.38).

Entretanto, não se trata de negar essa complexidade e nem os múltiplos conhecimentos exigidos para a criação animal. Trata-se de problematizar que só a pecuária moderna os detém. Ainda que formada por conhecimentos e técnicas diferentes, o sistema criatório em qualquer circunstância é complexo e exige múltiplos conhecimentos acerca do meio e da realidade animal como organismo vivo, mas também como um ser dotado de agência (RIETH; LIMA; BARRETO, 2016). E, ao mesmo tempo, trata-se também de discutir sobre essa invenção da pecuária “tradicional” que a pensa como uma atividade desqualificada, que precisaria ser superada.

Nesse sentido, podemos discutir que a noção já criticada sobre vazio demográfico para se referir ao interior das regiões Norte e Nordeste se complementa à ideia de inexistência de técnicas quando práticas agropecuárias se distinguem da chamada pecuária moderna. Conforme apreendemos a partir da bibliografia consultada, podemos compreender que se a ideia de que o “processo de modernização” não se dá no vazio demográfico, se dá então no atraso ou na ausência de técnicas. De fato, o sistema agroindustrial consiste em um sistema inédito e relativamente recente, mas não significa dizer que não existiam outros e que coexistem atualmente com a chamada pecuária moderna.

Portanto, como enfatiza Dione Moraes (2006), ao contrário da ideia de vazio que o discurso desenvolvimentista se refere quando trata de regiões com considerada baixa densidade humana, o que se observa nessas localidades são grupos sociais estabelecendo seus modos de vida em inter-relação com a natureza. Sendo assim, se por

um lado já é consensualmente debatido que essas localidades não eram vazias, trata-se de enfatizar que os grupos sociais existentes não eram destituídos de técnicas para a realização de suas atividades econômicas. E, como discute Roy Wagner (2010, p.207), “o homem sempre foi cultural, assim como sempre foi natural. É altamente improvável que ele tenha um dia sido tosco, bruto, desleixado ou não sofisticado”.

Em diálogo com essa discussão, julgo que é pertinente a apropriação do trabalho de Tim Ingold (2018) que aborda sobre o significado do conceito de tradição. De acordo com o antropólogo, este conceito é produzido pelo discurso da modernidade e em oposição a ela. Além disso, como afirma, a ideia de tradição que é adotada pela administração estatal, advogados, burocratas e políticos, tende a ser envolvida na lógica do Estado, adquirindo um sentido de oposição à ciência moderna. Fala-se, portanto, sobre tradição, mas a partir de uma visão que seria distorcida acerca da vida real das pessoas e então menos correspondente às sensibilidades locais. E tal como estamos discutindo, observamos como o conhecimento moderno e tradicional são pensados por parte dos agentes estatais, econômicos e pesquisadores como dois polos antagônicos do desenvolvimento da bovinocultura de corte. E ainda, o conhecimento tradicional, por não ter bases na prática científica moderna, é tido como um não conhecimento, um empirismo.

Pretende-se então afirmar, a partir da problematização de Tim Ingold (2018), que o que se chama de pecuária tradicional seria incomensurável com a experiência vivida e com a relação estabelecida entre bois, gente e outros não humanos em um determinado ambiente. E ao mesmo tempo, não admite o conhecimento, as técnicas e o sistema social que humanos e não humanos constituem. As classificações são feitas em comparação à lógica, às técnicas e ao sistema de organização que caracteriza a pecuária desenvolvida no âmbito de uma economia de mercado industrial, internacional e competitiva. Mas que não se interroga sobre qual o sentido dos valores e das práticas cotidianas dos grupos sociais que se dedicam a esta atividade através de outros modos de vida.

A perspectiva a respeito do desenvolvimento da bovinocultura de corte, que pressupõe um processo de maturidade em direção ao novo padrão agrícola, entende que a modernização seria só uma questão de tempo. Segundo Santiago (1970), o desenvolvimento econômico e o progresso em geral determinariam a evolução, de forma gradativa, dos métodos de criação. No entanto, as complexidades em torno da constituição do novo modo de organização dos sistemas de produção da pecuária de corte se tornam visíveis através do que seria a resistência do produtor em se modernizar. Essa problemática é alvo de preocupação por parte dos agentes implicados com a modernização da pecuária, que tratam a “resistência” como um dos elementos

responsáveis pelo atraso da indústria brasileira da carne. E ao mesmo tempo deixa claro que a modernização da pecuária corresponde a um processo arbitrário que se impõe como uma prática lógica a ser adotada.

Acerca desse mesmo tema, a antropóloga Graciela Froehlich (2015) discute sobre o conteúdo de uma palestra ministrada por um zootecnista na fazenda em que realizou sua pesquisa. Como descreve: “as sessões motivacionais e de manejo racional foram ministradas por Egídio, zootecnista especializado em comportamento animal e manejo racional. Sua exposição insinuava que a ‘natureza do brasileiro’ tendia à preguiça e à resistência às mudanças” (FROEHLICH, 2015, p.183). Esse mesmo ponto é observado no trabalho de Rieth, Lima e Barreto (2016, p.86), na pesquisa sobre a pecuária expansiva no Pampa brasileiro, que explica que “em conversas com médicos veterinários que atendem grandes animais, são constantes os relatos de resistência de produtores rurais quanto à administração de medicamentos e aos procedimentos necessários à cura ou prevenção de enfermidades”.

Essa percepção, tal como aparece entre a bibliografia aqui consultada, pode ser ilustrada a partir do trabalho de Netto (1994, p.45) quando o economista afirma que as “razões culturais teriam um peso bastante grande no atraso, pois os produtores seriam resistentes em adotar tecnologia mais moderna e eficiente”. Os agentes da modernização discutem então sobre o que seria a “insistência” dos pecuaristas e trabalhadores em manter determinadas práticas consideradas como sendo da produção tradicional, mas também ressaltam a falta de qualificação para o trabalho, seja no que diz respeito aos fatores zootécnicos, ou com relação aos aspectos contábeis e administrativos.

A resistência como um elemento que aparece no discurso dos agentes da modernização não é exclusiva à bovinocultura de corte. Acerca dessa mesma discussão sobre a relação entre as iniciativas de desenvolvimento brasileiras e as formas de vida ligadas ao campo, Taddei (2017) observa a existência de uma resistência à preeminência que a ciência atribui a si mesma, e que é tomada como justificativa para a adoção de grandes obras. Trago então a interpretação de que a resistência apontada pelos agentes da modernização à adoção das práticas modernas de produção animal se dá no mesmo contexto da modernização tecnocrática, discutida por outros autores, e que tiveram em geral impactos negativos nos modos de vida rurais (TADDEI, 2017).

Portanto, seja pelo recorte da “natureza” ou da “cultura”, os agentes implicados com a modernização descrevem de forma crítica a mentalidade e o comportamento resistente por parte de trabalhadores e pecuaristas em aderir às inovações técnicas e ao manejo que caracterizariam a pecuária moderna. Chama atenção ainda como esse processo é descrito enquanto uma “resistência incompreensível do criador à moderna zootecnia” (SANTIAGO, 1970). Para os agentes da modernização essa postura seria

incompreensível, pois a adoção desse modelo levaria a maior lucratividade. Esse aspecto adquire ênfase na argumentação de Macedo (2006), que afirma que se por um lado essas práticas envolvem maiores custos e cuidados por parte do produtor, por outro lado, a modernização levaria ao aumento de ganhos. E assim, a adoção de um programa planejado, com ações voltadas à melhoria do manejo dos animais e das pastagens, ao melhoramento genético e desenvolvimento gerencial seria a escolha mais “racional”.

Conforme estamos discutindo, não se trata só de custos, ou de escolhas racionais, mas iniciativas que visam “modernizar” a pecuária de corte refletem transformações no projeto cultural de pessoas e gado na bovinocultura de corte. Desse modo, podemos discutir que a modernização da pecuária significa mais do que um salto produtivo e de qualidade, na medida em que pode ser entendido como a conformação de um modelo de produção inédito. E de fato há resistências, mas a despeito da incompreensão apontada pelos agentes da modernização, podemos compreender como uma resistência afirmada. Esse aspecto pode ser pensado ainda em diálogo com a pesquisa de Rieth, Lima e Barreto (2016) que discute, por exemplo, sobre a dificuldade de contratar mão de obra disposta a trabalhar em um sistema de manejo que proíbe a participação de cavalos e cães na lida com o gado em razão desses animais serem tradicionalmente parceiros de trabalho no manejo.

Desse modo, contrário à ideia de que a pecuária feita em um regime diferente do que é preconizado pelos pressupostos modernizadores não encontra mais condições para a sobrevivência, observa-se, em contrapartida, um esforço difuso para a manutenção de elementos de sistemas sociais diferentes do que é defendido como “moderno”, “avançado”, etc. Em diálogo com essa resistência, Filho e Paula (1997) apontam que o padrão tradicional estaria levando o setor da bovinocultura de corte à morte, e contra essa situação os pecuaristas deveriam se voltar à busca pela produtividade e modernização. Mas esse pensamento nos leva, no entanto, a perguntar se esse esforço de modernização que é também homogeneizador não estaria levando à morte práticas e relações diversas entre homens, gado e outros não humanos, que conformam mundos de vida diversos?

Tais conflitos são entendidos pelos agentes da modernização como uma resistência irracional às iniciativas modernizadoras, e, que, portanto, adquire um sentido de ação retrógrada. Mas essas ações podem ser compreendidas também como uma ação autoafirmativa em manter práticas, sistemas, lógicas e valores que lhes importam: ou seja, uma certa ideia sobre a pecuária e sobre o modo de relação com os animais. Então, é possível tratar aqui de dois “desenraizamentos” advindos do processo de modernização da bovinocultura de corte: um produzido pela economia e outro pela ciência. Para tratar do primeiro, podemos acionar o trabalho de Mark Granovetter (2007)

já citado, que discute sobre a imersão da economia. Nesse artigo o autor critica uma visão econômica subsocializada que preconiza uma busca individual e utilitarista por interesses próprios e que, por conseguinte, isola os atores do seu contexto social mais imediato. E, em oposição a essa ideia, trata da importância dos agentes implicados com a economia em levar a sério a imersão histórica e estrutural das relações para uma compreensão sofisticada dos fenômenos econômicos.

O segundo “desenraizamento” é operado pelo conhecimento científico moderno que exige um posicionamento do pesquisador ante os elementos do mundo a serem conhecidos, marcado pelo seu afastamento dos fenômenos estudados. Esse debate é realizado por Tim Ingold (2015, p.126), que pretende, através de um esforço teórico e metodológico, desfazer o que as ciências foram programadas a fazer: transformar o mundo em objeto e para tanto o cientista precisaria “colocar-se acima e além do próprio mundo que afirma entender”. Mas ao contrário disso, e de acordo com o antropólogo, ao viver traçamos as linhas de nossa história natural e cultural com todos os seres que participam conosco e que também trançam suas linhas, formando a trama da vida. Todas juntas, envolvidas umas nas outras, formam o que o autor chama de “textura do mundo da vida”.

Levando em conta esses “desenraizamentos” que podem explicar a interpretação de que a resistência de pecuaristas e trabalhadores seria incompreensível, observamos que a reformulação desse sistema de mercado pode ser designada como uma revolução não só tecnológica, mas fundamentalmente social. E tal transformação implica não apenas a superação da “antiga indústria extrativa”, mas a diluição de uma diversidade de técnicas, de intenções econômicas, de interações entre humanos e animais, em outro sistema pautado por índices, orçamentos, tabelas, gráficos, etc. Observa-se então que a perspectiva modernizadora não diz respeito somente à redefinição de técnicas produtivas, mas também de identidades e de mundos de vida. Como discute Karl Polanyi (1980) em seu trabalho seminal sobre os conflitos existentes em razão do processo de hegemonia da economia de mercado: os indivíduos não agem para salvaguardar seu interesse individual na posse de bens materiais, mas agem para salvaguardar sua situação social.

O mercado do boi gordo frente a noção de “aptidão”

A bovinocultura de corte, conforme os padrões modernizadores, transformou o gado em commodities agrícolas a partir da orientação econômica e científica que busca predominantemente os objetivos econômicos e racionais desta atividade. Esse processo

encontra diálogo com a discussão de Anna Tsing (2019) sobre as máquinas de replicação moderna “nas quais os seres vivos são transformados em recursos – ativos futuros –, removendo-os de seus mundos de vida”. Nesse sentido, a criação do boi/carne enquanto uma commodity é fruto do desemaranhamento das coisas que, por sua vez, promove a conversão das transações não capitalistas. Acerca desse debate que diz respeito às *commodities*, Anna Tsing (2013) discute também sobre como as mercadorias capitalistas têm removidas suas relações sociais e são desligadas de seus produtores, tornando-se suscetíveis às transações de mercado. Desse modo, o valor do boi/carne em um sistema de commodity está relacionado ao seu uso e troca.

Observa-se então como o esforço de dissociação do sistema de práticas e valores em torno do sistema de criação animal em índices econômicos e zootécnicos organiza (e se organiza) em torno do mercado futuro do boi gordo. Portanto, a modernização da pecuária pressupõe, por um lado, a melhoria de desempenho produtivo da criação animal, que é medida em taxas (desfrute, natalidade, mortalidade e fecundidade), em peso da carcaça e em meses para o abate. Por outro lado, visa à homogeneidade da produção para a padronização do boi/carne a fim de proteger as variações da mercadoria que prejudicariam os agentes em toda a rede, já que o mercado futuro se organiza através da fixação dos preços de compra e venda.

Em seu trabalho clássico intitulado *Os Parceiros do Rio Bonito*, o sociólogo Antonio Candido (2017) nos explica que os animais e as plantas não constituem, em si, alimentos do ponto de vista da cultura e da sociedade. Faço uma apropriação da obra do autor para afirmar que podemos dizer também que o gado não constitui em si *commodities*, seja do ponto de vista do mercado internacional, dos produtores ou de agentes do Estado, econômicos e pesquisadores. Mas a modernização da pecuária e, por conseguinte, a incorporação da pecuária na esfera da economia capitalista global – e que tornou o gado/carne uma *commodity* – repercute de inúmeras formas sobre as práticas produtivas ligadas à pecuária em toda sua rede.

A busca pelo estabelecimento dos aspectos que permitem a existência e o funcionamento do mercado do boi gordo enquanto uma atividade global enseja, por sua vez, a problematização de uma noção recorrente sobre o que seria a vocação natural do País para o desenvolvimento de práticas agropecuárias e, mais recentemente, para o agronegócio. Essa vocação, também chamada de “aptidão”, é vislumbrada desde a chegada dos primeiros animais ao Brasil, que nas palavras de Netto (1994) se beneficiaram da disposição climática e da disponibilidade abundante de terras. Mesmo nos dias atuais, a avaliação positiva sobre o desempenho econômico do mercado da carne baseia-se na percepção de que as características ambientais do País, no que diz respeito às qualidades do clima, da topografia ou dos solos, favoreceram a “crescente

modernização”. Entretanto, tal como podemos ver na passagem abaixo, os próprios agentes implicados com o setor já indicam certa contradição sobre essa noção de aptidão:

o extraordinário potencial do Brasil – país de extensão continental e passível de povoamento em todas latitudes, como bovinos de diferentes origens e raças – justifica todos os esforços e sacrifícios, visando à implementação de uma pecuária de elevada produtividade, em substituição às atuais populações de rendimento excessivamente baixo, como ocorre na maior parte de seu território, que tem possibilidades de comportar, no futuro, 200 a 300 milhões de bovinos (SANTIAGO, 1970, p.20).

Nesta passagem citada é possível evidenciar certa ambivalência que se dá pela evocação das seguintes noções: “extraordinário potencial do Brasil” e “esforços e sacrifícios” para se referir ao desenvolvimento de uma pecuária de elevada produtividade, que indica o papel importante que as iniciativas governamentais de apoio à pecuária tiveram para o bom desempenho econômico e produtivo do setor. Como foi discutido anteriormente, não são recentes os aportes do Estado para incentivar a bovinocultura de corte em particular e a agropecuária no geral. Esse aspecto é também discutido entre os próprios agentes da modernização. Tratando desse assunto, Netto (1994, p.22) explica que já na primeira década do século XX foram editados uma série de decretos que “facilitam a importação de reprodutores, criam o Serviço Veterinário do Ministério da Agricultura (Decreto 833 de 31/10/1910), regulamentam a instalação de frigoríficos (Decreto 7.945 de 07/04/1909), instalam postos zootécnicos e fazendas modelo (1912)”.

Além disso, conforme as bibliografias consultadas, um incentivo importante oferecido ao setor, visando o incremento da produção ou a sua “modernização”, diz respeito à concessão de créditos. A liberação de empréstimos rurais para a pecuária de corte, também discutida anteriormente, passou a ocorrer com mais intensidade a partir dos anos 1960 e 70, de modo que os autores chamam atenção para a farta disponibilidade de crédito oferecida nesse período (NETTO, 1994; MACEDO, 2006).

É interessante ressaltar a consideração existente de que as políticas econômicas voltadas à concessão de créditos viabilizaram a modernização da pecuária não só no que diz respeito às modificações estruturais e tecnológicas nas propriedades, mas também no que se refere às modificações comportamentais dos agentes (NETTO, 1994). Esse mesmo assunto é discutido por Santiago (1970, p.31) ao tratar sobre como a criação de órgãos regionais de desenvolvimento foram responsáveis por modificar a “mentalidade

do agricultor, ao estabelecer a exigência de projetos bem elaborados”. Como explica, a fiscalização dos recursos liberados favoreceu a criação de atividades ligadas ao planejamento agropecuário, pois esse processo exigia informações de diferentes tipos, como por exemplo, os planos de utilização dos recursos financeiros obtidos. Além disso, a abundante legislação que passa a normatizar a vida rural é também identificada por Santiago (1970, p.31) como outro elemento conformador da “mentalidade do agricultor”, pois forçaria os proprietários agrícolas “a procurarem adaptar-se às novas realidades técnicas, econômicas, sociais e legais, incluindo a racionalização de suas explorações”. Essa mesma discussão é realizada por Filho e Paula (1997, p.113) ao abordar como as mudanças políticas e operacionais do BNDES passaram a apoiar “os projetos que utilizam sistemas modernos de produção, com pasto rotacionado, e formação ou reforma de pastos com integração com a agricultura, desde que vinculados à face mais moderna da pecuária nacional, ou seja, os programas estaduais de novillo precoce”.

A bovinocultura de corte também é alvo de incentivo por parte de órgãos técnicos governamentais através de programas relacionados à sanidade animal. Esses órgãos são responsáveis pela organização de campanhas de combate a zoonoses, a fim de diminuir as perdas na produção de carne, bem como evitar a restrição de mercados internacionais em razão da presença de determinadas doenças, como a febre aftosa, por exemplo. Então, como discutem Heredia, Palmeira e Leite (2010, p.165), a presença do Estado na agricultura brasileira nesse período é assinalada por quase toda a bibliografia especializada. Nas duas últimas décadas, os investimentos colocam em evidência “o fato de que não se pode falar do agronegócio sem pensar no Estado e nas políticas públicas, que não só viabilizam sua origem, mas também sua expansão”.

Em razão dessas ações impulsionadoras da modernização, o debate sobre a “aptidão” para essa atividade econômica pode ser pensado em diálogo com o trabalho de Luciano Florit (2011) a respeito da noção de “vocação ambiental”. Essa noção é entendida pelo sociólogo como “produto de construções históricas decorrentes de relações sociais” (FLORIT, 2011, p.3). E então, a partir de uma interpretação crítica sobre a expressão “vocação”, que aciono aqui como uma noção análoga à ideia e aptidão, “resulta na naturalização das paisagens construídas através de relações sociais e políticas, vinculadas a atores específicos, beneficiários da visão que a suposta vocação exprime”. Neste sentido, podemos compreender que mais do que uma aptidão natural para a indústria animal, e mais do que características gradativas e irreversíveis como entendem os agentes implicados com o setor, a “modernização da pecuária” consiste em um projeto capitaneado e levado à frente por setores do Estado, cientistas, técnicos e agentes do mercado.

Considerações finais

O esforço pela superação da agricultura “natural” através do processo de modernização integra a produção agropecuária ao setor industrial e promove profundas transformações das práticas agrícolas. Em diálogo com a discussão de Anna Tsing (2013) sobre as *commodities*, esse processo bloqueia os sistemas de relações sociais que não se restringem às relações de mercado. Então, observamos nos termos discutidos pela autora outro tipo de não liberdade no trabalho, que é a negação da posse de suas próprias habilidades e agendas de trabalhos. Portanto, tal como fica claro a respeito da discussão sobre como os empréstimos são condicionados ou premiam certas práticas consideradas modernas, e ao mesmo tempo visam transformar a mentalidade dos produtores, a busca pela modernização opera produzindo uma limitação sobre a liberdade dos criadores a respeito de suas práticas e valores na relação com o gado e outros agentes não humanos.

O desenvolvimento do padrão de produção industrializado, pautado pelo saber técnico-científico, assumiu o lugar na economia nacional e passou a caracterizar o processo em torno da modernização da pecuária. Esse processo diz respeito ainda à criação de uma polarização dicotômica, que não é exclusiva da pecuária de corte, mas que diz respeito às práticas agropecuárias no geral acerca das noções de moderno *versus* tradicional. Essa polarização é revestida de posicionamentos hierarquizantes, que a partir da celebração do discurso científico desqualifica as práticas identificadas como tradicionais.

A ideia de que pecuária era feita de maneira natural, sem intervenção humana se constitui a partir da comparação com o intenso grau de intervenção que existe hoje através das tecnociências. E nesse sentido, a incompreensão por parte dos agentes da modernização diante das “resistências” dos produtores subtende uma perspectiva sobre o sistema de produção da carne como desenraizado da sociedade, fruto apenas de decisões econômicas racionais. No entanto, os impulsos modernizadores desequilibram os sistemas de interação humano e animal na medida em que a instauração da condição de eficácia como valor absoluto pressupõe a renúncia dos padrões tidos como ineficientes. Desse modo, a heterogeneidade que a pecuária assume nas diferentes regiões do Brasil é compreendida como mais um desafio a ser superado no percurso rumo à modernização. Sendo assim, a modernização, além dos números expressivos que caracterizam o mercado da carne, também produz uma crise das formas de organização e de concepções de mundo que caracterizam “outras” práticas pecuárias. Tendo em vista que sua pretensão como sistema produtivo substituidor das práticas tradicionais não se

realizou, o que nos mantém continuamente dentro do “processo de modernização”, esse processo encontra-se, como sempre se encontrou, sob tensão com outros modos de produção, que não estão no passado, mas no presente.

THE BEEF CATTLE MARKET: “MODERNIZING” TECHNIQUES, CATTLE AND PEOPLE

ABSTRACT: *Transformations in the beef cattle raising are analyzed by Social Sciences in order to understand how new socio-economic relations are formed from the modernizing efforts of the sector, and at the same time how the so-called traditional relations are impacted, also with regard to human-animal relations. Among this debate, it will be reflected how the assumptions which guide the search for the modernization of beef cattle raising are constituted, and how they articulate and dismantle practices and relationships between humans, cattle and the environment. In order to do so, publications by researchers and government agents, who I called “agents of modernization”, were used in this article. Through the qualitative analysis of these works, it was possible to understand how the modernizing impulses unbalanced the human and animal interaction systems, inasmuch as they establish the condition of effectiveness as an absolute value and presuppose the rejection of the standards considered as inefficient.*

KEYWORDS: *Modernization of livestock. Human-animal relations. Economic sociology.*

EL MERCADO DEL BUEY GORDO: “MODERNIZANDO” LAS TÉCNICAS, EL GANADO Y LAS PERSONAS

RESUMEN: *Las transformaciones de la ganadería vacuna son analizadas por las Ciencias Sociales para comprender cómo se forman nuevas relaciones socioeconómicas a partir de los esfuerzos modernizadores del sector y cómo se impactan las llamadas relaciones tradicionales, incluso en lo que se refiere a las relaciones entre humanos y animales. En diálogo con este debate, se reflejará cómo se constituyen los supuestos que orientan la búsqueda de la modernización del ganado vacuno, y cómo articulan y desmantelan prácticas y relaciones entre humanos, ganado y medio ambiente. Para ello, se utilizaron publicaciones de investigadores y agentes del*

Estado, llamados en este artículo “agentes de modernización”. A partir del análisis cualitativo de estos trabajos, fue posible comprender cómo los impulsos modernizadores desequilibran los sistemas de interacción humano y animal, ya que el establecimiento de la condición de efectividad como valor absoluto presupone la renuncia a los estándares considerados ineficientes.

PALABRAS CLAVE: *Modernización ganadera. Sociología económica. Relaciones humano-animal.*

REFERÊNCIAS

CANDIDO, Antonio. **Os parceiros do Rio Bonito**. Rio de Janeiro/São Paulo: Ouro sobre Azul/Edusp, 2017.

DIEGUEZ, Consuelo. O desenvolvimentista. **Piauí**, Edição 49, Outubro, 2010. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-desenvolvimentista/>. Acesso em: 01 jul. 2019.

FILHO, Paulo Favaret; PAULA, Sérgio Roberto Lima. Cadeia da carne bovina: o novo ambiente competitivo. **BNDES Setorial**, Rio de Janeiro, n. 6, p. 97-116, set. 1997.

FLORIT, Luciano. Natureza, especismo e vocações ambientais. Dilemas éticos e políticos para o desenvolvimento territorial sustentável. **XIV ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR** Maio de 2011, Rio de Janeiro – RJ, Brasil.

FREITAS, Decio. O capitalismo pastoril. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v.14, n.2, p.438-465, 1993.

FROEHLICH, Graciela. Da ‘lida bruta’ ao ‘manejo racional’: mediações tecnocientíficas no trabalho com o gado de corte. **Revista IDEAS**, v. 9, n. 2, p. 176-201, 2015.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.

GRANOVETTER, Mark. Ação econômica e estrutura social: o problema da imersão. **RAE – eletrônica**, vol.6 n.1, São Paulo, janeiro-junho, 2007. Disponível em: <https://rae.fgv.br/rae-eletronica/vol6-num1-2007/acao-economica-estrutura-social-problema-imersao>. Acesso em: 02 nov. 2020.

HEREDIA, Beatriz; PALMEIRA, Moacir; LEITE, Sérgio Pereira. Sociedade e Economia do

“Agronegócio” no Brasil. **RBCS**, Vol. 25 n° 74 outubro/2010.

INGOLD, Tim. Percebendo o ambiente na Lapônia Finlandesa. **CAMPOS**, v.19, n.1 JAN-JUN, 2018.

INGOLD, Tim. **Estar Vivo**: Ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

INGOLD, Tim. From trust to domination: an alternative history of human–animal relations. In: **The perception of environment**. Essays in livelihood, dwelling and skill. New York: Routledge, 2001.

MACEDO, Luís Otávio Bau. Modernização da Pecuária de corte bovina no Brasil e a importância do crédito rural. **Informações Econômicas**, SP, v.36, n.7, jul. 2006.

MARTINE, George. A trajetória da modernização agrícola: a quem beneficia? **Lua Nova**, n. 23 – Março, 1991.

MEDRADO, Joana. **Do pastoreio à pecuária**. A invenção da modernização rural nos sertões do Brasil Central. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, 2013.

MORAES, Dione. Ainda queremos ser...tão? Reflexões sobre identidade cultural e imaginário de sertão no Piauí. **O público e o privado**. Nº7, Janeiro/Junho – 2006

NETTO, Carlos Mielitz. **Modernização e diferenciação na bovinocultura de corte brasileira**. Tese de Doutorado apresentada ao Instituto de Economia, UNICAMP, 1994.

NIEDERLE, Paulo André; WESZ JUNIOR, Valdemar João. **As novas ordens alimentares**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2018.

PERROTA, Ana Paula. A busca pela carcaça perfeita: da criação animal à produção zootécnica. Revista **TESSITURAS**. V. 7, n. 1, Jan-Jun 2019.

POLANYI, Karl. A grande transformação. **A grande transformação**: as origens da nossa época. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

PORCHER, Jocelyne. **Eleveurs et animaux**: réinventer le lien. Presses Universitaires de France, 2002.

RIETH, Flávia Maria Silva; LIMA, Daniel Vaz; BARRETO, Eric. Lida Brabíssima: a cultura da caça como constituidora da relação entre humanos e animais na pecuária extensiva no

pampa brasileiro. **Teoria e Cultura**, v. 11 n. 2 jul/dez. 2016.

SANTIAGO, A. A. **Pecuária de corte no Brasil Central**. São Paulo; Água Branca: Instituto de Zootecnia, 1970.

SZTOMPKA, Piotr. **A sociologia da mudança social**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

TADDEI, Renzo. Meteorologistas e profetas da chuva. **Conhecimentos, práticas e políticas da atmosfera**, São Paulo: Terceiro nome, 2017.

TSING, Anna. **Viver nas ruínas**: Paisagens multiespécies no Antropoceno. Brasília: IEB Mil Folhas, 2019.

TSING, Anna. Sorting out commodities How capitalist value is made through gifts. **HAU: Journal of Ethnographic Theory** v.3 n.1, p.21-43, 2013.

WAGNER, Roy. **A invenção da cultura**. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

Recebido em 20/08/2020.

Aprovado em 25/08/2020.

DA MORTE ARTESANAL À MORTE INDUSTRIAL. APROPRIAÇÕES DISCURSIVAS E NATURALIZAÇÃO DO ABATE

*Luciano Félix FLORIT**

*Diego da Silva GRAVA***

*Caetano SORDI****

RESUMO: O debate em torno da relação com os animais na sociedade contemporânea afeta os mais diversos âmbitos geográficos e contextos sociais. Contudo, há regiões blindadas a esta discussão, mesmo tendo o “especismo” no centro de sua dinâmica socioeconômica. É o caso de regiões desenvolvidas em torno de firmas voltadas à indústria da carne, na qual o abate de animais é atividade estruturadora do território e das relações econômicas e políticas. A partir do caso de Concórdia-SC, sede da empresa Sadia/Brasil Foods, analisamos as relações sociopolíticas que sustentam, naturalizam e reproduzem o uso meramente instrumental de seres sencientes não humanos na forma de um padrão de desenvolvimento territorial. Em particular, buscamos examinar como a experiência de colonos na lida com animais para a subsistência é apropriada pelo discurso da indústria, obliterando as possíveis objeções morais para a atividade. O bloqueio ideológico dessa questão pode significar um acirramento da exploração entre humanos.

PALAVRAS-CHAVE: Especismo. Animais de abate. Relações sociais. Naturalização.

* FURB - Universidade Regional de Blumenau. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional. Blumenau – Santa Catarina – Brasil. 89030-903 - lucianoflorit@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5437-8234>.

** FURB - Universidade Regional de Blumenau. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional. Blumenau – Santa Catarina – Brasil. 89030-903 - diego.grava@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4879-5474>.

*** IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Brasília – DF – Brasil. 70390-135 - caetano.sordi@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2334-8096>.

Introdução¹

O artigo apresenta reflexões embasadas em três trabalhos que vem sendo desenvolvidos nos últimos anos. Pesquisas realizadas entre 2005 e 2007 em abatedouros artesanais próximos ao município de Blumenau, na Região do Vale do Itajaí, em Santa Catarina; um trabalho desenvolvido intermitentemente em diversas fases, desde 2013, na microrregião de Concórdia, sede original da empresa Sadia/BRF, na Região Oeste do mesmo estado; e uma pesquisa sobre controvérsias e transformações sociotécnicas envolvendo a produção e o consumo de carne no Brasil, sobretudo a bovina, realizada entre 2011 e 2014. Nesta ocasião, reunimos estes três componentes para tentarmos compreender os mecanismos discursivos que facilitam a justificação moral da atividade de abate rotineiro nos trabalhadores de frigoríficos industriais, permitindo sua naturalização.

Nesta reflexão partimos do relato de experiências no contexto de abatedouros artesanais voltados ao mercado local para, em seguida, apresentar o caso da microrregião de Concórdia que constitui um exemplo emblemático do padrão de desenvolvimento socioeconômico e territorial existente em Santa Catarina, apoiado na indústria da carne. Deste caso, ao qual rotulamos de Região de Especismo Intensivo (REI), apresentamos sucintamente as conexões entre a dinâmica sociopolítica e econômica com a questão animal, o que nos permitirá revelar especificidades do processo de naturalização do abate, num contexto industrial, voltado para mercados extrarregionais, nacionais e internacionais.

O objetivo geral no qual esta análise se insere é o de fazer uma reflexão crítica sobre esse padrão de desenvolvimento, incluindo nela uma discussão da questão animal, tentando compreender como esse fenômeno vem se dando em termos de suas relações de poder e condições de reprodução, tentando evidenciar, como as relações sociais contribuem a esse processo ideológico de coisificação radical de animais.

Entendemos que as análises apoiadas em exprimir o papel da lógica capitalista para explicar o processo de industrialização da produção animal, embora com enorme pertinência para o exame de vários aspectos, deixam de considerar uma especificidade crucial deste setor, que é o fato de que as mercadorias nele produzidas decorrem do processamento de seres sencientes.

¹ Este artigo é uma versão revisada e incrementada do texto apresentado no 18º Congresso Mundial IUAES, OP 153, **Science and technology of human and animal relationship**, intitulado *Da morte artesanal à morte industrial. Estratégias discursivas para a naturalização do abate*.

O obscurecimento desta questão está presente não apenas nos relatos históricos e nas explicações socioeconômicas, mas também nas reflexões críticas sobre os aspectos socialmente perversos desse modelo. Nosso caminho é o da tentativa de incorporar a questão da senciência como uma dimensão de análise social, o que, presumimos, nos coloca numa posição que, embora não repercuta o discurso animalista, também não diminui o sério problema moral que a categoria coloca.

Uma premissa da nossa análise é que a questão animal sempre provocou nos seres humanos fortes dilemas morais. Enquanto em contextos tradicionais estes dilemas são reconhecidos, processados e tratados de acordo com as condições culturais, em condições industriais, esses dilemas tendem a ser obliterados, com forte ajuda da tecnologia e do desenho de configurações produtivas fortemente assentadas em estratégias territoriais, que reforçam o processo de objetificação. Assim, nosso argumento neste trabalho é que no caso da REI-Concórdia essa obliteração acontece por conta dos condicionantes objetivos (pressão econômica e política) e um discurso de apropriação simbólica das formas de processamento moral típicas da condição pré-industrialização. Esta apropriação simbólica viabilizaria um estratagema discursivo que simula ter resolvido os dilemas morais de forma equivalente a como os resolvem os criadores tradicionais.

O processamento subjetivo do abate em condições artesanais

Entre 2005 e 2007 realizamos alguns trabalhos de caráter etnográfico que, entre outros objetivos, buscavam compreender como se davam os mecanismos de processamento subjetivo da atividade de abate de animais. Num contexto em que a discussão sobre a questão animal estava eclodindo, surgiu a pergunta: como as/os trabalhadoras/es que tinham o abate de animais como um aspecto rotineiro de seu modo de vida lidavam com estas questões? Já havíamos realizado algumas observações em campo, que nos levavam a presumir que, nesses contextos, a atividade de matar tende a passar por um processo de naturalização, mas que, ao contrário do que dizem alguns argumentos animalistas, esta não implicava na negação da senciência dos animais. Contudo, o primordial era compreender como ocorria esse processo de naturalização, ou seja, de que modo e lançando mão de que recursos (cognitivos, simbólicos, experienciais, etc.) os/as trabalhadores/as que realizam esta atividade justificam a si mesmos a legitimidade da mesma.

Dentre esses trabalhos, destacamos dois, viabilizados por meio de editais de iniciação científica, realizados em locais próximos a Blumenau: uma etnografia

realizada por Grava e Teixeira (2006) em um abatedouro de marrecos, e um estudo realizado por Imianowsky e Florit (2007) num abatedouro de bovinos e suínos.

Tratava-se de estabelecimentos de pequeno porte, voltados a atender o comércio local, muito diferentes daquilo que constitui o importante setor de carne em Santa Catarina, organizado com padrões industriais, de alta produtividade, voltados a atender mercados não locais, seja do Brasil ou mesmo da exportação internacional, e de reconhecida expressão do ponto de vista econômico, político e territorial.

Era justamente esta diferença com o padrão dominante que lhes conferia, a nosso ver, uma relevância singular. De certa forma, eles ocupavam uma situação intermediária entre aquele padrão dominante (ao qual nos referiremos com mais detalhes na próxima seção) e a condição de produção animal anterior à modernização agrícola. Esta última, anterior à modernização, era realizada em contextos de pequenas propriedades oriundas da colonização europeia e outros processos migratórios que resultaram em uma configuração territorial composta, fundamentalmente, por pequenas propriedades dedicadas a atividades agrícolas e a criação de animais com finalidade de subsistência. Embora esta configuração incluísse uma certa integração ao mercado, esta era apenas incipiente e local, utilizando técnicas tradicionais resultantes da combinação de saberes trazidos da Europa com conhecimentos ancestrais de povos indígenas e caboclos.

O trabalho de Grava e Teixeira (2006) em um abatedouro de marrecos, além de mapear as etapas do processo produtivo, identificou as justificativas das pessoas envolvidas na atividade, em especial em relação ao abate. Tratava-se de uma granja de pequeno porte, com Selo de Inspeção Municipal (S.I.M.) e uma média de 800 abates mensais, à época. O empreendimento não contava com tecnologias de insensibilização, como eletrochoque, e os animais eram abatidos em um funil, tendo os pescoços cortados com faca. Os proprietários, com idade acima de 60 anos, relataram que apenas eles e uma funcionária mais antiga realizavam o abate. A proprietária revelou que já abatia animais em idade muito precoce, desde criança, enquanto o proprietário há muito tempo realizava a caça. Ambos relataram que seus filhos não aceitavam realizar o abate, apesar de trabalharem em outras etapas do processo produtivo. Quando indagados sobre a questão, sobre seu sentimento em relação à morte e ao sofrimento dos animais no abate, a proprietária afirmou, sem hesitação, que não sentia pena, pois “Deus fez eles para isso” (GRAVA; TEIXEIRA, 2006, p.8).

Mais especificamente, em um episódio, ao abater um marreco em frente ao pesquisador, a proprietária chegou a afirmar, ironicamente: “Eu vou para o inferno”. Posteriormente, após algumas risadas, disse: “Não, brincadeira, eles são criados para isso”, justificando sua atitude e atividade, com base em um critério religioso cristão (se

declararam católicos) (GRAVA; TEIXEIRA, 2006, p.8). É preciso citar, contudo, que a proprietária afirmou acreditar que o método de abate adotado por eles, a partir do corte do pescoço, causaria menos sofrimento do que outro método tradicional, o de estrangulamento.

Assim, a aparente atitude de indiferença se justificava pela crença de que os animais teriam funções específicas para servir aos seres humanos. Mas isto não denotava uma negação da existência de sofrimento e sensibilidade naqueles animais. Com efeito, em um episódio, o proprietário do estabelecimento repreendeu seu neto, com então dois anos, por “brincar” desajeitadamente com um marreco, demonstrando preocupação em que o animal fosse machucado desnecessariamente. Naquele estabelecimento, outros animais eram tratados de forma singular, como cães e um gato que foi “adotado” pela família, e aos pássaros silvestres que ali pousavam oferecia-se livremente a ração dada aos marrecos, por afeição, sem qualquer cálculo econômico (GRAVA; TEIXEIRA, 2006).

Deste modo, o estudo revelou que, ainda que haja um uso instrumental dos marrecos, o uso deles, mesmo sendo seres sencientes, é justificado moralmente por sua finalidade de servir de alimento aos seres humanos, sendo que esta justificativa se assenta, em última instância, em premissas teológicas. Isso não impede, todavia, que haja algum tipo de preocupação com os animais destinados ao abate e, também, um tratamento mais benevolente ou até mesmo afetuoso com outras espécies, como cães, gatos e aves silvestres (GRAVA; TEIXEIRA, 2006).

O estudo de Imianowsky e Florit (2007) foi realizado com trabalhadores de um abatedouro de bovinos e suínos. Tratava-se de um estabelecimento que possuía Selo de Inspeção Estadual (S.I.E.). Um dos objetivos do trabalho era conhecer a trajetória profissional e as justificativas dos trabalhadores do abatedouro sobre suas atividades.

Os autores notaram que a preocupação dos proprietários do estabelecimento estava focada exclusivamente no produto final, não havendo investimentos em equipamentos ou adoção de técnicas e práticas que minimizassem o sofrimento animal. A técnica de “insensibilização” utilizada para os bovinos era a “marreta”, método não previsto na legislação nacional ou estadual (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO (MAPA), 2000; SANTA CATARINA, 2003). De acordo com as observações de Imianowsky e Florit (2007), eram necessárias, em média, nove marretadas para derrubar um bovino. Estas aconteciam de forma desajeitada, em diversas partes da cabeça do animal, que se debatia desesperadamente. Já os suínos recebiam um eletrochoque, no entanto, como relatam os autores, o choque parecia não atordoar completamente os animais. Eles revelam ainda que o abate não era feito de modo preciso, causando a morte imediata dos suínos, mas de forma que permitia realizar

o maior número de abates em um espaço de tempo curto, mesmo que isto significasse deixar alguns animais morrendo aos poucos, enquanto se realizavam as tarefas por lotes de indivíduos.

Este estudo também revelou que a maioria dos trabalhadores do abatedouro eram provenientes de contextos rurais, tendo anteriormente desenvolvido atividades relacionadas ao abate de animais nas pequenas propriedades ou comunidades de que eram oriundos. Dos seis empregados envolvidos no abate, quatro já haviam realizado atividades relacionadas à lida com animais no campo, embora em escala muito reduzida. Os demais eram dois jovens de 16 e 17 anos, respectivamente, sendo aquele o primeiro emprego de um deles, e o outro, filho de um dos trabalhadores já mencionados (IMIANOWSKY; FLORIT, 2007).

Assim, quando indagados sobre seu trabalho, os funcionários o relacionaram às atividades que realizavam anteriormente, como se fosse a mesma coisa, sem se referir a diferenças de contexto e de escala de produção. Em particular, chamou a atenção a percepção de equivalência do abate realizado no contexto de subsistência, realizado ocasionalmente e com parcimônia, para a alimentação da própria família, e o abate rotineiro de nove horas diárias em troca de um salário que precisa render ao dono (um empresário) uma margem de lucro².

De forma semelhante ao observado no abatedouro de marrecos, quando questionados sobre a morte dos animais, os trabalhadores respondiam que eles (os animais) foram feitos para isto e que sempre foi assim (IMIANOWSKY; FLORIT, 2007). Contudo, importante observar que neste caso, mesmo se tratando de trabalhadores assalariados, repetiam o mesmo enunciado de que os animais teriam sido criados para satisfazer necessidades humanas, e que aquilo que eles ajudavam a produzir era destinado à alimentação da comunidade. Esta fala se apresentava sem qualquer referência à motivação de lucratividade que marcava o estabelecimento, motivação esta que, em tese, poderia ser canalizada através de atividades diversas, não necessariamente a de abater animais.

² Não estamos fazendo um juízo moral do lucro *per se*. O que queremos ressaltar é o fato de ignorar que a justificativa moral de um ato possa ter relação com a situação em que é realizada. Uma coisa é abater para atender necessidades vitais, e outra para atender a um regime de acumulação.

Morte, poder e subjetividade num contexto industrial³

Se a questão animal, como nos lembra Lévi-Strauss (2009), sempre confrontou os seres humanos com difíceis dilemas morais, resulta pertinente se perguntar como ocorre o processamento destes dilemas nos contextos de produção industrializada dos quais provém a parte mais expressiva dos produtos de origem animal que são consumidos no capitalismo global contemporâneo.

Em Santa Catarina, que ocupa um lugar proeminente neste setor, em particular na produção de carne de aves e suínos, observa-se um padrão de desenvolvimento socioeconômico e territorial no qual é possível verificar como a questão animal aparece correlacionada com outras condições sociais. Nestas, um ator hegemônico é vetor da territorialidade urbana-capitalista, através de um padrão desenvolvimentista que radicaliza a racionalidade instrumental na natureza até o extremo de operacionalizá-la em torno da vida de centenas de milhões de seres sencientes. Faz isto, num território limitado, com características definidas.

Esse tratamento **meramente** instrumental dos animais se realiza mediante padrões de desenvolvimento e de produção do território que observam intensificação crescente nas últimas décadas. Paradoxalmente, enquanto em alguns grandes centros consumidores certas atividades se tornam objeto de questionamentos e polêmicas em função de diversos desdobramentos da questão animal e da luta antiespecista, regiões periféricas se dispõem a absorvê-las, constituindo territórios especializados. A segregação espacial protege esses territórios dos questionamentos extraeconômicos, favorecendo o livre desenvolvimento dos métodos de racionalização instrumental e o aumento da produtividade, com menos restrições ambientais e sem empecilhos de ordem moral.

A microrregião de Concórdia, no Oeste de Santa Catarina, é um exemplo destas formações sociais, cujo processo de construção está associado à exploração industrial intensiva de animais, mediada por relações específicas entre os seres humanos. Ela expressa uma dinâmica própria, onde aspectos inerentes à modernização da produção e o especismo, que de modo geral permeiam as relações sociais, aparecem de uma forma especialmente intensa, cuja naturalização resulta num processo sociopolítico e econômico que acontece tanto na subjetividade quanto na dimensão objetiva da vida social.

³ Esta seção reúne e sintetiza argumentos já apresentados separadamente em (FLORIT; GRAVA, 2016; FLORIT; SBARDELATI, 2016; FLORIT; SBARDELATI; GRAVA, 2019).

Pelo lado subjetivo, opera um processo de redução simbólica da animalidade a um estatuto meramente instrumental, associado à construção de identidades de trabalhadores que ensamblam a atividade ligada à criação e abate de animais à sua identidade regional. Do lado objetivo, ocorre a legitimação política de modelos econômicos que viabilizam, ainda que de modo subordinado às agroindústrias, a sobrevivência material de trabalhadores industriais pouco qualificados e de produtores rurais.

Essa conjunção transforma-se em um sistema sólido na medida em que se apoia nas “vocações regionais”, supostamente naturais e autoevidentes, que tendem a desconsiderar outras possibilidades produtivas. Essas supostas vocações encontram esteio em relações sociais e políticas, vinculadas a atores específicos, beneficiários da concepção de natureza que elas exprimem. Entre esses atores, encontram-se grupos econômicos (os grandes frigoríficos) e grupos políticos, que participam das administrações estaduais e municipais e que efetivam as articulações políticas com as esferas federal e global.

A conformação dessa região evidencia o enorme papel dos frigoríficos e da cadeia agroindustrial da carne na produção do território. Nele, a atividade produtiva com animais está associada a condições de trabalho insalubres e deprimentes para uma grande proporção de pessoas, em circunstâncias que habitualmente não são evidenciadas nos indicadores oficiais. A rotina nos frigoríficos e abatedouros inclui trabalho repetitivo em “linhas de desmontagem animal”⁴, nas quais são frequentes os acidentes, a depressão e os traumatismos.

Em outros trabalhos, rotulamos a esta região como Região de Especismo Intensivo (REI), como uma forma de dar centralidade analítica à questão do especismo como uma dimensão da dinâmica social em jogo nessa região (FLORIT; GRAVA, 2016; FLORIT; SBARDELATI, 2016; FLORIT; SBARDELATI; GRAVA, 2019). A delimitação da mesma é estabelecida tendo como base os dados relativos à quantidade de abates per capita no território. O índice de abate per capita aponta a densidade de seres não humanos sencientes abatidos em um território específico com relação ao tamanho da população humana desse mesmo território. Esse índice se diferencia dos cálculos que expressam o peso total das carcaças ou seu valor monetário, que não revelam a quantidade de seres abatidos.

⁴ Diferentemente da linha de montagem de automóveis, em que o processo inicial é composto de peças separadas que vão sendo dispostas para, no final, formar um produto completo, na linha de desmontagem, o animal ingressa vivo, inteiro, chegando ao fim do processo em “peças” separadas, acondicionadas para processamento.

Tabela 1 - Abates per capita de aves, bovinos e suínos, Brasil, região sul, e microrregião de Concórdia-SC, em 2016

	População (*)	Abates (**)	Abate <i>per capita</i>
Brasil	206.081.432	5.932.338.421	28,43
Paraná	11.242.720	1.841.810.469	163,82
Santa Catarina	6.910.553	881.819.015	127,60
Rio Grande do Sul	11.286.500	843.158.430	74,70
Microrregião de Concórdia	146.847	111.601.639***	759,98

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do *IBGE, 2016, **IBGE, 2017 e *** Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), 2016. ** Inclui todos os bovinos, suínos e aves. Não específica se inclui inspeção estadual e municipal.

A tabela 1 mostra como o abate per capita apresenta uma expressiva diferenciação regional, sendo mais pronunciado na microrregião de Concórdia. Enquanto no Brasil esse índice é de 28,43 abates per capita, na microrregião de Concórdia esse número chega a 759,98.

Esta segregação territorial constitui uma marca importante desse fenômeno. Tal segregação favorece a uma blindagem com relação à reflexividade global em torno da discussão sobre a consideração moral dos animais, em função da sua invisibilidade para boa parte do público consumidor. Assim, enquanto em alguns grandes centros consumidores certas atividades se tornam objeto de questionamentos contundentes e polêmicas, estas regiões periféricas se dispõem a absorver essa demanda, construindo territórios especializados, cuja segregação espacial os protege dos questionamentos extraeconômicos, favorecendo o livre desenvolvimento dos métodos de racionalização instrumental e o aumento da produtividade, com menores restrições ambientais e evitando os empecilhos de ordem moral⁵.

Vejamos então algumas dimensões deste fenômeno.

⁵ Cunha (2014) identificou vinte entidades de direitos dos animais em Santa Catarina, uma das quais localizada no município de Concórdia. Nenhuma delas reconhece formalmente o problema da criação e abate sistemáticos de animais, inclusive a localizada no município de Concórdia, berço do especismo intensivo no Estado.

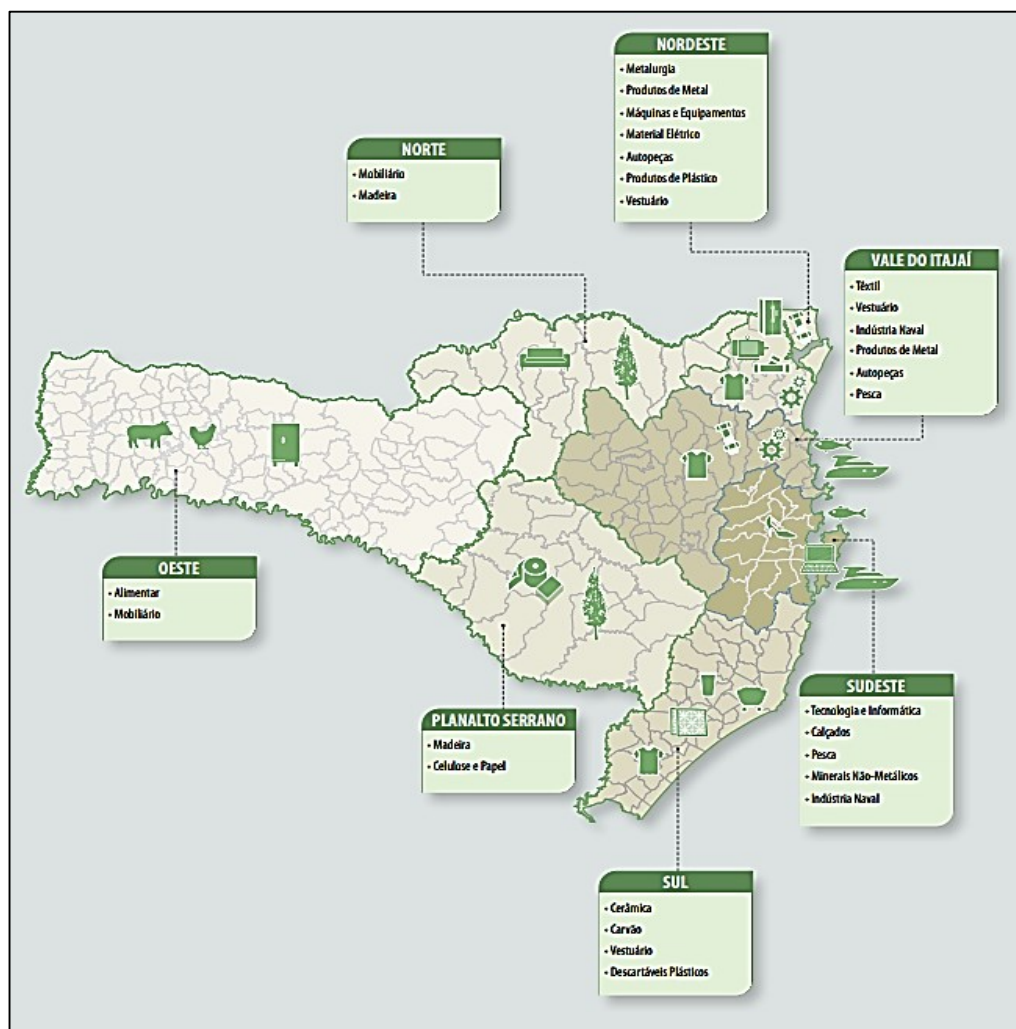
A “Vocação Regional” como discurso de dominação

As chamadas “vocações regionais” são uma estratégia discursiva que invocam a existência de supostas tendências intrínsecas em certas regiões, como um potencial inquestionável para uma ou outra atividade, determinadas por características geomorfológicas e/ou culturais de um território. Trata-se de reificações em que uma representação da região é aceita e incorporada por agentes sociais coconstrutores da paisagem e por agentes econômicos, políticos e outros com o poder simbólico (BOURDIEU, 1989) de difundir a sua representação da realidade. Assim, essa representação passa a ser vista como uma realidade dada, concreta, natural e a-histórica, ou seja, como possuindo uma identidade em si mesma.

Para Weber (2004), o conceito de “vocação”, ou *beruf*, do alemão, bem como o *calling* (“chamado”) do inglês, tem uma conotação religiosa, “[...] a de uma missão dada por Deus” (WEBER, 2004, p.71). A palavra provém da tradução da Bíblia realizada por Lutero e logo assumiu o significado atual “[...] na língua profana de todos os povos protestantes [...]” (WEBER, 2004, p.72) e da sociedade ocidental de modo geral. Assim, no uso corriqueiro, quando se refere aos processos de desenvolvimento econômico regionais, o conceito de vocação é utilizado nos termos em que é atualmente definido nos dicionários, como “talento ou aptidão”, ou como “disposição natural e espontânea que orienta uma pessoa no sentido de uma atividade, uma função ou profissão” (HOUAISS, 2009). Em suma, a ideia de vocação como propensão natural, ou como desígnio divino, para uma atividade esconde o fato de que se trata, na verdade, de uma construção social e política que tem consequências sociais, econômicas, ambientais e éticas que afetam humanos e não humanos em um dado território. Assim, nessas regiões, as concepções de natureza construídas historicamente (FLORIT, 2004; GUDYNAS, 2004) são naturalizadas e reificadas como “vocações regionais” (FLORIT *et al.*, 2014; GRAVA, 2013).

A figura 1, é a representação mais conhecida das supostas vocações regionais de Santa Catarina. Determina de modo implícito ou explícito, a maior parte do planejamento econômico do estado, uma vez que é expressão da concepção territorial dos principais agentes econômicos e do setor público. Nela, observa-se como a Região Oeste é associada à criação de porcos e aves. Com base nessa suposta vocação, são estabelecidas relações específicas inter-regionais, tanto na escala nacional quanto na internacional, provendo outros locais de produtos de origem animal. Nelas, o padrão de desenvolvimento se apoia na premissa, ideologicamente reproduzida, da equiparação de seres sencientes a meras coisas, pois a especialização produtiva requer que os animais sejam considerados matérias-primas de um processo industrial.

Figura 1 - Vocações Regionais de SC



Fonte: FIESC (2015, p.14).

A articulação política Município, Estado, Federação

A vida econômica e política na microrregião de Concórdia gira em torno da empresa Brasil Foods (BRF). Como um entrevistado repetia, “esta é uma cidade de uma empresa só”⁶.

⁶ Trabalho de campo (SBADELATI, 2015).

A BRF é uma empresa de alimentos globalizada, que surgiu da fusão de duas empresas regionais, a Sadia e a Perdigão, em 2009. A Sadia, que continua existindo como a principal marca da BRF, foi criada em 1944, e logo ganhou força, tornando-se o agente com maior poder do município. Atualmente, a BRF tem 105.240 funcionários, dos quais 5.300 trabalham em Concórdia (BRF, 2013)⁷. Isso representa 25% do total de empregos do município e cerca de 95% dos empregos no setor de carnes do município, o que caracteriza um oligopsônio do mercado de trabalho⁸ (Tabela 2).

Tabela 2- Quantidade de empregos do Grupo 101 no município de Concórdia-SC, segundo porte da empresa, em 2013

Empregos						
Microempresa	Pequena Empresa	Média Empresa	Grande Empresa	Total	Proporção dos empregos totais no município (em %)	Proporção dos empregos do Grupo 101 no estado (em %)
64	-	-	5.530	5.594	26,2%	10,1%

Fonte: Elaborada pelos autores com dados do Sebrae (2013) baseados nos dados do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

Sbardelati (2015) verificou em trabalho de campo a percepção disseminada de que o elevado número de empregados, o hábito de supervisionar os sindicatos, a capacidade de determinar os resultados das eleições e a participação em cargos públicos em âmbito municipal, estadual e federal deu à BRF um poder de influência decisiva na vida política do município. Isso é também referido com relação à história do município, uma vez que os mentores da empresa sempre ocuparam cargos políticos estratégicos, beneficiando a empresa e o setor. Por exemplo, o fundador da Sadia, Attilio Fontana (1900-1989), foi prefeito de Concórdia, deputado, vice-governador de Santa Catarina e Presidente do Banco do Estado de Santa Catarina. Seu sobrinho, Victor Fontana (1916-) foi congressista, vice-governador de Santa Catarina e Presidente do Banco do Estado de Santa Catarina. Seu neto, Luiz Fernando Furlan (1946-), foi Presidente do Conselho do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, sob o governo Lula (2003-2007),

⁷ De acordo com Santuari (2018), a empresa declara atualmente o mesmo número de funcionários.

⁸ Um oligopsônio é uma estrutura de mercado caracterizada por haver um número pequeno de compradores e uma grande quantidade de vendedores, o que dá ao agente comprador, um poder desproporcional de barganha. Nesse caso, o mercado de que se trata é o mercado de força de trabalho.

licenciando-se do cargo de presidente da BRF para assumir esta função, e a ele retornando no seu afastamento como ministro.

As relações estabelecidas entre os empresários agroindustriais e o Estado são fator chave da estratégia de negócio e da formação do arranjo regional de poder. Nesse sentido, o caso da BRF é paradigmático, na medida em que seu fundador, Attilio Fontana, assumiu setores estratégicos dentro dos governos municipal e estadual, o que foi primordial para o crescimento e a sobrevivência da empresa, como é de conhecimento público na região (SBARDELATI, 2015; FERREIRA, 1992).

Um fator estruturante da estratégia de negócio da Sadia, mantida até hoje na BRF, é o sistema de integração, do qual a empresa se tornou exemplo emblemático. Isso implicou num arranjo territorial peculiar e na incorporação de inúmeros atores regionais na sua lógica produtiva, o que resultou num processo de diferenciação social (GOULARTI FILHO, 2007). De um lado, implicou a emergência de novos agentes que têm crescido economicamente sem perder suas raízes agrícolas, de outro, famílias passam a ser empregadas diretamente pelas empresas. Como resultado, muitos produtores familiares que mantêm sua viabilidade econômica nas áreas rurais, em geral, tornaram-se trabalhadores indiretos subordinados à BRF por meio do “sistema de integração”.

Este sistema constitui basicamente um contrato entre a agroindústria e os agricultores, no qual a agroindústria “integradora” fornece os animais para os agricultores (leitões e pintinhos), juntamente com todos os insumos necessários, como alimentação, medicamentos e assistência técnica, para a criação e “terminação” (a preparação para abate) dos animais. Quando os animais atingem a idade e peso desejado, os agricultores integrados entregam os animais vivos para a agroindústria, que é encarregada de removê-los da propriedade. O preço é estabelecido pela agroindústria em função do peso do animal. O pagamento é realizado depois de um tempo pré-programado. Os contratos são desequilibrados, baseados na exclusividade e dependência, e todos os riscos de produção e os investimentos necessários para a mesma são assumidos pelo “integrado”.

A saúde dos trabalhadores

Tal formação social cobra seu preço não apenas dos corpos e mentes dos seres sencientes não humanos, mas também dos humanos. Com efeito, outra consequência se reflete na saúde das pessoas que trabalham nos matadouros, frequentemente acometidos por acidentes de trabalho severos e doenças físicas e mentais. A grande quantidade de

tarefas repetitivas realizadas por trabalhadores leva a um número crescente de Lesões por Esforços Repetitivos (LER), que também são conhecidas como Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho (DORT). Além dessas lesões, existe também uma elevada incidência de doenças psíquicas e mutilações graves de membros e partes do corpo. O tipo de trabalho que é feito nos matadouros pode trazer danos irreversíveis para muitos dos trabalhadores, incluindo invalidez permanente. O trabalho em ritmo acelerado, os movimentos repetitivos e o aumento da produtividade em intervalos de tempo mais curtos afetam os trabalhadores diretamente.

De acordo com a pesquisa *Perfil de Agravos à Saúde em Trabalhadores de Santa Catarina*, realizada pelo Instituto Fator Humano (IFH) em 2013, houve cerca de 2.700 afastamentos do trabalho no setor da carne. Entre 2005 e 2011, havia 19.374 trabalhadores com doenças relacionadas ao trabalho, o que representa cerca de 39% dos trabalhadores do setor. Trabalhadores em licença por LER/DORT tinham, em média, 37 anos de idade, o que é considerada uma idade bastante jovem (IFH, 2013).

Os dados apontam para condições de trabalho inadequadas, que se refletem no número significativo de benefícios de pensão concedidas, mesmo tendo, segundo os autores da pesquisa, fortes indícios de subnotificação. De 2005 a 2011, houve 1.607 trabalhadores em licença que foram diagnosticados com depressão; 1.271 trabalhadores em licença devido a dores nas costas; e 1.238 trabalhadores em licença devido a lesões no ombro. A ocorrência de depressão entre os trabalhadores dos matadouros é 341% maior do que entre os trabalhadores em outras atividades econômicas. A ocorrência de transtornos de tecidos moles entre os trabalhadores de matadouros é 426% maior do que entre os trabalhadores de outros setores. Assim, a indústria da carne, especialmente a de carne de porco e de aves, tem sido reconhecida como uma indústria incapacitante que destrói a vida digna de muitos dos seus trabalhadores.

E é justamente no Oeste catarinense que se encontra a maior concentração no número de afastamentos de trabalhadores. O município de Chapecó lidera a lista com 23% dos benefícios concedidos no Estado. Em seguida, os municípios de Capinzal e de Concórdia, respectivamente com 9,8% e 6,8% (IFH, 2013).

Cabe observar que, em virtude da ação do ministério público e dos sindicatos do setor, foi aprovada uma normativa do Ministério do Trabalho, a NR 36/2013, que impõe cuidados às condições de trabalho nos frigoríficos. Sintomaticamente, esta normativa, embora estabeleça importantes paliativos para as condições de trabalho nesses estabelecimentos, não faz menção ao fato de se tratar de uma atividade que se realiza em torno da vida e morte de seres sencientes, equiparando o setor da indústria do abate animal a outro setor industrial qualquer.

O estratagema discursivo: apropriação simbólica das formas de processamento moral típicas da condição pré-industrialização

Como mencionamos no início da seção anterior, a morte de animais para o uso humano sempre apresentou desafios difíceis do ponto de vista moral. Mesmo em condições aonde a sobrevivência é fortemente dependente deste uso, o abate de animais em geral ocorre envolvendo alguma forma de processamento moral que sinaliza as condições que tornam esse abate moralmente aceitável. Por outro lado, não é raro que estes atos também provoquem externalizações e certas formas de comoção que, via de regra, requerem cuidados e/ou controles específicos para serem assimiladas sem perturbações substantivas do desenrolar da vida cotidiana. O abate traz, em si, certo desafio à normalidade que precisa ser administrado e contornado, com procedimentos cuidadosos e com estratégias de pensamento e de emoção.

As formas de processamento moral a que nos referimos se expressam, é claro, por meio das diversas interdições e práticas rituais próprios dos povos ameríndios e árticos, mas também por intermédio dos cuidados que demais comunidades tradicionais mantêm ao abater. Isto se dá, por exemplo, incumbindo da função ao membro da comunidade com mais habilidade para abater sem sofrimento, garantindo o aproveitamento minucioso de tudo o que o corpo do animal pode oferecer, e escolhendo cuidadosamente o indivíduo animal que, por alguma razão que o justifique, será sacrificado.

Nestas circunstâncias, estamos falando de abate de animais em contextos em que as necessidades humanas que vem a ser atendidas são necessidades vitais, que estão intimamente relacionadas com a continuidade da vida da comunidade humana. Do ponto de vista moral este elemento não é menor. Parece claro, portanto, que o abate de animais dificilmente aparece aos olhos dos humanos que o realizam ou que o usufruem como algo trivial ou irrelevante do ponto de vista moral.

Diversos trabalhos em etnologia têm ressaltado a prevalência de cosmologias “animistas” entre povos da Amazônia e do Ártico, tomando-se por isso um modo de relação com a alteridade que atribui algum tipo de interioridade, inclusive moral, a entes não-humanos (DESCOLA, 2005; INGOLD, 2000). Assim sendo, o consumo de animais nessas sociedades envolve uma gravidade similar à antropofagia, exigindo a realização de rituais destinados a transformar pessoas animais em comida.⁹

⁹ Fausto (2002) identifica diferenças entre o animismo amazônico e o ártico: o primeiro seria agonístico, próximo à guerra, voltado à incorporação das virtudes do inimigo; no segundo, próximo da dádiva

Isso, evidentemente, não é generalizável às demais comunidades tradicionais nas quais se enfrenta diretamente o ato de matar para comer. Contudo, nestes outros modos de vida tradicionais, o uso que se faz dos animais, embora seja **uso**, e por isso instrumental, também tende a aparecer combinado com a alguma forma de consideração moral.

Tal fato não surpreende, levando-se em conta que a motivação do abate em geral está associada à reprodução física e/ou cultural desses grupos sociais, ou seja, é voltada a atender necessidades vitais que não são opcionais. Assim, uma vez que o atendimento às necessidades vitais constitui *per se* a justificativa moral, os procedimentos para realizá-la estão comumente alinhados a essa justificativa.

Tim Ingold, na tipologia sobre a relação humano-animal que expôs nas suas obras *The Perception of the Environment* (2000) e em *Hunters, Pastoralists and Ranchers* (2007), já sugeria que a ruptura que leva à objetificação não está nem nos povos caçadores e coletores nem nos pastoralistas, mas no sistema da pecuária industrial (SORDI, 2014). Nos dois primeiros, ambos associados a regimes econômicos de subsistência, o modo de engajamento com a alteridade animal se dá através da confiança, reciprocidade e revelação, no caso dos caçadores e coletores, e por meio da dominação, enquanto protetor e algoz, no caso dos pastoralistas. Em ambos os casos, haveria um reconhecimento do estatuto ontológico da alteridade animal, mesmo que no contexto dos pastoralistas essa alteridade reconhecida seja colocada, assimetricamente, num lugar subordinado. Pode-se dizer que nas duas situações há o reconhecimento da alteridade animal enquanto **pessoa**, em condições simétricas entre caçadores e coletores, e em condições assimétricas no caso dos pastoralistas. Assim, o que é possível identificar com Ingold (2000; 2007) é que a descontinuidade ontológica ocorre com a pecuária industrial, inserida num regime econômico capitalista, no qual o estatuto do animal é de mero objeto, e a interação humano-animal é definida pela interveniência do mercado como dispositivo demandante de matérias primas e produtos animais (Quadro 1).

maussiana, o animal caçado seria uma oferta da sua entidade sobrenatural protetora ao grupo humano para manter o equilíbrio do cosmos, e vice-versa.

Quadro 1 - Tipologia da relação humano-animal segundo Tim Ingold

Modo de vida	Modo de engajamento com o a alteridade animal	Estatuto ontológico dessa alteridade	Regime econômico
Caçadores coletores	Confiança Revelação	Simetria O animal é pessoa–alguém	Subsistência
Pastoralista	Dominação Protetor e algoz	Assimetria O animal é escravo-pessoa	Subsistência
Pecuária industrial	Apropriação maquínica	Objetificação	Mercado – Acumulação

Fonte: Elaborado pelos autores, com base em Sordi (2014).

Assim, voltando aos termos da discussão deste trabalho, é justamente na pecuária industrial que a possibilidade de uma solução satisfatória para os inevitáveis dilemas morais fica inviabilizada, justamente porque a objetificação é por si mesma a negação da possibilidade de consideração moral da alteridade animal. Para tanto, contribui a emergência do que Jocelyne Porcher (2011) classifica de “ideologia zootécnica” da produção agropecuária contemporânea. Isto é, um conjunto de práticas e discursos científicos calcados não apenas na reificação do animal como recurso econômico, mas, também, na desvalorização epistemológica dos saberes agropecuários tradicionais, que passam a ser vistos como “atrasados”, “primitivos” ou “irracionais”. Logo, modernizar a produção animal significa depurá-la de seus aspectos “emocionais” e “subjetivos”, dentre os quais muitos elementos que dizem respeito à consideração moral para com os animais.

Assim, podemos dizer que enquanto em contextos não industriais estes dilemas são reconhecidos, processados e tratados de acordo com as condições culturais, em contextos industriais esses dilemas são mais bem obliterados, com forte ajuda da tecnologia e do desenho de configurações produtivas (PERROTA, 2016, SORDI, 2016)¹⁰, que reforçam o processo de objetificação, em formações sociais que incluem uma dimensão territorial (FLORIT; SBARDELATI; GRAVA, 2019). No caso da Região de Especismo Intensivo de Concórdia essa obliteração acontece por conta dos condicionantes objetivos (pressão econômica e política) e um discurso de apropriação simbólica das formas de processamento moral típicas da condição pré-industrialização. Vejamos como isto acontece.

¹⁰ Perrota (2016) examina o papel do discurso do bem-estar animal neste processamento moral. Sordi (2014) salienta, por sua vez, como dimensões qualitativas como dor e mal-estar se tornam objeto de um processo de transformação profissional do sofrimento nas tecnologias de manejo racional da pecuária bovina.

Em trabalho de campo realizado em 2015, Sbardelati indagou várias trabalhadoras e trabalhadores sobre suas concepções relativas ao trabalho que desenvolviam na BRF de Concórdia. Quando a questão da justificativa moral do abate rotineiro emergia na conversa, as expressões eram, comumente, assim: “Eles [os animais] foram criados para isso”, “Alguém tem que fazer, é um trabalho como qualquer outro”, “Nós estamos ajudando a alimentar muita gente”.

Essas falas evocam enunciados semelhantes aos ouvidos nos abatedouros artesanais. O “Deus fez eles para isso” da senhora dos marrecos, transformou-se, no contexto mais secular, no “Eles foram criados [pelos produtores integrados] para isso”. Por sua vez, a fala que se refere a que é um trabalho como qualquer outro, remetendo às memórias da lida em contextos rurais, reaparece aqui entre os trabalhadores da BRF.

Mas no caso da BRF, parece-nos pertinente relacionar estas falas com o discurso oficial da empresa, que evoca os ideais morais do seu patriarca fundador, Attilio Fontana, “O que vai para o povo é o mesmo produto que comemos todos os dias na nossa mesa” (BRF, s/d) e o discurso de marketing, externo e interno, assumido pela BRF, “A gente produz os alimentos que a gente coloca na mesa de nossas famílias” (BRF, s/d).

Consuma-se assim a configuração da REI (Figura 3).

Figura 3 - Região de Especismo Intensivo (REI)



Fonte: Elaborada pelos autores.

Em resumo, o que estamos sugerindo é que esse discurso da empresa é possível de ser entendido à luz das falas dos trabalhadores em estabelecimentos artesanais que, por sua vez, remetem à experiência de produtores tradicionais, pouco integrados ao mercado, dedicados à produção para atendimento de necessidades vitais diretas, com engajamento com a alteridade animal. Nos trabalhadores da BRF a naturalização do abate, próprio da cultura agrícola tradicional, é absorvida e reproduzida, sem solução de continuidade, para uma situação inteiramente diferente – a do produtivismo industrial em economias de escala integradas ao capitalismo global. É uma operação, ao mesmo tempo simbólica, econômica, técnica e política, que oblitera o fato de que a prática do agricultor tradicional e do operário industrial (por vezes, a mesma pessoa em diferentes fases da vida) observa diferenças que são cruciais ao se considerar as justificativas morais da atividade.

A utilização conveniente das expressões do patriarca viabiliza este estratagema discursivo, que faz uma apropriação simbólica das formas de processamento moral típicas da condição pré-industrialização, simulando ter resolvido os dilemas de forma equivalente a como os resolvem os criadores tradicionais. Uma vez que, nas condições industriais, a objetificação radical produz a descontinuidade ontológica com os animais, a solução moral não se efetiva.

Assim, junto com os dividendos dos acionistas e as doenças dos trabalhadores resta o ônus moral. Não seria raro que este esteja cobrando um alto preço psíquico, pois, mesmo em condições industriais, os seres sencientes não querem sofrer, e os trabalhadores sabem bem disso.

Considerações finais

Abater animais, sempre provocou fortes dilemas morais. Em contextos não industriais, estes dilemas são reconhecidos, processados e tratados de acordo com condições culturais específicas. Já em condições industriais, esses dilemas tendem a ser obliterados e processados de acordo com as relações de poder entre humanos. No caso da REI-Concórdia essa obliteração acontece por conta dos condicionantes objetivos (pressão econômica e política) e um discurso de apropriação simbólica das formas de processamento moral típicas da condição pré-industrialização. Esta apropriação simbólica, viabiliza um estratagema discursivo que simula ter resolvido os dilemas morais de forma equivalente a como os resolvem os criadores tradicionais. Esta simulação, de um lado contribui para blindar a região das discussões antiespecistas e,

de outro, constitui um bloqueio ideológico que esconde a manipulação da subjetividade entre humanos.

Já sabemos que a luta antiespecista pode ser incorporada pela dinâmica social com diversos vieses, inclusive, por vezes, socialmente segregadores e elitistas. Agora, nossa pesquisa mostra que o bloqueio ideológico dessa questão, próprio do sistema industrial, faz parte do processo de exploração entre humanos, ao privá-los das necessárias formas de processamento moral. Nesse contexto, a interdependência entre a questão animal e a questão social sugere que dificilmente teremos relações propriamente dignas entre seres humanos enquanto considerarmos os animais como meras coisas. Ao mesmo tempo, fica evidente que não haverá um genuíno processamento moral dos inevitáveis dilemas envolvidos no abate de animais em contextos em que prima a exploração entre humanos.

FROM ARTISANAL DEATH TO INDUSTRIAL DEATH. DISCURSIVE STRATEGIES FOR THE NATURALIZATION OF SLAUGHTER

ABSTRACT: *The debate around the relationship with animals in contemporary society affects the most diverse geographical areas and social contexts. However, there are regions which seem to be shielded by this discussion, even though "speciesism" is at the center of its socioeconomic dynamics. This is the case of regions developed around firms focused on the meat industry, in which the slaughter of animals is the structuring activity of the territory and of economic and political relations. Based on the case of Concórdia-SC, Brazil, headquarters of the company Sadia (Brasil Foods), we analyzed the socio-political relations which support, naturalize and reproduce the merely instrumental use of non-human sentient beings in the form of a pattern of territorial development. Particularly, we seek to examine how the experience of settlers in dealing with animals for subsistence is appropriated by the industry's discourse, obliterating the possible moral objections to the activity. The ideological blocking of this issue might mean an intensification of the exploitation among the humans.*

KEYWORDS: *Speciesism. Slaughter animals. Social relationships. Naturalization.*

DESDE LA MUERTE ARTESANAL HASTA LA MUERTE INDUSTRIAL. LAS APROPIACIONES DISCURSIVAS Y LA NATURALIZACIÓN DE LA MATANZA

RESUMEN: *El debate sobre la relación con los animales en la sociedad contemporánea afecta a las más diversas áreas geográficas y contextos sociales. Sin embargo, hay regiones blindadas en esta discusión, incluso teniendo el "especismo" en el centro de su dinámica socioeconómica. Este es el caso de las regiones desarrolladas en torno a empresas centradas en la industria cárnica, en las que la matanza de animales es una actividad estructurante del territorio y de las relaciones económicas y políticas. A partir del caso de Concórdia-SC, sede de la empresa Sadia/Brasil Foods, analizamos las relaciones sociopolíticas que sustentan, naturalizan y reproducen el uso meramente instrumental de los seres no humanos sintientes en forma de un patrón de desarrollo territorial. En particular, tratamos de examinar cómo la experiencia de los colonos en el trato con los animales para la subsistencia es apropiada por el discurso de la industria, eliminando posibles objeciones morales a la actividad. El bloqueo ideológico de esta cuestión puede significar un aumento de la explotación entre los seres humanos.*

PALABRAS CLAVE: *Especismo. Animales de matanza. Relaciones sociales. Naturalización.*

Agradecimentos

Agradecemos aos/às participantes do Open Painel 153 da IUAES de 2018 que contribuíram com suas observações para a reflexão aqui apresentada. Agradecemos também o trabalho de revisão gramatical de Maria Roseli Rossi Ávila.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Trad.: Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BRASIL FOODS [BRF]. Relatório anual e de sustentabilidade 2013. BRF, 2013. Disponível em: <http://www.brf-global.com/brasil/>. Acesso em: 2 ago. 2017.

BRASIL FOODS [BRF]. Dona Lucy, filha de Atílio Fontana, relembra a tradição de qualidade que identifica a marca durante seus 83 anos. s/d. Disponível em: <https://www.brf-global.com/portasabertas/lucy-relembra-a-tradicao-de-qualidade.html>. Acesso em: 20 jul. 2018.

CUNHA, B. H. **Dilemas jurídicos e discussões éticas contemporâneas da proteção animal: a agenda política catarinense**. 2014. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) Blumenau: Universidade Regional de Blumenau, 2014.

DESCOLA, P. **Par-delà nature et culture**. Paris: Gallimard, 2005.

FAUSTO, C. Banquete de gente: comensalidade e canibalismo na Amazônia. **Mana**, v. 8, n. 2, p.7-44, 2002.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA [FIESC]. Santa Catarina em Dados 2015. Florianópolis: **FIESC**, v. 25, 2015. Disponível em: http://fiesc.com.br/sites/default/files/medias/sc_em_dados_site_correto.pdf. Acesso em: 19 out. 2017.

FERREIRA, A. G. Z. Concórdia: o rastro de sua história. Concórdia: **Fundação Municipal de Cultura**, 1992.

FLORIT, L. F. **A reinvenção social do natural**. Natureza e agricultura no mundo contemporâneo. 1. ed. Blumenau: Edifurb, v. 1. 2004.

FLORIT, L. F.; GRAVA, D. S. Ética ambiental e desenvolvimento territorial sustentável: uma análise com base na categoria de especismo. **Ambiente & Sociedade**, v. 19, p.23-42, 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/asoc/v19n4/pt_1809-4422-asoc-19-04-00039.pdf. Acesso em: 13 out. 2020.

FLORIT, L.; SBARDELATI, C. Intensive Speciesism Regions in Brazil. In: Talia Raphaely; Dora Marinova. (Org.). **Practice, Progress, and Proficiency in Sustainability**. 1 ed.: IGI Global, 2016, v. p.277-294.

FLORIT, L.; SBARDELATI, C.; GRAVA, D. S. Questão animal e território: um problema de ética socioambiental. In: FLORIT, Luciano Félix; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce; PHILIPPI JR, Arlindo. **Ética Socioambiental**. Barueri: Manole, 2019, p.261-290.

FLORIT, L. F., SBARDELATI, C.; GRAVA, D. S., REFOSCO, J. C., & PINTO, A. C. (2014, July 9). Implicações éticas e sociais da “vocação regional” pela suinocultura e avicultura na microrregião de Concórdia/SC. **2  Seminário de Desenvolvimento Regional, Estado e Sociedade (SEDRES): A diversidade regional brasileira em perspectiva**, Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, Brasil. 2014.

GOULARTI FILHO, A. **Forma o econ mica de Santa Catarina**. 2. ed. rev. Florianópolis: UFSC, 2007.

GRAVA, D. S. **A constru o social da pecuária como ‘voca o regional’ em Santa Catarina**: notas críticas sobre suas implica es socioecon micas, ambientais e  ticas. Disserta o de mestrado (Programa de Pós-Gradua o em Desenvolvimento Regional). Blumenau: Universidade Regional de Blumenau, 2013.

GRAVA, D. S.; TEIXEIRA., V. I. **Etnografia de uma granja de criação e abate de marrecos no interior do município de Blumenau**: estudo sobre a consideração dos interesses de humanos e não humanos. 2006. (Relatório de pesquisa).

GUDYNAS, E. **Ecología, economía y ética del desarrollo sostenible**. 5. ed. rev. Coscoroba Ediciones, 2004.

HOUAISS. Vocação. **Dicionário eletrônico Houaiss**, 2009.

IMIANOWSKY, A. G.; FLORIT, L. F. **Estudo sobre as repercussões em humanos do trabalho numa linha de desmontagem animal**. O caso de um abatedouro na região do Vale do Itajaí. 2007. (Relatório de pesquisa).

INGOLD, T. **Pastoralists and Ranchers**. Reindeer economies and their transformations. New York: Cambridge University Press, 2007.

INGOLD, T. **The Perception of the environment**. Essays on livelihood, dwelling and skill. Londres: Routledge, 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA (IBGE). **Pesquisa Trimestral do Abate de Animais**. IBGE, 2017. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/home/abate/brasil>. Acesso em: 10 ago. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA (IBGE). **Estimativas da população residente no Brasil e unidades da federação com data de referência em 1º de julho de 2016**. IBGE 01/07/2016. Disponível em: ftp://ftp.ibge.gov.br/Estimativas_de_Populacao/Estimativas_2016/estimativa_dou_2016_20160913.pdf. Acesso em: 10 ago. 2017.

INSTITUTO FATOR HUMANO [IFH]. **Perfil de agravos à saúde em trabalhadores de Santa Catarina**. Relatório de Pesquisa, Instituto Fator Humano em parceria com UFSC, Univali, apoio de MPT, FECESC, FETIESC, SINTIARC e DIEESE, 2013.

LEVI-STRAUSS, C. A lição de sabedoria das vacas loucas. **Estudos Avançados**, v. 23, n. 67, 2009.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO (MAPA). **Quantitativo de Animais Abatidos por Categoria e UF do MAPA**. MAPA, período 01/01/2016 a 31/12/2016, 2016. Disponível em: http://sigsif.agricultura.gov.br/sigsif_cons/!sigsif.ap_quant_abate_cat_rep_cons. Acesso em: 02 ago. 2017.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO (MAPA). **Instrução Normativa nº 3, de 17 de janeiro de 2000**. MAPA, 17/01/2000. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/assuntos/sustentabilidade/bem-estar-animal/arquivos/arquivos-legislacao/in-03-de-2000.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2018.

PERROTA, A. P. Abate humanitário e bem-estar animal: a incorporação das contestações em torno da vida e morte de “animais que sentem” nos frigoríficos industriais. **Revista Antropolítica**, n. 41, Niterói, 2. sem. 2016.

PORCHER, J. **Vivre avec les animaux**: une utopie pour le XXI^e siècle. Paris: La Découverte/M.A.U.S.S., 2011.

SANTA CATARINA. Lei nº 12.854, de 22 de dezembro de 2003: Institui o Código Estadual de Proteção aos Animais. **Governo do Estado de Santa Catarina**, 22/12/2003. Disponível em: http://www.icmbio.gov.br/cepsul/images/stories/legislacao/Lei/2003/lei_sc_12854_2003_instituicodigoestadualprotecaoanimais_sc.pdf. Acesso em: 25 jul. 2018.

SANTUARI, R. BRF suspende aumento de produção programado para unidade de Concórdia. Publicada em 28 de março de 2018. Últimas notícias, **Atual FM**, São Paulo, 2018. Disponível em: <http://www.atualfm.com.br/site/brf-suspende-aumento-de-producao-programado-para-unidade-de-concordia/>. Acesso em: 29 jul. 2018.

SBARDELATI, C. **Vocação Regional e Identidade Profissional na Construção do Território**: O Caso da Consolidação da Agroindústria da Carne no Município de Concórdia - SC. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional. Blumenau: Universidade Regional de Blumenau, 2015.

SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (SEBRAE). **Santa Catarina em Números**: Concórdia. Florianópolis: SEBRAE/SC, 2013.

SORDI, C. Heidegger, Ingold e as (zoo)técnicas: uma discussão a partir da bovinocultura de corte brasileira. **Cadernos de Campo** (USP. 1991), v. 22, p.118-133, 2014.

SORDI, C. Pelo boi e sua carcaça: breves apontamentos sobre a disseminação do manejo racional e do bem-estar na pecuária bovina do Brasil. In: BEVILAQUA, Címéa; VANDER VELDEN, Felipe (Orgs.). **Parentes, vítimas, sujeitos**: perspectivas antropológicas sobre relações entre humanos e animais. São Carlos/Curitiba: EdUFSCar/Editora da UFPR, p.121-142, 2016.

WEBER, M. **A ética protestante e o “espírito” do capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

Recebido em 28/07/2020.

Aprovado em 08/09/2020.

DE CAVALOS E HOMENS: HISTÓRIA, PODER, ESTRATÉGIAS E REPRESENTAÇÕES

*Ana Paula Garcia BOSCATTI**

*Miriam ADELMAN***

RESUMO: O cavalo, animal que teve um papel fundamental na história moderna, foi também, em contextos específicos, incorporado a regimes simbólicos dominantes, tornando-se signifiante de status, poder e nação. Discutimos algumas manifestações em que o cavalo foi usado para cultivar a ilusão nacional brasileira, em prol da ordem masculina, da “branquitude” e dos privilégios de classe através de representações épicas da guerra. Embora sejam expressões historicamente preeminentes, há também outros sujeitos e práticas que emergem da cultura equestre, deslocando a hegemonia simbólica – sobretudo, as mulheres que ao se mostrarem exímias cavaleiras, desafiam códigos culturais e ressignificam várias dimensões da relação humano-equino. A mudança de práticas e representações também aciona uma feminilização do mundo equestre que avança para modelos afetivos e sentimentais, focando, além de esporte e lazer, vínculos de “cuidado” e serviços como “terapias” (medicalizadas ou não). Essas representações e práticas também nos fazem pensar sobre fronteiras e nuances da relação humano-animal.

PALAVRAS-CHAVE: Cavalos. Poder. Representações. Masculinidade. Humano-animal.

Introdução

Eles eram muitos cavalos, - rijos, destemidos, velozes - entre Mariana e Serro Frio, Vila Rica e Rio das Mortes. Eles eram muitos cavalos, transportando no seu galope coronéis, magistrados, poetas, furriéis, alferes, sacerdotes. E ouviam segredos e

* UFSC- Universidade Federal de Santa Catarina. 88.040-900 – Florianópolis – SC – Brasil. anaboscatti@gmail.com. <https://orcid.org/0000-0002-8463-4099>.

** UFPR – Universidade Federal do Paraná. Setor de Ciências Humanas Letras e Artes. Departamento de Ciências Sociais. Programa de pós-graduação em Sociologia. Programa de pós-graduação em Letras. Curitiba – PR – Brasil. 80060150 - miriamad2008@gmail.com. <https://orcid.org/0000-0003-4482-2578>.

intrigas, e sonetos, líras e odes: testemunhas sem depoimento, diante de equívocos enormes... (Cecília Meireles. Romance LXXXIV, dos Cavalos da Inconfidência).

Equus ferus caballus é o nome científico de um mamífero herbívoro que descende de uma linha evolutiva e habita a terra há cerca de sessenta milhões de anos. A convivência próxima ao *homo sapiens sapiens* fez do cavalo um parceiro para trocas e alianças, que impactaram a vida comum e moldou profundamente a história humana (GUEST; MATTFELD, 2020; DAVIS; MAURSTAD, 2016; KELEKNA, 2008). Essa complexa relação criou laços de sociabilidade que ultrapassam a noção biológica da espécie, inventando modos de vida, sobrevivência, afeto e trabalho.

As transformações evolutivas dessa espécie em direção as áreas de pastagens promoveram uma série de modificações físicas. A consequência dessas transformações anatômicas foi um indivíduo morfologicamente adaptável a sua domesticação principalmente devido à sua utilidade para o transporte (KELEKNA, 2008). Esse fator foi chave para conquistas territoriais e desenvolvimento na agricultura. A busca pelo controle da espécie permitiu que diferentes formas de dominação fossem aplicadas: puxar carros, caçar, servir de animal de carga para minérios e para uso militar em guerras colônias e nacionais. A enorme capacidade do cavalo de se movimentar possibilitou também a maior circulação de pessoas que passaram a se locomover por distâncias maiores e de maneira mais rápida. Deste modo, elas podiam explorar terrenos amplos e diversificados, manter famílias grandes e aumentar seus contatos para alianças e trocas, além de desbravar regiões inabitadas como sugere Samantha Lobato (2013). Ou seja, na medida em que o cavalo era um aliado na manutenção de atividades cotidianas passou a ser igualmente explorado pelo *homo sapiens sapiens*, que habilmente começou a capitalizar sua potência física. Essa complexa relação entre o *equus caballus* e o *homo sapiens sapiens* se aprofundou e diversificou ainda mais com a modificação dos ecossistemas. Teve um papel fundamental como elemento da expansão do Antropoceno¹, ou seja, da era moderna, viabilizando práticas coloniais e capitalistas de exploração vegetal, animal e mineral.

A ciência igualmente colaborou com a garantia da subordinação das outras espécies em relação ao *homo sapiens sapiens*. Donna Haraway (1991, p.08) afirma que o princípio de dominação está profundamente enraizado nas Ciências Naturais. A

¹ Antropoceno é um termo usado por alguns cientistas para descrever o período mais recente na história do Planeta Terra. Em geral está relacionado as mudanças que o planeta vem sofrendo a partir do século XVII com a industrialização, que gerou acentuadas possibilidades humanas de modificar as condições naturais da Terra, seguindo acelerados padrões de destruição. Ver Steffen, Grinevald, Crutze e McNeill (2011).

categoria de natureza é socialmente construída, o que permite que ela seja uma ferramenta política. Deste modo, a noção biológica de *homo sapiens sapiens* foi historicamente criada para diferenciar o humano do animal e com isso naturalizar a relação política que condiciona espécie, gênero, raça e nação.

Todas essas categorias são organizadas por dispositivos de poder que operam elegendo corpos mais ou menos legítimos dentro do que se define como Estado-Nacional. São também os Estados que chancelam as fronteiras sobre o que é “humano” e relevante para a manutenção de suas relações de poder e sistemas de privilégios de gênero, classe e raça. Essa invenção tem como efeito reproduzir a falácia que cientificamente os hierarquizou frente aos outros animais², para a manutenção de um sistema de controle, exploração, capitalização e genocídio do que se entendeu como natureza.

As diferentes sensações e experiências que nasceram da relação entre humanos e cavalos condicionaram uma série de signos sobre guerra, liberdade, masculinidade, colonialismo, soberania e pureza racial. Entretanto, a consolidação desses signos junto as práticas sociais hierarquizadas também produziram o seu oposto, ressignificações e agenciamentos outros, que embora não hegemônicos, disputavam – conscientemente ou não – um campo prático e simbólico. Neste sentido, concretamente, há uma longa história de amazonas e cavaleiras que vem sendo cada vez mais reconhecida como parte do legado equestre da humanidade (ADELMAN, 2020; ADELMAN & KNIJNIK, 2013; LAGIER, 2009), assim como houve povos indígenas das Américas que criaram um saber próprio (e por vezes, até superior) do animal equino trazido pelos colonizadores como aliado e viabilizador da conquista (CAMPHORA, 2017; CLARK, 2001; SLATTA, 1992).

Como sinaliza Anne McClintock (2010) as teorias científicas do século XIX traçavam uma pirâmide hierárquica onde elegiam no topo do desenvolvimento o homem branco europeu, o modelo legítimo de humanidade e cidadania. Segundo sugere a autora, a ideia de Família do Homem desenvolvida por Mategazza naturaliza o progresso histórico como uma “família” descrita apenas pelo homem branco. O que implica que o racismo científico disseminou uma imagem associada a gênero e raça para promover a ideia de progresso. Logo, mulheres, pretos, indígenas, pobres, homossexuais, idosos, pessoas com diversidade corporal e animais deveriam ser dominados, domesticados e consumidos porque não faziam parte do projeto político do Estado-Nação. Esses corpos foram (e muitas vezes ainda são) considerados “sub-humanos” pois lhes conferiram um estatuto de subcidadania. Abraçar a civilidade

² Ver Donna Haraway (1991. p.11).

humana, o progresso nacional era, portanto, subalternizá-los e afastá-los da participação reconhecida em instituições ou de qualquer garantia de direitos. Assim como o “humano [homem]” enquanto categoria biológica estruturou a desigualdade de raça, gênero, classe, sexo e espécie, o *equus ferus caballus* foi igualmente capturado pelo poder, como peça na produção de “regimes de verdade” sobre “civilização”, nacionalidade, gênero, sexo, classe e raça.

A história profunda da relação entre humanos e equinos revela que um mecanismo fundamental da apropriação utilitária e identitária dos cavalos foi sua seleção e reprodução como raças com funções e distinções próprias. Inspiradas em trabalhos pioneiras sobre seleção genética de animais em sociedades modernas como o de Ritvo (1987), estudiosas e estudiosos da história equino-equestre vêm mostrando como raças de cavalos se produzem em relação às hierarquias humanas (GUEST; MATTFELD, 2020; DAVIS; MAURSTAD, 2016). Desde seus destinos diferentes para funções de trabalho no campo ou para o esporte e lazer de elites, complexos processos de seleção genética foram se moldando junto com os conteúdos simbólicos potentes, em referência a grupos sociais particulares ou mesmo se tornando significantes de nação. Assim, por exemplo, os cavalos da raça *Finnish Horse*, “o cavalo finlandês”, teve suas características físicas particulares negociadas através da procriação para tornar-se um símbolo nacional nesse país. Da mesma forma, no Egito a reprodução do cavalo “árabe” foi tanto objeto e sujeito do colonialismo e seus aspectos raciais e de gênero quanto da globalização e a financeirização das relações, como mostram Davis e Maurstad (2016). No Brasil, foram várias as raças historicamente construídas e identificadas como produto e significantes da brasilidade (CAMPHORA, 2017). Ou ainda, associadas a histórias regionais, como no caso da raça crioula da região sul, um cavalo “rústico” que hoje se tornou objeto de uma grande indústria, acompanhada por fortes discursos identitários (ADELMAN; CAMPHORA, 2020).

Gênero, raça, classe e nação

O êxito performativo das narrativas conduzidas pelo poder depende não só da linguagem, mas da ritualização repetida dessas representações e práticas. Por isso, é comum durante as datas cívicas e as festas que celebram a identidade nacional contarem com a performance de corpos masculinos junto a cavalos, remetendo-se claramente a práticas militares de conquista e construção da nação, da época em que homens guerreavam prioritariamente no lombo destes animais. A masculinidade heroica

flagrada em discursos sobre a vitória na guerra garante a manutenção da ordem masculina nacional. A colonialidade de gênero³ impôs um sistema de representação transmitido pela cultura popular e pelo discurso científico que identificou o corpo masculino como o mais legítimo para incorporar a soberania nacional. A preservação da hegemonia política sexual parece enraizar-se no status de autoridade dos corpos brancos, masculinos, reprodutivos e heterossexuais.

No Brasil, país de grande tradição equestre, podemos traçar também a genealogia da figura masculina de poder no lombo do cavalo – e quem é incluído, quem excluído desta construção. No brilhante livro de Richard Miskolci (2012), revelam-se as dinâmicas fundamentais da construção da masculinidade hegemônica a partir da gestão biopolítica que se implementou na transição do Império para a República. A formação da nação era liderada por um projeto de hegemonia política que diagnosticava a sociedade como uma realidade biológica, racialmente sistematizada e cujo futuro dependia do embranquecimento, e de um determinado “projeto de família”. Isso permitia que as inseguranças raciais, sexuais e de gêneros estivessem relacionadas, produzindo uma sociedade que vivia através do medo, no qual negros, mulheres e homossexuais eram percebidos como ameaças reais, associadas à anormalidade. Dentro dessa perspectiva, o medo exigia regulação e disciplinamento por parte do Estado e das instituições médicas e jurídicas. O Estado passava a controlar as relações sexuais que estavam fora da esfera da racialização “adequada” e impunha um padrão de discursos que tinham por objetivo o branqueamento como pano de fundo para a civilidade baseada em práticas discriminatórias e formas sutis de rejeição. A regulação da intimidade afetiva e sexual, é uma peça chave para compreender como o ideal reprodutivo, heterossexual, branco e viril, assumiu o protagonismo do “desejo da nação”. Esse processo flagrou as fronteiras da heterossexualidade compulsória no Brasil.

Assim, a história de práticas e enunciados sobre raça, sexo, gênero produziram em regulação em relação aquilo que se define como nacional, oferecendo a essas ideias um regime de visibilidade e linguagem. A heterossexualidade, como parte da narrativa

³ Para María Lugones (2008), o sistema moderno colonial utiliza de estratégias e práticas discursivas para colonizar os nativos (homens e mulheres) que contém profundas dimensões de gênero. A colonialidade de gênero é um fenômeno amplo, um dos eixos do sistema de poder e, consequentemente percorre o controle do acesso ao sexo, a autoridade coletiva, o trabalho e a subjetividade/intersubjetividade, atravessando também a produção de conhecimento através do próprio interior dessas relações intersubjetivas. Resumindo, toda forma de controle do sexo, da subjetividade, da autoridade e do trabalho existe em conexão com a colonialidade. Para Lugones (2008) entender os traços historicamente específicos da organização do gênero em seu sistema moderno colonial (como o dimorfismo biológico, a organização patriarcal e heterossexual das relações sociais) é fundamental para entendermos como essa organização acontece de forma diferente quando somada às questões raciais.

nacional é um dispositivo de reprodução do corpo nacional, junto à supressão ou redução da atividade feminina⁴. Dentro dessa perspectiva, a ficção nacional em geral condiciona os modelos de gênero à matriz heteronormativa e reprodutiva.

Nesse sentido, um determinado tipo de corpo masculino figura em grande parte das iconografias produzidas para recriar grandes momentos da História brasileira. O poder é relacionado aos homens brancos, viris e das elites nacionais⁵. A consagração das narrativas heroicas, seja em momentos de glória para reforçar o corpo masculino no poder, ou até mesmo em momentos de insegurança, para conduzir a narrativa da guerra, são efeitos da dominação simbólica masculina.

A busca pela preservação ou purificação do que se entende como raça, também foi acionada para o melhoramento de algumas espécies animais. A tecnologia do pedigree, que começa a surgir no século XVIII, aplicada à seleção genética de animais, é mais um curioso desdobramento de preocupações humanas de hierarquia, controle e distinção. Como mostra Natacha Leal (2015), trata-se de um mecanismo que, a partir do parentesco, busca estabelecer relações de pureza e distinção entre os ascendentes e descendentes. As tecnologias de purificação de raças animais mantêm continuidade com noções e estruturas de diferenciação entre humanos; se os animais em geral são um signo para o “outro” aniquilável, o pedigree é usado para diferenciar e classificar a fim de naturalizar essa relação política em que alguns (humanos, e/ou não humanos) adquirem mais valor do que outros. Ter “a propriedade” sobre um animal com pedigree também pode se tornar um signo de civilidade, pureza racial e prestígio econômico.

O cavalo, apesar das múltiplas funções em diversos contextos humanos, foi muitas vezes transformado em signo de distinção social, da pureza racial e de soberania masculino. No contexto brasileiro foi, como assinalamos, grande veículo da colonização europeia. Ele chega inicialmente ao Brasil através de uma unidade da cavalaria que se instalou em Pernambuco. Outros estados do Sudeste e do Sul do país passam a incorporá-lo para ajudar os colonizadores na manutenção das fronteiras e nas disputas com as populações indígenas (ADELMAN; CAMPHORA, 2020). Entretanto, se tornou parceiro também da população trabalhadora, como companheiro no trabalho cotidiano, facilitador da mobilidade e objeto de afeto e estima. Hoje em dia, em comunidades rurais

⁴ Ao implementar a heteronormatividade como modelo nacional regulador, capturam-se os úteros que têm como função principal produzir e reproduzir a força de trabalho, ou seja, o útero garante a acumulação capitalista. Ver Preciado (2019, p.71). Nessa perspectiva, a ficção nacional em geral condiciona os modelos de gênero à matriz heteronormativa e reprodutiva.

⁵ Indagar esta dinâmica da construção da masculinidade colonizadora, do ‘homem viril’ que desbrava fronteiras e constrói nações, é tarefa fascinante e necessária. As disputas simbólicas e práticas que se dão em torno dela têm sido objeto de inúmeras contribuições, em outros contextos nacionais. Conferir com Kosofsky-Sedgwick (2015) e Kimmel (2011).

do país, muitas identidades e atividades culturais incorporam ou giram em torno deste animal. Ele fez parte igualmente de diversas culturas regionais de rodeio (ADELMAN; BERNAVA, 2019) e adquiriu significados sociais diferentes, como por exemplo no sul do país, onde o cavalo crioulo, é celebrado como resistente, forte, de pequeno porte e grande “coração” (ADELMAN; CAMPHORA, 2020), servindo como significante para a legitimação cultural das camadas populares em relação ao avanço da depredação “modernizadora”.

Apesar do seu profundo vínculo com um rural vibrante – e que luta por sobreviver – até recentemente, a representação histórica do cavalo como animal de elite tinha, no Brasil, foi uma força discursiva contundente e pouco contestada.⁶ Prevalece o esforço semiótico em significar o cavalo junto a estratégias de representação política, traçando um mapa do poder que produz regimes de verdade através da preservação da hegemonia sexo-racial.

A tradição monárquica nacional e seu poderoso sistema de representação conduzidos por artistas financiados pelo Império cultivava a ilusão nacional em garantir a ordem masculina nacional, a pureza racial e os privilégios de classe através das representações épicas da guerra. Nessas obras, cavalos negociam imaginários de batalhas, vitórias, massacres e força física sem deixarem de sutilmente reforçar uma estrutura de poder assentada em questões de gênero e suas intersecções. Neste sentido também, o cavalo se mostra um agente da história, um ator não humano que participa ativamente da composição de narrativas de soberania nacional, mas que – como veremos no final deste artigo – participa também da reinvenção de relações e significados sociais.

A ficção política dos cavalos

No final de maio de 2020, no mesmo dia em que as ruas dos EUA diziam não ao racismo estrutural e em São Paulo-SP torcidas organizadas inimigas se uniam para exigir a manutenção da democracia, Jair Bolsonaro⁷ desfilava a cavalo erguendo-se sob controle da natureza, a eminência da guerra e a glória do pedigree. A tradição cavalheiresca era redefinida através do cavalo geneticamente semeado em gerações de cruzamentos regulados sob modelos desempenho físico e reprodutivo, simulando a

⁶ Uma hipótese de pesquisa nossa seria que mudanças recentes nos discursos sobre a importância e papel social do cavalo reportem menos à valorização do modo de vida rural das comunidades e muito mais aos crescentes usos do cavalo como animal de esporte, lazer – e mesmo, de terapia – para as classes médias urbanas.

⁷ Assumiu a presidência do Brasil em 2019. No período da redação deste texto ele estava sem partido.

vitória da pureza étnica, alegoria sexo-semiótica do seu projeto racial masculinista. Como aludimos, cavalos e ficções sobre a identidade nacional se juntam em guerras simbólicas sobre regimes políticos e suas regulações. Assim, Jair Bolsonaro aproveitava a pandemia e a insegurança nacional para recriar suas alegorias e refundar os mitos nacionais. Apesar de sua apresentação rude, Jair Bolsonaro e sua equipe traçam suas estratégias políticas a partir de performances públicas cuidadosamente orquestradas para delimitar e significar sua política: através de cavalos, jet-skis e espalhamento de fluidos corporais⁸ que enunciam a guerra, o neoliberalismo, a pureza étnica e o masculinismo reprodutivo.

Figura 1 - Performance pública de Bolsonaro, manutenção do poder masculino frente à insegurança nacional.



Fonte: Dida Sampaio/Estadão Conteúdo.

Montado a cavalo junto à cavalaria, Jair Bolsonaro, desfilava no meio dos seus apoiadores que acenavam e gritavam seu nome. A política recente do Brasil está marcada pelo uso performático de elementos discursivos que figuraram a respeito da nacionalidade em outros momentos da História, mas que são reapropriados a fim de resignificar sentidos. O Estado cria suas ficções, reinventa seus signos e performances públicas sobre a identidade nacional na esperança de agir contra a ameaça da

⁸ Ver Ana Paula Garcia Boscatti (2020).

instabilidade. O corpo masculino sobre o cavalo produz códigos de identificação sobre a soberania nacional. A política se faz numa disputa sexo – semiótica (PRECIADO, 2010). Se, na sua versão mais recente de encenação e ensaio, um homem que está no executivo investe na imagem de si como “líder a cavalo” para angariar legitimidade simbólica em tempos escabrosos, é porque a estratégia de teatralizar performances públicas com cavalos frente a insegurança institucional é recorrente no imaginário nacional brasileiro.

Criado em 1888, o quadro *O Grito do Ipiranga*⁹ de Pedro Américo inventava a mitologia da independência do país em que D. Pedro I declarava: – independência ou morte. O cenário, nos campos do Ipiranga, revelava um dos mais novos personagens nacionais: cavalos.

Figura 2 - Independência ou Morte, 1888, óleo sobre tela, 415 cm x 760 cm, Pedro Américo, Museu Paulista da USP, São Paulo.



Fonte: História das Artes. Disponível em: <https://www.historiadasartes.com/sala-dos-professores/independencia-ou-morte-pedro-americo/>. Acesso em: 19 out. 2020.

Segundo sinaliza Laura Giordani (2016) no Segundo Reinado a Academia Imperial de Belas Artes (AIBA) escolheu a Pintura Histórica como manifestação capaz de ficcionar uma identidade nacional através da invenção de uma biografia visual do Brasil. Igualmente o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) procurava traçar uma topografia brasileira, consolidar e documentar a História oficial do Brasil

⁹ O nome original do quadro de Pedro Américo de Figueiredo e Melo é *Independência ou Morte*, no entanto, ele ficou conhecido como *O Grito do Ipiranga*.

para que fossem lembradas e cultuadas. As duas instituições trabalharam juntas em seu objetivo: O IHGB escolhia os momentos históricos que eram importantes para o Brasil enquanto a AIBA fazia com que os artistas elaborassem obras com os temas escolhidos (CASTRO, 2007).

Pedro Américo de Figueiredo e Melo foi o responsável por criar a imagem oficial do Sete de Setembro. Em janeiro de 1886 assinou o contrato e imaginava o que era esperado dele, uma vez que ele já tinha experiência na elaboração de Pintura Histórica em sua carreira (como foi com seu quadro A Batalha de Avaí de 1877). Para Giordani (2014), Pedro Américo tinha consciência do impacto que seus quadros teriam na historiografia brasileira. Havia muita expectativa por parte da AIBA e do IHGB em relação ao seu trabalho. Especialmente porque a monarquia estava dando finais de esgotamento a família real e o Imperador pessoalmente estavam perdendo força e alianças políticas. Frente a isso, a família real que havia financiado os estudos de Pedro Américo por anos, necessitavam de uma imagem positiva de D. Pedro I como libertador do Brasil representando a luta, o nacionalismo e a bravura para o expectador.

Deste modo, as festas em torno da Independência significaram esforços coletivos em homogeneizar a identidade nacional. Somente em 1870 (quarente e oito anos depois do evento) que o Sete de Setembro se tornou feriado. D. Pedro II assumia o trono como uma figura mítica e salvadora buscando assegurar a continuidade do poder, uma vez que o Governo Regencial foi cercado por rebeliões separatistas. O Segundo Reinado criava seus sistemas de títulos¹⁰, heróis, rituais, símbolos, honrarias para consolidar o pertencimento nacional.

O feriado do Sete de Setembro, suas festividades e a figura de D. Pedro I como herói foram resultado dos esforços do Segundo Reinado em formar uma identidade nacional para os brasileiros. O interessante a respeito da Independência é que o Sete de Setembro de 1822 se tornou feriado nacional e reconhecido como o dia da libertação do Brasil apenas no ano de 1870, quarenta e oito anos após o ocorrido. Existia a necessidade dar uma nacionalidade aos brasileiros, de criar símbolos e heróis brasileiros para dar sentimento de pertencimento e orgulho ao povo.

No quadro Independência ou Morte – ou O Grito do Ipiranga – existem seis principais relações de poder associadas a personagens: o poder militar, o poder político-econômico, o poder masculino, o poder racial, o poder humano sobre o não-humano

¹⁰ Como mostrou Lília Schwarcz (1998, p.49), Pedro II teve a construção da sua imagem popular como um “mártir da nação”, um dos muitos elementos que construíram a memória desse mártir para a autora estava ligada a mãe de Pedro II ter sucumbido ao parto.

(cavalos e bois) e o poder nacional. Essas seis formas de poder apresentadas se associam a agentes não-humanos (cavalos e bois) para ganharem significado.

No centro da Imagem D. Pedro I levanta a espada e declara a independência, junto a ele figuram outras personalidades influentes. Essa relação se estabelece não só pela proximidade do príncipe, como também pelo tipo de traje que estão usando. Se compararmos o grupo de homens que estão junto a Pedro I, com o personagem popular da extrema esquerda da imagem, percebemos que as roupas rasgadas e dobradas do segundo se contrapõe aos trajes aristocráticos completos com botas, casacos, coletes e chapéus. Observa-se no grupo de apoiadores diretos de D. Pedro I pelo menos três tipos de chapéus: um chapéu que é como um quepe (só que mais alongado) que geralmente é usado por líderes das forças militares, a cartola que simbolicamente está associado ao capitalismo financeiro um signo que remete especialmente aos banqueiros e finalmente, o tipo de chapéu de duas pontas usado por D. Pedro I, mas globalmente famoso por ser um emblemático signo associado a Napoleão Bonaparte.

Alguns desses homens levantam seus chapéus a fim de saudar a ação de Pedro I, reforçando os vínculos políticos e alianças de poder no momento da independência. Nesse sentido, o quadro busca mostrar que o Brasil, recém-independente teria suas próprias elites nacionais e estruturas de poder organizadas que dariam suporte a gestão do Imperador brasileiro. Os apoiadores do Império estão todos montados em cavalos, inclusive D. Pedro I que estaria conduzindo um “cavalo alazão”. Mas segundo contam relatos da época como o do padre mineiro Belchior Pinheiro de Oliveira¹¹, Pedro I na verdade, montava uma mula de carga que era o animal mais usado na época para percorrer os caminhos íngremes e enlameados. A imagem busca reforçar essa distinção, onde o cavalo parado e orgulhoso exibe a sua glória física, semeada em gerações de relações de parentesco forjadas para a glória do seu pedigree, assim como costumam fazer as monarquias.

Por outro lado, a figura do homem pobre, não branco (a esquerda do quadro) conduzindo bois de carga e nenhuma arma (somente uma vara longa de madeira para tocar o gado) figura como um contraponto. Esse ator reforça uma oposição a essa estrutura de poder, onde a associação aos cavalos é designada à corpos brancos e os bois à trabalhadores braçais. Além das suas roupas estarem rasgadas, ele está descalço e usa um chapéu de palha. O personagem está no exercício do seu trabalho e possivelmente é um escravo. As toras de madeira que os bois carregam fazem referência ao trabalho árduo e pesado, em contraposição a agilidade dos cavalos que parecem percorrer as margens do rio Ipiranga com rapidez. O trabalhador olha com admiração (talvez um

¹¹ Ver Ricardo Welbert (2015) e Laurentino Gomes (2014).

pouco impressionado) para D. Pedro I em concordância com nova organização política do Brasil.

Essa personagem é utilizada como uma sugestão ao apoio popular de D. Pedro I. Essa leitura é possível pois ao segurar sua longa vara de madeira, diferente dos outros personagens brancos ele não aponta sua vara para o Imperador a fim de saudá-lo, ao contrário, ele a coloca para baixo indicando submissão. Se um corpo negro, em posse de uma vara de madeira a apontasse em direção ao Imperador e sua estrutura de poder político econômica a ideia que transcorreria seria a de insurgência e não aceitação. Colocá-lo como um aliado do Império é também legitimar a escravidão. Enquanto os corpos brancos masculinos são figuras de poder e montam em cavalos, esse homem negro, está destituído de poder. Na imagem, os cavalos supõem o poder soberano masculino e branco. Portanto, conduzir bois de carga é simultaneamente destituí-lo de uma possível relação ao poder e também desautorizá-lo de uma possível associação à masculinidade hegemônica.

O poder militar da cavalaria sugere ao quadro um tom épico, o movimento, a luta, a chegada da armada atravessando o Rio Ipiranga, conflagra o poderio bélico brasileiro que auxiliaria a manutenção da ordem e das fronteiras nacionais. Os cavaleiros vestem seus trajes militares completos e impunham a espada à frente a fim de saudar o Brasil independente. Ao alinharem suas espadas na direção de D. Pedro I saúdam o futuro e atestam a aliança das forças de guerra com o Imperador. Os cavalos igualmente potentes e valentes retratam o poder bélico masculino presente em todo o quadro, nesse sentido, os cavalos são signos da naturalização semiótica da guerra, do combate, da possibilidade de libertação ou o anúncio da morte.

O poder humano sobre o não humano (cavalos e bois) naturaliza a relação política que associa o domínio do homem branco sobre os princípios de espécie, raça, gênero e nação. A garantia da civilidade brasileira estaria preservada com o controle da natureza e a subalternização dos corpos não masculinos e brancos. O poder nacional se apoia na hegemonia sexo-racial do poder para teatralizar a identidade nacional, o patriotismo, a proteção das fronteiras, etc. Assim rodeado de signos sobre a guerra e a consolidação da pátria se naturaliza outra forma de governo onde a morte se torna uma ferramenta de ação do poder. As técnicas de morte prevalecem sobre algumas populações em nome da soberania, da identidade nacional e, muitas vezes, da manutenção da fé. O trabalhador não branco que conduz sua manada na pintura *O Grito do Ipiranga*, não figura meramente ao acaso na obra. Ele é o personagem abjeto, o corpo extinto de poder, por onde as técnicas de governo exercem sua força de extermínio racial, sexual, cultural, etc.

Nesse sentido, o cavalo, seja ele simbolicamente montado por D. Pedro I ou por Jair Bolsonaro foi igualmente cooptado pelo poder para produzir e vender significados consumíveis sobre raça, classe e masculinidade. A atualização do mito da independência também revela novas nuances sobre a política nacional. Enquanto cavalga nas ruas de asfalto do Centro-Oeste brasileiro, Bolsonaro também busca produzir significado e representação para o eleitor do interior do Brasil que encontra no cavalo um personagem em comum. As performances públicas do presidente são coreografadas para através dos signos produzirem significado social.

O poder negocia imaginários, ou seja, sistemas de representação, que são regionais e nacionais, mas também transcendem as próprias realidades configurando experiências desterritorializadas. A ascensão das mídias que financeirizam as manifestações culturais tornando-as potentes produtos comercializáveis, rematerializam o senso de pertencimento nacional. Ao rematerializarem as representações através da imaginação formam um campo organizado de práticas sociais que abrem a perspectiva entre indivíduos de negociarem campos de possibilidades local e globalmente definidos. A partir dessa ideia Arjun Appadurai (1997) nos evoca a entender uma dimensão da nação moderna: a territorialidade. Ao reconhecer que a nação é algo imaginado, o autor igualmente reconhece uma crítica possível a essa ideia: é a imaginação nos conduzirá para além da nação. Portanto, Appadurai (1997) reconhece o trabalho crítico de imaginação e reconhece a dificuldade em construir geografias morais pós-soberanas.

O desenvolvimento do capitalismo ao longo dos anos cria novos modelos de cidades neoliberais-globais que se redesenham em imagens e consumo. Jair Bolsonaro e a mitologia bélica que performatiza se recriam e se transformam na fantasia armamentista dos *agroboys*, ou *cowboys* urbanos. A potência física e bravura se misturam a esteroides e fármacos que junto ao um estreito sistema masculinista reprodutivo sugerem soberania. Uma acumulação cognitiva de signos globais conecta cidades com seus sistemas de símbolos mercantilizáveis tornando-os espaços abstratos, mas ao mesmo tempo privatizados pelo capital.

Na fantasia do domínio da natureza pelo “homem”, a tecnologia desponta como linguagem possível para a reinvenção das suas “fraquezas”. Da mesma forma em que o animal teve que se tornar máquina para compor um sistema exploratório do abjeto e subalterno, a máquina também se tornou progressivamente animal originando novos sujeitos políticos. A genética, as tecnologias biológicas informáticas e financeiras configuram as atuais tecnologias de governo e transformam a constantemente a ideia de natureza. As caminhonetes e artefatos comerciais assim como o sistema de mitologias que inventaram o cavalo como signo nacional ou regional rematerializam a força,

erotizam a relação com o poder, criando uma nova interface que envolve tecnologia, dominação, submissão, masculinidade e soberania.

O poder e suas resistências

Tentando pôr em frases a minha mais oculta e sutil sensação – e desobedecendo à minha necessidade exigente de veracidade – eu diria: se pudesse ter escolhido queria ter nascido cavalo. Mas – quem sabe – talvez o cavalo ele-mesmo não sinta o grande símbolo da vida livre que nós sentimos nele. Devo então concluir que o cavalo seria sobretudo para ser sentido por mim? O cavalo representa a animalidade bela e solta do ser humano? O melhor do cavalo o ente humano já tem? Então abduco de ser um cavalo e com glória passo para a minha humanidade. O cavalo me indica o que sou. (Clarice Lispector, *Seco Estudo de Cavalos*).

Voltando ao começo de nossas reflexões com mais um olhar de outro lugar – o do discurso poético – vemos claramente que as representações do poder, a dominação e a conquista de status social não esgotam o universo simbólico que se constrói sobre cavalos na sociedade brasileira. Os questionamentos que emergem das palavras de duas das mais importantes escritoras do século XX significam este animal de uma maneira aberta e polissêmica. Para Cecília Meireles (1972), os cavalos são criaturas sensíveis que, “ouvindo segredos e intrigas, e sonetos, líras e odes”, tornam-se testemunhas de uma história que são obrigados a carregar no lombo, mas talvez tenham como nos revelar algo sobre os “equivocos” do mesmo. Na prosa poética da Clarice Lispector (1999), ressoa não só a percepção da sensibilidade, liberdade, senão a e a possibilidade de que, através dos cavalos, haja uma chance de reencontrar uma “animalidade perdida” que também nos torna mais (livremente, sensivelmente) humanos.

Ao mesmo tempo e desde dentro de um novo campo que procura refletir sobre as relações humano-animais em sociedades submersas em crise social e ecológica, Halberstam (2014) nos alerta da importância não nos limitarmos ao metafórico ao repensar nossa relação com outras espécies, pois o desafio maior é de reconfigurar práticas. De fato, é fácil, e muitas vezes muito confortável, projetar nossas fantasias e desejos nos seres de outra espécie que nos servem, nos acompanham e talvez nos permitam negar ou aceitar o que nós somos. Por outro lado, nossas projeções, mesmo as mais “antropomórficas”, nunca são “apenas isso”; são, pelo contrário, formas – por falhas ou perspicazes que sejam – de captar, expressar, significar e (re)construir relações

sociais fundamentais, além de tantas vezes exprimir o forte assombro que os humanos sentem face a criaturas tão diferentes, mas também tão parecidos a nós.

Assim, da diversidade de sujeitos e práticas brotam fantasias e desejos que não se alinham apenas ao hegemônico. Como já assinalamos, homens de grupos subalternos e mulheres diversas também dependiam do equino para o trabalho e o transporte, e desenvolveram vínculos que podiam extrapolar em muito critérios apenas utilitários. Há uma ampla literatura que mostra como mulheres europeias desafiavam desde tempos pré-modernos as limitações impostas, com maior ou menor força, à mobilidade e aos comportamentos femininos (ADELMAN, 2020). Há histórias latino-americanas, não só de homens revolucionários que atravessam desertos e florestas no lombo do cavalo – como os lendários Pancho Villa e Emiliano Zapata mexicanos – mas também de mulheres que alcançaram o status de heroínas, como a cangaceira Maria Bonita, a guerreira Anita Garibaldi – exímias cavaleiras até hoje admiradas por terem ultrapassado barreiras socioculturais impostas e reproduzidas com ferocidade – e a protagonista ficcional Maria Moura de Rachel de Queiroz (2004), certamente inspirada em mulheres como estas. Quando mulheres da segunda parte do século XX no estado de Rio Grande do Sul, incentivadas pelo progresso feminino de derrubar barreiras em diversos âmbitos da vida social, passam a reivindicar sua visibilidade nas práticas e no imaginário do “tradicionalismo gaúcho”, lançam mão da única figura feminina do sul de Brasil a alcançar o status de herói a cavalo parecido ao de muitos homens, batizando seu próprio “piquete”¹² de Piquete Anita Garibaldi (Sant’Ana, 1993).

Numa trajetória histórica que se remonta até outros tempos em que sociedades inteiras dependiam do equino e com evidências arqueológicas sugerem que as mulheres participavam plenamente de culturas equestres e seus desafios (LAGIER, 2009), chegamos à contemporaneidade com elementos de profunda modificação em nossa relação com os equinos. Pickel-Chevalier (2017a) mostra como em várias sociedades ocidentais, o cavalo começa, a partir do final do século XIX, a ser representado segundo um novo paradigma, não mais como instrumento de trabalho, senão como “alter ego” – reflexo e apoio para pessoas que sofrem do mal-estar da civilização ou simplesmente precisam de um “amigo verdadeiro” para poder prosseguir com suas buscas existenciais. Embasando seu argumento em uma ampla pesquisa de formas de representação da relação humano-equino na literatura e no cinema franceses e norte-americanos, Pickel-Chevalier (2017a) apresenta um novo modelo com a tendência à sentimentalização, no

¹² Associação de cavaleiros que montam juntos.

qual o par humano-equino é frequentemente (mas nem sempre¹³) retratado como o laço entre uma garota e seu cavalo. Assim, num mundo humano de relações econômicas, sociais e pessoais instáveis, o cavalo passa a ser valorizado – podemos dizer, “imaginado” – como uma criatura com capacidades enormes de “curar”, ou auxiliar na cura do humano que sofre.

Mudam práticas e representações. As mulheres tornam-se amadoras e profissionais do mundo equestre, desde a medicina veterinária até os diversos ramos esportivos. Como Pickel-Chevalier (2017b) também aponta, ocorre de maneira concomitante à feminilização dos esportes equestres, um certo engessamento – vem se convertendo num universo esportivo – cada vez mais engolido por regras, regulamentos e organização burocrática. Desta maneira, ao mesmo tempo em que se ampliam as possibilidades para mulheres e meninas se acharem, no mundo equestre, em atividades profissionais e de lazer, há uma domesticação do que em outro momento pode ter sido experienciado como aventura e quebra de códigos, matizando os sentidos de transgressão que o cavalgar tinha em determinados tempos e espaços – onde e quando por exemplo, às mulheres era imposta a domesticidade e até o montar apenas “à la amazone” (com vestido longo e com sela especial, com as duas pernas jogadas para o mesmo lado do animal).

No Brasil, a “feminilização” do mundo equestre é ainda irregular, devido provavelmente ao vasto mundo da ‘equitação do trabalho’ onde as mulheres têm participação ainda pouco expressiva¹⁴. Contudo, mulheres e meninas são uma presença visível, e por vezes paritária, em cavalgadas e atividades equestres no meio rural, e maioria no cotidiano dos esportes equestres elitizados, mesmo que no topo da categoria esportiva profissional, sua representação ainda não é proporcional (ADELMAN, 2010). Como vemos, há uma ruptura na hegemonia simbólica estabilizada através de séculos de história colonial, com nuances e consequências que deverão vir a ser objeto de muitas novas indagações.

¹³ De fato, Pickel-Chevalier (2017a) nota que numa boa parte da literatura infanto-juvenil de língua inglesa e francesa no período que antecede nossa atual ‘pós-modernidade’, as relações privilegiadas eram as que uniam um garoto vulnerável e seu animal.

¹⁴ Há, aparentemente, poucos (talvez inexistentes) dados sobre a participação das mulheres na lida do gado, no esporte, nas provas mais prestigiosas do mundo do cavalo crioulo, como o ‘freio de ouro’. As competidoras ainda são poucas, embora seu número em outras áreas, como o “laço comprido” tenha crescido. (ADELMAN & BECKER, 2013).

Por outro lado, o novo papel do cavalo na cura – nas diversas terapias que se institucionalizam¹⁵ – é claramente feminilizado. Uma rápida busca pelas redes sociais rende uma pletora de páginas de mulheres profissionais que oferecem diversos tipos de serviços e programas, alguns mais baseados em modelos medicalizados (da psicologia e medicina convencional e reconhecidas) até “constelação com cavalos”, “*coaching* com cavalos” e outras atividades embasadas em filosofias popularizadas de auto-ajuda – fantasias da corrente *New Age* que nos aconselham a “escutar o cavalo” para procurar, e achar, o nosso “eu autêntico”.

De fato, vivemos em um mundo onde tudo “se terapiza” (ILLOUZ, 2008; LASCH, 2018) enquanto o mundo humano se embrenha cada vez mais na sua própria capacidade de destruir a natureza, outras espécies e seres humanos subalternizados. Desta maneira, não deveria surpreender que surjam até “contramitos”, que de certa forma se apropriam de um legado – do cavalo que ajudou mulheres a se mostrarem competentes como aventureiras, viajantes, “bandidas” e posteriormente, como atletas em diversos esportes, desde o rodeio até o adestramento – para associar ao cavalo a capacidade de fazer fruir ou materializar “o poder feminino”.

Com isto, não se trata de negar a capacidade “terapêutica” deste animal, que é percebida e posta a render nos mais diversos contextos¹⁶. A questão é termos o devido cuidado sociológico ao reconhecer quão importante, e ainda tão pouco discutido, é este fenômeno. O cavalo sempre foi importante para mulheres e para povos diversos, foi animal de trabalho, de guerra, esporte e lazer, deu mobilidade para pessoas, homens e mulheres, que muitas vezes tinham uma relação utilitária com este animal, mesmo quando nutrissem afeto por ele. Tem servido como poderosa metáfora de diversos tipos de relações sociais, construídas estas a partir das desigualdades de classe, gênero e étnico-raciais¹⁷. Como os estudos sobre humanos e animais vêm mostrando – e aqui podemos resgatar as contribuições poéticas da Clarice Lispector (1999) e da Cecília Meireles (1972), ao lado da advertência importante de Jack Halberstam (2014) – é

¹⁵ Um exemplo da institucionalização é a Lei 13.830 (criada por Flavio Arns) que regulamenta a equoterapia como método de reabilitação de pessoas com deficiência e que foi sancionada em 2019. (BRASIL, 2019).

¹⁶ Desde os programas que mostram a forte contribuição equina em muitos tipos de reabilitação física de crianças e adultos, até para esforços de prevenção e reabilitação social. Ver Thompson-Hernández (2020), para um trabalho recente que documenta uma comunidade negra pobre dos EUA, que procura o resgate de tradições equestres para criar oportunidades e caminhos são para sua juventude.

¹⁷ O recente movimento BLM (*Black Lives Matter*) tem gerado visibilidade e ímpeto novos para o segmento equestre organizado por e para a comunidade negra dos EUA. Suas lideranças – que incluem hoje mulheres e homens – enfatizam o apagamento histórica do vibrante legado do *cowboy* negro e promovem a expansão atual do espaço de equitadores negras e negros, em atividades de lazer e/ou esporte profissional (THOMPSON-HERNÁNDEZ, 2020).

fundamental reconhecer o que os agentes não humanos nos permitam enxergar, sobre o que nos tornamos, sobre o que nós somos. Deixar que nos inspirem a repensar as relações sociais das quais eles também fazem parte fundamental pode sim, nos ajudar a descobrir e criar novos caminhos e práticas para sair dos atuais impasses da sociedade capitalista, ocidentalizada, patriarcal e ecocida. Nisso, o cavalo como metáfora de liberdade, sensibilidade e coragem, pode iluminar nosso olhar e nos inspirar a refazer caminhos.

OF HORSES AND MEN: *HISTORY*, POWER, STRATEGIES AND REPRESENTATIONS

ABSTRACT: *The horse, an animal which played a fundamental role in modern history, was also, within specific contexts, incorporated into dominant symbolic regimes, as signifier of status, power and nation. In this article, we discuss some of the manifestations in which the horse was used to cultivate Brazilian national illusions, in favor of patriarchal order, whiteness and class privileges, as demonstrated in epic representations of war. Although they are historically prominent expressions, other subjects and practices also emerge from Brazilian equestrian culture, destabilizing the symbolic hegemony, above all, women who, by showing themselves to be expert horse riders, defy cultural codes and resignify various dimensions of the human-equine relationship. Moreover, changes in practices and representations also triggers a feminization of the equestrian world which advances towards affective and sentimental models, focusing, in addition to sports and leisure, bonds of “care” and services such as “therapies” (medicalized or not). These representations and practices also give us food for thought on the boundaries and nuances of the human-animal relationship.*

KEYWORDS: *Horses. Power. Representation. Masculinity. Human-animal.*

DE CABALLOS Y HOMBRES: *HISTORIA*, PODER, ESTRATEGIAS Y REPRESENTACIONES

RESUMEN: *El caballo, un animal que desempeñó un papel fundamental en la historia moderna, también fue, en contextos específicos, incorporado a los regímenes simbólicos dominantes, convirtiéndose en significativo de estatus, poder y nación. Discutimos algunas manifestaciones que se utilizó el caballo para cultivar la ilusión nacional*

brasileña, a favor del orden masculina, de la 'blancura' y de los privilegios de clase a través de representaciones épicas de la guerra. Aunque son expresiones históricamente preeminentes, hay también otros temas y prácticas que surgen de la cultura ecuestre, desplazando la hegemonía simbólica, sobre todo las mujeres que, al mostrarse como jinetes exquisitos, desafían los códigos culturales y resignifican diversas dimensiones de la relación hombre-equino. El cambio de prácticas y representaciones también desencadena una feminización del mundo ecuestre que avanza hacia modelos afectivos y sentimentales, centrándose, además de en los deportes y el ocio, en vínculos y servicios de "cuidado" como las "terapias" (medicalizadas o no). Estas representaciones y prácticas también nos hacen pensar en los límites y matices de la relación humano-animal.

PALABRAS CLAVE: Caballos. Poder. Representaciones. Masculinidad. Humano-animal.

REFERÊNCIAS

ADELMAN, Miriam. Mulheres, cavalos, vidas cruzadxs: domadxs, domesticadxs, selvagens? *In*: WENETZ, Ileana; ATHAYDE, Pedro; LARA Larissa (eds). **Gênero e sexualidade no esporte e na educação física** (Ciências do esporte, educação física e produção do conhecimento em 40 anos de CBCE - v. 6). Natal: UFRN p.123-138, 2020.

ADELMAN, Miriam. Women who ride: constructing identities and corporealities in equestrian sports in Brazil. *In*: GRENIER-TORRES, Crystelle. **L'Identité Genrée au Cœur des Transformations**. Paris: L'Harmattan, 2010.

ADELMAN, Miriam; BECKER, Gabriela. Tradition and transgression: women who ride the rodeo in southern Brazil. *In*: ADELMAN, M.; KNIJNIK, J. **Gender in equestrian sport: riding around the world**. Dordrecht/Heidelberg/New York/London, Springer, 2013, p.73-90.

ADELMAN, Miriam & BERNAVA, C. Carla. O rural inesperado: diversidade e rupturas no mundo do rodeio. *In*: PEREIRA, Erik G. Barbosa; SILVA, Alan Camargo. **Educação Física, Esporte e Queer: Sexualidades em Movimento**. Curitiba: Appris.2019.

ADELMAN, Miriam & CAMPHORA, Ana Lúcia. Crioulos e crioulistas: Southern Brazilian Equestrian Culture in a Changing World. *In*: GUEST, Kristin; MATTFELD, Monica. **Horse breeds and human society: purity, identity and the making of the modern horse**. Routledge, 2020, p.104-120.

ADELMAN, Miriam & KNIJNIK, Jorge. Introduction - women, men and horses: looking at the equestrian world through a 'gender lens'. *In*: ADELMAN, M.; KNIJNIK, J. **Gender in equestrian sport: riding around the world**. Dordrecht/Heidelberg/New York/London, Springer, 2013.

APPADURAI, Arjun. Soberania sem territorialidade notas para uma geografia pós-nacional. **Novos Estudos** n° 49, novembro de 1997, p.33-49.

BOSCATTI, Ana Paula Garcia. Os fluidos corporais de Bolsonaro. Covid19: fabulações científico-políticas em tempos de pandemia e seus demônios. Publicado em 11 de maio de 2020. **LaHíbrid** – Laboratório de Híbridação científico política em Saúde Pública da USP. Disponível em: <https://corona-lahybrid.wixsite.com/covid19/post/os-fluidos-corporais-de-bolsonaro>. Acesso em: 23 jun. 2020.

BRASIL. Sancionada a regulamentação da equoterapia. Agência Senado. Publicada em 14 de maio de 2019. **Agência Senado**. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/05/14/sancionada-a-regulamentacao-da-equoterapia>. Acesso em: 19 out. 2020.

CASTRO, Isis Pimentel de. **Os pintores da História**. A relação entre a arte e a história atrás das telas das batalhas de Pedro Américo e Victor Meirelles. Departamento de História Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Dissertação de Mestrado. 2007.

CAMPORA, Ana Lúcia. **Animais e sociedade no Brasil dos séculos XVI a XIX**. Rio de Janeiro: Abramvet/Camphora, 2017.

CLARK, LaVerne Harrell. **They Sang for Horses: the Impact of the Horse on Navajo and Apache Folklore**. Boulder: University of Colorado Press, 2001.

DAVIS, Dona Lee & MAURSTAD, Anita. Meaning of horses. *In*: Davis & Maurstad, eds. **The meaning of horses: biosocial encounters**. London/New York: Routledge, 2016.

GUEST, Kristin & MATTFELD, Monica. Horse breeds: introduction. *In*: GUEST, K. & MATTFELD, M. eds. **Horse breeds and human society: purity, identity and the making of the modern horse**. London/New York: Routledge, 2020.

GIORDANI, Laura. O grito do Ipiranga: a independência do Brasil das galerias aos quadros. XII Encontro Estadual de História da ANPUH-RS, Ensino Direito e Democracia. UNISC – Santa Cruz do Sul. **Anais**. 2016.

GOMES, Laurentino. Dois cavalos que mudaram a História do Brasil. **El País**. Publicado em 9 de janeiro de 2014. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2014/01/09/opinion/1389266670_104355.html. Acesso em: 22 jun. 2020.

HALBERSTAM, Jack. Wildness, Loss, Death. **Social Text**. 121. Winter 2014.

HARAWAY, Donna. **Simians, cyborgs, and women: the reinvention of nature**. New York, Routledge, 1991.

ILLOUZ, Eva. **Saving the Modern Soul**. Therapy, Emotions and the Culture of Self-Help. Berkeley: University of California Press. 2008.

KELEKNA, Pita. The Politico-Economic Impact of the Horse on Old World Cultures. *In*: MAIR, V. H. **The Prehistory of the Silk Road**. Ed. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2008, p.1-31.

KIMMEL, Michael. **Manhood in America**: a Cultural History. Oxford: Oxford University Press. 2011.

KOSOFSKY SEDGWICK, Eve. **Between Men**: English Literature and Male Homosocial Desire. New York: Columbia University Press. 2015.

LAGIER, Rosine. **Le Femme et le Cheval**: des siècles d'histoire. Janzé: Editions Charles Hérisey. 2009.

LASCH, Christopher. **The Culture of Narcissism**: American Life in An Age of Diminishing Expectations. New York: W.W. Norton, 2018.

LEAL, Natacha. O zebu indiano no Brasil central: o pedigree e a consolidação de um mercado de leite. **Revista Florestan**. Ano 2, nº4, São Carlos, 2015.

LISPECTOR, Clarice. Seco Estudo de Cavalos. *In*: LISPECTOR, Clarice. **Onde estivestes de noite**. Rio de Janeiro: Rocco, 1999.

LOBATO, Samantha Campos da Rosa. **O desenvolvimento do Equus caballus e sua influência nas civilizações antigas**. Monografia – Universidade de Brasília/Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária, 2013.

LUGONES, María. Colonialidade e gênero. **Tabula Rasa**. Bogotá, nº 9, p.73-101, jul-dez, 2008.

MCCLINTOCK, Anne. **Couro Imperial**: Raça, Gênero e Sexualidade no Embate Colonial. Campinas, Editora da Unicamp, 2010.

MEIRELES, Cecília. **O Romanceiro da Inconfidência**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

MISKOLCI, Richard. **O desejo da nação**: masculinidade e branquitude no Brasil de fins do XIX. São Paulo: Annablume, 2012.

PICKEL-CHEVALIER, Sylvine. Popular Horse Stories and the Invention of the Contemporary Human-Horse Relationship through an Alter Ego Paradigm. **Journal of Sports Science** 5 (2017a) p.119-137.

PICKEL-CHEVALIER, Sylvine. Globalization and Equestrian Cultures: The case of Equitation in the French Tradition. *In* ADELMAN, M. & THOMPSON, K. (ed), **Equestrian Cultures in Global and Local Contexts**. Dordrecht/Heidelberg/New York/London: Springer. 2017b, p.81-104.

PRECIADO, Paul Beatriz. Procreación políticamente asistida y heterossexualismo de Estado. **Un apartamento em Urano**. Crônicas del cruces. Editorial Anagrama. Barcelona, 2019.

PRECIADO, Paul Beatriz. **Pornotopia**. Arquitectura y sexualidade en “Playboy” durante la guerra fria. Editorial Anagrama. Barcelona, 2010.

QUEIROZ, Raquel de. **Memorial de Maria Moura**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2004.

RITVO, Harriet. **The Animal Estate**: the English and Other Creatures in the Victorian Age. Cambridge, Ma: Harvard University Press. 1987.

SANT’ ANA, Elma. **A Cavalo, Anita Garibaldi!** Porto Alegre: AGE: 1993.

SCHWARCZ, Lilia. **As barbas do Imperador**: D. Pedro II, um monarca dos trópicos. São Paulo. Companhia das Letras, 1998.

SLATTA, Richard. **Gauchos and the Vanishing Frontier**. Lincoln/London: University of Nebraska Press, 1992.

STEFFEN, Will; GRINEVALD, Jacques; CRUTZEN, Paul; MCNEILL, John. The Anthropocene: conceptual and historical perspectives. March 2011. **Philosophical Transactions of The Royal Society A Mathematical Physical and Engineering Sciences** 369(1938): 842-67. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/49799236_The_Anthropocene_conceptual_and_historical_perspectives. Acesso em: 19 out. 2020.

THOMPSON-HERNÁNDEZ, Walter. **The Compton Cowboys**: the New Generation of Cowboys in America’s Urban Heartland. New York: William Morrow, 2020.

WELBERT, Ricardo. Padre que aconselhou Dom Pedro I a proclamar Independência é lembrado. **Portal G1** – Centro Oeste de Minas Gerais, 7 de setembro de 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/mg/centro-oeste/noticia/2015/09/padre-que-aconselhou-dom-pedro-i-proclamar-independencia-e-lembrado.html>. Acesso em: 22 jun. 2020.

Recebido em 28/08/2020.

Aprovado em 22/09/2020.

Artigos

QUASE FAMOSAS (?): AS ARIRANHAS COMO ESPÉCIE CARISMÁTICA NO TURISMO

Eveline Teixeira BAPTISTELLA*

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo analisar a condição da ariranha (*Pteronura brasiliensis*) como espécie carismática no turismo do Pantanal Norte-MT a partir da sua representação midiática e da percepção de turistas sobre a espécie. A partir da metodologia de Análise de Conteúdo e de abordagem teórica interdisciplinar, analisamos a representação desses animais em documentários televisivos sobre o Pantanal. Tais evidências foram articuladas com dados obtidos em uma pesquisa de campo, na qual foram utilizadas técnicas etnográficas baseadas no referencial teórico da etnografia multiespécies. Concluímos que as ariranhas são representadas de forma positiva na mídia, mas que ainda se encontram em fragilidade quando se trata de sua participação em atividades turísticas, especialmente diante da possibilidade de conflitos com humanos.

PALAVRAS-CHAVE: Ariranha. Comunicação e cultura contemporânea. Escala sociozoológica. Estudos Animais. Pantanal.

Introdução

O presente artigo tem como objetivo analisar o processo de construção da imagem da ariranha (*Pteronura brasiliensis*) como espécie carismática no turismo do Pantanal Norte-MT. Situado num contexto de revisão das relações entre espécies que vêm ganhando relevo especialmente a partir dos anos 2000, este trabalho busca também, refletir sobre a convivência entre animais selvagens e humanos no contexto das relações de lazer. É importante ressaltar que se o turismo que envolve fauna silvestre em cativeiro é alvo de questionamentos, o mesmo não se pode dizer das atividades de observação de

* UNEMAT – Universidade do Estado de Mato Grosso. Faculdade de Ciências Sociais, Aplicadas e da Linguagem. Departamento de Jornalismo. Tangará da Serra – MT – Brasil. 78300-000 - evelineteixeira@unemat.br. <https://orcid.org/0000-0001-6292-3159>.

animais em liberdade, cujas implicações ainda são pouco discutidas e cuja regulamentação se faz necessária em âmbito nacional.

Através de um referencial teórico interdisciplinar que promove o diálogo entre sociologia, comunicação social, antropologia e estudos animais, propomos uma abordagem baseada em duas fontes de evidências: os documentários televisivos sobre vida animal que enfocam essa espécie de mustelídeo e a percepção dos turistas que realizaram atividades de observação de vida silvestre na região do Pantanal Norte (MT). No primeiro caso, utilizamos a metodologia de Análise de Conteúdo (BARDIN, 2016) e, na segunda etapa, nos baseamos na etnografia multiespécies (KIRSKEY & HELMREICH, 2010; TSING, 2015; SUSSEKIND, 2018), utilizando ferramentas etnográficas para obtenção de dados.

A partir da etnografia realizada no âmbito do turismo no Pantanal Mato-grossense foi possível identificar que, gradualmente, as ariranhas estão passando a fazer parte da lista de animais passíveis de serem observados durante as atividades desenvolvidas por turistas, especialmente as embarcadas. Nesse cenário, apesar de ainda não serem tão populares quanto as “espécies bandeira” da região, como o tuiuiú (*Jabiru micterya*) e a onça-pintada (*Panthera onca*), elas despontam como animais que os visitantes desejam ver e pelos quais manifestam sentimentos de fascínio, afetividade, além de intenso desejo de proximidade e até mesmo interação. Tal percepção demonstra uma mudança no status desses animais no imaginário popular, já que até o final do século passado apareciam na mídia associados à agressividade e eram temidos. Assim, nos propusemos a analisar como as ariranhas estão sendo representadas em documentários televisivos contemporâneos, e de que forma essas informações se refletem na consideração que recebem dos visitantes do Pantanal Norte-MT.

Na primeira parte do artigo, contextualizamos o turismo do Pantanal Norte-MT na atualidade e elaboramos um breve histórico sobre as ariranhas no imaginário popular, bem como da sua situação em termos ecológicos, estabelecendo a questão da hierarquização dos animais por meio da escala sociozoológica (ARLUKE E SANDERS, 1996). Na segunda parte, discutimos a representação das ariranhas a partir da metodologia de análise de conteúdo de documentários televisivos contemporâneos que têm o Pantanal como tema. Na terceira parte, nos detivemos nas informações obtidas em pesquisa de campo realizada durante a prática de atividades turísticas no Pantanal Norte-MT, na qual foram empregadas ferramentas etnográficas embasadas na etnografia multiespécies. Na quarta parte, apresentamos as considerações.

Ariranhas e imaginário

O Pantanal Mato-grossense é uma das maiores áreas úmidas do Planeta, com um território de 160.000 km² (MITSCH; GOSSELINK, 2007). Sua principal característica ecológica é o chamado “pulso de inundação”, um regime anual de cheia e seca que determina variações na paisagem e na distribuição espacial dos animais não humanos. O bioma é considerado uma paisagem cultural, com pelo menos 100 anos de ocupação econômica, na qual a criação de gado bovino despontou como principal atividade produtiva (COSTA, 1999; FRANCO *et al.*, 2013). No Brasil, se divide entre Mato Grosso e Mato Grosso do Sul e, hoje, tem no turismo uma de suas principais cadeias econômicas.

Na sua porção Norte, localizada em Mato Grosso, o turismo começou a se desenvolver a partir dos anos 1970, ainda sem infraestrutura e com predominância de estrangeiros. Naquele período, a caça era a atividade de “lazer” mais recorrente na região e a proposta de apenas observar os animais foi se consolidando a partir dos esforços de profissionais do turismo (BAPTISTELLA, 2020).

A parte de campo desta pesquisa foi realizada no âmbito da rodovia Transpantaneira, compreendendo o município de Poconé-MT, até a localidade de Porto Jofre-MT, entre 2016 e 2019. A região conta com uma grande variedade de hotéis, indo de um complexo turístico até pequenas pousadas e hotéis-barcos. As atividades oferecidas aos visitantes são bastante similares em todos os empreendimentos e gravitam em torno da observação de fauna: passeios em barcos e veículos adaptados, trilhas, mirantes e cavalgadas.

Entre um total de 59 turistas entrevistados, todos relataram que ver animais não humanos era um dos principais atrativos da viagem. A maioria deles declarou também que seu interesse em conhecer o bioma se deu a partir da mídia, em especial por meio de programas de TV. O encontro com os animais não humanos não é garantido, e essa característica é sublinhada no momento da compra dos pacotes. Assim, os turistas já sabem que há possibilidade de terem suas expectativas frustradas. Contudo, há animais que aparecem mais frequentemente e locais em que é mais fácil encontrar determinadas espécies.

Entre os habitantes mais famosos da região estão o tuiuiú, o jacaré-do-pantanal (*Caiman yacare*) e a onça-pintada. Os dois primeiros são de fácil visualização, especialmente na seca. Já o grande felino passou a ser objeto de passeios desde a década passada, quando um guia de Porto Jofre-MT e alguns pescadores, começaram a “cevar” os animais, ou seja, colocar comida em pontos estratégicos com o objetivo de habituá-los aos humanos, garantindo sua aproximação (BAPTISTELLA, 2020). A partir da

transmissão cultural de pais para filhos, hoje existe uma geração de jaguares acostumados com a presença de turistas embarcados e Porto Jofre-MT conta com uma infraestrutura voltada quase que exclusivamente para observação deles.

Nesse contexto, as ariranhas são animais com menor popularidade, sendo, inclusive, mais conhecidas entre os estrangeiros. Paula e Boulhosa (2015) afirmam que elas têm pouco potencial econômico para o turismo porque os avistamentos são difíceis. Ainda assim, a partir de entrevistas com sete guias da região, foi possível identificar que há um aumento no interesse em observá-las. Suas aparições também têm sido mais frequentes em determinadas regiões e a tolerância a humanos tem se ampliado em alguns bandos. Esses fatores facilitam sua ascensão como produto turístico. Na rodovia Transpantaneira, há hotéis que ofertam pacotes relacionados às ariranhas.

Se agora começam a se consolidar como espécie carismática, os mustelídeos foram, por muito tempo, associados majoritariamente a aspectos comportamentais ligados à agressividade e ferocidade em reportagens audiovisuais e impressas. O episódio de um homem morto ao pular num fosso de ariranhas no Zoológico de Brasília para salvar uma criança, em 1977, causou comoção nacional, repercutindo na imprensa de todo o país e marcando uma percepção pública negativa a respeito dos animais (VIDIGAL, 2017). Arluke e Sanders (1996) refletem sobre os papéis atribuídos aos animais não humanos a partir do conceito de escala sociozoológica. Para os autores, nosso grau de consideração pelos outros animais é uma construção social baseada inerentemente em julgamentos morais. Teríamos animais “bons” e “maus”.

Os bons são aqueles tão domesticados e mansos que se submetem aos humanos. Estão divididos em duas categorias que se fundamentam na supremacia da nossa espécie sobre as outras formas de vida. A primeira é a dos animais de estimação, cuja subordinação se baseia no afeto. A segunda é a de ferramentas, constituída tanto por cobaias quanto por aqueles criados de forma industrial (ARLUKE E SANDERS, 1996).

Em outra ponta, temos os maus animais. Basicamente, aqueles que escapam do nosso controle e não se adaptam ao desejo humano de submissão absoluta. Eles constituem uma contestação à nossa autoridade.

Alguns animais, contudo, têm um problema com seu lugar na sociedade. Eles podem ser aberrações, cujo lugar é confuso, vermes, que não se confinam no seu lugar, ou demônios, que rejeitam seu lugar. Eles são esquisitices que causam repulsa, visitantes não desejados que provocam medo ou agressores perigosos que

despertam horror. Por sua vez, a sociedade pode ignorar, marginalizar, segregar ou destruí-los¹. (ARLUKE; SANDERS, 1996, edição eletrônica, tradução nossa).

No patamar mais baixo, viriam os demônios:

Abaixo dos vermes na escala sociozoológica viriam os piores animais – comumente retratados na cultura popular como demônios, predadores ou comedores de homens – que contestam a própria ordem social estabelecida. Vermes podem se recusar a ficar no seu lugar inferior, mas os demônios representam um desafio mais sério e “maléfico” à maneira como as coisas “devem ser” por tentarem reverter o fundamento de relacionamento mestre-servo presente na ordem filogenética tradicional² (ARLUKE; SANDERS, 1996, edição eletrônica, tradução nossa).

Animais que têm condições físicas de subjugar os humanos encontram seu lugar na categoria de demônios. É o caso das ariranhas que, num hipotético confronto com um ser humano, levariam a melhor. Conforme Costa (2016), essa escala é partilhada pela maioria dos indivíduos que fazem parte de uma cultura, mas também é flexível, a ponto de um animal poder transitar entre categorias. Para as ariranhas, a memória do ataque em 1977 detonou uma representação midiática que explorava aspectos comportamentais de ferocidade, sem que as causas da agressividade fossem contextualizadas.

Justamente pelos papéis de bom e mau serem posições fluidas, as ariranhas começaram a transitar também para o espectro de vítima dos humanos conforme o panorama de crise ecológica se agravou. Durante a década de 1980, a caça para retirada de peles quase dizimou a espécie. A curiosidade em torno delas também movimentou a captura para zoológicos e o tráfico, contribuindo para o declínio populacional da lontra gigante (RODRIGUES *et al.*, 2018), sendo este o outro nome pelo qual as ariranhas são conhecidas. As medidas internacionais contra o comércio de peles e a regulamentação

¹ Some animals, however, have a problem with their place in Society. They may be reaks that confuse their place, vermin that stray from their place, or demons that reject their place. They are oddities that cause repulsion, unwelcome visitors that provoke fear, or dangerous attackers that rouse horror. In turn, Society may ignore, marginalize, segregate, or destroy then [tradução nossa].

² Below vermin on the sociozoologic scale are the worst animals-commonly portrayed in popular culture as fiends, predators, or man-eaters-that contest the established social order itself. Vermin may refuse to stay in their lowly place, but demons mount a more serious and "evil" challenge to the way things "ought to be" by trying to reverse the fundamental master-servant relationship present in the traditional phylogenetic order [Tradução nossa].

mais severa contra o tráfico foram positivas, mas a perspectiva de futuro para a espécie ainda é preocupante:

As principais áreas de ocorrência da espécie, Amazônia e Pantanal, serão diretamente impactadas pela construção de hidrelétricas de pequeno e grande porte em grande quantidade e no futuro próximo, prazo menor que 20 anos, o que equivale a três gerações da espécie, ocasionando uma representativa perda de habitat e provável alteração na comunidade de peixes, que são o principal recurso alimentar das ariranhas. Perdas populacionais também podem ocorrer devido a conflitos com pescadores comerciais e de subsistência e interferência da espécie na aquicultura, além da redução e poluição de habitat em decorrência de outros fatores (RODRIGUES *et al.*, 2018, p.373).

Um levantamento do ICMBio (2018) mostra que a tendência é de que as comunidades de ariranhas continuem diminuindo. Somados aos fatores acima, a expansão da fronteira agrícola, a caça, o tráfico de animais silvestres e os incêndios florestais persistem como problemas que atingem as populações do mustelídeo. Hoje, ele é considerado espécie vulnerável, ou seja, enfrenta um alto risco de extinção (ICMBio, 2018). Segundo Rodrigues *et al.* (2018), atualmente não se sabe o tamanho populacional da espécie. Em entrevista concedida para esta pesquisa, a bióloga Caroline Leuchtenberger, pesquisadora do Instituto Federal Farroupilha e uma das maiores autoridades em ariranhas do mundo, estimou que existam no Pantanal um número de mil indivíduos reprodutores, o que é uma quantidade bastante baixa para uma espécie (Caderno de Campo, fevereiro de 2020).

Por isso, a ariranha tende a se beneficiar de uma mudança em seu status cultural, atingindo a posição de espécie carismática e, nos termos de Arluke e Sanders (1996), de “bom” animal. A construção desse papel passa por diversos fatores. Entre eles, o tipo de representação midiática que o animal recebe é fundamental para determinar como a espécie será considerada no imaginário popular (BAPTISTELLA, 2018). Daí a relevância de se discutir a caracterização contemporânea das ariranhas na imprensa.

Um animal “de família”

Os documentários televisivos, como visto acima, estão entre as principais fontes de informações que os turistas têm sobre o Pantanal. Assim, nos concentramos em programas que foram ao ar na década de 2010 para analisar a representação das ariranhas na mídia, a partir da metodologia de análise de conteúdo. Tendo como balizas

as regras de exaustividade, representatividade, homogeneidade e pertinência (BARDIN, 2016), foram selecionados quatro programas. Dois episódios do Globo Repórter – exibidos pela emissora aberta Globo – que trataram do Pantanal nos anos de 2011 e 2017, e dois episódios da série Brasil Secreto, *Pantanal das Águas* e *Pantanal Selvagem* – veiculados pelo canal por assinatura *National Geographic* – exibidos no ano de 2012 tanto no Brasil quanto na Europa e nos Estados Unidos.

Os programas tiveram seus textos transcritos e as imagens foram descritas brevemente para fins de análise. Cada episódio foi assistido sete vezes, num total de pelo menos 42 horas de contato com o material. Após a organização, foram feitas tabelas e a codificação, estabelecendo categorias de análise por temas, que foram interpretadas por inferência de dados qualitativos e quantitativos (HERSCOVICTZ, 2010). Assim, buscamos núcleos de sentido que trouxessem significações para a análise pretendida (BARDIN, 2016). Todos os animais citados nos vídeos foram elencados e suas participações divididas em três tipos: protagonista, coadjuvante e menção isolada. Os protagonistas foram os animais que tiveram mais características explicitadas nos programas ou maior tempo dedicado a eles. Os coadjuvantes tiveram menor exposição, mas, ainda assim, receberam citações relevantes que permitem inferências. As menções isoladas tratavam de animais que apareceram menos de três vezes e em referências pontuais, servindo como elementos de ilustração.

Observamos como os episódios tratavam as características físicas dos animais não humanos, tais como aparência, força e porte. Depois, selecionamos as referências aos serviços ecológicos prestados pelos animais não humanos, tais como dispersão de sementes. Este quesito é importante porque há várias espécies que só são protegidas devido ao seu valor econômico, e o critério de serviço ecológico é uma corrente que justifica a preservação a partir dos benefícios que o animal presta para o ecossistema. Considerando que inteligência e consciência podem ser demonstradas a partir de todas as ações apresentadas nos vídeos analisamos as características comportamentais, de forma a inferir como foram descritas as capacidades intelectuais e a subjetividade das espécies retratadas. Este último item foi composto de duas variáveis:

1. **Relacionamentos** – composto por menções a comportamentos de cuidado parental, interação intra e extra específica, reprodução, transmissão de conhecimento e formas de comunicação. Tais itens permitem trabalhar com alguns conceitos-chave dos estudos animais: os animais não humanos têm estados emocionais tão complexos quantos os nossos (BEKOFF, 2010; KING, 2014), têm culturas próprias (LESTEL, 2001) e podem adotar atitudes que Waal (2010) classificou como pilares da moralidade, tais como capacidade de empatia, reciprocidade e senso de justiça.

2. **Estratégias de sobrevivência** – Trata de temáticas ligadas à alimentação e aos modos como os animais não humanos conduzem seu cotidiano de forma a sobreviverem.

Elencamos o status dos animais não humanos em relação ao ambiente e às ações antrópicas: raros, frágeis e/ou em extinção. A menção de periculosidade para os humanos também foi avaliada, pois são temas que costumam ecoar entre os turistas, determinando a valorização/desvalorização da espécie. Por fim, buscamos verificar se os animais não humanos enfocados nos programas tiveram seu comportamento delineado a partir de uma escala de valores morais humanos. É preciso pensar aqui nos próprios conceitos que nos separam das outras espécies. É certo que união familiar, transmissão de conhecimento e a proteção aos mais frágeis do grupo são características nossas, mas não há por que imaginar que não sejam também de outros bichos, conforme demonstram Bekoff (2010) e King (2014).

Não falamos em antropomorfização propriamente, pois acreditamos que o conceito pode resvalar no especismo. Conforme Bekoff e Pierce (2009), antropomorfismo é simplesmente a atribuição de características humanas a animais. No entanto, a aplicação do termo pode variar bastante. Uma crítica comum a programas de TV e documentários é justamente que eles antropomorfizariam os animais. Comparar o desenho do rosto de uma arara-azul e dizer que ela está sorrindo, por exemplo, pode facilmente ser classificado como projeção. Mas quando se trata de emoções demonstradas por gestos e atitudes, até mesmo olhares, as classificações começam a se complicar. Muitas vezes, nos programas televisivos, quando um animal é mostrado brincando com seus companheiros ou realizando um gesto de comunicação, isso pode ser apresentado como antropomorfização. Assim, como se referir aos filhotes de um grupo como bebês. Afinal, para o senso comum – que, felizmente, vem se reduzindo – tudo isso seria próprio apenas dos humanos. Contudo, os conhecimentos que temos hoje, tanto científicos quanto adquiridos a partir da convivência com os outros animais, demonstram facilmente que afetividade, comunicação, inteligência, senso moral e outras características que já foram apontadas como distintivas da raça humana, na verdade, estão distribuídas entre as espécies.

Ainda no século XIX, Darwin (2009) defendia a continuidade mental entre seres humanos e os demais animais. Ele apontava que estes eram dotados de capacidades cognitivas bem como possuíam subjetividade. Afinal, se somos todos animais e se nós seríamos o “ápice” de uma linhagem evolutiva, é muito mais razoável crer que emoções e certos comportamentos surgiram muito antes de nós e são encontrados em diferentes animais (LESTEL, 2001; BEKOFF, 2010). Cuidado parental, carinho e até mesmo a capacidade de enganar não são exclusividades nossas (LINDEN, 1999). Daí, a posição

de verificar se os programas atribuem aos animais comportamentos morais valorizados (ou não) nas sociedades humanas ocidentais contemporâneas – nas quais os shows são exibidos – em vez de optar por uma investigação que trabalhasse com o conceito de antropomorfização.

Tanto o Brasil Secreto (BS) quanto o Globo Repórter (GR) são classificados, de acordo com Souza (2004), como produtos televisivos da categoria Informação e fazem parte do gênero Documentário. São programas que apresentam temas de forma aprofundada, com abordagem crítica e que teriam um compromisso em “[...] levar ao telespectador uma visão do mundo, da realidade de outros países e de outras culturas” (SOUZA, 2004, p.145). Serafim (2009) pontua que a relação entre documentário e televisão pode ser ambígua e conflituosa. O autor destaca que no sistema de classificação das emissoras de TV, “[...] qualquer produto que aborde o real e que ultrapasse os 15 minutos de duração é denominado como documentário” (SERAFIM, 2009, p.55). Por isso, o formato dos programas analisados é bastante diferente. Enquanto o BS se afilia ao modelo de documentário clássico, o GR utiliza os padrões de reportagem telejornalística. A partir de Nichols (2012), podemos entender porque dois produtos tão diferentes podem ser considerados como participantes de um mesmo gênero.

Os documentários não adotam um conjunto fixo de técnicas, não tratam de apenas um conjunto de questões, não apresentam apenas um conjunto de formas ou estilos. Nem todos os documentários exibem um conjunto único de características comuns. A prática do documentário é uma arena onde as coisas mudam. (NICHOLS, 2012, p.48).

As ariranhas surgem como protagonistas em três dos quatro episódios analisados. São destaque em *Pantanal das Águas* (2012), na série Brasil Secreto, e nos dois episódios do Globo Repórter. No programa produzido pelo *National Geographic*, apesar de o *plot*³ orbitar em torno da luta pela sobrevivência, é justo dizer que o arco dramático das ariranhas gira em torno dos temas de comportamento, especialmente da vida familiar. Ao longo da narrativa, a palavra “família” aparece 10 vezes e em todas elas, está associada aos mustelídeos. Apesar de correrem risco de extinção, elas são classificadas apenas como animais raros e não há nenhum posicionamento em relação a serviços ecológicos prestados pela espécie. O episódio trata o Pantanal como um lugar

³ Conforme Rey (1989, p.22), o *plot* é a alavanca da trama, seu drama principal: “Toda história tem seu núcleo, seu ponto central, donde partem as demais tramas e intrigas. *Plot* é a ação principal, geradora de conflitos secundários”.

isolado e não há nenhuma representação de tipos humanos nem referência a prejuízos sofridos pelas ariranhas em decorrência de ações antrópicas. Elas aparecem como frágeis apenas diante das oscilações climáticas e tem como antagonistas apenas sua principal predadora, a onça-pintada.

Fisicamente, as ariranhas são descritas pelas mandíbulas e dentes afiados e pelo tamanho – são as maiores lontras do mundo, daí a denominação alternativa de lontra gigante, que é também a tradução literal de seu nome em inglês, *giant otter*. Sua ferocidade é reforçada, mas de forma contextualizada: ligada a atos que envolvem a segurança e sobrevivência dos membros do seu grupo bem como a defesa do território, diminuindo a possibilidade de inferir que sejam perigosas para os humanos. O roteiro as apresenta como integrantes de uma família agitada, cuja maior prioridade é a defesa da cria. Os adultos são capazes de arriscar a vida pelos mais novos. Há cenas em que indivíduos adultos voltam para socorrer um filhote perdido e atacam uma onça-pintada. Segundo o roteiro, os jovens são tratados como “preciosos” por seus progenitores. É possível inferir que os mais velhos são responsáveis não apenas pela alimentação e segurança da prole, mas também pela transmissão dos saberes necessários à vida no Pantanal: o texto afirma que viverão um ano e meio com este grupo até que iniciem seu próprio núcleo familiar – movimento que acontece quando os mais velhos se dispersam pela bacia em busca de peixes, encontrando oportunidade de formar sua própria comunidade. Para delinear o relacionamento entre a espécie, o termo “bando” nunca é utilizado, elas são sempre tratadas como integrantes de famílias.

A partir da caracterização dos relacionamentos dos mustelídeos é possível inferir a existência de emoções tidas como “complexas”, como afeto e solidariedade. É salientado o aspecto lúdico da convivência familiar: elas correm, pulam, mergulham, rolam umas sobre as outras e chegam a interagir com uma câmera. São registros que revelam os animais se divertindo e que contam com uma trilha sonora mais leve, que dá o tom de brincadeira. Da mesma forma, o ócio aparece como parte da rotina: vemos os mustelídeos descansando por causa do calor intenso.

A utilização de padrões de comportamento valorizados por humanos é constante. Não apenas as ariranhas são classificadas como famílias, mas os mais jovens são tratados como “bebês” no texto e há uma passagem em que os hábitos alimentares são chamados de “etiqueta familiar”. Se não há trechos citando a inteligência delas de forma expressa, podemos encontrar muitas informações que confirmam tal premissa a partir da comunicação e das estratégias de sobrevivência. Ao longo do programa é possível realmente ouvir a “voz” das lontras gigantes. Suas vocalizações são constantes nas cenas e até mesmo os filhotes se utilizam desse vocabulário para, por exemplo, pedir por socorro, demonstrando a existência de um código de comunicação sistematizado.

Algumas estratégias de sobrevivência também indicam coordenação e capacidade de planejamento. Os pais cavam tocas em locais diferentes para o caso de precisarem se mudar rapidamente devido ao surgimento de um predador na região em que vivem. A migração também é adotada para garantir a alimentação no caso de falta de peixes. Além disso, elas agem de forma a maximizar a pesca: encurralam os peixes nas partes rasas e reviram o leito do rio, para encontrar possíveis animais escondidos.

Para completar, há o registro de cooperação com as aves conhecidas como biguás: ariranhas e aves empurram os peixes umas contra as outras para facilitar a pesca. Há mais demonstrações de convivência pacífica com outras espécies. As saracuras comem os restos de peixe próximos às tocas sem problemas. Na época de fartura, as ariranhas passam pelos jacarés-do-pantanal sem que ambos se incomodem. O documentário traz a percepção de que elas só se confrontam com outras espécies em caso de necessidade, reafirmando a percepção de que a agressividade é um recurso utilizado apenas quando é preciso. Os mustelídeos encontram diferentes meios de desestimular embates, como vocalizações e movimentos corporais.

Em resumo, as ariranhas são representadas como animais com laços familiares fortes, que primam pela união. As características físicas destacadas (sentidos e morfologia) demonstram que o mustelídeo é capaz de matar, e sua ferocidade e agressividade são evidenciadas. Entretanto, no conjunto da obra, fica o contraste com os laços familiares sólidos, afetividade extrema e inclinação a afugentar as ameaças em vez de entrar em embates. Temos ainda, um conteúdo que trabalha os animais como indivíduos, mas que, ao generalizar os comportamentos, acaba reforçando o conceito de espécie como uma “camisa de força”, que limitaria animais iguais a se comportarem de forma semelhante.

Os dois episódios do Globo Repórter em que as ariranhas surgem como protagonistas seguem o estilo jornalístico e, com isso, a presença humana faz parte da narrativa. Em ambos os episódios, a fonte sobre os mustelídeos é a pesquisadora Caroline Leuchtenberger, que dialoga com a repórter, apresentando informações sobre a espécie.

No programa exibido em 2011, a lontra gigante recebe um retrato muito aprofundado. Há grande quantidade de informações bem como cenas do mustelídeo em liberdade. A ampla variedade de imagens contribui para que a reportagem aborde mais aspectos comportamentais. O fio narrativo, novamente, é a vida familiar, valorizando a noção ocidental de família nuclear. Elas são apresentadas como animais fortes dentro do ecossistema, mas frágeis diante das ações antrópicas. O fato de estarem em processo de extinção também é destacado. Não há menção de serviços ecológicos prestados pelos animais.

Apesar da ferocidade evidenciada, elas não são representadas como perigosas para os humanos. Fisicamente são caracterizadas pelo fato de terem “identidade”. A mancha branca no pescoço é única de cada indivíduo e é possível diferenciá-las. Alguns animais possuem chips transmissores e, por isso, o grupo não apenas é facilmente localizável como também tem integrantes que são conhecidos dos pesquisadores. Mesmo assim, o comportamento do bando é estendido a todas as ariranhas, caracterizando a noção de espécie que não tem variações individuais de condutas.

Apresentadas como arredias e ariscas, elas aparecem em imagens de brincadeiras, caça, marcação de território, descanso, alimentação, vocalizações e até em um embate contra um jacaré-do-pantanal. O aspecto lúdico aparece não somente em cenas que evocam brincadeiras, mas também no texto, que afirma serem as jovens ariranhas bichos que gostam de brincar. A organização familiar ressalta a divisão de poderes, com macho e fêmea dominantes. A matriarca comanda as ações do grupo, estabelecendo quais atividades serão feitas e em quais momentos, enquanto o patriarca protege o bando de invasores e garante a segurança de todos. O cuidado parental é tratado com expressões que aproximam o cotidiano das ariranhas de hábitos adotados por famílias humanas e reforça a noção de transmissão de conhecimento. Nesse espectro, a comunicação é outro aspecto valorizado. A matéria demonstra que elas têm uma linguagem própria e várias cenas exibem os mamíferos vocalizando, detalhando que os pesquisadores já documentaram tipos sonoros utilizados pelos mustelídeos e são capazes de identificar o que cada um significa. Assim como em *Brasil Secreto*, o ataque é apontado como o último recurso na manutenção da sobrevivência do grupo. Todo um arsenal de comportamentos dissuasivos é detalhado na obra: desde a marcação de território até as vocalizações e gestuais ameaçadores.

A representação das ariranhas no contexto do programa é de animais de forte união familiar e dotados de inteligência bem como de afetividade. O roteiro explora bastante as semelhanças com padrões culturais humanos. Há muitas informações que mostram o quanto elas podem ser parecidas conosco: além da vida em família, são dotadas de linguagem própria e o fim da fase reprodutiva da vida, a menopausa, marca transformações no status social das fêmeas.

No episódio do *Globo Repórter* de 2017, o gancho que garante a posição de protagonistas às ariranhas é a linguagem. A matéria traz uma grande gama de informações ligadas ao comportamento da lontra gigante. A agressividade das ariranhas é evidenciada – brigam com intrusos e até mesmo com companheiros de bando que tentam roubar seu alimento. Há imagens de um grupo perseguindo ferozmente um animal que não pode ser identificado. No entanto, elas não são tratadas como risco para os humanos. Mais uma vez, é descrito que buscam afastar indivíduos com um

comportamento que inclui signos verbais e não verbais. Ou seja, de acordo com a produção fílmica, evitam confrontos.

As características físicas dos mustelídeos não são trabalhadas no roteiro. O ser humano volta a surgir como grande inimigo. Caça e perda de habitats são responsáveis pela entrada na categoria de em risco de extinção. Aí entra também o critério de raridade. A repórter afirma que existem poucos lugares no Brasil em que eles ainda podem ser vistos. As ariranhas são ligadas a serviços ecológicos, pois é citado que são indicadores de qualidade ambiental – condição que a repórter relaciona à inteligência dos animais. Outro trecho que permite inferir inteligência dos indivíduos é a articulação de tipos sonoros, formando um vocabulário. A jornalista ilustra a comunicação fazendo comparações com padrões humanos, ao dizer que ariranhas “falam”.

Não são apontados dados sobre transmissão de conhecimento, mas uma câmera escondida em um abrigo revela o extremo cuidado parental da espécie com os mais novos. Se a unidade familiar é menos evidenciada, o episódio destaca aspectos que demonstram que são animais que não apenas possuem inteligência como também tem linguagem própria, utilizada de forma complexa para resolver problemas do cotidiano. O texto utiliza expressões que podem aproximar comportamentos de ariranhas e de humanos, mas no fim, o tratamento reservado é o de espécie.

Para Motta (2007), o conjunto de informações transmitidas pela mídia a respeito de certo assunto se transmuta do real para o imaginário, indo formar uma grande narrativa que adere ao corpo simbólico de nossa cultura. DeMello (2012) identifica que, graças à tecnologia, hoje é possível observar e registrar de forma mais apurada o cotidiano dos animais. Por isso, a produção documental deste século traz obras que tiram os animais da posição de substitutos para a figura humana e trata de seus hábitos de forma a ampliar o conhecimento sobre as demais espécies. A partir dos dados obtidos nos programas verificamos que a representação das ariranhas nos produtos audiovisuais traz uma nova forma de retratar os animais, muito conectada a seus valores intrínsecos. A agressividade e ferocidade são tratadas como recursos extremos de defesa e não como características dominantes das lontras gigantes. Elas também não aparecem como criaturas perigosas para a espécie humana. Inclusive, nos dois episódios do Globo Repórter é o ser humano que fica com o papel de besta perigosa, cujas ações são capazes de dizimar outras espécies.

Assim, a partir da adaptação dos procedimentos da análise pragmática da narrativa jornalística (MOTTA, 2007), podemos dizer que os três programas formam uma linha de representação que posiciona as ariranhas como animais com fortes laços familiares e grande capacidade de união e organização. Seus comportamentos são abordados a partir de um viés moral humano, e é clara a transferência, para o bem ou

para o mal, do conceito ocidental de família para os mustelídeos. No entanto, tudo é tratado como natural, sem que a vida interior e as capacidades cognitivas das ariranhas sejam apontadas como algo surpreendente.

O tratamento de espécie aparece principalmente pela forma como os programas estendem o comportamento de um grupo a todos os outros. Contudo, as narrativas contemplam os animais como seres inteligentes e dotados de subjetividade, sem que haja nenhuma menção a “instinto”. Sua condição de animais complexos e conscientes é evidenciada a partir da representação das relações de grupo, que incluem brincadeiras, transmissão de conhecimento e trocas comunicacionais comparáveis às humanas. Os serviços ecológicos, provavelmente, só aparecem em um único episódio justamente porque as narrativas optam por destacar as informações sobre hábitos e costumes, fugindo de uma representação que os ligue à perspectiva de “produtos”. Por fim, vale dizer que as ariranhas aparecem nos três programas como animais raros, enquanto o conceito de espécie em extinção é apontado apenas nos dois episódios do Globo Repórter.

A atribuição aos animais não humanos de características que costumam ser consideradas exclusivas de nossa espécie provoca identificação e empatia. Isso contribui para que sejam vistos sob uma ótica mais favorável. É válido, então, resumir que o conjunto dos episódios constrói uma representação dos mustelídeos majoritariamente como seres inteligentes, conscientes, dotados de afetividade e de comportamento moral conforme definido pela etologia cognitiva, ou seja, capazes de atos de cooperação, reciprocidade, empatia e altruísmo, entre outros (BEKOFF, 2010).

De feras a belas

Podemos dizer que a representação das ariranhas nos documentários televisivos permite despertar a empatia nos humanos, na medida em que os animais são afiliados a valores e comportamentos que são vistos positivamente, em especial no modelo de sociedade ocidental baseado no hiper-consumo (BAUMAN, 2008). Isso nos ajuda a entender o tipo de consideração que os turistas têm pelas lontras gigantes. Thompson (2011) afirma que a mídia criou a “mundanidade mediada”, ou seja, a maneira como interpretamos o mundo, especialmente o que está fora do alcance da experiência pessoal, passa a ser modelado pela mediação de formas simbólicas. Além disso, conforme Martín-Barbero (2003), a televisão é um veículo que provoca identificação entre seus telespectadores e funciona na formação de um imaginário coletivo.

No contexto do turismo, Urry e Larsen (2014) pontuam o papel central da TV na cultura pós-moderna e lembram que os meios de comunicação de massa transformaram o olhar do turista, que se tornou conectado com os enquadramentos de outras práticas sociais e culturais. Para os autores, o próprio turismo teria perdido sua característica aurática, nos termos estabelecidos por Walter Benjamin, tornando-se mais uma instância marcada pela repetição a partir de padrões pré-configurados. Assim, na fase de campo, identificamos que os visitantes já traziam de casa uma “memória” das ariranhas, memória essa criada a partir das imagens e textos que tratam dos animais na mídia.

Durante a pesquisa de campo, foi verificado que as pessoas com menos de 35 anos demonstravam interesse em ver o animal não apenas por sua beleza, mas também por suas características comportamentais – conhecimento que obtiveram pela imprensa. Já entre os turistas acima dos 40 anos e, em especial os idosos, a memória do ataque no zoológico de Brasília coexistia com um imaginário mais recente, consolidado a partir de novas informações sobre os animais. Assim, era costumeiro que declarassem que as ariranhas são ferozes, mas somente se forem ameaçadas – um discurso que os guias também repetem incessantemente. Conforme um dos entrevistados: “É um animal amorosíssimo com a família. Se protegem, se cuidam. O que aconteceu [no zoológico] foi um acidente, uma defesa. A ariranha se defende. Se alguém pula no seu quintal, você também vai reagir. Fora isso, é um animal muito especial, muito inteligente” (Caderno de Campo, julho de 2018).

Outro ponto importante é que os turistas que fizeram parte dessa pesquisa se mostraram mais interessados em encontrar espécies que sejam consideradas raras e/ou em extinção. Apesar de as duas categorias serem distintas, para os visitantes elas se imbricam e determinam, inclusive, a resposta em relação a um determinado avistamento. Eles tendem a reagir de forma mais emotiva quando estão diante de um animal que está ou que julgam estar em processo de extinção. Também dedicam mais tempo observando os animais não humanos que consideram estar em tal condição, da mesma forma que valorizam mais as lembranças desses encontros.

Assim, os humanos que chegam ao Pantanal já não temem mais as ariranhas. Pelo contrário, desejam vê-las tanto por que passaram a admirá-las quanto porque pode ser que, muito em breve, não existam mais. Elas assumiram o papel de bons animais primeiramente porque a narrativa a seu respeito as posiciona sob uma ótica que os humanos aprovam. “O lugar dos bons animais, sejam eles humanos ou não humanos, é claro na ordem social. Eles participam como uma espécie de “cidadãos decentes” por

serem confiáveis, previsíveis e obedientes aos papéis que lhes foram atribuídos⁴ (ARLUKE; SANDERS, 1996, edição eletrônica, tradução nossa.).

As ariranhas que aparecem na televisão são unidas, cuidam abnegadamente dos mais frágeis e possuem uma estrutura social baseada na cooperação. Elas brincam, se divertem, mas não deixam de obedecer a códigos de conduta estabelecidos por seu grupo. Também mantêm um comportamento harmonioso com a maioria das espécies do entorno. A agressividade é um componente marginal, que se manifesta só em casos de necessidade. E que pai humano não levantaria a voz para proteger seu filho ou se mobilizaria para afastar agressores? Além disso, a ideia de que estão em extinção reforça a noção de que estão totalmente subjugadas pelos humanos. Mais do que isso, desperta nos turistas a percepção de que são frágeis e merecedoras de proteção. Assim, de feras ameaçadoras e matadoras de humanos, elas passaram a ser vistas como animais dignos de simpatia, admiração e, o principal, proteção. A maioria dos turistas manifestou tais sentimentos e o desejo de observá-las. Contudo, permanece a premissa de que são avessas a humanos e de que é muito difícil encontrá-las. Sua aparição é vista como sinal de sorte e os visitantes que as encontram geralmente viram alvo de atenção de outros hóspedes quando retornam aos hotéis.

É possível dizer que as ariranhas contam com uma representação midiática que as classifica como bons animais e que há um mercado potencial para sua observação. Mas se a exposição na mídia é um fator decisivo para que elas entrem no campo de atenção dos turistas, não garante sozinha seu posicionamento como “produto” do turismo do Pantanal. Para tanto, as próprias ariranhas são atores essenciais. O animal que não aparece e que não tolera a presença humana não reúne condições para ser “ofertado” em um pacote. O surgimento de grupos de animais que aceitam a proximidade humana, conforme identificamos nesta pesquisa, é um componente importante no posicionamento das lontras gigantes como espécie carismática. Afinal, a maneira como se dá a experiência de proximidade é determinante na circulação de informações que os turistas vão promover sobre o passeio.

Contudo, esses encontros ainda escondem desafios éticos e potenciais conflitos. À primeira vista, ser uma atração turística pode lhes garantir uma maior rede de proteção. Por exemplo, como atores do turismo, as onças-pintadas de Porto Jofre rendem muitos dividendos financeiros para a população local e, por isso, são defendidas até

⁴ The place of good animals, whether human or nonhuman, is clear in the social order. They participate as “decent citizens” of a sort by being trustworthy, predictable, and obediente in their given roles [Tradução nossa].

mesmo pelos donos de fazendas, seus tradicionais “inimigos” (BAPTISTELLA, 2020)⁵. Mas para se consolidar como espécie carismática do turismo é preciso que o animal seja totalmente submisso, ou conforme Arluke e Sanders (1996), seja bom. Onças-pintadas, jacarés-do-pantanal e tuiuiús observados durante a fase de campo apresentam um comportamento passivo em relação aos humanos, se prestando não apenas à observação, mas também às fotos e vídeos tão importantes para os visitantes. São animais que os guias e operadores de turismo chamam de habituados e, pelo menos no caso das onças-pintadas, é possível afirmar que tal processo, em algum momento, envolveu a ceva.

O problema é que tal prática é extremamente prejudicial para os animais. Conforme Paschoal (2019), animais cevados podem ficar dependentes, abandonando a busca natural por alimentos. Outro risco citado pelo autor é que ao associar humanos à comida, um animal pode atacá-los quando a oferta for negada. Temos aí também uma situação de inegável vulnerabilidade para as outras espécies, visto que não é possível controlar a aproximação de pessoas mal intencionadas. Conforme um dos guias entrevistados, um animal que não teme humanos tem mais chance de se tornar vítima de caçadores ou de maus tratos.

A ceva de ariranhas foi confirmada por pelo menos dois guias entrevistados. Eles afirmaram ainda que ela é praticada por pescadores, e também por alguns profissionais do turismo – pelo menos um deles é bastante famoso na internet justamente por vídeos em que aparece oferecendo peixes para os mustelídeos. Um dos informantes admitiu que conhecia casos de pessoas que ofereciam alimento para atrair os mustelídeos e que havia até mesmo animais que entravam em barcos. Além disso, foi possível constatar que para a maioria dos turistas quanto mais próximo do animal, melhor. O problema é que tal proximidade tende a incomodar os animais e o estresse pode provocar acidentes nos quais, certamente, será levado em conta preponderantemente o bem-estar humano. Nesse sentido, existe o risco de as ariranhas voltarem para o posto de feras ameaçadoras.

Durante uma das atividades de campo, recebemos o relato de que uma ariranha havia sido morta após entrar numa embarcação. A mesma informação chegou a outros pesquisadores a partir de fontes confiáveis. Contudo, havia duas versões. Na primeira,

⁵ Os conflitos entre fazendeiros e onças-pintadas se dão pela ocorrência de predação de gado pelos grandes felinos. As em Porto Jofre, os lucros advindos da observação justificam sua proteção. Um estudo realizado por Tortato *et al.* (2017) com operadores de turismo na área de Porto Jofre-MT demonstrou que a renda promovida com o turismo de jaguares representa 56 vezes mais que o dano hipotético causado por predação a rebanhos. Segundo levantamento feito em sete hotéis da região, o gasto médio diário de um turista varia entre US\$ 150 e US\$ 900, dependendo do estabelecimento. A pesquisa também mostra que 80% dos turistas entrevistados concordariam em pagar uma taxa de proteção aos grandes felinos, que seria utilizada para compensar as perdas de fazendeiros.

o animal foi morto porque assustou o humano, que com medo lhe desferiu várias pauladas. Na outra, teria sido atraída por um peixe e morta a facadas, apenas porque o humano quis matá-la. De toda forma, a fragilidade delas diante desse contato mais próximo com humanos fica evidenciada.

Considerações

Quantos papéis as ariranhas já viveram até aqui. Coexistiram no imaginário do século passado tanto como animais temidos pela ferocidade, quanto como bichos de estimação exóticos. Foram commodities do mercado de peles. Hoje, assim como as onças-pintadas, também estão encontrando uma nova *persona*. Se as reportagens de TV do passado as retratavam apenas como animais agressivos e territorialistas, agora são pintadas com cores mais amigáveis e sua complexa organização social é valorizada. Sua contrapartida no mundo real, parece completar esse ângulo de representação, na medida em que os animais estão sendo visualizados com mais frequência, relativamente próximos e, aparentemente, confortáveis com os humanos. É notável que para os turistas mais novos as ariranhas sejam até mesmo comparadas a cachorros, bichos de pelúcia e consideradas fofas. Durante o trabalho de campo, foram muitas as manifestações de desejo de brincar e até mesmo “morder” os animais.

Talvez não haja ainda um público específico para ariranhas, talvez a falta de garantias mais concretas de aparição dos animais inviabilize futuramente o que hoje parece um segmento turístico promissor em torno dos mustelídeos – inclusive porque não é possível precisar ainda o impacto dos incêndios florestais sobre as populações de ariranhas no Pantanal. Isso pode ser bom e ruim ao mesmo tempo. Conforme o biólogo Fernando Tortato, especialista em onças-pintadas, explicou em entrevista, para as ariranhas a proximidade dos barcos seria muito mais estressante do que para os grandes felinos, porque elas não têm a opção de se afastar (Caderno de Campo, fevereiro de 2020).

A bióloga Caroline Leuchtenberger confirmou o problema. As lontras gigantes estão pressionadas territorialmente e a presença dos turistas provoca estresse. No entanto, elas acabam por tolerar a situação, por falta de alternativa. Assim, é patente que estariam mais confortáveis sem a nossa presença. Por outro lado, sua ascensão como produto turístico pode ajudar a consolidá-las como uma espécie carismática, girando a tão falada roda da preservação em função dos lucros advindos do turismo. Hoje, os turistas expressam pouco temor em relação a elas, e sua avaliação geral é positiva. Alcançaram o status de bons animais. Diante de vídeos de ariranhas entrando em barcos

para pegar peixes ou se aproximando de embarcações repletas de visitantes que demonstravam grande empolgação, perguntei à pesquisadora Caroline se o comportamento desses animais – antes avessos ao contato com humanos – estava mudando:

Isso é uma percepção, a gente não mensurou isso ainda, né? Mas a percepção é de que em áreas com muita, muita circulação de barcos e onde a população parece já ter estabilizado, já chegado na capacidade de suporte, ou seja, elas não têm mais para onde fugir, então os grupos, eles ficam na área e eles têm que aturar aquele monte de barco. Então, elas vão se acostumando com aquele movimento. Mas o que eu tenho acompanhado agora no Jofre, (é que) elas aturam até certo limite. Tem um momento assim em que elas saturam daquele estresse todo, e elas começam a se tornar agressivas também. Então, claro que o bicho, o comportamento natural dele seria fugir. Como não tem para onde fugir, por que está cheio de ariranha, ela vai tentar aturar até onde ela consegue. Mas é claro que tem situação com filhotes, (em que) elas vão ficar um pouco mais estressadas. Ano passado, eu vi uma sequência de barcos se aproximando de um grupo e elas tranquilas. Agora, chegou o quinto barco e se aproximou, assim, dois metros mais perto do que os outros, elas ficaram muito, muito agressivas. Existe um limiar que varia de cada grupo e varia do histórico dos acontecimentos de antes disso, né? A maioria dos barcos não tem conhecimento disso, de que está estressando. (Caderno de Campo, fevereiro de 2020).

O comportamento das ariranhas vai se adaptando à realidade em que vivem. As grandes lontras que interagem com guias podem jamais ter a intenção de machucar qualquer um deles. O que aconteceria, no entanto, se o animal mordesse alguém? Se algum dia, uma ariranha acordasse num daqueles dias que chamamos de “ruins” e decidisse se expressar com uma reação mais agressiva? Ou se um dia ela estivesse especialmente estressada, cansada ou até mesmo faminta, e acabasse levando a ponta dos dedos do guia além do peixe que o profissional lhe ofereceu? Será que o animal receberia algum tipo de tolerância? Quais os efeitos de um acidente em relação à espécie como um todo? Para Caroline, a ceva só tem aspectos negativos:

Para qualquer espécie silvestre, a ceva não é legal, porque em algum momento o animal vai mostrar seu instinto natural e aí vai acontecer algum acidente, e a gente vai voltar a ter uma imagem negativa da espécie. É o risco da gente perder tudo isso que a gente está construindo, [de estarmos] voltando a dar um valor positivo para a espécie. Em uma situação de ceva, qualquer coisinha que acontecer, qualquer acidente que acontecer, a gente vai voltar a ter uma imagem negativa da

espécie e para construir aquilo tudo de novo vai ser muito difícil. A gente pode admirar sem precisar tocar, é muito mais seguro para os dois, garante uma sustentabilidade. (Caderno de Campo, fevereiro de 2020).

A questão das interações negativas é que a conta, quase sempre, é paga apenas pelos bichos. Na Ilha Fraser, na Austrália, a presença de dingos, um tipo de cão selvagem, é um grande atrativo turístico. Conforme Burns (2016), as interações entre os animais humanos e não humanos no local não são sempre positivas. Os cachorros roubam alimentos dos campings e mordem pessoas. Inclusive, uma criança morreu em 2001, após ser atacada por dois dingos jovens. A primeira ação da agência governamental responsável pela área foi matar os animais que frequentavam áreas com presença de humanos ou que eram identificados como “problemáticos”. É de se imaginar o que aconteceria num caso similar no Pantanal, por exemplo.

Por um lado, quanto mais próximas, mais admiradas são as ariranhas. Parte dos turistas entrevistados considerava que a observação é suficiente e a ceva, desnecessária. Um número maior desconhecia a questão da ceva e vários se mostravam interessados em tocar/manipular os animais. A proximidade, no entanto, era ponto pacífico. Quanto mais perto do animal, mais completa a experiência. Contudo, comportamentos irresponsáveis colocam a espécie em situação de vulnerabilidade. As ariranhas podem passar à posição de “demônios” muito rapidamente apenas por expressarem seu comportamento natural. Os animais que encontramos pouco sinalizaram agressividade, o que lhes garantiu o título de “fofinhos”. Mas tal percepção pode mudar muito rapidamente. Por isso, se vivemos uma era em que a representação midiática já começa a fazer mais justiça à complexidade das vidas dos animais não humanos, ainda é preciso que o turismo se articule de forma a criar normas e condutas que incluam o respeito aos animais não humanos.

ALMOST FAMOUS (?): THE GIANT OTTER AS A CHARISMATIC SPECIES IN TOURISM

ABSTRACT: *This article aims to analyze the condition of the giant otter (Pteronura brasiliensis) as a charismatic species in tourism in the North Pantanal, Brazil, from its media representation and the tourists' perception about the species. Based on the Content Analysis methodology and an interdisciplinary theoretical approach, we analyzed the representation of these animals in television documentaries about Pantanal. Such evidence was articulated with the data obtained in a field research, in which ethnographic techniques were used based on the theoretical reference of multi-*

species ethnography. We conclude that the otters are positively represented in the media, but they are still fragile when it comes to their participation in tourist activities, especially given the possibility of conflicts with humans.

KEYWORDS: *Animal studies. Socio-zoological scale. Communication and culture.*

(¿) CASI FAMOSAS (?): LA NUTRIA GIGANTE COMO ESPECIE CARISMÁTICA EN EL TURISMO

RESUMEN: *Este artículo tiene como objetivo analizar la condición de la nutria gigante (Pteronura brasiliensis) como una especie carismática en el turismo del Pantanal Norte a partir de su representación mediática y de la percepción de la especie por parte de los turistas. Basándonos en la metodología de Análisis de Contenido y en un enfoque teórico interdisciplinario, analizamos la representación de estos animales en los documentales de televisión sobre el Pantanal. Esas evidencias se articularon con datos obtenidos en una investigación de campo, en la que se utilizaron técnicas etnográficas basadas en el marco teórico de la etnografía multiespecies. Concluimos que las nutrias están representadas positivamente en los medios, pero que aún son frágiles en lo que respecta a su participación en actividades turísticas, especialmente ante la posibilidad de conflictos con los humanos.*

PALABRAS CLAVE: *Nutria gigante. Comunicación y cultura contemporáneas. Escala socio-zoológica. Estudios con animales. Pantanal.*

REFERÊNCIAS

ARLUKE, Arnold; SANDERS, Clinton. **Regarding animals**. Philadelphia: Temple University Press, 1996.

BAPTISTELLA, Eveline. **Animais não humanos e humanos no turismo do pantanal mato-grossense: da representação midiática ao encontro**. Orientadora: Juliana Abonizio. 2020. 414f. Tese (Doutorado em Estudos de Cultura Contemporânea). Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura Contemporânea, Universidade Federal de Mato Grosso, 2020.

BAPTISTELLA, Eveline. A representação dos animais na imprensa: uma proposta de reflexão ética. **Comunicação, Cultura e Sociedade**, Tangará da Serra, v.8, n.8, p.3 – 21, 2017-2018.

BARDIN, Lawrence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BAUMAN, Zygmunt. **Vida para consumo**: a transformação das pessoas em mercadoria. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2008.

BEKOFF, Mark. **A vida emocional dos animais**: alegria, tristeza e empatia nos animais: um estudo científico capaz de transformar a maneira como os vemos e tratamos. São Paulo: Cultrix, 2010.

BEKOFFE, Mark; PIERCE, Jessica. **Wild Justice**: The Moral Lives of Animals. University of Chicago Press: 2009.

BURNS, Georgette. Animals as tourism objects: ethically refocusing relationships between tourists and wildlife. In: MARKWELL, Kevin (org.). **Animals and tourism**: understanding diverse relationships. Bristol: Channel View Publications, 2016.

COSTA, Maria de Fátima. **A história de um país inexistente**: o Pantanal entre os séculos XVI e XVIII. São Paulo: Estação Liberdade, 1999.

COSTA, Susana. Letting people speak: the importance of local's attitudes for effective conservation programmes. **Journal of Primatology**, v.2, n.2, 2016.

DARWIN, Charles. **A expressão das emoções no homem e nos animais**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

DEMELLO, Margo. **Animals and Society**: an introduction to human-animal studies. Nova Iorque: Columbia University Press, 2012.

FRANCO, José Luiz de Andrade; DRUMMOND, José Augusto; GENTILE, Chiara; AZEVEDO, Aldemir Inácio de. **Biodiversidade e ocupação humana do Pantanal matogrossense**: conflitos e oportunidades. Rio de Janeiro: Garamond, 2013.

GLOBO REPÓRTER Expedição ao Pantanal. Produção: Rede Globo de Televisão. Rio de Janeiro: Rede Globo de Televisão, 2017. 42 min., son. color.

GLOBO REPÓRTER Pantanal. Produção: Rede Globo de Televisão. Rio de Janeiro: Rede Globo de Televisão, 2011. 42 min., son. color.

HERSCOVITZ, Heloiza. Análise de conteúdo em jornalismo. In: LAGO, Cláudia; BENETTI, Márcia. **Metodologia da pesquisa em jornalismo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007, p.123-142.

ICMBio. Livro Vermelho da Fauna Brasileira Ameaçada de Extinção: Volume I. 1. ed. – Brasília, DF: ICMBio/MMA, 2018. Disponível em: https://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/comunicacao/publicacoes/publicacoes-diversas/livro_vermelho_2018_vol1.pdf. Acesso em: 22 out. 2020.

KING, Barbara. **O que sentem os animais?** Rio de Janeiro: Odisseia, 2014.

KIRKSEY, Eben; HELMREICH, Stefan. The emergence of multispecies ethnography. **Cultural Anthropology**, v. 25, n.4, p.545 – 576, 2010.

LESTEL, Dominique. **As origens animais da cultura**. Lisboa: Instituto Piaget, 2001.

- LINDEN, Eugene. **The parrot's lament**. Nova Iorque: Plume Books, 1999.
- MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações**: comunicação, cultura e hegemonia. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2003.
- MITSCH, W.; GOSSELINK, S. **Wetlands**. Canadá: Wiley & sons, 2007.
- MOTTA, Luiz Gonzaga. Análise pragmática da narrativa jornalística. In: LAGO, Cláudia; BENETTI, Márcia. **Metodologia da pesquisa em jornalismo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007, p.143 – 167.
- NICHOLS, Bill. **Introdução ao documentário**. São Paulo: Papirus, 2012.
- PANTANAL DAS águas. Direção: Lawrence Wahba e Haroldo Palo Jr. Produção: National Geographic Channel. São Paulo: National Geographic Channel, 2012. 44 min, son., color.
- PANTANAL SELVAGEM. Direção: Lawrence Wahba e Haroldo Palo Jr. Produção: National Geographic Channel. São Paulo: National Geographic Channel, 2012. 44 min, son., color.
- PASCHOAL, Fábio. Entenda a diferença entre habituação e ceva de onças-pintadas. **Onçafari**, Campo Grande, 17 jan. 2019. Disponível em: <https://oncafari.org/2019/01/17/habitacao-x-ceva-de-oncas-pintadas/>. Acesso em: 07 fev. 2020.
- PAULA, Rogério; BOULHOSA, Ricardo. Caracterização dos conflitos: aspectos socioculturais e impactos econômicos. In: CAVALCANTI, Sandra Maria Cintra; PAULA, Rogério Cunha de; GASPARINI-MORATO, Rose Lillian (org.). **Conflitos com mamíferos carnívoros**: uma referência para o manejo e a convivência. Brasília: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, 2015.
- REY, Marcos. **O roteirista profissional**: televisão e cinema. São Paulo: Ática, 1989.
- RODRIGUES, Livia; LEUCHTENBERGER, Caroline; SILVA, Vania Carolina Fonseca da. Avaliação do risco de extinção da Ariranha *Pteronura brasiliensis* (Zimmermann, 1780) no Brasil. In: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (org.). **Livro Vermelho da Fauna Brasileira Ameaçada de Extinção**: Volume II - Mamíferos. Brasília: ICMBio, 2018.
- SERAFIM, José. Televisão e documentário: afinidades e desacertos. In: GOMES, Itânia Maria (Org.). **Televisão e realidade**. Salvador: EDUFBA, 2009.
- SOUZA, José Aronchi. **Gêneros e formatos na televisão brasileira**. São Paulo: Summus, 2004.
- SÜSSEKIND, Felipe. Sobre a vida multiespécies. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n.69, p.159 -178, abr. 2018.
- THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade**: uma teoria social da mídia. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
- TORTATO, Fernando R.; IZZO, Thiago J.; HOOGESTEIJN Rafael; PERES, Carlos A. The numbers of the beast: valuation of jaguar (*Panthera onca*) tourism and cattle depredation in

the Brazilian Pantanal. **Global ecology and conservation**, v. 11, p.106-114, jul. 2017.
Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S2351989417300501#!>.
Acesso em: 21 out. 2020.

TSING, Anna. Margens indomáveis: cogumelos como espécies companheiras. **Ilha**, v.17, n.1, p.177-201, jan/jul. 2015.

URRY, John; LARSEN, Jonas. **The tourist gaze 3.0**. Nottingham: Sage, 2011.

VIDIGAL, Lucas. Morte de sargento que salvou menino no Zoo completa 40 anos. **Correio Brasiliense**. Disponível em:
https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2017/08/31/interna_cidadesdf,622536/morte-de-sargento-que-salvou-menino-no-zoo-completa-40-anos.shtml. Acesso em 17 jul. 2020.

WALL, Frans de. **A era da empatia**. São Paulo: Cia. das Letras, 2010.

Recebido em 20/08/2020.

Aprovado em 22/09/2020.

“NÃO EXISTEM SERES QUE NÃO CONSTITUAM NAÇÕES SEMELHANTES A VÓS”: APONTAMENTOS SOBRE OS ANIMAIS NÃO-HUMANOS NO ISLAM

*Felipe Freitas de SOUZA**

*Leandro DURAZZO***

RESUMO: Na concepção islâmica, os animais não-humanos formam comunidades que se assemelham às dos animais humanos. A partir de trechos das principais fontes do Islam, o Alcorão e as narrativas da vida do Profeta Muhammad, este artigo estuda as relações entre humanos e não-humanos como sustentadas pela tradição islâmica. Considerados os elementos doutrinários e ontológicos dispostos em tais fontes, apontamos para a possibilidade de uma leitura não-antropocêntrica e não-especista do Alcorão que revelam questões antropológicas compatíveis com aspectos da chamada “virada ontológica”. Conclui-se, daí, que a tradição do Islam não sugere que os humanos desenvolvam conhecimento **sobre** os animais apenas, mas que aprendam **com** os animais, dada a potencialidade pedagógica dessa relação para um melhor entendimento da condição humana.

PALAVRAS-CHAVE: Antropologia. Animais. Islam. Alcorão. Sunnah.

Introdução

A coexistência de humanos e animais é uma constante em toda sociedade, levando às mais diversas dinâmicas e relações interespecíficas. Das narrativas míticas à produção industrial de cadáveres no sistema-mundo neoliberal, as relações estabelecidas entre animais humanos e animais não-humanos revelam, em alguma medida, nossas

* UNESP – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Araraquara – SP – Brasil. 14800-901 – freitas.souza@unesp.br; <https://orcid.org/0000-0002-7046-5714>.

** UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Humanas Letras e Artes, Departamento de Antropologia. Natal – RN – Brasil. 59078970 – leandrodurazzo@gmail.com. <https://orcid.org/0000-0001-5160-2835>.

concepções sobre vida e morte, nossos projetos de sociedade e engendram representações em nosso dinamismo psíquico e espiritualidade. Povoando o imaginário, os animais habitam o onirismo, a literatura e os textos sagrados: não estão presentes somente no mundo que o humano habita, mas influenciam no modo que pensamos esse mundo. No presente artigo, interessa-nos realizar apontamentos sobre os animais no Alcorão e na tradição de narrativas relativas ao Profeta Muhammad, bem como indicar alguns desdobramentos desse elemento em literaturas islâmicas e sua interface possível com discussões contemporâneas das ciências sociais, sobretudo tematizações que se convencionou chamar de “virada ontológica” (VIVEIROS DE CASTRO, 2014; HOLBRAAD; PEDERSEN, 2017; LAGROU, 2018).

Para as pretensões deste texto, cabe apresentarmos tal tendência ontologizante – ou reontologizante – a partir do que Eduardo Viveiros de Castro (2014) compreende serem suas três motivações históricas mais imediatas, e com isso compreenderemos a relevância de enunciarmos perspectivas ontológicas outras, como as islâmicas aqui descritas. O antropólogo sintetiza esse esforço intelectual ontologizante como resposta a 1) uma crise das representações, em que dualismos tais quais sujeito/objeto, Natureza/Cultura, etc. tendem a ser cada vez menos considerados como instâncias “claras e distintas”, tal como quereria Descartes; 2) o advento dos Estudos de Ciência e Tecnologia, que etnografaram modos de fazer ciência (por exemplo LATOUR, 1994) e evidenciaram a ausência de uma distinção autoevidente entre o que seria um conhecimento científico e outros não-científicos.

A distinção moderna entre ciência/não-ciência desde o princípio se estabeleceu como modo de diferenciação, se não entre Natureza/Cultura, ao menos entre Razão/Barbarismo, dicotomia que funda a modernidade ocidental e, no limite, oferece bases para sua expansão colonizadora global, desaguando num sistema mundial em tudo dependente da racionalidade científica (e cientificista) constituída historicamente por tal modernidade. Nessa distinção entre Razão/Barbarismo, entre “evoluídos” e “primitivos”, dá-se um distanciamento cada vez mais destacado entre animais humanos e não-humanos, pois o predicado da razão, do avanço técnico e do controle sobre o mundo se basearia, aqui, fundamentalmente nesses divisores.

A terceira motivação histórica levantada por Viveiros de Castro (2014), diz respeito a uma dinâmica social ainda em operação, ou seja, 3), a perspectiva, neste sistema mundial, globalizado e pretensamente universalista, de que uma crise ecológica e econômica de larga escala surge no horizonte – e no presente – para nos ameaçar a todos, restabelecendo essa humanidade moderna e distanciada de suas contrapartes não-humanas a um lugar bastante específico no conjunto geral dos fenômenos.

Tal distanciamento, tal colapso socioambiental, tem sido chamado Antropoceno, Capitaloceno, Plantationoceno (HARAWAY, 2016; TSING, 2019), e se define conceitualmente por confrontar a humanidade moderna, ocidental(izada) e global(izante) com a crise de escala geológica que ela própria, humanidade industrial e expansionista, contribuiu para gerar. Como é sabido desde as análises sobre o processo civilizador de tal modernidade (ELIAS, 1994), a civilização se constitui sobre distinções e distanciamentos como os referidos pouco acima por Viveiros de Castro (2014). Dentre tais diferenciações, encontra-se a concepção de que o mundo material, os recursos ambientais, animais inclusos, seriam justamente recursos, matéria-prima sobre a qual o empreendimento humano poderia projetar sua vontade. Essa coisificação do mundo como recurso para a empresa humana é, em parte, fundamento para a atual conceituação de Antropoceno que referimos. E, ao fazê-lo, resta-nos a consideração central que este artigo pretende responder, ao menos preliminarmente: se o histórico de modernização da sociedade ocidental/globalizante tendeu a coisificar o mundo, o ambiente e os animais, tornando-os recursos, ao passo que ontologizava o humano empreendedor (WEBER, 1981), o que se pode depreender da tradição islâmica com relação a tais marcos divisores? Constituída sobre outras bases teológicas, civilizacionais e, portanto, ontológicas, como se estabelece o entendimento islâmico sobre os animais não-humanos e, ao mesmo tempo, sobre os humanos e suas relações com o mundo?

Esforços semelhantes já foram feitos, embora a partir de outras premissas, ao pensar um perspectivismo ameríndio entre seres distintos (VIVEIROS DE CASTRO, 1996), perspectivismos melanésios ocupados em compreender as distinções, senão ontológicas, ao menos sociais e posicionais dos sujeitos em tela (STRATHERN, 1992), além de outras reflexões de cunho ontológico quando de relações sociocosmológicas na Ásia Interior (PEDERSEN; EMPSON; HUMPHREY, 2007), China (LIND, 2014) e Japão (DURAZZO, 2016). O Islam, aqui, oferecerá instrumental para tematizarmos distinções ontológicas e relações perspectivas a partir de modelos em tudo diversos dos acima enumerados, pois se é verdade que para o perspectivismo ameríndio haveria uma multinatureza sobre um fundo único de cultura; se na Melanésia compreendem-se as posições perspectivas a partir dos locais assumidos por cada pessoa; se na Ásia Interior o perspectivismo seria inter-humano, ainda que relacionado a práticas xamânicas e de descentramento de si; e se, por fim, na China e no Japão observamos perspectivismos de caráter totalmente diverso, posto que confundentes (LAUAND, 2007) e, diríamos também, metafóricos, o Islam teria em Allah, na unidade intencional da Criação, o campo de entendimento último de todas as relações. As relações entre humanos e não-humanos, sejam animais, sejam outras entidades não-humanas, como os *jinn* (“gênios”), no contexto islâmico ganham sentido apenas quando compreendidas pela leitura de suas

fontes doutrinárias: o Alcorão e as narrativas da vida do Profeta Muhammad, seu receptor.

No Alcorão, atesta-se claramente a igualdade entre os humanos: “Ó humanos, em verdade, Nós vos criamos de macho e fêmea e vos dividimos em povos e tribos, para reconhecerdes uns aos outros.” (Alcorão 49:13 – EL HAYEK, 2010, p.312). Em sua nota sobre a *ayah*¹ citada, El Hayek (2010, p.644) informa que “Isso é dirigido a toda humanidade e não apenas aos muçulmanos [...]”. Isso porque a geração, distinta da criação, conforme o versículo indica, provém do macho e da fêmea: sejam o pai e a mãe biológicos, sejam Adam e Huwa (“Adão e Eva”), a humanidade possuiria então uma base comum, da qual se distinguem por suas ações, não por sua linhagem. Essa citação do Alcorão ecoa e aprofunda seu esclarecimento em um registro sobre o Profeta Muhammad chamado *Sermão da Despedida*:

Toda a humanidade descende de Adão e Eva. Um árabe não é superior a um não-árabe, nem um não-árabe tem qualquer superioridade sobre um árabe; o branco não tem superioridade sobre o negro, nem o negro é superior ao branco; ninguém é superior, exceto pela piedade e boas ações”. (CENTRO ISLÂMICO BRASILEIRO, 2009, n.p.)

Assim, o aprendizado da condição humana perpassaria, também, pela observação daqueles humanos que são tidos como diferentes: “[...] diferenças em relação a tribo, etnicidade, língua, nacionalidade e religião podem ser fontes por meio das quais os seres humanos adquirem um maior apreço pela realidade da condição humana.”² (NASR *et al.*, 2015, p.1262, tradução nossa).

Todavia, o relato corânico não se restringe a indicar as semelhanças e diferenças entre os seres humanos, mas também indica a semelhança com outras criaturas não-humanas: “Não existem seres alguns que andem sobre a terra, nem aves que voem, que não constituam comunidades semelhantes à vossa. Nada omitimos no Livro; então, serão congregados ante seu Senhor.” (Alcorão 6:38 – EL HAYEK, 2010, p.100). Tal *ayah* é uma das principais contribuições para uma leitura não-especista do Alcorão. Essa percepção de que há semelhanças entre os animais não-humanos e os animais humanos é apreendida como “Em nosso orgulho, nós talvez excluamos os organismos que vivem além da dimensão percebida por nós; contudo, saibamos que eles vivem uma vida social

¹ Forma pela qual nos referiremos aos “versículos” do Alcorão.

² No original: “[...] differences in tribe, race, ethnicity, language, nationality, and religion can be sources through which human beings gain a deeper appreciation for the reality of the human condition.”

e individual, como nós próprios, e que toda a forma de vida está sujeita ao Plano e à Vontade de Allah.” (EL HAYEK, 2010, p.476).

Em seu comentário, El Hayek persiste em certa medida em uma leitura especista, pois toma a centralidade da experiência humana enquanto possibilidade de compreensão do versículo citado. Nasr *et al.* (2015) avançam nessa questão ao relacionarem com outras *ayat* (pl. de *ayah*) e concluírem, acerca de 6:38, que “Este é um dos muitos versos que indicam como as criaturas não-humanas têm sua relação com Deus de certo modo análoga àquela dos seres humanos.”³ (NASR *et al.*, 2015, p.352, tradução nossa). Quanto a isso, o Alcorão admoesta que “Não reparas, acaso, em tudo quanto há nos céus e na terra glorifica a Allah, inclusive os pássaros, ao estenderem suas asas? **Cada um está ciente do seu (modo de) orar e louvar.** E Allah é sabedor de tudo quanto faz (cada um).” (Alcorão 24:41 – EL HAYEK, 2010, p.213, grifos nossos). Portanto, mesmo a oração é também uma constante dentre os animais, que formam suas comunidades de fiéis e oram de maneira compreensível a Allah, não necessariamente aos humanos.

A ressurreição, tema presente nas mitologias abraâmicas, é estendida aos animais não-humanos: também serão ressuscitados, julgados e não serão injustiçados nesse processo (NASR *et al.*, 2015). O Alcorão afirma aos muçulmanos que, ao se relacionarem com os animais, não estão lidando com criaturas rebaixadas, de categoria ontológica inferior à humana. Pelo contrário, o humano, ao lidar com o animal, relaciona-se com criaturas dignas de respeito, que louvam Allah e que formam suas comunidades. Em se considerando tais apontamentos iniciais, podemos desde já estabelecer que as relações entre humanos e animais se desenvolvem numa rede complexa de interdependência, em tudo proveitosa para a investigação antropológica da condição humana em perspectiva islâmica.

Os animais no Alcorão

Quando se aborda a questão dos animais no Islam⁴ fora do contexto da interpretação corânica, isto é, a partir de fontes outras que o Alcorão, frequentemente

³ No original: “This is one of several verses indicating that nonhuman creatures have a relationship with God that is in some ways analogous to that of human beings.”

⁴ Optamos por transcrever a palavra árabe إسلام por Islam, e não por Islã (ou Islão, como no Português de Portugal). Uma vez que a palavra إسلام é composta pelas letras س – ل – ا – م, e considerando-se que o fonema /ã/ apresenta uma sonoridade nasalada semi-aberta – como em “sã” e “maçã” – e que o fonema que visamos representar na língua árabe advém da letra م e não da letra ن, optamos por manter

ignora-se a percepção da dimensão espiritual dos animais. As relações humanos/animais, assim, acabam se focando na questão do abate *halal*, método que contempla orientações para que o animal não-humano seja abatido de modo a que o consumo de sua carne e derivados seja lícito. De relevância econômica no presente, talvez pela “neoliberalização da vida cotidiana” (BROWN, 2019, p.217), os fatores financeiros e logísticos dessas crenças e tradições acabam destacados, obscurecendo os demais aspectos de um sistema de pensamento complexo e abrangente de questões ontológicas e epistemológicas outras.

Para além do abate e da alimentação a tradição islâmica oferece aos seus fiéis, compreensões abrangentes da realidade, nelas inclusos os animais e a natureza, que não podem ser reduzidas à praxeologia da mercadoria, do abate e do consumo.

Porque não são apenas os magistérios religiosos que deveriam ter revelado ao homem a transcendência de Deus. É antes o espetáculo da natureza. O Alcorão considera que mais não faz que chamar a atenção do seu leitor para uma verdade que não se deixa de entrever, mas que se encontra incontestavelmente posta de lado como que por um efeito necessário da sua condição de homem. Os desenvolvimentos consagrados à evocação dos mecanismos da natureza são em regra precedidos ou seguidos de um apelo a daí retirar – e sobretudo reter – uma lição. (GUELLOUZ, 2007, p.64-5)

Pode-se afirmar, portanto, que as lições oferecidas pela religião do Islam aos seus fiéis envolvem “[...] restaurar no homem uma sã apreciação de sua posição na criação.” (GUELLOUZ, 2007, p.66). Dada a complementaridade entre seres humanos e não-humanos, impõe-se-nos a reflexão sobre os limites da humanidade e da animalidade, a forma como a animalidade constitui a humanidade, o rompimento do antropocentrismo e outras considerações de cunho ontológico que o Alcorão, ensinando sobre a Criação, evidencia a seu leitor.

De acordo com a tradição islâmica sunita, a compilação do Alcorão foi finalizada durante o governo do terceiro califa, Uthman ibn Affan, tomando sua forma final que ainda hoje é a utilizada pelos muçulmanos (GUELLOUZ, 2007). Essa forma é a mesma para sunitas, xiitas ou sufis: independentemente da linhagem seguida pelos fiéis, é a partir do mesmo Alcorão que estes realizam suas interpretações sobre a Realidade e suas diversas manifestações – recordando que um dos nomes de Allah é *al-*

essa grafia. Dado que a palavra اسلام termina com م, “mim”, foneticamente mais próxima da consoante “m”, bilabial, distinto do fonema /ã/, foneticamente semi-aberta, a transcrição que propomos visa preservar a característica fonética.

Haqq, الحق, “A Realidade”. Desse modo, a prática da leitura do Alcorão tende pouquíssimas vezes ao literalismo, uma vez que “[...] não foi reduzindo-o a um catálogo de informações anedóticas e de receitas, mas extraindo do conjunto deste texto os princípios de análise do real e do estabelecimento das normas que permitiram tudo enfrentar.” (GUELLOUZ, 2007, p.78) que os muçulmanos construíram e integram diferentes sociedades. A obra de Nasr *et al.* (2015) constitui também uma tentativa de mostrar a complexidade da leitura corânica, variando de níveis de leitura em profundidade e extensão.

Ou seja, o senso histórico não é a única forma possível de leitura do Alcorão. Ele conteria uma hierohistória, uma história sagrada, que relata o desenvolvimento espiritual da humanidade, não se restringindo a seu momento histórico particularizado. Apesar das lições corânicas serem relativas também à comunidade em que surgiram, apontam para além dela, visando instruir no conhecimento proveniente da divindade, posto que revelado por Allah. Por ser uma Mensagem enviada a uma comunidade, “A exegese dos textos não se realiza sem a exegese da alma.”⁵ (CORBIN, 2006, p.35, tradução nossa), e por isso a exegese sobre os animais se refere também à condição humana, à alma daquele que interpreta o texto e, seguramente, às tendências sociais observadas contemporaneamente a tal leitura.

Os animais retratados no Alcorão são aqueles conhecidos pelos árabes no período pré-islâmico, não sendo citadas criaturas que os árabes do período do Profeta Muhammad não conhecessem. Por exemplo, no Alcorão citam-se diferentes tipos de camelas e camelos, animais de contato cotidiano para muitos dos habitantes dos desertos da Península Árabe. Todavia, o Alcorão é reconhecidamente um texto que, além de ser extremamente auto-referente (LAWRENCE, 2008), apresenta questões particulares e reflexões sobre questões gerais, superando, para os que nele creem, seus limites históricos e geográficos e trazendo elucidações sobre o passado, orientações para o presente e relatos dos dias que virão, independentemente da localização da fiel e do fiel (TLILI, 2012). Daí que observar as orientações islâmicas quanto aos animais pode levar a uma compreensão de como assuntos alheios ao Islam (como a consideração da vida do animal não-humano enquanto *commodity*) influenciam na prática atual dos muçulmanos – e como essa prática pode encontrar, mesmo no texto sagrado e em suas referências, bases para transformações sociais do presente.

Isso porque “A Palavra, o Verbo divino (do qual tratamos aqui, pela via da hermenêutica), é a encantação sonora que evoca os seres e que se assenta na natureza

⁵ No original: “L’exégese des textes ne va pas sans l’exegesis de l’âme.”

profunda de cada um.”⁶ (CORBIN, 2007, p.141, tradução nossa). Quando o Alcorão indica algo sobre a Criação, isso é fonte de Revelação da condição real, prenhe de simbolismo, e não somente de um pensamento historicizado, relato desprovido de orientação. Por Revelação, no Islam, entende-se “[...] a palavra de Deus que é comunicada a seus profetas e mensageiros. Pode ser também a escritura revelada a profetas específicos: a Torá para Moisés, o Evangelho a Jesus e o Alcorão para Muhammad.”⁷ (LEAMAN; ALI, 2008, p.113-4, tradução nossa).

Dessa forma, uma concepção dos animais em acordo com o Islam precisará ao menos apontar as questões mais pertinentes tratadas pelo Alcorão, ainda que o assunto principal desse texto sagrado não seja a vida animal. Antes de iniciar qualquer leitura do Alcorão, é importante ressaltar que os títulos nele encontrados, as *suwar* (pl. de *surah*), não são precisamente o que em português se chamariam de capítulos. A relevância de tal esclarecimento tradutório assim se explica:

O significado da palavra sura (transcrição portuguesa do árabe *sûra*) está longe da sugerida por sua tradução (*sûr*) muito utilizada, pelo termo capítulo. Tem a mesma raiz que a palavra *sour* que pode significar muralha, muro ou recinto. Etimologicamente, *sûra* é aquilo que se rodeou de um muro para lhe marcar os limites, logo a especificidade, a individualidade. O Alcorão utiliza-o numa dezena de passagens, sempre e exclusivamente para designar esta realidade específica que constituem as suas divisões. (GUELLOUZ, 2007, p.38)

É nessa configuração que a *surah* apresentará também sinais, as *ayat* (pl. de *ayah*), e por tal razão o Alcorão pode ser chamado de um livro de sinais (LAWRENCE, 2008). Nessa organização do texto, cada *surah* recebe um nome advindo de algum tema tratado em seu desenvolvimento. Uma mesma *surah* poderá ser denominada de diferentes formas, mas existem nomes que são tradicionalmente utilizados e esses são os que nos interessam, pois pela nomeação das *suwar* temos de partida o reconhecimento da importância e especificidade de seu conteúdo. Com o nome de animais não-humanos serão nomeados seis *suwar*: 2^a. *Surah al-Baqara* (سورة البقرة, A Vaca); 6^a. *Surah al-An'âm* (سورة الأنعام, O Gado); 16^a. *Surah al-Nahl* (سورة النحل, As Abelhas); 27^a. *Surah Al-Naml* (سورة النمل, As Formigas); 29^a. *Surah al-'Ankabut* (سورة العنكبوت, As Aranhas); e 105^a. *Surah al-Fil* (سورة الفيل, O Elefante).

⁶ No original: “Le Parole, le Verbe divin (c’est elle qui est en cause ici, quand il s’agit d’herméneutique), c’est l’incantation sonore qui évoque les êtres, et qui reste la nature profonde et secrète de chaque être.”

⁷ No original: “[...] the word of God which is communicated to his prophets and messengers. It can also mean the scripture revealed to particular prophets: the Torah to Moses, the Gospel to Jesus and the Qur’an to Muhammad.”

O Alcorão é ordenado, grosso modo, das *suwar* maiores para menores, com exceção da primeira, relativamente pequena; portanto, a segunda *surah*, A Vaca, é a maior de todo o Alcorão. Ela, que compreende quase 1/12 de todo o texto corânico, recebe esse nome devido ao episódio envolvendo uma vaca, citado entre as *ayat* 67-73. Quanto à sua abrangência temática, “Podemos citar, da sura II [A Vaca], do versículo 178 ao 241: o preço do sangue, o legado testamentário, o jejum, a peregrinação, o tratamento dos alunos pelos professores, as transações comerciais, a usura, a escolha das testemunhas, o aleitamento, o juramento, etc.” (GUELLOUZ, 2007, p.52). Ecoando essa percepção, Nasr *et al.* (2015) afirmam que poucos assuntos discutidos no Alcorão se encontram ausentes nesta *surah*, que aborda teologia, lei, história sagrada, metafísica, cosmologia, vida espiritual, o visível e o invisível, diferentes profetas, debates ente judeus e muçulmanos, a peregrinação. É nessa *surah* que consta o *ayatul-Kursi* (2:255), o Versículo do Trono, que é recitado em diferentes situações – principalmente ao final das orações obrigatórias. De certo modo, A Vaca pode ser considerada um Sumário do Alcorão.

O Gado, sexta *surah*, tem como principal tema a refutação de argumentos favoráveis à idolatria (com a adoração de ídolos, corpos celestiais e gênios), demonstrando o esforço do Profeta em estabelecer o Islam. Entre as *ayat* 95-99, Allah é apresentado como quem concede a vida e a morte neste mundo e a vida no próximo. Além disso, proíbe-se a prática pré-islâmica de sacrificar crianças; há a afirmação do monoteísmo, de regras dietéticas e da consideração sobre gerações anteriores, fazendo com que, pelo expediente narrativo e instrucional dos animais, parte do universo doutrinário islâmico seja estabelecido (NASR *et al.*, 2015).

As Abelhas, 16ª *surah*, recebe esse nome devido às *ayat* 68 e 69:

E teu Senhor inspirou as abelhas, (dizendo): Construí as vossas colmeias nas montanhas, nas árvores e nas habitações (dos homens). Alimentai-vos de toda a classe de frutos e segui, humildemente, pelas sendas traçadas por vosso Senhor! Do abdômen delas sai um líquido de variegadas cores que constitui cura para os humanos. Nisto há sinal para os que refletem. (Alcorão 16: 68-9 – EL HAYEK, 2010 p.169)

Essa inspiração é, de acordo com Nasr *et al.* (2015), um tipo de conhecimento único, inspirado no coração dessas criaturas. A palavra para inspiração nesse termo é *awḥā* (أَوْحَى, formada pelas letras و – ح – ي), palavra que se assemelha a *wahy* (وَحْي), de raiz و – ح – ي, utilizada para indicar o conhecimento inspirado por a Allah em seus Profetas. Ou seja: um conhecimento de origem divina é inspirado às abelhas de maneira

semelhante àquela inspirada aos humanos. Alguns comentadores dessa *ayah* (citados em NASR *et al.*, 2015) reconhecerão então que as abelhas podem ser conscientes dos comandos e proibições divinos. Outros temas ainda são tratados nessa *surah*, sendo um de seus focos os fenômenos naturais enquanto bênçãos para a humanidade.

A 27ª *surah*, As Formigas, recebe esse nome devido ao episódio das formigas encontrando o exército do Profeta Salomão:

E Salomão foi herdeiro de David, e disse: Ó humanos, tem-nos sido ensinada a linguagem dos pássaros e tem-nos sido proporcionado um pouco de todas as coisas. Em verdade, esta é a graça manifesta (de Allah). E foram congregados ante Salomão, com os seus exércitos de gênios, de homens e de aves, em formação e hierarquia. (Marcharam) até que chegaram ao vale profundo das formigas. Uma das formigas disse: Ó formigas, entrai na vossa habitação, senão Salomão e seus exércitos esmagar-vos-ão com seus pés, sem que disso se apercebam. (Alcorão 27: 16-18 – EL HAYEK, 2010, p.227)

Note-se: como o trecho cita a linguagem dos pássaros e a fala das formigas, sob a concepção islâmica de Criação nem mesmo o ato de falar seria exclusividade humana – contestando, por uma via insuspeita a certa racionalidade ocidental e reificação do mundo, a tese tão bem estabelecida na modernidade de uma excepcionalidade humana (INGOLD, 1994). Além desse trecho, das *ayat* 59 – 64 há o desafio para os leitores meditarem sobre a natureza de Allah e de sua Criação. A *surah* ainda cita Moisés, o Faraó, o encontro de Salomão com a Rainha de Sabá, o Profeta Salih, a ressurreição e o julgamento na próxima vida (NASR *et al.*, 2015).

As Aranhas, 29ª *surah*, indica a fragilidade desse mundo comparando-o com a teia da aranha, informando que os humanos que não conhecem a verdadeira natureza de Allah se encontram em situação de fragilidade. Ela cita ainda os povos anteriores e seus Profetas, objetos para meditação, e conclui apontando a efemeridade deste mundo (NASR *et al.*, 2015).

Por fim, a 105ª *surah*, O Elefante, relata a tentativa de invasão a Meca pelo general abissínio Abrahah, que lutava no Iêmen e com elefantes em seu exército. Dentre esses elefantes, o de nome Mahmud (cuja semelhança com o nome de Muhammad deve ser destacada) recusou-se a avançar contra a cidade. Enquanto defesa, Allah envia pássaros, carregando pedras, que defenderam a cidade-santuário (NASR *et al.*, 2015). Assim, os animais não-humanos citados na *surah* se recusam a agir em agressão aos espaços que hoje são considerados sagrados por muçulmanos de todo mundo, protegendo-os.

Digna de referência ainda é a 18^a. *Surah al-Kahf* (سورة الكهف, A Caverna), tradicionalmente lida pelos muçulmanos na sexta-feira: nela são citados os Companheiros da Caverna (das *ayat* 9-26), que são guardados por um cachorro, e o episódio do encontro de Moisés com Al-Khidr (das *ayat* 65-82), onde é citado um peixe em parte de uma narrativa envolvendo o Profeta Moisés (NASR *et al.*, 2015). A transformação de pessoas em porcos e macacos, citado em 5:60, também poderia ser indicada; todavia, concordamos com Tlili (2012) quando esta afirma que nem porcos, nem macacos são considerados seres inferiores aos humanos – apenas distintos, com suas peculiaridades de espécie, todos frutos da Criação de Allah.

Além dos animais não-humanos que dão nome às *suwar* citadas, o Alcorão ainda indica a existência de outras entidades animais: são estas os humanos, que nomeiam a 76^a. *Surah al-Insan* (سورة الانسان, O Humano) e a 114^a. *Surah an-Náss* (سورة الناس, Os Humanos); além dos gênios, com a 72^a. *Surah al-Jinn* (سورة الجن, Os Gênios). Os Gênios são entidades que, diferentemente dos humanos que foram criados da terra, foram criados de um fogo sem fumaça. São criaturas inteligentes que podem inclusive ser muçulmanas. Relata-se que o Profeta Muhammad encontrou um grupo de gênios que receberam instrução sobre o Alcorão e se tornaram muçulmanos. Por tal relato, observa-se que os humanos não seriam os únicos capazes de aceitar a Revelação e aderir à nova religião, existindo outras criaturas não-humanas capazes de aderirem à fé islâmica. Elas habitam diferentes lugares, muitos dos quais imundos e macabros, e tendem a se ocultar – daí o nome *jinn* (جِنّ), proveniente da raiz ج – ن – ن, que indica a ideia de ocultação. Vivendo obscurecidos, intermediando suas vidas com a dos humanos, como qualquer edição de algumas d'*As Mil e Uma Noites* indica, o Alcorão lhes reserva um lugar que nem o judaísmo nem o cristianismo previam para suas escrituras. Formam outra categoria de existência, distintas das demais (EL-ZEIN, 1995), portanto, plantas, anjos, demônios, animais humanos, animais não-humanos e gênios formam parte das categorias de criaturas vivas. Considerando-se que a Revelação sequer se destina apenas à Humanidade, qualquer postura antropocêntrica quanto ao monopólio da leitura e prática do Islam sofre abalos pelo próprio texto corânico.

Quanto às espécies de animais não-humanos citados no Alcorão, Tlili (2012) enumera-os: *Abābīl*⁸, Abelha, Aranha, Asno, Baleia, Bode, Cabra, Cachorro, Camelo⁹,

⁸ Grupos de pássaros de diferentes origens (NASR *et al.*, 2015).

⁹ Dada a importância dos camelos na cultura árabe, são várias as palavras usadas para indicá-los.

Cavalo, Codorna, Corvo, Cobra, Cupim, Elefante, Formiga¹⁰, Gado, Gafanhoto, Leão, Lêndea, Lobo, Macaco, Mariposa, Mosca, Mosquito, Ovelha, Peixe, Porco, Poupá e Sapo. Esses animais formam uma amostra da fauna que os árabes conheciam – inclusive o elefante, que havia sido utilizado para uma tentativa de invasão a Meca, conforme mencionado anteriormente.

Sobre a presença dos animais na Revelação, acreditamos ser plenamente possível, e mesmo necessária, uma leitura do Alcorão que não tenha o antropocentrismo como um limite absoluto e justificável. Afinal, o próprio texto sagrado aponta a limitação do conhecimento humano ao dizer: “Perguntar-te-ão sobre o Espírito. Responde-lhes: O Espírito é um dos comandos do meu Senhor, e **só vos tem sido concedida uma ínfima parte do saber.**” (Alcorão 17:85 – EL HAYEK, 2010, p.177, grifos nossos). Pela limitação do entendimento humano, é plausível considerar o antropocentrismo e o especismo dele decorrente como leituras precoces, em seu sentido etimológico, da mensagem do Islam: incapazes de compreender a totalidade da Criação, os humanos ao longo da história projetariam na realidade suas próprias concepções, seja em matéria de antropocentrismo, seja a partir de outros marcadores sociais da diferença, como Barlas (2002) sugere ao tratar da desigualdade de gênero e de sua correlação observada em contextos islâmicos.

Alguém poderá, visando contrapor a leitura não-especista e favorecendo a chave de leitura antropocêntrica, argumentar que a Criação foi colocada à disposição dos humanos, com trechos como “Ele foi Quem vos criou tudo quanto existe na terra [...]” (Alcorão 2:29 – EL HAYEK, 2010, p.44) e “Ele é Que criou todos os canais e vos submeteu os navios e os animais para vos transportardes.” (Alcorão 43:12 – EL HAYEK, 2010, p.294). Os animais, de acordo com essas *ayat*, seriam subservientes aos racionais seres humanos, percebidos enquanto superiores: Allah os teria criado para os humanos fazerem uso. Esse argumento pode ser citado também em “Não tens reparado em que Allah pôs ao vosso dispor tudo o que existe na terra, assim como os mares que singram por Sua vontade?” (Alcorão 22:65 – EL HAYEK, 2010, p.204). Contudo, continuando na mesma *ayah*, lemos: “Ele sustém o firmamento, para que não caia sobre a terra, a não ser por Sua vontade, porque é, para com os humanos, Compassivo, Misericordiosíssimo.”

Ou seja, a disposição de diferentes elementos da Criação, animais inclusive, é manifestação da compaixão e misericórdia de Allah, não da superioridade dos humanos.

¹⁰ Apesar da palavra **فَرَس** constar no Alcorão nos versículos 4:40, 10:61, 34:3, 34:22, 99:7, 99:8, a versão de El Hayek (2010) opta pela palavra “átomo” para traduzi-la. A indicação de Tili (2012) é de que a palavra pode ser compreendida como “formiga”, dando a dimensão de algo pequeno.

Isso é reafirmado em “Pôs à vossa disposição o sol e a lua, que seguem os seus cursos; pôs à vossa disposição à noite e o dia.” (Alcorão 14:33 – EL HAYEK, 2010, p.161). Nenhuma interpretação aqui referida, principalmente a de Nasr *et al* (2015), traça que o sol e a lua estão submissos ao ser humano: estar à disposição, nessas citações, é ser manifestação da existência, misericórdia e poder de Allah e da posição de relativa dependência do humano perante as demais criações. É necessário recordar que o Alcorão também informa que “Não existe criatura sobre a terra cujo sustento não dependa de Allah; Ele conhece a sua estância temporária e permanente, porque tudo está registrado num Livro esclarecedor.” (Alcorão 11:6 – EL HAYEK, 2010, p.142). De um ponto de vista ontológico e doutrinário, essas são posturas avessas à ideia de domínio do humano sobre a natureza.

Ademais do Alcorão, é na vida do Profeta Muhammad que os muçulmanos buscam a compreensão do texto sagrado. Isso porque o Alcorão informa aos muçulmanos que o “Mensageiro de Allah [é] um excelente exemplo para aqueles que têm esperança em Allah e no Dia do Juízo Final, e invocam Allah frequentemente.” (Alcorão 33:21 – EL HAYEK, 2010, p.232). Os comportamentos do Profeta Muhammad acerca das diferentes situações com as quais se confrontou constituem, desde os primórdios da reflexão muçulmana, outra fonte utilizada como referência para a prática e fé do Islam, os chamados *ahadith* (pl. de *hadith*). Será no comportamento e indicações do Profeta Muhammad perante e sobre os animais que orientações islâmicas serão formuladas, como veremos.

Os animais na *sunnah* e nos *ahadith*

A *sunnah* indica as práticas tidas como costumeiras, tradicionais, repetidamente realizadas por um grupo de pessoas (LEAMAN; ALI, 2008). No contexto islâmico, indica principalmente as práticas do Profeta Muhammad que se depreendem das narrativas que lhes são atribuídas: sejam narrativas amplas de toda sua vida, a *seerah*¹¹, ou relatos separados, anedóticos, como os *ahadith*. O oposto da *sunnah* seria a *bid'ah*, inovação¹². Além disso, a *sunnah* pode ser usada para indicar as práticas dos Companheiros do Profeta:

¹¹ Trata-se de um gênero literário próprio de obras dedicadas a narrar a vida do Profeta.

¹² Inovação em termos religiosos, não técnica, tecnológica ou científica.

Um *hadith* bastante citado conclama os muçulmanos a se dedicarem às práticas do Profeta e dos califas “de boa orientação”. Para a maioria sunita, a *sunnah* profética é a segunda fonte de prática islâmica, atrás do Alcorão, e tem papel fundamental para entendimentos comunitários com relação aos conjuntos de doutrinas e práticas que sejam comuns, equilibrados e concordantes; os sunitas têm usado a expressão *ahl al-sunnah wa al-jama‘ah* (o povo da *sunnah* e da comunidade) ou apenas *ahl al-sunnah* para se autodefinirem.¹³ (LEAMAN; ALI, 2008, p.135, tradução nossa)

A compreensão de Stewart (2013) é semelhante, acrescentando que esses relatos incluem ordens e são fontes de questões legais. O autor afirma que:

Os *ahadith* têm servido como fontes principais para os estudiosos muçulmanos que se dedicam aos ensinamentos e à vida (*sunnah*) do Profeta. Assim, os *ahadith* são centrais para o entendimento da mensagem do Alcorão e para prover aos muçulmanos um material complementar relativo às leis, dogmas, ética e política sobre o qual se debruça o pensamento islâmico, mas que não estão explícitos no Alcorão.¹⁴ (STEWART, 2013, p.211, tradução nossa)

Os *ahadith* são fontes que complementam e aprofundam a compreensão e a prática da Mensagem do Islam: sejam aqueles que indicam o que o Profeta fazia ou o que suas companheiras e seus companheiros relataram, são fontes primárias para a compreensão da *sunnah*. Cada *hadith* é composto por duas partes: “uma linha de transmissão (*isnad*) e sua porção substancial (*matn*)”¹⁵ (LEAMAN; ALI, 2008, p.45, tradução nossa). Interessa-nos aqui principalmente o conteúdo, mais do que a linha de transmissão desses relatos.

Para a presente pesquisa, utilizou-se o site www.sunnah.com/, que faz uso de um motor de busca que retorna resultados de diferentes compilações de *ahadith*. São 15 coletâneas digitalizadas, sendo que as seis principais (*Sahih al-Bukhari*, *Sahih Muslim*, *Sunan an-Nasa’i*, *Sunan Abi Dawud*, *Jami at-Thirmidhi*, *Sunan Ibn Majah*) e outras

¹³ No original: “One often-quoted *hadith* urges Muslims to stick to the practices of the Prophet and of the ‘rightly guided’ caliphs. For the Sunni majority, prophetic *sunnah* is the second source of Islamic practice next to the Qur’an, and it serves a key role in communal visions of adherence to a common, moderate, agreed set of doctrines and practices; Sunnis have used the phrase *ahl al-sunnah wa al-jama‘ah* (the people of the *sunnah* and the community), or just *ahl al-sunnah*, to define themselves.”

¹⁴ No original: “*Hadiths* have served as the main sources for Muslim scholars studying the teachings and precedent (*sunna*) of the Prophet. As such, *hadiths* have been central to understanding the message of the Qur’an and providing Muslims with supplemental material on the legal, dogmatic, ethical, and political issues dealt with in Islamic thought but not found explicitly in the Qur’an.”

¹⁵ No original: “a chain of transmitters (*isnad*) and a substantive portion (*matn*)”

nove complementares (*Muwatta Malik, Musnad Ahmad, 40 Hadith Nawawi, Riyad as-Salihin, Mishkat al-Masabih, Al-Adab Al-Mufrad, 40 Hadith Qudsi, Ash-Shama'il Al-Muhammadiyah* e *Bulugh al-Maram*) estão à disposição. Importa indicar que o site dispõe narrativas principalmente de fontes sunitas. Isso porque as coletâneas e narrativas dos ramos dos xiismos constituem outro universo documental, podendo assim originar outras pesquisas. As coleções mais importantes de narrativas no sunismo são os trabalhos de Bukhari e Muslim, mas também consideram-se os relatos compilados por Abu Dawud, Ibn Majah, al-Nasa'i e al-Tirmidhi como relevantes. “Há ahadith famosos, contudo, que gozam de ampla circulação e aceitação geral, mesmo não constando em tais coleções.”¹⁶ (LEAMAN; ALI, 2008, p.45, tradução nossa).

Dentre as narrativas levantadas que abordam os animais, destacamos:

- Narrado por Jabir bin ‘Abdullah: Estávamos com o Mensageiro de Allah colhendo frutas nas árvores de ‘Arak, e o Mensageiro de Allah disse: “Colha a fruta negra, pois é a melhor.” Seus companheiros lhe perguntaram: “Foste um pastor?” ao que respondeu: “Não há profeta que não tenha sido pastor.”¹⁷ (<https://sunnah.com/bukhari/60/79/>, tradução nossa)
- O Mensageiro de Allah disse: “Os melhores objetos de caridade são uma camela que tenha dado cria recentemente, e esteja prenhe de leite, ou uma cabra com leite abundante; e que sejam dadas a quem use tal leite ordenhando uma tigela pela manhã e outra à noite.”¹⁸ (<https://sunnah.com/bukhari/74/34/>, tradução nossa)
- O Mensageiro de Allah disse: “Enquanto um homem caminhava, sentiu sede e desceu em um poço e bebeu água. Ao sair, ele viu um cachorro ofegando e comendo lama por causa da sede excessiva. O homem disse: ‘Este (cachorro) está sofrendo do mesmo problema que o meu.’ Então ele (desceu o poço), encheu o sapato com água, segurou-o com os dentes, subiu e ofereceu-a ao cachorro. Allah agradeceu por sua (boa) ação e o perdoou.” O povo perguntou: “Ó Mensageiro de Deus! Existe uma recompensa para nós ao servir (os)

¹⁶ No original: “There are famous hadith, however, that enjoy wide circulation and general acceptance despite not being found in these compilations.”

¹⁷ No original: “Narrated Jabir bin ‘Abdullah: We were with Allah’s Messenger picking the fruits of the ‘Arak trees, and Allah’s Messenger said, ‘Pick the black fruit, for it is the best.’ The companions asked, ‘Were you a shepherd?’ He replied, ‘There was no prophet who was not a shepherd.’”

¹⁸ No original: “Narrated Abu Huraira: Allah’s Messenger said, ‘The best object of charity is a she-camel which has (newly) given birth and gives plenty of milk, or a she-goat which gives plenty of milk; and is given to somebody to utilize its milk by milking one bowl in the morning and one in the evening.’”

animais?” Ele respondeu: “Sim, há uma recompensa por servir qualquer animal.”¹⁹ (<https://sunnah.com/bukhari/42/11/>, tradução nossa).

- Narrou Asma 'bint Abi Bakr: O Profeta certa vez fez a oração do eclipse. [...] Ao concluir a oração, ele disse: “O paraíso se tornou tão próximo a mim que se eu tivesse ousado, eu teria arrancado um de seus cachos para você e o Inferno ficou tão perto de mim que disse: ‘Ó meu Senhor, eu estarei dentre essas pessoas.’” Então, de repente, vi uma mulher e um gato lacerando-a com suas garras. Ao indagar, dizia-se que a mulher havia aprisionado o gato até morrer de fome e ela não o alimentou nem o libertou para que ele pudesse se alimentar.”²⁰ (<https://sunnah.com/bukhari/10/139/>, tradução nossa).
- Narrou Anas que o Profeta disse: “Nenhum muçulmano planta uma planta ou semeia uma colheita e então uma pessoa, um pássaro ou um animal come dela sem que isso seja uma caridade dele.”²¹ (<https://sunnah.com/tirmidhi/15/63/>, tradução nossa).
- Foi narrado por Ibn 'Abbas que o Mensageiro de Allah disse: “Não tome nada que tenha alma como alvo.”²² (<https://sunnah.com/nasai/43/83/>, tradução nossa)
- Jabir relatou que o Profeta disse, quando um burro que tinha sido marcado no rosto passou por ele: “Não chegou a você que eu amaldiçoei aquele que marcou os animais nos rostos ou os golpeou na face?” Então ele proibiu isso.²³ (<https://sunnah.com/abudawud/15/88/>, tradução nossa)

¹⁹ No original: “*Narrated Abu Huraira: Allah's Messenger said, ‘While a man was walking he felt thirsty and went down a well and drank water from it. On coming out of it, he saw a dog panting and eating mud because of excessive thirst. The man said, ‘This (dog) is suffering from the same problem as that of mine. So he (went down the well), filled his shoe with water, caught hold of it with his teeth and climbed up and watered the dog. Allah thanked him for his (good) deed and forgave him.’ The people asked, ‘O Allah's Messenger! Is there a reward for us in serving (the) animals?’ He replied, ‘Yes, there is a reward for serving any animate.’*”

²⁰ No original: “*Narrated Asma' bint Abi Bakr: The Prophet once offered the eclipse prayer. [...] On completion of the prayer, he said, ‘Paradise became so near to me that if I had dared, I would have plucked one of its bunches for you and Hell became so near to me that said, ‘O my Lord will I be among those people?’ Then suddenly I saw a woman and a cat was lacerating her with its claws. On inquiring, it was said that the woman had imprisoned the cat till it died of starvation and she neither fed it nor freed it so that it could feed itself.’*”

²¹ No original: “*Narrated Anas: that the Prophet said: ‘No Muslim plants a plant or sows a crop, then a person, or a bird, or an animal eats from it, except that it will be charity for him.’*”

²² No original: “*It was narrated from Ibn 'Abbas that the Messenger of Allah said: ‘Do not take anything that has a soul as a target.’*”

²³ No original: “*Jabir reported the Prophet as saying when an ass which had been branded on its face passed him. Did it not reach you that I cursed him who branded the animals on their faces or struck them on their faces. So he prohibited it.*”

Além dos relatos arrolados, disponíveis para consulta no site citado, registramos o de que o Profeta Muhammad, quando estava com um comboio para realizar a *umrah*²⁴, orientou que as pessoas que o acompanhavam mudassem sua rota para não assustarem uma cachorra que estava parindo (DEEB, 2014). Como se pode apreender nas narrativas acima, a relação entre animais humanos e animais não-humanos não é despida nem de significado, nem de responsabilidade, tampouco de ética: é possível atingir a salvação ou a condenação, receber bênçãos e penalidades a partir das relações que se estabelecem com essas criaturas, e nem a mensagem do Islam, nem os exemplos de vida do Profeta Muhammad, são alheios ao tema.

Também será na biografia do Profeta, a *seerah*, que outros eventos envolvendo os animais surgirão, como a profusão de leite das cabras de Halima bint Abi Dhuayb quando ela se torna ama de leite de Muhammad; ou de quando Muhammad monta o animal místico, Burāq, em sua ascensão aos céus; ou a aranha protegendo Muhammad e seu companheiro Abu Bakr na fuga para Medina, tecendo uma teia na entrada da caverna em que se escondiam para despistar seus perseguidores (LINGS, 2010), dentre muitas outras. Apesar de haver narrativas que repertoriavam os episódios nas coletâneas de *ahadith*, é na *seerah* que se encontram outros episódios, como estes brevemente sumariados.

Por fim, é relevante apontar que as relações descritas com seres não-humanos, por assim dizer, não se limitam apenas aos animais. Em dada narrativa, conta-se da tamareira que chorou quando Muhammad mudou o *minbar* (“púlpito”) de lugar (<https://sunnah.com/bukhari/61/92/>), e em outra é-nos explanada a importância de plantar uma árvore, em se havendo a possibilidade, mesmo que o Dia do Juízo esteja próximo (esta narrativa se chamando, sugestivamente, *Cuidando do mundo*, <https://sunnah.com/urn/2204790/>). Tais lições dão-nos bases seguras para afirmar que o Islam, como corpo doutrinário e mensagem sobre a Realidade e sobre a Criação de Allah, constitui-se a partir de relações e representações bastante precisas no que toca à convivência com seres não-humanos, animais e outros, e por isso nos oferece uma perspectiva não-ocidental ainda pouco explorada por essa literatura, que cabe aprofundar em futuras pesquisas.

24 Visita não obrigatória à Kaaba; a obrigatória se chama *hajj*.

Algumas literaturas islâmicas sobre os animais não-humanos

Pelo exposto, resta-nos apontar mais detidamente algumas situações em que a presença de animais não-humanos como interlocutores ou partícipes das ações narradas, de algum modo, explicitam que a experiência significativa da realidade não é, para o pensamento islâmico, uma excepcionalidade humana.

Em *O caso dos Animais contra o Homem frente ao Rei dos Jinn* (IKHWĀN AL-SAFĀ', 2009) vemos que um grupo de muçulmanos, a Irmandade da Pureza (*Ikhwān al-Safā'*, إخوان الصفا), compreendia a relevância de meditar-se sobre a vida dos animais não-humanos, cientes de suas potencialidades pedagógicas. Este caso compõe a vigésima segunda epístola pedagógica de uma série voltada para a instrução de seus membros, e seria significativo apontar, ainda, que a vigésima primeira tratava das relações humanas com outras entidades não-humanas; neste caso, as plantas (IKHWĀN AL-SAFĀ', 2009).

A Irmandade da Pureza foi acusada de constituir uma seita esotérica milenarista e sincretista, com manifestações de idealismo e de prática enciclopedista. No total, são apontados 52 tratados de variados temas (ALÍ-DE-UNZAGA, 2013), sendo *O caso dos animais* um deles. É importante ressaltar que se trata de uma seita ismailita, modalidade de xiismo – sendo o mais conhecido contemporaneamente o xiismo duodécimo, apesar de existirem outras formas de xiismo²⁵. O recurso pedagógico que a Irmandade adotou para trazer os animais ao protagonismo foi, dentre outros procedimentos, retirar da linguagem seu limite humano.

Na epístola, tanto os animais quanto os gênios têm o dom da fala, e o ser humano não é o único *loquens* da Criação. Já no século XIII, a narrativa nos apresenta o conflito – diríamos ontológico, consideradas as ações excepcionalistas assumidas pelos humanos – entre os seres humanos e as demais criaturas. Todavia, o recurso de conceder fala aos animais não é originário da Irmandade da Pureza, o próprio Alcorão apresenta, como citado, situações em que os animais se comunicam e possuem linguagem. A capacidade de pensar do animal não-humano é uma capacidade, em certa medida, compartilhada com os animais humanos, sendo a animalidade um ponto de contato dos animais humanos com outras criaturas, animais não-humanos e gênios. Os gênios são apresentados ocupando seu espaço na Revelação. São entidades que existiram previamente aos humanos e que, no relato, recepcionam as queixas dos animais não-humanos (IKHWĀN AL-SAFĀ', 2009).

²⁵ Para maior aprofundamento sobre o ismailismo, recomenda-se a obra de Daftary (2007); sobre a Irmandade da Pureza, Callatay (2005).

A queixa que os animais não-humanos apresentam aos gênios é de que os animais humanos estão destruindo os espaços em que vivem. Não respeitando suas singularidades, matam e oprimem as criaturas onde quer que cheguem. A presença humana é nociva. Mesmo os gênios se queixam, recordando das relações que estabeleciam com os Profetas de Allah²⁶, como Salomão, e que os animais humanos que conheciam não se comportavam mais de modo honrado nem com os gênios, tanto menos com os animais não-humanos. Em um colóquio que se estende com os animais não-humanos, com as criaturas sendo conclamadas a partir de seus tipos classificatórios (voadoras, rastejantes, quadrúpedes, etc.) para apresentarem argumentos contra os animais humanos, sucede-se uma discussão em que os humanos a todo momento procuram demonstrar sua condição de superioridade, sendo então desbancados pelos animais não-humanos: eles não são capazes de superar a precisão das abelhas; não respiram na água como os peixes; não têm a disciplina das formigas; não voam; não se protegem tão bem contra o frio; nem sempre louvam a Allah; inauguram hábitos péssimos como o assassinato (nessa narrativa, os animais não-humanos não recorriam ao assassinato antes da Queda de Adão). A única coisa que distingue os seres humanos é a presença de milhares de Profetas, e a obra termina com esse indicativo, sem oferecer uma resposta para o argumento (IKHWĀN AL-SAFĀ', 2009).

Indicamos que a leitura proposta pela Irmandade da Pureza não é a de que haveria uma “humanidade animal”, transpondo para as mentes animais os pensamentos e sentimentos reconhecidamente humanos: o antropomorfismo não precisa ser uma consequência dos estudos sobre os animais (INGOLD, 1994). Conforme indicamos, a leitura corânica é teocêntrica, partindo do pressuposto de que o ser humano não é a centralidade da Criação, mas sim Allah. Dessa forma, o que haveria entre os seres humanos e os animais não seria uma cisão, senão uma gradação. Há, na cosmologia islâmica aqui considerada, tanto continuidade quanto trocas possíveis entre os seres da Criação, sendo a humanidade apenas mais um desses seres criados. “Certamente, não é antropocêntrico afirmar que a espécie humana é única, pois a singularidade é uma propriedade que todas as espécies – como entidades históricas – têm em comum.”²⁷ (INGOLD, 1994, p.10, tradução nossa). Daí podermos situar, inclusive, a única excepcionalidade que *O caso dos animais* nos informa: entre os humanos é reconhecida a existência de milhares de Profetas, o que pode ser entendido, inclusive, como forma de diferenciar os humanos não por sua superioridade, mas por sua falibilidade. Afinal,

²⁶ No Islam, dentre os Profetas e Mensageiros estão Adão, Moisés, Abraão, Jesus e Muhammad, dentre outros.

²⁷ No original: “It is not, of course, anthropocentric to assert that the human species is unique, for uniqueness is a property that all species - as historical entities - have in common.”

tema recorrente na história dos profetismos é a recondução, por meio de mensagens reveladas, inspiradas pela divindade, de um caminho perdido pelo ser humano, que cabe à profecia desvelar (ASURMENDI, 1988; RICOEUR, 1996).

Considerações finais

Existirão outras obras que, no contexto islâmico, abordam os animais, como *A Linguagem dos Pássaros* (ATTAR, 1991) e mesmo *As Mil e Uma Noites* (JAROUCHE, 2006). Mas interessa-nos citar a obra de um filósofo mais contemporâneo que ecoa a concepção islâmica dos animais serem servos de Allah (conforme apreendemos acima) e terem, em sua própria existência, lições para a humanidade. Said Nursi²⁸ (2016) afirma em *As Palavras* que:

[...] o animal, assim que vem ao mundo, nasce em perfeitas condições de acordo com suas habilidades, como se tivesse sido completado e aperfeiçoado num outro mundo. O animal aprende todas as condições e regras da sua vida e sua relação com o universo em duas horas, dois dias ou dois meses e ganha todas as habilidades para sobreviver, tornando-se exímio. O pardal ou a abelha, por exemplo, aprende o poder vital, a conduta e as habilidades de sobrevivência efetiva em vinte dias, ou seja, por inspiração Divina, as quais o ser humano demora vinte anos para aprender. Isto quer dizer que o dever fundamental dos animais não é o aperfeiçoamento por intermédio da aprendizagem, não é ter progresso pelo conhecimento e nem é pedir ajuda rezando e mostrando sua impotência. Provavelmente, o dever deles é trabalhar de acordo com suas habilidades, completar suas tarefas e reconhecer que são servos de Allah por seus atos. (NURSI, 2016, p.274)

Ao contrário dos seres humanos, que teriam um longo período de maturações biológica, afetiva e cultural necessárias para sua constituição, como Edgar Morin (1988) sugere ao descrever o processo de neotenia neg-entrópica particular do ser humano, os animais se encontram, de algum modo, inteiramente preparados para viver a vida que a divindade lhes designou. Na perspectiva de Nursi (2016), ainda ecoando concepções islâmicas precedentes, temos que:

28 Said Nursi (1876 – 1960) foi um estudioso turco das ciências islâmicas. Sua obra *Risale-i Nur* é um extenso comentário do Alcorão. Nursi engendrou ações educacionais na Turquia e em outros países.

[...] o dever do homem é saber as respostas das seguintes perguntas: “A misericórdia de quem administra minha vida de maneira tão sábia?” “A generosidade de quem cuida tão bem de mim?” “A graça de quem me abastece e administra tão delicadamente?” Além disso, sua função é rogar e suplicar ao Provedor de Todas as Necessidades com a língua da impotência e humildade, rezar e pedir a Ele milhares de necessidades de que precisa, e que a nenhuma delas pode pegar com suas próprias mãos. Ou seja, é voar com as asas da fraqueza e humildade, para a elevada estação da adoração e da servidão. Então, o ser humano veio para este mundo para progredir por meio do conhecimento e da prece. Em termos de sua natureza e capacidade intrínsecas, tudo é relacionado ao conhecimento. (NURSI, 2016, p.274-5)

Não haveria, portanto, de ser distinto com os animais, que podem ser encarados como fontes de conhecimentos e aprendizados, científicos e religiosos. Conforme indicamos a partir do Alcorão e das narrativas da vida do Profeta do Islam, o conhecimento relaciona-se também à meditação sobre a vida e a existência animal, sobre a animalidade do ser humano e sobre a sua distinção perante as outras criaturas. Os animais não-humanos, sem viverem um processo de maturação tão lento quanto os humanos, enquadram-se nas ordens e orientações de Allah quase que imediatamente – vide o episódio relatado na *Surah al-Fil*, O Elefante. Perante o plano divino revelado pelo Islam, ser um animal humano é algo muito mais arriscado do que ser um animal não-humano. Aos humanos talvez seja reservada uma excepcionalidade, a de se responsabilizar pelos não-humanos com quem convivem, de quem adquirem conhecimento e graças a quem compreendem com maior profundidade, por expedientes que descrevemos nas narrativas acima, os sentidos da Criação e a Realidade.

A apreensão que compartilhamos com Guellouz (2007, p.55), dentre outros autores, vem da constatação de que “O texto alcorânico está disposto de maneira a despertar as consciências ou a levá-las à vigilância de que se teriam afastado.”. Para melhor compreendermos as bases doutrinárias do Islam, as posições ontológicas de entidades humanas, não-humanas, animais e outras, assim como para pensarmos os modos de organização social que sociedades islâmicas, historicamente, acabam por desenvolver, é necessário meditar sobre o Alcorão como fonte última, se bem que não única, da hermenêutica islâmica. É pelo Alcorão e pelos exemplos narrados quanto à vida do Profeta Muhammad que os muçulmanos compreendem suas relações com a Criação, aprendendo também que é possível ver a Realidade de modo profundo não apenas no texto sagrado, mas no relacionamento cotidiano com seres mais que humanos, como os animais que ensinam ao humano a disposição da Criação.

A milenar tradição islâmica, base de inúmeras manifestações históricas e sociológicas a depender do tempo e do lugar em que se expressam, considera os animais e outras entidades não-humanas como parte essencial da Mensagem enviada por Allah. Seja nomeando as *suwar* do Alcorão e compondo parte da Revelação, seja permeando a vida do Profeta do Islam em diferentes episódios, os animais não-humanos se mostram como testemunhas, fontes de conhecimento, de auxílio, de demonstração da misericórdia de Allah, da condição humana e da possibilidade de um entendimento profundo sobre a Criação. São sinais que, ao fiel humano, indicam a importância de refletir sobre sua própria condição humana, também criatura. Desse modo, o Alcorão ou o Islam parece não apenas orientar seus seguidores para que aprendam **sobre** os animais, mas principalmente para que se aprenda **com** eles. A obediência e a entrega voluntária às orientações de Allah são exemplos que os animais, caridosamente, oferecem àqueles que consideram o Alcorão como fonte de orientação.

“THERE ARE NO BEINGS THAT DO NOT CONSTITUTE NATIONS SIMILAR TO YOU”: NOTES ABOUT NON-HUMAN ANIMALS AT ISLAM

ABSTRACT: *In the Islamic conception, non-human animals form communities which resemble that of human animals. Through excerpts from the main sources of Islam, the Qur'an, as well as the narratives of the life of the Prophet Muhammad, this article studies the relations between humans and non-humans as supported by Islamic tradition. Considering the doctrinal and ontological elements arranged in such sources, we point to the possibility of a non-anthropocentric and non-speciesist reading of the Qur'an, which reveal anthropological issues compatible with aspects of the so-called “ontological turn”. We may conclude that the tradition of Islam does not suggest that humans develop knowledge about animals only, but that they learn from animals, given the pedagogical potential of this relationship for a better understanding of the human condition.*

KEYWORDS: *Anthropology. Animals. Islam. Quran. Sunnah.*

“NO HAY SERES QUE NO CONSTITUYEN NACIONES SIMILARES A USTED”: NOTAS SOBRE ANIMALES NO HUMANOS EN EL ISLAM

RESUMEN: *En la concepción islámica, los animales no humanos forman comunidades que se asemejan a las de los animales humanos. A partir de extractos de las principales fuentes del Islam, el Corán y las narraciones de la vida del profeta Mahoma, este artículo estudia las relaciones entre humanos y no humanos respaldadas por la tradición islámica. Considerando los elementos doctrinales y ontológicos dispuestos en dichas fuentes, apuntamos a la posibilidad de una lectura no antropocéntrica y no especista del Corán, que revele cuestiones antropológicas compatibles con aspectos del llamado “giro ontológico”. De ello se desprende, por tanto, que la tradición del Islam no sugiere que los humanos desarrollen conocimientos sobre los animales únicamente, sino que aprendan de los animales, dado el potencial pedagógico de esta relación para una mejor comprensión de la condición humana.*

PALAVRAS CLAVE: *Antropología. Animales. Islam. Corán. Sunnah.*

Agradecimentos

A Jaffar e Frida, alegrias encarnadas nesse mundo.

A Mia e Chuva, e aos encantados que animam a terra.

A Nina, *in memoriam*. Que possamos brincar juntos no Paraíso.

REFERÊNCIAS

ALÍ-DE-UNZAGA, Omar. In: BOWERING Gerhard; CRONE Patricia; KADI, Wadad; STEWART Devin J.; ZAMAN Muhammad Qasim; MIRZA Mahan (eds.). **The Princeton Encyclopedia of Islamic Political Thought**. Princeton: Princeton University Press, 2013. p.73-74.

ASURMENDI, Jesus. **O profetismo**: das origens à época moderna. São Paulo: Paulinas, 1988.

ATTAR, Faridud-Din. **A Linguagem dos Pássaros**. São Paulo: Attar Editorial, 1991.

BARLAS, Asma. **“Believing Women” in Islam**: unreading patriarchal interpretations of the Qur’an. Austin: University of Texas Press, 2002.

BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo**: a ascensão da política antidemocrática no ocidente. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2019.

CALLATAÿ, Godefroid de. **Ikhwan al-Safa'**: a Brotherhood of Idealists on the Fringe of Orthodox Islam. London: Oneworld, 2005.

CENTRO ISLÂMICO BRASILEIRO. **O último sermão do Profeta Muhammad**. 2009. Disponível em: <http://www.centroislamico.com.br/o-%C3%9Altimo-serm%C3%A3o-do-profeta-muhammad-a750.htm>. Acesso em: 30 Set. 2020.

CORBIN, Henry. **Histoire de la philosophie islamique**. Paris: Gallimard, 2006.

CORBIN, Henry. **En Islam iranien**: Aspects spirituels et philosophiques 1. Le shī'isme duodécimain. Paris: Tel Gallimard, 2007.

DAFTARY, Farhad. **The Ismā'īlīs**: their history and doctrines. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

DEEB, Sam. **O Profeta do Islam Muhammad ﷺ**: biografia e guia ilustrado dos fundamentos morais da civilização islâmica. São Paulo: Conselho Superior de Teólogos e Assuntos Islâmicos do Brasil, 2014.

DURAZZO, Leandro. A Montanha oriental se move: Mestre Dogen e o perspectivismo Zen no Sermão das Montanhas e Águas. **Religare**: Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências das Religiões da UFPB, v. 13, n. 2, p.480-505, 23 dez. 2016.

EL HAYEK, Samir. **Alcorão Sagrado**. São Paulo: Folha de São Paulo, 2010.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.

EL-ZEIN, Amira. **The Evolution of the Concept of the Jinn from Pre-Islam to Islam**. Doctoral Thesis – Arabic Language and Literature Course. Georgetown University, Washington, 1995.

GUELLOUZ, Azzedine. **O Alcorão**. Lisboa: Instituto Piaget, 2007.

HARAWAY, Donna. Antropoceno, Capitaloceno, Plantationoceno, Chthuluceno: fazendo parentes. **ClimaCom Cultura Científica** – pesquisa, jornalismo e arte, v. 4, n. 5, 2016, p.139-146. Disponível em: <http://climacom.mudancasclimaticas.net.br/antropocenocapitaloceno-plantationoceno-chthuluceno-fazendo-parentes/>. Acesso em: 30 set. 2020.

HOLBRAAD, Martin; PEDERSEN, Morten Axel. **The ontological turn**: an anthropological exposition. Cambridge: Cambridge University Press, 2017.

IKHWĀN AL-SAFĀ'. **The case of the Animals versus Man before the King of the Jinn**: A translation from the epistles of the Brethren of Purity. Oxford: Oxford University Press, 2009.

INGOLD, Tim. Introduction. In: INGOLD, Tim (ed.). **What is an animal?** Londres e Nova Iorque: Routledge, 1994. p.1-16.

JAROUCHE, Mamede Mustafa. **Livro das mil e uma noites**: volume 1 – Ramo Sírio. São Paulo: Globo, 2006.

LAGROU, Els. Copernicus in the Amazon: ontological turnings from the perspective of Amerindian Ethnologies. **Sociologia & Antropologia**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, 2018, p.133-167.

LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos**: ensaio de antropologia simétrica. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

LAUAND, Jean. Pensamento confundente e neutro em Tomás de Aquino. **Notandum** 14, Porto, v. 1, n. 14, 2007, p.15-32.

LAWRENCE, Bruce. **O Corão**: uma biografia. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

LEAMAN, Oliver; ALI, Kecia. **Islam**: the key concepts. London; New York: Routledge, 2008.

LIND, Erki. Chinese Perspectivism: Perspectivist Cosmologies in Zhuangzi and Journey to the West. **Folklore**: Electronic Journal of Folklore, v. 59, n. 1, 2014, p.145-164. Disponível em: <http://www.folklore.ec/folklore/vol59/lind.pdf>. Acesso em: 30 set. 2020.

LINGS, Martin. **Muhammad**: a vida do Profeta do Islam segundo as fontes mais antigas. São Paulo: Attar Editorial, 2010.

MORIN, Edgar. **O paradigma perdido**: a natureza humana. Lisboa: Europa América, 1988.

NASR, Seyyed Hossein et al. (Eds.). **The Study Quran**: a new translation and commentary. HarperOne: New York, 2015.

NURSI, Bediüzzaman Said. **As palavras**. São Paulo: Everest, 2016.

PEDERSEN, Morten Axel; EMPSON, Rebecca; HUMPHREY, Caroline (ed.). Editorial Introduction: Inner Asian Perspectivisms. **Inner Asia**, v. 9, n. 2, 2007, p.141-152. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/23614988>. Acesso em: 30 set. 2020.

RICOEUR, Paul. **Leituras 3**: nas fronteiras da filosofia. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

STEWART, Devin J. Hadith. In: BOWERING Gerhard; CRONE Patricia; KADI, Wadad; STEWART Devin J.; ZAMAN Muhammad Qasim; MIRZA Mahan (eds.). **The Princeton Encyclopedia of Islamic Political Thought**. Princeton: Princeton University Press, 2013. p.211-214.

STRATHERN, Marylin. Parts and wholes: refiguring relationships in a postplural world. In: KUPER, Adam (org.). **Conceptualizing Society**. Londres, Nova Iorque: Routledge, 1992. p.75-104.

SUNNAH.COM – Sayings and Teachings of Prophet Muhammad. Disponível em: <https://sunnah.com/>. Acesso em: 30 set. 2020.

TLILI, Sarra. **Animals in the Qur'an**. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

TSING, Anna Lowenhaupt. **Viver nas ruínas**: paisagens multiespécies no Antropoceno. Brasília: IEB Mil Folhas, 2019.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **Who is afraid of the ontological wolf?** Some comments on an ongoing anthropological debate. [s.l.]: CUSAS Annual Marilyn Strathern Lecture, 2014.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. Os pronomes cosmológicos e o perspectivismo ameríndio. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 115-144, out. 1996.

WEBER, Max. **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo**. São Paulo: Pioneira, 1981.

Recebido em 03/08/2020.

Aprovado em 11/10/2020.

Varia

ELITES CIENTÍFICAS DO CLIMA: FORMAÇÃO DO CAMPO EM ESCALA NACIONAL E INTERNACIONAL

*Thales Haddad Novaes de ANDRADE**

RESUMO: O presente artigo pretende discutir a importância das ciências do clima e sua conformação atual, defendendo que é importante retomar a temática das elites científicas para entender os rumos atuais da discussão sobre mudanças climáticas. A abordagem de Bourdieu sobre a temática do campo científico e as formas de acumulação de capital auxilia na compreensão das alterações das ciências meteorológicas frente aos desafios mais recentes das mudanças climáticas nas últimas décadas. O texto analisa o desenvolvimento das ciências do clima em escala internacional e o papel desempenhado pelo *International Panel for Climate Change* (IPCC) na redistribuição dos créditos científicos consagrados na área. Ao final o texto trata do modo como as elites brasileiras vêm se reorganizando para se situar frente aos setores hegemônicos internacionais que comandam a agenda de pesquisa sobre mudanças climáticas.

PALAVRAS-CHAVE: Elites científicas. Ciências climáticas. Campo científico. Mudanças climáticas.

Introdução

Cientistas são agentes importantes na definição da agenda climática. É difícil discutir os impactos e as implicações das mudanças climáticas sem levar em conta os argumentos e as evidências científicas. Atualmente, um aspecto incontroverso da temática das mudanças climáticas é o peso do posicionamento dos cientistas e das instituições científicas.

Diversos estudos têm explorado o surgimento e as práticas científicas envolvidas nos estudos das mudanças climáticas. Pesquisadores da área de estudos sociais de ciência e tecnologia têm apontado o tema das mudanças climáticas como exemplar para se entender a nova conformação das práticas de pesquisas científicas (VESSURI & ROSE, 2010).

* UFSCar - Universidade Federal de São Carlos. Departamento de Ciências Sociais. São Carlos – SP – Brasil. 13565-905. thales@ufscar.br. <https://orcid.org/0000-0002-4000-3527>.

Percebe-se um forte viés nas preocupações sobre as controvérsias científicas envolvidas nas pesquisas sobre mudanças climáticas (VELTRONE, 2017; MIGUEL, 2017; LEITE, 2015; BAILÃO, 2014; NEVES & LIMA, 2012; SUNDBERG, 2005).

Diversos autores de diferentes referenciais teóricos têm discutido a interferência do comportamento dos cientistas no estabelecimento dessa agenda de pesquisa sobre mudanças climáticas (LEITE, 2015; ORESKES & CONWAY, 2010; NOBLE, 2009; YEARLEY, 2009; SUNDBERG, 2005). Sem dúvida, a atuação dos cientistas em suas articulações profissionais e políticas têm promovido um conjunto de arranjos da discussão da ciência climática que precisa ser debatido em novas perspectivas.

Várias pesquisas têm sido feitas sobre a importância dos modelos numéricos e recursos informacionais para a produção de conhecimento climático confiável e reconhecido. A modelagem climática se impôs como conhecimento imprescindível para a previsão de tendências meteorológicas através de simulações e projeções, o que proporciona uma série de implicações para a prática científica (HULME, 2013; LAHSEN, 2005).

Apesar da importância dessas análises sobre controvérsias e práticas para a compreensão da atuação dos cientistas climáticos, percebe-se que é necessário investir na análise das coalizões dominantes dessa agenda científica.

O presente estudo se propõe a considerar esse aspecto na análise da ciência do clima. A atuação das elites científicas nos estudos climáticos e suas estratégias de controle dessa agenda é também um aspecto importante, tanto para a sociologia da ciência, como para os estudos ambientais. Para além das controvérsias científicas, são também travadas batalhas reputacionais no interior do campo científico que produzem transformações nas hierarquias acadêmicas estabelecidas e redirecionam as pesquisas sobre mudanças climáticas.

Segundo a perspectiva de Whitley (2009), em virtude de uma série de mudanças organizacionais processadas no ambiente universitário dos países centrais, a ciência contemporânea atravessa uma reconfiguração de suas elites e seus respectivos capitais simbólicos. Para assegurar sua condição reputacional, os cientistas precisam mobilizar uma série de tarefas interdependentes e funcionalmente relevantes que funcionam como parâmetros de cientificidade. Nesse sentido, Whitley (1977) não reconhece a existência de padrões disciplinares rígidos na configuração da prática científica recente, o que abre espaço para a predominância de tarefas incertas e cambiantes no universo organizacional da ciência.

O capital científico estabelecido internacionalmente vem redefinindo as modalidades de circulação dos conhecimentos e métodos tradicionais. O cruzamento entre áreas de formação, atuação departamental, grupos de pesquisa e fontes de

financiamento mostra que o cenário científico contemporâneo cria uma rede complexa de áreas de especialização em que as fronteiras convencionais não explicam como os grupos hegemônicos se articulam e reproduzem. O pensamento de Pierre Bourdieu (2004, 1983) auxilia na compreensão de como o capital científico se redistribui no campo da ciência à medida que uma área de conhecimento vai se estabelecendo internacionalmente. Os setores dominantes de uma determinada disciplina em consolidação controlam as fórmulas de consagração e as métricas de avaliação que permitem a ampliação das práticas de conhecimento legitimadas.

Nos últimos anos alguns autores vêm apontando que os grupos dominantes da ciência, em escala internacional e que usufruem de capital científico para impor suas versões do debate climático, vêm, desde os anos de 1990, reelaborando suas estratégias de consagração e busca de notoriedade acadêmica (HULME, 2013; EDWARDS, 2010; SCHOLJET, 2008; SUNDBERG, 2005; MILLER, 2004).

Essas elites do clima estão adotando conformações e fórmulas de convergência que precisam ser discutidas em outras bases. O interesse fundamental desse artigo consiste em apontar quais são as estratégias das elites científicas que participam mais ativamente do debate climático no âmbito brasileiro e internacional. Para uma discussão sobre a temática das elites na sociologia contemporânea, ver Saint Martin (2008).

De início será feita uma discussão sobre o surgimento das ciências climáticas e sua institucionalização. A seguir tem-se um debate acerca das implicações em termos do comportamento de suas respectivas elites e setores hegemônicos. Na sequência optou-se por tratar o caso do *International Panel for Climate Change* (IPCC) (Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas) e sua configuração enquanto arena hegemônica de distribuição de capital científico da área climática.

A partir de então será mostrado como as instituições científicas brasileiras e suas lideranças disciplinares ocuparam os espaços de consagração do campo em forte sintonia com os grupos hegemônicos internacionais. Com isso apresenta-se um panorama das principais convergências científicas estabelecidas para a agenda climática internacional e suas implicações nacionais, com o objetivo de mostrar como o estudo das elites do campo científico fornece instrumental para entender as formas de acumulação de capital científico na área do clima.

O surgimento dos estudos climáticos

Ao longo do século XX as discussões sobre concentração de gases e mudanças nos padrões atmosféricos receberam um tratamento mais sistematizado. Isso se deu

devido a diversos fatores: a disponibilidade de dados atmosféricos em escala planetária, o que só foi possível graças ao desenvolvimento de grandes bancos de dados informatizados. Também o desenvolvimento de computadores potentes e os Modelos de Circulação Global permitiram a simulação de processos físicos, químicos e biológicos que antes não eram detectáveis (DESSAI & TRIGO, 2001).

Esses equipamentos informáticos e o desenvolvimento de modelos matemáticos de alta precisão permitiram o armazenamento de um conjunto diferenciado de dados climáticos. O cruzamento entre informática, modelagem e meteorologia facilitou o desenvolvimento de equipamentos e metodologias de análise que se legitimaram fortemente junto às organizações científicas e governos das grandes potências.

Devido a esses fatores conjugados, as Ciências da Terra ganham forma saliente a partir do pós-guerra, especialmente nos EUA. Uma área científica que surge nesse momento com forte investimento estatal é a geofísica.

Essa área passa a receber grandes investimentos governamentais, devido à sua importância estratégica para fins militares (confecção de satélites e sensoriamento) (DOEL, 2003). Os estudos atmosféricos começam a receber os efeitos do cruzamento entre áreas militares, governamentais, agrícolas e propriamente acadêmicos para o aprimoramento de equipamentos de medição e previsão de eventos físicos e climáticos.

Entre as décadas de 1950 e 1980, as discussões climáticas em termos científicos foram em grande parte controladas pela agenda dos setores militares no contexto da Guerra Fria. Cientistas de renome em suas respectivas áreas estabeleceram interfaces com líderes militares bem posicionados no Departamento de Defesa americano e alavancaram o conhecimento sobre fenômenos ainda pouco visíveis, como concentração de gases, efeitos da radiação e padrões atmosféricos.

Após a Segunda Guerra Mundial, os fundos de pesquisa das Ciências da Terra foram direcionados para atividades de confronto visando intervenção em países em conflito e detecção de ameaças vindas de áreas inimigas (HAMBLIN, 2013).

O físico John von Neumann foi um expoente importante desses novos estudos meteorológicos com a criação do computador digital que seria capaz, segundo ele, de prever e controlar o tempo como instrumento de guerra contra a URSS. Em seus projetos ele pretendia articular teoria física, modelização numérica, informática e estudos atmosféricos de modo a produzir previsões contínuas e eficientes para os setores administrativos americanos para prevenção e antecipação de ataques externos (HAMBLIN, 2013).

Durante os anos de 1950 foi criada a Unidade Conjunta de Previsão Numérica do Tempo, articulando importantes universidades e importantes setores militares da Marinha e Força Aérea. A climatologia nunca mais seria a mesma com a entrada em

cena da modelagem numérica feita por computadores avançados e medições novas dos índices de concentração de carbono.

A incerteza dos achados científicos e a imponderabilidade dos movimentos dos países soviéticos tornavam essas pesquisas mais abertas e imprevisíveis, formando um caldo de achados e perspectivas de conhecimento em aberto e em sintonia com os interesses geopolíticos americanos. De acordo com a análise de Leite (2015):

Os climatologistas buscavam não mais as regularidades estatísticas no clima, mas simular o clima com modelos semelhantes aos utilizados na previsão numérica do tempo, incorporando neles conclusões dos estudos físico-químicos da atmosfera, tais como as do ciclo do carbono. Tratava-se, também, diferentemente da meteorologia da primeira metade do século XX, [...] de uma disciplina, em grande medida, modulada pela atuação de pesquisadores norte-americanos, associando-se, na segunda metade do século XX, a influências específicas do contexto estadunidense, com projeções para áreas de cultura anglo-saxãs (a Guerra Fria, o programa espacial, o desenvolvimento e disponibilidade de computadores etc.). (LEITE, 2015, p 648).

A dependência para com a agenda militar da Guerra Fria e com os equipamentos oriundos da informática montaram uma coalizão científica nacionalista, norte-americana, conservadora e episódica, destituída de um arcabouço organizacional duradouro que sustentasse projetos de longo prazo.

Essa readequação da formulação teórica e da compreensão das dinâmicas climáticas para caberem nos mecanismos computacionais indica uma contingência da produção científica aos imperativos instrumentais dos laboratórios e suas capacidades técnicas de armazenamento e combinação de resultados, na forma de big data ou outros dispositivos semelhantes.

Nesse sentido, a produção científica confiável na área climática é aquela que dispõe dos aparatos instrumentais mais sofisticados e atualizados, fazendo convergir a competência científica com qualidade instrumental. E, segundo a formulação de Bourdieu (1983), garantindo e mantendo o capital científico consagrado da área nas mãos dos grandes centros de excelência capazes de se atualizarem com equipamentos e softwares de última geração.

Em outro aspecto correlacionado ao anterior, nota-se o distanciamento dos cientistas da realidade empírica e sua relativização. Uma vez que esses cientistas denominados modelistas trabalham com modelos computadorizados, corre-se o risco desses modelos refletirem mais as condições dos equipamentos disponíveis (softwares, gráficos) do que a realidade climática propriamente dita.

Um dos autores que apontam esse problema no interior da comunidade climática é Mayanna Lahsen (2005). Em sua pesquisa sobre a construção de modelos para os estudos climáticos, a autora aponta alguns resultados interessantes. Entrevistando determinados modelistas responsáveis pela construção e interpretação dos modelos computacionais, ela detecta uma grande dificuldade desses cientistas em se afastarem de seus pressupostos e das condições das ferramentas usadas.

De acordo com as falas dos modelistas climáticos, eles demonstram estar cientes da distância que existe entre o objeto empírico estudado e suas ferramentas de análise, e reconhecem que gastam mais tempo ajustando e reprogramando estas ferramentas do que com o objeto estudado, admitindo o perigo de confundirem a realidade do modelo com o mundo real modelado.

A utilização recorrente desses modelos e sua legitimidade crescente suscitam vários outros debates no interior das ciências climáticas. A validade dos estudos depende da capacidade de se ordenar e abarcar uma maior quantidade de variáveis, o que não é de todo óbvio.

Segundo Bessat (2003), as controvérsias em torno da aplicação de modelos matemáticos ao se lidar com escalas regionais são extremamente relevantes:

Para que este estudo seja bem-sucedido, convém dispor de ferramentas eficientes, capazes de analisar com eficácia e credibilidade o sistema climático e, em particular, a incidência de emissões antrópicas de gases de efeito estufa e dos aerossóis sobre as modificações da composição da atmosfera. Ora, os modelos são mais ou menos representativos, segundo o número de componentes que integram. Assim, um modelo pode simular somente a atmosfera, enquanto outros, mais completos, combinarão a atmosfera (e as reações químicas que nela intervêm), o oceano e as biosferas terrestre e marinha. Considera-se, hoje, que o realismo das simulações climáticas fica cada vez melhor devido à precisão da resolução. Entretanto, os limites de cálculos não permitem atingir uma resolução satisfatória, que dê conta de todos os processos e, em particular, dos inferiores, como a formação das nuvens e suas interações com a radiação atmosférica ou as trocas entre a atmosfera e a biosfera. (BESSAT, 2003, p.15).

Em outras palavras, é difícil determinar eficazmente a quantidade necessária de informação para se entender às interações climáticas e às interferências regionais no estabelecimento dos modelos. Um geógrafo pode listar variáveis que interagem com os modelos climáticos e que, por sua vez, podem não caber na formatação dos modelos existentes.

Esses modelos são aceitos cientificamente e de fato possibilitam estabelecer

padrões e tendências recorrentes dos fenômenos climáticos, o que é relevante para se estabelecer práticas de adaptação e mitigação. Mas, por outro lado, eles geralmente deixam de incorporar uma variedade de aspectos potencialmente relevantes e que teriam implicações para análises regionais ou de pequena escala.

Outra mudança tecnológica importante ocorreu ao longo dos anos de 1970 e teve grande impacto na pesquisa atmosférica: o uso de satélites.

A partir da utilização mais abrangente das medições por satélites, novos programas de pesquisa da área climática foram se estabelecendo nos anos de 1970 e 1980, vinculados a agências e instituições de pesquisa mais internacionalizadas. A *Global Meteorological Association* (GMA), vinculada à Organização das Nações Unidas (ONU), criou a *Global Atmospheric Research Programme* (GARP) e o *World Research Climate Programme* (WRCP) (EDWARDS, 2010).

Os esforços desses programas, especialmente do WRCP, foram extremamente importantes para as medições atmosféricas mais sistemáticas e regulares. Através dele foram sendo estabelecidas formas de tratamento de dados para identificar as correlações entre atividades humanas e alterações nos padrões atmosféricos e climáticos. Segundo Edwards (2010), o WRCP promoveu as discussões iniciais que ao final da década de 1980 levaram à criação do IPCC.

A despeito desses avanços tecnológicos e dessas primeiras articulações institucionais, inexistia ainda um arcabouço organizacional mais articulado e efetivo. Os cientistas envolvidos e suas respectivas instituições se encontravam em um estágio pouco estruturado em termos de arranjos organizacionais mais sofisticados de pesquisa e compartilhamento de experiências e achados científicos que pudessem ser ajustados a uma visão global dos fenômenos climáticos (SCHOLJET, 2008; MILLER, 2004).

Esse cenário da pesquisa climática descontínua e episódica muda fortemente com as perspectivas abertas pela globalização e pela construção de espaços de discussão mundiais sobre o tema das mudanças climáticas. A partir da década de 1980 ocorreram profundas transformações nas formas organizacionais de pesquisa científica em alcance mundial que ajudaram a redefinir o cenário dos estudos climáticos e formaram novas elites da área.

Novas elites climáticas da ciência

Richard Whitley (1977; 2009) afirma que, a partir dos anos de 1970, o ambiente organizacional das ciências atravessou um processo consistente de flexibilização e fluidez na forma de produção de conhecimentos. A dependência em relação a agenda

militar nacionalista diminuiu sensivelmente e os interesses de agentes não universitários e não científicos passaram a ter um grande peso na definição de áreas e agendas de pesquisa.

Segundo o autor, isso levou a uma grande mudança no esquema reputacional das áreas estabelecidas. As áreas de conhecimento mais disciplinares e hierarquizadas passaram a sofrer concorrência da parte de novas ciências e temáticas até então pouco relevantes, como biotecnologia por exemplo.

No contexto anglo-saxão, principalmente, temáticas interdisciplinares que conseguiram estabelecer articulações com empresas e grupos de pressão diferenciados começaram a receber um conjunto maior de atenção e recursos, forçando uma descentralização e flexibilização do financiamento. As elites científicas tradicionais, vinculadas às áreas verticais e disciplinares, veem seu poder científico diminuir sensivelmente dentro do campo científico e precisam se readaptar.

É nesse contexto de redefinição organizacional das ciências nos países centrais que se insere o interesse crescente pelas pesquisas climáticas. Durante os anos 1980 e toda a década seguinte, com a conscientização da temática ambiental em escala global, deu-se a construção de uma grande controvérsia em torno das mudanças climáticas. Com o arrefecimento da Guerra Fria e a globalização da economia, novas preocupações passam a se tornar prioritárias na pauta científica, em especial aquelas relacionadas às mudanças climáticas.

A partir de então, elites mundiais passaram a atuar incisivamente para disputar recursos e discursos no embate climático, superando o quadro de interesses nacionais e estratégicos do período anterior. Saem de cena as Forças Armadas, e entram as grandes corporações como articuladores da pesquisa sobre aquecimento global e mudanças climáticas.

A capacidade estratégica de financiar revistas, pagar campanhas publicitárias vultuosas e cooptar laboratórios de universidades de ponta proporcionou uma espiral de argumentações e alegações que tem origem em atores não propriamente científicos, mas que participam ativamente das controvérsias científicas com seus diferentes capitais e recursos.

Esse movimento das elites globais, cooptando setores das elites científicas emergentes, foi captado de forma clara pelo historiador David Noble (2009). Segundo ele:

Durante a última década e meia, nós temos sido submetidos a duas campanhas corporativas que competem entre si, ecoando diferentes estratégias corporativas consagradas pelo tempo e refletindo uma divisão do círculo da elite. A questão das

mudanças climáticas tem sido contada por ambos os lados dessa elite dividida, dando a aparência de que há somente estes dois lados. A primeira campanha, que tomou forma no final da década de 1980 como parte da ofensiva da “globalização” triunfante, visava confrontar especulações sobre mudanças climáticas por meio da negação, do questionamento, da ridicularização e descartando afirmações científicas angustiantes que podem acabar com o entusiasmo na expansão do empreendimento capitalista. Essa campanha foi concebida após e, em alguma medida, construída sobre a campanha da indústria de tabaco para disseminar ceticismo sobre as crescentes evidências dos efeitos deletérios do fumo à saúde. Na conscientização desse esforço de propaganda negativa, todo e qualquer crítico das mudanças climáticas tem sido imediatamente identificado com este lado do debate. (NOBLE, 2009, p.16-17).

Determinados gigantes corporativos se uniram em torno da *Global Change Coalition* (GCC) (Coalizão para a Mudança Global), com a missão de disseminar controvérsias que freassem ou impedissem o estabelecimento de uma agenda climática mais contundente e progressista. Empresas como Dupont, Shell, Texaco, Exxon, General Motors e Ford fizeram parte desta coalizão, tendo como suporte essencial uma empresa gigante do ramo de relações-públicas, a Burson-Marsteller.

O setor automobilístico, associado aos grupos de petróleo, gás e produtos químicos produziram a controvérsia climática em sintonia com estratégias simbólicas sofisticadas. Essa coalizão foi extremamente atuante até 1997, ano que a adoção do protocolo de Kyoto foi aprovada. Três anos depois, a GCC foi encerrada e seus membros se reorganizaram em torno de outras coalizões para colocar empecilhos a ciência climática (NOBLE, 2009).

Empresas atreladas a atividades baseadas no carbono e na emissão de gases financiam e constroem sua própria elite científica e instalam grupos de pesquisadores para estabelecerem a controvérsia de que não há evidências conclusivas sobre a obrigatoriedade e o alcance das mudanças climáticas.

As grandes corporações, aliadas a lideranças científicas bem posicionadas nas instituições acadêmicas de prestígio dispunham de recursos e alianças que permitiram, nas décadas de 1990 e 2000, alimentar a controvérsia em proveito próprio. Há diversos casos de controvérsias acadêmica e jurídica envolvendo pesquisadores, mídia e financiamento privado dessas controvérsias (ORESQUES & CONWAY, 2010).

Os cientistas com acesso privilegiado às esferas de poder político conseguiram durante um tempo considerável impedir o reconhecimento pelo público dos grandes problemas envolvendo as emissões de gases e o aumento médio de temperaturas. Um grupo bem coeso de físicos com trânsito facilitado nas altas esferas de poder norte-

americano foram capazes de construir uma convergência sólida que impactou no debate científico dos anos de 1980, reabilitando as fórmulas de segredo e representação geopolítica da Guerra Fria.

“Seitz, Jastrow, Nierenberg e Singer tinham acesso ao poder – até a Casa Branca – em virtude de suas posições enquanto físicos vencedores da Guerra Fria. Eles usaram esse poder para sustentar sua agenda política, mesmo que isso significasse atacar a ciência e seus colegas cientistas, evidentemente acreditando que seus fins maiores justificassem seus meios. Talvez isso também fosse parte de seu legado profissional...Após a Guerra Fria, a maioria dos cientistas estava satisfeita por se ver livre das imposições do segredo e das informações falsas mas Seitz, Singer e Nierenberg continuavam a se comportar como se a Guerra Fria não tivesse acabado” (ORESQUES & CONWAY, 2010, p.199-200). (tradução nossa)¹.

Se nos anos de 1980 e 1990 as grandes corporações participaram das controvérsias negando em larga escala a ocorrência das mudanças climáticas através de seus aliados (cientistas, revistas), na década seguinte ocorreu uma forte mudança de posição.

Setores hegemônicos do mundo corporativo perceberam que as questões colocadas pelo Protocolo de Quioto (1997) e pelos grupos antiglobalização exigiam uma resposta mais assertiva e propositiva e com base acadêmica. Eles iniciaram então uma campanha positiva, procurando

[...] apropriar-se do tema ambiental para moderar suas implicações políticas, desse modo tornando-a compatível com os interesses econômicos, geopolíticos e ideológicos das corporações. A campanha climática corporativa dessa maneira enfatizou a primazia das soluções “fundadas no mercado” enquanto insistia na uniformidade e na previsibilidade de regras obrigatórias e regulações. (NOBLE, 2009, p.17).

¹ *Seitz, Jastrow, Nierenberg, and Singer had access to power—all the way to the White House—by virtue of their positions as physicists who had won the Cold War. They used this power to support their political agenda, even though it meant attacking science and their fellow scientists, evidently believing that their larger end justified their means. Perhaps this, too, was part of their professional legacy...After the Cold War, most scientists were relieved to be freed of the burdens of secrecy and misrepresentation, but Seitz, Singer, and Nierenberg continued to act as if the Cold War had not ended.* (ORESQUES & CONWAY, 2010, p.199-200).

A manutenção de uma postura de negação e esquivamento da problemática climática representava nos anos de 1990 uma postura anacrônica frente às discussões que a comunidade científica colocava na agenda. No início dos anos 2000, uma nova coalizão foi oficialmente montada em torno do *Partnership for Climate Action* (PCA) (Associação para Ações Climáticas). Um dos líderes dessa coalizão era a Goldman Sachs, que incluía também Dupont, Shell, Alcan, Pechiney, entre outras empresas de destaque.

Entre várias iniciativas, essa coalizão abriu novas frentes de pesquisa científica voltadas à diminuição de emissão de gases e melhor aproveitamento energético. Pesquisas com células voltaicas, etanol, energia eólica e solar são exemplos de novas atividades técnico-científicas construídas e legitimadas a partir de novos entendimentos da problemática do clima.

A adesão de movimentos sociais às preocupações climáticas e a necessidade dos governos nacionais se legitimarem frente às suas bases de apoio político e econômico foram responsáveis pelo fortalecimento e aceitação generalizada de argumentos científicos que num período anterior eram desacreditados e pouco transmitidos. Era necessária a conformação de uma nova convergência em torno dessa matéria do clima, de modo a apresentar respostas convincentes e elaborar propostas factíveis (MILLER, 2004).

O IPCC como aglutinador da elite climática mundial

No ano de 1988 a ciência climática passou a adquirir uma conformação institucional diferenciada. Foi então criado no âmbito das Nações Unidas o IPCC, aglutinando cientistas de renome oriundos de diferentes áreas de conhecimento e sendo responsável pela elaboração de diversos relatórios que acabaram por adentrar na agenda das agências internacionais e convenceram governos, agentes econômicos e o público em geral das implicações atuais das mudanças do clima. Vários trabalhos têm apresentado as controvérsias presentes no IPCC, em virtude de seus vieses disciplinar e geopolítico, bem como as deficiências contidas nos achados científicos dos relatórios (MILLER, 2004).

Em diversos aspectos, as formas de trabalho e as implicações entre ciência e formulação de políticas no interior do IPCC seguem padrões estabilizados e convencionais. Segundo Yearley (2009), as regras de revisão pelos pares, dos materiais produzidos pelo IPCC não conseguem fugir aos padrões estabelecidos na comunidade científica, especialmente entre as áreas mais convencionais e consagradas.

A reprodução de membros entre pesquisadores e avaliadores, a seleção de áreas legítimas e a perpetuação de práticas científicas tendem a marcar o funcionamento do IPCC, apesar de suas propaladas inovações em termos de debate coletivo.

“Se desafiado o IPCC tenderia a recuar, usando o roteiro clássico de “ciência para políticas públicas”...; o IPCC se legitimou a partir da objetividade científica e da imparcialidade de seus membros. Mas os críticos eram capazes de apontar que as carreiras científicas dos “ortodoxos” das mudanças climáticas dependiam da sua submissão às posições básicas. Pior ainda, o IPCC e os formuladores de políticas em grande medida selecionavam quem entrava no grupo dos especialistas qualificados e, portanto, ameaçavam se tornar uma comunidade que se auto perpetuava com o interesse velado de continuar a encontrar evidências para a importância dos fenômenos aos quais as carreiras dos seus membros estavam algemadas (YEARLEY, 2009, p.396). (tradução nossa)².

Em certo sentido o IPCC traz aspectos de uma coalizão científica aparentemente nova e portadora de promessas de discussão abertas e complexas. Por outro lado, o Painel corre o risco de perpetuar grupos estabelecidos e áreas disciplinares portadoras de uma capacidade superior de modelar e antecipar tendências.

Utilizando outra abordagem da sociologia da ciência, é possível afirmar que o IPCC traz uma nova forma de coalizão transversal da elite climática em escala global, que só poderia ter se constituído dos anos de 1980 em diante.

De acordo com Beck (2012), o painel teve que criar inovações procedimentais de forma a ajustar um conhecimento ao mesmo tempo consistente e respeitável por um lado, e viável politicamente por outro. Isso cria desafios em termos da conformação de uma *expertise* efetiva em termos de autoridade científica global, o que não impede que determinadas áreas de conhecimento formem a base de sustentação epistemológica.

A composição do IPCC, o funcionamento dos Grupos de Trabalho e as articulações globais que conduziram a organização dos relatórios mostram claramente um aspecto fundamental: a ausência de um fio condutor único e impositivo na apresentação dos achados científicos e a aleatoriedade da formação de equipes e

² *If challenged, the IPCC tended to fall back in line with the classic script of ‘science for policy’...; the IPCC legitimated itself in terms of the scientific objectivity and impartiality of its members. But critics were able to point out that the scientific careers of the whole climate change ‘orthodoxy’ depended on the correctness of the underlying assumptions. Worse, the IPCC and policy-makers largely selected who was in the club of the qualified experts and thus threatened to be a self-perpetuating community with a vested interest in continuing to find evidence for the importance of the phenomenon to which its members’ careers were shackled [...]. (YEARLEY, 2009, p.396).*

temáticas ao longo do tempo. Vários autores que discutem o histórico do IPCC apontam que entre um relatório e outro percebe-se que equipes e assuntos se modificam, assim como o impacto que os achados trazem para a imprensa e opinião pública são imprevisíveis e aleatórios (SCHOIJET, 2008; MILLER, 2004).

A legitimidade do IPCC e sua aceitação na comunidade científica e política dependem exatamente desse revisionismo constante, que se justifica por uma série de circunstâncias conjunturais e negociadas. Segundo Shinn (2000), o regime transversal da ciência contemporânea significa exatamente que um amplo conjunto de atores científicos e não científicos são chamados a criar grupos intersticiais de atuação que se notabilizam pela concepção e implementação de instrumentos genéricos e protocolos de ação.

Essas comunidades abdicam de uma interferência pura ou desinteressada no universo científico ou político, ou em determinadas disciplinas ou instituições, mas apostam suas fichas na edificação universal de princípios de gestão modelizados. Com isso, procuram inserção em espaços pouco estabelecidos em termos hierárquicos tradicionais, de modo que possam reconverter seus capitais próprios no interior de novos formatos e associações cambiantes.

É possível perceber um esforço institucional e analítico das diferentes áreas de conhecimento para articular conhecimentos e ferramentas de pesquisa de modo a poder atender as demandas de temática tão complexa, embora existam dificuldades para que essa agenda seja incorporada por ciências periféricas.

Nessas, ainda prevalece um forte viés disciplinar, apesar da necessidade de estabelecer uma prática transdisciplinar de pesquisa para se lidar com as mudanças climáticas. A manutenção de uma postura disciplinar rígida ocorre muitas vezes pela necessidade que as ciências humanas sentem em se fortalecerem no cenário científico. Caso elas embarquem em grupos interdisciplinares de pesquisa, correm o risco de terem sua contribuição diminuída em relação às ciências mais estabelecidas.

Segundo Yearley (2009), apesar dos esforços de áreas subalternas em se posicionar na produção de análises climáticas, as regras rígidas de hierarquização continuam em ação. Analisando a formatação dos grupos que atuam no IPCC, o autor detecta que as ciências sociais são incorporadas no rótulo da economia, tornando suas análises submetidas ao viés dos instrumentos de mercados e projeções de cenários. As contribuições das ciências sociais são na maior parte das vezes inscritas no rol de análise dos “impactos” das mudanças climáticas, e não no âmbito da predição e formulação de modelos.

Esse é um aspecto gerador das hierarquias disciplinares, mais do que uma fórmula de integração. Na visão desse autor, o modo com que a elite do IPCC conforma

as ciências humanas no interior da comunidade do clima preestabelece sua contribuição e forma de leitura: “O aspecto da “construção” que é de interesse específico aqui é a construção do papel das ciências sociais. A participação das ciências sociais no IPCC se dá na “posição inferior”, lidando com as consequências e impactos da ciência climática” (YEARLEY, 2009, p.400-401)³. (tradução nossa).

A produção da crença de que as ciências sociais só podem atuar no âmbito dos impactos ambientais interfere fortemente em sua posição dentro das ciências efetivamente necessárias para a produção de modelos climáticos. Segundo Bourdieu (2011), o monopólio da interpretação da inserção dos novatos no interior do campo é conduzido pelos agentes que produzem as classificações. Nesse sentido, as ciências sociais e seus congêneres precisam incorporar novas crenças à sua forma de representação no interior do campo climático de modo a almejar um reconhecimento superior.

Para as elites climáticas em busca de ascensão e reconhecimento, o formato organizacional do IPCC significa um espaço aberto em termos da construção de oportunidades de integração e associação. Sem se submeter a instituições impositivas e altamente hierárquicas como universidades, Forças Armadas ou grandes corporações, os cientistas do clima encontram no IPCC uma agenda móvel e flexível que os permite circular nacional e internacionalmente variando suas estratégias e formas de acumulação de capital. Atualmente o IPCC representa o organismo transversal mais propício para que as elites climáticas exercitem seu capital em busca de fortalecimento científico e reputacional.

É importante salientar, como Hughes (2015) faz, que a montagem organizacional do painel leva que os grupos dominantes se articulem com as instâncias de administração e avaliação interna do grupo, fortalecendo ainda mais o capital científico predominante.

“A luta pelo capital científico não apenas estrutura as relações internas e entre o bureau e o painel. A autoridade científica define a ordem das relações entre as equipes e os Grupos de Trabalho, e se tornou um objeto de disputa entre as Unidades de Suporte Técnico e a secretaria. Conhecimento científico sobre a questão das mudanças climáticas e o conhecimento da prática do processo de avaliação são fontes importantes de capital intelectual para todos os atores no interior do IPCC. Esse capital intelectual é particularmente útil para os agentes governamentais durante as reuniões plenárias do

³ “The aspect of the ‘construction’ that is of particular interest here is the construction of social science’s role. The IPCC’s involvement of social science is on the ‘downstream’ side, dealing with the consequences and impacts of climate science.” (YEARLEY, 2009, p.400-401).

IPCC e aprovação dos Resumos para Formuladores de Políticas, quando os delegados traduzem esse conhecimento para interposições recorrentes e embasadas para alteração do texto proposto (HUGHES, 2015, p.17) (tradução nossa) ⁴.

A formação dessas coalizões ilustra claramente como o estabelecimento de elites científicas na área climática ocorre mediante o ajuste às exigências do ambiente organizacional vigente. À medida que o campo científico constrói novas formas de aderência às instituições circundantes, as fórmulas de acumulação de capital e crédito reputacional por parte das elites acadêmicas adquirem uma dinâmica mais complexa e ajustada, o que demanda novas ferramentas analíticas.

Ciência climática no Brasil

No Brasil, é possível identificar como as lideranças científicas se organizaram em torno da discussão climática. Em 1950 a ONU criou a Organização Meteorológica Mundial (OMM), uma agência voltada a cooperação e intercâmbio de dados meteorológicos entre os países-membros. Desde o início o Brasil se afiliou à OMM e outros grupos internacionais de estudos climáticos, apesar das assimetrias em termos técnicos e de pessoal em relação aos países mais avançados. Uma das deficiências mais salientes referia-se à falta de mão de obra qualificada para os estudos meteorológicos, que se tornavam cada vez mais sofisticados e dependentes de conhecimentos na área de modelagem e sistemas informacionais complexos.

Entre o final da década de 1950 e início do período seguinte foram tomadas medidas para sanar a deficiência de pessoal qualificado. Havia a percepção no campo de que não era mais possível acompanhar o ritmo da evolução das ciências climáticas internacionais sem a formação de uma comunidade específica de pesquisadores (OLIVEIRA, 2009).

Esse campo, de forma ainda intermitente e instável, se mobilizou para se estabelecer cientificamente. No ano de 1958 foi criada a Sociedade Brasileira de Meteorologia (SBMET), com a finalidade de agregar os meteorologistas existentes e

⁴ *The struggle for scientific capital not only structures relations within and between the bureau and the panel. Scientific authority defines the order of relations within chapter teams and WGs, and has become an object for struggle between the TSUs and the secretariat. Scientific knowledge of the climate change issue and knowledge of the assessment process in practice are important sources of intellectual capital for all actors within the IPCC. This intellectual capital is particularly valuable to member governments during IPCC plenary meetings and approval of the SPMs, when delegates translate this knowledge into frequent and authoritative interventions for altering proposed text.* (HUGHES, 2015, p.17).

regulamentar a profissão no país. Seu primeiro presidente foi Fernando Pimenta Alves, que havia entrado na área de meteorologia por ter feito cursos internacionais em convênio com o Instituto Brasil – Estados Unidos. Por conta do período político conturbado, no início dos anos de 1960 a SBMET foi desativada, sendo reorganizada posteriormente em 1976.

Durante o governo JK (1956-1960) foi lançado pelo Ministério da Educação e Cultura um movimento específico: a Campanha de Formação de Meteorologistas, o CAME.

Atendendo a demanda urgente estabelecida pelo campo climático internacional teve início, através do CAME, um processo de discussão, administrativo e acadêmico, sobre a formação de pessoal técnico na área de meteorologia no país.

No governo João Goulart (1961-1964) foram estabelecidas as bases para a organização dos cursos de meteorologia. Foi feita uma articulação entre o Ministério da Agricultura, o Serviço de Meteorologia a ele associado, e setores importantes da área da física para viabilizar os cursos.

Como resultado desse esforço lançado pelo CAME, o primeiro curso de graduação em meteorologia no Brasil foi criado em 1964, na Universidade do Brasil – hoje Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) –, em uma forte articulação entre os campos científico e político do momento. Segundo Pereira e Spinardi (2003), os agentes ficaram assim representados:

A Campanha de Formação de Meteorologistas, neste ato representada pelo diretor de Ensino Superior do Ministério da Educação e Cultura, professor Durmeval Trigueiro Mendes, daqui por diante designada CAME, e a Faculdade Nacional de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade do Brasil, representada pelo seu diretor, professor José de Faria Góes Sobrinho, daqui por diante designada Faculdade, e o Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF), representado pelo seu vice-presidente em exercício, dr. Almir de Castro, anuem em assinar o presente acordo, destinado a manter um curso de meteorologia, bem como incentivar o aperfeiçoamento e a difusão da ciência meteorológica. (PEREIRA; SPINARDI, 2003, p.142).

A participação do CBPF e do Departamento de Física da universidade na formação e no funcionamento do curso oferece um forte indício da importância dos estudos da física na área meteorológica nessa nova configuração.

Em consonância com os rumos da ciência climática internacional, o campo de ciências do clima brasileiro acompanha suas tendências e áreas hegemônicas, tornando as áreas de física e computação setores estratégicos.

Essa conquista de posições das áreas de física e informática era necessária para tornar a pesquisa climatológica brasileira sintonizada a determinadas áreas de conhecimento com forte interface internacional, especialmente da moderna climatologia americana. De acordo com Miguel (2017),

[...] a crescente articulação de instituições meteorológicas internacionais conectadas à OMM não teria sucesso se o grande volume de dados coletados em áreas dispersas do globo não pudesse ser processado e analisado rapidamente. Isso se tornou possível mediante aos avanços na área da computação e modelagem. Sem os modelos, o grande volume de dados coletados e compartilhados não teria utilização prática para os serviços meteorológicos porque não se poderia assimilar essas informações rapidamente e produzir previsões meteorológicas em tempo útil ao público. Ao receberem os dados das centrais de telecomunicação, os modelos produzem o diagnóstico do “estado atual” da atmosfera – o que os profissionais da área chamam de “*assimilação de dados*” – e, posteriormente, calculam a evolução desse estado atmosférico no tempo produzindo assim as previsões do tempo e clima. (MIGUEL, 2017, p.62-63).

Ocorreu uma expansão global das técnicas de armazenamento e análise de dados climatológicos que precisavam ser manipulados em diferentes países, forçando o campo científico periférico a se adaptar rapidamente em termos infraestruturais.

Nos anos de 1960, outra área científica ligada às ciências físicas passou a ser essencial para o campo climático: a questão espacial. O uso de satélites nas medições atmosféricas obteve importância estratégica, exigindo dos pesquisadores da área uma adaptação às linguagens e formas de análises de dados gerados por esses meios. A formação contínua de bases de dados e os meios de recepção e compartilhamento de informações advindas de satélites intercontinentais, dentro das novas redes meteorológicas, tornavam o campo climático dependente de acordos internacionais e protocolos de participação em consórcios de pesquisa.

Segundo Miguel (2017, p.64)), a pesquisa meteorológica brasileira, em sua incipiência em termos de formação de pessoal e arcabouço tecnológico, enfrentou vários problemas para acompanhar essa movimentação específica do campo climático internacional, pois “somente na década de 1970 foram instaladas em Brasília as primeiras estações de recepção de satélites meteorológicos e uma rede básica de observação e telecomunicação que incluía o país nos circuitos de transferência de dados dos Centros Meteorológicos Mundiais da OMM”.

As condições infraestruturais para o compartilhamento de grande massa de dados em alta velocidade excediam a capacidade instalada no país, que até então possuía

poucas instituições de pesquisa na área espacial. Centros de pesquisa importantes, como o Instituto de Pesquisas Espaciais (INPE) e a Empresa Brasileira de Telecomunicações (EMBRATEL) eram recentes e ainda pouco aparelhadas para fazer frente a essas demandas tecnológicas.

Vinculado ao Ministério da Agricultura, o Instituto Nacional de Meteorologia (INMET) consistia no principal centro de estudos meteorológicos, reconhecido no país e na América Latina. Fundado em 1909 e contando historicamente com grande suporte governamental, como visto acima, o Instituto congregava um grande número de pesquisadores e dados coletados. O representante brasileiro na OMM era indicado pelo Instituto, o que conferia uma legitimidade considerável no campo em âmbito nacional. Apesar disso, seus serviços meteorológicos eram atrasados em relação aos centros mundiais (OLIVEIRA, 2009).

Até a década de 1980 o INMET teve capacidade limitada para compra de equipamentos e formação de pessoal capacitado, não conseguindo estabelecer uma *expertise* sólida e bem articulada, necessária para o intercâmbio de dados nas redes de pesquisa internacionalizadas.

O campo climático em construção sentia a necessidade de definir algum centro de pesquisa meteorológica nacional para concentrar nele capital científico e construir um polo que agregasse investimentos e força política. A forte internacionalização dessa área de pesquisa e sua demanda contínua por especialização e atualização tecnológica exigia a formação de um grupo de excelência acadêmica que se colocasse como interlocutor nacional frente às agências que controlam a agenda. Esse polo aglutinador seria naturalmente o INMET por sua história e por sua consagração no interior do campo.

Encontros realizados nos anos de 1980 pela SBMET indicavam o INMET como forte candidato a receber investimento financeiro e científico para posicionar a ciência climática brasileira internacionalmente, como a elite da área climática.

No entanto, não foi isso o que aconteceu. Contrariando uma expectativa gestada no interior do campo climático, a instituição que logrou se consagrar como detentora de capital científico diferenciado foi o Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos (CPTEC), vinculado ao INPE, do estado de São Paulo.

As elites do campo científico tiveram um papel essencial nessa nova convergência climática. O posicionamento favorável de seus principais expoentes, como o diretor do INPE Marco Antônio Raupp, e as fortes ligações com o MCT sob o comando de Renato Archer influíram para que o INPE abrisse caminho entre as agências e fóruns científicos, dando espaço privilegiado ao CPTEC enquanto interlocutor qualificado.

No ano de 1987 foi dado um passo fundamental para a implantação do CPTEC com a produção de documento por parte de um grupo de trabalho instituído no âmbito do MCT para reorganizar a pesquisa meteorológica no interior do INPE e aprovação pelo governo Sarney (1985-1990). (BRASIL, 1987).

O processo de organização do CPTEC foi estabelecido claramente a partir da experiência dos membros em espaços internacionais de pesquisa climática. Durante o período de construção institucional, os cientistas brasileiros responsáveis visitaram e importaram modelos já estabelecidos. Segundo Miguel, Escada e Monteiro (2016),

[...] entre 1986 e 1987, pesquisadores do INPE foram enviados ao *Met Office*, do Reino Unido, Centro Europeu de Previsões de Tempo de Médio Prazo (ECMWF), em *Reading*, na Inglaterra, e ao NCEP, nos Estados Unidos, para conhecer o funcionamento destes centros. Decidiu-se que o modelo institucional a ser adotado no CPTEC seria um similar ao do ECMWF, cuja estrutura de funcionamento sustentava-se em dois setores: operação e pesquisa, que deveriam atuar em conjunto, interagindo com o intuito de gerar e aperfeiçoar sistematicamente as previsões de tempo e clima. (MIGUEL; ESCADA; MONTEIRO, 2016, p.40).

Foi através dessas visitas e da realização de capacitação acadêmica em programas de pós-graduação no exterior que se construíram os vínculos necessários para o estabelecimento de uma nova elite climática no país. É perceptível nesse processo a proeminência dos agentes com formação acadêmica no estabelecimento dessa agenda de pesquisa institucional diferenciada.

Segundo a abordagem relacional de Bourdieu (2002), os agentes do campo acadêmico em contextos periféricos procuram viabilizar seus empreendimentos científicos e acumular seu capital construindo legitimidades por intermédio de diferentes expedientes. Um deles se dá por meio da circulação internacional de práticas e conhecimentos científicos, que permitem sacralizar as teorias, práticas e métodos oriundos dos centros produtores, ao mesmo tempo, de conhecimento e reconhecimento. Porém, ao invés de se constituir um mercado aberto e liberal de ideias, essa circulação internacional é feita de barreiras e filtros nacionais e científicos. Para Bourdieu (2002), existe um conjunto de premissas e regras que devem ser levadas em conta pois,

[...] a transferência de um campo nacional para um outro se faz por meio de uma série de operações sociais: uma operação de seleção (o que se traduz? O que se publica? Quem traduz? Quem publica?); uma operação de marcação (de um produto anteriormente “sem etiqueta”) pela editora ([...] e anexando-a a seu próprio ponto de vista e, em todo caso, a uma problemática inscrita no campo de

chegada e que só raramente realiza o trabalho de reconstrução do campo de origem, em primeiro lugar porque é muito difícil); uma operação de leitura, enfim, com os leitores aplicando à obra categorias de percepção e problemáticas que são produto de um campo de produção diferente.” (BOURDIEU, 2002, p.18).

As fórmulas e estratégias de certificação dos conhecimentos científicos diferenciados, ao serem exportados para outros lugares, implicam em uma readequação de propósitos e realinhamento dos agentes portadores e disseminadores da ciência. É nesse momento de transmissão que o campo se reordena para consagrar os porta-vozes qualificados e estabelecer as hierarquias acadêmicas.

A capacidade do CPTEC em se alinhar às expectativas do campo e se posicionar favoravelmente nas disputas de capital científico específico levaram a uma redefinição de prioridades e estratégias dos atores. Apesar de ser uma instituição mais jovem, fundada nos anos 1990, e com menos tradição nas linhas da meteorologia brasileira, o CPTEC aglutinou em seu entorno uma gama de características e modalidades de comportamento científico e político que o alçaram a vanguarda meteorológica da América Latina.

A mudança dos centros de referência dos estudos climáticos mostra claramente a reorganização das elites do clima no Brasil, em sintonia com as tendências internacionais.

Algumas conclusões

É importante notar que as ciências climáticas acompanharam transformações que ocorreram no conjunto das práticas intelectuais hegemônicas. O estabelecimento de tecnologias globais; a criação de periódicos de divulgação científica em escala mundial conectando as elites universitárias, os interesses estratégicos dos estados nacionais e a criação de agências internacionais foram aspectos centrais na ampliação do conhecimento científico das questões do clima.

Não é coincidência que os países centrais do capitalismo em expansão, como Inglaterra, França, EUA e Alemanha foram protagonistas do desenvolvimento dessas formas de conhecimento e abordagens sobre os fenômenos climáticos. As condições financeiras privilegiadas e o grande desenvolvimento das instituições científicas desses países nos séculos XIX e XX favoreceram o incremento de pesquisas altamente dependentes de armazenamento de informações, coleta de dados em forma descentralizada e modelos computacionais.

A imposição generalizada de um modo organizacional das universidades europeias acarretou a concentração de recursos teóricos e princípios metodológicos que se consagraram mundialmente. Junto com isso, a hegemonia das ciências exatas e aplicadas ao longo desse período trouxe o estabelecimento organizado de elites científicas bem posicionadas junto aos Estados e agências internacionais.

O resgate da trajetória da ciência climática mostra que o posicionamento dos cientistas e pesquisadores no sistema científico tem um efeito considerável sobre a possibilidade de sua aceitação tanto junto aos pares, como a um público diferenciado. As transformações dos arranjos organizacionais da ciência climática mostram que os grupos dominantes precisam se adaptar e recriar estratégias para a manutenção de seu capital e condição reputacional.

O estudo das elites científicas e acadêmicas, em suas interfaces com os agentes que atravessam o campo, possibilitam identificar alguns indícios das estratégias mobilizadas pelos agentes e as possibilidades de interface com o Estado e outras instituições relevantes. É importante salientar que os estudos de elites científicas que enfatizam preferencialmente as regras internas do campo e as estratégias de conversão de capital institucional legítimo falham por não interpelarem eficazmente o conjunto do cenário científico e não científico relacionado a uma dada área de conhecimento.

Os estudos sobre as ciências climáticas, em sua diversidade de campos, subcampos e especializações, têm grande chance de trazerem um melhor entendimento sociológico sobre sua importância no sistema de ciências, caso incorporem a perspectiva transversal da produção de seus grupos dominantes, tarefas e instituições correspondentes.

Essa expectativa se fundamenta na produção de um número crescente de autores que propagam esse olhar transversal em diferentes contextos científicos e organizacionais. Tomara que os estudos climáticos recebam mais contribuições desse tratamento sociológico, pois são fundamentais no contexto atual em termos políticos e sociais, tanto em escala nacional como internacional.

SCIENTIFIC ELITES OF THE CLIMATE: SHAPING OF THE FIELD IN NATIONAL AND INTERNATIONAL SCALE

ABSTRACT: *This article aims to discuss the importance of climate sciences and their current conformation, arguing that it is important to return to the theme of scientific elites to understand the current directions of the discussion on climate change. Bourdieu's approach on the subject of the scientific field and the forms of capital*

accumulation helps to understand changes in meteorological sciences in the face of the most recent challenges of climate change in the last decades. The text analyzes the development of climate sciences on an international scale and the role played by the International Panel for Climate Change (IPCC) in the redistribution of established scientific credits in the area. At the end, the text deals with the way the Brazilian elites have been reorganizing themselves to face the international hegemonic sectors which command the research agenda on climate change.

KEYWORDS: *Scientific elites. Climate sciences. Science field. Climate change.*

ELITES CIENTÍFICAS DEL CLIMA: FORMACIÓN DEL CAMPO A ESCALA NACIONAL E INTERNACIONAL

RESUMEN: *Este artículo tiene como objetivo discutir la importancia de las ciencias climáticas y su conformación actual, argumentando que es importante volver al tema de las élites científicas para comprender las direcciones actuales de la discusión sobre el cambio climático. El enfoque de Bourdieu sobre el tema del campo científico y las formas de acumulación de capital ayuda a comprender los cambios en las ciencias meteorológicas frente a los desafíos más recientes del cambio climático en las últimas décadas. El texto analiza el desarrollo de la ciencia del clima a escala internacional y el papel que desempeña el Panel Intergubernamental sobre Cambio Climático (IPCC) en la redistribución de los créditos científicos consagrados en el área. Al final, el texto trata sobre la forma en que las élites brasileñas se han ido reorganizando para enfrentar a los sectores hegemónicos internacionales que dominan la agenda de investigación sobre cambio climático.*

PALABRAS CLAVE: *Élites científicas. Ciencias climáticas. Campo científico. Cambios climáticos.*

REFERÊNCIAS

BAILÃO, André. **Ciências e mundos aquecidos:** narrativas mistas de mudanças climáticas em São Paulo. Orientador: Stelio Marras. 2014. 227 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2014.

BECK, Silke. The challenges of building cosmopolitan climate expertise: the case of Germany, **WIREs Clim Change**, 3, p.1–17, 2012.

BESSAT, Frédéric. A mudança climática entre ciência, desafios e decisões: olhar geográfico, **Terra Livre**, vol. I, n. 20, jan/jul. 2003.

BOURDIEU, Pierre. **Para uma sociologia da ciência**. Lisboa: Edições 70, 2004.

BOURDIEU, Pierre. As condições sociais da circulação internacional das ideias, **Enfoques** - Revista Eletrônica, v.1, n. 01, 2002.

BOURDIEU, Pierre. O campo científico. In: ORTIZ, R. (org) **Pierre Bourdieu: sociologia**. São Paulo: Ática (Coleção Grandes Cientistas Sociais), 1983. p.122-155.

BOURDIEU, Pierre. **Homo academicus**, Florianópolis: Ed. UFSC, 2011.

BRASIL. Ministério da Ciência e Tecnologia. Comissão Nacional de Meteorologia. Grupo de Trabalho de criação do Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos, e do Centro de Aplicação de Satélites Meteorológicos – **Relatório Final**. Brasília: MCT, 1987.

DESSAI, Suraje & TRIGO, Ricardo. A ciência das alterações climáticas. **Finisterra**, XXXVI, 71, p.117-132, 2001.

DOEL, Ronald. Constituting the Postwar Earth Sciences: The Military's Influence on the Environmental Sciences in the USA after 1945. **Social Studies of Science**, v. 33, 5: p. 635-666, 2003.

EDWARDS, Paul. **A vast machine** – computer models, climate data and the politics of global warming, Cambridge: MIT Press, 2010.

HAMBLIN, Jacob Darwin. **Arming mother nature**: the birth of catastrophic environmentalism. Oxford: Oxford University Press, 2013.

HUGHES, Hannah. Making up the Intergovernmental Panel on Climate Change (IPCC), Paper presented at the Workshop on Environment and Security, Université Libre de Bruxelles (August 28-29th, 2015).

HULME, Mike. How Climate Models Gain and Exercise Authority. In: HASTRUP, Kirsten; SKRYDSTRUP, Martin. (eds.) **The Social Life of Climate Change Models**: Anticipating Nature. New, York, Routledge, 2013. p.30-44.

LAHSEN, Mayanna. Seductive Simulations? uncertainty distribution around climate models. **Social Studies of Science**, v. 35, p.895-922, 2005.

LEITE, José Corrêa. Controvérsias na climatologia: o IPCC e o aquecimento global antropogênico. **Scientiæ Studia**, São Paulo, v. 13, n. 3, p.643-77, 2015.

MIGUEL, Jean Carlos. **Políticas e infraestruturas das ciências atmosféricas**: um estudo social da modelagem climática no INPE. Orientador: Marko Synesio Monteiro. 2017. 244f.

Tese (Doutorado em Política Científica e Tecnológica) Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017.

MIGUEL, Jean Carlos; ESCADA, Paulo; MONTEIRO, Marko Synesio. Políticas da Meteorologia no Brasil: trajetórias e disputas na criação do CPTEC. **Revista Brasileira de História da Ciência**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, jan/jun, p.36-50, 2016.

MILLER, Clark. Climate Science and the making of a global political order. In: JASANOFF, Sheila (ed) **States of knowledge**. New York: Routledge, 2004. p.46-66.

NEVES, Fabrício & LIMA, João Vicente. As mudanças climáticas e a transformação das agendas de pesquisa, **Liinc em Revista**, v.8, n.1, março 2012.

NOBLE, David. O golpe climático corporativo. In: ALMEIDA Jr., Antônio & ANDRADE, Thales. (orgs) **Mídia e Ambiente**: estudos e ensaios. São Paulo: Hucitec, 2009. p.15-28.

OLIVEIRA, Fabíola. **INMET**: 100 anos de Meteorologia no Brasil. Brasília: Edição Independente, 2009.

ORESQUES, Naomi; CONWAY, Erik. **Merchants of doubt** – how a handful of scientists obscured the truth on issues from tobacco smoke to global warming, New York: Bloomsbury Press, 2010.

PEREIRA, Vera Malfa.; SPINARDI, Alcir. **Memórias do Tempo** – um livro sujeito a chuvas e trovoadas. São Paulo: Edição Independente, 2003.

SAINT MARTIN, Monique. Da reprodução à recomposição das elites: as elites administrativas, econômicas e políticas na França, **Tomo**, n. 13, jul/dez 2008.

SCHOIJET, Maurice. **Límites del crecimiento y cambio climático**. México, D.F.: Siglo XXI, 2008.

SHINN, Terry. Formes de division du travail scientifique et convergence intellectuelle, **Revue Française de Sociologie**, v. 41, n. 03, 447-473, 2000.

SUNDBERG, Mikaela. **Making Meteorology**: social relations and scientific practice. Stockholm: Sweden, 2005.

VELTRONE, Allan. **Interdisciplinaridade na Questão Climática**: a participação das Ciências Sociais no Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC). Orientador: Thales de Andrade. 2017. 181f. Tese (Doutorado em Ciência, Tecnologia e Sociedade), Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2017.

VESSURI, Hebe & ROSE, Isabel. Las Fronteras de la Ciencia y un Nuevo Contrato Social con la Universidad: el ejemplo del cambio climático. **Educacion Superior y Sociedad**, 15(1), p.179-197, 2010.

WHITLEY, Richard. **The intellectual and social organization of the sciences**. New York: Oxford University Press, 2009.

WHITLEY, Richard. Changes in the social and intellectual organization of the sciences. *In*: MENDELSON, Everett.; WEINGART, Peter & WHITLEY, Richard. **The social production of scientific knowledge**. Dordrecht: Reidel, 1977.

YEARLEY, Steven. Sociology and Climate Change after Kyoto - What Roles for Social Science in Understanding Climate Change? **Current Sociology**, Vol. 57(3), May, p.389–405, 2009.

Recebido em 11/11/2019.

Aprovado em 21/08/2020.

SUPER-HERÓIS MANIFESTANTES? SIMBOLISMOS DA CULTURA POP PERFORMATIZADOS EM MOVIMENTOS SOCIAIS

*Aline Eggres de CASTRO**

*Rosana PINHEIRO-MACHADO***

RESUMO: As manifestações populares dos últimos anos foram marcadas não apenas pela multiplicidade de demandas, pela moralidade das ideias e pela influência das redes sociais na mobilização de um grande número de pessoas – elas também trouxeram um novo perfil de jovens manifestantes que utilizam estratégias lúdicas de humor e performances culturais que afirmam sua identidade pessoal em meio a sua atuação política. O presente estudo pretende analisar a influência da chamada cultura pop nas formações identitárias e morais desses jovens, bem como demonstrar que suas performances não são aleatórias, mas sim carregadas de simbolismos.

PALAVRAS-CHAVE: Novíssimos movimentos sociais. Moral. Performance. Cultura pop. Identidade.

Introdução

O século XXI tem sido marcado por inúmeras alterações na ordem social ocasionadas por manifestações em diversas partes do globo (mundo árabe, norte da África, EUA, Espanha, Brasil, entre outros) que reivindicam questões que vão desde a libertação de ditaduras opressoras até o impedimento do aumento nas tarifas de ônibus. Movimentos como a Primavera Árabe, *Occupy Wall Street*, Jornadas de Junho e *Indignados* causaram alterações não apenas nas ordens política, social e econômica, como também no campo simbólico, ao apresentar inúmeros novos repertórios de expressão por parte dos manifestantes – repertórios os quais se perpetuaram por

* UFSM – Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria – RS – Brasil. 97105-900. – alineeggres@gmail.com. <https://orcid.org/0000-0002-7249-1414>.

** University of Bath. Bath – Somerset – Reino Unido. BA2 7AY. – rpinheiromachado@yahoo.com.br. <https://orcid.org/0000-0002-4440-8441>.

movimentos posteriores, como as passeatas a favor e contra o impeachment da presidenta Dilma Rousseff no Brasil e os protestos contra o porte de armas nos Estados Unidos.

As novas formas de manifestação ficaram conhecidas na literatura como “novíssimos movimentos sociais¹” e trazem características que as diferenciam de manifestações anteriores. Nesse novo momento, o ativismo alcançou escalas globais, com protestos contemporâneos que envolvem pessoas e temas os quais atravessam fronteiras e se dirigem, muitas vezes, a instituições multilaterais ou a uma opinião pública transnacional. As pautas são consideradas pós-materiais, com mobilizações étnicas, religiosas, comunitárias e conservadoras (ALONSO, 2009). O antigo antagonismo capital vs. trabalho é substituído pelo antagonismo tecnocratas vs. movimentos sociais (JASPER, 2016).

Este estudo visa analisar essas novas formas de manifestação, suas influências e as maneiras como os novos manifestantes se expressam. Para isso, são discutidos o que são essas novas manifestações, quem são esses manifestantes e qual o papel que a cultura e a moralidade exercem nesses movimentos. Por fim, são apresentados exemplos reais de manifestações políticas que ilustram os temas discutidos.

Os novíssimos movimentos sociais e suas manifestações performáticas

O objetivo dos novíssimos movimentos sociais, de acordo com Day (2004), não é criar um novo poder em torno de um centro hegemônico, dando continuidade às políticas de demanda, mas sim desafiar, desorganizar e desorientar os processos de hegemonia global, fazendo na prática as políticas do ato. Esses novíssimos manifestantes ou novos anarquistas², como os chama Graeber (2002) devido às suas características insurgentes, exploram as possibilidades de formas não hegemônicas de mudança social radical. Suas táticas de ação direta e participativa prefiguram alternativas às formas hegemônicas estatais e corporativas. Um exemplo desse tipo de ação direta são as mídias independentes, que visam combater a concentração empresarial na propriedade dos meios de comunicação através da criação de fontes alternativas de informação (DAY, 2004).

¹ *Newest social movements* (DAY, 2004).

² Day (2004) ressalva que nem todo indivíduo ou todo grupo que participa do ativismo radical contemporâneo se identifica dessa maneira; o próprio Graeber (2002) afirma que poucos se declaram como anarquistas, mas ele trata dessa forma pelo fato de o anarquismo ser o coração do movimento.

A forma de ação direta que tem sido mais amplamente utilizada é a reunião de grandes grupos em locais públicos, em movimentos como marchas e ocupações. Butler (2011) afirma que, quando esses corpos se reúnem, eles se movem e falam juntos por meio de uma performatividade do corpo que atravessa a linguagem sem nunca se reduzir à linguagem. Esses corpos reivindicam não apenas os seus propósitos políticos, mas também o próprio direito de ocupar aquele espaço público.

Essa performatividade é expressa por meio dos repertórios de ação coletiva, que constituem as diferentes formas de manifestação (maneiras ou padrões com as quais as pessoas sabem aplicar determinadas ferramentas a partir de sua história particular), que se transformam com o desenvolvimento da sociedade. Os repertórios de ações coletivas evoluem de duas maneiras: o conjunto de meios disponíveis para as pessoas muda em função das transformações sociais, econômicas e políticas, enquanto cada meio individual de ação se adapta a novos interesses e novas oportunidades de ação (TILLY, 1977).

Os repertórios desses novíssimos movimentos sociais se diferenciam de movimentos anteriores pela influência do transnacionalismo e da globalização (TARROW, 2005), pelo emprego de redes sociais combinadas com outros aplicativos da web e ferramentas de Internet (DELLA PORTA, 2014; CASTELLS, 2015) e pelas lógicas de agregação provocadas por essa rede de grande alcance (JURIS, 2012). A sociedade em rede, com a disseminação e troca multilateral de informações e opiniões a uma velocidade nunca vista antes, é algo inédito trazido pela era da Internet, que permite que manifestantes se comuniquem livremente sobre suas causas e suas formas de se manifestar.

Essa difusão de repertórios – especialmente as performances nas ruas – compõe o que Calhoun (2013) chama de idealismo performático (ou dramático), que ajuda a criar momentos nos quais o ativismo tem altos picos de atividade, causados pela inspiração nos demais movimentos. Por se tratar de performance, entende-se que a forma de expressão desses corpos é fortemente influenciada pela cultura das quais eles fazem parte e as quais consomem no seu dia a dia. Para compreender melhor o tipo de cultura que se disseminou nos novíssimos movimentos sociais, é importante saber quem eram esses corpos performáticos.

Quem são os “novíssimos” ativistas?

Pesquisas sobre o perfil dos participantes de protestos do século XXI, caracterizados como novíssimos movimentos sociais, demonstram que havia pessoas de

todas as idades e condições sociais ocupando ruas e locais públicos (CASTELLS, 2015; GUZMAN, 2011; BRAGA, 2016). O perfil predominante entre essas multidões, no entanto, era de jovens³ no fim da adolescência e início da idade adulta (GONÇALVES; BARBOSA, 2016; GUZMAN, 2011), usuários ativos de redes sociais (CASTELLS, 2015) que possuíam uma lógica de agregação por meio dessas redes (JURIS, 2012).

Esse perfil condiz com o que Howe e Strauss (1992, 2000) denominaram como *Millennials*, isto é, as pessoas nascidas entre o início dos anos 1980 e meados dos anos 1990 – ou seja, aqueles que iniciavam sua maturidade no início do novo milênio. Os autores caracterizam as pessoas dessa geração como otimistas; cooperativas em equipe – com mentalidade coletiva; crentes no futuro e neles mesmos como criadores de um futuro melhor; criativos; com autoestima elevada (podendo ser interpretado como narcisismo em certas ocasiões); mais formalmente educados, inclusivos e a favor da diversidade que a geração anterior; críticos em relação às regras sociais; e influenciados pela ascensão da Internet no período de sua maturidade.

Melucci (2007) acredita que os jovens estão no centro de qualquer movimento social:

Começando pelo movimento estudantil dos anos 60 é possível traçar a participação juvenil em movimentos sociais pelas formas “subculturais” de ação coletiva nos anos 70 como os punks, os movimentos de ocupação de imóveis, os centros sociais juvenis em diferentes países europeus, pelo papel central da juventude nas mobilizações pacifistas e ambientais dos anos 80, pelas ondas curtas mas intensas de mobilização de estudantes secundaristas dos anos 80 e começo dos 90 (na França, Espanha e Itália, por exemplo) e, finalmente, pelas mobilizações cívicas nos anos 90 como o antirracismo no norte da Europa, França e Alemanha ou o movimento da antimáfia na Itália. Todas estas formas de ação envolvem pessoas jovens como atores centrais; mesmo se apresentam diferenças históricas e geográficas com o passar das décadas, elas dividem características comuns que indicam um padrão emergente de movimentos sociais em sociedades complexas, pós-modernas. (MELUCCI, 2007, p.40).

Assim como os jovens manifestantes dos anos 1970 foram fortemente influenciados pela cultura “punk” (MELUCCI, 2007), os jovens do século XXI sofrem influência da cultura “pop” – amplamente disseminada na sociedade – em suas

³ Faixa etária predominante nas manifestações: estimada entre 17 a 28 anos por Gonçalves e Barbosa (2016), que estudaram movimentos no Brasil; e entre 18 e 34 anos por Guzman (2011), que estudou movimentos nos EUA.

performances (AMARAL, 2014). Essa influência da cultura pop interfere tanto na criação da identidade desses grupos como na sua atuação política.

A cultura pop e a construção de identidades

O termo pop, abreviação de popular, é amplamente utilizado para classificar produtos, fenômenos, artistas, lógicas e processos midiáticos. Soares (2014) atribui o termo cultura pop ao conjunto de práticas, experiências e produtos norteados pela lógica midiática, que tem como gênese o entretenimento; ancora-se, em grande parte, em modos de produção ligados às indústrias da cultura (música, cinema, televisão, editorial, entre outras) e estabelece formas de fruição e consumo que permeiam um certo senso de comunidade, pertencimento ou compartilhamento de afinidades que situam indivíduos dentro de um sentido transnacional e globalizante.

Estar imerso na cultura pop é se estender por objetos que falam por clichês, por frases de efeito, arranjos musicais excessivamente difundidos, filmes cujos finais já se sabe, canções cujos versos já foram ouvidos, refrãos impactantes, cenas de novela que fazem chorar, entre outros (SOARES, 2014). O gosto pelos produtos da cultura pop costuma gerar paixões naqueles que os admiram – os fãs –, fazendo com que a manifestação dessa preferência ultrapasse o simples consumo midiático desses produtos. Amaral (2014) aponta que o gosto não pode ser desvinculado das materialidades e suportes pelos quais eles circulam e dos modos pelos quais esses objetos nos afetam. O gosto seria, portanto, uma performance, que demonstra para o mundo os elementos pelos quais os indivíduos sentem afinidade.

Essas performances podem ser vistas em diversas ocasiões do dia a dia, como no uso de camisetas de bandas, nas decorações com imagens de personagens de filmes, nos utensílios domésticos com estampas de super-heróis, em materiais escolares com licenciamento de personagens de desenhos animados, entre outros. A ascensão e expansão de lojas virtuais como *Nerd Store*, *Loja Mundo Geek*, *Omelete Store* e *Oba Shop*, destinadas a esse tipo de produto, comprova a crescente busca pela performance de identidade cultural⁴.

A identidade é vista por Bauman (2004) como uma tarefa – uma tarefa ainda não realizada, incompleta, um estímulo, um dever e um ímpeto à ação. Nascida como

⁴ Identidade cultural: termo difundido por Stuart Hall (2006) ao tratar das mudanças estruturais que fragmentam e desconstruem as identidades culturais de classe, etnia, raça, nacionalidade e gênero na pós-modernidade.

ficção, a identidade precisava de muita coerção e convencimento para se consolidar e se concretizar numa realidade. A busca pela autoidentidade, para Giddens (2002), é um problema moderno, provavelmente originado no individualismo ocidental. A ideia de que cada pessoa tem um caráter único e potencialidades sociais que podem ou não se realizar é alheia à cultura pré-moderna. Perguntas como O que fazer? Como agir? e Quem ser? são centrais para quem vive nas circunstâncias da modernidade tardia, e elas são respondidas por todos, seja no discurso, seja no comportamento cotidiano.

Para o sujeito pós-moderno, a identidade torna-se uma celebração móvel, formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam (HALL, 2006). O sentido de identidade passa a ser encontrar-se a si mesmo. As transformações na autoidentidade e a globalização são dois polos da dialética do local e do global nas condições da alta modernidade. Em outras palavras, mudanças em aspectos íntimos da vida pessoal estão diretamente ligadas ao estabelecimento de conexões sociais de grande amplitude. O nível do distanciamento tempo-espço introduzido pela alta modernidade é tão amplo que, pela primeira vez na história humana, “eu” e “sociedade” estão inter-relacionados num meio global (GIDDENS, 2002). A identidade pessoal passa a ser influenciada, portanto, pelas coletividades.

A identidade coletiva é, segundo Melucci (2001), uma definição construída e negociada pela ativação das relações sociais entre os atores. Ela implica a presença de quadros cognitivos de densas interações e também das dimensões efetivas e emocionais. A ação coletiva de um movimento é construída por meio de relações sociais no interior de um campo de oportunidades e de vínculos, dando sentido ao seu agir comum e aos objetivos que perseguem.

Essas conexões necessárias para a formação de uma identidade coletiva e o esforço para cumprir um senso de pertencimento a um grupo explica os padrões de difusão massiva da cultura pop, bem como os padrões de difusão de imagens ocorridos nos novíssimos movimentos. Representações simbólicas, muitas vezes utilizando-se de elementos da cultura pop – como a máscara de Guy Fawkes⁵ –, foram reproduzidas como por contágio de país a país – bem como ideias e táticas, quadros e estratégias (DELLA PORTA, 2014) – ou seja, havia a difusão dos repertórios (TILLY, 1977). Os repertórios relacionados à cultura pop utilizados em manifestações dificilmente são

⁵ Guy Fawkes foi um inglês condenado à morte por participar da Conspiração da Pólvora. Sua máscara, criação de David Lloyd, da HQ *V de Vingança*, foi adotada em 2008 pelo movimento hacker *Anonymous* e se tornou um símbolo de 2011, quando foi visto em protestos por todo o mundo (SUPER INTERESSANTE, 2016).

escolhidos ao acaso – eles são frutos de um conteúdo que inspira seus fãs a lutar por um mundo melhor.

A cultura pop e a moral

Um dos mais notáveis desenvolvimentos na cultura pop atual é o ressurgimento dos super-heróis como ícones culturais e de entretenimento. Mas suas histórias não trazem apenas divertimento, elas também expõem de forma perspicaz questões referentes à ética e à moral⁶, que todos enfrentamos no dia a dia. Temas como responsabilidade pessoal e social, justiça, compaixão, crime e castigo, noções de destino e sentido da vida e virtudes como a coragem são amplamente abordados de forma vívida nessas histórias. A exposição a esses conteúdos tende a inspirar a formação da consciência moral dos jovens que as acompanham (WESCHENFELDER, 2012).

Não apenas os personagens com capa e identidade secreta inspiram reflexões morais e éticas nos jovens apreciadores da cultura pop. Diversos outros personagens de filmes e livros que enfrentam diferentes adversidades servem como exemplo de conduta para seus consumidores. Um exemplo notório que acompanhou o crescimento da geração dos *Millennials* foi a saga Harry Potter – na qual um garoto de apenas onze anos descobre que é um bruxo e se vê destinado a combater forças malignas. Anderson (2018) aponta que, por baixo da açucarada iconografia da série Harry Potter, a narrativa aborda temas pesados, como limpeza étnica, desigualdade, escravidão, governos corruptos e tortura. Em sua essência, os livros Harry Potter tratam do bem contra o mal.

Todas essas histórias que antagonizam o herói e o vilão ou criam suas próprias distinções (como a “luz” e o “lado sombrio da força” na franquia *Star Wars*) expõem o espectador a uma reflexão sobre a oposição entre o bem e o mal. Esses repertórios culturais acabam por influenciar a identidade e a personalidade dos indivíduos de acordo com a interpretação que cada um leva daquilo que consumiu. Esses repertórios passam a ser utilizados em outras manifestações além das culturais, como nos atos políticos, nos quais manifestantes utilizam-se de frases e imagens desses ícones da cultura para representarem a si mesmos enquanto atores políticos.

⁶ A ética está associada ao estudo fundamentado dos valores morais que orientam o comportamento humano em sociedade, enquanto a moral são os costumes, regras, tabus e convenções estabelecidas por cada sociedade.

Moral e protestos do século XXI

As múltiplas demandas dos protestos que marcaram o início do novo milênio, especialmente os anos 2010, fizeram com que muitos espectadores pensassem neles como movimentos sem uma ideologia; que se tratavam de “rebeldes sem causa” por não possuírem um foco unificado. Apesar de cada grupo defender diferentes pautas, uma característica que quase todos os protestos têm em comum é clara: as manifestações pelo mundo têm uma origem moral. Weiss (2014) considera os novíssimos movimentos como a expressão de uma insatisfação com os padrões morais vigentes que estruturam a dinâmica econômica, política e mesmo a das relações pessoais, e em cada contexto social específico uma ou outra dimensão ganhou mais relevo.

No Brasil, como em outras partes do mundo, é possível entender as manifestações como uma resposta à não realização de ideais que foram transmitidos, como se fosse um distanciamento entre os discursos e a prática, entre princípio ideal e a realidade. Nessa perspectiva, trata-se de um mundo cada vez mais sem significado, no qual os valores são desrespeitados e ignorados de forma sistemática (WEISS, 2014).

Os movimentos sociais podem ser vistos em muitos casos, portanto, como movimentos morais. Tipicamente, os ativistas envolvidos neles tentam confrontar e mudar não apenas as opiniões políticas de seus destinatários, mas também as convicções morais que formam essas opiniões. Ativistas podem ser vistos como seguidores e perseguidores de ideais. Para transmitir com sucesso a sua mensagem e conquistar novos adeptos, os movimentos devem, portanto, enfatizar a sua identidade como seguidores de ideais (JACOBSSON; LINDBLOM, 2012).

A cultura da Internet e das redes sociais, que criou uma nova forma de interação como um novo padrão de sociabilidade, é bastante propícia para a criação de novos valores morais: ela permite uma aproximação entre indivíduos que compartilham convicções semelhantes e que não se encontrariam de outro modo, pois, em termos de estruturas tradicionais (trabalho, religião, classe social etc.), fariam parte de grupos muito diferentes. Essas interações promovem o que, por uma perspectiva durkheimiana (DURKHEIM, 2002), pode ser interpretado como um efeito dinamogênico proporcionado por essa intensa experiência de efervescência. A dinamogenia é o efeito de aumento de energia promovido por uma situação de super excitação. É o que dá aos indivíduos a sensação de que são mais fortes e mais capazes quando vivenciam situações coletivas desse tipo e faz com que os valores criados ou debatidos naquele contexto sejam investidos de uma aura particular, de grande importância (WEISS, 2014).

Repertórios culturais e mobilização política

Um fenômeno notório e crescente nas mobilizações contemporâneas é a viralização de material de cunho *fanmade*⁷, que ultrapassa a barreira do *fandom*⁸, torna-se *mainstream*⁹ e é utilizado em movimentos sociais, como nos protestos em junho de 2013 no Brasil, por exemplo. Práticas comuns, como remixagens de imagens, *memes*, cartazes, *fanvideos* e *fanarts*, relacionados à cultura pop global passaram a integrar cartazes com dizeres relacionados a diferentes elementos culturais e tornaram-se comuns nas manifestações, corroborando a apropriação da cultura pop, usualmente associada a fãs e atividades desimportantes, por movimentos sociopolíticos (AMARAL; SOUZA; MONTEIRO, 2014). Esses materiais passam a compor o repertório desses manifestantes, que querem transpor sua identidade e seus gostos pessoais para diversas áreas de sua vida – inclusive para sua atuação política.

Amaral, Souza e Monteiro (2014) chamam de ativismo de fãs essa intersecção entre ativismo e engajamento político no domínio dos *fandoms*, sobretudo relacionados aos produtos e celebridades da cultura pop. Nesse sentido, a cultura dos fãs influencia a participação política e o exercício da cidadania, os quais vêm sendo manifestados, de forma crescente, por exemplo, por meio da cultura remix e da produção de *memes*. A mídia também começa a perceber tais manifestações e utilizá-las como forma de caracterização dos participantes em manifestações: “O caldeirão cultural que alimenta os protestos mistura política e publicidade, heróis da Marvel, Maio de 68, poesia concreta, e a surrada máscara de “V de Vingança”” (WERNECK; MARTÍ 2013).

Os movimentos contemporâneos da juventude usam formas de representação como o teatro, o vídeo e a mídia, fazendo com que a mensagem tome uma forma de reprodução simbólica. Eles são um laboratório no qual novos modelos culturais, formas de relacionamento e pontos de vista alternativos são testados e colocados em prática (MELUCCI, 2007). Os manifestantes buscam aproveitar o palco, produzir dramas sociais e projetá-los com sucesso para o público (ALEXANDER, 2017).

Alexander (2016) argumenta que os teóricos sociais devem usar as ferramentas da dramaturgia, da teoria do drama e da crítica teatral para desenvolver uma sociologia cultural da performance social e, com ela, uma nova sociologia da modernidade. O autor conceitua o ritual como um tipo particular de performance social, altamente bem-sucedida, na qual atores, público e roteiro se fundem. Aqueles que assistem à

⁷ Obras feitas por pessoas que não são detentoras dos direitos autorais.

⁸ Comunidades de fãs que compartilham gostos em comum.

⁹ Pensamento comum, convencional.

performance não a veem como uma performance; eles se identificam com os protagonistas e sentem inimizade pelos antagonistas no palco; eles perdem a sensação de ser uma audiência, experimentando não a artificialidade, mas sim a verossimilhança. A quarta parede do drama, que existe não apenas dentro do teatro, mas também fora dele, na sociedade, quebra ou é quebrada.

Essas performances simbólicas vão ao encontro do que Goffman (1990) denominou como “encenação dramática” – ou teatral – na interação coletiva. Quando na presença de outros, o indivíduo transmite sinais do *self* – de sua autorrepresentação –, que destacam dramaticamente fatos confirmatórios daquilo que, de outra forma, poderia permanecer despercebido. Se o indivíduo deseja tornar significativa sua atividade para os outros, ele deve mobilizar seus esforços de modo que expressem, durante a interação, o que se deseja transmitir.

Exemplos dessas performances dramáticas, que trazem simbolismos da cultura pop enfatizando a identidade dos manifestantes, são apresentados nas figuras a seguir. Todas elas retratam ações coletivas diretas que mobilizaram um grande número de pessoas em torno de uma causa específica ou em defesa de múltiplas causas.

Figura 1 - Manifestantes com máscaras de Guy Fawkes



Fonte: Taringa, 2012.

Manifestantes espanhóis do movimento *Indignados*, de 2011, estão com as máscaras de Guy Fawkes, mencionadas na seção anterior, nessa Figura 1. Assim como Guy Fawkes tinha a intenção de destituir o poder dominante, o movimento *Indignados* iniciou com pautas relacionadas a mudanças na política e na sociedade espanhola –

pautas claramente de cunho moral. No decorrer dos protestos, surgiu uma série de outras reivindicações de ordem política, econômica e social heterogêneas – demonstrando a multiplicidade característica dos novíssimos movimentos.

Figura 2 – Cartaz com dizeres de *Pokémon*



Fonte: Amaral, Souza e Monteiro, 2014.

A Figura 2 é a foto de um manifestante de São Paulo nos protestos que ficaram conhecidos no Brasil como Jornadas de Junho – que começaram com a pauta da redução no valor da passagem do transporte público, mas logo englobaram diversas outras pautas relacionadas à economia, educação, justiça, política, entre outras. Para exigir um transporte público de qualidade, o jovem faz referência ao episódio do anime *Pokémon* em que o personagem Ash, ao ter dificuldades para se locomover até um centro *Pokémon*, rouba a bicicleta da personagem Misty (a qual o manifestante representa com seu *cosplay*¹⁰). No anime, o espectador frequentemente se depara com lições de moral dos tipos: “o crime não compensa” e “é preciso um grande esforço para alcançar seus objetivos”.

¹⁰ Termo em inglês, formado pela junção das palavras *costume* (fantasia) e *roleplay* (brincadeira ou interpretação). Refere-se ao hábito de se vestir como personagens fictícios.

Figura 3 – Cartaz com dizeres de *Game of Thrones*



Fonte: Amaral, Souza e Monteiro, 2014.

Na Figura 3, há uma manifestante do Rio de Janeiro, também nas Jornadas de Junho, com os dizeres “*Unbowed, Unbent, Unbroken*” (“insubmissos, não curvados, inquebráveis”) – lema da Casa Martell da série de livros *As Crônicas de Gelo e Fogo*¹¹ e da série televisiva *Game of Thrones*. A Casa Martell é notória na trama por buscar justiça pelos membros de sua família que foram prejudicados no passado.

Figura 4 – Manifestantes fantasiados de super-heróis



Fonte: UOL Educação, 2011.

¹¹ MARTIN, George R.R. **As Crônicas de Gelo e Fogo**. 5 volumes. 1. ed. Rio de Janeiro: Leya, 2015.

Em 2011, no Chile, manifestações foram realizadas, a nível nacional, por estudantes universitários e secundaristas em defesa da educação pública. O movimento ficou conhecido como *La Revolución Pingüina* (Revolução dos Pinguins) devido ao tradicional uniforme utilizado pelos estudantes. Os manifestantes sofreram violenta repressão do governo conservador de Sebastián Piñera – a polícia utilizou-se de balas de borracha e gás lacrimogêneo e realizou 133 detenções. Em resposta, alguns manifestantes trocaram seu tradicional uniforme “pinguim” pelo uniforme de super-heróis dos quadrinhos, como na Figura 4, em que os manifestantes representam Superman, Batman e Mulher Maravilha – membros da equipe Liga da Justiça, que se reúne para defender pessoas inocentes de ameaças malignas.

Figura 5 – Manifestantes caracterizadas como personagens de *O conto da aia*



Fonte: VAGIANOS, 2017.

Mulheres polonesas se fantasiaram como aias fazendo referência ao livro *O conto da aia*, de Margaret Atwood, e à série de televisão *The Handmaid's Tale*, baseada nele, para protestar contra Donald Trump, de passagem pela Polônia em 2017 para o encontro do G20 na Alemanha, em função de um projeto de lei que poderia proibir o aborto nos EUA. No mesmo ano, a Polônia também discutia as legislações relativas ao aborto em seu país, resultando, em 2018, em um enrijecimento da lei – proibição do aborto inclusive em casos de má formação do feto. O livro referenciado consiste em um mundo distópico onde as poucas mulheres que ainda são férteis após desastres nucleares são escravizadas por famílias ricas para gerarem filhos saudáveis. Na história, o aborto é considerado um pecado e um crime gravíssimo, punível com morte.

Figura 6 – Cartaz com dizeres de Harry Potter¹²



Fonte: Peter Hansen, publicada em Anderson, 2018.

A Figura 6, por fim, apresenta uma jovem fã da saga Harry Potter, que trata do protagonismo de adolescentes contra forças malignas quando o ministério se recusa a acreditar que haja uma ameaça real, protestando na Marcha Pelas Nossas Vidas – movimento contra o porte de armas, que teve mais de 800 manifestações nos Estados Unidos e em outros países em março de 2018, motivados por tiroteios em escolas e pelo exorbitante número de incidentes com armas de fogo nos últimos anos. O presidente dos EUA, Donald Trump, em diversas oportunidades, evitou tratar do assunto na mídia.

Considerações finais

Os casos apresentados demonstram que os conteúdos admirados e representados pelos manifestantes são carregados de simbolismos. Eles não são escolhidos por acaso, mas sim por uma identificação do jovem protestante com um personagem da cultura pop que passa por uma situação semelhante à que ele vivencia no mundo real. Esses

¹² “Quando disse que queria que o mundo real fosse mais como o de Harry Potter, eu me referia às coisas mágicas, não ao enredo inteiro do livro cinco, em que o governo se recusa a fazer qualquer coisa a respeito de uma ameaça de morte levando os adolescentes a se organizar para revidar” (tradução nossa).

conteúdos os inspiram a buscar uma melhoria na sociedade da mesma forma que os personagens buscam na ficção.

Ao se reunirem em grupos com uma formação identitária semelhante, o sentimento de poder fazer algo parece se exaltar, como já explicava a teoria da efervescência coletiva de Durkheim (2002). Os manifestantes utilizam seus repertórios culturais pessoais para performatizar as suas demandas e criam momentos de pico de atividade, nos quais todos parecem ter esperanças naquilo pelo qual lutam.

Mesmo pessoas que não pertencem a esses grupos, ao ter acesso a essas performances pelas redes sociais e por outros meios na Internet ou até nas mídias tradicionais, podem se sentir mobilizadas pela criatividade e pelo humor utilizados por esses manifestantes, gerando o contágio que faz com que essas mobilizações cresçam exponencialmente. O humor e a criatividade são características marcantes dessa jovem geração de ativistas, que utilizam referências da cultura pop, *memes* e mídias diversas e não têm medo de desafiar os seus dirigentes com manifestações ousadas e desafiadoras do poder hierárquico.

Apesar da grande repercussão dessas atividades, é preciso que os manifestantes tomem cuidado para que o performismo não se torne miúdo e fugaz diante das complexas formas de dominação e controle social contra as quais protestam. Mais importante que a performance em si deve ser sempre o conteúdo carregado por ela.

A formação política desses jovens se dá em torno dessas experiências e dessas identidades culturais. É uma geração moldada pela moralidade no conteúdo que consome e nas manifestações de que participa. Só podemos esperar que essa moralidade seja refletida em um comportamento ético nas suas futuras atuações políticas e nos demais aspectos de suas vidas cotidianas, para que possam trazer mudanças reais na sociedade de que fazem parte.

DEMONSTRATOR SUPERHEROES? SYMBOLISMS OF POP CULTURE PERFORMED IN SOCIAL MOVEMENTS

ABSTRACT: *Popular demonstrations in recent years have been marked not only by the multiplicity of demands, morality of ideas and the influence of social networks on the mobilization of large numbers of people – they have also brought a new profile of young protesters using playful strategies of humor and cultural performances which affirm their personal identity in the midst of their political acting. This study aims to analyze the influence of "pop culture" on these young people's identity and moral characters, as*

well as to demonstrate that their performances are not random, but loaded with symbolism.

KEYWORDS: *Newest social movements. Moral. Performance. Pop culture. Identity.*

¿SUPERHÉROES MANIFESTANTES? SIMBOLISMOS DE LA CULTURA POP REPRESENTADO EN MOVIMIENTOS SOCIALES

RESUMEN: *Las manifestaciones populares de los últimos años han estado marcadas no sólo por la multiplicidad de demandas, la moralidad de las ideas y la influencia de las redes sociales en la movilización de un gran número de personas, sino que también han traído un nuevo perfil de jóvenes manifestantes que utilizan estrategias lúdicas de humor y actuaciones culturales que afirman su identidad personal en medio de su actuación política. Este estudio tiene como objetivo analizar la influencia de la llamada cultura pop en las formaciones morales y de identidad de estos jóvenes, así como demostrar que sus actuaciones no son aleatorias, sino que están cargadas de simbolismo.*

PALABRAS CLAVE: *Nuevos movimientos sociales. Moral. Performance. Cultura pop. Identidad.*

REFERÊNCIAS

ALEXANDER, Jeffrey C. Seizing the Stage: Social Performances from Mao Zedong to Martin Luther King Jr., and Black Lives Matter Today. TDR: **The Drama Review**, Vol. 61, nº1, 2017.

ALEXANDER, Jeffrey C. Performance and Politics: President Obama's Dramatic Reelection in 2012. TDR: **The Drama Review**, Vol. 60, nº 4, 2016.

ALONSO, Angela. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. **Lua Nova**, São Paulo, 76: 49-86, 2009.

AMARAL, Adriana. Manifestações da performatização do gosto nos sites de redes sociais: uma proposta pelo olhar da cultura pop. **Revista ECOPÓS**. V. 17, n. 3, 2014.

AMARAL, Adriana; SOUZA, Rosana V.; MONTEIRO, Camila. "De Westeros no #vempraruá à shippagem do beijo gay na TV brasileira". Ativismo de fãs: conceitos, resistências e práticas na cultura digital brasileira. **Anais do Intercom** – Sociedade Brasileira de Estudos

Interdisciplinares da Comunicação XXXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Foz do Iguaçu, PR – 2 a 5/9/2014.

ANDERSON, Hephzibah. ‘Expelliarmus!’: como Harry Potter influencia a visão política dos Millennials. **BBC Brasil News**. 20 maio 2018. Disponível em <https://www.bbc.com/portuguese/vert-fut-44089130>. Acesso em: 08 jul. 2018.

ATWOOD, Margaret. **O conto da aia**. São Paulo: Marco Zero, 1987.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

BRAGA, Julio T. **Movimentos sociais na era da internet**: uma leitura comparativa da ação política nos protestos das Jornadas de Junho, no Brasil, dos Indignados, na Espanha, e do Occupy Wall Street, nos EUA. 2016. 136 f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Estudos Pós-Graduados em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016.

BUTLER, Judith. Bodies in Alliance and the Politics of the Street. **Transversala** – Multilingual Webjournal. European Institute for Progressive Cultural Policies, 2011.

CALHOUN, Craig. Occupy Wall Street in perspective. **The British Journal of Sociology**, Volume 64, Issue 1, p.26-38, 2013.

CASTELLS, Manuel. **Networks of outrage and hope**: Social movements in the internet age. John Wiley & Sons, 2nd edition, 2015.

DAY, Richard. J. F. From Hegemony to Affinity. **Cultural Studies**, 18(5), 716–748, 2004.

DELLA PORTA, Donatella Alice Mattoni. **Spreading protest**: social movements in times of crisis. ECPR Press, 2014.

DURKHEIM, Emile. **As formas elementares da vida religiosa**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

GIDDENS, Anthony. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

GOFFMAN, Erving. **The presentation of self in everyday life**. London: Penguin, 1990.

GONÇALVES, Luana V.; BARBOSA, Flávia C. S. As (re)construções identitárias sobre o sujeito jovem manifestante: mídia, política e formações imaginárias. **Revista Advérbio**, [S.l.], v. 11, n. 23, dez. 2016.

GRAEBER, David. The new anarchists. **New Left Review**. 13, January-February, 2002.

CORDERO-GUZMAN, Hector R. **Main Stream Support for a Mainstream Movement**: The 99% Movement Comes From and Looks Like the 99% – Profile of web traffic taken from occupywallst.org. 2011.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HOWE, Neil; STRAUSS, William. **Millennials Rising: The Next Great Generation**. New York: Vintage Books, 2000.

HOWE, Neil; STRAUSS, William. **Generations: The History of America's Future, 1584 to 2069**. New York: Harper Collins, 1992.

JACOBSSON, Kerstin; LINDBLOM, Jonas. Moral Reflexivity and Dramaturgical Action in Social Movement Activism: The Case of the Plowshares and Animal Rights Sweden. *Social Movement Studies: Journal of Social, Cultural and Political Protest*, 11:1, 41-60, 2012.

JASPER, James M. **Protesto**. Uma introdução aos movimentos sociais. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.

JURIS, Jeffrey. Reflections on #Occupy Everywhere: Social Media, Public Space, and Emerging Logics of Aggregation. *American Ethnologist*, 39 (2):259-279, 2012.

MARTIN, George R.R. **As Crônicas de Gelo e Fogo**. 5 volumes. 1. ed. Rio de Janeiro: Leya, 2015.

MELUCCI, Alberto. Juventude, tempo e movimentos sociais. In: FÁVERO Osmar; SPÓSITO, Marília Pontes; CARRANO, Paulo; NOVAES, Regina Reys Fávero. (org.). **Juventude e Contemporaneidade**. Brasília: UNESCO, MEC, ANPEd, 2007. p.29-45.

MELUCCI, Alberto. **A invenção do presente: Movimentos sociais nas sociedades complexas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001

SOARES, Thiago. Abordagens Teóricas para Estudos Sobre Cultura Pop. **LOGOS: Comunicação & Universidade**. v. 2, n. 24, 2014.

SUPER INTERESSANTE. **Saiba mais sobre a máscara de Guy Fawkes**. 31 out 2016. Disponível em: <https://super.abril.com.br/cultura/mascara-de-guy-fawkes/>. Acesso em: 09 jul. 2018.

TARINGA. **Los mejores carteles de protesta ciudadana del 2011**. 09 jan. 2012. Disponível em: <https://www.taringa.net/posts/info/13635604/Los-mejores-carteles-de-protesta-ciudadana-del-2011.html>. Acesso em: 10 jul. 2018.

TARROW, Sidney. **The Transnational Activism**. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

TILLY, Charles. Getting it together in Burgundy, 1675–1975. *Theory and Society* 4(4): 479-504, 1977.

UOL EDUCAÇÃO. **Protestos estudantis no Chile**. 14 jul. 2011. Disponível em: https://educacao.uol.com.br/album/chile_protestos_educacao_album.htm#fotoNav=60. Acesso em: 11 jul. 2018.

VAGIANOS, Alanna. Estas mulheres receberam Donald Trump vestidas como Offred, de 'Handmaid's Tale'. **USHUFFPOST BRASIL**. 06 jul. 2017. Disponível em: https://www.huffpostbrasil.com/2017/07/06/estas-mulheres-receberam-donald-trump-vestidas-como-offred-de_a_23019669/. Acesso em: 21 set. 2020.

WEISS, Raquel A. As Manifestações Sob a Ótica da Sociologia da Moral. *In*: CATTANI, Antonio David. (Org.). **#protestos** - Análises das Ciências Sociais. 1 ed. Porto Alegre: Tomo, 2014, v., p. 93-102.

WERNECK, Paulo; MARTÍ, Silas. Referências visuais dos protestos extrapolam repertório típico da esquerda. **FOLHA DE S.PAULO**. #Olhodarua. SP: Ilustrada, 23/06/2013. Disponível em: <https://m.folha.uol.com.br/ilustrada/2013/06/1298999-referencias-visuais-dos-protestos-extrapolam-repertorio-tipico-da-esquerda.shtml>. Acesso em: 21 set. 2020.

WESCHENFELDER, Gelson Vanderlei. Os super-heróis e esta tal de filosofia. **REI** – Revista de Educação do IDAU. Vol. 7 – Nº 15 - Janeiro-Junho, 2012.

Recebido em 26/08/2019.

Aprovado em 04/06/2020.

A GERMINAÇÃO DO EMPREENDEDOR DO BRASIL CONTEMPORÂNEO: O NEOLIBERALISMO VISTO SOB O CONTEXTO NACIONAL RECENTE

*Claudio Luis de Camargo PENTEADO**

*Brauner Geraldo CRUZ JUNIOR***

RESUMO: O artigo apresenta uma discussão sobre o desenvolvimento de um tipo específico de empreendedor na sociedade brasileira contemporânea. Os avanços sociais e econômicos dos governos lulistas possibilitaram um crescimento da renda de parte significativa da população brasileira que, ao adquirir novos modos de vida, viu também suas referências culturais serem transformadas. Em especial, a figura do empreendedor tornou-se representativa da nova realidade brasileira. No contexto de uma sociedade neoliberal, onde as empresas de si mesmo e a norma da concorrência se propõem universais, a aceção do simbolismo empreendedor se fez ainda mais latente. Contudo, observou-se no Brasil contemporâneo um tipo de empreendedor distinto daquele retratado pelo discurso neoliberal. Para mostrar essas diferenças, oito trajetórias de empreendedores populares brasileiros foram mobilizadas, e ao final, importantes ambiguidades e novas categorias de valores e ações puderam ser identificadas, configurando um empreendedor característico do Brasil recente.

PALAVRAS-CHAVE: Empreendedorismo. Neoliberalismo. Lulismo. Classes populares. Nova classe média brasileira

Introdução

O período compreendido entre os anos de 2003 e 2014 concentrou momentos de profundos avanços sociais e econômicos para a sociedade brasileira. A emergência

* UFABC – Universidade Federal do ABC. Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas e Sociais (PPGCHS). São Bernardo do Campo – SP – Brasil. 09606-045 - claudio.penteado@ufabc.edu.br. <https://orcid.org/0000-0002-8279-3643>

** UFABC – Universidade Federal do ABC. Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas e Sociais (PPGCHS). São Bernardo do Campo – SP – Brasil. 09606-045 - brauner.cruz_jr@hotmail.com. <https://orcid.org/0000-0002-2105-5890>

de políticas sociais de combate à pobreza no governo Lula em 2003 e a continuação de boa parte de seu legado por Dilma Rousseff em 2011 provocaram um rearranjo na composição das classes sociais, sobretudo em termos de renda, ao oferecer melhores perspectivas de consumo, acesso a serviços e infraestrutura às camadas mais populares no Brasil. Dados do Instituto Econômico de Pesquisas Aplicadas (IPEA) relataram uma redução do Índice de Gini, que mede a desigualdade entre os cidadãos de cada país, de 0,583 para 0,518, de 2003 a 2014 (BRASIL, 2018); Kerstenetzky (2017) apontou para uma queda de 18% na pobreza absoluta nesse mesmo período; em 2010, o país atingiu 7,5% de crescimento econômico, o maior índice em 24 anos (G1, 2011); ainda, um estudo de Guimarães (2012) para a Organização Internacional do Trabalho (OIT) relatou um aumento no emprego formal de 53,6% entre 2003 e 2010. No campo da infraestrutura, a reestruturação ou criação de políticas públicas como o ‘Programa Luz para Todos’, ‘1 milhão de cisternas (P1MC)’ e ‘Minha Casa, Minha Vida’ garantiram maior acesso da população a serviços básicos, enquanto medidas como o aumento real (acima da inflação) do salário mínimo, políticas de incentivo ao crédito e o Programa Bolsa Família (PBF) incrementaram a renda de boa parte da população, que passou a compor o mercado consumidor de forma mais substantiva. Independente do olhar político que apliquemos a esse processo, se mais otimista ou não com os rumos e a sustentabilidade dessas mudanças, é mister reconhecer que o crescimento econômico e social obtido impactou a dinâmica entre as classes, simbólica e culturalmente, e gerou uma espécie de euforia momentânea sobre as possibilidades do Brasil continuar entre os protagonistas mundiais nos avanços econômicos e no combate às desigualdades.

Devido a uma profunda crise política que atravessou o país a partir de 2013, em parte fruto de um desejo popular pela continuidade ou aprofundamento dos avanços socioeconômicos – como a demanda pela melhoria dos serviços públicos nas jornadas de 2013 refletiu –, essa euforia tão latente ao final da primeira década do século XXI deu lugar a um pessimismo generalizado, aprofundado por uma crise econômica que indicava limites e importantes barreiras às políticas até então empregadas pelas gestões petistas. O crescimento econômico e o combate à miséria, às desigualdades e ao desemprego se transformaram em uma estagnação econômica (CURY; SILVEIRA, 2017), um retorno a índices de pobreza antes superados (FARIZA; MONTES, 2019) e a um aumento da informalidade e dos postos precários de trabalho (RDA, 2019).

A saída de Dilma Rousseff por meio de uma articulação parlamentar para a ascensão de Michel Temer e de um programa politicamente oposto ao da petista (ainda que este fosse seu vice) aumentou o declínio socioeconômico e originou um país dividido politicamente, com poucos consensos firmados. A eleição de Jair Bolsonaro

em 2018 refletiu esse cenário e decretou o declínio do legado lulista, aprofundando as divergências com a agenda de combate à pobreza e às desigualdades.

No entanto, as transformações culturais do período 2003-2014 tiveram uma capacidade de influenciar simbolicamente a sociedade brasileira de tal maneira que uma análise apenas do momento político e econômico não seria capaz de captar essas nuances. Afinal, a euforia econômica vivenciada impulsionou a imagem de um contingente populacional que “pedia passagem” na dinâmica social por ter seus padrões de consumo alterados, acessado novos espaços e posições na sociedade e encarado uma nova realidade profissional. O grupo que na opinião pública ficou conhecido como nova classe média passou a buscar a manutenção de seu patamar na sociedade, num contexto em que não apenas o cenário nacional sofria transformações, mas onde a própria conjuntura global já havia imposto certos limites e, de certa forma, condicionado o desenvolvimento desse grupo social. Dessa maneira, Singer (2018) apontou que os governos federais petistas – ou o que chamou de lulismo – optaram por deixar com que a ilusão meritocrática fosse estabelecida como justificativa para o crescimento econômico dessas camadas mais baixas da sociedade, simultaneamente a uma realidade global que coadunava com o empreendedorismo num capitalismo altamente financeirizado, que impulsiona a figura dos que trabalham “por conta própria”. A própria opção de crescimento via políticas de incentivo ao consumo e de formalização de postos de trabalho a partir da regularização daqueles que trabalhavam informalmente ou “por conta” – na efetivação da figura do Microempreendedor Individual (MEI) – foi ao encontro dessas tendências, germinando certo tipo de empreendedor popular brasileiro.

O neoliberalismo como uma nova razão de mundo, que influencia não apenas políticas econômicas de Estados nacionais, mas busca o governo dos sujeitos e das instituições (DARDOT; LAVAL, 2016, FOUCAULT, 2008), difundiu no cenário global a imagem de um novo indivíduo: aquele que se auto organiza seguindo os moldes de uma organização empresarial e, por isso mesmo, tem como norma reguladora das relações sociais a concorrência (DARDOT ; LAVAL, 2016). Nesse horizonte, a perspectiva do empreendedorismo enquanto materialização dessa auto-organização empresarial foi assimilada por boa parte da classe trabalhadora, que presenciou: a desorientação e enfraquecimento dos setores sindicais; a precarização da condição salarial e aprofundamento das desigualdades de renda; e a retomada do controle da força de trabalho (BOLTANSKI e CHIAPELLO, 2009). Muitos sujeitos, assim, passaram a se ver, por essa condição “à deriva”, como empresários de si próprios. O cenário se expandiu de tal forma que mesmo a chave analítica da informalidade perdeu seu lastro,

esvaziando-se de completo sentido e cedendo terreno ao olhar sobre a empregabilidade fornecida pela ideia do empreendedorismo, como pontuou Machado (2002).

Este artigo busca aprofundar justamente as novas categorias que surgem a partir dessa difusão do empreendedorismo, tendo em vista o contexto brasileiro e como ele condicionou essa difusão. Assim, trataremos de entender o empreendedor germinado no Brasil recente, considerando-o como um sujeito influenciado pelo discurso neoliberal e também condicionado pelas políticas lulistas e as representações culturais que advieram da ascensão social das camadas mais populares. Acreditamos que se trata da análise de um sujeito político fundamental para a compressão da sociedade brasileira num futuro próximo. Também consideramos importante diferenciar as características desse empreendedor em comparação a definições clássicas sobre o empreendedorismo. Para isso, traremos a trajetória de oito pessoas das classes populares – que, seguindo algumas óticas, podem ser consideradas como pertencentes a essa camada socialmente emergente tida por muitos como uma nova classe média – que trabalham autonomamente e lidam diariamente com a gestão de seus pequenos negócios¹. Seguindo a classificação hegemônica, são pequenos empreendedores e empreendedoras típicos desse período da sociedade brasileira, e que servirão como exemplos dessas particularidades em termos de pensamento, ações e valores. Com isso, queremos dar luz a esse ator social ainda pouco explorado no debate social brasileiro: um sujeito que não é uma mera empresa de si mesmo, e tampouco simboliza a simples permanência das características tradicionais da classe trabalhadora brasileira.

O artigo está dividido em quatro partes, para além desta breve introdução. Primeiramente, buscaremos dar um pouco mais de espaço para as representações e análises que advieram sobre o Brasil entre 2003 e 2014, com foco nas transformações entre as classes sociais. Com esse panorama montado, entraremos no debate sobre como a figura do empreendedor que foi fomentada durante esse período se insere numa temática global sobre o avanço do discurso empreendedor em meio à sociedade neoliberal. Em seguida, traremos como exemplos as trajetórias das oito pessoas entrevistadas, que podem ser vistas como empreendedoras e empreendedores típicos desse contexto, guardando as diferenças contextuais que possuem entre si. Lançaremos, então, a discussão sobre esse sujeito político e como ele reflete, num primeiro momento, um legado do Brasil recente e do contexto global e local de sociedade, e num segundo momento, como ele se diferencia do tipo ideal de empreendedor do neoliberalismo,

¹ As trajetórias exibidas são parte da Dissertação *A empresa de si mesmo: A assimilação do discurso empreendedor pelas camadas populares brasileiras*, de Cruz Junior (2019), e foram aqui resumidas, além de enfatizados alguns recortes teóricos e analíticos para o propósito deste artigo.

admitindo contradições, ambiguidades e, inclusive, a possibilidade de se pensar em novas categorias.

Os governos Lula e Dilma e suas transformações sociais e culturais

Para entendermos de modo mais aprofundado como se deram as transformações socioculturais na sociedade brasileira durante, principalmente, as gestões de Lula e Dilma no governo federal, consideramos relevante trazer alguns autores que se debruçaram a sintetizar o caráter das políticas empregadas por esses governos e como elas impactaram a dinâmica social brasileira.

Uma primeira interpretação, que balizou o discurso de diversos veículos de comunicação e chegou a se tornar, de certo modo, hegemônica na opinião pública para explicar a euforia generalizada que se vivenciava até então, é a feita por Marcelo Neri (2011). Ele é um economista que esteve à frente do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA) e foi também ministro da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE) durante os mandatos de Lula e Dilma. Sua tese é a de que a camada social em ascensão na primeira década do século XXI havia atingido novos patamares de consumo e de renda que permitiam uma nova mirada. Era a ascensão da nova classe média (um novo termo para a classe C), que se diferenciava, simbólica e materialmente, das classes mais baixas e das classes médias tradicionais. Como definiu o autor:

Nova classe média dá o sentido positivo e prospectivo daquele que realizou – e continua a realizar – o sonho de subir na vida. **Aonde você vai chegar é mais importante do que de onde você veio ou onde está.** Nova classe média não é definida pelo ter, mas pela dialética entre ser e estar olhando para a posse de ativos e para decisões de escolha entre o hoje e o amanhã. Mais do que assíduos frequentadores de templos de consumo, o que caracteriza a nova classe média brasileira é o lado do produtor. A nova classe média busca construir seu futuro em bases sólidas que sustentem o novo padrão adquirido. (NERI, 2011, p.18-19, grifo nosso).

Assim, tem-se um grupo social que passa a buscar sua manutenção de padrão, e, para isso, recusa a valorização do consumo, prezando por seu lado produtor. Há, então, um forte apelo de Neri (2011) ao discurso empreendedor, que é mobilizado mais concretamente pelas referências àqueles que são “por conta própria”:

A carteira de trabalho é o maior símbolo da classe C como ato consumado, e o concurso público é o seu platônico objeto de desejo. Os “por conta própria” são os outros protagonistas fundamentais do mercado de trabalho brasileiro da classe C, mas da classe E também. Verdadeiros capitalistas sem capital. E sem políticas públicas de apoio também como a do crédito produtivo popular (NERI, 2011, p.168).

O excerto acima representa certa dualidade que acompanha a descrição de Neri (2011) sobre as transformações socioeconômicas do Brasil recente. A nova classe média vista por sua ótica possui, ao mesmo tempo, um espírito aventureiro, na medida em que floresce seu lado empreendedor, mas ao buscar manter seu patamar de vida, flerta também com a segurança propiciada por trabalhos formais, representados pelos concursos públicos e pela carteira de trabalho.

Ainda que, segundo o economista, o empreendedorismo não fosse um componente incentivado pelo Estado brasileiro (“Estado, Empreendedorismo, Educação e Elite ainda são classe E aqui” (NERI, 2011, p.167)), sua análise foi amplamente adotada pelos governos lulistas. Sob sua gestão à frente da SAE, foram criados os Cadernos *Vozes da Nova Classe Média*, que, dentre outros elementos, acentuavam a importância do empreendedorismo como impulsionador desse grupo social. E podemos dizer que seu diagnóstico também foi amplamente adotado por institutos de pesquisa, que visavam entender o comportamento sociocultural e econômico da nova classe média, principalmente com fins de adequação ao mercado, assim como veículos de imprensa passaram a fazer reportagens e noticiar comportamentos dessa nova classe média.

A leitura de Marcelo Neri (2014) não foi unânime dentro das ciências sociais e da própria economia. A ideia de um grupo que se aproximava da classe média em termos de renda e consumo, ainda que preservasse certa singularidade, foi rechaçada, por exemplo, por Pochmann (2014). Para esse (também) economista, as políticas empregadas pelas gestões petistas tinham, na verdade, fortalecido as bases de uma classe trabalhadora, reduzindo, assim, uma perspectiva mais favorável à expansão do empreendedorismo.

Numa outra linha, Ruy Braga (2012) também discorda da leitura de que houve uma expansão das camadas médias no Brasil recente, mas tampouco acredita num fortalecimento da classe trabalhadora. O que este sociólogo chama de hegemonia lulista é descrito como um instrumento de regulação populista do precariado, uma fração do proletariado que vive entre a insegurança do emprego e a permanente ameaça de exclusão socioeconômica (BRAGA, 2012). Esse precariado, contudo, é visto como um

grupo com potencial de tomada de consciência de classe, manifestando-se politicamente no questionamento dos valores e práticas neoliberais. E, na medida em que põe em xeque o neoliberalismo, também contesta os aparentes avanços lulistas e sua estabilidade política. Essa constatação é feita pelo autor em sua etnografia de trabalhadores do setor de telemarketing em São Paulo.

Se bem é verdade que possuem escassa experiência política, já começaram a construir suas greves; se não se interessam por partidos, sabem manifestar suas insatisfações dentro e fora das empresas; associam a ampliação do consumo popular à continuidade do Lulismo, mas não se iludem com o “milagre” do crédito subsidiado pelo governo [...] Ou seja, carregam, ainda que em estado latente, o potencial de negação do regime de acumulação pós-fordista (BRAGA, 2012, p. 218).

Singer (2012; 2018) também se debruça sobre esse cenário sob outra perspectiva. Para este cientista político, o que chamou de lulismo foi responsável por captar, eleitoral e simbolicamente falando, uma massa empobrecida que é historicamente numerosa no Brasil: o subproletariado. Trata-se, segundo o autor, de indivíduos inseridos de forma precária no mercado de trabalho, transitando entre a formalidade e a informalidade, um grupo social característico da sociedade brasileira e seu desenvolvimento capitalista tardio e estruturalmente desigual. Esse subproletariado, eleitoralmente falando, tende a aderir a líderes que oferecem vantagens a ele, numa relação mais pessoalizada, e em termos de classe é um grupo que deseja melhorias sociais, mas não vê prioridade na redução das desigualdades. Desse modo, não possui condições para tomada de consciência de classe, como outras frações do proletariado; pelo contrário, sua intenção está em deixar de existir (SINGER, 2012).

A análise mais recente de André Singer (2018) sobre um balanço dos governos lulistas expõe a ambiguidade com que estes trataram desse grupo social em ascensão econômica. Ele indica que a balança pendeu para a valorização do mérito do empreendedor em detrimento do reconhecimento coletivo de uma classe trabalhadora fortalecida.

O Lulismo, em vez de esclarecer que a ascensão era fruto de políticas públicas voltadas para as camadas populares, às quais a nova classe trabalhadora pertence, deixou que a ilusão meritocrática, que divide os trabalhadores, se estabelecesse, desviando o olhar para a classe média.

[...]

Portanto, em lugar de produzir uma mobilização para melhorar a saúde e educação públicas, esse grupo tenderá a acreditar que o Estado, por meio dos impostos e da burocracia, atrapalha sua ascensão individual.

[...]

Por outro lado, a plataforma de classe média engancha também na expansão do empreendedorismo nas camadas populares nesta fase do capitalismo financeirizado. Pensar a ascensão como fruto do esforço individual e não da ação coletiva faz sentido para aquele que trabalha por conta própria. [...] Até o trabalhador que vive de bicos, subproletário do setor informal, pode se considerar – e ser considerado – um ‘pequeno empreendedor’. (SINGER, 2018, p.96-97).

Outro sociólogo que contesta a formação de uma grande classe média no Brasil recente, mas que também busca desenvolver uma classificação própria sobre a dinâmica social, é Jessé Souza (2012). Este autor enxerga que a camada social em ascensão a partir de 2003 é o grupo dos batalhadores. Esses batalhadores, segundo ele, são uma nova identidade na atividade econômica. Estão logo acima da ralé: indivíduos beneficiados pelas políticas sociais recentes, mas que não possuem oportunidades de ascensão social (SOUZA, 2009). A presença de um capital familiar, em que a solidariedade da instituição da família ajuda a impulsionar as pequenas produções, e uma ética do trabalho (diferente da ética do estudo das classes superiores), na qual se incorporam disposições como disciplina, autocontrole e comportamento e pensamento prospectivo, são as características que permitem aos batalhadores se diferenciarem da ralé e obterem alguma mobilidade social: “[definem-se pela] capacidade de resistir ao cansaço de vários empregos e turnos de trabalho, à dupla jornada na escola e no trabalho, à extraordinária capacidade de poupança e de resistência ao consumo imediato e [...] a uma extraordinária crença em si mesmo e no próprio trabalho” (SOUZA, 2012, p.56).

Souza (2012) analisa os batalhadores pela chave da exploração produtiva na dinâmica entre as classes, na qual as camadas mais altas e a classe média buscam a exploração da ralé e dos batalhadores para a manutenção das desigualdades. Nesse cenário, o lulismo não se apresenta como uma regulação populista desse grupo, mas propriamente um horizonte emancipatório para ele. Apesar, então, de ser crítico à ideia de uma nova classe média, Souza (2012) descreve elementos da subjetividade dos batalhadores que podem ser comparados àqueles mencionados por Neri (2011), principalmente pela ótica do trabalho. A crença em si mesmo e essa ética do trabalho que possuem os batalhadores os aproximam de certo empreendedorismo de base popular. Essa relação de imbricamento é admitida pelo próprio autor:

Além de uma nova classe trabalhadora definida pelo batalhador/trabalhador, parece existir também uma ‘pequena burguesia de novo tipo’ representada pelo batalhador/empreendedor. Os limites, entre essas duas frações de classe, em muitos casos são muito fluidos, tornando muito difícil a definição exata de seu pertencimento de classe (SOUZA, 2012, p.56).

É possível perceber nas análises aqui trazidas que não há o desenvolvimento de um perfil de empreendedor bem delineado e compreendido pela teoria social, que seja uma resultante única dos movimentos econômicos e simbólicos experienciados nesse período de maior crescimento brasileiro. As leituras dão conta de indicar certas características culturais importantes, que são próprias da sociabilidade e das práticas históricas entre as classes no Brasil, mas que também assimilam atributos de uma nova razão de mundo e de um discurso voltado à auto-organização dos indivíduos. Assim, os sujeitos que ascenderam recentemente e passaram a ser objeto relevante do estudo social transitam, analiticamente, entre: a busca pela segurança e estabilidade nas formas de trabalho (NERI, 2011), a resistência ao consumo e o desejo de poupança (NERI, 2011; SOUZA, 2012), a crença em si mesmo, o apoio familiar e a persistência em suas atividades (SOUZA, 2012), a resistência a políticas neoliberais e iniciativas precarizantes (BRAGA, 2012) e a valorização do mérito próprio apesar do desejo de melhorias sociais não-estruturais (SINGER, 2012; 2018). Caberá, na exibição e discussão dos resultados, verificar quais desses elementos são mais latentes nas trajetórias expostas e de que forma é possível pensar em composições entre si.

O discurso empreendedor na sociedade neoliberal

Antes de descrever as trajetórias que serão analisadas, consideramos importante admitir que a figura do empreendedor, peça importante desse cenário retratado, é parte do contexto de uma sociedade neoliberal, que buscou retomar o empreendedorismo e ressignificá-lo à sua razão.

Como descrevem Dardot e Laval (2016) a partir de uma interpretação da obra de Foucault (2008), *O Nascimento da Biopolítica*, o neoliberalismo se coloca não como uma ideologia ou um novo sistema político, mas propriamente como uma razão de mundo. Esta não atua simplesmente modificando políticas econômicas e reduzindo a intervenção estatal em certas áreas, como um liberalismo clássico revisitado, mas sim criando um novo modo de governar os sujeitos e as instituições. Isso implica em reconhecer outra gramática na análise sobre os Estados, as empresas e os indivíduos.

Essa gramática é pautada por uma aplicação do modelo-empresa como configuração universal, aplicável a todos os sujeitos e instituições, e como consequência, a concorrência surge enquanto uma norma que rege as relações sociais entre essas empresas-indivíduo. Ao fundo, trata-se de reconhecer no mercado um agente de subjetivação, ou seja, um produtor de novos sujeitos condicionados segundo seus moldes morais e sociais. Com isso, torna-se compreensível a associação do discurso sobre o empreendedorismo enquanto prática incentivadora da organização empresarial entre indivíduos.

É preciso pontuar, entretanto, que esse empreendedorismo próprio da razão neoliberal não é o mesmo que o retratado por Joseph Schumpeter (1961) ao observar o capitalismo do final do século XIX e início do século XX. Segundo esse economista, a figura do empreendedor seria uma espécie de motor do sistema econômico, capaz de provocar inovações, ou empreendimentos, que permitissem seu desenvolvimento. Essas inovações poderiam ser a introdução de um novo bem ou de um novo método de produção, a abertura de um novo mercado, a conquista de uma nova fonte de matérias-primas, ou uma nova organização de qualquer indústria (SCHUMPETER, 1961, p.76). Assim, o indivíduo capaz de empreender deveria ter atributos específicos, como a força de vontade, o enfrentamento de uma oposição do ambiente social em que está inserido, uma capacidade de liderança, além de ter uma motivação baseada não no lucro ou na satisfação de necessidades pessoais, mas na alegria de criar e fazer coisas (SCHUMPETER, 1961). Um ponto importante dessa descrição é observar o fato de que o empreendedorismo de Schumpeter (1961) não pode, então, ser considerado uma profissão ou uma classe específica. E dificilmente ele apresenta uma condição duradoura, pois está mais associado a um modo de agir, vinculando-se a um grupo seletivo (e necessariamente restrito) de indivíduos, e organizado apenas em determinadas situações e momentos.

O empreendedor do neoliberalismo é, portanto, radicalmente distinto do descrito por Schumpeter (1961) principalmente pelas diferenças de abrangência dessa figura. Na sociedade neoliberal, o empreendedorismo é tido como um fenômeno de massas: “Todo indivíduo tem algo de empreendedorístico dentro dele, e é característica da economia de mercado liberar e estimular esse **empreendedorismo** humano.” (DARDOT e LAVAL, 2016, p.145, grifo do autor). A noção de indivíduos com capacidade de liderança e força de vontade para enfrentar barreiras contextuais encontradas, desenvolvida por Schumpeter (1961), é propagada contemporaneamente como uma atitude perante a sociedade neoliberal, que todos podem (e precisam) desenvolvê-la.

López-Ruiz (2007) também nos ajuda a entender esse processo de expansão do empreendedorismo. O autor analisa o ethos de executivos de transnacionais, buscando retratar, sob uma leitura weberiana, um novo espírito do capitalismo. Segundo ele, nesse novo espírito capitalista o empreendedorismo se coloca enquanto a atitude de um povo:

O empreendedorismo passou a ser a **atitude de um povo**, a atitude que se espera de um povo, como anuncia hoje uma vasta literatura de gestão de negócios. O que isto quer dizer? Em primeiro lugar, que o sistema econômico já não precisa de alguns poucos homens de negócios empreendedores que tomem nas suas mãos as rédeas do desenvolvimento econômico. O que o sistema econômico precisa é de uma **ética empresarial do trabalho**. Isto é, precisa de um conjunto de valores e normas que seja compartilhado dentro de uma sociedade, a partir do qual quem trabalha seja levado a pensar e a sentir a sua atividade como uma empresa particular e como o motivo principal da sua vida. (LÓPEZ-RUIZ, 2007, p.30, grifo do autor).

Neste sentido, torna-se compreensível observar como muitas interpretações recentes sobre a dinâmica social brasileira vêm acompanhadas de referências ao empreendedorismo e como as classes populares dialogam com esse fenômeno. Contudo, é importante considerar os efeitos desse projeto universal do discurso empreendedor. Ao se propor totalizante, é de se esperar que esse discurso esbarre em certas formações sociais e práticas entre os indivíduos que configuram resistências, hibridizações e mesmo novas categorias de apropriação. Entender a transição do assalariado fordista ao empreendedor do neoliberalismo implica em reconhecer permanências de certos modos de socialização, assim como a estruturação de certas sociedades impacta no quanto (e como) esses atributos de uma sociedade neoliberal serão assimilados. O caso brasileiro é um exemplo bastante elucidativo. Como falar de uma massa de assalariados, ou de empreendedores, a depender do período, quando o contexto histórico nacional dá conta de descrever a permanência estrutural da informalidade e do subemprego (THEODORO, 2005; SINGER, 1985) no mercado de trabalho? Assim, o discurso sobre o empreendedorismo no Brasil já vem carregado de ambiguidades e redefinições.

Simultaneamente, ao abarcar grupos sociais heterogêneos, o discurso empreendedor assume facetas aparentemente ambíguas e pode ser interpretado de diferentes maneiras, como pontuou Colbari (2007). Por vezes pode se apresentar como um horizonte emancipatório para grupos historicamente excluídos na sociedade brasileira, como negros e mulheres, que se sentem autônomos ao galgar maior reconhecimento nessa sociedade, e outras vezes se apresenta como uma perspectiva de

precarização para a classe trabalhadora ao retirar mecanismos de solidariedade e proteção coletiva, interferindo em direitos historicamente conquistados.

Gago (2018) busca pensar a dinâmica resultante desses encontros entre discurso neoliberal e práticas sociais. A autora utiliza um vocabulário político que nos permite pensar:

uma dinâmica transindividual de forças produtivas, que a todo o tempo transbordam o esquema neoliberal e antecipam possibilidades que já não são as socialistas estatais. Ou seja, é um modo de cooperação social que reorganiza o horizonte do trabalho e da exploração, da integração e do progresso, da boa vida e do bom governo. (GAGO, 2018, p.25).

Gago (2018) considera que há duas topologias possíveis numa interpretação do neoliberalismo. A primeira é o neoliberalismo de cima pra baixo, relacionado a uma mudança no regime de acumulação global que implica em novas estratégias e ações por parte de instituições nacionais. A segunda é o neoliberalismo de baixo para cima, ou desde baixo, que enxerga a razão neoliberal como algo que se desenvolve sob o tecido social e que se encontra além da vontade de um governo, e por isso mesmo permite combinações e imbricamentos não dimensionados por uma lógica de cima para baixo.

Destacar a importância de dinâmicas que transbordam a razão neoliberal e, portanto, indicam limites e contornos à expansão do discurso empreendedor nesses moldes, nos permite pensar que a aparente pluralidade de interpretações sobre o Brasil recente, descrita na seção anterior, pode apresentar certo grau de convergência. Se o empreendedorismo contemporâneo assume pretensões universalizantes e, nesse processo, assimila diversas facetas, supõe-se que as camadas populares se tornem também o reflexo dessa heterogeneidade.

As trajetórias de oito empreendedores e empreendedoras populares

A descrição das narrativas expostas a seguir buscará não apenas ilustrar essa heterogeneidade, mas principalmente notar permanências e questões contundentes para o grupo social analisado. Assim, poderemos, ao fim, indicar novos caminhos e interpretações sobre esse empreendedor popular do Brasil recente.

Utilizamos um olhar para as trajetórias de vida dos entrevistados, concentrando-nos na compreensão de elementos biográficos, socioculturais e simbólicos dos indivíduos. A técnica de pesquisa que motivou esse olhar é conhecida como histórias de

vida, que, segundo Paulilo (1999), nos possibilita compreender a cultura “do lado de dentro”, situando-se entre “o que é exterior ao indivíduo e aquilo que ele traz dentro de si” (PAULILO, 1999, p.142). Desse modo, o universal se mostra no singular, pois é feito um resgate das vivências pessoais profundamente enraizadas na sociedade. Esse resgate é importante na medida em que revela componentes intrínsecos das subjetividades estudadas, que podem apresentar contradições e complexidades não captadas em análises mais superficiais sobre o tecido social, que não consideram a trajetória biográfica e a vivência dos entrevistados.

Foram realizadas, entre novembro e dezembro de 2018, entrevistas semiestruturadas com quatro mulheres e quatro homens da Grande São Paulo que trabalham autonomamente em pequenos empreendimentos. Para captar indivíduos impactados pelas políticas sociais do lulismo, a fim de observar a germinação de certo tipo de empreendedor popular, utilizamos o recorte de renda proposto por Quadros (2008) ao estratificar a sociedade brasileira em termos de renda e tipos de ocupação. Este economista analisou microdados da Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar (PNAD) para determinar cinco “padrões de vida” na sociedade brasileira de 2008, mas que podemos transportar para o Brasil contemporâneo, segundo Singer (2018). Quadros (2008) apontou os seguintes grupos: alta classe média, média classe média, baixa classe média, massa trabalhadora, e miseráveis².

Esses padrões de vida foram vinculados a grupos ocupacionais, possibilitando uma intersecção importante. Os grupos eram: (A-1) Empregadores com mais de 10 empregados; (A-2) Empregadores com até 10 empregados; (C) “Colarinhos brancos” autônomos; (D) “Colarinhos brancos” assalariados; (F) Trabalhadores autônomos; (G) Trabalhadores assalariados; (I) Trabalhadores domésticos; (J-1) Trabalhadores não remunerados urbanos; (H-1) Proprietários conta própria agrícolas; (H-2) Trabalhadores autônomos agrícolas; (H-3) Trabalhadores assalariados agrícolas; e (J-2) Trabalhadores não remunerados agrícolas (QUADROS, 2008). Essas intersecções consideram que pode haver trabalhadores autônomos compondo tanto o padrão de vida da alta classe média, como o da massa trabalhadora, por exemplo. Assim, é importante notar quais profissões estão sendo englobadas na ocupação dos autônomos, por exemplo, dentro do padrão da alta classe média. Estas profissões podem mudar radicalmente se alterarmos os padrões de vida.

Adotando, portanto, o recorte de Quadros (2008) e as considerações de Singer (2018) sobre ele, buscamos indivíduos que estivessem no grupo da baixa classe média

² Segundo o autor, os ricos não estão incluídos, pois tendem a dissimular sua condição social, transmitindo um perfil de alta classe média (QUADROS, 2008).

e da massa trabalhadora, o que Singer (2012; 2018) chamou de subproletariado, aproximando-se, principalmente em termos econômicos, dos grupos descritos por Neri (2011), Braga (2012) e Souza (2012). Trabalhamos, com a ocupação de autônomos, profissões mais relacionadas ao mundo do empreendedorismo. Privilegiamos indivíduos que tivessem de lidar com o planejamento e as finanças de seu próprio negócio, vivendo de seus próprios rendimentos e se organizando economicamente de forma independente. Para os valores de outubro de 2018, essa camada tinha indivíduos cujo rendimento mensal médio estava entre R\$563,19 e R\$2.815,94. Essa classificação não considerou rendimento familiar, de modo que outras pessoas da família poderiam desempenhar ocupações de variadas rendas. Mas ao buscar indivíduos que tinham em seus negócios sua única fonte de renda individual, acreditamos ter atingido as camadas sociais desejadas. Apenas duas exceções ao critério de renda foram feitas: a de Antônio e Mariana³⁴. Ambos ultrapassavam marginalmente a faixa estipulada, mas encaixavam-se nas ocupações pretendidas, e tinham elementos culturais que enriqueciam a análise. Antônio, por exemplo, é um vendedor ambulante de muitos anos no centro de São Paulo, e Mariana tinha na vivência do empreendedorismo um horizonte de emancipação e insumo para a luta contra o racismo.

Dentro do roteiro de entrevista, foram pensados quatro eixos que conduziram a narrativa desses indivíduos: trajetória pessoal e profissional, meio do empreendedorismo, mercado de trabalho e questões econômicas, e sociedade e Estado. Esses eixos foram baseados na literatura sobre as transformações sociais do Brasil recente e sobre o empreendedorismo aos moldes contemporâneos. Assim, buscamos investigar como (e se) as pessoas se consideravam empreendedoras, verificando se mobilizavam conceitos ligados ao mundo corporativo, se participavam de grupos de empreendedores nas redes sociais ou outros meios de contato, ou se mencionavam profissionais vistos na opinião pública como empreendedores de sucesso. Mas também procuramos analisar suas percepções políticas, trajetória profissional, conjuntura familiar e como enxergavam simbólica e culturalmente a sociedade brasileira contemporânea.

Descreveremos brevemente a seguir o perfil de cada um dos entrevistados e na seção seguinte faremos uma análise geral de pontos em comum e conteúdo de destaque

³ No caso de Mariana, no momento da entrevista, ela estava recém-empregada como assalariada, mantendo seu negócio em paralelo, o que em teoria fugia dos critérios estabelecidos. Mas consideramos que sua vivência enquanto autônoma, bem como as questões culturais levantadas, poderia ser de grande contribuição ao estudo.

⁴ Para garantir o anonimato dos entrevistados, os nomes utilizados aqui não correspondem aos reais nomes das pessoas.

sobre essa subjetividade empreendedora, apontando caminhos possíveis para pensar esse novo sujeito.

Luciana, a primeira entrevistada, vende seu próprio artesanato numa feira de rua aos domingos e por encomenda em sua casa. Ela foi assalariada por um breve tempo, mas tornou-se dona de casa quando se casou. Quando o marido perdeu o emprego na indústria automobilística, ele buscou se tornar autônomo vendendo lanches num *food truck*, e ela decidiu vender o artesanato que sempre gostou de fazer. Hoje os dois são separados, mas o marido, reinserido na indústria, a ajuda constantemente. Luciana não mobiliza muitos conceitos ligados ao empreendedorismo, mas o vê de forma positiva. Parece aceitar a rotina enquanto autônoma, mas se queixa da baixa quantidade de vendas, e diz que preferiria não trabalhar por conta própria, pela falta de disciplina que essa atividade provoca e a carga horária que acaba ultrapassando a de um trabalho formal (“Eu não consigo... porque meu horário teria que ser um dia muito maior pra eu poder fazer tudo.”). Politicamente, não tem uma boa imagem de instâncias coletivas como os sindicatos, mas apesar de admitir “conhecer pouco”, não condena políticas de distribuição de renda como o PBF.

André é um jovem de 23 anos que trabalhou em diversas funções e lugares: numa rede de *fast-food*; como vendedor em loja de roupas; em empresas de crédito consignado; no chão de fábrica; e como atendente de telemarketing. Mas descobriu seu ramo na confecção de cosméticos. Trabalhou por um tempo numa loja relacionada, e decidiu começar a fabricar suas próprias essências e perfumes. Começou vendendo-os nas ruas do centro de São Bernardo do Campo numa sociedade com alguns familiares, e acabou montando uma pequena loja numa galeria da mesma região. De todos os entrevistados, André é o mais inserido no meio do empreendedorismo: mobiliza conceitos e pensamentos e está sempre inteirado das novidades sobre o meio, seguindo pessoas que o inspiram. Para ele, empreendedor é aquele que “bota a cara” e “vai correr atrás”: “O empreendedor é a luta diária. Aqui você tem que se rebolar pra você não deixar a peteca cair”. André demanda do Estado um papel ativo no estímulo à atividade econômica, seja reduzindo impostos de pequenos empreendedores, seja aumentando a renda da população, como forma de incentivo ao consumo.

Teresa é uma migrante nordestina que, vinda ainda nova para São Paulo, trabalhou por muito tempo como funcionária de um hospital, e saiu quando ganhou seu segundo filho e quando começaram as terceirizações de serviços relacionados e, com elas, a redução salarial e demissão de colegas. Foi ainda para o ramo da tecelagem, mas decidiu se dedicar aos afazeres domésticos e cuidar de sua saúde, deixando a vida de assalariada. Chegou também a trabalhar como babá, mas abriu seu negócio há cerca de 13 anos atrás. Teresa, que quando assalariada já revendia produtos de amigas e amigos

para outros colegas, decidiu transformar sua garagem numa pequena vendinha de bairro. Vende produtos alimentícios de uso cotidiano, mas também materiais de papelaria, algumas roupas e perfumes. Assim como Luciana, vê positivamente o meio empreendedor, mas pouco mobiliza sobre o conceito, não se enxergando como tal de início. Teresa encara o trabalho formal como algo importante a se alcançar se a pessoa “tiver estudo”. De modo geral, apresenta certa resignação com a informalidade e as incertezas de se trabalhar por conta própria, até pelas dificuldades do mercado de trabalho: “Antes, eu achava assim, era mais fácil pra gente conseguir um emprego, num era tudo tão difícil... Hoje tá mais difícil, assim... num é, eu acho que tem o trabalho, tem o serviço. Mas hoje estão exigindo muito em termo de especialização”. Sua demanda social principal é o acesso facilitado ao crédito, já que considera os juros atuais muito abusivos.

Fabiola é uma dona de casa que vende marmitas *fitness* para pessoas e grupos interessados. Sempre gostou de cozinhar e decidiu explorar esse ramo depois que fez um curso em seu bairro cuja intenção é desenvolver capacidades empreendedoras em pessoas de regiões periféricas. Ela trabalhou como assalariada na parte administrativa de pequenos negócios e decidiu se tornar dona de casa quando se casou, porém continuou contribuindo com a renda familiar, vendendo comidas variadas em sua região. Seu marido também “é empreendedor”, e possui uma corretora de seguros há mais de 25 anos. Fabiola também é recém-formada em Serviço Social, mas encontrou dificuldades em seu ramo profissional, não exercendo a função. Por conta do curso que fez, seus conhecimentos sobre o meio do empreendedorismo são amplos e aparentam significar um horizonte importante para ela. Politicamente, apresenta uma visão moderada sobre políticas sociais e instâncias coletivas, como os sindicatos: “Ao mesmo tempo que é bom, é ruim porque é uma lavagem de dinheiro danada.”.

Mariana se diferencia bastante das mulheres descritas até aqui. Ao contrário de Luciana, Teresa e Fabiola, ela não passou a ter um negócio próprio pelas atividades que fazia em casa, conciliando a jornada doméstica do casamento com suas habilidades no artesanato ou na culinária. Mariana, mais nova que as três mencionadas, vive com seus pais na periferia da Zona Norte paulistana, e passou a “empreender” por outros motivos. Ao fazer um curso de MBA na FGV sobre empreendedorismo e participar da militância negra e feminista, identificou um nicho de mercado importante e que se encaixava à sua formação profissional como bibliotecária. Hoje ela possui uma livraria especializada em literatura feminista e, principalmente, negra. Sua vida profissional foi permeada por bicos e atividades formais, e ela não aparenta assimilar uma valorização pelo trabalho enquanto algo dignificador. Em sua perspectiva, o empreendedorismo estaria muito mais além do que um novo modo de condução da vida profissional, representando um

modelo próprio de questionamento dos lugares dos negros e das mulheres na sociedade: “A gente poderia ter muito mais pessoas que fossem empreendedoras. Mas ao mesmo tempo a gente é uma ameaça. Eu sou uma ameaça, assim. Por ser mulher, por ser mulher negra, periférica... e o mercado, ele não me quer.”

Antônio é um ambulante que trabalha há 12 anos na famosa Feira da Madrugada, no centro de São Paulo. Ele vende cuecas no lado de fora da feira, que segundo ele atrai mais público do que os boxes internos do espaço, que depois de reformulado deixou de ser atrativo, segundo seus relatos. Antônio trabalhou na indústria, numa fábrica de brinquedos, e foi dos últimos funcionários a sair de lá depois de sua falência. Depois ainda trabalhou numa empresa de ferro e aço, mas saiu temendo por sua saúde, por conta dos pesos que carregava. Ele aparenta estar adaptado e desfrutar da rotina agitada como ambulante (“na rua é gostoso demais!”), não vendo perspectivas de retornar ao trabalho formal. Também vê o empreendedorismo como uma categoria positiva, mas não possui referências sobre o meio ou se enxerga como empreendedor a priori. Sua família auxilia no negócio em períodos de maior venda, e uma de suas principais preocupações é garantir o estudo de suas duas filhas (“tem que fazer o que eu não fiz”). Politicamente, Antônio exprime um esgotamento do petismo em termos eleitorais. Para ele, que antes de 2018, havia votado sempre no Partido dos Trabalhadores (PT), era hora de mudar, buscando melhorar a administração do país e acabar com a corrupção.

Lucas é formado em turismo. Trabalhou em agências, *hostels* e pousadas. E na adolescência ocupou vagas administrativas, como auxiliar, em departamentos de vendas e no telemarketing. Hoje não pensa em retornar ao mercado formal: criou um pequeno negócio de marcenaria, fabricando móveis de madeira sob encomenda, para residências e estabelecimentos. Para ele, as amarras do mundo assalariado não compensam os ganhos financeiros que ele oferece: “É porque eu comecei a ver o mercado de trabalho com outros olhos. E a forma que a gente é valorizado dentro duma empresa.” Hoje parece ter se encontrado em seu empreendimento, ainda que tenha pouco tempo para descanso. Lucas é jovem e mora com os pais na periferia da Zona Oeste de São Paulo, que hoje incentivam o negócio, mas de início demonstraram certo descrédito. Ele mobiliza conceitos e termos do empreendedorismo, que vê de forma bastante positiva. Inclusive fornece cursos ligados à atividade que executa e sob uma ótica empreendedora. Entretanto, não está completamente inserido nessa rede, pois não frequenta cursos ou conhece muitas pessoas do ramo. Lucas tem uma imagem dos sindicatos associada às colônias de férias e demanda do Estado a descentralização das empresas na cidade, estimulando bairros mais periféricos, além de considerar importante a redução da burocracia de forma generalizada.

Carlos possui uma trajetória que pode ser bastante ilustrativa do que no imaginário social corresponde à trajetória de um empreendedor. Trabalhou como ajudante de supermercado na adolescência e aspirou fazer um curso técnico de mecânica industrial no Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI). Quando conseguiu passar, formou-se e foi trabalhar na área, especializando-se em manutenção de equipamentos hospitalares e odontológicos. Numa das empresas que atuou, viu uma oportunidade profissional inovadora, criando sua própria empresa de prestação de serviços de manutenção para consultórios de dentistas. O dono de onde até então trabalhava não havia aceitado a proposta de Carlos de expandir as marcas atendidas e o tipo de atendimento oferecido. Nesse sentido, teve uma ideia disruptiva e criou algo novo, um empreendimento, como pontua a cartilha de Schumpeter (1961). Ele mobiliza certos valores e concepções do meio empreendedor, e tem na figura do trabalhador uma imagem de algo ultrapassado, uma categoria pertencente a outras épocas. Hoje ele mora sozinho na periferia da Zona Leste paulistana e possui uma cartela de clientes em consultórios oferecendo seus serviços de manutenção. Carlos sente que se envolve pouco em questões políticas e sociais por falta de tempo, e possui uma imagem sobre políticas sociais bastante parecida com a dos demais entrevistados: positiva, desde que com rigor nos cadastros dos benefícios. O mesmo ocorre com o sindicato. Segundo Carlos, “com ele ruim, sem ele pior”.

Uma questão que também buscamos analisar em todas essas entrevistas foi como essas pessoas se organizavam profissionalmente em seus meios, principalmente se tinham na concorrência uma norma fundamental de ação, como propõe a razão neoliberal descrita por Dardot e Laval (2016). Com as devidas variações, já que algumas atividades exigiam mais contato entre os profissionais do ramo e outras menos, notamos que a concorrência aparece como uma questão marginal na organização das atividades dos entrevistados, mais como uma realidade do mercado do que uma preocupação do dia-a-dia. Na verdade, percebeu-se grande solidariedade nas falas e nas práticas descritas entre os entrevistados. Muitos ajudavam colegas a entrarem no mesmo ramo ou então compartilhavam clientes, indicando barreiras importantes à ideia de uma organização puramente baseada no modelo empresarial concorrencial.

Um empreendedor híbrido por concepção

A questão da concorrência é o gancho para começarmos a explicar o tipo de empreendedor popular que se formou no Brasil recente. Como a descrição das trajetórias aponta, o empreendedorismo é visto de forma positiva, e em alguns casos dotado de

completo sentido para a realidade profissional dos indivíduos. Por conta de seus status enquanto autônomos e, de certa forma, distantes do trabalho formal e assalariado, enxergar-se como uma empresa de si que precisa “correr atrás” e “se virar” é uma perspectiva realista e necessária. Mas a forma de lidar com a concorrência e o modo como passam a se verem como empreendedores – mais como uma categoria que ajuda a explicar a condição atual do que uma identidade profissional consolidada – indica que o discurso empreendedor aos moldes da razão neoliberal não é plenamente incorporado.

O que se observa, em geral, são indivíduos que transitaram entre o trabalho formal assalariado e ocupações informais e, seja pelo desejo de se desvencilhar das amarras disciplinares e fazer o que gosta, seja pela dificuldade em retomar postos nesse meio assalariado, os indivíduos acharam no empreendedorismo uma categoria que os contemplasse, até pela abrangência discursiva que ela se propõe. Como resultante, o empreendedor popular no Brasil recente possui uma série de clivagens que o categorizam: as entrevistadas demonstram (com exceção de Mariana) que as mulheres, pelo machismo estrutural, estão mais associadas à ideia de serem uma renda complementar na família ao desenvolverem atividades de cunho doméstico; os mais jovens possuem maior adesão aos conceitos e referências do meio empreendedor, muitas vezes contrapondo-o a uma concepção tradicional e considerada obsoleta sobre o trabalho (em geral o assalariado); e aqueles pertencentes a grupos historicamente excluídos, como os negros, podem enxergar no empreendedorismo um horizonte emancipatório ao garantir oportunidades a grupos marginalizados no mercado de trabalho, como o relato de Mariana exemplifica.

Pelas trajetórias analisadas, vemos que alguns elementos simbólicos destacados por Neri (2011) em seu diagnóstico sobre a nova classe média são pertinentes. Mesmo encarando uma realidade profissional que prescinde de estabilidade e garantias sociais, os entrevistados demonstraram um apego a essas questões, pontos suficientes para um eventual retorno à vida assalariada, segundo a maioria dos entrevistados. O desapego ao consumo e a necessidade de poupança (NERI, 2011; SOUZA, 2012) não foram elementos muito mobilizados nas entrevistas, porém a constante preocupação com os rendimentos mensais extraídos pode indicar esforços de poupança significativos, mas também um desejo de maior conforto material propiciado por novos padrões de consumo.

A persistência e a crença em si mesmo (SOUZA, 2012) foram questões muito mobilizadas, comportamentos quase que obrigatórios para iniciarem suas atividades e, principalmente, continuarem as desenvolvendo. Souza (2012) destacou também a questão familiar nessas atividades, e foi um componente bastante observado em algumas entrevistas. Luciana, por exemplo, tem auxílio de seu ex-marido para continuar

vendendo seus produtos. André montou seu negócio inicialmente numa sociedade com familiares. Teresa, por sua vez, tem ajuda de seu filho na organização de suas vendas. Já Antônio, conta com a família em períodos mais movimentados no comércio ambulante.

Politicamente, a análise que fez Singer (2012) sobre o subproletariado parece também indicar importantes tendências desse grupo. Os entrevistados, pela percepção que possuíam sobre instâncias de regulação como os sindicatos e programas de distribuição de renda, não manifestaram grandes aspirações coletivas e apontaram para melhorias sociais não-estruturais ao demonstrarem apoio a políticas como o Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada. Neste sentido, dialogaram positivamente com as iniciativas empreendidas pelos governos Lula e Dilma, demandando, contudo, o aprofundamento dessas medidas. Teresa, por exemplo, manifestou dificuldade de acesso ao crédito. André indicou para a necessidade de aumento da renda dos mais pobres, para que aumentasse o consumo. Outra pauta muito incidente foi a diminuição da burocracia e a facilitação dos caminhos formais para empreendedores, elementos mais próprios de discursos que valorizam o aspecto individual, muitas vezes vinculados à razão neoliberal e seus agentes de difusão.

O panorama aqui exposto se distancia do proposto por Braga (2012) quanto à capacidade que os indivíduos analisados possuem de contestação das políticas neoliberais. Questões como o reconhecimento de limites dos avanços lulistas, ao demandarem ações mais incisivas e de caráter permanente, e a identificação de situações precarizantes, como a quantidade de horas que acabam por trabalhar a mais e as garantias que o trabalho autônomo não proporciona, ainda que eles não consigam se desvencilhar dessas amarras profissionais, estão mais próximas de um reconhecimento das dificuldades materiais das atividades que desempenham do que uma percepção política do fenômeno.

Considerações finais

De todo modo, as interpretações sobre as transformações sociais brasileiras entre 2003 e 2014 dão conta de apontar para um empreendedor aparentemente ambíguo e bastante diverso daquele pensado pelo neoliberalismo. E as trajetórias aqui trazidas exemplificam e confirmam essas diferenças, bem como as características da razão neoliberal que foram incorporadas. Pela conjuntura do mercado de trabalho brasileiro e global, é possível que a categoria de empreendedor permaneça como importante conceito para a descrição das atividades profissionais das camadas populares, já que é

dos poucos termos que fazem algum sentido para uma população tão abrangente e diversa.

Assim, podemos confirmar a ideia de que as políticas lulistas criaram as condições para a emergência de um tipo empreendedor nas camadas populares, se não aos moldes de um discurso próprio da razão neoliberal, então mais como uma categoria que ajudasse a explicar o meio profissional e os modos de sobrevivência dos sujeitos impulsionados por esses governos. Ao servir como categoria analítica, vemos também que o empreendedor germinado no Brasil recente sinaliza para a ilusão meritocrática que apontou Singer (2018), mas compartilha de práticas populares que transbordam o esquema neoliberal (GAGO, 2018), como ilustra a questão do (ausência de) senso de concorrência nos entrevistados.

O legado simbólico das recentes transformações socioeconômicas brasileiras, assim como o contexto histórico e as práticas e dinâmicas populares, continuarão sendo elementos fundamentais de ressignificação desse empreendedorismo, dando origem a uma forma híbrida que necessita maior aprofundamento. Cabe a estudos e análises futuras considerar novas categorias analíticas, para além do empreendedorismo, a fim de descrever esse sujeito tão importante para se pensar a sociedade brasileira contemporânea e os modos de vida em relação ao mundo do trabalho.

THE GERMINATION OF CONTEMPORARY BRAZILIAN ENTREPRENEUR: NEOLIBERALISM SEEN ACCORDING TO THE RECENT NATIONAL CONTEXT

ABSTRACT: *The article presents a discussion about the development of a specific type of entrepreneur in contemporary Brazilian society. The social and economic advances of the Lulism's governments have enabled the income growth of a significant part of the Brazilian population which, by acquiring new ways of life, also saw their cultural references being transformed. Particularly, the picture of the entrepreneur became representative of the new Brazilian reality. In the context of a neoliberal society, where the companies and the norm of competition propose universal, the meaning of entrepreneurial symbolism has become even more latent. However, in contemporary Brazil there was a type of entrepreneur distinct from the one pictured by neoliberal discourse. To show these differences, eight trajectories of popular Brazilian entrepreneurs were mobilized, and in the end, important ambiguities and new categories of values and actions could be identified, constituting a characteristic entrepreneur of recent Brazil.*

KEYWORDS: *Entrepreneurship. Neoliberalism. Lulism. Popular classes. New Brazilian Middle Class.*

LA GERMINACIÓN DEL EMPRENDEDOR BRASILEÑO CONTEMPORÁNEO: EL NEOLIBERALISMO VISTO EN EL CONTEXTO NACIONAL RECIENTE

RESUMEN: *El artículo presenta una discusión sobre el desarrollo de un tipo específico de emprendedor en la sociedad brasileña contemporánea. Los avances sociales y económicos de los gobiernos lulistas permitieron un aumento significativo en los ingresos de una parte importante de la población brasileña, que, al adquirir nuevas formas de vida, también vio transformarse sus referentes culturales. En el contexto de una sociedad neoliberal, donde las empresas de sí mismas y la regla de la competencia se proponen como universales, el significado del simbolismo empresarial se ha hecho aún más latente. Sin embargo, en el Brasil contemporáneo se observó un tipo de emprendedor distinto al retratado por el discurso neoliberal. Para mostrar estas diferencias, se movilizaron ocho trayectorias de emprendedores populares brasileños y, al final, se pudieron identificar importantes ambigüedades y nuevas categorías de valores y acciones, configurando un emprendedor característico del Brasil reciente.*

PALABRAS CLAVE: *Emprendimiento. Neoliberalismo. Lulismo. Clases populares. Nueva clase media brasileña.*

REFERÊNCIAS

BOLTANSKI, Luc e CHIAPELLO, Ève. **O novo espírito do capitalismo**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

BRAGA, Ruy **A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista**. São Paulo: Boitempo. 2012.

BRASIL. IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **IPEA DATA**. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/>. Acesso em: 01 out. 2020.

COLBARI, Antônia. A retórica do empreendedorismo e a formação para o trabalho na sociedade brasileira. **SINAIS - Revista Eletrônica - Ciências Sociais**. Vitória, n. 1, v. 1, p.75-111, 2007.

CRUZ JUNIOR, Brauner Geraldo. **A empresa de si mesmo**: A assimilação do discurso empreendedor pelas camadas populares brasileiras. Orientador: Claudio Luis de Camargo Penteado. 2019. 188p. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do ABC, São Bernardo do Campo, 2019.

CURY Anay; SILVEIRA, Daniel. PIB brasileiro recua 3,6% em 2016 e tem pior recessão da história. **G1**. Publicado em 07 de março de 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/pib-brasileiro-recua-36-em-2016-e-tem-pior-recessao-da-historia.ghtml>. Acesso em: 01 out. 2020.

DARDOT, Pierre e LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaios sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

FARIZA, Ignacio; MONTES, Rocío. Impulsionada pelo Brasil, extrema pobreza na América Latina tem pior índice em dez anos. **El País**, Brasil. Publicado em 16 de janeiro de 2019. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/01/15/internacional/1547563856_964646.html. Acesso em: 01 out. 2020.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da Biopolítica**: curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

G1. Economia brasileira cresce 7,5% em 2010, mostra IBGE. **Globo**. Publicado em 04 de março de 2011. Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/noticia/2011/03/economia-brasileira-cresce-75-em-2010-mostra-ibge.html>. Acesso em: 01 out. 2020.

GAGO, Verónica. **A razão neoliberal**: economias barrocas e pragmática popular. São Paulo: Elefante, 2018.

GUIMARÃES, José Soares. **Perfil do trabalho decente no Brasil**: um olhar sobre as Unidades da Federação. Brasília: Organização Internacional do Trabalho (OIT), 2012.

KERSTENETZKY, Célia Lessa. Foi um pássaro, foi um avião? Redistribuição no Brasil no século XXI 1. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 2, v.36, p.15-34, 2017.

LÓPEZ-RUIZ, Osvaldo. **Os executivos das transnacionais e o espírito do capitalismo**: capital humano e empreendedorismo como valores sociais. Rio de Janeiro: Azougue, 2007.

MACHADO, Luiz Antonio. Da informalidade à empregabilidade: reorganizando a dominação no mundo do trabalho. **Caderno CRH**, Salvador, n. 37, v.15, p. 81-109. 2002.

NERI, Marcelo. **A nova classe média**: o lado brilhante da base da pirâmide. São Paulo: Saraiva, 2011.

PAULILO, Maria Angela. A pesquisa qualitativa e a história de vida. **Serviço social em revista**. Londrina, n. 1, v.2, p.135-145, 1999.

POCHMANN, Márcio. **O mito da grande classe média**: capitalismo e estrutura social. São Paulo: Boitempo, 2014.

QUADROS, Waldir. A evolução da estrutura social brasileira: notas metodológicas. Texto para discussão. **IE/UNICAMP**, Campinas, n. 147, 2008.

RDA – Rede Brasil Atual. Desemprego em São Paulo recua com trabalho autônomo e doméstico. Publicado em 29 de janeiro de 2019. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/economia/2019/01/desemprego-em-sao-paulo-recua-com-trabalho-autonomo-e-domestico>. Acesso em: 01 out. 2020.

SCHUMPETER, Joseph. **Teoria do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

SINGER, André. **O lulismo em crise**: um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016). São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SINGER, André. **Os sentidos do lulismo**: reforma gradual e pacto conservador. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SINGER, Paul. **Economia Política da Urbanização**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

SOUZA, Jessé. **Os batalhadores brasileiros**: nova classe média ou nova classe trabalhadora? Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

SOUZA, Jessé. **A ralé brasileira**: quem é e como vive. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

THEODORO, Mário. As características do mercado de trabalho e as origens do informal no Brasil. In: Jaccoud, Luciana (org.) **Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo**. Brasília: IPEA, 2005. p.91-126.

Recebido em 03/08/2019.

Aprovado em 21/08/2020.

REFORMA PORTUÁRIA, TRABALHO E AÇÃO SINDICAL: O EXEMPLO DO PORTO DE ITAJAÍ-SC – 2000-2016

*Gabriel de Souza BOZZANO**

RESUMO: A proposta do artigo é avaliar o impacto de políticas públicas sobre o setor portuário brasileiro a partir do ciclo de reformas iniciado nos anos 2000, tomando como exemplo o caso do porto de Itajaí-SC. Especificamente, a intenção é demonstrar o papel dos trabalhadores e sindicatos para a contestação dos efeitos mais nocivos dos processos de privatização portuária em curso nessa cidade. Analisamos como os sindicatos portuários construíram novas formas de cooperar e propor novas formas de organizar seus trabalhos, atuando, desse modo, para o direcionamento da política local de desenvolvimento portuário.

PALAVRAS-CHAVE: Reforma portuária. Trabalho. Sindicalismo.

Introdução

Neste artigo, apresentamos o estudo de caso do porto de Itajaí-SC como um exemplo das lutas por trabalho e manutenção dos investimentos nas regiões portuárias que se intensificaram no país a partir da política de privatização dos portos dos anos 2000 (MONIÉ; VIDAL, 2006).

Desde a primeira década do século XXI, registrou-se uma maior demanda para portos que se utilizem de estruturas mais especializadas – tendência observada por Cocco e Silva (1999) sobre o atual papel integrador dos portos em grandes cadeias globais de produção. O formato de corredor de produtos, típico da era fordista, cede espaço ao porto como promotor de territórios produtivos, ou seja, um espaço que possui capacidade latente de agregar valor a produtos e serviços de empresas atuantes em nível global.

* UFRJ/PPGSA – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia. Rio de Janeiro – RJ – Brasil. 20051-070 - gabrielbozzano@hotmail.com.
<http://orcid.org/0000-0002-8034-5556>.

No caso do porto de Santos, por exemplo, houve um decréscimo na participação das cargas especializadas de 37%, em 1990, para 27% em 2015. Essa evidência traz à tona os limites para o desenvolvimento local e regional dos portos da era fordista, em razão dos diminutos efeitos multiplicadores registrados para a cidade de Santos, em São Paulo (MONIÉ; VIDAL, 2006). Em contrapartida, em termos de valor agregado, os Portos de Itajaí-SC e Navegantes-SC, que formam o complexo portuário de Itajaí-SC, geraram 10% do PIB nacional, em 2015 (MIGUEL; SOUZA, 2017).

Logo, chamamos a atenção para uma tendência de crescimento rápido dos portos de média estatura, como o de Itajaí-SC, que ampliaram seus potenciais de manuseio de cargas. Houve grandes incentivos para a abertura de portos de estrutura mediana, que, de outro modo, estão sujeitos a uma maior concorrência e captura de cargas containerizadas das mesorregiões – ou seja, portos que não se distanciem mais do que de um raio de 200 km (MONIÉ; VIDAL, 2006; COLONETI; ZILLI; GOULARTI FILHO, 2014).

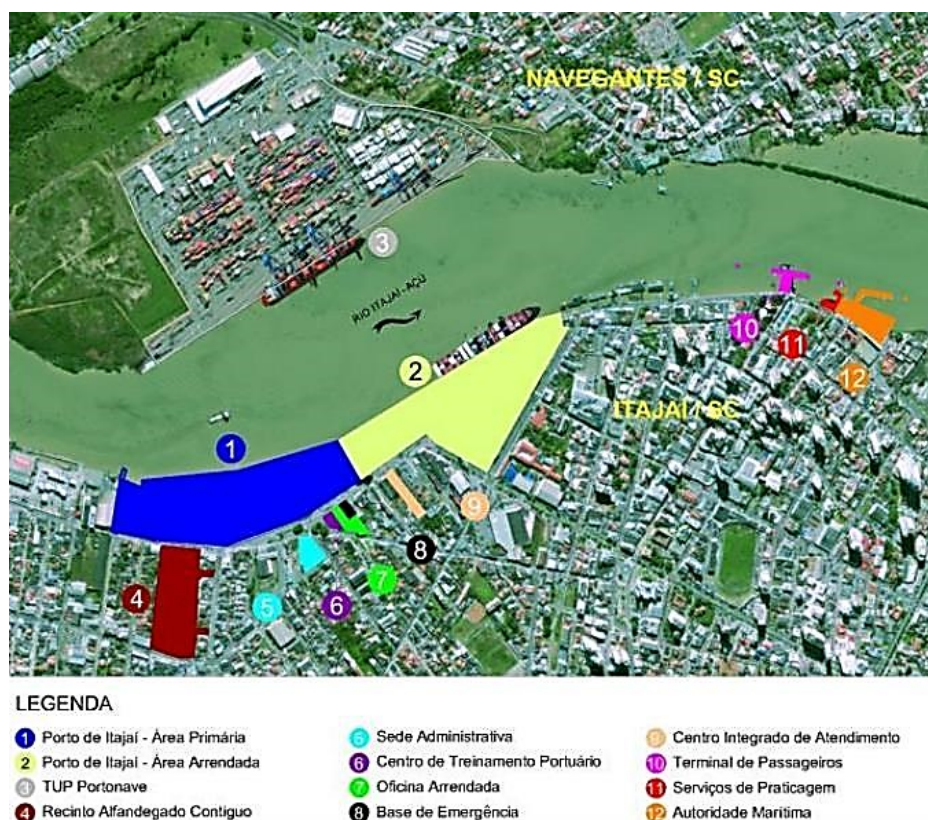
O porto de Itajaí-SC, assim como outros do país que alcançaram o status de porto mediano viram de forma concomitante uma “fuga de cargas” – do ponto de vista das localidades que sediam os portos, a opção de armadores em escolherem portos de tarifas mais baratas – que, em seu caso, apontou para uma média de 50% das cargas ao porto privado em Navegantes (LABTRANS; 2015).

A imagem (Figura 1) nos ajuda a visualizar o avanço dos conflitos no porto de Itajaí-SP. Reflexo do novo movimento do capital e da reconfiguração das relações de produção com a concomitante intensa privatização dos portos públicos no país desde os anos 2000 (DOCTOR, 2017).

O ano de 2008 foi um momento marcante para o porto de Itajaí-SC. Durante esse período, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) concedeu anuência à operação do porto privado para que a ação fosse realizada na área do porto organizado¹, em Navegantes-SC. Esta região deveria ser, em tese, exclusivamente destinada aos portos públicos. A ocupação foi considerada ilegal pela Autoridade Portuária de Itajaí e pelos órgãos fiscalizadores, como a ANTAQ. Em consequência, o porto perdeu parte de sua renda devido à fuga de cargas e ao não pagamento de taxas por parte dessas estruturas à administração. Da mesma forma, inúmeros trabalhadores perderam seus postos no mercado de trabalho (BRASIL, 2008).

1 Esse conceito é uma figura jurídica que define a jurisdição dos portos públicos, do uso e dos custos associado à manutenção de infraestrutura aquática, assim como a contratação de trabalhadores sindicalizados.

Figura 7 - Porto de Itajaí-SC e terminal de Navegantes-SC



Fonte: Labtrans (2015)

A situação demandou respostas dos órgãos estatais, como a participação dos trabalhadores para que pudessem visibilizar e alçar suas presenças em ações contestatórias contrárias à privatização. Desde 2008 até 2016, os trabalhadores, os sindicatos e a autoridade portuária local que entrevistamos estavam atentos para a realidade de outros portos em nível nacional, que perderam, ou seus status de portos públicos, ou suas condições de portos economicamente viáveis (DIÉGUEZ, 2014).

Nesse contexto de privatização dos portos, o Estado se aproveitou da fragilidade do movimento sindical e intensificou a transferência de estruturas de mediação das relações produtivas ao setor privado, que existiam anteriormente sob a lógica de estruturas de representação locais dos trabalhadores, do Estado e do setor patronal.

De um lado, com a privatização dos portos e com a quebra do monopólio da força de trabalho pelos sindicatos, Doctor (2017) indica que foram produzidos efeitos

adversos aos que eram esperados pelo governo federal: a) a liberalização intensificou a precarização do trabalho – e não necessariamente o racionalizou; b) houve uma ocupação desordenada de áreas portuárias públicas e c) a volatilidade dos ciclos comerciais com armadores deslocou as cargas para os portos concorrentes.

Por outro lado, fica patente a falta de uma política nacional unificada para os portos, que nos anos 2000 trouxe uma novidade às pesquisas sobre trabalho e sindicalismo portuário: apontamos para uma perda de unidade da ação empresarial pró-privatização dos portos, já que os principais exportadores foram satisfeitos em seus pleitos já na primeira rodada de privatização durante os anos 1990 (DOCTOR, 2017).

Nossa premissa é a de que os trabalhadores e os sindicatos se colocaram atentos a esses conflitos e às mudanças institucionais, que se estenderam ao território sob a influência do porto de Itajaí e que se apoiaram em novas legislações no campo do direito do trabalho para influírem sob novos processos laborais e de distribuição do trabalho mais democrático, bem como no desenvolvimento da política local para o porto de Itajaí-SC (CAVALHO; COSTA, 2015). O entendimento, construído no intervalo de tempo entre 2008 e 2016, foi o de que somente em conjunto os sindicatos portuários poderiam ter alguma expectativa de benefício futuro, tendo em vista o desmantelamento em curso do porto público de Itajaí-SC.

Propomos analisar uma experiência de reconversão das trajetórias de trabalho dos portuários, pautadas pela exclusão do porto público no destino comum do complexo portuário de Itajaí. Nossa hipótese é a de que com um capital político reativado em um momento de aguda crise econômica (2008-2016), os trabalhadores foram capazes de influir amplamente na defesa de direitos e do desenvolvimento local.

Analisamos quais alternativas se abriram para vinte trabalhadores entrevistados que transitaram entre o emprego precário, na condição de celetista no porto privado e do seu retorno ao porto público como trabalhadores avulsos².

A nova ofensiva contra o trabalho portuário brasileiro no século XXI

As instituições do corporativismo portuário que sustentaram um tipo específico de ação sindical e das relações com o empresariado ainda são indispensáveis para refletirmos sobre o futuro do trabalho e dos portos (DIÉGUEZ, 2014; RODRIGUES,

²Trabalhador que possui reserva de mercado garantida em área de porto público, remuneração se dá mediante o chamado e a disponibilidade de trabalho, com funções específicas e restritas ao sindicato que faz parte.

1991). Essas instituições permitiram que, por meio de canais institucionalizados³ de interlocução, o papel do Estado no controle das relações capital/trabalho via a mediação da Justiça do trabalho fosse reforçado.

O que se viu, durante os anos 1990, foi que o sistema *closed shop* entra na pauta do empresariado com seu lobby para o avanço das reformas e privatizações. De qualquer forma, esse é o momento em que o Estado diminui sua participação na regulação do trabalho portuário, caminhando para a composição de um novo sistema de regulação do trabalho ainda regido pelo corporativismo portuário, contudo, o mesmo agora fortemente vinculado ao ritmo e às demandas do mercado.

Partimos da ideia de que as relações entre capital e trabalho nos portos partem daquelas instituições da era corporativistas, ao menos na medida em que alguns de seus ganhos são motivos eficientes para a mobilização dos sindicatos (BARROS, 2017, p.80).

Apontamos que a Lei nº 8.630, de 25 de fevereiro de 1993 (BRASIL, 1993), marco da modernização portuária no Brasil, alterou substancialmente as relações, tanto com sindicatos, que perderam o monopólio sobre o controle de trabalho passando para o Órgão Gestor de Mão de Obra (OGMO), como criou figuras jurídicas no sentido de facilitar a liberalização desse mercado.

Ademais, os modelos de privatização dos portos baseados em concessão de área pública e autorização em área fora dessa delimitação avançam com um sistema dual, de comercialização e corporativização, com a implementação de Conselhos de Autoridade Portuária⁴ (CAPS) e, ao mesmo tempo, o Estado transforma as Cias Docas em empresas de economia mista, mantendo rígido controle sobre as autoridades portuárias ao indicar diretores e regulando suas atividades.

Da mesma forma, o trabalho e sua modernização sob o signo da flexibilização - que nesse contexto dá-se o multifuncionalidade – elimina, mas não consegue suprimir as diferenças entre as categorias de trabalhadores ao nomeá-las por apenas uma: trabalhador portuário avulso. Estivadores, consertadores, guindasteiros, operários portuários e conferentes deixariam de existir e estariam todos sob essa única nomenclatura caso a flexibilização fosse aplicada conforme os estritos interesses do empresariado.

³ Os trabalhadores ainda devem ser sindicalizados para poderem ser contratados para o trabalho. Esse sistema é conhecido como *closed shop*, onde o acesso ao mercado de trabalho é restrito apenas aos trabalhadores sindicalizados.

⁴ Atua nas questões de desenvolvimento da atividade portuária, promoção da competição, proteção do meio ambiente e de formação dos preços dos serviços portuários.

Com a nota técnica nº 036, emitida pelo Ministério do Trabalho e Emprego, temos o parecer sobre as formas adequadas de interpretação da evolução das relações de trabalho nos portos. Ela aponta que a Lei, nº 8.630/1993 estabelece-se, com o art. 18, que os “operadores portuários [empresários marítimos] devem constituir, em cada porto organizado, um órgão gestor de mão de obra” (RIO DE JANEIRO, 2001, p.1).

Ela entende que o OGMO pode somente efetuar o dimensionamento do trabalho a partir de convenções ou acordos coletivos de trabalho. É desse ponto de vista que não somente o OGMO, mas o próprio Porto Organizado definem os limites e os canais pelos quais as condições de trabalho, composição de equipes de trabalho (também chamado de “ternos”) e remuneração serão estabelecidas.

A nota técnica nº 036 interpreta que, para além do que se estabelece ao OGMO como prerrogativa de definir o número de vagas para acesso ao registro do trabalhador portuário avulso, cabe ao Conselho de Supervisão desse órgão – entidade tripartite, com representantes dos trabalhadores, empresários e Estado – deliberar sobre esses assuntos. (RIO DE JANEIRO, 2001).

A pergunta que essa nota lança é: o que se entende por “número de vagas” para a adaptação da força de trabalho aos portos? A resposta à “essa questão é simples deslinde, uma vez que a competência para dimensionar o quantitativo de trabalhadores ou ‘quadros’ sempre esteve regulada na legislação anterior a 1993” (RIO DE JANEIRO, 2001, p.2).

O Decreto-Lei nº 3, de 27/01/66 em seu art. 5 define que cabe às Delegacias de Trabalho Marítimo (DTM) fixar “o número necessário de trabalhadores para o respectivo serviço em armazéns e no cais. [...] Os portos deveriam obedecer às diretrizes desse órgão e efetuar as [...] matrículas até o limite fixado, anualmente” (RIO DE JANEIRO, 2001, p.2).

O ponto essencial aqui é traçado com a noção de “limite” imposta pelo Estado. Ao ser superada a média de 100 horas de trabalho, aumenta-se o número de trabalhadores para reestabelecer a média anterior (SARTI, 1981). Apesar desse entendimento, a nota técnica não responde à Legislação nº 8.630/93, que confere ao trabalhador avulso portuário somente a preferência na contratação, e não à exclusividade do mercado de trabalho defendida.

Com a intensificação da reforma portuária nos anos 2000, a questão do dimensionamento da força de trabalho não poderia ficar em aberto. A consequente queda do rendimento médio dos trabalhadores comprometeria “a precisão do art. 2 da Convenção nº 137 da OIT, que estabelece a necessidade de uma renda mínima a ser estabelecida aos avulsos portuários” (RIO DE JANEIRO, 2001, p.3).

A questão do vínculo empregatício se apresentou como uma possibilidade de dimensionamento da força de trabalho que não favoreceu, concluímos, somente o empresariado. Essa cessão pode e foi negociada entre os sindicatos portuários de Itajaí-SC, transformando o interesse de “vinculamento” (termo nativo que se refere ao trabalho por tempo indeterminado) por alguns trabalhadores como alternativa ao subemprego.

Nesse contexto, com a intensificação da privatização dos portos nacionais, a partir de 2008 avança-se, em Itajaí-SC, o desejo por trabalho e um acordo favorável com os patrões. De outro lado, como a legislação permitiu a redução da força de trabalho nos portos, a negociação iniciada entre as partes favoreceu a iniciativa de subutilizar/subempregar os trabalhadores com vagas remanescentes de outros sindicatos.

Essa situação deu margem para a aplicação arbitrária do seguinte princípio de flexibilização, que, teoricamente, deveria passar pela negociação do sindicato sem ferir o mecanismo de suplência, ou seja, do trabalho aos sindicalizados os quais após terem sido chamados ao trabalho entram para o fim de uma lista de chamada (ZOTTO, 2002).

Os desafios para a manutenção desse sistema ficam melhor expostos na seguinte afirmação:

Havendo falta de mão de obra, ou recusa injustificada em comparecer ao trabalho por parte de alguma categoria, será aplicada a multifuncionalidade, facultando-se aos TPAs (Trabalhador portuário avulso) habilitados (que possuem curso extensivo a categoria com postos de trabalho a serem preenchidos), se engajarem para o trabalho, devendo ser requisitados pelo OGMO, tudo de acordo com o disposto neste instrumento coletivo. (SANTA CATARINA, 2011, n.p.).

A lógica dos empresários foi bem simples nesse sentido – que, como veremos em seguida, durou até 2013 com a nova legislação, “Cortamos o cadastrado e mantemos o registrado⁵” (diretor, 40 anos, OGMO). É comum a opinião de que o OGMO se apresente muitas vezes “fechado com o patrão” (estivador, 65 anos, aposentado).

Entrevistado: os armadores não repassaram o dinheiro para o treinamento, daí a gente fez caixa e apresentamos para o patrão o trabalhador com uma qualificação

⁵ O registrado “é o reserva do cadastrado” (capatazia, 35 anos). A lógica é de chamar o primeiro da fila até que ela termine, para daí avançar sobre os reservas do cadastro, ou seja, titulares a chamada dentro de uma fila sequencial. Esse é o ponto fundamental das lutas pela flexibilização do trabalho e ação sindical portuária.

nova. Daí eles quiseram negociar com a gente. Eles entendem dessa forma: você tem que ter forças para ser ouvido. (Estivador, sindicalista, 45 anos).

Vemos com esse relato que a fixação dos quadros é resultado do poder negocial das partes, tendo o sindicato como ator indispensável nesse processo. Apontamos algumas diferenças da política de concessão com a Legislação nº 8.630/93 (BRASIL, 1993) e seus desdobramentos em relação ao trabalho portuário. O porto organizado e os sindicatos dos trabalhadores avulsos se destacam, nesse contexto, porque são eles que põem em prática o fato de que os acordos e as convenções coletivas devam prevalecer nas negociações também frente aos terminais privados e públicos.

A realização de licitação no setor portuário, tipicamente caracterizada como monopólio natural, era entendida como aquela que resultasse na proposta mais vantajosa para a administração pública, leia-se: mais dividendos em troca das concessões para operações portuárias por empresas privadas.

A noção de bem público para um funcionário da autoridade portuária (44 anos, fiscal) é “bastante restritiva por que o que define um valor para o cidadão? Mais bens de consumo ou a função que o porto executa para toda a economia?”. Ele aponta que “com a Legislação nº 12.815/13 as cargas precisam ser comprovadas que irão, de fato, agregar valor à cidade de Itajaí”.

Trata-se de enfatizar que, para haver autorização, deve-se comprovar que os investimentos manterão os trabalhadores portuários avulsos inscritos, proporcionalmente, nos portos privados.

Antes da Legislação nº 12.815/13 (BRASIL, 2013), o uso de trabalhador vinculado (contratação por tempo indeterminado) entrava na mesma categoria do “trabalhador portuário avulso” defendida pelo empresariado. Segundo um entrevistado: “chamavam a gente para os terminais privados, e como a renda era menor lá, aqui no porto público teve mais pressão para ceder não só no salário, mas para maior contratação por tempo indeterminado” (estivador, sindicalista, 66 anos.).

Segue que a Legislação nº 12.815/13 transformou o OGMO como entidade solidária financeiramente com o empresariado. Portanto, avançamos com o entendimento de que, a partir dessa legislação, os interesses unilaterais do empresariado foram contrabalanceados com os do OGMO.

Nesse sentido, remetemos a um entrevistado (capatazia, 38 anos). Em sua opinião, tanto o OGMO como o Porto Organizado são instituições indispensáveis à defesa do trabalho portuário avulso.

Se fosse depender deles [empregadores], seria claramente um retrocesso. Mas ainda bem que o porto público está aí para isso: a administração do porto estipula o horário de funcionamento e as jornadas de trabalho, que para a gente é de 6 horas ininterruptas no cais do porto. É por isso, também, que a gente sabe em que momento o contrato começa e termina: o trabalhador bateu o ponto dentro do porto, tá valendo. (Capatazia, 38 anos).

Podemos ver como o Porto Organizado sustenta as pretensões por avanço na defesa de direitos dos trabalhadores. Discutiremos, em seguida, como, a partir dessa inserção específica no campo do direito do trabalho, este foi instrumentalizado a partir dos avanços da legislação para a luta por trabalho digno. O ponto é que esses trabalhadores se mantiveram atentos às formas explícitas, como também sutis de flexibilização em curso porque as mesmas atingem todo o porto público ao trazerem imensa precarização do trabalho (KREIN, 2007).

Estratégias sindicais e inovações do trabalho portuário

Os trabalhadores mais jovens, que possuíam entre 25 a 45 anos, foram os que buscaram emprego como vinculados (trabalho por tempo indeterminado) no porto privado (Portonave), em Navegantes-SC. Suas experiências no porto privado foi uma forma de avaliarmos como eles entendiam suas oportunidades associadas à qualificação de seus ofícios no porto público.

A respeito à idade dos trabalhadores, os dados disponibilizados pelo diretor do OGMO (40 anos) afirmam que em 2016, 70% da força de trabalho no porto público possuía ensino médio ou superior, completo e incompleto. Anteriormente, “essa porcentagem era de 40% até o ano de 2001” (diretor, 45 anos, OGMO). Essa frequência é maior entre os mais jovens, até 49 anos.

O ofício, no sentido que lhe atribuímos, é tanto um “saber-fazer”, ou seja, um trabalho transmitido entre operários de mesma formação e faixa etária e aprendido no chão de fábrica; como é um posto sobre a trajetória de trabalho, de um pertencimento no porto público como um valor a ser defendido. Logo, refletimos sobre exemplos de reconversão bem-sucedidos do trabalho portuário. Esses exemplos referem-se à socialização do trabalho dos “antigos”, pertencentes à geração anterior, como da qualificação para o trabalho dos mais novos, que disputam a liderança nos sindicatos e nos postos de trabalho mais remunerados (SILVA, 1995).

Essa relação ainda se faz presente e é relevante por apresentar aos mais novos a estrutura das relações produtivas vigentes, com seus macetes para manuseio de carga e do papel do sindicato em suas vidas. Inspiramo-nos em Dubar (2005), que discorre sobre uma dinâmica de identificação para si e para o outro dos trabalhadores de ofício. São trabalhadores mais jovens, que possuem forte vínculo com os processos de aprendizado no trabalho. Nesse caso, a mobilidade dos portuários é posta à prova pela “busca de um emprego melhor em um mesmo setor ou tipo de atividade, por valorização da experiência (aumento da mobilidade com a idade), e [ou] a busca de um emprego melhor por falta de perspectiva no setor (mobilidade intensa já no início da carreira)” (DUBAR, 2005, p.243).

Não podemos nos referir ao mercado de trabalho portuário como aberto, no sentido de um potencial ilimitado de sua reinvenção ou como no modelo de competências explorado pelas empresas marítimas e OGMO. No limite, esse mercado de trabalho é dual, no sentido que Piore (2008) atribui ao termo, com mobilidade interna restrita a alguns poucos trabalhadores que, ao escolherem se aventurar no mercado externo – porto privado, Portonave – custos estão associados à sua permanência e ao seu retorno ao porto público.

É interessante observar a faixa etária média dos trabalhadores avulsos no porto público que passam pela intermediação do OGMO. O porto público possui 38% dos trabalhadores com 50 anos ou mais, 37% entre 40 e 49 e apenas 25% têm menos de 39 anos. Nos terminais privados, 56% dos trabalhadores estão na faixa dos 25 aos 39 anos, 14% dos 18 aos 24 e 30% estão acima dos 50 anos. Sobre a formação educacional, 70% dos trabalhadores possuem ensino médio completo.

No período da pesquisa de campo, no porto público junto à tendência de diminuição da idade média dos trabalhadores, “estimulou-se o começo de programas de demissão voluntária” (gerente, 45 anos, OGMO). Assim, temos o quadro

[...] que era no ano 2000 de 1132 trabalhadores portuários. Em 2009 foram aposentados 107 estivadores, até 2017 foram aposentados no total 317 trabalhadores de todas as categorias; até 2015 houve cancelamentos de cadastro por punição de 139 pessoas, punidas por transgressões diversas no porto e fora dele; falecidos tivemos 76 pessoas; em 2014 foram 54 estivadores que entraram com o programa voluntário de cancelamento. (Gerente, 45 anos, OGMO).

Houve uma “saída grande de trabalhadores com mais de 20 anos de carreira, com pequena escolaridade, e o surgimento de trabalhadores com maior escolaridade” (diretor, 45 anos, OGMO).

Entre 2008 e 2016, rapidamente, em razão do uso de métodos flexíveis de trabalho, os trabalhadores mais jovens viram que não teriam rendimento garantido. Nesse cenário, os trabalhadores relataram-nos que, na medida em que se aumenta a idade e a falta de qualificação emitida por órgão interno ao porto (OGMO), aumenta-se os riscos para manterem uma renda mínima, considerada digna para seus padrões. Isso porque “a qualificação adquirida em porto privado não vale em porto público” (estivador, 37 anos).

Como nos diz um estivador (35 anos) “o problema é o seguinte: não perdemos nossos cadastros, mas quando retornamos nossos cursos feitos lá em Navegantes (no Portonave) não valem aqui no porto de Itajaí”.

Rapidamente esses trabalhadores perceberam que o sindicato se apresentou como um canal importante da promoção da solidariedade para novos processos de trabalho. Para que isso seja possível, o OGMO precisou se tornar um aliado dos trabalhadores. Um estivador (38 anos) que tinha ficado afastado do porto público, diz: “porque se você trabalha via o OGMO, você tem ainda acesso às qualificações – reatualizações, né, sempre tem, estiva básica 1, 2, 3, 4, 5”.

A pressão por emprego, entretanto, mudou o cenário, e o trabalho que é “nobre” (que paga mais) é pensado como acesso a progressão na carreira. Lembramos que o trabalhador pode escolher pegar o trabalho, oferecido ou não. Desse modo, a distinção entre trabalho nobre e não-nobre, típico da era do sindicato *closed-shop* foi ressignificado. Isso explicaria a demanda dos sindicatos e a razão de muitos trabalhadores “pegarem também trabalho que paga menos, na expectativa de terem acesso garantido ou constante a trabalho mais remunerado” (capatazia, 45 anos). Segundo um entrevistado (estivador, 35 anos):

Daí a gente vai pegando curso e mais curso, não falta um dia, foram anos que a gente entregou a alma para essa empresa aí... Então, é o seguinte: somente agora que consegui o certificado para maquinário, que não tem a ver com a qualificação, mas tempo de serviço. Paga mais, né. Então, acho que a situação era ruim, mas pode ser pior. Não quero ter que sair daqui porque continua a opção para vários companheiros.

Um trabalhador da capatazia (35 anos), reitera a mesma posição:

Claro, não falta trabalho para a gente, mas isso não quer dizer que depois vai sobrar. Estamos chegando nesse entendimento de que podemos abrir vagas de transferência interna, o que facilita a vida dos nossos e dos trabalhadores dos

outros sindicatos que não tem emprego, mas também que o imposto de origem volte para os sindicatos.

Essa postura indica que o vinculado cumpre uma função estratégica para o sindicato, desde que em aparelhos que envolvam maior tendência e formação profissional. “Então, antes era uma briga para entrar no guindaste. Muitos não sabem mexer nele, e outros querem somente porque paga melhor. Daí não aparecem depois no porto” (capatazia, 42 anos).

Entrevistador: Então é bom ter mais qualificação para ter acesso a trabalho?

Entrevistado: Quando tem demanda grande de trabalho, os próprios vinculados não dão conta. Tem muito horário disponível. Aí chama no sindicato da terrestre para fazer essa função que é do vinculado também na falta de horário e período deles.

O entendimento anterior era o de que o vinculado e o trabalho precário minam o poder de barganha dos trabalhadores (BARROS, 2017; DIEGUEZ, 2014), mas ele avança para uma dimensão mais ampla, abarcando as dinâmicas mais complexas de trabalho em curso no porto de Itajaí. Isso fica explícito nos seguintes pensamentos:

Entrevistado: Tem que saber mexer num guindaste a bordo, não é coisa para todos, não. Então, o que a APM fez, pagou 10.000 para um cara e fixou ele nessa posição de guindasteiro. Daí eles selecionaram alguns dos melhores, o que o sindicato aprovou, meio que desaprovando. Não tinha escolha, né. Não poderiam dizer em assembleia que teve seleção por debaixo dos panos, porque daí vai cair nos mesmos problemas que tô te falando. Não vai para frente, não adianta.

Entrevistador: Então, o que acontece que é bom para o sindicato desse esquema todo?

Entrevistado: É o seguinte, quando aumenta muito o serviço, entra e sai navio, eles precisam folgar porque o porto funciona 24 horas. Daí eles chamam o avulso do sindicato. (Estivador, 37 anos).

Essa pressão contra os trabalhadores, especialmente os mais jovens, tensionou a relação com os que têm mais de 45 anos de idade. Entende-se a preocupação dos mais novos em relação aos mais velhos, visto que estes “não foram pressionados a pegar tudo quanto é tipo de curso” para manterem-se empregados (estivador, 40 anos).

Desta forma, muitos trabalhadores mais velhos “teriam se contentado com o que recebem” (estivador, 33 anos). Como nos diz um gerente (40 anos, OGMO): “Os

trabalhadores que adquiriram novas qualificações, que estão em dia, posso te dizer que são poucos, são os mais jovens [...] que no total dos 150 trabalhadores da estiva, uns 40 pegam firme, estão dispostos a fazer a multifuncionalidade e usar o que aprenderam.”

Segundo um entrevistado (estivador, 41 anos), “[os mais velhos] não precisam vir que nem eu ao porto pra pagar as contas. E também acho que eles não estão tão bem preparados para operar o maquinário que tem aí no porto”.

Da parte dos mais velhos, inúmeras vezes os trabalhadores mais jovens foram acusados de “afrontar o sindicato porque legitimariam o pleito da Portonave [porto privado] de burlar o sistema de contratação pelo OGMO” (Eduardo Gutera, presidente da Federação Nacional dos Portuários).

Essa “afronta”, em nosso entendimento, marca mais explicitamente as diferenças geracionais em curso. Ao buscarem por trabalho dentro do porto se qualificando, e mesmo fora dele se vinculando, os trabalhadores mais jovens nos relataram a necessidade de terem uma experiência que condiz com as relações de trabalho em curso.

A situação de encontrar um trabalho digno, no contexto da crise do porto público, esbarrou na baixa divisão do trabalho predominante no porto privado, que possui somente três funções definidas: estivador, capatazia e conferente. Logo, os trabalhadores avulsos do porto público viram que a expectativa de alcançar melhor rendimento em razão do desempenho, peça fundamental de suas experiências de trabalho, não os permitiram investir em maior qualificação profissional nesse espaço do porto privado. Esse contraste ajuda-nos a entender as opções abertas a esses trabalhadores no seu retorno ao porto público.

Como um mercado interno que vem lutando para se preservar e inovar frente as demandas do capital, a novidade do trabalho portuário está, em nosso entendimento, na taxa maior de mobilidade sem mudança de status em relação às experiências passadas (SENNETT, 1999). Os que permanecem, sobrevivem ao processo de enxugamento, mas isso não é uma vantagem frente as lógicas de alianças e sociabilidade para manter-se empregado no porto, as quais passam também pelos sindicatos portuários.

O conflito geracional se abre, nesse sentido, explicitamente ao trabalho em atividade conexa para o sindicato da estiva, que sofreu mais com o processo de enxugamento e racionalização do trabalho portuário. A atividade conexa é bastante limitada, geralmente há de uma à duas vagas nos trabalhos terrestres de apoio para que o trabalhador dos estivadores no navio se viabilize⁶. A limitação originava conflitos

⁶ Guindaste e motorista de caminhão são as mais comuns para os estivadores, que trabalham no navio, mas operam eventualmente estas funções.

entre os trabalhadores, que disputavam o trabalho considerado do sindicato de origem da capatazia. É neste sentido que a reclamação acontece: “então, eu sou multifuncional, tenho todos os cursos e pego uma vez por mês o trabalho de conexão, igual ao pessoal que não vêm para o porto [referindo-se aos mais velhos]”⁷ (estivador, 36 anos).

Chamamos atenção para o ano de 2008, com início das operações do porto privado. O trabalho da estiva desestabiliza a escala de trabalhadores. “Muitos foram para lá para o Portonave” (estivador, 41 anos). Os trabalhadores da estiva buscavam o trabalho em lingada (trabalho da capatazia) e operador (trabalho da capatazia). Estas funções sofrem um corte profundo a partir do ano 2008 e intensifica a experiência de expulsão dos que detêm menor qualificação.

Ilustramos a experiência de expulsão a partir da Tabela 1, que aponta para a dimensão da oferta de trabalho e engajamento para os trabalhadores avulsos.

Tabela 1 - Oferta de trabalho e engajamento

Atividade	Ofertados	Engajados
Arrumador	30897	22404
Bloco	7585	2695
Conferente	2580	2597
Consertado	1385	433
Estiva	8289	17857
Vigia	1984	1155
Total	52720	47141

Fonte: OGMO (2008), elaborada pelo autor.

Esta tabela demonstra que os estivadores precisaram acessar o trabalho oferecido, necessariamente, de outros sindicatos. Porém, para esses trabalhadores, essa situação se justificou a partir da inflação na oferta do trabalho de capatazia. A consequente perda de poder dessa categoria, assim como de todos os trabalhadores, intensificou a experiência de afastamento com os quadros internos ao sindicato e os aproximou com outros sindicatos desejosos de responder a essa situação de precarização do trabalho.

A entrada no trabalho da capatazia pelos estivadores, de um lado, os aproximou aos interesses da capatazia em avançar com sistemas mais democráticos de trabalho. A despeito disso, um estivador (38 anos) nos relata:

Foi deles (armadores e porto) atacarem pela estiva, é lá que a força do sindicalismo se manteve, é lá que o corte foi mais duro: a conexão, o trabalho em funções

⁷ Isso acontece porque a idade é um dos critérios para a seleção dos trabalhadores.

terrestres que fazíamos foram suprimidas porque as máquinas “comeram” espaço, e os terrestres, a legislação tava ruim até a pouco tempo, foram. A turma ficou sem emprego, e tem se rebelado e somado forças com a capatazia. A ideia é fechar um acordo coletivo nos próximos anos com todos os trabalhadores. Em Vitória-ES já é, há muito tempo, assim.

Como fica demonstrado na fala do entrevistado, justifica-se a necessidade de uma boa relação com a capatazia para as atividades conexas: “tem momento em que o lançamento de mercadorias da terra para o navio precisa de todos os trabalhadores” (estivador, 38 anos). Essa experiência cria laços de continuidade da qual eles são altamente carregados de sentido em ciclos econômicos em queda.

Existe, nesse sentido, um processo de luta pela relevância dos sindicatos de origem (de cada sindicato para a reserva de seu mercado) contra a precarização. Isso, entretanto, somente se visibiliza quando avaliamos o registro das qualificações adquiridas no porto – entre colegas e com a luta pelo domínio relativo dos processos de seleção, definição de jornadas – e as cruzamos com a chamada para o trabalho.

Na Tabela 2 podemos ver como o sistema de distribuição do trabalho tem sido alterado a partir da demanda dos próprios trabalhadores.

Tabela 2 - Interessados na mudança de registro sindical

Sindicato de origem	Total de trabalhadores	Sindicato de destino
Sindicato dos estivadores	19	Sindicato dos Arrumadores
Sindicato dos consertadores	3	Sindicato dos Arrumadores
Sindicato do Bloco	2	Sindicato dos Arrumadores

Fonte: (OGMO, 2018), elaborada pelo autor.

Esses dados nos informam que há o interesse e o predomínio dos trabalhadores da estiva em migrarem para o sindicato dos arrumadores e capatazia que detêm uma grande oferta de trabalho oferecido. A proposta do sindicato da capatazia em receber esses trabalhadores é fruto de seu interesse em normatizar o acesso ao registro do trabalho.

Há trabalhadores que entendem o acesso ao trabalho de outra categoria como fonte de renda complementar. Associamos essa posição aos trabalhadores que não iniciaram um processo intensivo de aproximação com os outros sindicatos. Segundo um sindicalista:

Os trabalhadores avulsos geralmente não queriam se vincular, né, é difícil isso, eles não vão se vincular para trabalhar em *tractor* (caminhão de transporte de

contêiner) porque daí eles vão ganhar uma miséria. Então, o que aconteceu é que abriu a brecha para eles contratarem fora do OGMO – caso se eles não se interessassem pela oferta dos operadores portuários ou não preenchessem os requisitos exigidos para o cargo oferecido. (Estivador, 50 anos).

Podemos ver uma visão de mudanças nos sindicatos:

Sabes o ATT (*tractor*)? O caminhãozinho que vem para retirar e colocar os contêineres dos guinchos. Eles chamam para vincular no ATT. Só que como o salário é muito baixo, é o mais baixo que tem. Nem todo *terrestre* (capatazia) vai para o ATT. Aí sobra para cá. Daí a gente pode entrar, pode vincular. Depois deles. Esse que é meu veneno... Eu sou operador de guindaste, operador de ponte. Nunca vou ser vinculado. Não tem oportunidade para eu entrar. Estamos finalizando um acordo com os outros sindicatos, daqui há pouco fechamos com todos. (Estivador, 32 anos).

Essa situação trouxe respostas ambivalentes dos sindicatos, especialmente da estiva, no sentido de justificar a prática de flexibilização do trabalho. Ela é ambivalente porque, como diz o entrevistado (estivador, 39 anos): “a gente entendeu como razoável até porque não dava mais para colocar um cara que não sabe operar guindaste como candidato, né?”.

A pressão entre os próprios trabalhadores para comparecerem ao serviço da “lingada”, trabalho da capatazia em que se paga pouco, intensificou-se, registrando ausência de falta ao trabalho. Comparando com os dados históricos da “lingada” eles sugerem que os trabalhadores da estiva que não tinham acesso aos trabalhos melhores remunerados e de melhor qualificação começaram a demandar uma nova proposta de sistema de rodízio.

Esse mecanismo de distribuição do trabalho, o rodízio, precisou ir além dos seus limites convencionais (SARTI, 1981). Os mecanismos para efetuar essa nova proposta baseiam-se em abrir esse cadastro, já mencionado, mas devolver ao sindicato de origem o imposto que esses trabalhadores recolhem enquanto funcionários de outros sindicatos. Um assalariado da capatazia relata:

Irrevolucionário nosso mercado. Vai ser difícil eles imporem tudo o que eles estão acostumados a fazer. Tem um problema que permanece, mas isso vai passar: não praticamos a multifuncionalidade porque o número de trabalhadores (do sindicato dos estivadores) deles é muito pouco. Não quer dizer que temos que esperar o patrão fazer isso pela gente. (Capatazia, 40 anos).

Pelas falas dos entrevistados é possível inferir que as principais regras que definem os rumos da organização do trabalho, da definição do perfil desejado – com cursos de qualificação exigidos para o trabalho – e para a multifuncionalidade, não são autoaplicáveis, uma vez que eles precisam passar pela negociação e acordos coletivos. A luta dos sindicatos passa por uma mudança de estratégia e de cultura laboral. Eles não esperam mais por um período de maior demanda e pela manutenção da lógica anterior de trabalho porque seus registros e a própria viabilidade do mercado de trabalho podem ser postas em risco, caso eles não assumam essa posição.

Considerações finais

A proposta deste artigo foi discutir a trajetória institucional das reformas que acometeram os portos brasileiros a partir do estudo de caso do porto de Itajaí-SC. Esse porto se destaca entre os diversos casos de precarização do trabalho e privatização em curso dos portos no país.

A reflexão pautou-se, inicialmente, pela análise da trajetória da reforma portuária com o foco na primeira década dos anos 2000. Vimos que o Estado se apresentou como um ator protagonista para a indução de novas formas de regulação do mercado do trabalho.

Percebemos um aprendizado intempestivo nos portos da periferia do sistema nacional para novas formas de organização do trabalho. A inserção do movimento sindical no campo do Direito tem absorvido o novo entendimento da jurisprudência portuária, com reflexos diretos sobre os novos mecanismos de intervenção sobre a estrutura portuária local. Esse acumulado de práticas sindicais na periferia do sindicalismo portuário, nos anos 2000, teve o intuito de realçar os acordos coletivos como meio de legitimar os pleitos dos sindicatos para o uso da multifuncionalidade, permitindo uma nova estrutura de oportunidades para ação sindical portuária.

Logo, com as mudanças na lógica de distribuição do trabalho, deduzimos todo um processo de construção de solidariedade intersindical que se mostrou responsiva às demandas empresariais, portanto, interrompendo a interferência desse ator sobre a organização e autonomia do sindicato. A cultura portuária foi ressignificada nesse processo, trazendo a combatividade notória para o plano das múltiplas frentes que extrapolam a vida portuária num contexto de reformas desse setor.

**PORT REFORM, WORK AND UNION ACTION:
THE EXAMPLE OF ITAJAÍ PORT, SC, BRAZIL - 2000-2016**

ABSTRACT: *The purpose of the article is to evaluate the impact of public policies on the Brazilian port sector, based on a reform cycle started in the years 2000s, taking as an example the case of the port of Itajaí, SC, Brazil. In fact, the intention is to demonstrate the role of workers and Unions when contesting the most damaging effects of port privatization processes. We analyzed how the port unions built new ways to cooperate and propose alternative forms for organizing their work, thus also acting to guide the local port development policy*

KEYWORDS: *Port Reform. Job. Unionism.*

**REFORMA PORTUARIA, TRABAJO Y ACCIÓN SINDICAL:
EL EJEMPLO DEL PUERTO ITAJAÍ-SC - 2000-2016**

RESUMEN: *La propuesta del artículo es evaluar el impacto de las políticas públicas en el sector portuario brasileño a partir del ciclo de reformas reforma iniciado en la década de 2000, tomando como ejemplo el caso del puerto de Itajaí-SC. Específicamente, la intención es demostrar el papel de los trabajadores y los sindicatos en la lucha contra los efectos más perjudiciales de los procesos de privatización portuaria en curso en esa ciudad. Analizamos cómo los sindicatos portuarios construyeron nuevas formas de cooperar y propusieron nuevas formas de organizar su trabajo, actuando así para guiar la política de desarrollo portuario local.*

PALABRAS CLAVE: *Reforma portuaria. Trabajo. Sindicalismo.*

REFERÊNCIAS

BARROS, Thiago Pereira de. **Os estivadores do Porto de Santos/SP: uma análise geográfica sobre o trabalho, o sindicato e a modernização dos portos.** Orientador: Marcelo Dornelis Carvalhal. 2017. 236 p. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2017.

BRASIL. **Lei nº 12.815 de 05 de junho de 2013.** Dispõe sobre a exploração direta e indireta pela União de portos e instalações portuárias e sobre as atividades desempenhadas pelos

operadores portuários; altera as Leis nºs 5.025, de 10 de junho de 1966, 10.233, de 5 de junho de 2001, 10.683, de 28 de maio de 2003, 9.719, de 27 de novembro de 1998, e 8.213, de 24 de julho de 1991; revoga as Leis nºs 8.630, de 25 de fevereiro de 1993, e 11.610, de 12 de dezembro de 2007, e dispositivos das Leis nºs 11.314, de 3 de julho de 2006, e 11.518, de 5 de setembro de 2007; e dá outras providências. Brasília, 2013. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/Lei/L12815.htm. Acesso em: 25 dez. 2017.

BRASIL. AUTOS n. 01674-2008-047-12-00-5. **TERMO DE AUDIÊNCIA**. Poder Judiciário. Justiça do trabalho. Tribunal regional do trabalho da 12 região. 3ª vara do trabalho de Itajaí/SC. 2008.

BRASIL. Decreto legislativo nº 29, de 22 de dezembro de 1993. **Lei de modernização dos portos**. Brasília, DF, Disponível em: http://www.trtsp.jus.br/geral/tribunal2/LEGIS/CLT/OIT/OIT_137.html. Acesso em: 25 mai. 2016.

CARVALHO, Francisco Edivar; COSTA, Silvia Pires Bastos. **Abordagem prática do trabalho portuário avulso**. São Paulo: Ltr, 2015.

COCCO, Giuseppe; SILVA, Gerardo. (Orgs.). **Cidades e portos: os espaços da globalização**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

COLONETI, R. A.; ZILLI, J. C. Z.; GOULARTI FILHO, A. A utilização de terminais retroportuários no porto de Itajaí-SC para o escoamento da produção das empresas exportadoras do sul de Santa Catarina. **Seminário de Ciências Sociais Aplicadas**. Unesc: Criciúma, 2014.

DIEGUEZ, Carla Regina Mota Alonso. **Trabalho à deriva: contradições e ambiguidades nas lutas e percepções dos estivadores de Santos (1993-2013)**. Orientador: José Dari Krein. 2014. 374 p. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014.

DOCTOR, Mahrukh. **Business-State Relations in Brazil: Challenges of the Port Reform Lobby**. New York: Taylor and Francis (Routledge), 2017.

DUBAR, Claude. **A construção das identidades sociais e profissionais**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

KREIN, José Dari. **Tendências recentes nas relações de emprego no Brasil: 1990-2005**. Orientador: Carlos Alonso Barbosa de Oliveira, 2007. 347 p. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

LABTRANS. **Plano mestre do porto de Itajaí**: Cooperação técnica para apoio a SEP/PR planejamento do setor portuário brasileiro e na implantação dos projetos de inteligência logística. Florianópolis: UFSC, 2015.

MIGUEL, Talita Acordi; SOUZA, Maria Helena. Estudo da movimentação portuária do porto de Itajaí no período de 2005-2015. **I Congresso Sul Catarinense de Administração e Comércio Exterior**. Criciúma, p.1-13, 2017.

MONIÉ, Frédéric; VIDAL, Soraia Maria do S. C. Cidades, portos e cidades portuárias na era da integração produtiva. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro, v.40, n. 6, p.975-995, nov/dez. 2006.

OGMO. Órgão de Gestão da Mão de Obra Portuária: Itajaí-SC. 2008-2018 Disponível em: <http://www.ogmoitajai.com.br/portal/>. Acessos em: 13 set. 2020.

PIORE, Michael J. The dual labor Market: theory and implications. In: GRUSKY, David B. **Social stratification: class, race and gender in sociological perspective**. Philadelphia: Westview Press, 2008. Cap. 56.

RIO DE JANEIRO. Secretaria de Inspeção do Trabalho. Ministério do Trabalho e Emprego. **Nota Técnica nº 36**: competência para fixação dos ‘quadros’ de trabalhadores portuários avulsos nos portos organizados. Rio de Janeiro: Unidade Especial de Inspeção do Trabalho Portuário e Aquaviário, 2001. 4 p.

RODRIGUES, Leôncio Martins. **Partidos e sindicatos**: Escritos de Sociologia Política. São Paulo: Ática. 1991.

SANTA CATARINA. Convenção Coletiva 2010/2011 - 1ª parte. Convenção Coletiva de Trabalho Sindicato dos Conferentes de Carga e Descarga nos Portos de Itajaí e Florianópolis. Itajaí, 08 de julho de 2011. Disponível em: <http://www.tallyman.com.br/news/newsVer.php?id=186#:~:text=Par%C3%A1grafo%203%C2%BA%20%2D%20Havendo%20falta%20de,se%20engajarem%20para%20o%20trabalho%2C>. Acesso em: 13 set. 2020.

SARTI, Ingrid. **Porto vermelho**: os estivadores santistas no sindicato e na política. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

SENNETT, Richard. **A Corrosão do caráter**: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. Rio de Janeiro: Record, 1999.

SILVA, Fernando Teixeira da. **A carga e a culpa**. São Paulo: Hucitec, 1995.

ZOTTO, Tânia Cristina. **O trabalho de estiva**. Modernização x tradição: os desafios da tecnologia e da gestão no cais. São Paulo: LTr, 2002.

Recebido em 03/12/2019.

Aprovado em 12/07/2020.

A MEMÓRIA SOCIAL DA CAPOEIRA: HISTÓRIA E NARRATIVAS

*Marcelo Cardoso da COSTA**
*Sergio Luiz Pereira da SILVA***

RESUMO: O tema proposto por este artigo é a memória social da capoeira e a sua presença na região da Baixada Fluminense-RJ. Seu objetivo é entender as seguintes questões: (i) o contexto da migração da capoeira para esta região; (ii) o surgimento da capoeira na Baixada Fluminense e; (iii) os lugares que a capoeira ocupou e vem ocupando. Para isso ele considera que a capoeira esteve presente em importantes momentos históricos do país, no entanto, na relação de poder entre o dominante e dominado, ela foi perseguida e proibida. Essa tentativa de exclusão social deixou rastros e vestígios que, através de pesquisas acadêmicas, arquivistas e etnográficas, vêm construindo a memória da capoeira em diversas localidades. Esse é o caso da presença da capoeira na região da Baixada Fluminense-RJ que, através da memória dos seus mestres, vem ganhando visibilidade.

PALAVRAS-CHAVE: Memória Social. Capoeira. Baixada Fluminense.

Introdução

A memória social da capoeira e a sua presença na região da Baixada Fluminense é o tema deste artigo.

No início do século XXI o universo da capoeira é visto como vasto e cheio de possibilidades de ser pesquisado, abrangendo diferentes olhares de campos do saber. Seu conceito é uma “teia” de sentidos e aplicações e sua manifestação cultural é caracterizada pela sua multidimensionalidade (BRASIL, 2007, p.11).

* PPGMS/UNIRIO - Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Professor do Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ). Rio de Janeiro – RJ – Brasil. 22743-670 - marcelosociologo@yahoo.com.br. <https://orcid.org/0000-0002-5833-7488>.

** UNIRIO - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Professor Associado III do Programa de Pós-graduação em Memória Social (PPGMS/UNIRIO) e da Faculdade de Ciências Sociais ((FCS/UNIRIO). Rio de Janeiro – RJ – Brasil. 22231-130 - slps2@uol.com.br. <https://orcid.org/0000-0002-9417-4380>.

Uma dessas possibilidades, por exemplo, é a de pensar na capoeira como filosofia da ancestralidade e como um sistema integrado entre corpo e mente. Essa abordagem vem sendo difundida por Luiz Rufino (2018) e Luiz Rufino, Cinézio Feliciano Peçanha e Eduardo Oliveira (2018) numa perspectiva de pensamento diaspórico e enquanto diversidade de conhecimento, em confronto com a primazia da racionalidade do saber/poder do ocidente-europeu. Essa perspectiva faz uso do conhecimento do jogo, da ancestralidade, da ginga, do saber, da oralidade e da corporeidade como um instrumento relacional com o mundo. Essa forma de pensar a capoeira traz a inserção da pesquisa etnográfica ao universo do saber, buscando na oralidade e na memória dos seus praticantes a fonte desse conhecimento.

Essa multiplicidade de olhares vem sendo construída pela memória dos praticantes da capoeira, através da história oral e da observação participativa. Por outro lado, as fontes históricas têm dialogado com essas memórias, buscando conciliar o método historiográfico com a história oral. Dessa forma, tanto a história quanto a memória fazem parte do campo de lutas e de relações de poder, configurando um contínuo embate entre lembrança e esquecimento (GONDAR; DODEBEI, 2005).

A memória da capoeira no Brasil tem expressado essa luta de resistência e poder entre a construção de uma memória do dominante e a negação desta. A capoeira pode ser interpretada de várias formas, como manifestação da população negra, resistência à escravidão, desordem urbana, crime, esporte nacional e patrimônio cultural. Essas ressignificações da capoeira no tempo e no espaço vêm revelando diferentes pontos de vista sobre os momentos históricos. É o caso da capoeira na Baixada Fluminense, localidade pertencente à Região Metropolitana do Rio de Janeiro-RJ e que abrange treze municípios¹, em que as memórias dos mestres da capoeira são importantes elementos de contribuição para a cultura, a identidade e a história nessa região².

O intuito desse artigo é o de entender as seguintes questões: (i) o contexto da migração da capoeira para esta região; (ii) o surgimento da capoeira na Baixada Fluminense e; (iii) os lugares que a capoeira ocupou e vem ocupando.

A primeira parte deste trabalho apresenta uma reflexão crítica sobre o campo de pesquisa da memória social, enquanto, a segunda expressa a construção da memória da capoeira, utilizando alguns autores clássicos e contemporâneos da memória social. A terceira parte retrata a história e a presença da capoeira na Baixada Fluminense através dos relatos dos mestres de capoeira da região.

¹ Os municípios são os seguintes: Nova Iguaçu, Duque de Caxias, Belford Roxo, Guapimirim, Itaguaí, Japeri, Magé, Mesquita, Nilópolis, Paracambi, Queimados, São João de Meriti e Seropédica.

² A população da baixada é de 3.872.615 habitantes (RIO DE JANEIRO, 2018).

Memória como campo de estudo

Olick *et al.* (2011), na introdução do livro *The collective memory reader* fazem um apanhado abrangente sobre o campo de estudo da memória social: suas origens, história e a relação com o nacionalismo e a modernidade. Os autores demarcam dois momentos do chamado “boom da memória”: o surgimento da ideia do nacionalismo, no século XIX, e a queda da utopia do progresso da modernidade no pós-guerra, final dos anos 1970. Esse segundo “boom da memória” se refletiu nos espaços analíticos, acadêmicos e literários, em meio a críticas sobre a sua adesão à indústria cultural e ao modismo. Olick *et al.* (2011) não concordam com essa crítica. Para eles esse segundo boom representou a consolidação do campo de investigação da memória, marcado por dois pontos importantes: (i) corrigir narrativas enganosas em termos das origens dos estudos da memória contemporânea e; (ii) consolidar o futuro do campo de estudo da memória social como importante área de investigação.

Ainda, para Olick *et al.* (2011), o mito da criação da memória, enquanto dimensão social, não tem sua paternidade associada a Maurice Halbwachs (2006). Antes desse pensador, a memória já era campo de investigação nos estudos de Platão, Nietzsche, Bergson e Freud. Para Barrenechea (2005), é Nietzsche, antes de Halbwachs, quem afirmava que a memória individual é inseparável da memória coletiva e que o fato de lembrar surge de necessidades comunitárias, da violência e das pressões coletivas.

Cabe ressaltar, no entanto, o mérito de Halbwachs (2006), pois foi este quem deu especial destaque ao conceito de memória social, ao mostrar que a materialidade da memória não estava no campo individual e sim coletivo. Para ele, cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, mudando de acordo com o lugar que este indivíduo ocupa e as relações que o mesmo mantém com o seu grupo social. Assim Halbwachs, ao publicar *Les cadres sociaux de la mémoire* em 1925, inaugurou um novo campo de investigação nas ciências humanas denominado de memória coletiva, contrapondo-se às interpretações psicologizantes da memória presentes à época (HALBWACHS, 2006; CORDEIRO, 2006).

Na obra *Memória coletiva*, Halbwachs (2006) destaca três dimensões pertinentes ao conceito de memória social: (i) pensar as memórias somente em termos de convenções sociais; (ii) a investigação deve ser no mundo empírico e; (iii) pensar o passado como reconstrução contínua no presente. Dessa forma, o conceito de memória social foi fundamental para se pensar nas narrativas da história oral, possibilitando a abertura de novas perspectivas de interpretação de um mesmo fato histórico.

O segundo “boom da memória” deu grande avanço para a consolidação desse campo de investigação, como atesta Olick *et al.* (2011), porém, convive com críticas

sobre seus excessos e ambiguidades. Sarlo (2007), citando a avalanche de discursos em primeira pessoa, como histórias de vida, autobiografias, entrevistas, biografias e memória, questiona se essa “guinada subjetiva” seria um excesso testemunhal em primeira pessoa, carecendo de uma metodologia apropriada nas ciências humanas. Ela alerta que: “não há uma equivalência entre o direito de lembrar e a afirmação de uma verdade da lembrança”. (SARLO, 2007, p.44). Fazendo uma forte crítica ao excesso da narrativa subjetiva e a sua relação com a história, ela traz importantes questionamentos, tais como: (i) a ambiguidade existente entre a memória e a história, em termos de reivindicação do passado e validade científica; (ii) a narração como capacidade de criação de uma nova temporalidade para a experiência; (iii) a questão do anacronismo no uso da memória e da história. Sarlo (2007) forneceu importantes reflexões no uso da memória como objeto de análise, principalmente em termos de construção de uma metodologia que tenha validade científica.

Os estudos interdisciplinares em memória social ganharam, mais tarde, importantes contribuições no livro *O que é memória social?* organizado por Gondar e Dodebei (2005). Seus dez artigos “[...] delineiam os contornos problemáticos do campo social e da memória, trabalhando para a construção de conceitos que lhe correspondam” (GONDAR; DODEBEI, 2005, p.9-10). Em outro trabalho, *Cinco proposições sobre memória social*, Gondar (2016) busca demarcar o campo da memória social nos seguintes pontos: (i) é transdisciplinar; (ii) é ético e político; (iii) implica o esquecimento; (iv) não se reduz a identidade e; (v) não se reduz a representação.

Ao pesquisar a capoeira na Baixada Fluminense percebe-se que, por um lado, havia uma lacuna na historiografia acadêmica e, por outro lado, boa parte da história e da cultura dessa prática está presente na memória dos seus praticantes. A partir dessas constatações surgiram as questões: como trabalhar esses relatos? Como levar isso para o campo científico e que metodologia aplicar?

Foi no campo de investigação teórico e metodológico da memória social que encontramos abrigo para trabalhar essas questões. Os conceitos de memória coletiva em Halbwachs (2006), de história em Michel Foucault (1989) e Walter Benjamin (1985) e de rastros em Jeanne Gagnebin (2012), foram as principais referências teóricas. Pensar a prática da capoeira, por essa perspectiva, é fazer surgir os vestígios e rastros históricos da sua presença, desvendando sua relação de poder e o contexto social de suas manifestações ao longo do tempo e do espaço.

Ao trabalhar com as memórias dos mestres e praticantes de capoeira duas imagens são frequentes: a da capoeira enquanto prática criminalizada – fruto de preconceitos e de perseguições, e a da luta pelo seu reconhecimento enquanto valor cultural e histórico (ABREU e CASTRO, 2009; COSTA e RANGEL, 2010). Essas duas

imagens fazem parte da abordagem histórica sobre acontecimentos do passado e do presente e nos remete à relação existente entre os conceitos de memória e de história. Ambos os conceitos lidam com o passado através do presente e são historicamente datados, surgidos na sociedade grega clássica, porém sendo diferentes em seus significados.

Foi na sociedade capitalista moderna, segundo Benjamin (1985), que a história foi aprisionada no conceito de ciência, afastando-se do campo das artes e da filosofia e, ao mesmo tempo, se transformando no discurso oficial dos vencedores. Isso fez com que a memória deixasse de ser encarada como um conhecimento para ser apenas uma abordagem do campo historiográfico.

Fustel de Coulanges recomenda ao historiador interessado em ressuscitar uma época, que esqueça tudo o que sabe sobre fases posteriores da história. Impossível caracterizar melhor o método com o qual rompeu o materialismo histórico. Esse método é o da empatia. Sua origem é a inércia do coração, a acedia, que desespera de apropriar-se da verdadeira imagem histórica, em seu relampejar fugaz. Para os teólogos medievais, a acedia era o primeiro fundamento da tristeza. [...] A natureza dessa tristeza se tornará mais clara se nos perguntarmos com quem o investigador historicista estabelece uma relação de empatia. A resposta é inequívoca: com o vencedor. Ora, os que num momento dado dominam são os herdeiros de todos os que venceram antes. A empatia com o vencedor beneficia sempre, portanto, esses dominadores (BENJAMIN, 1985, p.225).

Benjamin (1985), ao escrever as teses *Sobre o Conceito de História*, faz uma crítica contundente sobre as concepções históricas defendidas pelo positivismo, pelo historicismo e pela social-democracia, que apostavam em um modelo historiográfico do progresso irresistível da história. Esse progresso da modernidade, e o investigador historicista, dizia ele, estariam comprometidos com o dominador. Segundo ele, é preciso ter em mente essa associação e dela se afastar, buscando no materialismo histórico o método de contraposição e de crítica. Assim Benjamin (1985) termina a sétima tese sugerindo que é preciso “escovar a história a contrapelo”, ou seja, é preciso recusar a tradição dos vencedores e seguir o caminho dos despojos deixados pelo historicismo, que nos remeterá à empatia com a história dos vencidos, dos excluídos. O propósito era o de compreender a história do ponto de vista dos vencidos e empreender a crítica da modernidade capitalista.

A nona tese sobre o conceito de história, traz a imagem do “Anjo da história” que:

[...] gostaria de deter-se para acordar os mortos e juntar os fragmentos. Mas uma tempestade sopra do paraíso e prende-se em suas asas com tanta força que ele não pode mais fechá-las. Essa tempestade o impele irresistivelmente para o futuro, ao qual ele vira as costas, enquanto o amontoado de ruínas cresce até o céu. Essa tempestade é o que chamamos progresso. (BENJAMIN, 1985, p.226).

Esse “Anjo da história” está sendo aprisionado pelo progresso, construído sobre catástrofes, massacres e violências infligidas aos vencidos no decorrer da história. Para libertá-lo se faz necessário fazer a seguinte tarefa: resgatar a memória histórica dos dominados, seus pensamentos, personagens e eventos e, ainda, empreender a crítica sobre ideia de progresso.

Foucault (1989), influenciado pela filosofia histórica de Nietzsche³, elabora o método da genealogia, que é uma técnica de investigação preocupada com o contexto das relações de força e não em descobrir as origens das ideias, valores ou identidades sociais. Nessa concepção, a verdade histórica é dada e forjada pelas relações de força de cada época. A uniformidade e regularidade da história são negadas, existindo a irregularidade e a inconstância. Isso faz com que a história não tenha uma ordem linear. Essa perspectiva histórica é reveladora dos discursos e dos micro-poderes presentes na definição de exclusão de grupos ou classes sociais, revelando a constituição de forças políticas dominantes que, em cada época, impõem sua verdade e silencia a cultura dos que foram dominados. É nesse contexto de poder que foi possível, por exemplo, a criação da identidade nacional, operando numa lógica dialética entre incluídos e excluídos, quando da imposição pelo uso da força dos Estados Nacionais sobre as regiões contrárias a essa centralização do poder – período do fim do século XVIII ao início do século XIX.

As análises de Benjamin (1985) e Foucault (1989) sobre a história ajudam a investigar os rastros e vestígios de memórias que foram ocultadas, buscando vestígios do passado nas diversas camadas do presente. Seguindo esse pensamento, Gagnebin (2012) destaca a importância desses rastros e vestígios para o campo da memória, dizendo que:

Na tradição filosófica e historiográfica, o conceito de “rastro” é caracterizado por sua complexidade paradoxal: presença de uma ausência e ausência de uma presença, o rastro somente existe em razão de sua fragilidade. Ele é rastro porque

³ Nietzsche propôs o uso de uma filosofia histórica para analisar os valores e a moralidade da sociedade moderna através do poder. Esse método visava unir sem subordinar a filosofia à história.

sempre ameaçado de ser apagado ou de não ser mais reconhecido como signo de algo que assinala (GAGNEBIN, 2012, p. 28).

Os rastros indicam a procura do ausente da história oficial e revela vestígios do passado nas camadas do presente. No entanto, por outro lado, expressa também a tentativa de apagamento da memória. O rastro é fruto do acaso, sem intencionalidade, porém, se assim o é, também é não-intencional o seu decifrar. Esses rastros não são criados, como os demais signos culturais e linguísticos, mas sim, deixados ou esquecidos (GAGNEBIN, 2012). Para Gagnebin (2012, p.33), a leitura de Benjamin sobre a história é: “procurar por rastros deixados pelos ausentes da história oficial [...] e, também, por rastros de outras possibilidades de interpretação de uma imagem imutável dos acontecimentos e das obras do passado”.

Esse desvendamento dos rastros e vestígios da história representa a luta contra o processo de apagamentos, ocultações e sumiços. Além disso, ao ser decifrado, contribui para trazer novos elementos sobre a história.

Relacionando as teorias sobre a história de Benjamin (1985) e Foucault (1989) e as ideias de rastros, vestígios e apagamento com a pesquisa sobre a capoeira têm-se que: em vez de se pensar na identidade relacionada à capoeira ou mesmo a um mito de origem, convém pensar no contexto de seu surgimento, criminalização e aceitação atrelada às relações de poder no conjunto da rede social (FOUCAULT, 1995). Nessa perspectiva pode-se afirmar que: a capoeira é fruto do poder do comércio de escravos, da lógica capitalista do colonialismo e da violência da diáspora africana. Passou por processos de perseguição e tentativa de apagamento da sua memória e, segundo a concepção foucaultiana, por um movimento de contra-memória, contrário a imposição da memória do colonizador.

Foucault (1989) utiliza o termo de contra-memória para pensar a escrita da história. Enquanto a perspectiva tradicional de construção da história segue um *continuum* lógico de acontecimentos e registro linear de pessoas, dando a conhecer a memória coletiva que o tempo preservou, a genealogia foucaultiana concentra-se nas descontinuidades e nas rupturas que a história também guarda. Essa última realça as diferenças entre as consciências coletivas, não ignorando os temas mais marginais como a sexualidade e a loucura, que desafiam qualquer tentativa de interpretação da história como um *continuum* de identidades mais ou menos unificadas. Nessa contra-memória, a resistência à escravidão, a valorização das lembranças africanas e a sobrevivência das manifestações culturais negras expressaram a reação ao esquecimento. A prática da capoeira pode aqui ser pensada dentro dessa lógica, desafiando, como diz Foucault

(1989), qualquer tentativa de interpretação da história como um *continuum* de identidades mais ou menos unificadas.

As pesquisas sobre o passado escravista no Brasil, de acordo com a historiadora Mary Karasch (2000) encontram seu limitador nas poucas fontes da elite sobre o detalhamento de informações sobre a vida e a cultura dos escravos. Isso se reflete na pouca, ou nenhuma abordagem jornalística da época, “exceto quando continham debates sobre a abolição do tráfico de escravos, ou traziam anúncios de compra e venda de escravos, ou noticiavam um crime sensacional envolvendo um cativo” (KARASCH, 2000, p.20). Karasch (2000) constatou isso, quando da sua pesquisa sobre a vida dos escravos no Rio de Janeiro do começo do século XIX. Outro limitador foi o fato de a escravidão ser vista como natural por parte da elite brasileira e, também, dos historiadores que escreviam e pesquisavam sobre os feitos e acontecimentos da corte brasileira e seus costumes, ignorando a massa de escravos existentes. Foi utilizando a metáfora do arqueólogo que Karasch (2000) seguiu os rastros e descobriu na visão dos estrangeiros as fontes que perseguia.

O trabalho de Mary Karasch (2000), junto ao trabalho de Thomas Holloway (1997), *Polícia no Rio de Janeiro: repressão e resistência numa cidade do século XIX*, abriram caminho para inúmeros trabalhos de pesquisa e se tornaram referências sobre a escravidão para diversos pesquisadores. Foi o caso do historiador Carlos Eugênio Soares que elaborou dois importantes trabalhos que resgataram a capoeira do esquecimento e da história. São eles: *A Negregada Instituição: os capoeiras na Corte Imperial (1808-1850)* (1999) e *A capoeira escrava no Rio de Janeiro 1808-1850* (2004).

Esses trabalhos, ajudaram a tirar a capoeira dos “pés de página da historiografia” (OLIVEIRA; LEAL, 2009, p.40). Além disso, contribuíram para a abertura do espaço na academia para essa temática.

História, memória e capoeira

A trajetória histórica da capoeira foi sendo construída e reinventada ao longo dos tempos, de acordo com o contato com o outro, com o diferente e precisou incorporar novos valores e ressignificação de espaços e ritos para continuar a existir. A capoeira esteve presente nas discontinuidades e nas rupturas que a história também guarda, o que torna difícil qualquer tentativa de interpretação. Destacamos quatro momentos históricos em que a capoeira pode ser pesquisada e analisada como memória coletiva, em sua relação com o poder existente e visão relacional entre o lembrar e o esquecer.

No primeiro momento, no período 1808 a 1850, existiu a capoeira escrava (BRASIL, 2007). A capoeira aqui não se restringia a “uma prática cultural excludente de negros libertos ou livres e sim, também, relacionada a uma tradição rebelde que tinha fortes raízes escravas” (SOARES, 2004, p.25). A relação de poder nesse período é dada pelo sistema de colonização escravista, em que o dominado impõe seu poder e sua verdade baseada na lógica colonizadora. Nesse contexto a capoeira aparece nas festividades urbanas, nos portos, no espaço público e como forma de resistência à escravidão.

Para Mestre Warle⁴, a capoeira estava associada ao processo de escravidão e a formação da comunidade quilombola, expressa nas suas danças, crenças, valores, lutas e jogos, como a capoeira.

A história da capoeira está intimamente ligada a Baixada Fluminense. A área da Baixada Fluminense possuía muitos quilombos e senzalas, destacando a fazenda São Bernardino⁵, na região de Vila de Cava (atual distrito de Nova Iguaçu) que possuía cemitério de escravos, senzalas, quilombos. (COSTA, 2018, p.83).

Essa informação aparece na história oral dos mestres de capoeira, porém, seus rastros ainda estão por ser seguidos e pesquisados pela história, principalmente em relação à região da Baixada Fluminense.

Em um segundo momento a capoeira é vista como classe perigosa e como crime. Soares (2004) identifica esse momento no período que vai de 1850 a 1890, caracterizado por uma grande população negra na cidade do Rio de Janeiro (BRASIL, 2007). A capoeira, nesse momento, deixa de ser composta somente pela população negra e passa a incorporar boa parte das classes populares que não estavam inseridas dentro das relações de poder dominante. Os praticantes de capoeira passaram a utilizar estratégias de uso e controle dos espaços urbanos, de oferta de segurança e de proteção política. Surgiram grupos que controlavam parte dos espaços urbanos e que eram denominados de Maltas, visto como criminosos. Por outro lado, a oferta de segurança privada de políticos e partidos, a luta na Guerra do Paraguai (1864-1870) e a formação da Guarda Negra (1888) foram tentativas de inserção social. Por ser organizada em Maltas a capoeira estava associada ao termo de vadiagem, ao crime e a grupos de desordeiros, o

⁴ Warle Silva de Paula (Mestre Warle) nasceu 1935 e foi formado pelo mestre Medeiros.

⁵ A Fazenda São Bernardino foi construída em 1875 pelo português Bernardino José de Souza e Melo. Tombada pelo Patrimônio Histórico em 1951, contava com cavalariças, garagem para carruagens, senzalas, habitações para escravos e engenhos de cana e mandioca. Foi destruída por um incêndio na década de 1980.

que fez com que ela ficasse na clandestinidade e fosse tratada, pelas autoridades públicas, como algo a ser exterminado.

A capoeira já era combatida na época do Império, contudo foi no começo da República que ela foi criminalizada no código penal brasileiro pelo Decreto número 847, de 11 de outubro de 1890 (BRASIL, 1890), passando seus praticantes a serem perseguidos, presos e deportados, acusados de vadiagem.

Capítulo XIII - Dos vadios e capoeiras

Art. 402. Fazer nas ruas e praças públicas exercício de agilidade e destreza corporal conhecida pela denominação Capoeiragem: andar em carreiras, com armas ou instrumentos capazes de produzir lesão corporal, provocando tumulto ou desordens, ameaçando pessoa certa ou incerta, ou inculcando temor de algum mal; Pena de prisão celular de dois a seis meses.

A penalidade é a do art. 96.

Parágrafo único. É considerado circunstância agravante pertencer o capoeira a alguma banda ou malta. Aos chefes ou cabeças, se imporá a pena em dobro.

Art. 403. No caso de reincidência será aplicada ao capoeira, no grau máximo, a pena do art. 400. Com a pena de um a três anos.

Parágrafo único. Se for estrangeiro, será deportado depois de cumprida a pena.

Art. 404. Se nesses exercícios de capoeiragem perpetrar homicídio, praticar alguma lesão corporal, ultrajar o pudor público e particular, perturbar a ordem, a tranquilidade ou segurança pública ou for encontrado com armas, incorrerá cumulativamente nas penas cominadas para tais crimes. (BRASIL, 1890, n.p.).

Esse código fez a capoeira ser proibida por lei no período de 1890 a 1937. Ela não fazia parte da construção de identidade que a república tentava forjar, que era a de um nacionalismo nos moldes europeu. Esse nacionalismo republicano buscou esquecer o passado colonial e escravista, as manifestações da cultura negra e combater os inimigos da república. A capoeira, nesse sentido, era inimiga, pois apoiou o Império contra a república⁶. Esse episódio quase representou o fim da cultura da capoeira.

No terceiro momento, a capoeira é vista e associada ao esporte nacional (BRASIL, 2007, OLIVEIRA; LEAL, 2009). Ajudada por alguns intelectuais, a capoeira buscou ser encaixada dentro da identidade nacionalista que estava sendo construída pelo governo populista de Getúlio Vargas (1934-1937). Com a ideia de que a capoeira

⁶ Muitos capoeiristas faziam parte da Guarda Negra da Redentora, formado por um grupo de ex-escravos logo após a assinatura da Lei Áurea, pela Princesa Isabel, em 1888. Eram abolicionistas e monarquistas e, em suas ações, buscavam dispersar manifestações republicanas, usando a força e a o jogo da capoeira.

representava a legítima luta e esporte nacional, buscou-se a ressignificação da capoeira dentro do contexto nacional populista do governo Vargas.

Coelho Neto representou o ponto alto da versão que defendia a transformação da capoeira em esporte nacional. [...] Coelho Neto não apenas realça as qualidades ginásticas da capoeira. Ele a celebra como verdadeira educação física do Brasil, que deve ser ensinadas nas escolas, quartéis, lares, em quaisquer lugares onde a instrução seja importante. (SOARES, 2004, p.40 e 12).

Foi nesse contexto que Mestre Bimba (1900-1974) criou na Bahia, em 1932, a primeira academia especializada em capoeira: a Luta Regional Baiana ou apenas Capoeira Regional. Bimba sistematizou os golpes, criou um método de ensino e fundou assim a primeira escola de capoeira. Esse fato buscava modificar a imagem da capoeira ligada ao processo de escravidão, ao da vadiagem e aos desocupados, tirando-a da criminalidade e fazendo com que se aproximasse da luta e do esporte. Com isso, criou-se uma nova tradição da capoeira (BRASIL, 2007, p.37). Esse movimento fez com que a capoeira passasse a ser aceita em suas práticas e fazeres.

Ao sistematizar os golpes e incorporar atributos de outras artes marciais, a capoeira Regional sofreu críticas de alguns capoeiristas, que reagiram criando uma outra escola de capoeira. Foi aí que entrou em cena Mestre Pastinha (1889-1981), criador do Centro Esportivo de Capoeira Angola (CECA), em 1941. Essa escola ficou conhecida como Capoeira Angola, que tem uma narrativa de resgate da capoeira ligada à cultura africana e ao período da escravidão.

No quarto momento a capoeira é globalizada e reconhecida como patrimônio cultural. Demarcado pela inauguração da primeira escola de capoeira angola dos Estados Unidos em 1990, quando passa a ser vista como elemento pertencente à cultura e à história afro-brasileira, inserida na Lei 10.639/03 que inclui no currículo oficial da rede de ensino a temática História e Cultura Afro-Brasileira. É nesse contexto que, mais adiante, vai surgir o movimento de patrimonialização dos elementos da cultura afro-brasileira, como as religiões de matrizes africanas, o samba e a capoeira. Foi assim que em 2008 a capoeira se torna Patrimônio Cultural Brasileiro pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)⁷ e depois, em 2014, patrimônio cultural imaterial da humanidade pela Unesco, órgão vinculado à ONU.

⁷ O discurso de Gilberto Gil, Ministro da Cultura do Brasil, na Organização das Nações Unidas (ONU) em 2004, lançou as bases para um programa brasileiro e mundial para a capoeira, ressaltando sua expansão mundo afora e a ideia da reparação histórica a esta manifestação dos africanos escravizados no Brasil.

Esses quatro momentos podem ser analisados pela relação com os conceitos de identidades e diferença que são, segundo, ativamente produzidos como criações sociais e culturais, estando em estreita conexão com a relação de poder.

A afirmação da identidade e a marcação da diferença implicam, sempre, as operações de incluir e de excluir [...] afirmar a identidade significa demarcar fronteiras, significa fazer distinções entre o que fica dentro e o que fica fora. A identidade está sempre ligada a uma forte separação entre ‘nós’ e eles. (SILVA, 2003, p.82).

A capoeira, como se observou, expressou a luta pela aceitação social, a preservação e a história e cultura de uma população excluída. Ela possui estreitas conexões com as relações de poder, demarcando os incluídos (europeus, colonizadores, brancos e civilizados) e os excluídos (não europeu, colonizados, não brancos e bárbaros). A memória daqueles denominados diferentes, visto como o outro, explora as possibilidades de confrontar a história do diferente, daqueles que reivindicam uma outra narrativa.

A capoeira na Baixada Fluminense

Boa parte da historiografia da capoeira no Brasil é rica em pesquisas sobre a prática da capoeira nas capitais da Bahia (Salvador), de Pernambuco (Recife) e do Rio de Janeiro (Rio de Janeiro). No entanto, atualmente vem se observando a história da sua cultura e memória em outros estados, municípios e espaços do entorno das capitais. Este é o caso da região da Baixada Fluminense no Rio de Janeiro. Muito das histórias e da cultura da capoeira está viva nas memórias dos mestres de capoeira da região.

A cultura da oralidade ficou evidente nas entrevistas com nove mestres de capoeira da Baixada Fluminense em 2010, por ocasião da produção da *Revista capoeira: resistência da cultura afro-brasileira na Baixada Fluminense* (COSTA; RANGEL, 2010). As questões elaboradas para as entrevistas buscavam informações sobre a trajetória dos mestres de capoeira, sua presença na Baixada e suas lembranças sobre a capoeira⁸.

⁸ Entrevistas realizadas na Casa de Cultura da Baixada, em São João de Meriti, com os seguintes mestres de capoeira: Mestre Sampaio (SAMPAIO, 2010), Mestre Canela (SOUZA, J. 2010), Mestre Portes (PORTE, 2010), Mestre Levi (SOUZA, L. 2010), Mestre Raimundo (SILVA FILHO, 2010), Mestre Rui Charuto (MONTANHEIRO, 2010), Mestre Warle (DE PAULA, 2010), Mestre Magal (JUGNÁTICO, 2010; 2013) e Mestre Reginaldo Pimentel (SANTOS, 2010).

Utilizando o conceito de memória coletiva de Halbwachs (2006), percebemos que essas entrevistas somente fazem sentido em relação ao grupo do qual esses mestres de capoeira participam, pois são depoimentos de acontecimentos vividos em comum pelo grupo. O “eu” depõe e dá testemunhos para a construção da memória no presente e faz com que os rastros de memória vão surgindo, o que deixa transparecer narrativas diversas sobre determinado acontecimento histórico.

Durante as entrevistas era comum aos mestres de capoeira lembrarem e retratarem algumas fases históricas e sociais conhecidas e vivenciadas pela capoeira, bem como a chegada deles na região. Narrativas sobre sua formação como mestres, as dificuldades de viverem dessa profissão e a sua visão sobre os espaços da cidade foram sendo reveladas. As tensões atuais também se fizeram presentes, bem como suas estratégias de sobrevivência e luta para preservar essa tradição cultural na Baixada Fluminense. Foi através desse contato com os entrevistados que se percebeu que havia uma riqueza cultural e social baseada na oralidade, nas memórias e na produção cultural. Essa riqueza, no entanto, está pouco documentada e perde um pouco de seus vestígios com o falecimento de alguns membros do grupo.

Os estudos sobre a pesquisa com a história oral tornaram-se necessários nas análises do trabalho de campo. Um desses estudos é a obra de Michael Pollak (2010), *A gestão do indizível*, em que ele trabalha a memória como temporalidade local ao lembrar das datas e da cronologia dos fatos, relacionando história e localizações espaciais e tratando, também, do silêncio relacionado ao esquecimento na fala dos entrevistados. Ele então alerta que: “histórias e memórias devem ser relacionadas aos locais onde elas foram produzidas, assim como aos públicos aos quais elas se destinam. Tal análise do relato de vida deve ser considerada como uma reconstrução da identidade e não apenas como uma narrativa factual” (POLLAK, 2010, p.9).

O recorte sobre o tempo, período histórico da chegada dos mestres a região, o espaço, localidades de suas atividades e a criação cultural de sua arte foram importantes para a reconstrução da identidade da capoeira.

Essa materialidade das memórias lança luz sobre os rastros e vestígios da história e da cultura existente na Baixada Fluminense. O intuito é o de libertar o “Anjo da História” Benjaminiano. Abreu e Castro (2009) seguiram esse caminho. No livro *Capoeira*, eles trabalharam a história oral da capoeira em vinte e seis entrevistas de mestres de capoeira, na qual aparecem narrativas de novas visões da história, descobrindo e valorizando personagens até então ocultos e acontecimentos que fizeram com que fossem possíveis o desenvolvimento da capoeira e o reconhecimento de sua importância para a história.

Em uma das entrevistas, no trabalho de campo que realizamos, foi apresentado um diagrama contendo a árvore genealógica de ramificação dos mestres de capoeira (COSTA; RANGEL, 2010). Esse material representa a genealogia da capoeira da Baixada Fluminense e expressa a lógica de organização e da memória coletiva, na qual o pertencimento a uma linhagem é uma forma de demarcar e construir as identidades associadas a estilos de capoeira diferentes e a seus fundadores. Essa identidade pode ser pensada em termos de sua história, tempo e espaço, representando uma referência de status, honra, prestígio e preservação da memória através de imagens e narrativas.

Boa parte desses mestres de capoeira tem seu histórico de chegada a Baixada Fluminense na segunda metade do século XX, década de 1960 e 1970. Essa migração ocorreu por dois motivos. O primeiro se refere ao fenômeno das reformas urbanas na cidade carioca, em que a lógica do ordenamento do espaço urbano era o da expulsão das classes populares e de suas práticas culturais indesejadas. O intuito era o de impor a lógica civilizatória burguesa da modernidade. Todavia, como num gingado do corpo no jogo da capoeira, houve um movimento de resistência, migração e reprodução da capoeira em outras localidades. O segundo motivo foi o barateamento das moradias e terrenos na Baixada Fluminense. Essa região estava passando por um intenso processo de expansão de seus loteamentos, pertencentes a antigas fazendas, e recebendo grande contingente populacional.

A capoeira carioca, nesse período, migra para os morros, subúrbios e outras regiões, como a Baixada Fluminense. No entanto, desenvolve-se um intenso intercâmbio entre capoeiristas que migraram para essas localidades e, principalmente, com a capoeira carioca. Mestre Rui Charuto⁹ relata que o contato entre os capoeiristas da Baixada Fluminense com os do Rio de Janeiro era constante, onde os primeiros aprendiam as técnicas, a organização e a maneira de ensino com os capoeiristas da capital carioca.

Na época dos escravos, quando se falava em roda de capoeira, era porque ela era itinerante e “rodava” nos terreiros dos mestres. O Rio de Janeiro foi o ponto de partida e de referência dessas rodas. Havia, por exemplo, a famosa roda de Zé Pedro (no Rio de Janeiro), que era frequentada pelos mestres Valdir Sales, Barbosa, Gavião e Paulo Gomes. Esse pessoal participava dessa roda e depois convidavam os outros mestres para participarem das rodas que aconteciam na Baixada Fluminense, em Duque de Caxias, Belford Roxo e São João de Meriti (COSTA, 2018, p.84).

⁹ Rui Montanheiro (Mestre Rui Charuto) começou na capoeira em 1966 no Rio de Janeiro, no bairro de Pilares.

Essa referência, localização e história ajudam a seguir os rastros e vestígios da capoeira na Baixada, trazendo à tona: manifestações culturais e históricas, contexto social em que vivem e a memória do passado e do vivido. Os depoimentos, através das entrevistas, concordam no essencial apesar de divergirem em alguns pontos. É esse essencial que nos permite reconstruir um conjunto de lembranças de modo a reconhecê-lo. Dessa forma, nomes, lugares e histórias do grupo foram sendo socializados.

Mestre Levi ¹⁰ fala sobre a localização e os mestres precursores mais importantes da capoeira na Baixada Fluminense:

A capoeira começa no início da década de 1960, por volta de 1962, através do mestre Paulo Gomes, que veio do Rio de Janeiro para o bairro de Coelho da Rocha (rua Belkiss) em São João de Meriti. A capoeira tem uma rede de formação que expressa uma linhagem dos mestres formados e formadores. Dessa forma, situa-se o mestre Paulo Gomes como aprendiz de Artur Emídio (que foi aprendiz de Paizinho) e formador dos mestres Josias da Silva e Valdir Sales. O mestre Josias da Silva formou os mestres Canela, Raimundo, Butt, Crispin e Irani. Já o mestre Valdir Sales formou os mestres Medeiros, Barbosa, Portes, Ninguém, Moraes, Baianinho, Tião, Sabatine, Claudir, Décio. (COSTA, 2018, p.85).

Foi através desse intercâmbio entre os capoeiristas que mestre Paulo Gomes¹¹, baiano de Itabuna, veio morar em São João de Meriti, no bairro de Coelho da Rocha, na década de 1960. Paulo Gomes trouxe para a Baixada Fluminense a capoeira que aprendia com mestre Arthur Emídio, formando outros mestres que a intensificaram na região, principalmente em São João de Meriti, caso de mestre Valdir Sales, que criou a Associação de Capoeira Valdir Sales, e mestre Josias da Silva, que criou a Associação de Capoeira Josias da Silva, difundindo-a nos municípios de Nova Iguaçu e Duque de Caxias.

Mestre Reginaldo Pimentel, no entanto, relata outra possível trajetória da capoeira na Baixada Fluminense. Nesta, há uma ligação direta com a capoeira baiana de Mestre Pastinha.

Eu cheguei a Baixada Fluminense vindo de Salvador na década de 70 e comecei a procurar saber aonde se jogava a capoeira. Em Nilópolis e Nova Iguaçu eu não encontrei nenhuma roda de capoeira. Em São João de Meriti sabia que tinha a

¹⁰ Levi Tavares Souza (Mestre Levi) foi formado pelo mestre Khovo.

¹¹ Paulo Gomes da Cruz, o mestre Paulo Gomes (1941-1998) é considerado o principal fundador e difusor da capoeira na Baixada Fluminense.

capoeira do mestre Valdir Sales e em Duque de Caxias do mestre Barbosa e só. Eu me considero o fundador da capoeira em Anchieta, Nilópolis e Nova Iguaçu. A capoeira que eu praticava era a capoeira baiana do meu mestre Pastinha. Eu tinha um diploma dado por ele que provava que eu já dava aula em Salvador. No Rio de Janeiro não me filiei a nenhuma academia, pois quis ser fiel a escola do meu mestre formador. A primeira academia que dei aula foi em Nilópolis. Dava aulas também no bairro de Anchieta (município do Rio de Janeiro) no “E.C. Royal” (localizado em frente à atual escola Paraíba e que hoje é uma Igreja Evangélica) e no “E.C. Anchieta”. Dei aula também no 6º batalhão de polícia militar de Duque de Caxias e na escola de formação de oficiais. (COSTA, 2018, p.87).

Nas entrevistas que realizamos apareceram algumas tensões sobre a origem de alguns mestres de capoeira e, também, sobre a própria origem da capoeira: se ela é carioca ou baiana. Por outro lado, houve consenso sobre o nome do mestre Paulo Gomes como o principal articulador da capoeira na Baixada Fluminense.

A Roda de capoeira de Caxias

Em dois trabalhos de pesquisa etnográfica sobre o desenvolvimento da capoeira em Duque de Caxias, encontramos nomes e referências ligados ao Mestre Paulo Gomes, ao intercâmbio com a capoeira carioca e a migração da capoeira para a Baixada Fluminense (MARQUES; FILHO, 2011, ALMEIDA; BARTHOLO; SOARES, 2013). Isso confirma o que já se disse anteriormente: a capoeira que chega à região é fruto da migração de seus praticantes e do intenso intercâmbio com a capoeira carioca.

Marques e Filho (2011), no artigo *A trajetória da capoeira em Caxias*, fazem uma análise histórica do surgimento da capoeira no município de Duque de Caxias.

Antes da década de 60 não encontramos registros sobre a presença real de capoeiristas na cidade. No campo literário fomos apresentados ao Negro Sabará, personagem da trilogia publicada por Santos Lemos. Após consultarmos os vários praticantes da capoeira na cidade encontramos Mestre Barbosa, Mestre Gegê, Mestre Raymundo Filho, Mestre Levi, Mestre Monge e Mestre Russo entre os seus mais antigos praticantes. (MARQUES; FILHO, 2011, p.79).

Nesse trabalho etnográfico, feito a partir da entrevista com oito mestres de capoeira, aparecem nomes, academias e rodas de capoeira.

No artigo *Uma roda de rua: notas etnográficas da roda de capoeira em Caxias*, Almeida, Bartholo e Soares (2013) apresentam uma pesquisa sobre a história e a cultura da “Roda de Caxias”, entrevistando seus frequentadores.

Esses dois artigos foram importantes para que pudesse ser materializada, através da memória dos entrevistados, a presença da capoeira em Duque de Caxias: seu surgimento, trajetória e situação atual.

Outra memória de referência da capoeira na Baixada Fluminense foi o processo de formação da roda de capoeira de Duque de Caxias, nascida na época do regime militar, década de 1970.

Os trabalhos etnográficos de Marques e Filho (2011) e Almeida, Bartholo e Soares (2013), descrevem a trajetória, as tensões e narrativas sobre a “Roda de Caxias” e desvendam os rastros e vestígios da presença da capoeira no município de Duque de Caxias. Ambos coletaram informações fazendo pesquisa de campo.

Almeida, Bartholo e Soares (2013) aplicaram questionários e entrevistaram os frequentadores, além de fazer a observação participante da roda. Através das narrativas de capoeiristas frequentadores da roda, eles obtiveram importantes informações que ajudam a pensar a prática e o ensino da capoeira na Baixada Fluminense.

O município de Duque de Caxias, localizado no Estado do Rio de Janeiro, Brasil, apesar de não ser identificado “no mapa cultural” da incipiente historiografia da capoeira como um local que auxiliou a formar tradição dessa prática corporal, teve suas ruas e praças como palco do nascimento e manutenção de uma roda de capoeira de rua que se mantém há mais de trinta anos. (ALMEIDA; BARTHOLO; SOARES, 2013, p.125).

A “Roda de Caxias” expressou as tensões existentes entre seus praticantes e o poder político e, também, entre capoeiristas de escolas de capoeira regional e angola. O cenário político do seu surgimento foi assim descrito:

Na década em que os primeiros capoeiristas se instalaram em Duque de Caxias esta cidade se tornou Área de Segurança Nacional e, a partir de 1971, seus prefeitos eram militares interventores que cerceavam ainda mais, a liberdade da população de Duque de Caxias. As manifestações populares sofreram rígido controle. Entre elas a capoeira. Este cerceamento relacionava-se a uma prática política a nível nacional. (MARQUES; FILHO 2011, p.82).

A formação de grupos de capoeiras em escolas, associações e academias foi incentivada a partir de década de 1970, mas a sua prática em locais públicos, como ruas

e praças, não era bem-vista e sofria com as ações dos órgãos de repressão. Relatos de conflitos, prisões, mudança de locais e resistência acompanharam a história da roda. Já, a tensão que provocou entre os capoeiristas se deu devido ao conflito de um grupo com a então capoeira esportiva e acadêmica, baseada no estilo da capoeira regional.

A Roda de Caxias surge da ruptura de um grupo de jovens praticantes do sistema que aqui chamaremos de capoeira esportiva. A capoeira praticada em academias de ginástica é nomeada, por alguns antigos frequentadores da roda na linguagem nativa, como sistema acadêmico, aqui identificado de capoeira esportiva. Esse modelo parece ter uma estrutura semelhante às das artes marciais orientais, com uniformes, graduações e hierarquia, utilizando treinamento e disciplina esportiva. (ALMEIDA; BARTHOLO; SOARES, 2003, p.125).

Foi contra a lógica de ação da capoeira regional, da criação de regras de institucionalização da capoeira e, também, contra a saída da capoeira dos espaços públicos para o espaço privativo das academias, que os integrantes da Roda de Caxias se manifestaram de forma contrária.

Mestre Magal¹², ao ser perguntado sobre porque a capoeira deixou os espaços públicos e foi para os espaços fechados, disse o seguinte:

Houve uma espécie de malta nas rodas de capoeira da Baixada Fluminense, pois estas rodas públicas se tornaram acirradas devido aos grupos e indivíduos de capoeira que se infiltravam nelas, promovendo vandalismo, rivalidades, resolução de “rinchas” e competições. Nesse sentido, essas rodas passaram a ser espaços de disputas entre os capoeiras, alguma delas de maneira bem violenta. (COSTA, 2018, p.89).

Foi com a profissionalização, processo de institucionalização, que a prática da capoeira vai, aos poucos, deixando os espaços públicos e ocupando os espaços privados das academias, escolas, centros culturais e igrejas. Existe hoje alguma roda de capoeira tradicional que acontece em determinados espaços públicos, todavia sua regularidade não é mais a mesma. Para Mestre Rui Charuto: “o ponto forte da capoeira eram as rodas de capoeira abertas pelas localidades da Baixada” (COSTA, 2018, p.90).

¹² Júlio César Jugnático (Mestre Magal), atual coordenador das aulas de capoeira da Casa de Cultura da Baixada.

Mestre Canela¹³ foi o fundador da roda de capoeira em um desses espaços em 1978, onde hoje é a sede da Casa da Cultura. Segundo ele:

No início era um imenso terreno baldio coberto de mato, a roda de capoeira conseguia atrair muitas crianças. A tradição da capoeira na Casa da Cultura é forte e se mantém até o momento. Eu conduzi o grupo até me afastar por problemas de saúde, hoje estou dedicado à família. (COSTA, 2018, p.90).

Foi na contramão dessa profissionalização da capoeira nos espaços privados que a Roda de Capoeira de Caxias se aproximou do estilo da capoeira Angola e se manteve nos espaços públicos, passando por etapas de preconceitos, perseguições e conflito pelo espaço com comerciantes, policiais e outras manifestações populares.

Essa relação entre preconceito e resistência aparece na fala de mestre Sampaio¹⁴: “Em grande parte, esta resistência se deve ao preconceito sobre as manifestações culturais de origem afro-brasileira e a capoeira está inserida nesse contexto. O preconceito sobre a capoeira historicamente foi reduzindo, mas continua presente” (COSTA, 2018, p.92).

Os capoeiristas foram historicamente vítimas de uma intensa perseguição, segundo entrevista de Mestre Portes¹⁵ (COSTA, 2018). Ele lembra que os capoeiristas, para receberem uma credencial (carteira) de vínculo à Associação de Capoeira Waldir Sales, tiveram que ser “fichados” na polícia. Já para Mestre Raimundo¹⁶, ainda existe um preconceito sobre a capoeira, porém em menor grau se comparado ao início: “reduziu muito o preconceito sobre ela, a ponto de já haver um pequeno reconhecimento do poder público sobre os praticantes da capoeira” (COSTA, 2018, p.92). Isso fez com que, segundo ele, os núcleos de capoeira na Baixada tivessem um aumento, saindo do “fundo do quintal”, se tornaram mais técnicos e melhoraram no ponto de vista da formação dos alunos.

Boa parte dos integrantes originais da “Roda de Caxias” levaram a sua experiência, prática e memória para o mundo, ajudando a difundir a capoeira em outros países. Esse fato é assim relatado:

¹³ Jorge Inês de Souza (Mestre Canela) começou novo na capoeira, aos doze anos. Foi aprendiz do Mestre Josias da Silva e coordenou a roda de capoeira na Casa da Cultura da Baixada.

¹⁴ Arlindo Ribeiro Sampaio (Mestre Sampaio) nasceu em janeiro de 1963 e foi formado pelo mestre Silas. Integra a Associação Desportiva Cultural Brasileira de Capoeiragem.

¹⁵ Jorge Porte (Mestre Portes) foi aluno do mestre Valdir Sales e iniciou na capoeira em 1972.

¹⁶ Raimundo Silva Filho (Mestre Raimundo) nasceu em 1950, oriundo da cidade de Jequié-BA. Chegou ao Rio de Janeiro em 1954 e teve seu primeiro contato com a capoeira em 1958, tendo sido influenciado pelo seu mestre Josias da Silva.

Na segunda metade da década de noventa, com a capoeira em plena difusão, percebe-se a construção de uma interface entre Duque de Caxias e o cenário internacional. Nesse sentido, destacamos Cobra Mansa, Jurandir, Marcão e Borracha nos Estados Unidos, Rogério na Alemanha e Pedrinho na Argentina e México. (MARQUES; FILHO, 2011, p.86).

Outros fatores importantes da “Roda de Caxias” são: (i) sua resistência a regras e formalização da institucionalização da capoeira, como hierarquia, uniforme, cordas, por exemplo; (ii) a ênfase na prática cultural e não na esportiva e (iii) a visibilidade da sua prática nos espaços públicos, ao invés dos espaços privados.

A Roda de Caxias, segundo os depoimentos, continua à margem do circuito de uma capoeira esportiva e parece não ter interesse em participar dela, talvez pelo fato de que a maioria dos frequentadores está vinculada à capoeira Angola, mesmo que alguns deles não definam um estilo no interior da roda. O discurso da Capoeira Angola é que sua técnica corporal se baseia mais numa prática cultural do que esportiva – observemos aqui que o cultural significa pureza, raiz e se transforma num discurso identitário essencialista. O esportivo já é encarado como artificial e como ruptura total com as “tradições da verdadeira capoeira”. (ALMEIDA; BARTHOLO; SOARES, 2013, p.130).

Como vimos, a “Roda de Caxias” empreendeu táticas de defesa para permanecer nos espaços públicos e, por exemplo, ajudou a manter viva uma outra narrativa da capoeira: a presença nos espaços públicos, nas rodas tradicionais e, até, nos espaços privados, em que acontecem rodas públicas periódicas desses grupos.

Considerações finais

Este artigo buscou o diálogo com o campo de estudo da memória social, sua metodologia e alguns de seus autores, para pensar a capoeira enquanto objeto de investigação. A abordagem histórica em Walter Benjamin (1985) e Michel Foucault (1989) foi oportuna para abordar a capoeira no contexto da relação de poder e de dominação. Essa relação produziu rastros e vestígios que, segundo Jeanne Marie Gagnebin (2012), foram deixados pelos ausentes da história oficial e que podem ser vistos como outras possibilidades de interpretação de uma imagem imutável dos acontecimentos e das obras do passado.

Essa abordagem histórica se juntou ao conceito de memória coletiva de Maurice Halbwachs (2006) e de outros pensadores da memória social, para trabalhar com a história oral dos mestres de capoeira da região da Baixada Fluminense. Foi nas entrevistas desses mestres que o “eu” revelou o coletivo (HALBWACHS, 2006), pois o depoimento de cada mestre revelou aspectos vivos das lembranças da capoeira na Baixada, construindo e deixando vir à tona pelas suas lembranças coletivas, nomes, localidades e vivências.

A capoeira no espaço da Baixada Fluminense, através da oralidade de seus mestres, deixa transparecer narrativas de seu passado e do seu presente, compondo novos elementos e visões para a compreensão da história da região em que vivem. Essas memórias reconstróem um contexto social de migração, resistência e estratégia de sobrevivência através das práticas culturais da capoeira.

Por fim, a memória social cria possibilidades de compor narrativas que podem revelar a diversidade da visão histórica, ajudando a compor narrativas diferentes. Ela também pode revirar e seguir os rastros de memória e lançar luz sobre comunidades, grupos sociais e traços culturais que estão ausentes da história oficial. É nesses dois sentidos que a pesquisa sobre a capoeira na Baixada Fluminense tem sido realizada.

Espera-se que este trabalho de pesquisa possa suscitar novas investigações e contribuir para o campo de estudo da memória social.

THE CAPOEIRA SOCIAL MEMORY: HISTORY AND NARRATIVES

ABSTRACT: *The theme proposed by this article is the social memory of capoeira and its presence in the Baixada Fluminense region -RJ, Brazil. Its objective is to understand the following issues: (i) the context of migration of capoeira to this region; (ii) the emergence of capoeira in Baixada Fluminense and; (iii) the places capoeira has occupied and has been occupying. The capoeira was present in important historical moments of the country. However, in the relationship of power between the dominant and the dominated, it was persecuted and prohibited. This attempt to social exclusion left traces and vestiges which, through academic, archivist and ethnographic research, have been building the memory of capoeira in different locations. This is the case of the presence of capoeira in Baixada Fluminense region, which, through the memory of its masters, has been gaining visibility.*

KEYWORDS: *Social Memory. Capoeira. Baixada Fluminense.*

LA MEMORIA SOCIAL DE LA CAPOEIRA: *HISTORIA Y NARRACIONES*

RESUMEN: *El tema propuesto por este artículo es la memoria social de la capoeira y su presencia en la región de la Baixada Fluminense-RJ. Su objetivo es comprender las siguientes cuestiones: i) el contexto de la migración de la capoeira a esta región; ii) el surgimiento de la capoeira en la Baixada Fluminense y; iii) los lugares que la capoeira ha ocupado y ha estado ocupando. Para esto considera que la capoeira estuvo presente en importantes momentos históricos del país, sin embargo, en la relación de poder entre los dominantes y los dominados, fue perseguida y prohibida. Este intento de exclusión social ha dejado huellas y rastros que, a través de investigaciones académicas, archivísticas y etnográficas, han ido construyendo la memoria de la capoeira en varios lugares. Este es el caso de la presencia de la Capoeira en la región de la Baixada Fluminense-RJ, que, a través de la memoria de sus maestros, está ganando visibilidad.*

PALABRAS CLAVE: *Memoria Social. Capoeira. Baixada Fluminense.*

REFERÊNCIAS

ABREU, Frede; CASTRO, Maurício Barros de (org.). **Capoeira**. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2009.

ALMEIDA, Marcelo N.; BARTHOLO, Tiago L.; SOARES, Antonio J. Uma roda de rua: notas etnográficas da roda de capoeira de Caxias. **Revista Portuguesa de Ciências do Desporto**. 7 (1), p.124–133, 2013.

BARRENECHEA, Miguel Angel. Nietzsche e a genealogia a da memória social. In: GONDAR, J.; DODEBEI, V. (Org.). **O que é memória social?** Rio de Janeiro: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2005.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**: ensaio sobre literatura e história da cultura. Rio de Janeiro: Brasiliense, v. 1, 1985.

BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Inventário para registro e salvaguarda da capoeira como patrimônio cultural do Brasil**. Brasília: MEC, 2007.

BRASIL. DECRETO Nº 847, DE 11 DE OUTUBRO DE 1890. Câmara dos Deputados. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-847-11-outubro-1890-503086-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 17 set. 2020.

CORDEIRO, Veridiana Domingos. Os diferentes enfoques da memória. **Revista Sociologia**. São Paulo, Ano V, Edição. 55, p. 24-29, nov./dez. 2006.

COSTA, Marcelo Cardoso da. O berimbau na cidade: história, resistência e memória social da capoeira. In: FELIPE, D. A.; OLIVEIRA, O. F.; ESCOBAR, G.V. (org.). **Patrimônio e cultural afro-brasileira: memória, identidade e reconhecimento**. São Paulo: Ribeirão Gráfica e Editora, 2018, p.78-95.

COSTA, Marcelo Cardoso da; RANGEL, André S. Capoeira: resistência da cultura afro-brasileira na Baixada Fluminense. **Revista Casa da Cultura**. Rio de Janeiro: ONG Casa da Cultura, set. 2010.

FOUCAULT, Michael. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, H. L.; RABINIV, P. (org.). **Michel Foucault**. Uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, p.273-295, 1995.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. Apagar os rastros, recolher os restos. In: SEDLMAYER, S; GINZBURG, J. (org.). **Walter Benjamin**. Rastro, aura e História. Belo Horizonte: EdUFMG, p.27-38, 2012.

GONDAR, Jô. Cinco proposições sobre Memória Social. In: DODEBEI, Vera, FARIAS, Francisco R.de; GONDAR, Jô (Org.) **Por que memória social?** 1. ed. Rio de Janeiro: Híbrida, 2016. Revista Morpheus: estudos interdisciplinares em Memória Social: edição especial, ISSN 1676-2924; v. 9, n. 15.

GONDAR, Jô; DODEBEI, Vera (org.). **O que é memória social?** Rio de Janeiro: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2005.

HALBWACHS, Maurice. **Memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

HOLLOWAY, Thomas H. **Polícia no Rio de Janeiro**: repressão e resistência numa cidade do século XIX. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

KARASCH, Mary C. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

MARQUES, A. S.; FILHO, G. C. A trajetória da capoeira em Duque de Caxias. **Revista Pilares da História**, Duque de Caxias, ano 10, edição especial, p.79-90, nov. 2011.

OLICK, Jeffrey K.; VINITZKY-SEROUSSI, Vered; LEVY, Daniel. **The collective memory reader**. New York: Oxford University Press, 2011.

OLIVEIRA, Josivaldo Pires de; LEAL, Luiz Augusto Pinheiro. **Capoeira, identidade e gênero**: ensaios sobre a história social da capoeira no Brasil. Salvador: EDUFBA, 2009.

POLLAK, Michael. A gestão do indizível. **Revista do Instituto Cultural Judaico Marc Chagall**. V. 2, n. 1, p.9-49, 2010.

RIO DE JANEIRO. Estado do Rio de Janeiro, Maricá e Desenvolvimento Econômico. Prefeitura de Maricá, 2018. Disponível em: <https://www.marica.rj.gov.br/wp-content/uploads/2018/12/Conselho-Desenv-Econ%C3%B4mico-06122018.pdf>. Acesso em 15 set. 2020.

RUFINO, Luiz. A capoeira como filosofia da ancestralidade. **Revista Íbamò**. Rio de Janeiro, v. 1, p.125-130, nov. 2018.

RUFINO, Luiz.; PEÇANHA, Cinézio Feliciano; OLIVEIRA, Eduardo. Pensamento diaspórico e o “ser” em ginga: deslocamentos para uma filosofia da capoeira. **Revista de Humanidades e Letras**, Ceará, v. 4, n. 2, p.73-84, 2018. Disponível em: <http://www.capoeirahumanidadesletras.com.br/ojs-2.4.5/index.php/capoeira/article/view/124>. Acesso em: 15 set. 2020.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado**: cultura da memória e guinada subjetiva. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SILVA, Tomaz Tadeu. **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis. Vozes, 2003.

SOARES, Carlos Eugênio Libâneo. **A Capoeira Escrava e outras tradições rebeldes no Rio de Janeiro (1808 – 1850)**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2004.

SOARES, Carlos Eugênio Libâneo. **A negregada instituição**: os capoeiras na corte imperial 1850-1890. 1. ed. Rio de Janeiro: Access Editora, 1999.

Entrevistas

DE PAULA, W. S. (Mestre Warle). A capoeira na Baixada Fluminense. Entrevistadores: André Rangel e Marcelo Cardoso da Costa. **Revista Casa da Cultura**, São João de Meriti, maio 2010.

JUGNÁTICO, J. C. (Mestre Magal). A capoeira na Baixada Fluminense. Entrevistadores: André Rangel e Marcelo Cardoso da Costa. **Revista Casa da Cultura**, São João de Meriti, maio 2010 e out. 2013.

MONTANHEIRO, R. (Mestre Rui Charuto). A capoeira na Baixada Fluminense. Entrevistadores: André Rangel e Marcelo Cardoso da Costa. **Revista Casa da Cultura**, São João de Meriti, jun. 2010.

PORTE, J. (Mestre Portes). A capoeira na Baixada Fluminense. Entrevistadores: André Rangel e Marcelo Cardoso da Costa. **Revista Casa da Cultura**, São João de Meriti, maio 2010.

SAMPAIO, A. R. (Mestre Sampaio). A capoeira na Baixada Fluminense. Entrevistadores: André Rangel e Marcelo Cardoso da Costa. **Revista Casa da Cultura**, São João de Meriti, mar. 2010.

SANTOS, R. P. (Mestre Reginaldo Pimentel). A capoeira na Baixada Fluminense. Entrevistadores: André Rangel e Marcelo Cardoso da Costa. **Revista Casa da Cultura**, São João de Meriti, jun. 2010.

SILVA FILHO, R. (Mestre Raimundo). A capoeira na Baixada Fluminense. Entrevistadores: André Rangel e Marcelo Cardoso da Costa. **Revista Casa da Cultura**, São João de Meriti, jun. 2010.

SOUZA, J. I. (Mestre Canela). A capoeira na Baixada Fluminense. Entrevistadores: André Rangel e Marcelo Cardoso da Costa. **Revista Casa da Cultura**, São João de Meriti, jun. 2010.

SOUZA, L. T. (Mestre Levi). A capoeira na Baixada Fluminense. Entrevistadores: André Rangel e Marcelo Cardoso da Costa. **Revista Casa da Cultura**, São João de Meriti, mar. 2010.

Recebido em 19/11/2019.

Aprovado em 04/06/2020.

A BANALIDADE DO MAL À LUZ DA SOCIOLOGIA - CONSIDERAÇÕES SOBRE A RAZÃO MILITAR

*Fábio Gomes de FRANÇA**

RESUMO: Objetivamos neste artigo, a partir de uma discussão teórica, refletir sociologicamente sobre o fenômeno da banalidade do mal, conceito cunhado por Hannah Arendt. Para tanto, voltamos nosso olhar especificamente para a razão militar e seus mecanismos, especialmente o princípio da obediência, de modo a refletirmos não apenas sobre a presença da autoridade em fenômenos como a banalidade do mal, mas também para compreendermos processos de socialização que têm por objetivo a naturalização da violência.

PALAVRAS-CHAVE: Banalidade do Mal. Razão Militar. Sociologia.

Introdução

O uso de autores e conceitos filosóficos nas ciências sociais desenvolveu-se voltado, no final das contas, à afirmação da legitimidade do campo científico (mesmo que a herança da ruptura da ciência experimental com a filosofia no século XVII tenha proporcionado à Epistemologia o papel de crítica ao primado científico). Nas pesquisas em ciências sociais, tornou-se ponto pacífico a construção de argumentos com a utilização livre de categorias pensadas estritamente pelo raciocínio filosófico, o que difere de conceitos que visam à análise de dados empíricos como o faz as ciências sociais. Lembremos, por exemplo, quando falamos da Sociologia, do processo de consolidação do saber sociológico, o qual teve como propósito estabelecer parâmetros de pesquisa alinhados às ciências consideradas “sérias” (DURKHEIM, 1987) como eram vistas as ciências exatas na transição entre os séculos XIX e XX. A ideia era buscar o afastamento das especulações metafísicas de ordem filosófica, embora no caso particular da Sociologia, a crítica lançada (ARON, 2008) afirme que o esforço de

* Centro de Educação da Polícia Militar da Paraíba – Programa de Pós-Graduação e Pesquisa (CEPE). João Pessoa, PB - Brasil. 58058-510 - ffsociologia@gmail.com. <https://orcid.org/0000-0003-1917-840X>.

teóricos como Émile Durkheim (que teve inicialmente formação como filósofo, mas depois esforçou-se para destacar-se como sociólogo) não tenha conseguido êxito absoluto ao ter construído categorias analíticas baseadas em constatações filosóficas.

Karl Marx pode nos servir de exemplo. Considerado um dos clássicos fundadores da Sociologia, ele nunca considerou a si próprio como sociólogo. Em caso mais recente no Brasil, Michel Foucault acabou influenciando em múltiplas vertentes não apenas a Sociologia (ADORNO, 2017; ALVAREZ, 2015), mas variadas áreas do conhecimento como a História, Direito, Criminologia, Antropologia, embora o teórico francês tenha feito exatamente certo esforço intelectual para criticar, digamos que, as ferramentas conceituais das referidas áreas, já que elas ratificam a relação saber-poder estudada por ele (FOUCAULT, 1987). Talvez possamos dizer, se fôssemos atribuir um rótulo a Foucault, que ele, de certa forma, se aproxima mais do campo filosófico, pelo conjunto da obra que desenvolveu, mas certamente sociólogo não seria a expressão mais adequada para caracterizá-lo.

Fenômeno semelhante ocorreu com a filósofa alemã Hannah Arendt, cujos escritos adquiriram notoriedade no campo da Filosofia Política, mas que também não deixou de influenciar a Sociologia. Assim, um dos seus mais célebres e destacados conceitos, a banalidade do mal, que inicialmente foi considerado uma “lição” pela autora (ARENDT, 1999), acabou por se tornar uma categoria analítica que pode muito bem ser contextualizada na compreensão de problemas sociológicos, já que a própria Sociologia tem se ocupado de temas que problematizam a moralidade e seus aspectos como a maldade (BAUMAN, 1998; PONTES, 2014). Essa possibilidade sociológica de estudos sobre o mal visa uma não caracterização valorativa das ações cruéis realizadas pelos homens em sociedade, mas enquanto processos sociais, que devem ser observados e analisados pelo olhar objetivo do cânon científico. No entanto, colocando a situação em termos epistemológicos, podemos dizer que a própria Hannah Arendt foi uma crítica dessa postura neutra das ciências sociais diante da impossibilidade de melhor compreender um fenômeno como o totalitarismo e os campos de extermínio nazistas por causa do ineditismo desse acontecimento (ARENDT, 1950; BAEHR, 2010).

O que vislumbramos é mostrar que passadas algumas décadas da crítica levantada por Hannah Arendt às ciências sociais, acreditamos, ao contrário, na possibilidade sociológica de compreensão de fenômenos como a banalidade do mal e suas consequências voltadas para o totalitarismo e a destruição em massa racionalmente programada de pessoas devido à força de mecanismos socializadores que provocou falhas no pensamento de burocratas treinados a obedecer como foram os militares nazistas. Nosso olhar volta-se para os processos de socialização que condicionam a relação entre a irreflexão do pensamento e o cometimento de ações consideradas cruéis,

levando-nos a indagar de que maneira podemos melhor compreender como o fenômeno da banalidade do mal, enquanto um objeto de apreensão sociológica, pode ser observado a partir do comportamento e do caráter militarizado dos nazistas?

Grosso modo, mesmo que possamos falar da convivência de grande parte do povo alemão ao antissemitismo impulsionado pela ascensão de Hitler ao poder, e de que na análise do Holocausto várias pessoas tenham contribuído mesmo que indiretamente (por exemplo, na construção dos fornos de cremação dos corpos das vítimas nos campos de extermínio) para a matança dos judeus e de outras categorias de pessoas, ao final foram os militares que agiram dando cabo às execuções por fuzilamento, assassinato generalizado ou no uso das câmaras de gás. Assim, ao revisitarmos o conceito arendtiano,¹ inicialmente discutiremos a crítica de Hannah Arendt às ciências sociais diante do fenômeno totalitário. Em seguida, destacaremos a correlação entre o significado da “banalidade do mal” como mecanismo social e a ética da obediência na cultura militar. Tal discussão levar-nos-á a refletir sobre como formas sociais norteadas racionalmente por uma responsabilidade instrumental, mediadas pela *raison militaire*, afetam, em certo sentido, a responsabilidade moral dos indivíduos.

A crítica arendtiana às ciências sociais e a razão militar

Como dito na introdução deste texto, a crítica levantada por Hannah Arendt às ciências sociais baseou-se na incapacidade de compreensão desse campo do conhecimento acerca do ineditismo do fenômeno totalitário e da tragédia humana presente nos campos de extermínio e concentração. Como ela mesma afirma:

Every science is necessarily based upon a few inarticulate, elementary and axiomatic assumptions which are exposed and exploded only when confronted with altogether unexpected phenomena which can no longer be understood with in the framework of its categories. The social sciences and the techniques which they have developed during the past hundred years are no exception to this rule. It is the contention the institution of concentration and extermination camps, that is the social conditions within them as well their function in the larger terror apparatus to totalitarian regimes, may very likely become that unexpected phenomenon, that's tumbling-block on the road toward the proper understanding

¹ Após considerar que a banalidade do mal diz respeito a uma lição quando lançou *Eichmann em Jerusalém*, em sua obra *A vida do espírito*, Arendt (2000) assegura que a banalidade do mal se trata de um conceito que ela passou a ter posse.

*of contemporary politics and society which must cause social scientists and historical scholars to reconsider their hit her toun questioned fundamental preconceptions regarding the course of the world and human behavior.*² (ARENDT, 1950, p.49).

No entanto, Baehr (2010) se debruça sobre a crítica arendtiana às ciências sociais e assegura que ela está baseada em três argumentos principais: sobre o princípio metodológico *sine ira et studio* (sem ódio e sem paixão); o paradigma teórico funcionalista e o fato dos cientistas sociais utilizarem-se de modelos explicativos típico-ideais incapazes de dar conta de um fenômeno histórico inédito como o totalitarismo. No primeiro caso, Arendt argumenta que as análises psicológicas e sociológicas empreendidas sobre os campos de concentração com sua objetividade e desprovidas de paixão em nome do rigor científico não deram conta da real situação dos campos que deveriam ser comparados a um inferno, situação essa que mais se aproxima de uma descrição objetiva sobre os campos. Estudar o comportamento ou a hierarquia social de indivíduos colocados em situações extremas de sofrimento como nos campos de concentração e extermínio não pode ser encarado como um legado para as pesquisas dos cientistas sociais em suas tentativas de obter generalizações conceituais ou comparações históricas que expliquem a convivência em grupos.

Quanto ao funcionalismo, ainda na visão de Baehr (2010), Arendt argumenta sobre a impossibilidade dos estudos das ciências sociais sobre o totalitarismo basearem-se na busca de elementos estruturais, revelando sua função de forma abstrata, como algo oculto à realidade material (como a ideologia ou o poder, por exemplo), que se afastam conceitualmente do funcionamento real dos campos de concentração. Se a Sociologia buscou ver nos campos uma forma herdada de escravidão de tempos históricos passados, diferente do escravo visto como uma propriedade que possui preço e utilidade, os prisioneiros do campo eram publicamente invisíveis e substituíveis, devido à sua superfluidade, mesmo sendo utilizados para o trabalho. O extermínio racional de

² “Toda ciência é necessariamente baseada em alguns pressupostos inarticulados, elementares e axiomáticos que são expostos e expandidos apenas quando confrontados com fenômenos completamente inesperados que não podem mais ser compreendidos dentro da estrutura de suas categorias. As ciências sociais e as técnicas que elas desenvolveram nos últimos cem anos não são uma exceção a essa regra. É a alegação de que a instituição dos campos de concentração e extermínio, isto é, as condições sociais dentro deles, bem como sua função no aparelho terrorista mais amplo dos regimes totalitários, muito provavelmente torna-se esse fenômeno inesperado, aquele obstáculo no caminho para a compreensão da política e sociedade contemporâneas que devem fazer com que os cientistas sociais e estudiosos históricos reconsiderem suas concepções fundamentais até então não questionadas a respeito do curso do mundo e do comportamento humano”. (tradução nossa).

milhões de pessoas de forma sistemática não pode ser uma análise comparativa com formas de escravidão anteriores, pois se trata de fenômeno *sui generis*, assim como a experimentação em laboratório de humanos no lugar de animais, como foi feito pelos médicos nazistas. Na verdade, ao mesmo tempo em que se exterminavam pessoas consideradas inimigos objetivos do sistema totalitário, criava-se o modelo ideal de cidadão do mesmo sistema: indivíduos supérfluos que agiam instrumentalmente naturalizando a morte dos racialmente indesejáveis.

Outro exemplo que traduz a crítica arendtiana aos sociólogos, segundo Baehr (2010), seria o uso do termo instituições totais, cunhado por Erving Goffman, para designar como os campos de concentração e outras instituições sociais como as penitenciárias apresentam características similares. Indivíduos que são feitos prisioneiros porque desrespeitaram leis juridicamente codificadas e estão sob a tutela do estado têm o direito de que suas famílias saibam de suas localizações. No caso dos campos, ser inocente era o crime e os prisioneiros de um estado de guerra eram esquecidos e tinham suas existências sociais anuladas.

Quanto aos tipos ideais, Arendt teria negado a aplicação de categorias weberianas importantes como burocracia e carisma para compreender o totalitarismo. Quanto à burocracia, o regime nazista, por exemplo, não teria funcionado por meio de elementos burocráticos tradicionais como a previsibilidade e a estabilidade pautada em leis positivas, ao contrário, o regime valia-se de certa turbulência como a suspensão do ordenamento jurídico que foi utilizada para retirar a cidadania dos judeus alemães. Quanto ao aspecto carismático de Hitler, o uso da propaganda visava organizar a força do partido nazista com base em mecanismos ideológicos para eliminar a oposição política e o uso da persuasão como forma democrática de debate público. A força das palavras acaloradas de Hitler, na verdade, eram formas de construir uma massa apolítica para legitimar o partido nazista por meio de um movimento militarizado que funcionava como uma sociedade secreta. Assim, encarar o totalitarismo simplesmente como um tipo ideal, um modelo a ser compreendido historicamente é descartar sua singularidade na relação que estabelece entre ideologia e terror.

Mesmo diante da crítica levantada por Hannah Arendt sobre as técnicas de pesquisa das ciências sociais diante do fenômeno totalitário e de seu ineditismo com a construção dos campos de concentração e extermínio, passamos adiante a fazer o processo inverso utilizando os conceitos da autora para analisar sociologicamente a implicação entre a banalidade do mal e um tipo de razão instrumental a partir da perspectiva da cultura militar, especialmente no que diz respeito ao princípio da obediência. Afinal, não podemos esquecer que no caso Eichmann, estudado por Arendt (1999), antes do rótulo de nazista empregado para descrever o responsável pelo envio

dos judeus aos campos da morte, ele tratava-se de um Tenente-Coronel (SS-*Obersturmbannführer*) da SS, portanto, um militar.

A razão militar e o princípio da obediência

O que aqui estamos chamando de razão militar é um conjunto de mecanismos socializadores que funcionam pela forma do dever de cumprimento de tarefas prescritas orientadas pela força da obediência hierárquica e apreendida pelas técnicas condicionadoras (físicas e psíquicas) da disciplina. Além disso, faz parte da razão militar os diversos elementos simbólicos capazes de funcionar como construtores de emotividade ao mesmo tempo individual e coletiva baseados na reafirmação da crença institucional como a honra, a solidariedade grupal, o culto aos símbolos patrióticos e institucionais. O terceiro aspecto da razão militar sustenta-se pelo aparato impessoalizado dos procedimentos burocráticos, do controle recíproco constante de todos os envolvidos na teia hierárquica (conforme o modelo panóptico foucaultiano), mas que produz uma miríade de regulamentos que mesclam racionalmente fins objetivos com proposições morais que criam um campo jurídico onde regras infrajurídicas e Direito positivo se confundem³ (FONSECA, 2002; FOUCAULT, 1987), dando margem a interpretações que revelam punições dos superiores hierárquicos para com os subordinados de acordo com o grau de moralidade que atinge os aspectos deontológicos da cultura da caserna.⁴

Em síntese, a razão militar é um conjunto complexo de ações, crenças, sentimentos e representações que funcionam para gerar modelos identitários dessubjetivadores, transformando o indivíduo civil ou paisano em militar, sendo este último identificado por características físicas e psicológicas facilmente observáveis no meio social porque revelam nos gestos, no andar, na linguagem, no gosto, no novo estilo de vida literalmente incorporado, a personificação da instituição castrense. Ainda mais, a razão militar produz a reafirmação de traços conservadores e tradicionais, o que gera como consequência uma idealização masculinizante pautada na virilidade, propensão ao sofrimento físico e psíquico e na busca incessante por autossuperação.

³ Para Foucault (1987) esse processo seria uma normalização das condutas.

⁴ Nesse sentido, por mais que Hannah Arendt tenha descrito a burocracia nazista como turbulenta e desorganizada, por outro lado, ela reconhece a presença de um tipo de burocracia no nazismo, especialmente entre os militares, mas a qual legitimava a existência não de funções impessoais, mas do próprio Hitler como o propósito que regulamentava as ações a serem adotadas por todos, pois a ordem do *Führer* era a própria lei. Ver Arendt (1999).

Nesse contexto, para melhor entendermos como se entrelaçam razão militar e o fenômeno da banalidade do mal, destacamos que em 1961, Hannah Arendt foi a Israel como correspondente do jornal *The New Yorker* para acompanhar o julgamento do nazista Adolf Eichmann, já que ela tinha o desejo de ver um nazista pessoalmente. Em suas palavras, ao escrever para a Fundação Rockfeller, ela esclarece: “*I missed the Nuremberg Trials, I never saw these people in the flesh, and this is probably my only chance*”⁵ (BERGEN, 1998, p.39). Eichmann foi o principal responsável pela organização do transporte e envio dos judeus para os campos de extermínio nazistas e, mesmo vivendo exilado em terras argentinas, acabou sendo capturado pela polícia secreta israelense e foi levado para ser julgado em uma Corte Distrital em Jerusalém. Durante o julgamento, foram-lhe imputadas cinco acusações, dentre as quais, de ter cometido crimes contra o povo judeu, contra a humanidade e crimes de guerra. Ele defendeu-se das acusações declarando-se “inocente, no sentido das acusações” (ARENDT, 1999, p.32).

O argumento proposto pela defesa de Eichmann baseou-se no fato de que ele apenas agiu cumprindo “atos de Estado”, de acordo com o regime nazista, de modo que seu dever baseava-se no ato de obedecer. Inclusive seu defensor expressou que, em situações como ocorrera no nazismo, “somos condecorados se vencemos e condenados à prisão se perdemos” (ARENDT, 1999, p.33). As palavras de Eichmann nos esclarecem seu posicionamento acerca dos crimes que lhe foram imputados: “Com o assassinato dos judeus não tive nada a ver. Nunca matei um judeu, nem um não-judeu – nunca matei nenhum ser humano. Nunca dei uma ordem para matar fosse um judeu fosse um não-judeu; simplesmente não fiz isso” (ARENDT, 1999, p.33).

No entanto, as acusações formuladas pela Promotoria no julgamento insistiam na afirmação de que Eichmann tratava-se de um monstro devido aos crimes que ele praticou, o que foi refutado pelos diagnósticos dos psiquiatras que o atenderam na prisão. De modo inverso, os resultados psiquiátricos apontaram que Eichmann era um sujeito “normal”. Essa situação conduziu Arendt (1999, 2004) à conclusão de que ele não se tratava de um sádico ou um monstro, pelo contrário, todos no tribunal estavam diante de um homem normal que agiu apenas para cumprir as ordens que recebeu de seus superiores hierárquicos. Nesse caso, ao ser interrogado, Eichmann afirmou ter cumprido o seu dever obedecendo à lei, portanto, não sendo diretamente responsável pela morte dos judeus. É o que declarou o marechal-de-Campo nazista (*Generalfeldmarschall*) Wilhelm Keitel após a guerra: “Quando uma ordem me era

⁵ “Eu perdi os julgamentos de *Nuremberg*. Eu nunca vi essas pessoas em carne e osso e esta é provavelmente minha única chance”. (tradução nossa).

dada, cumpria o que considerava ser meu dever, sem me deixar distrair pelas possíveis e nem sempre verificáveis consequências” (KNOPP, 2009, p.09).

Assim como Eichmann, se todos os nazistas agiram em cumprimento do dever de obedecer ao *Führer*, já que Hitler simbolizava a própria lei, estamos diante do que pode considerar-se como a culpa de ninguém, pois, onde todos são culpados, ninguém pode ser responsabilizado. Todos seriam meros dentes de uma engrenagem chamada nazismo, como bem deixou claro Arendt (2004). A sua linha de produção foi a “Solução final”, o que fez do extermínio dos judeus o seu produto mais caro. O mesmo argumento de defesa dos nazistas baseado na execução do extermínio dos judeus pelo cumprimento de ordens pode ser observado durante o depoimento do General-SS Otto Ohlendorf, no Tribunal de Nuremberg, no momento em que ele foi interrogado pelo Promotor:

Ohlendorf: “Sr. Promotor... Eu considerava errada a ordem, mas estava sob coação militar e a levei a cabo... sabendo que... essas providências eram medidas de emergência, de autodefesa. Mesmo agora, considero que a ordem, em si, era errada, mas não me cabia examinar se ela era moral ou imoral porque um líder tem de responsabilizar-se pelo cumprimento das ordens. Não posso examinar e não posso julgar; não tenho esse direito”.

Promotor: “Você entregou sua consciência moral a Adolf Hitler, não foi?”

Ohlendorf: “Não. Mas entreguei-a à minha condição de soldado, uma peça relativamente desimportante da engrenagem de uma grande máquina. E o que fiz ali é o mesmo que se faz em qualquer outro exército. Como soldado, recebi uma ordem e a ela, obedeci como soldado” (MANVELL, 1974, p.91).

Obedecer como um soldado era uma doutrina generalizada entre os nazistas. Como exemplo, durante o julgamento dos médicos nazistas, um deles, que participara da realização de experiências com seres humanos relatou que: “Eu não era, então, um médico civil, livre para tomar decisões próprias. Eu era um especialista compelido a agir exatamente como um soldado obrigado à disciplina” (MANVELL, 1974, p.99).

No campo da Psicologia Social, os estudos sobre obediência à autoridade (MILGRAM, 1974), iniciados no mesmo ano do julgamento de Eichmann, revelam que a obediência funciona como um condutor moral que faz com que as pessoas ajam violentamente contra outras exatamente pela confiança que se deposita na autoridade delegante da ordem. O experimento conduzido por Stanley Milgram (1974), na Universidade de Yale, ocorreu de modo que pessoas comuns (operários de fábrica, profissionais, desempregados, empregados burocráticos) eram contratadas e orientadas acerca de um estudo relacionando memória e aprendizagem, ou melhor, sobre os efeitos da punição no processo de aprendizado. Mas, na verdade, buscava-se saber até que

ponto a pessoa que iria participar da experiência recebendo instruções do experimentador obedeceria às ordens desse último. Ao recusar tais ordens, em determinado momento, esperava-se um conflito entre os atos praticados sequencialmente e a consciência do executante.

Um cientista conduzia a experiência e um ator fazia o papel do aluno, já que o foco da experiência era o professor, de modo que a pessoa contratada era sempre ludibriada em um sorteio para ficar no papel do professor. O experimento consistia em que o professor deveria fazer perguntas ao aluno sobre pares de palavras simples que ele deveria ter decorado respondendo ao professor qual seria a palavra correspondente à palavra perguntada, o que testava a capacidade do aluno de recordar a segunda palavra ao ouvir a primeira. A cada erro, que era propositadamente cometido pelo aluno, o professor dava-lhe um choque que era iniciado em 15 volts e podia chegar a uma escala máxima de 450 volts. Para tanto, existia um gerador de choques com trinta chaves dispostas sequencialmente a cada 15 volts na posição horizontal.

O aluno ficava ligado ao gerador por eletrodos em uma sala separada por uma parede que impedia o contato entre professor e aluno. O gerador apresentava de forma visível descrições que indicavam choque leve, moderado, forte, muito forte, intenso, extrema intensidade e, perigo: choque grave. Antes de iniciar a experiência um pequeno choque, real, de 45 volts, era testado no professor, mas, na verdade, o aluno não sofria choques, tratando-se de uma simulação para saber até onde na escala encontrada no painel o professor seria capaz de gerar o choque contra o aluno para que ele aprendesse. No entanto, como dito, o verdadeiro objetivo da experiência dizia respeito até que ponto uma pessoa seria capaz de provocar dor em alguém, mediante ordens, mesmo sob reclamações da vítima. Os gritos ou o silêncio da vítima geravam a tensão no professor que se via no conflito entre parar a experiência ou obedecer à autoridade.

O experimento (que demorou vários anos e foi testado sob diferentes variáveis) demonstrou que a grande maioria dos participantes, independentemente de serem homens ou mulheres, contrariando as expectativas de especialistas como psiquiatras, aplicou a escala máxima de 450 volts, já que, mesmo que o aluno simulasse gritos ou até mesmo tenha dito que tinha problemas cardíacos, as pessoas agiram impelidas pela fala do cientista presente na sala, que dizia que a experiência deveria continuar, pois os choques não causavam “dano permanente ao tecido”. Os participantes podiam voluntariamente desistir a qualquer momento do experimento, o que ocorreu com alguns, mas a pesquisa deixou evidente que a maior parte agiu em nome da autoridade científica. Algumas conclusões apontaram o fato de que a distância produzida entre o professor e o aluno, que ficavam em salas separadas sem verem um ao outro, serve de condutor para a prática da crueldade, assim como, pessoas comuns são capazes de

praticar atrocidades quando impelidas pelo princípio da obediência, pois, “não é necessário uma pessoa má para servir a um mau sistema. As pessoas comuns integram-se facilmente em sistemas malévolos” (MILGRAM, 1963, n.p.).

Nesse sentido, o mal seria situacional, constatação essa obtida também em outro experimento (ZIMBARDO, 2015) que ficou conhecido por “efeito Lúcifer”. Este fenômeno foi observado quando estudantes universitários foram contratados como guardas e prisioneiros em uma prisão simulada. Passados alguns dias os guardas, que foram investidos da autoridade, usaram de violência física e psicológica contra os estudantes que representavam o papel de prisioneiros, para que eles aceitassem as regras impostas no experimento. A experiência acabou durando apenas seis dias, menos da metade do tempo previsto para o seu término, por conta da violência perpetrada pelos guardas.

Ao considerarmos que o mal é algo situacional, não por acaso, Eichmann usou o argumento em sua defesa de que ele agiu praticando “atos de Estado”, o que em outros termos pode ser compreendido como a participação em um “massacre administrativo”, já que, o nazista “agiu inteiramente dentro dos limites do tipo de discernimento que se esperava dele: agiu de acordo com a regra, examinou a ordem expedida para ele quanto à sua legalidade “manifesta”, sua regularidade; não teve de depender de sua “consciência” (ARENDT, 1999, p.316). Para explicar tal fenômeno, Arendt (1999) cunhou o termo “banalidade do mal”, uma “lição” que expõe o mal enquanto a possibilidade que se tem de agir em nome do dever abrindo-se mão da própria consciência para pensar e julgar acerca de seus próprios atos ou das consequências deles.

No plano das consequências, podemos dizer que a banalidade do mal, enquanto um fenômeno da modernidade, está relacionado à produção do Holocausto e ao extermínio dos judeus exatamente pelo papel exercido pela racionalização burocrática do sistema operado pelos nazistas e pela contribuição da ciência e do desenvolvimento da indústria e da técnica, que possibilitaram a organização do aparato construído para os campos de concentração e extermínio (BAUMAN, 1998). Afinal, “quando a técnica apropria-se da destruição do outro, se extinguem os parâmetros sensíveis” (BRÜSEKE, 2010, p.18). Portanto, “a burocracia é infelizmente o mando de ninguém e, por essa mesma razão, talvez a forma menos humana e mais cruel de governo” (ARENDT, 2004, p.94). Como dito, em um sistema no qual todos se tornam culpados no final das contas, ninguém pode assumir a culpa.

Na dialética entre o progresso das condições modernas e suas consequências, ocorre a coordenação, com base na burocracia moderna, das ações de indivíduos morais que agem com a intenção de atingir qualquer que seja o objetivo, inclusive imoral. Seria “a produção social da indiferença moral” (BAUMAN, 1998), visto que, a ação moral

não teria valor intrínseco em si e sim seria externamente analisada por critérios diferentes dos que conduziram à ação realizada. Os nazistas não se tratavam, nesse contexto, de pessoas anormais, tanto que foi preciso combater os que emocionalmente, por exemplo, entravam em conflito consigo por fuzilar os judeus ou os que, ao contrário, sentiam prazer por participarem dos fuzilamentos. Na busca das mortes sistemáticas, as ações individuais deveriam ser transformadas em atitudes impessoais, práticas e eficientes (ARENDT, 1999; BAUMAN, 1998).

A execução dos deveres, para os militares nazistas, se traduzia na rotina da organização que deveria levar à realização da tarefa sanguinária com lealdade por meio da disciplina. A presença da disciplina é o que faz com que o funcionário se identifique com a organização (WEBER, 2001, 2010) e, neste caso, a responsabilidade moral é substituída pela disciplina através da honra. Como resultado, “o aumento da distância física e/ou psíquica entre o ato e suas consequências produz mais do que a suspensão da inibição moral; anula o significado moral do ato e todo o conflito entre o padrão pessoal de decência moral e a imoralidade das consequências sociais do ato” (BAUMAN, 1998, p.45), ou o que se pode denominar de “invisibilidade moral” (BAUMAN, 1998), ou seja, consiste em tornar inumanos os que serão vítimas. Não por acaso, Vullierme (2019) ressalta:

A disciplina – desde a Antiguidade, uma característica mais constante dos exércitos ocidentais – é um fator poderoso de “anempatia”. O soldado, fundido no corpo da tropa, levado a cumprir as ordens sem discussão ou reflexão, fica isento de responsabilidade. Seus atos são os do seu general, que, por sua vez, age exclusivamente por delegação da autoridade soberana. O militar – ao abrigo do perigo em virtude da distância física – é instalado em uma situação de pura “anempatia”/extermínio. (VULLIERME, 2019, p.128).

Nesse sentido, entenda-se anempatia como uma construção social de ordem ideológica com consequências psicológicas de aumento da insensibilidade para com o outro, potencializando uma hostilidade tornada natural em relação às pessoas que enxergamos como estranhas (VULLIERME, 2019). O que estamos a destacar é que a violência surge como efeito da divisão hierárquica e funcional do trabalho nas burocracias modernas tornando-se mais eficiente quando utilizada a partir de princípios racionais e instrumentais, ao mesmo tempo em que se cria um distanciamento em relação à avaliação moral da ação final desencadeada. Essa ação final presa aos ditames de uma burocracia racional e instrumental reside no surgimento de uma responsabilidade técnica que passa a substituir a responsabilidade moral.

A responsabilidade técnica está presa aos ditames de uma modernidade técnica (BRÜSEKE, 2010) e seus dispositivos técnicos, dos quais podemos destacar dentre suas características o fato do pensamento ser conduzido tecnicamente, o que faz do ser algo visto materialmente, já que, “o homem materializado não possui alma” (BRÜSEKE, 2010, p.52). Além disso, o dispositivo técnico visa à funcionalização sistemática dos elementos no seu ambiente cujo critério é o alcance de seus próprios fins, por meio de movimentos racionalizantes, mas tendo como agente principal de manipulação a mão humana, que em seu afã para fabricar o que o pensamento tecnificado determina, faz com que técnica e natureza se confundam (BRÜSEKE, 2010). Foi assim, por exemplo, que cabelos humanos retirados dos judeus nos campos de extermínio viravam feltro industrial para fios de costura⁶ ou, os ossos dos corpos cremados eram usados como adubo pelos nazistas nos campos agrícolas de repolho ou, ainda, pele humana era usada como objeto de decoração.

A relação entre responsabilidade técnica e modernidade técnica enseja a busca incessante por resultados eficientes e programados de modo que até mesmo uma ordem inaceitável de um superior hierárquico acaba sendo superada ou perde força diante da funcionalidade das tarefas estabelecidas, ou melhor, **“o resultado é a irrelevância dos padrões morais para o sucesso técnico da operação burocrática”** (BAUMAN, 1998, p.126, grifos do autor). Essa anulação dos padrões morais acaba por desumanizar os objetos que surgem das tarefas burocraticamente executadas e o perigo reside quando, como já observado, são os seres humanos que se transformam no produto final desse processo, pois,

Reduzidos, como todos os outros objetos de gerenciamento burocrático, a meros números desprovidos de qualidade, os objetos humanos perdem sua identidade. Os seres humanos perdem essa capacidade assim que reduzidos a cifras. Mandam os soldados atirar em **alvos**, que caem quando são atingidos. Os empregados de grandes companhias são encorajados a destruir a **concorrência**. Funcionários de agências previdenciárias operam com **abonos discricionários** numa hora e **créditos pessoais** em outra. Seus objetos são os **segurados com benefícios extras**. É difícil lembrar os seres humanos por trás de todos esses termos técnicos. (BAUMAN, 1998, p.127-128, grifos do autor).

Não por acaso, Adolf Eichmann ter afirmado em 1944, quando pedido que explicasse como 6 milhões de judeus morreram antes do julgamento público, que

⁶Ver *Holocausto: a libertação de Auschwitz* (1985).

“centenas de mortos é uma catástrofe... milhões de mortos são uma estatística.”⁷ A questão a ser ressaltada é que o grande perigo da racionalidade burocrática não está em sua relação direta com seus objetos, mas, quando os seus sujeitos revelam o orgulho pela tarefa desempenhada ao ponto de sentirem confiança na própria dignidade por terem obtido sucesso, o que não diferencia a moral do dever cumprido se os objetos forem vítimas massacradas. Tal prerrogativa alimenta uma consciência moral por parte do sujeito executante a partir da qual se revigora o reforço mútuo entre a desumanização do objeto humano e a autoavaliação positiva que incita à realização de qualquer objetivo a ser alcançado com estrita fidelidade à instituição burocrática.

Nesse contexto, os princípios da cultura e das doutrinas militaristas, tendo como pano de fundo o comportamento social dos militares nazistas, são exemplos para compreendermos como a banalidade do mal e a violência tornam-se elementos indissociáveis a partir do momento em que processos institucionais socializam indivíduos para agirem estritamente em cumprimento do dever (MAY, 1997). Em um estudo (NEITZEL; WELZER, 2014) que analisou protocolos de escutas colocadas nas celas dos prisioneiros das Forças Armadas alemãs durante a Segunda Guerra Mundial, observar a violência praticada pela crença nos princípios militares é enxergar que os soldados agiam brutalmente de modo normal, orientados pelo marco referencial da guerra. O marco referencial pode ser entendido como um sistema de orientação mental através do qual os militares alemães interpretavam o mundo da guerra e a realidade do que estava acontecendo de modo a direcionar suas práticas sociais.

Independentemente da condição ideológica assumida, aceitando ou não a doutrina nazista, para os militares alemães uma ordem no front era incontestável e não cumpri-la caracterizava o pior dos desvios. Isto implica na condição de que a obediência estrita unia os soldados não especificamente pela possível punição surgida por uma ordem não executada, mas especialmente pelo marco referencial adotado por eles, ou seja, suas percepções e interpretações de mundo faziam da guerra algo distinto da paz, o que alterava os critérios do que é certo e errado para os militares, tornando suas decisões e ações algo autoevidente. A guerra torna-se, portanto, um compromisso formal e social, um trabalho a ser realizado, de modo que “nesse cenário fica claro que os padrões interpretativos também têm a função de construir sentidos: se interpreto como “trabalho” matar uma pessoa, não classifico essa atividade na categoria “crime”, normalizando o acontecimento” (NEITZEL; WELZER, 2014, p.40).

Considerando-se que a condição de matar na vida civil é normalmente um desvio, no mundo dos soldados a violência passa a ser justificada automatizando-se o

⁷*Holocausto: a libertação de Auschwitz* (1985).

questionamento moral e protegendo-se o soldado de sentir-se culpado (NEITZEL; WELZER, 2014). O que se estabelece é o distanciamento entre crenças pessoais e ações, visto que, em situações reais, nas quais se demandam ações e decisões por parte dos indivíduos, o que prevalece é o cumprimento de uma tarefa de forma eficiente para alcançar um fim e não reflexões de cunho ético baseadas na escolha entre o certo e o errado, o justo e o injusto. Então, quais consequências podem advir quando valores humanistas perdem espaço para a força da razão militar?

O totalitarismo e a configuração social da banalidade do mal

As coisas vivenciadas no cotidiano são expressões do que convencionalmente chamamos de lugar comum, ou melhor, o que vem a ser trivial, por depender de certa regularidade para ocorrer. No entanto, essas coisas comumente experienciadas podem ter seu espaço invadido pelo que é banal e, na verdade, o comum e o banal são coisas distintas. Só que, “um ato mau torna-se banal não por ser comum, mas por ser vivenciado **como se fosse** algo comum. A banalidade não é normalidade, mas passa-se por ela, ocupa indevidamente o lugar da normalidade” (ANDRADE, 2010, p.06, grifo do autor). Nesse caso, compreender a constituição social da banalidade do mal é observar que seus agentes perpetradores são superficiais e, suas vítimas tornam-se supérfluas (ANDRADE, 2010).

A superficialidade de pessoas que agem como carrascos e a superfluidade daqueles que se tornam vítimas por serem descartáveis foram estudadas por Arendt (1989) como características do regime totalitarista no qual, “o poder total só pode ser conseguido e conservado num mundo de reflexos condicionados, de marionetes sem o mais leve traço de espontaneidade” (ARENDT, 1989, p.508). Essas características do totalitarismo levaram à compreensão de que, ao contrário de Kant, que teria visto o mal em sua forma radical como um pecado traduzido pelo egoísmo, covardia, ganância, poder, pode-se dizer que o mal radical nos regimes totalitários diz respeito a um sistema capaz de transformar todos os homens em seres supérfluos. Enquanto o mal radical em Kant pode ser visto como um “rancor pervertido” (ARENDT, 1989, p.510), logo compreensível, a exemplo do sentimento de inveja, o mal radical nos regimes totalitários desconhece compreensão pela sua forma absoluta que encontrou nos campos de extermínio um processo de fabricação de cadáveres.

Esse processo de destruição sistemática de vítimas humanas nos campos de extermínio nazistas pode ser bem descrito a partir das entrevistas realizadas por Leon Goldensohn (2005). Ele trabalhou como psiquiatra em 1946 acompanhando na prisão

os principais líderes nazistas presos e que aguardavam julgamento no Tribunal de *Nuremberg*. Entre eles encontrava-se Rudolf Hoess, que foi comandante do campo de extermínio de Auschwitz durante maio de 1940 a 1º de dezembro de 1943. As palavras de Hoess clarificam como a instrumentalidade das ações pelos militares nazistas legitimam o encontro entre técnica e natureza (BRÜSEKE, 2010) pelo uso de partes humanas para a fabricação de produtos manufaturados:

“Cortávamos os cabelos das mulheres depois de exterminadas nas câmaras de gás. Os cabelos eram então enviados para fábricas, onde eram trançados em ajustes especiais para vedações.” Esses cabelos também eram de homens e crianças? (Goldensohn). “Não, em 1943 recebi as primeiras ordens para fazê-lo. Cortávamos os cabelos somente de mulheres e apenas depois de mortas.” Você supervisionava os assassinatos nas câmaras de gás? (Goldensohn). “Sim, eu fazia toda a supervisão daquele negócio. Estava muitas vezes, mas nem todas, presente quando as câmaras de gás estavam sendo usadas.” Você deve ser um homem durão (Goldensohn). “Você se torna durão quando cumpre tais ordens.” Acima de tudo, você me parece durão (Goldensohn). “Bem, você não pode ter coração mole, seja ao fuzilar pessoas ou ao matá-las em câmaras de gás”. (GOLDENSOHN, 2005, p.350).

“Ser durão”, para Hoess, que corresponde a agir friamente para “fuzilar pessoas” ou “matá-las em câmaras de gás” revela-se, segundo suas palavras, pela obrigação que se tinha de cumprir às ordens superiores, pois, ele deixa claro que: “Se eu não recebesse ordens diretamente e razões para as cumprir, teria sido incapaz de realizar aquilo por iniciativa própria – enviar milhares de pessoas para a morte” (GOLDENSOHN, 2005, p.361). O argumento por ele utilizado ratifica os achados dos experimentos de Milgram (1974), os quais, como vimos, demonstram que pessoas comuns são capazes de cometer crueldade quando agem sob a autoridade de alguém que está investido do poder de ordenar. No entanto, o acréscimo de nosso argumento se baseia no fato de que, no caso de um fenômeno sistemático de morte de milhares de pessoas, por meio de um processo racional e organizado burocraticamente, acrescentamos a presença e o reforço da razão militar e seus aparatos na socialização de indivíduos que agem no cumprimento do dever por meio da disciplina.

Nos experimentos de Milgram (1974), os sujeitos agiam praticando o ato cruel pela distância em relação à vítima e pela proximidade com o cientista de “jaleco cinza”. No caso do sistema militar a responsabilidade pessoal não é eliminada do sujeito executor apenas pela confiança na autoridade delegante, esta última passa a ser garantida por múltiplos mecanismos presentes em todo o processo como a disciplina, a hierarquia,

a lealdade, a honra, o sentimento de cumprimento do dever, de modo que a ordem e a autoridade não necessitem da presença física do delegante para serem executada e respeitada, respectivamente. A ordem trata-se de uma força supraindividual que é internalizada e carregada pelo executante onde quer que ele esteja.

Quando compreendida também como um impulso que se executa prontamente, ou um aguilhão que fere o sujeito que recebe a ordem e, assim, fazendo com que a própria ordem busque necessariamente uma via de escape em uma escala hierárquica caminhando cada vez mais para os estratos subordinados (CANETTI, 1995), vê-se que a força da autoridade trata-se de elemento impessoal. Sociologicamente falando, ela pode muito bem encontrar em sistemas políticos como o totalitarismo um alcance em cadeia. Isso ocorre especialmente quando do seu encontro com a razão militar, até transformar-se em força presente, porém, como dito, impessoal e supraindividual, mas tão concreta quanto a existência dos próprios indivíduos (ELIAS, 2008).

Logo, na análise do caso Eichmann, que como já dito era um Tenente-Coronel (*SS-Obersturmbannführer*) da SS, a maneira de pensar do nazista tornou-se produto de um processo que estabelecia a relação entre a naturalização de atos que redundaram em um tipo de crueldade capaz da destruição do gênero humano em larga escala com a justificativa do cumprimento do dever. No plano sociológico, podemos dizer que a forma de pensar de Eichmann diz respeito à internalização do *habitus* no sentido eliasiano, pois se trata de um “saber social incorporado” (ELIAS, 1997) ou uma “segunda natureza”, apreendida ao longo do tempo e sendo capaz de influenciar a personalidade do indivíduo e determinar seu comportamento e modo de pensar quando vinculado a um grupo. Seria um processo pelo qual a socialização comum às instituições (que são sistemas morais socialmente impostos) tende a manipular a capacidade moral dos indivíduos, já que essa última reside em formas pré-societárias, ou melhor, “o comportamento moral é concebível apenas no contexto do “estar com os outros”, isto é, no contexto social; mas não deve seu aparecimento à presença de agências supraindividuais de treinamento e imposição, ou seja, ao contexto societário” (BAUMAN, 1998, p.207).

Não sendo produto das condições de socialização, a moralidade e a responsabilidade moral residem na pessoa humana e eclodem no contato com o outro, na ajuda ao próximo, antes de serem atingidas por elementos como a educação e a civilização enquanto processos humanizadores socialmente administrados (BAUMAN, 1998). Nesse sentido, não se pode falar de um mal radical no totalitarismo e de seres sádicos ou monstros que promoveram o terror totalitário com a produção sistemática de cadáveres humanos. Ao contrário,

Os regimes totalitários não produzem necessariamente monstros. O que eles frequentemente engendram seriam pessoas incapazes de pensar por si mesmas e incapazes de compreender a imoralidade de suas ações, visto que tudo o que faziam era sancionado pela lei e apoiado pelo regime vigente. O mal não é trivial porque é desimportante, mas porque pode acontecer sem intenção diabólica e, a miúdo, é o resultado de colossal falha no pensamento. O totalitarismo promove um colapso no modo de pensar das pessoas, e Eichmann é um bom exemplo de alguém que foi iludido a respeito de suas ações. Importando-se mais com a ideologia do que com o que deveras estava acontecendo no mundo, Eichmann permitiu que a ideologia nazista tomasse as decisões em seu lugar, e distanciou-se das consequências de suas ações. (FRY, 2010, p.45-46).

No argumento de Fry (2010) sobre Eichmann, sentimos a ausência da razão militar para justificar que, do mal radical ao mal banal, sem dúvida, o mal é uma condição socialmente construída, de forma que a crueldade é alimentada pelos mecanismos de socialização institucionais próprios da era moderna. Logo, estruturam-se “regras societárias” capazes de neutralizar a responsabilidade moral dos indivíduos e, juntamente com ela, a faculdade de sentir-se autônomo para pensar, julgar e escolher entre o certo e o errado. Presos à obediência dos regulamentos institucionais e à pessoa de um superior hierárquico responsável por emitir ordens cujos efeitos podem ser o elogio ou a punição do executor, o indivíduo militarizado passa a fazer parte de um processo capaz de manipular sua capacidade moral. Ele cede espaço por meio do “treinamento” e da “imposição” à força de agências supraindividuais, invertendo uma relação na qual o comportamento moral já não diz respeito em estar com o outro, mas em agir pelo cumprimento do dever. Na análise da ética da obediência presente nos estudos de Milgram (1974), por exemplo, deve ser dada relevância à compreensão de como a autoridade, no meio militar, exerce controle sobre quem a obedece, mesmo que Milgram (1974) ressalte e generalize o fenômeno a todas as pessoas, mas exemplifique citando os militares em guerra:

O ajuste mais comum do pensamento no sujeito obediente é que ele veja a si mesmo como não responsável por suas próprias ações. Ele se livra da responsabilidade ao atribuir toda iniciativa ao experimentador, uma autoridade legítima. Ele vê a si mesmo não como uma pessoa agindo de uma forma moralmente responsável, mas como agente de autoridade externa. Embora uma pessoa que age sob autoridade realize ações que parecem violar padrões de consciência, não seria verdadeiro dizer que ele perde seu senso moral. Ao invés disso, o senso moral adquire um foco completamente diferente. Ele não responde

com um sentimento moral às ações que realiza. Ao contrário disso, sua preocupação moral agora muda para uma consideração de como ele bem passa a viver de acordo com as expectativas que a autoridade tem dele. Em tempo de guerra, um soldado não pergunta se é bom ou ruim bombardear uma aldeia; ele não sente vergonha ou culpa na destruição de uma vila: ao invés disso ele sente orgulho ou vergonha dependendo de quão bem ele realizou a missão designada para ele (MILGRAM, 1974, p.7-8) (tradução nossa).⁸

Sentir orgulho (*pride*) ou vergonha (*shame*) pela missão desempenhada por um indivíduo em face de uma ordem recebida torna-se uma prova de como os fins visados na ação ordenada diz muito sobre a desumanização e destruição de vítimas quando pessoas, como já destacado, tornam-se o alvo a ser atingido (MAY, 1997). Como vimos, são as “regras societárias” (processos de socialização) que fortalecem o enfraquecimento da responsabilidade moral dos indivíduos como ocorreu com a consciência de Eichmann: “ele se lembrava perfeitamente de que só ficava com a consciência pesada quando não fazia aquilo que lhe ordenavam – embarcar milhões de homens, mulheres e crianças para a morte, com grande aplicação e o mais metuculoso cuidado” (ARENDT, 1999, p.37). Nesse sentido, podemos até mesmo usar o jargão militar de que “missão dada é missão cumprida” para traduzir, talvez, qual seria o melhor clichê que aponte a noção de responsabilidade desenvolvida por Eichmann.

O que deve ficar claro para nós é que, para “contrapor-se a uma tal ausência de consciência, é preciso evitar que as pessoas golpeiem para os lados sem refletir a respeito de si próprias” (ADORNO, [s.d.]). Até mesmo no caso dos militares, os ensinamentos do general nazista Beck, por mais que pareçam contraditórios, serve-nos para refletirmos, ou melhor, “a obediência de um soldado tem limites, que é quando o conhecimento, a consciência e a responsabilidade proíbem o cumprimento de uma ordem” (KNOPP, 2009, p.7). Como começo, o que devemos observar é o cuidado para não fazermos da relação entre socialização e ação uma mera reprodução de “regras

⁸“The most common adjustment of thought in the obedient subject is for him to see himself as not responsible for his own actions. He divests himself of responsibility by attributing all initiative to the experimenter, a legitimate authority. He sees himself not as a person acting in morally accountable way but as the agent of external authority. Although a person acting under authority performs actions that seem to violate standards of conscience, it would not be true to say that he loses his moral sense. Instead, it acquires a radically different focus. He does not respond with a moral sentiment to the actions he performs. Rather, his moral concern now shifts to a consideration of how well he is living up to the expectations that the authority has of him. In war time, a soldier does not ask whether it is good or bad to bomb a hamlet; he does not experience shame or guilt in the destruction of a village: rather he feels pride or shame depending on how well he has performed the mission assigned to him”.

societárias” que invertam a relação e subordinem o pensamento reflexivo ao cânon do conhecimento técnico e instrumental, mesmo que a melhor forma de combate à irreflexão operada por mecanismos racionais seja o pensamento pautado pela própria razão (ARENDT, 2000). É necessário que tenhamos a capacidade de julgarmos a nós mesmos, de maneira que nosso pensamento nos conduza na direção de não nos habituarmos a convivermos com o pretense assassino que possamos carregar dentro de nós mesmos quando justificamos o mal que praticamos em cumprimento de uma ordem ou dever. Do contrário, “nesse mundo tão ordenado, quase não temos que pensar mais. Essa inabilidade do pensamento termina, no último momento, nas catástrofes políticas do nosso século. Tantos crimes, mas quase sem culpados” (MILOVIC, 2014, p.6). De modo a concluirmos que: “o indivíduo que não pensa e se torna cúmplice dos crimes: essa é a banalidade do mal diagnosticada por Hannah Arendt” (MILOVIC, 2014, p.6).

Conclusões

Partindo da crítica realizada por Hannah Arendt às ciências sociais, que se baseou na insuficiência teórico-metodológica desse campo do conhecimento de compreender em profundidade o fenômeno do totalitarismo no regime nazista, especialmente os campos de extermínio, visamos neste artigo lançar nosso olhar sob um ponto específico relacionado à banalidade do mal: a razão militar.

Não são poucos os estudos que surgiram ao longo de décadas, após a obra *Eichmann em Jerusalém* escrita por Hannah Arendt (1999), para tentar melhor compreender a relação entre a banalidade do mal e a violência perpetrada por homens comuns, mas não conhecemos trabalhos que se debruçaram especificamente sobre o argumento de que os homens que perpetraram atrocidades no nazismo tratavam-se de militares que passaram por processos de socialização específicos do mundo das casernas. Logo, nosso argumento se debruçou em afirmar que a irreflexão do pensamento é potencializada gerando a banalidade do mal a partir da presença da razão militar, a qual é indissociável da cultura das casernas.

Portanto, se Arendt buscou desabilitar o conhecimento das ciências sociais para compreender o totalitarismo, fizemos o movimento oposto utilizando sua própria concepção analítica, a banalidade do mal, tratando-a sob o ponto de vista sociológico e relacionado-a a processos de configuração social que dizem respeito à internalização de um novo *habitus* por indivíduos que são treinados pela lógica da razão militar. Acreditamos que, diante da ascensão atual de regimes políticos ultra-conservadores em todo o mundo ocidental, as discussões sobre o fenômeno da banalidade do mal devam

ser reatualizadas para ampliarmos a compreensão acerca dos mecanismos sociais que possam facilitar sua relação com a violência e com a destruição do gênero humano.

THE BANALITY OF EVIL IN THE LIGHT OF SOCIOLOGY: REFLECTIONS ON THE MILITARY REASONING

ABSTRACT: *This article discusses Hannah Arendt's concept of the banality of evil, focusing our analysis on the military reasoning and its mechanisms – especially the principle of obedience. We argue that not only does obedience to authority allows for the banality of evil but also the process of socialization leads to the naturalization of violence.*

KEYWORDS: *Banality of Evil. Military Reason. Sociology.*

LA BANALIDAD DEL MAL A LA LUZ DE LA SOCIOLOGÍA: CONSIDERACIONES SOBRE LA RAZÓN MILITAR

RESUMEN: *En este artículo pretendemos, a partir de una discusión teórica, reflexionar sociológicamente sobre el fenómeno de la banalidad del mal, un concepto acuñado por Hannah Arendt. En este sentido, nos fijamos específicamente en la razón militar y sus mecanismos, especialmente el principio de obediencia, para reflexionar no solo sobre la presencia de la autoridad en fenómenos como la banalidad del mal, sino también para comprender los procesos de socialización que tienen como objetivo la naturalización de la violencia.*

PALABRAS CLAVE: *Banalidad del mal. Razón militar. Sociología.*

REFERÊNCIAS

ADORNO, S. Perturbações: Foucault e as ciências sociais. **Sociologia & Antropologia**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p.33-61, abr 2017.

ADORNO, T. **Educação após Auschwitz**. (s. d.). **Educação on-line**. Tradução: Wolfgang Leo Maar. Disponível em: <https://rizomas.net/arquivos/Adorno-Educacao-apos-Auschwitz.pdf>. Acesso em: 23 set. 2020.

ALVAREZ, M. C. Michel Foucault e a sociologia: aproximações e tensões. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v. 20, n. 38, p.15-33, jan/jun 2015.

ANDRADE, M. A banalidade do mal e as possibilidades da educação moral: contribuições arendtianas. **Revista Brasileira de Educação**, v. 15, n. 43, p.109-126, jan/abr 2010.

ARENDT, H. **Responsabilidade e julgamento**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

ARENDT, H. **A vida do espírito**: o pensar, o querer, o julgar. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2000. 2 v.

ARENDT, H. **Eichmann em Jerusalém**: um relato sobre a banalidade do mal. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

ARENDT, H. **As origens do totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

ARENDT, H. Social Science Techniques and the Study of Concentration Camps. **Jewish Social Studies**, v. 12. n. 1, p.49-64. Indiana University Press: janeiro 1950.

ARON, R. **As etapas do pensamento sociológico**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

BAEHR, P. **Hannah Arendt, Totalitarianism, and the Social Sciences**. Stanford-CA: Stanford University Press, 2010.

BAUMAN, Z. **Modernidade e holocausto**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1998.

BERGEN, B. J. **Hannah Arendt and “the final solution”**: the banality of evil. Lanham: Rowman & Littlefield Publishers, 1998.

BRÜSEKE, F. J. **A modernidade técnica**: contingência, irracionalidade e possibilidade. Florianópolis: Insular, 2010.

CANETTI, E. **Massa e poder**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

DURKHEIM, E. **As regras do método sociológico**. 13 ed. São Paulo: Editora Nacional, 1987.

ELIAS, N. **Introdução à sociologia**. Lisboa, Portugal: Edições 70, 2008.

ELIAS, N. **Os alemães**: aluta pelo poder e a evolução do *habitus* nos séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

FONSECA, M. A. da. **Michel Foucault e o direito**. São Paulo: Max Limonade, 2002.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**: história das violências nas prisões. Rio de Janeiro: Vozes, 1987.

FRY, K. A. **Compreender Hannah Arendt**. Petrópolis- RJ: Vozes, 2010.

GOLDENSOHN, L. **As entrevistas de Nuremberg**. Organização e introdução Robert Gellately. Trad. Ivo Korytowski. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

HOLOCAUSTO: a libertação de Auschwitz. Direção: Irmgard von ZurMühlen. 1985. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=vwzq2vC_2YM. Acesso em: 17 abr 2018.

KNOPP, G. **Guerreiros de Hitler**. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

MANVELL, R. **SS e Gestapo: a caveira sinistra**. Rio de Janeiro: Editora Renes Ltda, 1974.

MAY, L. Socialization and institucional evil. In: MAY, Larry; KOHN, Jerome (Edited by) **Hannah Arendt: twenty years later**. Cambridge: MIT Press, 1997. p.83-105.

MILGRAM, S. **Obedience to authority**. New York: Harper & Row, 1974.

MILGRAM, S. Behavioral study of obedience [Os perigos da obediência]. Trad. Consulado dos Estados Unidos no Rio de Janeiro – Revista Diálogo. **Journal of abnormal and social psychology**, v. 67, p.371-378, 1963.

MILOVIC, M. Entrevista concedida a Márcia Junges e Ricardo Machado. In: **IHU Revista do Instituto Humanitas Unisinos**, São Leopoldo, ed. 438: 5-11, março 2014.

NEITZEL, S.; WELZER, H. **Soldados: sobre lutar, matar e morrer**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

PONTES, N. L. M. T. de. **Habitus, maldade e permanência: o problema do mal e os limites do conhecimento sociológico**. 2014. 189 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa. 2014.

VULLIERME, J. L. **Espelho do Ocidente: o nazismo e a civilização ocidental**. Rio de Janeiro: Difel, 2019.

WEBER, M. **Ensaio de sociologia**. GERTH H. H.; WRIGHT MILLS, C. (Orgs.). 5 ed. Rio de Janeiro: LTC, 2010.

WEBER, M. **Metodologia das ciências sociais**. Parte 2. 3 ed. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2001.

ZIMBARDO, P. **O efeito Lúcifer: como pessoas boas se tornam más**. Rio de Janeiro: Record, 2015.

Recebido em 28/05/2019.

Aprovado em 04/06/2020.

O ESCLARECIMENTO E A DISTINÇÃO NA ALIMENTAÇÃO: UMA ANÁLISE DA INDÚSTRIA CULTURAL E A FORMAÇÃO DO GOSTO POR CERVEJAS ESPECIAIS

*Renato Augusto da Silva MONTEIRO**

RESUMO: Colocadas em circulação no mercado, as cervejas especiais se contrapõem às cervejas que passam a ser lidas como comuns. Entre o refinado e o grosseiro, o objeto o qual seja considerado bom ou mau gosto se altera em processos de longa duração. O esclarecimento gera a partir das condições de existência um sistema de conhecimentos em torno da alimentação que se transforma reiterando a dominação por meio da distinção. Neste estudo, analisamos as estratégias de mediação sociocultural da Ambev no Centro de Experiência Cervejeira da Bohemia (CECB). Nossa questão gira em torno das táticas da indústria cultural e do esclarecimento na formação do gosto por cervejas especiais e sua relação com o *habitus* e a distinção. Problematicamos a degustação como fórmula geradora de estilos de vida, que produz juízos de gosto que reiteram a auto conservação da aparelhagem social e econômica sob uma aparente liberdade de escolha.

PALAVRAS-CHAVE: Esclarecimento. Distinção. Indústria cultura. *Habitus*. Formação do gosto.

Introdução

A produção e o consumo de cervejas especiais têm crescido no Brasil, se destacando como cervejas que possuem maior quantidade de malte de cevada e de lúpulos especiais em sua composição. As cervejas artesanais normalmente são cervejas especiais, uma vez que utilizam ingredientes considerados de melhor qualidade. Entretanto, o inverso pode suscitar uma confusão semântica, uma vez que nem toda

* Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Instituto de Nutrição Josué de Castro. Departamento de Gastronomia. Programa de Pós-graduação em Educação em Ciências e Saúde do Instituto NUTES (UFRJ). Rio de Janeiro – RJ – Brasil. 21941902 - renatomonteiro@gastronomia.ufrj.br. <https://orcid.org/0000-0002-8662-285X>.

cerveja especial é artesanal ou produzida de forma artesanal em pequena escala. Nesse cenário, as cervejas especiais surgem se contrapondo àquelas que passam a ser lidas como cervejas comuns, produzidas em larga escala e impulsionadas pela propaganda, uma das principais táticas utilizadas pela indústria da cerveja no mercado brasileiro.

Diante do crescimento do mercado de cervejas especiais e em função de interesses mercadológicos, a indústria de cerveja passa a direcionar esforços para a formação de um público consumidor interessado em produtos mais sofisticados. Quando as cervejas especiais são produzidas e postas em circulação se apresenta não apenas a possibilidade do consumo de produtos de qualidade supostamente superior, como também do acionamento de signos de distinção que se contrapõem ao consumo de cervejas classificadas como ordinárias. Os conhecimentos sobre a alimentação se configuram em torno de um *logos* do esclarecimento capaz de conferir distinção por meio de percepções e práticas inerentes a *habitus* que legitimam determinado estilo de vida. Nesse sentido, propomos problematizar a apropriação de um *logos* sobre cerveja na construção de uma narrativa mítica pela indústria cultural no que se refere à análise de suas estratégias de produção de sentidos sobre a formação do gosto por cervejas especiais.

Como referencial teórico este estudo propõe construir uma interseção entre o mito e o esclarecimento no contexto da indústria cultural a partir de Theodor Adorno e Max Horkheimer (1985) com o *habitus* e a distinção de Pierre Bourdieu (2015, 1983), trazendo como bibliografia secundária autores do campo da alimentação. Buscamos, assim, estabelecer relações entre esses referenciais a fim de problematizar a formação do gosto por cervejas especiais nas estratégias da indústria cultural analisando um tour cervejeiro. Ou seja, nos interessa identificar a forma como a indústria cultural atua na construção de uma narrativa sobre bens de consumo pretensamente sofisticados, acionando um conhecimento técnico, *logos*, por meio da encenação de práticas relacionadas à degustação de cervejas especiais, ocultando os limites situados nas condições de existência de classes que configuram os estilos de vida.

O mito e esclarecimento na alimentação: a dominação do *logos*

A *Dialética do esclarecimento* de Adorno e Horkheimer (1985) marca as bases do berço da Escola de Frankfurt trazendo uma crítica às categorias ocidentais da razão e da natureza. O conceito de esclarecimento pode ser entendido como um processo no qual se estabelece mais efusivamente distância entre sujeito e objeto pela racionalização discursiva do *logos*. Segundo Funari (2002), a razão era um conceito essencial para os

gregos, de modo que a palavra *logos*, derivada do verbo *legein*, significa juntar, e, ao mesmo tempo: palavra, discurso e razão. Assim, o *logos* enquanto expressão do esclarecimento teria como premissa reforçar a dominação dos humanos sobre a natureza, cindindo esses universos. A dominação sobre a natureza se estenderia de forma ainda mais proeminente à dominação dos humanos sobre os próprios humanos: “o programa do esclarecimento era o desencantamento do mundo. Sua meta era dissolver os mitos e substituir a imaginação pelo saber” (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p.17).

O cerne da origem da dominação se apresentava desde os mitos, se estendendo ao esclarecimento por meio de um processo dialético, que não se daria de forma unilateral. Insurgindo contra os mitos, o esclarecimento carregaria em si fragmentos do próprio mito ao qual buscou suprimir. Moreira (2012) considera que na *Odisséia* de Homero seria possível encontrar a dimensão racional do *logos* no nascimento do “protoburguês”, embrião da razão que marca a subjetividade da civilização ocidental. Embora Dionísio não seja mencionado, o vinho é um dos fios condutores da narrativa homérica, assumindo diversos papéis, presente em todas as refeições, juntamente com o pão e a carne, selando as relações entre conhecidos e desconhecidos, entre deuses e mortais e entre os vivos e os mortos, bem apresentando sinais de civilidade: “a cratera demonstra que a lição de Dionísio foi aprendida, a bebida deve ser dosada, diluída e regulada” (CARNEIRO, 2010, p.32).

É possível realizar uma leitura da desdionização do mito dionisíaco, como um processo de “apolineamento educativo” para que fosse incorporado aos rituais dos sympósios, pois “uma divindade assim tão próxima e integrada no próprio homem, um deus tão libertário e “politicamente” independente, não poderia mesmo ser aceito pela *pólis* grega de homens e de deuses tão apolineamente patriarcais e tão religiosamente repressivos” (BRANDÃO, 1987, p.137). Nos sympósios, a embriaguez seria valorizada como um meio de elevar a criatividade poética, grandes poetas quase sempre eram membros das elites e grandes apreciadores de bebidas. Carneiro (2010) escreve sobre a história da embriaguez, sendo o modo de beber nos sympósios um tema recorrente da retórica de filósofos gregos como Aristóteles e Platão. Enquanto ritual de sociabilidade festiva aristocrática ensaiada pela racionalidade, era reiterado nos sympósios a ideia de autocontrole, como uma zona privilegiada e protegida, em oposição ao universo desconhecido da barbárie, pois “através dessas regras, os homens superiores diferenciavam-se tanto dos *kakói*, dos homens comuns, imersos em seus desregramentos dionisíacos, quanto dos ‘bárbaros’ não gregos, que bebiam de forma selvagem, ignorando as sutilezas cerimoniais” (FERNANDES, 2004, p.160).

Os rituais em torno do uso bebidas se apresentavam desde os mitos como uma fonte de angústia para o esclarecimento, tensionando os costumes e delineando a formação do gosto. No campo da alimentação, e mais particularmente no uso das bebidas alcoólicas, é possível identificar a ruptura do esclarecimento em ao menos duas perspectivas: i) mente e corpo e ii) natureza e cultura. A primeira diz respeito aos usos das bebidas alcoólicas e à embriaguez, configurada na cosmologia ocidental sob a influência da ética da temperança em contraposição ao excesso, mais tarde reconfigurados pelo Cristianismo nos pecados capitais. Não exploraremos essa vertente em função da necessidade de utilizar outro recorte teórico, o que fugiria da proposta deste estudo. A segunda, sobre a qual nos debruçaremos, se refere à construção discursiva do esclarecimento enquanto um capital cultural e/ou econômico, no qual o acesso é situado nas condições de existência que engendra *habitus*, práticas e percepções classificadas e classificadoras do lugar ocupado na hierarquia social. Em uma perspectiva sócio histórica, o mito e o esclarecimento atuam a partir das condições de existência, um sistema de conhecimentos – *logos* – em torno da alimentação que se altera em processos de longa duração, reiterando a dominação por meio da distinção.

A fim de elucidar a segunda vertente, relacionada à existência de um *logos* próprio da alimentação, podemos iniciar pela teoria dos humores de Hipócrates (V e IV a.C.), que percorreu a Antiguidade passando pela era medieval europeia e que perdurou até meados da modernidade, constituindo o principal corpo de explicação racional sobre a saúde e a doença baseado nas prescrições médicas das dietas especiais. O vocábulo dieta advém de *diaita*, em grego significa “gênero de vida”, “mais do que um regime alimentar denotava um estilo de vida ou, mais precisamente, um modo regulado de vida”, sendo “inseparável de um ‘regime’ político específico e dos valores a ele associados, entre os quais a noção caracteristicamente helênica do ‘nada em excesso’” (VARGAS, 2001, p.103). O que se come como “gênero de vida” se relaciona com o estilo de vida no contexto da teoria do *habitus* proposta por Pierre Bourdieu (2015, 1983), referindo-se às práticas e percepções comuns de classe inscritas nas escolhas condicionadas por determinadas condições de existência.

Existe uma intrínseca relação entre o gosto e a alimentação, sendo a etimologia do vocábulo “gosto” correspondente ao mesmo tempo a ideia de saber e de sabor, caracterizado como sábio aquele que possui a capacidade de discernir entre diferentes sabores. A alimentação pode ser entendida como um imperativo utilitário inalienável diretamente necessário para a sobrevivência humana em todas as épocas e em todas as culturas, de modo que “se deve buscar o desdobramento do termo gosto, do paladar para os juízos de valor, no fato de o trabalho necessário à alimentação anteceder todas as demais produções humanas, materiais e simbólicas” (SCHNEIDER, 2015, p.56-57).

A teoria dos humores previa a melhor maneira de cozinhar, temperar e comer os alimentos com o intuito de equilibrar os humores do corpo, além de prescrever banhos e dietas para tratar febre (FLANDRIN, 2015a). Outro importante corpus estabelecido na Renascença foi a Cadeia do Ser também conhecida como *scala naturae*. A Cadeia do Ser era um conjunto de teorias tidas como objetivas na época, “o que veremos, portanto, é que na filosofia natural setecentista, amparada por uma verdade bíblica, o estudo dos animais e homens também se prestava à instrumentalização do antropocentrismo” (SANTOS; CAMPOS, 2014, p.121). Em uma escala hierárquica se amparava uma série de analogias, uma espécie de código adequado para definir a natureza classificando os alimentos entre nobres ou vulgares. A terra seria o elemento mais vil, as árvores frutíferas adequadas às elites, cuja superioridade natural se devia ao fato de os frutos se formarem mais distantes do solo, o que justificava, por exemplo, a goiaba ser considerada uma fruta superior ao morango. Dessa forma, a Cadeia do Ser pode ser entendida como um *logos*, uma racionalidade cuja narrativa, como observa Grieco (2015), se dava em função de ordenar o mundo natural de maneira inteligível e conferir um valor social aos alimentos, criando em torno da alimentação um código associado às distinções sociais.

A Cadeia do Ser, estágio inicial ou intermediário da nascente ciência moderna ocidental, ainda seria capaz de articular filosofia e teologia natural. Entretanto, “os mitos, como os encontram os poetas trágicos, já se encontram sob o signo daquela disciplina e poder que Bacon enaltece como o objetivo a se alcançar” (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p.20). As investidas contra os mitos e a metafísica buscaram fundar as bases de um pensamento pretensamente universal, guinada que estabeleceu outros parâmetros de produção do conhecimento como o método de Descartes, com significativa influência no ordenamento de práticas e de percepções em torno da alimentação.

Com o desenvolvimento da ciência, as referências à antiga dietética aos poucos se apagariam, desbancando gradualmente a noção médica hipocrática-galênica da teoria dos humores, afrouxando os laços entre a cozinha e a dietética. Como mostra Flandrin (2015b), os cozinheiros passariam a se ater à harmonia dos sabores, antes sabiamente classificados do mais frio para o mais quente na lógica hipocrática-galênica, constituindo uma indicação segura da natureza dos alimentos e de sua digestibilidade. Esse processo libertaria, de certa forma, a gulodice, pois o refinamento da cozinha deixava de visar o mantimento da boa saúde para satisfazer o gosto dos glutões ou daqueles com paladar apurado o suficiente para apreciar as iguarias, sendo peritos na arte de reconhecê-las. Não é à toa que na França, a noção de gosto se desenvolveu no momento em que os progressos da química e da fisiologia experimental negavam a

antiga teoria dos humores, muito antes que uma nova dietética viesse a se estabelecer de forma sólida. Esse conjunto de circunstâncias teria desviado por três séculos, cozinheiros e consumidores das tradicionais preocupações dietéticas, ainda que ressurgidas mais recentemente com a Ciência dos Alimentos e a Nutrição. A culinária não estaria simplesmente a serviço da gula, do pecado capital, mas do bom gosto, assim como todas as belas-artes, acompanhando os ideais do classicismo. Da culinária surgiria a gastronomia, adotando um sentido mais amplo não restrito a função de resguardar a saúde do corpo. Como propunha o chef Brillat-Savarin (1755-1826), que entre outros chefs franceses organizou a gastronomia como uma disciplina de normas, técnicas e procedimentos, a gastronomia seria “o conhecimento fundamentado de tudo o que refere ao homem, na medida de em que ele se alimenta” (SAVARIN, 1995, p.61).

Até o século XI, a sociedade medieval europeia era pouco refinada com mínima diferença entre lordes e vassalos, crescendo a preocupação entre os nobres de marcar a distância social em relação à plebe a partir dos séculos XI, XII, e sobretudo XVIII, não se tratando mais de afirmar a distinção entre civilizado e bárbaro, mas entre os próprios europeus. O refinamento da etiqueta e dos utensílios foram se tornando meios privilegiados de distinção social, constituindo um novo “estilo de vida” que originaria a “loucura pelas especiarias” rumo às Cruzadas (VARGAS, 2001). Essa “loucura” seria mais tarde substituída pelas *luxury foods*, como o açúcar, o chocolate e o café, produtos advindos, sobretudo, das plantações da colonização (SCHIVELBUSCH, 1992).

Nesse processo de transformação, se organizariam os conhecimentos em torno da alimentação pautados por um *logos* capaz de conferir distinção determinando as mudanças nos costumes, na etiqueta e nas normas de comportamento em torno da mesa. Essas mudanças se anunciavam paulatinamente desde a transição da sociedade medieval da nobreza de cavaleiros para a aristocracia das cortes absolutistas. Elias (2011) analisa os tratados e manuais de boas maneiras como o *De civilitate morum puerilium*, de Erasmo de Rotterdam, que no século XVI teria grande circulação com 30 edições lançadas nos primeiros seis anos de sua publicação. Esses manuais descreviam o comportamento socialmente aceitável, o que funcionava como um meio de introduzir a aristocracia às conversas e ao convívio através do compartilhamento de códigos específicos e da interiorização de normas e valores comuns. Esses costumes que acompanharam o emprego dos utensílios à mesa, como o garfo, bem como a maneira de manuseá-los, se deu de forma lenta e gradual a partir dos estratos mais altos da sociedade para os mais baixos, ditando o que deveria ser feito à semelhança do que era realizado na corte. Os tratados se dirigiam às pessoas que desejavam conhecer os costumes da corte, a exemplo da nobreza provinciana e das classes médias altas, funcionando como um passaporte para o reconhecimento e a ascensão social.

Em uma abordagem mais contemporânea, poderíamos citar as considerações de Bueno (2016) sobre a alta cozinha ou cozinha culta, que se consolidou na França após a Revolução Francesa, configurada como uma disciplina, um sistema de técnicas de produção de alimentos e de regras. Com o tempo, os estabelecimentos comerciais multiplicaram-se com a migração de cozinheiros das cortes e da aristocracia. Os preceitos compilados por Escoffier (1846-1935) a partir de chefs como Antonin Caramê (1783-1833), Brillat-Savarin (1755-1826) e Grimod de la Reynière (1758-1837) se institucionalizaram e se internacionalizaram em escolas como *Le Cordon Bleu*, cuja hegemonia passa a ser questionada a partir de 1970 por movimentos de ruptura, mais especificamente a *Nouvelle Cuisine* e o *Slow Food*. A partir de então, a tendência de desvinculação da alta gastronomia ao luxo passa a minimizar a importância do requinte e dos produtos caros para enfatizar o talento dos chefs e a simplicidade de menus reduzidos e produzidos com ingredientes locais.

O *habitus* e questão do gosto na sociologia

Nesse breve recorrido buscamos propor uma leitura do esclarecimento na configuração de um sistema de conhecimentos em torno da alimentação, um *logos* cujo acesso está associado às condições de existência que configuram práticas e percepções inscritas no *habitus*. Para Bourdieu (1983), o *habitus* é um produto social que mantém esquemas perpetuados ao longo do tempo, garantindo a presença de experiências passadas no pensamento e nas ações presentes, ao passo que também se modifica. Essa visão se aproxima de Elias (2011) no que tange aos padrões os quais se transformam em processos de longa duração, pois como um passado que sobrevive de forma contínua, o *habitus* se atualizaria por meio de princípios e práticas estruturadas na sociedade e estruturantes na dimensão de cada indivíduo. Incorporado, o *habitus* chegaria a ser esquecido, gerando práticas espontâneas, atuando como um capital acumulado, capaz de transcender a consciência individual e coletiva como uma conduta razoável ou esperada. Assim, se gerariam práticas e representações previsíveis que antecipam determinado porvir em dado contexto de classes.

Vargas (2001) considera que Elias e Bourdieu, cada qual à sua maneira, avançaram no intuito de ultrapassar antinomias do pensamento social, como as que dividem indivíduo e sociedade, subjetivismo e objetivismo, determinação e livre arbítrio. Ambos evidenciariam as inter-relações entre o controle do corpo e a posição dos agentes sociais, entendendo que os corpos são inscritos em práticas de aquisição de status e estratégias de distinção. Dando maior atenção ao corpo, buscariam ir além da

perspectiva binária segundo a qual o corpo é visto a partir de um enfoque biologista ou tido como uma expressão tão somente da cultura, um suporte de símbolos. Elias (2011) observou como os processos de longa duração ensejam mudanças de comportamento e de costumes, entendidos como socialmente definidos e historicamente mutáveis. Seu esforço se daria na direção de uma análise da relação entre indivíduo e sociedade, observando tanto sua relação com a personalidade quanto com as estruturas sociais, tomadas como mutuamente dependentes e contextualizadas de acordo com a época. Já em Bourdieu (2015, 1983), embora o corpo apareça de forma indireta em sua obra, não sendo uma categoria analítica central, sua contribuição seria bastante elucidativa ao observar que a dedicação ao corpo aumenta à medida em que decrescem suas funções econômicas. O conceito de *habitus* pode ser entendido como uma tentativa de escapar das perspectivas mecanicistas e dualistas, a exemplo da noção de disposição incorporada. No corpo, como substrato do *habitus*, se inscreveriam as relações de poder que reproduzem nele o sistema de dominação da sociedade, distanciando-se de modelos que centralizam os valores impostos do exterior aos agentes sociais.

Bourdieu (2015, p.163) analisa os gostos de classes no consumo alimentar francês, destacando os gostos de luxo (ou de liberdade) e os gostos de necessidade, organizando graficamente a seguinte correlação: as condições de existência objetivamente classificáveis (classes de condicionamento) e a posição na estrutura das condições de existência (estrutura estruturante) condicionam *habitus* (estrutura estruturada e estruturante) que engendram sistemas de esquemas geradores de práticas e atos de percepção/apreciação (“o gosto”) que constituem os estilos de vida, sistemas de práticas classificadas e classificadoras dos sinais distintivos (“os gostos”).

O capital econômico e/ou cultural se associa às condições de existência cunhadas em um *logos*, que no contexto da alimentação engendra sistemas de práticas e atos de percepção/apreciação de alimentos e bebidas que constituem os estilos de vida, sistemas sociais de classificação de ordem material e simbólica. A formação do gosto se inscreve, assim, em uma complexa rede de práticas e percepções articulada processada em dada estrutura na dimensão individual (estruturante) e coletiva, marcada pelo contexto das condições e contradições socioeconômicas de classe que reiteram a dominação por meio de cânones relativamente organizados em dada cultura. Sobre o gosto, Bourdieu discorre:

O gosto, propensão e aptidão para apropriação – material e/ou simbólica – de determinada classe de objetos ou de práticas classificadas e classificantes é a fórmula geradora que se encontra na origem dos estilos de vida, conjunto unitário de preferências distintivas que exprimem, na lógica específica de cada um dos

subespaços simbólicos – mobiliário, vestuário, linguagem ou hexis corporal – a mesma intenção expressiva. (SCHNEIDER, 2015, p.165).

Apesar de Bourdieu incorporar o gosto na teoria do *habitus*, Schneider (2015) considera que ele não deixaria clara a diferença entre gosto e o *habitus*, utilizando por vezes as mesmas palavras para definir ambos. A formação do gosto aciona o intercâmbio material do corpo humano com a natureza exterior, desde sua origem culturalmente mediada, sendo o ponto de encontro entre sensibilidade e razão, corpo e mente, natureza e cultura, que marcaria a nossa individualidade. Outrossim, o “gosto possui uma função prática tão simples quanto decisiva na relação do sujeito com o objeto: é ele quem atribui ao último, de forma pronta e imediata, a qualidade de útil e inútil, belo ou feio, agradável ou desagradável”, sendo “o resultado de uma ação qualquer do objeto sobre os sentidos, capaz de identificar e avaliar, na forma simples, mas vigorosa de um sim ou um não, se o objeto possui o sentido objetivo de ser desejável ou indesejável para os sentidos subjetivos do sujeito” (SCHNEIDER, 2015, p.290). O gosto faria parte de um universo identitário, qualquer que seja, de modo que, enquanto escolha estabelece uma hierarquização valorativa de dimensão ideológica:

O gosto, como escolha, ou hierarquização valorativa das coisas (materiais ou simbólicas), isto é, como medida de seu valor de uso, estando as necessidades básicas de sobrevivência satisfeitas, é uma síntese (inconsciente) da expressão distintiva de cada coisa (de sua materialidade) e das experiências singulares concretas da percepção individual, mediada pelo conjunto de valores simbólicos coletivos (cânones mais ou menos formalizados de uma cultura); esta mediação é o que lhe atribui necessariamente uma dimensão ideológica. (SCHNEIDER, 2015, p.159).

Uma questão que avança na análise de Schneider (2015) se refere à relação entre o gosto e a disparidade de forças com que atua o capital econômico ao se confrontar com indivíduos em particular. Os valores simbólicos e os cânones não seriam absolutos ou eternos, como o *habitus* e o gosto, na qual a mudança seria delimitada pelo modo de produção hegemônico e pela estratificação de classes. Na formação do gosto, os recursos materiais e o repertório simbólico comum, desigualmente distribuídos, se traduzem em interesses convergentes e conflitantes em meio à luta de classes; em última instância determinada pelo lugar ocupado pelos indivíduos nas relações de trabalho, o que não se processa de forma linear ou mecânica. As experiências estruturantes na dimensão da singularidade individual seriam condicionadas à determinada estrutura, que se apresenta como um campo heterônomo de possibilidades que delimita a margem

de atuação do gosto, que “é e não é culturalmente determinado, assim como é e não é determinado pelas experiências concretas dos sujeitos” (SCHNEIDER, 2015, p.292). O gosto popular seria visto (ou tido) como supostamente natural, sendo, entretanto, resultado de um intrínseco processo em que o capital se apresenta numa disparidade de forças diante do indivíduo, produzindo, informando e colocando em circulação apenas o que lhe possibilite acumular e reproduzir. O autor investe na análise das infotelecomunicações (ITCs) que agiriam nos planos ideológico, psíquico (afetivo/emocional) e econômico por meio de uma ação pedagógica difusa, lúdica e informativa.

A disparidade de forças com que o capital econômico atua diante do indivíduo se apresenta como uma questão sobre a qual nos debruçamos na análise no Centro de Experiência Cervejeira da Bohemia (CECB), um espaço de divulgação da cultura e da tecnologia de produção de cerveja, pertencente a uma empresa multinacional com elevado poder econômico. A hipótese inicial era a de que as estratégias de mediação utilizavam mecanismos do que Adorno e Horkheimer (1985) entendem como indústria cultural, uma comunicação destinada às massas, da qual participariam milhões de pessoas, atuando por meio de métodos de reprodução e de disseminação de bens padronizados para satisfação de necessidades iguais. Para os autores, a técnica conquistaria seu poder na sociedade, sendo exercida pelos economicamente mais fortes, a racionalidade técnica reiteraria essa dominação. Nesse sentido, problematizamos a adoção de uma narrativa cunhada em determinado *logos* sobre cerveja nas estratégias de mediação da Ambev no CECB, a fim de analisar a produção de sentidos sobre o gosto na experiência de consumo de cervejas especiais da marca Bohemia.

Antes, porém, de apresentar e discutir os dados da pesquisa é importante situar a partir de Gazurek (2012) as diversas tendências da sociologia e antropologia do consumo. Além das teorias de Bourdieu e Baudrillard, que em vários pontos se aproximam, como a estrutura de classe existente e a distinção, tendências mais recentes, como McCracken, vêm enfatizando o caráter identitário do consumo se concentrando no processo de apropriação de objetos pelo indivíduo. Outras tendências, como a de Lipovetsky, enfatizam as características subjetivas e pessoais da sociedade do hiper-consumo. Cabe situar que essas abordagens partem da análise de sociedades cuja organização difere da sociedade brasileira, além dos aspectos subjetivos do consumo, é importante considerar que nossa análise se desenvolve em uma sociedade na qual o conflito de classes se apresenta em uma estrutura profundamente desigual.

Delineando a pesquisa: a visitação no tour cervejeiro

Ao todo o CECB possui cerca de nove espaços expositivos, salas de visitação, de modo que nos concentramos nas mediações socioculturais da sala na qual ocorre a primeira degustação de cerveja intitulada Sala da Transformação. A pesquisa de cunho qualitativo utilizou como método a análise de conteúdo. A análise do conteúdo é um método de pesquisa usado para descrever e interpretar o conteúdo de documentos e textos variados, conduzida por descrições que contribuam à reinterpretação de mensagens e à compreensão de seus significados em um nível que esteja além de uma leitura comum (MORAES, 1999). O ponto de partida da análise do conteúdo é a mensagem, que expressa um significado e um sentido que não podem ser considerados como um ato isolado, tornando-se indispensável observar que a emissão de mensagens está necessariamente articulada com as condições contextuais. Essas dizem respeito à evolução da humanidade, às situações econômicas e socioculturais nas quais os emissores se inserem, estando as mensagens carregadas de componentes cognitivos, afetivos e valorativos historicamente mutáveis (FRANCO, 2012).

A pesquisa se apoiou na perspectiva de Bardin (2011), cuja análise do conteúdo se organiza em torno de três momentos: i) pré-análise, ii) exploração do material, iii) tratamento dos resultados, inferência e interpretação. A pré-análise consistiu em operacionalizar as ideias iniciais começando por uma leitura panorâmica da visitação. Para isso foram realizadas sessenta e seis voltas completas no tour cervejeiro que durava em média uma hora e uma hora e meia, o que possibilitou a imersão no campo e a formulação dos objetivos.

O objetivo deste estudo se refere a analisar a produção de sentidos e sua relação com a formação do gosto por cervejas especiais em um espaço de divulgação associado ao entretenimento, que pertence a uma multinacional líder no mercado de cervejas. Nossa hipótese era a de que as estratégias utilizadas pela Ambev se apresentavam na perspectiva da indústria cultural adotando uma construção discursiva esclarecida baseando-se em certo *logos* sobre a técnica de produção e degustação de cerveja capaz de justificar o consumo de cervejas especiais da marca Bohemia.

A exploração do material se deu a partir da elaboração de um corpus da pesquisa que pode ser entendido como o conjunto de documentos submetidos a processos analíticos, o que implica a realização de escolhas e seleções. Para a constituição dos dados da pesquisa, transcrevemos os textos advindos de painéis, aparatos e vídeos. Foi utilizado para registro um caderno de campo. O tratamento dos dados, bem como as

unidades de contexto da visitação levaram a resultados que se constituíram a partir das inferências feitas do referencial teórico.

Nesse processo, a interpretação foi submetida à análise dialogando com o referencial teórico apresentado anteriormente. Os indicadores que fundamentaram a interpretação foram construídos e organizados de acordo com a sequência em que se desenvolvia a visitação, que na Sala da Transformação era guiada por monitores, terminando com a degustação de uma cerveja especial, uma das variantes da marca Bohemia.

As unidades de contexto foram trazidas de observações da pesquisa de campo que pudessem contribuir para uma visão panorâmica do conjunto, ou seja, que dissessem respeito ao comportamento padrão ou recorrente entre os visitantes. Os monitores não foram abordados e nem suas falas transcritas, uma vez que não recorremos a entrevistas ou a descrição de casos específicos. Optamos por excluir a realização de entrevistas, uma vez que julgamos suficiente a quantidade de informações extraídas das observações para constituir um campo fértil de inferências.

No CECB, o percurso se desenvolve a partir da visitação nas salas de livre circulação e nas de mediação guiada por monitores. O espaço é dividido em salas expositivas, de modo que, em algumas salas, a visitação é livre, podendo o visitante aprofundar o conhecimento nos aparatos interativos mediante seu interesse e pelo tempo que julgar necessário. O tempo do percurso completo dura cerca de uma hora a uma hora e meia, sobretudo a depender do tempo pelos visitantes nas salas de livre circulação. Essas contam com painéis e com aparatos diversos, que, ao serem tocados (*touch screen*) aprofundam a temática abordada.

O valor do ingresso no CECB pode ser considerado elevado em relação a outros atrativos da cidade de Petrópolis-RJ, como também diante dos valores tradicionais cobrados nos espaços de visitação na cidade. O valor do ingresso é em média três vezes maior do que o cobrado no Museu Imperial, incluindo o acesso ao tour e duas degustações de cerveja. Mesmo com um ingresso cujo valor pode ser considerado elevado, o empreendimento parece ser um sucesso, como pode ser observado pela avaliação do público no site Tripadvisor, com a maioria das avaliações concentrando-se nas opiniões excelente e muito bom.

Cervejas especiais: notas sobre o *logos* da distinção

Em relação ao contexto é importante situar que a Ambev é uma empresa multinacional líder do mercado de bebidas no Brasil, cujo mercado de cervejas é

caracterizado pelo oligopólio, sendo responsável por cerca de 68% da produção de cerveja do país¹. A Ambev surgiu em 1999 quando se deu a controversa união entre duas grandes cervejarias (Brahma e Antártica), uma fusão doméstica motivada por fatores estratégicos e operacionais, principalmente na busca de sinergias e de crescimento internacional. Desde então, a Ambev se associou a outras empresas, como a belga Interbrew e a americana Anheuser-Busch, formando uma das maiores companhias de capital aberto do mundo com o controle de um terço do mercado mundial (CARMARGOS; BARBOSA, 2005). Tanto a Brahma quanto a Antártica atuaram ao longo do século XX nas arenas do poder político, como demonstra a pesquisa de Fonseca Filho (2008) que analisa a atuação do Sindicato Nacional da Indústria da Cerveja fundado em 1948. No Brasil, a Ambev adquiriu microcervejarias, como a Colorado, o que demonstra o interesse da companhia em expandir sua atuação no segmento de cervejas especiais e diversificar sua produção para além dos estilos mais comuns de cervejas. O aumento do poder aquisitivo das famílias, a melhoria da distribuição de renda e a sofisticação do padrão de consumo seriam alguns fatores explicativos do crescimento do setor de cervejas especiais no Brasil (CERVIERI JÚNIOR *et al.*, 2014).

A Sala da Transformação busca significar o processo de produção da cerveja na fase fria, ou seja, quando ocorre a transformação do mosto cervejeiro com a produção de álcool pela ação das leveduras. A mediação era guiada por monitores e organizada na sequência dos aparatos (resfriamento, fermentação, maturação e filtração). Os visitantes aguardavam na sala anterior e entravam em grupo, sendo recebidos pelo monitor que se apresentava e discorria sobre o processo de produção a partir de aparatos explicativos que davam suporte à mediação. A cenografia se assemelhava à perspectiva da terceira geração de museus de ciência e tecnologia, os *science centers*, sobretudo, pelo aspecto futurista e pelo intuito de explicar conteúdos de cunho científico-tecnológico (VALENTE, 2009).

Apesar de se assemelhar a um centro de ciências, os conteúdos não eram aprofundados, pois as estratégias da indústria cultural se concentram no grande público, que aqui se volta aos consumidores, e não aos produtores de cerveja, sendo suficiente para a maioria dos visitantes dispor de algumas noções sobre o processo de produção de cerveja, pois “o que se poderia chamar de valor de uso na recepção dos bens culturais é substituído pelo valor de troca; ao invés do prazer, o que se busca é assistir e estar

¹ Segundo Cervieri Júnior *et al.* (2014) quatro companhias responderam por cerca de 98% do volume total de cerveja produzida, se apresentando a divisão do mercado da seguinte forma: Ambev (67,9%), Cervejaria Petrópolis (11,3%), Brasil Kirin (10,8%), Heineken (8,4%) e outros (1,6%).

informado, o que se quer é conquistar prestígio e não se tornar um conhecedor” (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p.131).

A postagem de fotografias ao longo da visitação nas redes sociais reforça a dimensão da subjetividade, do desejo de obter uma imagem positiva de si, como alguém bem informado que circula em um ambiente legitimado a dizer algo sobre cerveja e sobre a suposta forma adequada de consumi-la. O prestígio seria reforçado pela degustação, que diferente do ato de beber é voluntário e reflexivo, pois busca analisar as qualidades da bebida, submetendo o líquido aos sentidos a fim de julgá-lo e descrevê-lo (SANTOS; SANTANA, 2012). O termo degustação se aproxima da experiência do aprazível, da submissão do líquido aos sentidos para descrevê-lo de forma criteriosa com o objetivo de avaliá-lo (HOUAISS; VILLAR, 2001). A degustação pode ser entendida como uma expressão do esclarecimento na medida em que representa um *logos* mais ou menos organizado do conhecimento que determina a forma de descrever a bebida a fim de classificá-la. O consumo do que se bebe (bebida/cerveja) enquanto produto e a forma como se bebe (comportamento/práticas) são elementos classificantes e classificadores do consumidor.

A degustação de bebidas alcoólicas, como a cerveja, envolve o uso de álcool etílico, substância química produzida mediante a fermentação do açúcar encontrado em vários produtos de origem vegetal, realizada por fungos unicelulares (VENTURINI FILHO, 2010). O consumo de bebidas alcoólicas desde sua origem teve grande destaque nas festas e nas cerimônias. Joannès (2015) descreve os banquetes mesopotâmicos que aconteciam nas assembleias de deuses, nos quais se tomavam decisões importantes, como no poema babilônico da criação *Enouma Elish*. Por meio da alegria causada pela cerveja e pela saciedade dos corpos, os convivas acreditavam que os deuses se manifestariam entre eles, realizando acordos durante os banquetes que simbolizavam as alianças desde o núcleo familiar até o topo da hierarquia estatal. A recusa do compartilhamento de bebidas, como o ritual que envolve o brinde, poderia desde aquela época, como nos dias atuais, ser interpretado como um sinal de hostilidade.

Acredita-se que as bebidas alcoólicas tenham surgido relativamente ao mesmo tempo a partir das matérias primas disponíveis em diferentes partes do mundo. O uso de bebidas alcoólicas remonta aos mitos e aos ritos da pré-história, sendo o conceito de fermentação ambientado no discurso científico no século XIX pela refutação da teoria da geração espontânea por Louis Pasteur. O rito seria a práxis do mito e o mito uma potência posta em ação pelo rito, processo que envolve o poder de dominar determinados objetos como uma forma de significar e explicar o mundo imbuído de dada temporalidade: “o tempo sagrado do mito não se apresenta como no tempo do profano, cronológico e linear, mas um tempo circular voltando sempre a si mesmo, a

reversibilidade do tempo sagrado seria um valor significativo”, assim, “o profano é o tempo da vida; o sagrado, o tempo da eternidade”. (BRANDÃO, 1986, p.40).

As primeiras cervejas eram compartilhadas utilizando canudos de junco que serviam para filtrar grãos, palhas e outros fragmentos que ficavam suspensos. Antes do surgimento da cerâmica, a fermentação da cerveja era realizada em sacos de couro, estômagos de animais, árvores ocas, grandes conchas ou em recipientes de pedra. Os rituais em torno do consumo de bebidas alcoólicas fazem parte de processos de socialização. Mesmo após o surgimento de copos, o uso de canudos persistiria por muito tempo, o que sugere a função social das bebidas associada a um ritual, prática que se perpetuou mesmo quando não era mais necessário o uso de canudos. Até o século XIX era raro entre nós que cada pessoa tivesse seu próprio copo à mesa, como assinala um guia americano ilustrado de boas maneiras: “duas pessoas podem beber no mesmo copo, mas essa intimidade não deve ser imposta a ninguém” (VISSER, 1989, p.25).

A degustação de bebidas pode ser entendida como uma técnica que se inscreve no contexto das normas de comportamento, que se transformam ao longo do tempo como previa Nobert Elias (2011). No contexto da gastronomia, diz respeito à organização de um corpus de conhecimentos estabelecido por grupos de especialistas. Algumas entidades, como a Associação Brasileira de Sommeliers, oferecem cursos para o público interessado em vinhos para saber, por exemplo, como analisar a bebida e preencher a ficha de análise sensorial pelo método Giancarlo Bossi, capaz de classificar a bebida, utilizando a linguagem matemática para dar nota à experiência dos sentidos.

Entretanto, o que está em jogo na degustação do CECB, produzida em função de uma encenação rápida e adaptada ao padrão das massas, facilmente assimilável, como ocorre na indústria cultural, é a possibilidade de conhecer e de propagar determinada experiência que classifique o consumidor, distinguindo-o socialmente a partir do uso de um produto pretensamente especial. Essas táticas da indústria cultural se organizam em torno de um suposto conhecimento técnico – *logos* – cujo acesso a esse capital cultural se encontra relativamente distribuído nas classes mais altas ou nas que possuem acesso a bens mais sofisticados (gosto de liberdade), o que ocorre em função das condições de existência possibilitando o acesso à práticas e percepções que delimitam os estilos de vida. Assim, o bom bebedor aqui não se distingue pela quantidade de cerveja ingerida, mas pela capacidade de apreciá-la, de ser detentor ou não de certos signos de consumo compartilhados através de *habitus*.

Ao término da apresentação das etapas do processamento de produção, enfim, a cerveja estaria pronta, sendo perguntado aos visitantes se gostariam de fazer a prova da mesma. O silêncio que acompanhava a explicação sobre o processo de produção cedia lugar, então, a manifestação do público permeada por certa euforia, dando a todos

um lugar no espetáculo e a cada indivíduo adulto o direito a uma taça de cerveja para compor a cena. Como na indústria cultural, o anúncio da degustação anteciparia uma necessidade prevista e criada para que fosse saciada naquele momento. De modo geral, os visitantes atendiam ao convite assiduamente, lançando toda sorte de expectativas em “tiradas” criativas, nas quais afirmavam o interesse em realizar a “árdua” tarefa, como se, independente de conhecer ou não o processo de produção estivessem aptos à experiência do gosto, ao compartilhamento de *habitus* apresentado como o passaporte para a distinção.

A primeira degustação era o ponto auge do percurso, como se fosse aberta uma espécie de porta da esperança, uma porta secreta da qual um monitor saía com um carrinho de cervejas servidas em taças. Após cerca de uma hora imerso em toda sorte de narrativas sobre cerveja, podemos imaginar que não seria difícil ceder ao convite, de modo que raramente sobrava uma taça cheia. A sobra do não bebedor poderia ser contemplada pela ajuda de um amigo, daqueles que não fossem desperdiçar. Ao longo do percurso, seriam comuns brincadeiras que giravam em torno do tema da embriaguez, mormente calcadas na imagem do ébrio, do boêmio, como aquele que no grupo, formado por amigos e/ou familiares, fosse tido como o entendido do assunto no que se refere ao consumo mais assíduo de cerveja. Portanto, a indústria cultural atuaria de tal forma que não haveria motivos para resistir à encenação diante da abertura da Bohemia da Fonte – uma espécie de parque de diversão dos adultos. A espetacularização remete ao inusitado, à surpresa, como se os visitantes tivessem alcançado o país de Cocagne, sob a promessa de preencher a sensação de vazio simbólica e materialmente significada pela degustação. A degustação atua, assim, criando uma elaboração discursiva capaz de justificar juízos de gosto sobre o que seria raro (cervejas especiais) diante do comum (cervejas de massa), aqui marcada pelas estratégias de interesse de reprodução do capital.

A encenação do brinde era comumente registrada pelos visitantes, não raro, ao lado da Bohemia da Fonte. Nesse sentido, podemos estabelecer uma relação com a análise do McDonalds realizada por Fontenelle (2013) quando problematiza o fetichismo da marca nos tempos atuais, sendo a marca tomada para significar a si mesmo, preenchendo a sensação do vazio ao dizer quem somos e onde estamos, pois “não basta tomar refrigerante, tem que ser Coca-Cola, não basta fumar cigarro, tem que ser Marlboro, não basta comer hambúrguer, tem que ser McDonalds” (FONTENELLI, 2013, p.285), e por que não dizer, não basta ser cerveja tem que ser Bohemia e de preferência das variantes especiais, tomadas na “fonte”, legitimando os bebedores como peritos da arte de degustar. A autora problematiza se, de fato, racionalmente ainda acreditaríamos nas marcas veiculadas pela propaganda mesmo sabendo que a

propaganda é falsa, da mesma forma que os publicitários saberiam que as pessoas sabem, sendo a marca fetichizada para dizer quem somos na sociedade de consumo.

A marcação do que seria considerado nobre ou vulgar, refinado ou grosseiro, no mercado de cervejas, pode ser observado pelo consumidor nas prateleiras do supermercado, significando o lugar social e o estilo de vida de indivíduos e grupos a partir das escolhas de consumo. Assim, não seria de se estranhar que, tanto no Brasil como no exterior, seja cada vez mais corriqueiro o consumidor se deparar com dois tipos de cervejas. De um lado, as cervejas vendidas geralmente em fardos de lata, ditas comuns e facilmente identificadas nos comerciais de TV e, de outro, cervejas os quais os rótulos o consumidor não estaria tão acostumado, não sendo identificáveis por meio de nenhum marketing que o consumidor possa se lembrar (BELTRAMELLI, 2012). Vale situar que a escolha da prateleira não se processa deslocada das condições de existência, pois o acesso aos produtos dos gostos de liberdade não é da mesma forma acessível aos que estão limitados aos gostos de necessidade.

A mediação de outras salas de visitação do CECB poderia levar o consumidor a uma confusão semântica entre cervejas artesanais e especiais, investindo na imagem de uma cervejaria que foi fundada no século XIX por imigrantes europeus, como é caso da Sala do Mestre Cervejeiro. Nessa sala era possível encontrar, bem como se identificar com a imagem da família Kremer de origem alemã que fundou a cervejaria em PetrópolisRJ, uma cidade associada à nobreza da família real. Na parede central da sala, a marca Bohemia em letreiro neon estaria sob uma fotografia da família em preto e branco com molduras douradas, utilizando recursos do efeito pátina, a inscrição de signos da passagem do tempo nos produtos (ALMEIDA; ROCHA, 2008). A construção de uma narrativa sobre uma fábrica secular e de origem familiar europeia destoa da lógica de acumulação capitalista de uma empresa multinacional como a Ambev. A Cervejaria Bohemia foi adquirida na segunda metade do século XX, sendo sua história e personagens da família Kremer apropriados pelas estratégias do CECB na construção de uma narrativa mítica sobre a marca.

O princípio da indústria cultural se organiza para que as necessidades sejam satisfeitas, devendo o espectador nada deixar escapar diante do estímulo especializado, de maneira que “ninguém tem o direito de se mostrar estúpido diante da esperteza do espetáculo; é preciso acompanhar tudo e reagir com aquela presteza que o espetáculo exhibe e propaga” (ADORNO e HORKHEIMER, 1985, p.114). O controle da indústria cultural sobre os consumidores seria mediado pela diversão, pela hostilidade por tudo aquilo que seja mais do que diversão, o acionamento de conhecimentos sobre a produção de cerveja se apresenta na medida em que legitima uma elaboração discursiva sobre o gosto, produzindo juízos de gosto que justifiquem a distinção.

A promissória do prazer na indústria cultural seria prorrogada indefinidamente, expondo repetidamente o objeto do desejo ao longo das salas de exposição até a degustação, quando a cerveja enfim poderia ser provada. Essas táticas se fundariam na promessa da satisfação de necessidades criadas, uma possibilidade de fuga do cotidiano; satisfação que, entretanto, se apresenta como uma promessa rompida, pois os visitantes enquanto consumidores ocupariam cada qual em função de uma demanda de mercado, o lugar que lhes couber na posição de seu *level*, ou seja, nas bases determinadas pelas condições de existência dadas pela estrutura socioeconômica.

Na degustação as cervejas não eram servidas em copos, mas em taças, significando material e simbolicamente os costumes e as normas de comportamento que revelam *habitus*. Nesse contexto, o visitante poderia se perguntar sobre a forma adequada de manusear a taça, se deveria pegá-la pela haste ou pelo bojo, o que requer pensar no compartilhamento de conhecimentos, de cânones mais ou menos estabelecidos pela cultura, onde se encontra a expressão do esclarecimento. Destarte, a degustação poderia revelar a sensação de embaraço descrita por Elias (2011) de forma mais evidente entre os que não compartilhavam práticas e percepções comuns a certos *habitus*. Os conhecimentos sobre cerveja como a produção, os estilos e as normas de comportamento, eram apresentados na medida em que cumprissem o objetivo de formar consumidores capazes de distinguir material e simbolicamente as cervejas especiais das comuns, dispondo de uma narrativa mítica apresentada por meio de um *logos* que permitisse justificar a “escolha”.

A degustação por outro lado podia representar, sobretudo em relação à explanação técnica sobre a produção que a antecedia, um convite à libertação dos gostos de necessidade, da gastronomia enquanto arte, de se ter ou não certo domínio de conhecimentos sobre a produção ou os estilos de cerveja, enfim, era chegada a hora de beber. Assim, o sucesso da experiência cervejeira funcionaria como um ato cultural legitimador que mascara as contradições de classes. Pois, mesmo que alguns visitantes pareçam reconhecer a elaboração discursiva segundo a qual as cervejas degustadas seriam de bom gosto, saberiam enquanto consumidores, que essas não passariam a integrar seus *habitus*, como se, apesar do glamour ou mesmo em sua função, as cervejas especiais não fossem para o seu *level*. Ou seja, saberiam como a qualquer outro produto distinguir as cervejas que estariam ou não ao seu alcance, notabilizando os limites das condições sociais e econômicas nas quais se inscrevem as escolhas que dão sentido às práticas sociais.

Em campo, alguns visitantes poderiam demonstrar curiosidade, quiçá preocupação, com o preço das cervejas degustadas, o que nos leva a pensar que refletiam

acerca daquele produto fazer ou não parte de seus repertórios étlicos, atuando as estratégias da indústria cultural de modo a camuflar as contradições de classe. Um exemplo é a cerveja da marca Bohemia do estilo IPA, uma das cervejas especiais servidas na degustação e que tem mais lúpulo na receita, o que poderia causar maior estranhamento em alguns visitantes ou, mesmo, reprovação, em função da percepção mais intensa do amargor. Destoaria, pois, das cervejas mais comuns, tais como das marcas Skol, Brahma e Antártica, também da Ambev, que podem ser caracterizadas como *Standard American Lager* (BJCP)², um estilo de cerveja com pouco ou nenhum aroma de malte, baixo amargor, cor palha muito clara até amarelo médio, colarinho espumante e raramente persistente, sendo límpida, de corpo muito leve devido à alta quantidade de adjuntos como arroz e milho.

A mudança dos costumes e das normas de comportamento ocorre em processos de longa duração, partindo das classes mais abastadas para as mais populares. Essa perspectiva pode ser observada na pesquisa de Marques (2014) que analisa o desenvolvimento da cervejaria Brahma nas primeiras décadas do século XX na cidade do Rio de Janeiro-RJ, cujo crescimento levou à gradual extinção de pequenas cervejarias que produziam de forma artesanal ou manufatureira. Se, naquele momento, o chopp Brahma de cor dourada e translúcida acionava signos relacionados à distinção, legitimando o estilo de vida da *belle époque* carioca, atualmente a cor das cervejas especiais, normalmente de coloração mais escura, tais como cobre, avermelhada e marrom, passam a cumprir esse papel, sobretudo, as cervejas da família de alta fermentação, as cervejas “Ales”. A autora descreve uma geografia do lazer que marcou naquela época os bares e restaurantes da cidade, que pensada a partir de uma geografia atual dividiria bares e restaurantes entre os que servem cervejas de casco, como o litrão, daqueles que possuem cardápios de cervejas especiais, bem como pratos para harmonizar. Como observa Bourdieu (2015), ao passo que cresce a distância objetiva das necessidades mais urgentes, uma vez preenchidas, se tornam banais ou comuns, surgindo outros atributos que passam a funcionar como fator de distinção. É o que ocorre no caso da loucura pelas especiarias na Europa medieval, pois, no momento em que se tornam comuns e acessíveis, deixam de figurar material e simbolicamente como distintivas; o que faz com que, mais tarde, sejam substituídas por outros produtos como as *luxury food's* e assim por diante (SCHIVELBUSCH, 1992).

As características das cervejas especiais e das cervejas de massa colocam em questão o acesso a esses bens de consumo, que na experiência da degustação, emoldurada pela sensação do acaso e de encantamento, produz sentidos que ocultam as

² O *Beer Judge Certification Program* (BJCP) é um guia internacional de estilos de cerveja.

contradições de classe, como se todos na vida real pudessem fazer parte do espetáculo. Como entende Schneider (2015, p.290), na formação do gosto “o desenvolvimento desses sentidos é fruto da experiência, ou melhor, de um conjunto de experiências singulares. A oportunidade de se ter ou não essas experiências, com que frequência e em qual contexto etc., são fatores socialmente condicionados”. A incidência de um campo heterônomo que delimita a margem de determinação do gosto se estabelece pela distribuição desigual dos recursos materiais e do repertório simbólico, sendo a posição dos consumidores determinada, em última instância, pelo lugar que ocupam nas relações de trabalho, que lhes dá acesso à parte da produção posta em circulação. Assim, a dessemelhança de forças entre o potencial de uma elaboração discursiva pretensamente universal, como ocorre no CECB, um espaço que se legitima a construir narrativas sobre cerveja, se confronta com a experiência sensível do indivíduo. A marca se torna um refúgio ilusório capaz de produzir identidades ou recuperar a identidade perdida diante da cultura tornada descartável (FONTENELLE, 2013). Por isso, as identidades promovidas pela indústria cultural se tornam tão atrativas, sendo menos aflitivo e mais agradável escolher entre padrões prontos, entre as variantes de cervejas especiais da marca Bohemia servidas no CECB, que compunham a “leitura do cardápio” sob a ilusão da autonomia de escolha.

Na degustação, a posse da taça poderia dar a impressão de que era uma peça promocional, uma oferta material condicionada à compra do ingresso, já que no tour alguns visitantes perguntavam se poderiam levá-la, o que reforça a ideia de que os visitantes se perceberiam imersos em um espaço da propaganda e do comércio de produtos, de forma que a taça seria desejada como testemunho material da experiência. Ao pegar a taça de cerveja, os visitantes se voltavam para seus acompanhantes a fim de realizar o brinde, pois brindar não é algo que se faça sozinho. A palavra brinde pode se referir tanto ao efeito de comemoração e êxito, de votos a alguém ou à saúde de alguém, quanto a um objeto que se presenteia (HOUAISS; VILLAR, 2001). O costume de brindar está associado ao compartilhamento de signos de hospitalidade, de modo que *brindare* viria do alemão *ich bringe dir's* que significa “eu trago a você” (VISSER, 1989).

De todo modo, a posse da taça na degustação condicionava ao brinde, ao círculo entre os quais se dava certo compartilhamento de signos de proximidade, acionando a possibilidade de se brindar ao outro e ser pelo outro brindado. O brinde parecia fazer parte da degustação de forma incorporada aos costumes, como um gesto relativamente universalizado na cultura, emoldurando a experiência que busca marcar a distinção do que seja considerado raro e refinado, enfim, daquilo para o qual se destinava o ritual de uma degustação. Assim, os visitantes com sua taça na mão ergueriam os braços com sua

turma se posicionando para o brinde comumente registrado por uma câmera de celular. Os sorrisos poderiam antecipar certo padrão que busca demonstrar o exitoso prazer da experiência, o testemunho do idílico parque de diversão do universo adulto, postado com entusiasmos nas redes sociais. A indústria cultural cumpre a função de satisfazer desejos criados e preenchidos, sendo o acaso planejado sob a aparência de surpresa diante do qual agimos como se não soubéssemos, embora saibamos, que a marca é uma ilusão, “não estamos falando de uma falsa representação da realidade ou da falsificação da realidade, pelo contrário essa é a nossa realidade” (FONTENELLE, 2013, p.293).

Considerações finais

Nesse estudo buscamos problematizar as estratégias da indústria cultural ao longo do percurso de um tour cervejeiro, no qual descrevemos a encenação de *habitus* de consumo de cervejas especiais, práticas classificadas e classificadoras, apresentando a degustação como uma fórmula geradora de estilos de vida. Sob a promessa de satisfazer desejos previstos e antecipados, o consumo de cervejas especiais emergia como um ato cultural legitimador, padronizado e organizado em função das novas demandas de mercado. Embora a distinção permaneça, o objeto que a legitima se altera em processos de longa duração assumindo novas configurações. Assim, quando certos produtos se popularizam (cervejas de massa) deixam de figurar como bens distintivos e a distinção passa a ser significada por outros produtos (cervejas especiais) e, porque não dizer, marcas (Bohemia).

Entretanto, a margem que delimita a formação do gosto se refere a um repertório comum entre consumidores que ocupam posições distintas em uma estrutura social e econômica desigualmente distribuída. As estratégias utilizadas pelo capital atuam na dimensão subjetiva em uma dessemelhança de forças diante do indivíduo, produzindo uma narrativa mítica como se o gosto por cervejas especiais, bem como o *habitus* inerente a esse consumo, se desse unicamente em função do desejo ou do reconhecimento da qualidade do produto. Dessa forma, ocultaria as contradições inerentes à estrutura de classes que delimita o acesso aos bens de consumo, sendo a suposta escolha justificada por um *logos* capaz de conferir distinção. Apesar da narrativa encenada na degustação gerar potencial de reconhecimento do *logos* enquanto locus de distinção do bom gosto, alguns visitantes podiam julgar se as cervejas especiais degustadas passariam – ou não – a integrar seus repertórios étlicos. Perceberiam, assim, que a escolha da cerveja, como a de qualquer outro bem de consumo, teria o acesso condicionado ao lugar que ocupam em meio ao conflito de classes.

A degustação enquanto uma expressão do esclarecimento se refere a um corpus de conhecimento pretensamente universal, que parte na estrutura social de um movimento verticalizado no sentido de cima para baixo. A formação do gosto, ou do que é eleito como bom gosto, se apresenta em uma narrativa mítica do esclarecimento como o que seria capaz de justificar o comportamento socialmente desejável na caracterização de costumes e normas de comportamento. Na indústria cultural, a encenação de *habitus* de degustação de cervejas especiais atua na formação do gosto com o objetivo de conferir distinção a bens de consumo (cerveja especial) simbolicamente significados pela marca (Bohemia), o que se estende aos consumidores, como se através do consumo se tornassem de forma semelhante bebedores especiais.

A elaboração de juízos de gosto entre o raro e o comum, entre o refinado e o grosseiro, buscaria ocultar as contradições de classes inerentes às condições de existência que conferem sentido às escolhas, às práticas e às percepções inscritas no *habitus*. A formação do gosto na indústria cultural reiteraria, assim, a auto conservação da dominação social e econômica, na qual o capital produz e faz circular apenas o que lhe assegure a reprodução, ainda que sob uma aparente liberdade de escolha.

THE CLARIFICATION AND DISTINCTION IN FOOD: AN ANALYSIS OF THE CULTURAL INDUSTRY AND THE DEVELOPMENT OF TASTE BY SPECIAL BEERS

ABSTRACT: *Brazil's premium beer market has been on a significant rise, which labels traditional beer brands as regular brands. Between refined and common, the definition of what is considered good and bad taste is a long-term change. Enlightenment engenders, based on conditions of existence, a knowledge system around food which transforms itself by reiterating domination through distinction. In this study we shall analyze the sociocultural mediation strategies used by AmBev at Centro de Experiência Cervejeira da Bohemia. Our topic revolves around the tactics used by the cultural industry in the development of a taste for premium beer, as well as its relation to the habitus. We discuss beer tasting as a formula evoking a new lifestyle, one that produces judgements of taste which reiterate the self-preservation of the social and economic apparatus under an apparent freedom of choice.*

KEYWORDS: *Clarification. Distinction. Cultural industry. Habitus. Development of the taste.*

ACLARACIÓN Y DISTINCIÓN EN LA ALIMENTACIÓN: UN ANÁLISIS DE LA INDUSTRIA CULTURAL Y LA FORMACIÓN DEL GUSTO POR LAS CERVEZAS ESPECIALES

RESUMEN: *El mercado de cervezas especiales crece en Brasil, contraponiéndose al de las cervezas consideradas comunes. Entre lo refinado y lo grosero, lo que se considere buen o mal gusto se altera en periodos de larga duración. Sin embargo, la distinción permanece en la trama de nuevos habitus de consumo delimitando las costumbres y normas de comportamiento, las elecciones que dan sentido a los variados repertorios y experiencias sociales. En este estudio, analizamos las estrategias de mediación sociocultural de la empresa Ambev en su Centro de Experiencia Cervecera Bohemia. Abordamos las tácticas de la industria cultural en la formación del gusto por cervezas especiales y su relación con el habitus y la distinción. Se trata del problema de la degustación como fórmula generadora de estilos de vida, que produce juicios de gusto que reiteran la autoconservación del aparato social y económico bajo una aparente libertad de elección.*

PALABRAS CLAVES: *Esclarecimiento. Distinción. Industria cultural. Habitus. Formación del gusto.*

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento:** fragmentos filosóficos. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

ALMEIDA, Victor Manoel Cunha de; ROCHA, Almeida Ângela. Efeito pátina: a inscrição de signos conotativos da passagem do tempo nos bens de consumo. **Revista Comunicação, mídia e consumo**, São Paulo, n. 13, v.5, p. 97-120, jul. 2008.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** 2ª reimp. da 1 ed. 2011. São Paulo: Edições 70, 2011.

BELTRAMELLI, Maurício. **Cervejas, brejas e birras:** um guia complete para desmistificar a bebida mais popular do mundo. São Paulo: Leya, 2012.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção:** crítica social do julgamento. 2 ed. Porto Alegre: Zouk, 2015.

BOURDIEU, Pierre. **Gostos de classe e estilos de vida**. Questões de Sociologia. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

BRANDÃO, Junito de Souza. **Mitologia Grega**. V. II. Petrópolis: Vozes, 1987.

BRANDÃO, Junito de Souza. **Mitologia Grega**. V. I. Petrópolis: Vozes, 1986.

BUENO, Maria Lúcia. Da gastronomia francesa à gastronomia global: hibridismos e identidades inventadas. **Caderno CRH**, Salvador, n.78, v. 29, p.443-462, set/dez. 2016.

CAMARGOS, Marcos Antônio de; BARBOSA, Francisco Vidal. Fusões e aquisições de empresas brasileiras: criação de valor e sinergias operacionais. **Caderno de Pesquisas em Administração**, São Paulo, n. 2, v. 12, p.99-115, abr/jun. 2005.

CARNEIRO, Henrique. **Bebida, abstinência e temperança na história antiga e moderna**. São Paulo: Senac, 2010.

CERVIERI JÚNIOR, Osmar; TEIXEIRA JÚNIOR, Job Rodrigues; RANGEL, Galinari; RAWET, Eduardo Lederman; SILVEIRA, Carlos Takashi Jardim da. O setor de bebidas no Brasil. **BNDES Setorial**, Rio de Janeiro, n. 40, p.93-130, set. 2014.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. Volume I: uma história dos costumes. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

FERNANDES, João Azevedo. **Selvagens bebedeiras: álcool, embriaguez e contatos culturais no Brasil colonial**. Orientador: Ronaldo Vainfas. 2004. 386f. Tese (Doutorado em História.) - Instituto de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2004.

FUNARI, Pedro Paulo. **Grécia e Roma**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2002.

FLANDRIN, Jean-Louis. Tempero, cozinha e dietética nos séculos XIV, XV e XVI. *In*: FLANDRIN, Jean-Louis; MONTANARI, Massimo (Org.). **História da Alimentação**. 8 ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2015a. p.478-495.

FLANDRIN, Jean-Louis. Da dietética à gastronomia ou a libertação da gula. *In*: FLANDRIN, Jean-Louis; MONTANARI, Massimo (Org.). **História da Alimentação**. 8 ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2015b, p.667-688.

FONSECA FILHO, Luciano Roberto Corrêa. **História, política e cerveja: a trajetória do lobby das indústrias de cerveja**. Orientador: Wagner Pralon Mancuso. 2008. 106f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política.) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

FONTENELLE, Isleide Arruda. **O nome da marca: McDonald's, fetichismo e cultura descartável**. São Paulo: Boitempo/Fapesp, 2013.

FRANCO, Maria Laura P. B. **Análise de Conteúdo**. 4 ed. Brasília: Liber Livro Editora, 2012.

GAZUREK, Marie Océane. Para uma compreensão do ato do consumo. **Ponto-e-Vírgula**, v. 11, p. 116-130, 2012.

GRIECO, Allen J. A alimentação e classes sociais no fim da Idade Média e Renascença. In: FLANDRIN, Jean-Louis; MONTANARI, Massimo (Org.). **História da Alimentação**. 8ª ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2015, p.466-495.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

JOANNÈS, Francis. A função social do banquete nas primeiras civilizações. In: FLANDRIN, Jean-Louis; MONTANARI, Massimo (Org.). **História da Alimentação**. 8ª ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2015, p.54-67.

MARQUES, Teresa Cristina Novaes. **A cerveja e a cidade do Rio de Janeiro**: de 1888 ao início dos anos 1930. Brasília: EdUNB/Paco Editora, 2014.

MORAES, Roque. Análise de conteúdo. **Revista Educação**, Porto Alegre, n. 37, v. 22, p.7-32, 1999.

MOREIRA, Sérgio Augusto. **O entrelaçamento dialético entre mito e Aufklärung no primeiro capítulo da Dialética do Esclarecimento de Adorno e Horkheimer**. Orientadora: Jeanne Marie Gagnebin. 2012. 189f. Dissertação (Dissertação em Filosofia). Programa de Pós-graduação em Filosofia, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2012.

SANTOS, Christian Fausto Moraes; CAMPOS, Rafael Dias da Silva. Apontamentos acerca da Cadeia do Ser e o lugar dos negros na filosofia natural na Europa setecentista. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, n. 4, v. 21, p.1215-1234, out-dez. De 2014.

SANTOS, José Ivan; SANTANA, José Mari. **Comida e vinho**: harmonização essencial. 3ª ed. São Paulo: Senac, 2012.

SCHIVELBUSCH, Wolfgang. **Tastes of Paradise**: a social history of spices, stimulants, and intoxicants. New York: Vintage Book, 1992.

SCHNEIDER, Marco. **A dialética do gosto**: informação, música e política. Rio de Janeiro: Circuito, 2015.

SAVARIN, Brillat. **A fisiologia do gosto**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

VALENTE, Maria Esther Alvarez. **Museus de ciências e tecnologia no Brasil**: uma história da museologia entre as décadas de 1950-1970. Orientadora: Maria Margaret Lopes. 2009. 276f. Tese (Doutorado em Ensino e História de Ciências da Terra.) - Programa de Pós-Graduação em Ensino e História de Ciências da Terra, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

VARGAS, Eduardo Viana. **Entre a extensão e a intensidade**: corporalidade, subjetivação e uso de drogas. Orientador: Joseph François Pierre Sanchis. 2001. 600f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas, Sociologia e Política.) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2001.

VENTURINI FILHO, W. G. **Bebidas alcoólicas**: ciência e tecnologia. São Paulo: Blucher, 2010.

VISSER, Margaret. **O ritual do jantar**: as origens, evolução, excentricidade e significado das boas maneiras à mesa. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

Recebido em 13/05/2019.

Aprovado em 15/09/2020.

JOSÉ DE ALENCAR: *INSIGHTS* SOBRE A ACOMODAÇÃO TENSA ENTRE TRADIÇÃO E MODERNIDADE NO BRASIL

*Márcio Luiz do NASCIMENTO**

*Renato Somberg PFEFFER***

*Carolina Portugal Gonçalves da MOTTA****

*Ana Luíza Gomes de ARAÚJO*****

RESUMO: O presente trabalho analisa a acomodação eivada de tensões entre o fenômeno patrimonialista e o modelo burocrático-capitalista no final do século XIX no Brasil a partir de insights contidos na obra *Senhora* (1875) de José de Alencar. Em um primeiro momento, o artigo analisa as interpretações do Brasil sob a ótica weberiana para, em seguida, discutir o processo de acomodação entre tradição e modernidade no contexto histórico do Império brasileiro contidos nessa obra do romancista. A hipótese que norteia o texto assenta-se na ideia de que o patrimonialismo, presente no Brasil desde o período colonial, atingiu o ápice de sua influência e um elaborado processo de acomodação com a ordem racional-legal durante o Império. José de Alencar retrataria nos personagens e no enredo da referida obra os elementos dessa acomodação e sua oposição ao avanço da ordem burguesa sobre a ordem patrimonialista.

PALAVRAS CHAVE: Jose de Alencar. Patrimonialismo. Modelo burocrático-capitalista. Acomodação.

* UEMG - Universidade do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte – MG – Brasil. 38.200-000 - mrc.lz.nascimento@gmail.com. <https://orcid.org/0000-0002-1667-630X>.

** FJP - Fundação João Pinheiro de Minas Gerais. Diretoria de Políticas Públicas. Belo Horizonte – MG – Brasil. 31.275-150 – renato.pfeffer@fjp.mg.gov.br. <https://orcid.org/0000-0003-2633-8694>.

*** FJP - Fundação João Pinheiro de Minas Gerais. Escola de Governo. Belo Horizonte – MG – Brasil. 30.140-001 - carolina.portugal@fjp.mg.gov.br. <https://orcid.org/0000-0003-1081-991X>.

**** FJP - Fundação João Pinheiro de Minas Gerais. Escola de Governo. Belo Horizonte – MG – Brasil. 30.140-001 - ana.araujo@fjp.mg.gov.br. <https://orcid.org/0000-0003-4954-1628>.

Introdução

O Brasil do século XIX foi marcado por fatos históricos relevantes como a abolição da escravidão (1888), a proclamação da República (1889), a ascensão de uma classe burguesa vinculada, principalmente, à produção de café e por intensos debates literários e sociopolíticos protagonizados por grandes expoentes intelectuais. Estes fatores, dentre outros, levaram a uma acomodação eivada de tensões entre o modelo de organização político-social patrimonialista predominante no país e o modelo burocrático-capitalista.

A contribuição da sociologia para a compreensibilidade da literatura brasileira no século XIX escora-se, centralmente, na relação entre textos literários e contexto sociopolítico do Brasil Império. No Brasil da segunda metade do século XIX era ainda incipiente o processo de formação das esferas culturais, logo, os campos intelectuais e políticos não estavam autonomizados, mas, antes, estavam fortemente imbricados. De tal modo, que nenhum dos letrados, a exemplo de Machado de Assis, José de Alencar, Silvio Romero, Joaquim Manuel de Macedo, Castro Alves, Franklin Távora, Manuel Antônio de Almeida, dentre outros, podia dedicar-se unicamente à literatura ou por meio dela manter-se financeiramente.

Os intelectuais estavam inseridos numa sociedade de estrutura estamental patrimonialista cujos reflexos atuavam no sentido de retardar e obstruir a construção e consolidação do campo literário e intelectual no Brasil. Assim, por um lado, os espaços institucionais voltados à edificação, celebração e reprodução das carreiras intelectuais, usualmente presentes na cultura Ocidental, ou eram inexistentes (universidades e centros de pesquisa), precários (editoras, gráficas e livrarias) ou, quando existentes, eram espaços de desdobramentos, simultâneos, de carreiras intelectuais e políticas (Faculdades Imperiais, Escolas de Ensino Superior, Museus, bibliotecas e editoras públicas).

De outro lado, observam-se os reflexos da criação de algumas condições indispensáveis ao desenvolvimento da cultura e das letras no Brasil Império, iniciadas entre 1810 e 1830, porém mais perceptíveis na segunda metade do século XIX. Neste sentido, elenca-se a criação da Biblioteca Real (1808) e da Impressão Régia (1810); a inauguração das Faculdades de Direito de Olinda e de São Paulo (1827); o desenvolvimento da imprensa periódica e de livros, tais como a *Gazeta do Rio de Janeiro* (1808), *Correio Brasiliense* (1808–1822), *Aurora Fluminense* (1827); *Anais Fluminenses de Ciências, Artes e Literatura* (1822); o *Jornal Científico, Econômico e Literário* (1826); o *Spectador Brasileiro* e o *Jornal do Commercio*.

A par das transformações operadas na esfera cultural nacional, ainda que

incipientes, observa Werneck Sodré (1964), pela primeira vez, um escritor brasileiro alcançou a publicação inédita da segunda edição de um romance: *A Moreninha*, em 1846, de Joaquim Manuel de Macedo (1ª edição publicada em 1845).

Por sua vez, em razão do adensamento da vida literária brasileira, a especialização se impôs aos letrados brasileiros, após 1860, por meio da exigência de se dedicarem a um único gênero literário. Condição até então desconhecida dos intelectuais brasileiros, que cultivavam, simultaneamente, vários gêneros literários: poesia, prosa, teatro, florilégios, biografias, histórias de vida etc.

O processo de criação de algumas das condições estruturais para a formação do campo intelectual e literário no Brasil Império é indissociável do efetivo fortalecimento dos grupos urbanos, em particular dos indivíduos ligados às profissões liberais. Na medida em que o meio social tornava-se menos rarefeito, consolida-se um público leitor mais amplo e as narrativas dos romances são adensadas.

A leitura do romance *Senhora* (1875), circunscrita e tensionada pelo contexto de crise sociopolítica e econômico-institucional do Brasil Império, revela, descortina e recupera os elementos centrais para desvelar o Brasil da segunda metade do século XIX.

Estes elementos podem ser colocados nos seguintes termos (SCHWARZ, 2000): o gênero romance produzido no Brasil até a publicação do romance *Senhora* de José de Alencar reconstituía alguns aspectos da realidade urbana nacional por meio da construção de personagens romanceadas, que eram transplantadas da realidade para o interior da trama com os seus hábitos, gostos, profissões e ocupações. Todavia, o universo narrativo elaborado atenuava ou encobria os conflitos sociais entre livres e escravos, entre poucos ricos e muitos homens pobres livres. Os indivíduos ficcionais não eram dilacerados pelo remorso e a solidão, a pobreza e a marginalização social, desconheciam o drama do homem urbano do Brasil do século XIX, bem como de tantos outros indivíduos desejosos de mobilidade social, porém obstruídos politicamente do *establishment* Imperial.

José de Alencar, por sua vez, no romance *Senhora*, adensa a trama ao construí-la tensionada pela presença de vários grupos sociais urbanos, contudo, alinha-se, numa clara posição de defesa do seu status quo, à concepção do universo ficcional romântico como momento necessário de introdução de uma eticidade substancial, bastante integradora e ordenadora para unir consciência e atitudes, moral e política, modernização e tradição.

Diante da ordem social e política cada vez mais complexa, que deslocava a possibilidade de manutenção da ordem, a continuidade da monarquia imperial e o status da elite agrária nacional, José de Alencar no romance *Senhora* sustenta a defesa do projeto nacionalista romântico que naturalizou a tradição-memória nacional como fato

positivo, evidente, inelutável e necessário à legitimação da história, da vida político-econômica e como o pressuposto à introdução de qualquer técnica e doutrina sociopolítica transformadora.

Interpretações weberianas do Brasil

O pensamento weberiano no Brasil tem sido utilizado para explicar o atraso da sociedade brasileira, ou seja, sua teoria é utilizada para diagnosticar os motivos que impedem a superação do patrimonialismo ibérico rumo à modernidade. No entanto, os intérpretes que utilizam o modelo weberiano, para analisar a singularidade social do país, possuem posições bastante controversas acerca da relação entre Estado e sociedade e do peso conferido a cada um desses polos, bem como, há muitas divergências interpretativas da maior ou menor disjunção entre elas. Estes aspectos podem ser analisados a partir de duas grandes vertentes segundo Vianna (1999): a institucionalista ou de Estado (FAORO, 1975; SCHWARTZMAN, 1998) e a societal (FERNANDES, 1975; FRANCO, 1997).

A visão de Faoro (1975) e de Schwartzman (1998), hegemônicas no pensamento social brasileiro (VIANNA, 1999), relaciona o atraso brasileiro com a herança patrimonial do Estado português, cujo reforço se deu com a transferência da corte portuguesa para o Brasil no século XIX. O legado português representou a autonomia do Estado em relação à sociedade civil reprimindo os interesses privados e comprometendo o avanço de uma racionalidade fundada na legalidade. Essa visão ainda afirma que a ausência do feudalismo no Brasil aproxima o país da tradição política do Oriente marcado pela inexistência de fronteiras nítidas entre a esfera pública e a privada. Aproximando o patrimonialismo ibérico do despotismo Oriental, Faoro (1975) sugere que o capitalismo e a integração entre sociedade e Estado só teriam se consolidado em países que vivenciaram o feudalismo. Nesse sentido, o Brasil não seria um caso Ocidental, pois o Estado, por ter antecedido os grupos de interesses, possuiria objetivos próprios voltados para seus dirigentes e, por sua vez, o bem público seria encarado como bem a ser explorado em benefício próprio. A consequência disso seria a formação de um sistema político de cooptação, a consolidação de uma sociedade de tipo estamental e a sedimentação de uma organização e administração estatal que se sobrepunha à estrutura política representativa, à estrutura social de classes e à sociedade civil, respectivamente. Em essência, corresponderia ao domínio patrimonial-burocrático frente ao cidadão limitado de seus direitos civis, sociais e políticos.

Nessa visão, o capitalismo brasileiro possuiria uma patologia estrutural que

obstruiria o acesso ao moderno. Isso resultaria numa modernização marcada pelo não rompimento e pela reprodução do passado patrimonial, na medida em que as elites detêm o controle político das mudanças sociais. Esse Estado “neopatrimonial” (SCHWARTZMAN, 1998, p.45) preservaria as desigualdades do país por meio de práticas de cooptação e de restrição da livre manifestação de interesses, sendo ele “uma forma bastante atual de dominação política por um ‘estrato social sem propriedades e que não tem honra social por mérito próprio’, ou seja, pela burocracia e a chamada classe política” (SCHWARTZMAN, 1998, p.45-46).

Nessa perspectiva, o rompimento com o Oriente político só poderia ocorrer com uma reforma política que permitisse à sociedade civil manifestar seus interesses sem qualquer forma de tutela estatal. Por ser uma marca do Estado e não da sociedade, o patrimonialismo brasileiro só poderia ser superado pela reforma política e não pela reforma social. As principais controvérsias na interpretação weberiana do patrimonialismo brasileiro derivam, justamente, desse eixo explicativo: de um lado a visão predominante daqueles que advogam a tese da reforma político-legal como origem da modernização da sociedade brasileira, de outro, os que defendem o inverso.

Como contraponto da concepção dominante da interpretação weberiana do patrimonialismo no Brasil, encontram-se análises que apontam para o compromisso estabelecido, desde a independência, entre a ordem racional-legal e a patrimonial, entre o liberalismo político e a estrutura social escravista, entre a representação e a cooptação. Nessa visão alternativa, a questão da ruptura com a ordem patrimonial deveria se originar nas relações sociais de padrão patrimonial, e não no Estado. Seria, portanto, necessário romper as condutas sociais marcadas pela dominação pessoal que impediriam a vigência da orientação racional (FRANCO, 1997). Sob essa perspectiva, não bastaria uma reforma política para alterar a ordem patrimonial, pois essa só ocorreria no longo prazo e teria origem na própria sociedade.

Enquanto o patrimonialismo institucional (FAORO, 1975; SCHWARTZMAN, 1998) concede ao Estado uma autonomia relativa de seus estamentos em relação à sociedade, forjando uma dominação de cima para baixo, o patrimonialismo societário (FERNANDES, 1975; FRANCO, 1997) propõe uma acomodação na sociedade brasileira entre tradição e modernidade eivada de tensões refletidas no Estado. Essa “unidade contraditória” que teria sido “determinada na gênese do sistema colonial, sustentou, com suas ambiguidades e tensões, a maior parte da história brasileira” (FRANCO, 1997, p.11). A relação entre tradição e modernidade, portanto, não seria disjuntiva, pois a dinâmica social reverberaria na esfera política e seria por essa afetada, em um processo dialético. Na versão do patrimonialismo societal, o Brasil seria encarado como parte da história do Ocidente incluído de forma tardia e ambígua, e não

em uma visão Oriental como proposta pelo patrimonialismo de Estado. Essa ambiguidade tem como representação máxima a arquitetura liberal do Estado moderno que convive com a organização social patrimonial e a escravidão.

Entre os representantes dessa vertente do patrimonialismo societal, se destacam os trabalhos de Florestan Fernandes (1975) e Maria Sílvia de Carvalho Franco (1997). Ambos destacam que a causa do atraso brasileiro estaria no campo das relações sociais patrimoniais e de sua influência sobre o Estado e não o inverso, numa clara influência de um dos pioneiros da utilização do conceito de patrimonialismo no Brasil, Sérgio Buarque de Holanda (1976). Holanda (1976) aponta para os modos de socialização do brasileiro oriundos da península ibérica no trato interpessoal, entre eles, o subjetivismo, a afetividade, a simpatia, a plasticidade. Essas características, antitéticas com a racionalidade capitalista apontada por Weber, teriam sido transpostas para a estrutura do Estado brasileiro. Disso resulta um serviço público personalista e que concede privilégios com base na simpatia. A percepção culturalista de Holanda (1976) pode ser melhor entendida por meio de seu conceito de homem cordial. A cordialidade, à qual o pensador se refere, relaciona-se à ideia de que as ações do brasileiro, em especial no campo da política, são pautadas pela subjetividade e sentimentos. Ele não consegue diferenciar a gestão da família e a gestão da coisa pública, pois falta-lhes a objetividade exigida pela burocracia. O resultado dessa não distinção entre patrimônio público e privado é a presença de funcionários patrimoniais ao invés de burocratas.

Embora complementares na sua análise, Couto (2016) aponta uma distinção entre patriarcalismo e patrimonialismo na obra de Holanda (1976). O patriarcalismo, marcado pelo poder do patriarca, submete sua família, seus escravos e seus agregados à sua vontade, de forma incondicional. O patrimonialismo, por sua vez, seria a não separação entre o privado e o público, que impediria a emersão da ordenação impessoal do Estado. Ambos são heranças ibéricas que obstruem a distinção entre o domínio familiar e o da administração pública. Ou seja, os contatos primários do núcleo familiar, os laços de sangue, estariam sempre acima dos interesses da nação. O patrimonialismo na administração pública, portanto, seria derivado do patriarcalismo¹.

Assim como Holanda (1976), Fernandes (1975) enfatiza a influência patrimonial da sociedade brasileira sobre o Estado, porém sob uma perspectiva diferente da culturalista, ao destacar como a ideologia liberal foi internalizada no final do período colonial brasileiro de forma bastante particular. Ela não expressava um desejo de

¹ Diferentemente de Holanda, Faoro, “provavelmente temendo que a descentralização comprometa a noção de patrimonialismo e caracterize a de feudalismo, prioriza a proeminência do centralismo na tradição política brasileira” (CAMPANTE, 2003, p.160).

emancipação nacional, ao contrário, representava a vontade de emancipação dos estamentos senhoriais da “tutela colonial” (FERNANDES, 1975, p.36). Com a independência teria havido uma inversão e o liberalismo teria se transformado na força dinamizadora da sociedade civil. Coube a essa ideologia liberal pós-independência, em um processo de longa duração, transcender e negar a ordem tradicional senhorial-escravocrata. Essa transição progressiva para uma ordem social competitiva ocorreria devido à diferenciação social que deu origem a diversos grupos (setores mercantis, profissionais liberais, elite agrária paulista, entre outros), cujos papéis sociais eram incompatíveis com a antiga ordem, pois agiam a partir de um sistema de orientação racional.

Parte da sociedade, portanto, se destacou das estruturas tradicionais e, apesar das condições da persistência da escravidão e do patrimonialismo, “um sistema competitivo pode coexistir e chocar-se com o sistema estamental” (FERNANDES, 1975, p.48). Como o processo que levava à modernização era passivo e de longa duração, a nascente burguesia passou a tirar vantagem da coexistência no Brasil da ordem patrimonial com a orientação racional, ou seja, da convivência do moderno com o atraso.

Em outros termos, o Estado nacional nasce moderno, porém, mantém uma convivência com o patrimonialismo. Foi por meio dessa convivência paradoxal que o país se inseriu no capitalismo mundial. O paradigma dessa ordem contraditória é a convivência, no final do século XIX e início do XX, da agroexportação cafeeira, de orientação racional-competitiva, com o estilo senhorial no campo político: a economia cafeeira não foi capaz de racionalizar a vida política e social. Fernandes (1975) defende que os agentes sociais modernizantes ficaram confinados à esfera privada e acabaram se incorporando aos círculos conservadores e compartilhando as formas de dominação política tradicionais. Deslocando o foco do Estado para a sociedade, o autor defende que a superação do patrimonialismo só poderia ocorrer com a livre manifestação daqueles que viviam sob o estatuto da dependência pessoal que prevalecia na sociedade brasileira. Em síntese, a análise de Fernandes (1975) busca nos fundamentos da formação do Estado demonstrar que os interesses dos novos grupos sociais, muito mais que vinculados à defesa da modernização, buscavam conservar o status quo.

No mesmo diapasão de Fernandes (1975), Franco (1997) se distancia da interpretação que coloca o Estado patrimonial como instância autônoma da sociedade e responsável pelo atraso. Ela defende que a tese weberiana da singularidade estatal da organização burocrática no Ocidente moderno teria que ser adaptada ao contexto brasileiro. A expropriação do servidor público dos meios materiais da administração teria sido no Brasil apenas formal, pois, devido à escassez de recursos do Estado, esses

meios materiais eram financiados com recursos privados. Indo contra a ideia de uma pretensa natureza Oriental do Estado, Franco credita a fusão não desejada do público com privado à pobreza da agência estatal. Essa fusão do público e do privado teria permitido que o exercício do poder do cargo público ocorresse no sentido de atender a fins particulares. Franco (1997) acaba inscrevendo o patrimonialismo brasileiro como de caráter societal e de raiz agrária.

Vianna (1999) afirma que o patrimonialismo societal, ao contrário do patrimonialismo institucional que compreende o Estado como instância autônoma, percebe o Estado como instrumento. O Estado se baseava nos princípios da burocracia racional-legal, porém, era um instrumento dos senhores de terras para prolongar sua dominação pessoal na vida pública. Desde a formação do Estado no país, combinou-se, de forma ambígua, a dominação racional-legal e a tradicional, essa última derivada do modo de propriedade das relações de trabalho predominantes. Portanto, o elemento retardatário do desenvolvimento brasileiro não estaria no Estado, mas na própria sociedade civil. Para que houvesse a formação de atores sociais autônomos seria necessário erradicar o patrimonialismo societal que fora preservado no processo de modernização e acabar com a capacidade da esfera privada de utilizar a esfera pública em seu benefício. No entanto, a modernização capitalista induzida pelo Estado, a partir da década de 1930, vai reafirmar essa coexistência do atraso e do moderno, uma vez que as elites tradicionais continuaram no poder e a autonomia das camadas populares não se concretizou.

Ainda segundo Vianna (1999), pode-se afirmar que a teoria do patrimonialismo societal se singulariza por compreender que não havia uma contraposição agonística entre atraso e moderno devido ao desenvolvimento desigual do capitalismo brasileiro. Ao contrário, os princípios antitéticos da modernidade e do atraso se acomodavam e se fundiam ecleticamente no Estado. A modernização capitalista que se seguiu à Revolução de 1930, não foi capaz de deslocar do poder as elites tradicionais e promover a livre manifestação da estrutura de classes, logo seria resultante de uma composição heterônoma, que conjugaria princípios tradicionais e modernos, os quais marcaram a formação sociopolítica e institucional brasileira.

O nacional-desenvolvimentismo da Era Vargas e governos seguintes compatibilizaram a modernização econômica com a manutenção das oligarquias tradicionais no poder. A sustentação pluriclassista do regime, no entanto, era uma inovação introduzida por Getúlio Vargas. Através do corporativismo sindical e da legislação trabalhista originária do fascismo italiano, Vargas trouxe à cena política e à ideologia do Estado um novo ator: os trabalhadores do mercado formal. Esse mecanismo de incorporação da classe trabalhadora no mundo da política, no entanto, ceifou a

possibilidade de desenvolvimento autônomo da classe trabalhadora. Os trabalhadores acabaram se tornando um instrumento para conferir legitimidade ao projeto político do governo que apenas na aparência representava os interesses da coletividade como um todo (FERNANDES, 1975).

A teoria do populismo (WEFFORT, 2003; IANNI, 1968), que busca analisar o período inaugurado por Vargas no Brasil, vai encontrar seu eixo analítico para explicar o Brasil nos conceitos weberianos discutidos acima, apesar da influência ser mais velada que explícita segundo Vianna (1999). O mesmo autor ainda defende que essa teoria não teria percebido a delicada conexão entre o atraso e o moderno, presentes em Fernandes (1975) e Franco (1997), e, teria deslocado a ênfase para o tema da subjetividade ao invés de enfatizar as macroestruturas. Ao contrário do eixo analítico que a inspirou, portanto, a teoria do populismo enfatiza que é por meio da vontade do ator moderno que se afastariam os constrangimentos estruturais que impediam a construção da identidade autônoma do operário brasileiro. De acordo com essa vertente de pensamento, a miséria brasileira poderia ser explicada pelo patrimonialismo privado que impedia o desenvolvimento de uma racionalidade de tipo Ocidental. Tal patrimonialismo se manifestava, por exemplo, na estrutura sindical corporativa e nas coalizões pluriclassistas que uniam elites modernas e tradicionais. Dessa forma, somente com o desenvolvimento de um sindicalismo autônomo seria possível romper com um Estado que mantinha formas tradicionais de controle social. Os sindicatos estruturados de forma racional deveriam se insurgir contra as lideranças carismáticas que negavam sua autonomia e construir uma nova forma de Estado.

É fato que a teoria do populismo se associa aos interesses do trabalhador industrial e da necessidade de romper com sua cooptação por parte do Estado. Sua expectativa era mudar o Estado a partir das fábricas. Segundo Vianna (1999), a teoria do populismo acabava por reforçar a versão weberiana do patrimonialismo de Estado ou institucional, pois se limitava a contrapor a coalizão do moderno com o atrasado que predominava no sistema ao moderno representado pelo operário.

Apesar das diferenças entre as versões weberianas de interpretação do Brasil apresentadas acerca da relação entre Estado e sociedade, do peso conferido por essas versões a cada um desses polos e de uma visão mais ou menos disjuntiva entre eles, é possível, ainda segundo Vianna, encontrar semelhanças entre elas: a indicação da necessidade de uma ruptura com a tradição e a ênfase ao papel negativo do Estado na formação da sociedade brasileira contemporânea. Qual dessas teorias abordadas mais se aproximaria dos insights sobre o patrimonialismo presentes na obra de José de Alencar? Ou haveria no autor uma combinação entre elas? Essas questões serão discutidas nos apartados seguintes.

Elementos da acomodação entre tradição e modernidade em Senhora

O final do século XIX no Brasil foi marcado por uma ampla luta em torno de diferentes modelos literários e político-doutrinários. A polêmica José de Alencar-Joaquim Nabuco é representativa dessa batalha. Tanto essa polêmica como o texto *Senhora* oferecem riqueza de detalhes para se pensar a relação entre forma e conteúdo. Em ambos os escritos literários, constata-se a forte tensão entre a construção da narrativa do romance moderno, drama burguês em ascensão no Brasil daquela época, e o adensamento do conteúdo literário, objetivado na complexificação da subjetividade das personagens e no espessamento do entorno sociopolítico-cultural, bases da construção narrativa (COUTINHO, 1965).

A “Polêmica Alencar-Nabuco”, que se deu por meio do Jornal *O Globo* de 3 de outubro de 1875 a 21 de novembro de 1875, num total de 14 artigos, traz contribuições para a compreensão da ampla luta em torno de diferentes modelos literários e político-doutrinários, observada no final do século XIX no Brasil. A posição central de Alencar, ao longo da polêmica, retomava o debate entre duas concepções político-cultural-literárias ideologicamente contrastantes. De um lado, estava Alencar e os intelectuais românticos na defesa de que o Estado e a tradição eram as formas objetivas de construção de uma sociedade civilizada americana. Dentro desta sociedade não haveria modernização e individualidade efetivamente libertadoras sem a mediação ordenadora do Estado e a universalidade da cultura nacional.

Do outro lado, em contraste com a concepção político-cultural-literária de Alencar, posicionavam-se Nabuco e alguns integrantes da Geração 1870, particularmente, dos “novos liberais” (ALONSO, 2000, p.161), basicamente, formado por indivíduos nascidos de famílias tradicionais do Império obstruídas politicamente e em processo de empobrecimento econômico. Entretanto, os seus capitais políticos e econômicos guardavam bons níveis de integridade. Figurariam entre os seus integrantes os intelectuais Joaquim Nabuco, André Rebouças, Rui Barbosa, Rodolfo Dantas, Muniz Barreto, Barros Pimentel, José Mariano Carneiro da Cunha e Gusmão Lobo dentre outros. Eles demandavam por um projeto político que pressionava pela abolição da escravidão e pela modernização econômica do país. A escravidão era entendida como o obstáculo estrutural maior ao surgimento de um país economicamente viável, ao não permitir a formação de um mercado com a força de trabalho livre e a ampliação do mercado de bens de consumo (ALONSO, 2000). No entender de Nabuco e dos novos liberais, a proposta de Alencar de extinção da escravidão, sequenciada no ritmo da

“revolução dos costumes”, seria o resumo e a prova de que a inércia política e social não liquidariam “um regime que, há três séculos, é uma escola de desmoralização e inércia, de servilismo e irresponsabilidade para a casta dos senhores” (NABUCO, 2003, p.27).

Por sua vez, o texto *Senhora* dá testemunho da tensa acomodação entre forma e conteúdo e do conflito entre dois projetos literários e político-doutrinários: modelo memória-tradição versus modelo de civilização e modernização da nação pela abertura à Europa saxônica e francesa. O rebatimento do conflito entre os dois modelos reverbera no romance *Senhora*, precisamente, no intenso esforço de construção do romance em quatro capítulos, O preço, Quitação, Posse e Resgate, cujo eixo central consiste nas relações econômicas desdobradas, por um lado, na subjetividade dos personagens, dilacerada e fragmentada. Contudo, de outro lado, Alencar avança no desfecho do romance, contraditoriamente, de modo a fazer com que as relações econômicas sejam subsumidas e superadas pelo amor, pela honra, pelo trabalho e pela disciplina.

A narrativa do romance ganha alguns contornos do projeto político de Alencar, em particular, da sua resistência ao surgimento do indivíduo burguês e à instauração das relações de troca burguesas e à ação dos novos grupos sociais e políticos pela ampliação dos direitos civis e modernização da nação. Nestes termos, o autor de *Senhora* hostilizava a modernidade, reagia às pressões políticas dos novos grupos sociais e combatia a introdução entre nós das novas conquistas técnico-científicas europeias, tudo isto em nome da manutenção e restauração de uma sociedade de privilégios aristocráticos. A seu ver, somente sob os filtros da tradição-memória nacional era possível realizar a promessa de construção de uma civilização nos trópicos.

Dentro do seu diagnóstico, o universo das relações burguesas, onde se encontravam Aurélia e Fernando Seixas, amesquinha os indivíduos, rebaixava os sujeitos moralmente, esvaziava os significados socioculturais fundados na tradição e memória nacionais e instrumentalizava as relações dos indivíduos com os outros e consigo mesmos. O projeto político de Alencar, fundamentalmente, concebe que as formas sociais e políticas aristocratas são estáveis e formadoras de um *ethos* social necessariamente emancipador do gênero humano e capaz de dirimir todas as diferenças de classe e visões de mundo, o que contrasta frontalmente com a modernidade.

Aurélia Camargo e Fernando Seixas constituem as personagens principais do romance. Ela nascera de um jovem pai (Pedro Camargo), o qual por sua vez era filho de um rico senhor de terras (o velho Camargo). Enquanto a mãe de Aurélia (Emília Camargo) era nascida sob o signo da pobreza, que se tornou ainda mais aguda quando Emília precisou arcar sozinha com a criação da filha, depois de Pedro Camargo abandonar por pressão do pai e, passados alguns meses, vir ele a falecer ainda muito

jovem.

Fernando Seixas era filho de um funcionário público de cargo mediano. A morte prematura do pai impôs a Fernando interromper os seus estudos na Faculdade de Direito de São Paulo quando aí cursava o 3º ano, pois “o pai deixara o escasso patrimônio complicado com uma hipoteca, além de várias dívidas miúdas” (ALENCAR, 1977, p.34). Assim, a morte do pai rebaixou ainda mais o padrão econômico e social da família Seixas. O caçula Fernando Seixas passou de estudante a funcionário público. Por sua vez, a mãe juntamente com as duas irmãs tornaram-se costureiras. Contudo, nem no longo prazo, o trabalho das mulheres e a posse do cargo público de função menor exercido por Fernando Seixas foram capazes de elevar o padrão econômico e social da família, ou mesmo repô-lo nos patamares em que se encontrava quando o pai ainda era vivo. A vida da família Seixas seguia o modelo usual daquelas famílias na luta pela sobrevivência, cuja dinâmica tornava-se ainda mais mal tratadora da integridade psíquica das mulheres. Isto porque o trabalho feminino era retribuído sempre em níveis de valor rebaixados em comparação ao trabalho dos homens (MICELI, 2001).

No plano afetivo, as perdas não eram menores: nem festas e nem passeios pelas ruas do Rio de Janeiro; as filhas envelhecendo sem ao menos conhecer outra intimidade senão a delas próprias; o trabalho tomando para si cada vez mais a afetividade e até mesmo o pouco tempo qualitativamente bom para cuidar de si. O mundo das mulheres da família Seixas comprimia-se ao peso do imperativo do trabalho de subsistência, estendido no “serão na sala de jantar, em volta do candeeiro, que alumia a tarefa noturna. O mais das vezes solitárias; outras acompanhadas de alguma rara visita, que as frequentava no seu modesto e recatado viver” (ALENCAR, 1977, p.35).

Cada vez mais tolhidas pelo trabalho ao preço do sacrifício dos afetos, as carentes irmãs Seixas tomavam os relatos amorosos e as confidências do irmão Fernando como o tema das suas conjunturas. Às confidências do irmão, elas misturavam as suas orações pelo seu sucesso em alguma das suas alardeadas investidas amorosas: – talvez daí resultasse um casamento com uma moça de família rica. Tão reduzido ficara o universo das mulheres da família Seixas que o plano do filho de levá-las a uma apresentação lírica tornou-se para ele motivo de vergonha e preocupação.

A modéstia e a simplicidade no vestir, tanto da mãe como das irmãs, eram traduzidas pelo olhar severo em pontos da elegância, como um “vestuário esquisito” de três mulheres “alheias às modas e usos da sociedade”. O vestuário das irmãs e da mãe fez com que Fernando perdesse o chão e relutasse em voltar ao camarote da família, depois da observação sarcástica de um amigo no meio daquela noite de apresentação: “– Ó Seixas, não me dirás onde foste desencovar aquele terno de roceiras? (...) Que temível!” (ALENCAR, 1977, p.37).

De fato, o mundo daquelas mulheres era construído em cima de interesses, hábitos e expectativas em muitos aspectos diferentes daqueles hábitos urbanos e refinamentos europeizados, cultivados entre os grupos sociais fartos e bem-instalados da Corte. As mulheres da família Seixas viviam um cotidiano de regularidades quase rural. As irmãs, ainda que iniciadas no trabalho da costura, atendiam a pessoas simples e remediadas, como elas mesmas, nascidas na Rua do Hospício. De sorte que desconheciam as sofisticções e os requintes da moda consumida pela alta classe da Corte.

Ao longo do romance, o narrador trabalhou no sentido de estilizar o mundo dos indivíduos medianos e pobres como altamente previsível, ordeiro, ajustado e tradicional. Vez ou outra toda esta regularidade era quebrada com os jogos de sedução do tio Lemos sobre a sobrinha, que naquele momento estava fragilizada com a morte do irmão e com o agravamento da saúde da mãe, que veio também a falecer deixando assim Aurélia órfã e ainda mais pobre. Neste mundo moralista e contraditório, o narrador não deixou de fora o cinismo e o interesse escuso da “gente de condição inferior” ao redor de Aurélia: num primeiro momento, tão folgada no juízo de que a mãe de Aurélia era uma “mulher perdida” e merecedora de se evitar o “contágio de sua reputação”. Posteriormente, transmutou-se este “juízo endireitador” (ALENCAR, 1977, p.93), em atitude de servilismo e bajulação, quando Aurélia foi agraciada, de um dia para outro, com uma rica herança do avô paterno.

Consequente com as suas ideias de preservar os homens pobres e interioranos, o narrador ameniza a vileza de Lemos e de Firmina, na conquista de alguns réis a mais ilicitamente, como atitudes aceitáveis. Pois partiam de indivíduos que tinham as suas vidas estacionadas no limiar da extrema pobreza. Em outro momento do romance, a vida de privações e de trabalhos das mulheres da família Seixas contrastava com a existência do irmão Fernando. Era uma existência alardeada nos salões e salas de espetáculos da Corte e muito destoante do modo de viver rígido das mulheres.

Basta elencar alguns dos hábitos europeizados, cultivados na Corte, que foram incorporados por Fernando Seixas: o chapéu “chaque do melhor fabricante de Paris”; o corte elegante e esmerado definido na “casaca preta” pelo alfaiate da moda Raunier; as luvas de “*jouvin* cor de palha”; a botina confeccionada pelo primeiro fabricante de sapatos de pelica no Brasil, o sapateiro francês “Campas”; o hábito de fumar “charutos de Havana”; “no toucador de um rapaz à moda (...) as mais finas essências francesas e inglesas (...) das casas do Bernardo e do Louis” (ALENCAR, 1977, p.29-30).

Diante do descompasso entre os dois estilos de vida e do peso desigual da distribuição das obrigações domésticas, acrescidas da luta pela sobrevivência e das exigências morais impostas às mulheres nascidas nos estratos sociais pobres, o narrador

sem usar de qualquer ironia reduzia o seu juízo a determinações moralizantes e tradicionalistas. Por exemplo, na avaliação de Alencar, os novos hábitos importados da Europa representavam um perigo à integridade da família brasileira. A solução por ele proposta seria recorrer à única força social capaz de resistir-lhes: “A vigorosa educação (...) a antiga educação brasileira, já bem rara em nossos dias, que, se não fazia donzelas românticas, preparava a mulher para as sublimes abnegações que protegem a família e fazem da humilde casa um santuário” (ALENCAR, 1977, p.35).

A trama do romance *Senhora* opera entre dois universos narrativos. De um lado, encontram-se ambientes onde se preservava os traços de uma sociedade eticamente exemplar, enquanto reflexo da “adesão emocional à tradição, à história e aos costumes”, apontada por Ângela Alonso como o fundamento do projeto de civilização alencariano (ALONSO, 2000, p.148). Do outro lado, estava se formando um mundo em que a cultura era mais cosmopolita, os hábitos europeizados e as relações sociais cada vez mais regidas pela forma dinheiro. Em suma, um mundo pelo qual Alencar manifestava as mais fortes resistências.

Neste universo de relações sociais emprestadas ao econômico, o narrador introduziria a personagem Fernando Seixas que lançou mão do casamento como estratégia de ascensão econômica, ao aceitar um dote de cem contos. Este casamento era parte do plano de vingança de Aurélia, motivada pelo fato de Seixas a ter preterido por outra mulher de melhor condição econômica, quando ela era ainda uma órfã pobre.

De certa forma, Fernando Seixas ajustava-se ao drama alencariano presente em alguns dos seus romances, nos quais se discutia as formas de ascensão social dos jovens bacharéis ou moços: todos muito talentosos, todavia pobres. Neste sentido, tem-se como exemplos Augusto Amaral em *Diva* (1856); Leopoldo de Castro em *A pata da gazela* (1870); Ricardo em *Sonhos d'Ouro* (1872a) e Mário em *Til* (1872b). Nestes romances, Alencar acomodou com solicitude os seus casamentos por meio da construção de muitos lances de amor, de tal forma a minorar a acusação de interesse (MIGUEL-PEREIRA, 1994).

A ascensão social destas personagens principais foi feita pela via do casamento, ao se unirem a mulheres ricas, filhas de endinheirados fazendeiros e comerciantes. Por sinal, esses eram os únicos grupos sociais na sua ficção em que os indivíduos se enriqueceram pelo trabalho e os dois únicos estratos sociais, tidos por Alencar, em conta de grupos sociais economicamente sólidos. A ausência na ficção de Alencar dos grupos sociais ligados às profissões liberais traduzia os aspectos de uma sociedade patrimonialista em que as relações sociais ainda estavam pouco reificadas. Bem como traduzia as resistências de um narrador ainda pouco afeito a admitir os processos de objetivação da forma dinheiro, “cada vez mais planificada nas organizações sociais e

nos impulsos dos indivíduos” (SCHWARZ, 2000, p.55).

Contudo, havia outros heróis dos romances urbanos de Alencar que eram jovens talentosos, ricos, elegantes, educados, mundanos e regiam-se pela observância estrita das regras do bom-tom. Entretanto, eram em geral homens de vida ociosa, dedicados a nada fazer e nunca se portavam como empreendedores. Por exemplo, no romance *A viuvinha e cinco minutos* (1924), o narrador era um jovem pouco atarefado que viajou à Europa em busca da amada. Depois de retornado à Corte, ele andava desocupado a “passear pela Rua do Ouvidor e a ouvir falar de política e teatro”. No romance não se sabe sequer qual a profissão de Jorge. Salvo que era o filho de um falecido negociante rico que vivia a “gastar o dinheiro que seus pais ganharam” (ALENCAR, 1924, p.2). O herói cortejado das mulheres Hermano de Aguiar do romance *Encarnação* (1938, p.3), segundo a própria informação do narrador, vivia uma vida de aristocrata “não se lhe conhecia [a] profissão; sabia-se, entretanto, que era abastado, pois além da chácara de sua residência, possuía apólices e prédios na cidade”.

Indivíduos empreendedores e enriquecidos por meio do trabalho não estavam ausentes do universo narrativo de Alencar. João Barbalho, personagem de *Sonhos D'Ouro*, “começara a vida como tocador de tropa”. Conjugando arrojo e tino para os negócios, “em uma de suas viagens à corte arrumou-se como caixeiro no armazém de mantimentos do consignatário”. Tornando-se assim, aos cinquenta anos, um bem-sucedido comerciante “possuidor de algumas centenas de contos” (ALENCAR, 1872a, p.47). Quando de todo rico e bem-sucedido, João Barbalho sentiu-se atraído pelos títulos nobiliárquicos e convencendo-se de que não era de bom-tom um rico capitalista ser tratado como tropeiro comprou o título de Barão do Saí: “trocou por um título à-toa aquele nome que valia um brasão; fidalgo brasão, se já o houve, pois era o do trabalho e perseverança, e tinha por timbre e divisa a probidade” (ALENCAR, 1872a, p.47). A compra do título nobiliárquico por João Barbalho revela o conflito instaurado sobre os grupos sociais estratégicos, inseridos numa sociedade em transição que conjugava ordens sociais e econômicas contraditórias.

A ordem burguesa e a ordem estamental patrimonialista conviviam numa perversa simbiose, refundidas em instituições políticas e sociais Imperiais, por meio da perpetuação da lógica do favor e da prebendalização de cargos e postos públicos. Isto graças ao apoio de grupos sociais ligados à economia agrário-escravista e à elite político-burocrática.

As personagens Fernando Seixas e Aurélia retomam alguns elementos do embate entre essas duas formas de configuração social. Na medida em que os seus conflitos articulam-se dentro da oposição entre o *ethos* estamental dos senhores rurais e o *ethos* burguês. Fernando Seixas, antes do casamento com Aurélia, vivia segundo um

estilo de vida aristocrático. Daí se impor coerções no sentido de assegurar prestígio e posição de relevância em eventos sociais, os quais ele tomava como deveres e exigências sociais.

No empenho de manter prestígio e autoafirmação social, Fernando Seixas gastava todo o seu vencimento mensal, ganho como funcionário público, e mais outro tanto retirado da poupança acumulada pela família, cuja administração do capital estava sob a sua guarda. Assim, enquanto as mulheres sobreviviam com 150\$000 mensais, Seixas queimava mensalmente 6:700\$000, “quantia que naquele tempo não gastava com a sua pessoa muitos celibatários ricos, que faziam figura na sociedade da corte” (ALENCAR, 1977, p.36). Ligando-se à alta roda social por meio de festas, jantares, bailes, idas ao teatro e namoricos, Seixas operava segundo comportamento e mentalidade aristocrática, transferindo toda a sua afetividade, inteligência e vontade à expectativa de retribuição de amizades. Acima de tudo, alimentava a esperança de se dar bem por meio de um casamento bem-sucedido.

Conquistado o casamento com a rica herdeira Aurélia, Seixas seria treinado em formas sociais distintas da anterior. Ele passaria a ser treinado na mentalidade burguesa. De certa forma, no ciclo de formação do Seixas burguês, não havia a gravidade da motivação do indivíduo pela valorização do cumprimento do dever, associado à realização de alguma vocação profissional ou eleição divina: “elementos capazes de imporem-se como autorrealização moral mais abrangente e sistêmica de um modo de vida metodicamente construído” (SCHWARZ, 2000, p.59).

O empenho no aprendizado da acumulação e a motivação em treinar-se na capacidade de perceber as oportunidades econômicas de reprodução do capital, surgidas no seu cotidiano, mobilizavam a vontade e o entendimento de Seixas. Inicialmente, como reação ao cálculo de vingança colocado em prática por Aurélia de fazê-lo assinar um documento no qual reconhecia a dívida de cem contos referente ao dote.

De fato, a forma como se deu o casamento constituiu um negócio, pois foi feita por meio de um procurador que propôs a Seixas um dote de cem contos sem que ele conhecesse a mulher com quem iria se casar. Assinado o documento, Seixas foi apresentado à Aurélia, a qual não só exigiu a realização do casamento como ainda fez com que Seixas fosse morar com ela no seu palacete. Morando juntos, Aurélia deu vazão aos seus sentimentos sádicos de pungi-lo com o seu mais virulento sarcasmo, num nível tal de provocação que fez com que Seixas quase sucumbisse à vergonha e à degradação. Tratado publicamente como adereço e acessório da *Senhora* nos círculos frequentados pela boa sociedade da Corte, Seixas tomou a decisão de dar fim à sua condição de homem vendido e escravo branco, determinando-se a comprar a sua alforria (SCHWARZ, 2000).

Neste sentido, ele passou a obrigar-se à contenção dos seus gastos; recusou a aceitar qualquer dinheiro ou presentes dados por Aurélia; e procurou aprender dela a condução dos negócios com a gelidez do argumento, a perspicácia e o perfeito conhecimento que mostrava dos negócios. Neste processo de autocorreção transformadora, Seixas interiorizou de tal forma a disciplina do trabalho que se antes ele consumia o tempo na repartição pública “na palestra e no fumatório” (ALENCAR, 1977, p.118), ele passou então à condição de funcionário público exemplar: assíduo e pontual. Tamanhas foram as transformações nele operadas que os colegas da repartição pública perceberam as mudanças na sua natureza íntima transbordarem-se nos seus gestos: “mudança notava-se em Seixas. Era a gravidade (...) ainda seus lábios se ornavam de um sorriso frequente; mas ele trazia o reflexo da meditação e não era como dantes um sestro de galanteria” (ALENCAR, 1977, p.118).

Aos poucos o estilo de vida de Fernando Seixas foi formando um conjunto mais coeso e coerente de atitudes interiores e de condutas de vida metodicamente construídas, voltadas à reprodução da forma dinheiro, as quais, por sua vez, penetravam cada vez mais na sua existência inteira. Elas se tornaram tão imperativas e estimulantes à autoinspeção contínua que a regulamentação planificada da vida pessoal de Seixas transformou-o num homem insensível “nem bom, nem mau. Nem digno de ser amado; nem tão vil, que lhe evite o contágio” (ALENCAR, 1977, p.128). Mesmo para Aurélia, por sinal, já bem avançada na condução da sua vida segundo a ética burguesa, Seixas era “um desses homens equívocos, produtos da sociedade moderna” (ALENCAR, 1977, p.128). O trabalho de iniciação de Seixas no universo burguês, começado nas mãos de Aurélia, resultou na formação de um indivíduo cada vez mais sofisticado na conduta consentida de consecução do *ethos* burguês. Daí o sentimento asfíxiante, por trás do relato de Aurélia, acerca de Seixas:

Não me importaria que ele fosse Lúcifer, contanto que tivesse o poder de iludir-me até o fim, e convencer-me de sua paixão e inebriar-me dela. Mas adorar um ídolo para vê-lo a todo o instante transformar-se em uma coisa que nos escarnece e nos repele. (...). É um suplício de Tântalo. (ALENCAR, 1977, p.128-129).

Neste aspecto, o desabafo de Aurélia condensava toda a resistência do narrador Alencar ao avanço da ordem burguesa sobre a ordem patrimonialista. Nesta última ordem, Alencar projetava toda a sua esperança de realização da eticidade e de emancipação do homem dos trópicos, traduzida em termos científicos, na sua resistência aos elementos positivos e utilitários; e, nos termos políticos, na manutenção dos privilégios aristocráticos.

No romance *Senhora*, Alencar questiona a unidade interior e coerente dos personagens, rebaixando-os pelo irreverente amoralismo. Contudo, policiava-se, ponderava e interrompia os processos narrativos de destrato das criaturas ficcionais ao procurar ajustá-las e reabilitá-las pelo sentimento reparador do amor, quase descabido em personagens tão amesquinados. Alencar deixaria a Machado de Assis dar o passo mais além e mais elaborado no sentido de amesquinhar as criaturas ficcionais, ao torná-las mutáveis, amorais e cínicas (CANDIDO, 1975; SCHWARZ, 2000).

Conclusão: os insights de Alencar acerca da acomodação tensa entre o patrimonialismo e a modernidade

Alencar resistia à modernidade representada pela nova ordem racional burguesa quando procurava reconstruir nostalgicamente a unidade perdida entre norma e tradição. Neste sentido, havia a patente atitude intelectual e afetiva da sua parte de sugerir, como meio de superação da dissolução do *ethos* aristocrático dos senhores rurais, formas de conhecimento que não fossem unicamente centradas no saber formalista racional. Como, por exemplo, o respeito à sensação (CARVALHO, 1998). Essa seria uma forma de saber estruturada na íntima relação entre a natureza e a tradição, instituída sob valores comumente aceitos por uma sociedade específica. De certo modo, Alencar propunha outra forma de estar e conduzir-se no mundo que não aquela imposta pelo conhecimento formalista racional, “cujo desdobramento estaria levando à criação do indivíduo burguês, coisificado nas suas relações com o mundo e consigo mesmo” (BOSI, 1979, p.153).

Alencar demonstrou a negatividade do universo da troca em crescente consolidação no Segundo Reinado por meio do processo narrativo. E fez isto com muita propriedade ao levar o leitor a conscientizar-se de que as existências dilaceradas e sofridas de Seixas e Aurélia decorriam da instrumentalização das relações sociais e das relações do indivíduo consigo mesmo em razão do imperativo da forma dinheiro. Se, por um lado, o despreço de Alencar pelo avanço das formas objetivas do capitalismo e do modo de vida burguês apoiava-se na sua crítica à fragmentação e instrumentalização dos indivíduos, por outro lado, Alencar aderiu por demais ao estilo de vida de grupos sociais aristocráticos, cuja condução e a tomada de decisões políticas estavam restritas a uma confraria.

Neste sentido, o projeto político festejado pelo próprio Alencar, em discurso na Câmara quando assumiu o cargo de Chefe de Estado (Ministro da Justiça), por ele intitulado de aurora da regeneração, propunha o exercício de um governo pessoal forte

por parte do Imperador e a manutenção da restrição do acesso à tomada de decisões dos rumos políticos da nação. Era uma tese na direção contrária da proposta política de abertura dos processos políticos, defendida por Joaquim Nabuco e representantes dos grupos sociais emergentes.

Consequente com a sua atitude de resistência à expansão da participação política dos novos grupos sociais, o romance *Senhora*, apesar de escrito em 1875, não inclui entre as suas personagens os profissionais liberais e nem os considera como integrantes dos grupos sociais estratégicos e endinheirados. Além do mais, reproduz com certa fidelidade o lugar a ser ocupado pelos escravos e homens livres pobres na sociedade do Segundo Reinado: no exercício dos serviços domésticos e ocupações manuais de toda ordem. Neste aspecto, ao longo do romance, eles nunca são chamados pelo nome. Estes indivíduos são gente às quais a senhora se dirigia somente para dar ordens.

Em sua imersão mimética, José de Alencar intuiu em *Senhora* os elementos da tensa acomodação entre a nascente ordem racional-legal e a ordem patrimonialista no período imperial brasileiro, ao mesmo tempo em que demonstrou sua contrariedade com o avanço da nova ordem burguesa. Tendo como referência as teses sobre a aclimação do romance europeu de cunho realista no Brasil de Roberto Schwarz (2000), um dos principais interlocutores da obra de Alencar, é possível identificar os insights do romancista acerca do mimetismo entre o atrasado e o moderno no país, os quais o presente artigo faz referência.

Embora de forma não declarada, o pensamento de Schwarz (2000) se filie à vertente de interpretação denominada patrimonialismo societal (FERNANDES, 1975; FRANCO, 1997), como descrito anteriormente nesse artigo, o que distingue as interpretações weberianas do Brasil são as questões concernentes à relação entre Estado e sociedade, ao peso conferido a cada um desses polos e a visão mais ou menos disjuntiva entre eles. Enquanto o patrimonialismo institucional (FAORO, 1975; SCHWARTZMAN, 1998) e as teorias do populismo (WEFFORT, 2003; IANNI, 1968) se aproximam ao conceder uma relativa autonomia a um Estado que se impunha à sociedade, o patrimonialismo societal atribui à dinâmica social um tipo próprio de dominação que é refletida na esfera pública e é por essa influenciada.

A crítica de Schwarz (2000) à obra de Alencar aponta para ausência de uma força artística, apesar do seu acerto na força mimética. Ou seja, apesar dos problemas de composição do drama, que estão “sempre aquém do nível que só a coerência artística dá” (SCHWARZ, 2000, p.65), o romance possuiria uma “garra mimética” (SCHWARZ, 2000, p.67). Há em *Senhora*, segundo o crítico, um contrassenso: a seriedade da temática que impulsiona o enredo – a compra de um marido, o poder do dinheiro e do

sexo, o cálculo racional das ações – torna latente a forma europeia do romance, por outro lado, existe um desejo patriótico do autor de descrever o Brasil. Esse dever de escrever sobre a pátria, à qual Alencar se dedica, faz com que ele crie personagens periféricos e histórias secundárias que desdramatizam o enredo. O rigor, moralismo e a seriedade da narrativa do romance convencional europeu cedem lugar ao humor dos acontecimentos cotidianos e a personagens bonachões característicos da vida social brasileira pelos quais o romancista nutria simpatia.

Ao tentar traduzir o Brasil na forma do romance europeu, o resultado é um conjunto de contradições. A racionalidade burguesa de Aurélia, por exemplo, convive com personagens periféricas regidas pelo favor. Essas esferas não aparecem em conflito e também não são criticadas por Alencar, isso porque ele é um admirador tanto da sofisticação europeia quanto do jeito brasileiro de ser. Essas ordens conviveriam provocando a fraqueza artística à qual Schwarz (2000) se refere.

Em Alencar, no entanto, a prática do favor apenas permeia a obra tomando um aspecto periférico. Ao colocar o núcleo moderno – dinheiro versus amor – em primeiro plano se descuidando das relações paternalistas e do favor, o romancista teria tornado a temática europeia mais relevante que o patrimonialismo societário. Será somente na segunda fase da obra de Machado de Assis que, segundo Schwarz (2000), ocorrerá uma inversão da importância dada a esses elementos. Ali, o favor passa a predominar sobre as ideias e modas europeias retratando a verdadeira realidade oitocentista brasileira.

Em *Senhora* ocorre apenas uma justaposição entre as ordens racional-legal e a patrimonialista no plano formal mantendo uma disjunção entre elas, e essa é a grande crítica que se pode fazer ao autor. Alencar parece não perceber plenamente a “unidade contraditória” (FRANCO, 1997, p.11) eivada de tensões entre essas esferas. Essa disjunção entre as duas ordens presente na obra pode levar a uma ideia de declínio da ordem tradicional que estaria sendo substituída por uma ordem moderna, ao contrário do que é defendido pela teoria do patrimonialismo societal que defende uma imbricação dialética entre elas. Tal crítica, no entanto, não impede o reconhecimento de que a força de *Senhora* está em seu aspecto mimético. É na explicitação da convivência entre os núcleos dinâmicos da vida social baseadas no favor e no lucro que podem ser encontrados os insights que demonstram a difícil acomodação entre o moderno e o atrasado no Brasil.

A obra de Alencar permite a confrontação com situações e valores imagináveis que apontam para as possibilidades de um mundo social diferente. Ao longo do texto é construída uma realidade ficcional na linguagem a partir do mundo real como um “espelho unidirecional (*two way mirror*)” (LEENHARDT, 2018, p.38): transparente e refletor ao mesmo tempo, esse espelho possui um discurso de múltiplas facetas onde a

realidade se mistura com mundos imaginários que pertencem ao escritor e ao leitor. Os grandes textos ficcionais implicam em algum grau de imersão mimética, portanto, mesmo não possuindo uma característica denotativa, a ficção produz conhecimento.

No contexto político do Brasil Império, *Senhora* oferece aportes significativos para se pensar a tensa acomodação entre patrimonialismo e ordem racional-legal, liberalismo e escravidão, clientelismo e favor; contrastados, com o processo de burocratização e as iniciativas de modernização da Administração Pública. Por meio dos personagens e enredo de *Senhora*, Alencar intui esse hibridismo entre o tradicional e o moderno na sociedade brasileira da época e deixa pungente sua oposição ao avanço do utilitarismo burguês sobre a ordem patrimonialista, essa última vista como espaço de eticidade e emancipação humana.

JOSÉ DE ALENCAR: *INSIGHTS INTO THE TENSE ACCOMMODATION BETWEEN TRADITION AND MODERNITY IN BRAZIL*

ABSTRACT: *This paper analyzes the tense accommodation between patrimonialism and bureaucratic capitalist model in the late nineteenth century in Brazil, based on the insights contained in the book Senhora (1875) by José de Alencar. At first, the article analyzes the interpretations of Brazil from Weberian perspective, and then, discuss the process of accommodation between tradition and modernity in the historical context of the Brazilian Empire contained in this work of the novelist. The hypothesis which guides the text is based on the idea that patrimonialism, present in Brazil since the colonial period, reached the peak of its influence and also a process of accommodation with the rational-legal order during the Empire. José de Alencar would portray on the characters and in the plot of this work both the elements of this accommodation and his personal opposition to the advancement of the bourgeois order over the patrimonial order.*

KEYWORDS: *José de Alencar. Patrimonialism. Bureaucratic capitalist model. Accommodation.*

JOSÉ DE ALENCAR: *PERCEPCIONES SOBRE EL TENSO ACUERDO ENTRE TRADICIÓN Y MODERNIDAD EN BRASIL*

RESUMEN: *El presente trabajo analiza la acomodación de las tensiones entre el*

fenómeno patrimonialista y el modelo burocrático-capitalista de finales del siglo XIX en Brasil a partir de las reflexiones contenidas en la obra Senhora (1875) de José de Alencar. En un primer momento, el artículo analiza las interpretaciones de Brasil en una perspectiva weberiana y luego discute el proceso de acomodación entre la tradición y la modernidad en el contexto histórico del Imperio brasileño contenido en esta obra del novelista. La hipótesis que guía el texto se basa en la idea de que el patrimonialismo, presente en Brasil desde el período colonial, alcanzó el ápice de su influencia y también un elaborado proceso de acomodación con el orden racional-legal durante el Imperio. José de Alencar retrataría en los personajes y en la trama de la obra mencionada los elementos de esta acomodación y su oposición al avance del orden burgués sobre el orden patrimonialista.

PALABRAS CLAVE: José de Alencar. Patrimonialismo. Modelo burocrático-capitalista. Alojamiento.

Agradecimentos

Os autores agradecem à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig) e à Fundação João Pinheiro de Minas Gerais pelo apoio à pesquisa realizada.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, José. **Senhora**. 8 ed. São Paulo: Editora Ática, 1977.

ALENCAR, José. **Encarnação**. Rio de Janeiro: Ediouro, 1938. Disponível em: <http://www.literaturabrasileira.ufsc.br/arquivos/texto/0006-01153.html>. Acesso em: 17 out. 2008.

ALENCAR, José. **A viuvinha e cinco minutos**. Rio de Janeiro: Garnier, 1924. Disponível em: <http://www.literaturabrasileira.ufsc.br/arquivos/texto/0006-00702.html>. Acesso em: 17 out. 2008.

ALENCAR, José. **Sonhos d'Ouro**. Rio de Janeiro: B. L. Garnier. 1872a. Disponível em: <http://www.literaturabrasileira.ufsc.br/arquivos/texto/0006-01229.html>. Acesso em: 17 out. 2008.

ALENCAR, José. **Til**. 1872b. LITERATURA BRASILEIRA. Textos literários em meio eletrônico. Disponível em: <https://www.literaturabrasileira.ufsc.br/documentos/?action=download&id=90891>. Acesso em: 03 out. 2020.

ALENCAR, José. **Diva**. (1856). LITERATURA BRASILEIRA. Textos literários em meio eletrônico. Disponível em: <https://www.literaturabrasileira.ufsc.br/documentos/?action=download&id=117424>. Acesso em: 03 out. 2020.

ALENCAR, José. **A pata da gazela** (1870). LITERATURA BRASILEIRA. Textos literários em meio eletrônico. Disponível em: <https://www.literaturabrasileira.ufsc.br/documentos/?action=download&id=118565>. Acesso em 03 out. 2020.

ALONSO, Angela. **Ideias em movimento**. Tese (Doutorado em Sociologia). São Paulo. Faculdade de Filosofia Ciências e Letras/ FFLCH/USP-SP, 2000.

BOSI, Alfredo. **História concisa da literatura brasileira**. 2 ed. São Paulo: Cultrix, 1979.

CAMPANTE, Rubens Goyatá. O Patrimonialismo em Faoro e Weber e a Sociologia Brasileira. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 46, n.1, p.153-193, 2003.

CANDIDO, Antonio. **A formação da literatura brasileira**. 5 ed. São Paulo: EDUSP, 1975.

CARVALHO, Maria Alice Rezende de. **O quinto século**: André Rebouças e a construção do Brasil. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1998.

COUTINHO, Afrânio. **A Polêmica Alencar-Nabuco**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1965.

COUTO, Elvis Paulo. As Raízes do Patrimonialismo de Estado no Brasil. **Revista Habitus**. Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p.100-112, 10 de nov. 2016.

FAORO, Raimundo. **Os Donos do Poder**. São Paulo: EDUSP, 1975.

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

FRANCO, Maria Silvia de Carvalho. **Homens Livres na Ordem Escravocrata**. São Paulo: UNESP, 1997.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 9. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1976.

IANNI, Octavio. **O colapso do populismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

LEENHARDT, Jacques. Existência e objeto da “sociologia da literatura”, hoje. **Revista Sociologias**, Porto Alegre, ano 20, n. 48, p.36-46, maio-ago. 2018.

MICELI, Sérgio. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MIGUEL-PEREIRA, Lúcia. **Escritos da maturidade**: seleta de textos publicados em

periódicos. Rio de Janeiro: Graphia, 1994.

NABUCO, Joaquim. **O Abolicionismo**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2003.
SCHWARTZMAN, Simon. **Bases do Autoritarismo Brasileiro**. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

SCHWARZ, Roberto. **Ao vencedor as batatas**. São Paulo: Editora 34, 2000.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da literatura brasileira**. 4 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.

VIANNA, Luiz Werneck. Weber e a Interpretação do Brasil. **Novos Estudos Cebrap**, n. 53, p.33-47, 1999.

WEFFORT, Francisco C. **O Populismo na Política Brasileira**. 5 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

Recebido em 05/04/2019.

Aprovado em 25/08/2020.

Ensaaios

MITO E IDEOLOGIA: DINÂMICAS SIMBÓLICAS DA REALIDADE SOCIAL

*Gabriel Papa Ribeiro ESTEVES**

RESUMO: Este ensaio busca refletir sobre a dinâmica paradoxal entre ideologia, mito e *doxa* em uma sociedade permeada por meios de comunicação de massa. Pondera-se que a reflexão sobre a realidade social nos leva a considerar a multiplicidade de relações e processos pelos quais o corpo de conhecimento estabelecido pelos indivíduos se firma como realidade em contextos sociais específicos, orientando suas práticas cotidianas que se definem como cultura social. Para essa análise, foram buscadas ferramentas interpretativas funcionais nas abordagens das Ciências Sociais pela Teoria Crítica, Estruturalismo e Pós-estruturalismo, na medida em que remetem ao uso de um abstrato e, muitas vezes complexo, sistema teórico para descrever, explicar e analisar o mundo social, revelando o que permanece escondido do senso comum, orientado por representações sociais compartilhadas coletivamente.

PALAVRAS-CHAVE: Mito. Ideologia. Paradoxo da *doxa*. Poder. Mídia.

Considerações iniciais

A proposta deste ensaio é tecer considerações sociológicas acerca de ações, atividades ou situações sociais que envolvem os indivíduos e suas práticas e das forças sociais que afetam suas vidas. As práticas sociais condicionam a alocação dos indivíduos na sociedade, tendo como resultado um ser social que toma consciência, criticamente ou não, sobre sua própria realidade.

Na relação entre os seres sociais há uma significação compartilhada: a realidade social influencia o indivíduo, que a reproduz impondo sua subjetividade. A interação humana se dá pelos fundamentos simbólicos. Desse modo, por mais que o indivíduo reproduza a dinâmica social, quando age, gera práticas, fazendo com que a sociedade

* UNESP – Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Araraquara – SP – Brasil. 14800-901 - gabriel-papa@hotmail.com. <https://orcid.org/0000-0002-4792-4273>.

esteja continuamente em transformação – a realidade social modifica o indivíduo e é modificada por ele.

Nesse processo, é necessário enfrentamento crítico e ação prática efetiva, como a própria disseminação de um conhecimento sociológico sobre as lógicas de como a sociedade funciona.

Em tempos de tecnologias digitais de longo alcance espacial e temporal, é importante problematizar quais os papéis e funções das grandes instituições midiáticas na dinâmica das relações sociais.

As grandes instituições midiáticas

Por se configurarem como meios de comunicação de massa, transmitindo informações para milhões de pessoas na sociedade, as grandes instituições midiáticas são portadoras de historicidade e identificam-se com grupos que detêm seu domínio, uma vez que utilizam a tecnologia midiática para a manutenção de seus interesses comerciais como catalisadores da disseminação de ideologia (ADORNO; HORKHEIMER, 2006), ou seja, de “um sistema de ideias que pode ser discutido enquanto tal e também como forma de apreensão, de denegação ou, principalmente de construção da realidade e do mundo” (CATANI *et al.*, 2017, p.230).

De acordo com Marshall McLuhan (1971), o próprio meio é a mensagem e o veículo em si, sua historicidade permite a compreensão do conteúdo. Tratamos a grande mídia como instituição social, pois além de informar, coloca-nos em contato com outras pessoas e nos permite aprender coisas que estão presentes em nossa relação com o mundo, funcionando como agente de socialização dos indivíduos.

Isso implica em analisar a esfera pública através de grandes meios de comunicação como a imprensa de maior circulação nacional que ditam tendências e pautas – como *Folha de S.Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e *O Globo*¹ – veículos de jornalismo profissional cujas temáticas abordadas influenciam toda a discussão social e é replicada e debatida na televisão e na internet (ESTEVES, 2017).

As instituições implicam, além disso, a historicidade e o controle. As tipificações recíprocas das ações são construídas no curso de uma história compartilhada. Não podem ser criadas instantaneamente. As instituições têm sempre uma história, da qual são produtos. É impossível compreender adequadamente uma instituição sem

¹ Conforme informações de Bárbara Sacchitiello (2020) e de Rodrigo Hirose (2020).

entender o processo histórico em que foi produzida. As instituições, também, pelo simples fato de existirem, controlam a conduta humana estabelecendo padrões previamente definidos de conduta, que a canalizam em uma direção por oposição às muitas outras direções que seriam teoricamente possíveis. (BERGER; LUCMANN, 2014, p.77).

O problema é que, na modernidade, essas instituições empresariais têm transformado as discussões de interesses públicos em discussões que beneficiam interesses privados (HABERMAS, 1984) e, à medida que a verdade dá lugar à credibilidade, banaliza-se o conhecimento, justificando-se pela sua própria circulação e oferecendo uma visão parcial da realidade que se apresenta como verdadeira (SODRÉ, 1990).

O controle dos meios de comunicação de massa está relacionado diretamente às estruturas de poder presentes na sociedade, tornando-os instrumentos fomentadores de privilégios de alguns grupos (BOURDIEU, 1997). Isso porque, toda instituição jornalística midiática é veículo de luta por poder e por hegemonia ideológica na difusão da concepção de mundo de seus proprietários, acionistas e sustentadores. A construção da hegemonia de dominação desses grupos regula o surgimento dessa condição ideológica (NOGUEIRA, 2013).

Os indivíduos buscam informações em diversas fontes, porém essa diversidade não está presente nos conteúdos, mas apenas nas formas, eis que a lógica oligopolista do capital também se encontra nesse setor em que os mesmos grupos midiáticos, predominantemente, detêm diversos modos de divulgação de conteúdo como rádio, imprensa, canais de televisão e sites (NOGUEIRA, 2013). Logo, a opinião pública relaciona-se com as articulações midiáticas dos meios de comunicação de massa, uma vez que sintetizam várias representações históricas, culturais e sociais, por meio de uma narrativa contínua e com grande amplitude social, cuja consequência é uma tendência à fabricação do consenso. E, ao contrário do propagado pelo discurso midiático, esse consenso não equivale a conhecimento (CHOMSKY, 2013).

Todo discurso é um indicador de uma prática efetiva e dos meios de conhecê-la, pois não há práticas sem representações que as fundamentem, isto é, que não se relacionem com o contexto de produção dos discursos, conforme delineiam contornos da realidade enquadrando os valores dos grupos dominantes como valores universais e ofuscando consciências na potencialização da alienação dos indivíduos de sua conjuntura sociocultural. O discurso midiático viabiliza práticas sociais contraditórias por parte dos grupos dominados, cujas convicções encontram respaldo na sociedade,

nas ideias dominantes no âmbito cultural e no simulacro² da realidade que lhes é apresentada objetivamente. A própria realidade é construída socialmente em uma relação de objetividade e subjetividade, em que instituições e indivíduos interagem de maneira criativa e relacional: a realidade não existe fora da percepção (BERGER; LUCKMANN, 2014) e a grande mídia exerce um papel ambivalente (ESTEVES, 2017).

Mas sua ambivalência também cresce: muitas vezes sem querer informa e politiza, ajuda a impulsionar posturas críticas e a ‘destradiconalizar’; em outros momentos, pode referendar unilateralmente o status quo e questionar a contestação. Relativiza, enfraquece vínculos coletivos, hipostasia as imagens, rebaixa e submete o debate público e suas regras técnicas [...] (NOGUEIRA, 2013, p.189).

Transgressão ao consenso

A insurgência aos consensos tácitos se dá por meio de rupturas (HONNETH; FRAZER, 2003). Contudo, as notícias levam informações prontas e acabadas ao indivíduo sem, necessariamente, uma proposta de reflexão, estimulando-o a concordar com a realidade social na perspectiva que lhe é apresentada ou com o recorte que é feito, afinal o que é a realidade senão aquilo que conhecemos como tal? Parte desse conhecimento é adquirido por meio das notícias midiáticas, que chegam ao centro da esfera pública enquadradas como realidade objetiva.

Notícias não são meras traduções mecânicas de fatos ou dados da realidade, não são ‘informações’, mas elaborações que interessam aos cidadãos e modificam opiniões, ideias e posicionamentos. São construções intelectuais feitas mediante seleções, ideologias e valorações, que carregam consigo, portanto, uma interpretação prévia e uma intenção. Notícias também costumam ser seletivas em termos daquilo que é destacado ou daquilo que é omitido. O jornalismo, nessa medida, pode manipular omitindo fatos, dando ênfases seletivas ou fazendo com que certos detalhes se tornem fatos simplesmente por serem destacados (NOGUEIRA, 2013, p.196).

A esfera pública é o lugar onde as práticas sociais reproduzem as representações simbólicas coletivas da sociedade em um processo que fomenta uma ordenação moral, dificultando a tomada de consciência das pessoas de sua própria condição na sociedade,

² Segundo Jean Baudrillard (1991), simulacros seriam representações sobre um fato que podem não significar o realmente ocorrido.

das contradições implícitas na relação de seus discursos proferidos e de suas condições sociais. E é justamente este enquadramento intencional – principalmente num contexto em que as mídias estimulam informação demais e aprofundamento de menos, colocando-nos na condição de subinformação crônica – que influencia fortemente as pautas sociais que ganham espaço nas notícias jornalísticas, inclusive aquelas pautas difundidas nas redes sociais e as formas pelas quais são discutidas, não sendo possível estabelecermos uma visão holística de nossas disposições e práticas sociais (NORA, 1995).

Assim, toda percepção fragmentada e superficial da realidade social tende a ser conservadora e justificadora do status quo, dada a “ocultação sistemática de todos os conflitos sociais fundamentais que perpassam uma sociedade tão desigual em nome da tradição” (SOUZA, 2015, p.90), e a lógica da dominação é expressa por meio de intelectuais, jornalistas e especialistas orgânicos que figuram como protagonistas das instituições midiáticas, produzindo conhecimentos transformados, constantemente, na interpretação dominante (SOUZA, 2015).

Este processo social que Jessé Souza (2015) aponta, recorrente nas sociedades capitalistas da modernidade contemporânea, constitui um círculo vicioso, pois na ausência de um estímulo ao pensamento crítico, grande parte da sociedade – grupos dominantes e dominados, explorados e exploradores, vencedores e vencidos – reproduz a dominação, as crenças e as injustiças que dela emanam, dando início à opressão cultural, naturalizando desigualdades e violências físicas e não físicas, às quais são simetricamente reproduzidas na esfera pública, onde o indivíduo é a referência para a realização da sociabilidade (OLIVEIRA, 1999, p.55).

Nesse dado contexto, a cultura das sociedades contemporâneas normatiza a lógica dos conflitos sociais, fazendo com que os indivíduos a internalizem espontaneamente, porque preparados pelo cotidiano e tradição, em que a aceleração do tempo e a extensão do trabalho em toda a sua vida, desestimulam-no da reflexão e da insurgência em face da situação vivida. Os indivíduos, pelo menos a grande maioria deles, estão submetidos à lógica da exploração do trabalho e, portanto, o seu tempo é plenamente ocupado com a obrigação de garantia de condições de subsistência (HUWS, 2015). “A força da mídia é um dado sistêmico nas circunstâncias atuais e os atores políticos que queiram projetar o futuro precisam conviver com isso” (NOGUEIRA, 2013, p.201).

As crenças são os fundamentos da ordem social, uma vez que formam um sistema simbólico estruturante, fornecendo diretrizes morais, políticas e econômicas aos indivíduos e criando um conjunto de representações, ou seja, a base da construção de significados, que são forjados no seio da cultura pelas relações sociais intersubjetivas e

institucionais, e ancorados no exercício da violência simbólica³, imaterialmente exercida, causando danos morais e psicológicos. A fabricação contínua de crenças está sustentada em imposições que influenciam os indivíduos a se colocarem em posições sociais segundo os discursos dominantes legitimamente reconhecidos, reproduzindo simbolicamente o poder das classes dominantes (poder simbólico). As classes sociais constituem o conjunto de agentes situados em posições próximas no espaço social, distinguindo-se de outras classes situadas em posições diferentes (CATANI *et al.*, 2017).

Dizendo poder, não quero significar o ‘poder’, como um conjunto de instituições e aparelhos que garantem a sujeição dos cidadãos num determinado estado. Também não entendo poder como modo de sujeição que, por oposição à violência, tenha forma de regra. Enfim, não entendo o poder como um sistema geral de dominação exercida por um elemento ou grupo sobre outro e cujos efeitos, por derivações sucessivas, atravessem o corpo social inteiro. A análise em termos de poder não deve postular como dados iniciais a soberania do Estado, a forma de lei ou a unidade global de dominação; estas são apenas, e antes de mais nada, suas formas terminais. Parece-me que se deve compreender o poder, primeiro, como a multiplicidade de correlações de forças imanentes ao domínio onde se exercem e constitutivas de sua organização; o jogo que, através de lutas e afrontamentos incessantes as transforma, reforça, inverte; os apoios que tais correlações de força encontram umas nas outras, formando cadeias ou sistemas ou ao contrário, as defasagens e contradições que as isolam entre si; enfim, as estratégias em que se originam e cujo esboço geral ou cristalização institucional toma corpo nos aparelhos estatais, na formulação da lei, nas hegemonias sociais (FOUCAULT, 1988, p.88).

Illusios e doxas

As *illusios* – crenças produzidas através da violência simbólica exercida contínua e ininterruptamente – transformam-se em fé prática, em opinião convicta estabelecida como verdade (*doxa*), porque disseminadas no cotidiano pelos dispositivos

³ Violência simbólica é um conceito relacionado a uma forma de violência exercida imaterialmente e que causa danos morais e/ou psicológicos. Sustenta-se no reconhecimento de imposições e na elaboração de crenças que influenciam os indivíduos a alocarem-se socialmente de acordo com os discursos dominantes legitimamente reconhecidos (BOURDIEU, 2017).

de poder dos grupos dominantes como as instituições midiáticas oligopólicas, por exemplo (AGAMBEN, 2014).

[...] a noção de *illusio* reflete uma cumplicidade e um ajustamento entre as estruturas mentais dos sujeitos (seu *habitus* ou suas disposições) e as estruturas objetivas (os próprios campos, suas regularidades, os alvos em jogo, as disputas) manifestados numa tendência a ação, ao investimento, que nasce desse acordo. (CATANI *et al.*, 2017, p. 231).

As *doxas* se tornam paradoxais na medida em que reproduzem e enraízam a dominação no senso comum, irradiando para as subjetividades individuais através das relações sociais que criam compartilhamentos de representações.

Os dominados aplicam categorias construídas do ponto de vista dos dominantes às relações de dominação, fazendo-as assim serem vistas como naturais. O que pode levar a uma espécie de autodepreciação ou até de autodesprezo sistemáticos [...] A violência simbólica se institui por intermédio da adesão que o dominado não pode deixar de conceder ao dominante (e, portanto, à dominação) quando ele não dispõe, para pensa-la e para se pensar, ou melhor, para pensar sua relação com ele, de mais que instrumentos de conhecimento que ambos têm em comum e que, não sendo mais que a forma incorporada da relação de dominação, fazem esta relação ser vista como natural; ou, em outros termos, quando os esquemas que ele põe em ação para se ver e se avaliar, ou para ver e avaliar os dominantes (elevado/baixo, masculino/feminino, branco/negro etc.), resultam da incorporação de classificações, assim naturalizadas, das quais seu ser social é produto. (BOURDIEU, 2017, p.56).

A subjetividade é a capacidade humana de expressar intelectualmente sua existência individual por meio das trocas de experiências em grupo. É como o indivíduo instala sua originalidade e criatividade ao que é dito, feito e pensado nas relações com o mundo social. A subjetividade é, portanto, constituída a partir do *habitus*, ou seja, da trajetória individual no espaço social, concernente aos grupos e instituições com os quais se relaciona. Torna-se presente espontaneamente. Torna-se corpo, naturalizado como disposição para práticas e esquecido de sua própria gênese – elemento que confere às práticas sua relativa autonomia em relação a determinações externas do presente imediato – é o princípio não escolhido de todas as escolhas (BOURDIEU, 2013).

A *doxa*, por sua vez, é uma forma de expressão da subjetividade e, quando paradoxal com a condição de dominado do indivíduo, permite a reprodução da ideologia dominante, pois, nesse caso, o indivíduo se expressa pela sua ignorância, nutrido por

sua convicção ideológica desenvolvida como subjetividade e expressada em suas práticas sociais (SOUZA, 2003).

[...] paradoxo da *doxa*: o fato de que a ordem do mundo tal como está, com seus sentidos únicos e seus sentidos proibidos, em sentido próprio ou figurado, suas obrigações e suas sanções, seja, grosso modo, respeitada; que não haja um maior número de transgressões ou subversões, delitos e ‘loucuras’ [...] ou, o que é ainda mais surpreendente, que a ordem estabelecida, com suas relações de dominação, seus direitos e suas imunidades, seus privilégios e suas injustiças, salvo uns poucos acidentes históricos, perpetue-se depois de tudo tão facilmente, e que condições de existência das mais intoleráveis possam permanentemente ser vistas como aceitáveis ou até mesmo como naturais. [...] submissão paradoxal, resultante daquilo que eu chamo de violência simbólica, violência suave, insensível, invisível a suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou, em última instância, do sentimento. [...] oferece também uma ocasião única de aprender a lógica da dominação, exercida em nome de um princípio simbólico conhecido e reconhecido tanto pelo dominante quanto pelo dominado, de uma língua (ou uma maneira de falar), de um estilo de vida (ou uma maneira de pensar, de falar ou de agir) [...] (BOURDIEU, 2017 p.11-12).

Na conjuntura apresentada aqui, encontra-se um campo fértil para o assujeitamento, para a submissão dos indivíduos, em razão da proliferação de uma ideologia vantajosa para os grupos de maior poder na sociedade – um conjunto de ideias que é produto e produtor da realidade social (SCHWARZ, 2000). Trata-se, assim, de uma construção cultural de disposições, práticas sociais e discursos, em que as condições sociais, históricas e econômicas que delimitaram sua elaboração não são reconhecidas pelos indivíduos. Dissimula-se a dominação de alguns grupos sobre os outros, já que as ideias dominantes, em uma sociedade, tendem a serem as ideias das classes dominantes, às quais controlam os meios de produção necessários à sociedade para sua reprodução – tal como as instituições de comunicação de massa –, falseando a realidade através de representações omissas, formadoras de um conhecimento ilusório que mascara conflitos (MARX; ENGELS 1979). Em outras palavras, a ilusão social se dá como resultado da dominação de classe e da produção da ignorância (os meios de comunicação de massa são catalisadores desse processo). “Seja como for, é inegável que a presença de oligopólios midiáticos bloqueia a diversidade de opinião e facilita o processo de ideologização [...]” (NOGUEIRA, 2013, p.198).

Em vista disso, as subjetividades que se expressam como crenças tidas como verdades e convertidas em convicção a legitimar práticas sociais, são incoerentes quando analisadas sociologicamente, em virtude da ignorância de sua real implicação contraditória de dominação.

Essas crenças ilusórias alienam os dominados de sua consciência de si em relação à sociedade, possibilitando a reprodução da hegemonia dos grupos dominantes e a concretização da dominação: os dominados reproduzem práticas sociais características de dominados, pois agem de acordo com os interesses dominantes pensando, contudo, estarem agindo por seus próprios interesses.

A fragmentação da sociedade contemporânea e o individualismo

A sociedade contemporânea se tornou fragmentada, ao passo que o discurso de que a fragmentação é normal, fortaleceu-se nos meios de comunicação e com a atomização dos indivíduos e dos grupos que compõem a sociedade. Dessa forma, gera-se uma coletividade seletiva, em que a colaboração social é substituída pelas disputas por hierarquias sociais, ofuscando a percepção, pelos indivíduos, da essência holística da sociedade. O individualismo é, por excelência, uma ideologia do mundo moderno, e essa ideologia é produzida socialmente em relações de poder caracterizadas pelo conjunto de ideias e valores de uma sociedade em que o **eu** é representado culturalmente como superior em importância ao **nós**. Esse contexto impossibilita a construção da consciência de que o indivíduo só existe no grupo, legitimando-se o egoísmo como prática social no senso comum (DUMONT, 1977).

Por conseguinte, essa ideologia expressa valores e vem carregada de ideias sobre a sociedade, a realidade e as relações sociais e, ainda, forma o terreno sobre o qual os homens tomam consciência de si e tem por função conservar a lógica da dinâmica social (GRAMSCI, 1989), orientando os indivíduos para a conservação e estabilização da ordem social de maneira estrita (MANHEIM, 1976) e estruturando símbolos para significar a realidade e naturalizar processos históricos pela generalização do particular.

De qualquer ponto de vista, quando o específico é tratado como geral, há um falseamento da realidade, em que o mundo invertido é, na realidade, apenas um momento do falso (DEBORD, 1997). É assim que a dominação se constitui na dinâmica social: o sujeito se torna a dimensão política da cultura e sua identidade se constrói pela coerção cultural, impelindo-o a uma busca por um pertencimento discursivo constituído pelas subjetividades e clivagens coletivas que se formam na esfera pública, na qual o individualismo egocêntrico impera (APPADURAI, 2004).

Nesse contexto, a subjetividade moderna individualista é disseminada e incorporada como valor e, desse modo, a sociedade se forma em um discurso pautado no consenso que prevalece na disputa intersubjetiva dos sujeitos, por meio do exercício de poder dos dispositivos da tradição dominante. O problema é que a percepção de uma realidade, em que existem grupos privilegiados no exercício do poder, de forma consensual, marginaliza qualquer dissenso que atente contra esses próprios privilégios (HALL, 2003). E as possibilidades de superação das injustiças presentes se esfacelam pela repressão aos grupos que questionam esta representação da realidade social (MOUFFE, 1996).

A perspectiva social dos conflitos

O cotidiano de conflitos é composto de ambivalências surgidas do questionamento do consenso a partir das margens em uma disputa pela produção do próprio conhecimento sobre a realidade, algo que se potencializa com o alvorecer das redes sociais digitais ampliadoras das redes de sociabilidade e de produção de discursos e perspectivas sobre a conjuntura da dinâmica social (BHABHA, 1998), cujas pautas, porém, ainda estão fortemente influenciadas pelos direcionamentos dos meios de comunicação de massa.

Essa conjuntura pode ser pensada por homologia⁴, como uma continuidade do processo civilizador da cultura moderna, já que esses aspectos passaram por um longo processo de desenvolvimento para tomar a forma que conhecemos e que os grupos dominantes, os grupos de poder, as elites, historicamente e tradicionalmente constituídas, criaram e recriaram como normas para conter impulsos ou ações, permitindo que a sociabilidade ocorra dentro de códigos simbólicos comuns a todos, sendo por meio deles que o indivíduo aprende a lidar com os integrantes de seu grupo e com os grupos diferentes do seu.

Há, portanto, uma lógica representada pelos interesses dos grupos dominantes, que são convertidos nos interesses coletivos de toda a sociedade, por meio da concretização desses discursos como ideologia, na qual o corpo social reproduz essa dinâmica como seu próprio projeto de sociedade (ELIAS, 1994).

O discurso, nesse viés, é formulado em uma ordem determinada por aqueles que ocupam posições sociais privilegiadas de poder, utilizando-se de uma rede discursiva

⁴ Linguagem concordante; acordo; adesão; semelhança; construções equivalentes; qualidade de homólogo: que tem as mesmas características de outro; correspondente (BORBA, 2004).

para sua consolidação. As instituições sociais e políticas sustentam e legitimam o poder, definindo todo o conjunto de signos que devem acompanhar as práticas sociais e a verdade que se quer como verdadeira e como mecanismo de dominação e institucionalização dos saberes. Os dispositivos de poder, espalhados por toda sociedade, dentre os quais as instituições midiáticas são notáveis exemplos, ressignificam constantemente a realidade a partir da produção de significados em representações coletivas que orientam e fundamentam as representações individuais em prol dos grupos dominantes – eles próprios, donos das instituições midiáticas (FOUCAULT, 1996). Estes, têm de oferecer uma percepção razoável da realidade, inculcando as convicções certas, de forma a configurar suas representações como realidade (CHOMSKY, 2013).

Para o seu intuito, a grande mídia alicerça seus discursos em análises de especialistas, constituídos, na maioria das vezes, por intelectuais orgânicos – cuja retórica legitima o status-quo – que dizem como as coisas deveriam ser na sociedade, disseminando a ideia de que seria absurdo se fosse diferente e atribuindo importância às instituições e às preferências individuais, condicionadas por uma cultura de preferências fixas, de forma a simplificar a realidade.

É necessário, também, falsificar completamente a história. Essa é outra maneira de superar as tais restrições doentias: passar a impressão de que quando atacamos e destruímos alguém, na verdade estamos nos protegendo e nos defendendo de agressores e monstros perigosos, e assim por diante. (CHOMSKY, 2013, p.36).

Dessa forma, qualquer ameaça ao status quo é uma ameaça à coesão social, e a tentativa de romper com a dominação é construída socialmente como um ataque a toda sociedade, fazendo com que grande parte dos grupos dominados defenda espontaneamente os grupos dominantes, lute contra as insurgências e almeje a manutenção da ordem como um projeto que interessa a todos.

Contudo, a manutenção da ordem estabelecida interessa àqueles poucos constituintes da classe dominante que “[...] podem impor ao conjunto da sociedade seus princípios de visão de mundo, sua problemática, seu ponto de vista” (BOURDIEU, 1997, p.66). Os dominantes estabelecem sua hegemonia à medida que fazem seu projeto de sociedade ser aceito pelos dominados. Utilizam a persuasão de ideias dispersas por aparelhos como a grande mídia, permeando o senso comum com sua perspectiva como sendo a única possível, naturalizando o histórico de dominação social.

A supremacia de um grupo social se manifesta de dois modos, como ‘domínio’ e como ‘direção intelectual e moral’. Um grupo social domina os grupos adversários, que visa a ‘liquidar’ ou a submeter inclusive com a força armada, e dirige os grupos afins e aliados. Um grupo social pode e, aliás, deve ser dirigente já antes de conquistar o poder governamental (esta é uma das condições principais da conquista do poder); depois, quando exerce o poder e mesmo se o mantém fortemente nas mãos, torna-se dominante, mas deve continuar a ser também ‘dirigente’. [...] Pode e deve haver uma atividade hegemônica mesmo antes da ida ao poder e não se deve contar apenas com a força material que o poder confere para exercer uma direção eficaz. (GRAMSCI, 2001, Cad. 19 (1934-1935, p.62-63).

A construção de um perigo comum a todos potencializa uma coesão social confortável às classes dominantes, colocando os conflitos sociais em segundo plano. Como exemplo pode-se citar o projeto da ditadura civil-militar brasileira, que consolidou essa concepção nas muitas representações do regime com a justificativa de se impedir que os inimigos da sociedade e seus valores fossem destruídos por seus ideais. Contudo, a imagem desses **inimigos** é moldada de acordo com a perspectiva dos dominantes e, justamente por serem questionadores da dominação, são enquadrados como inimigos da sociedade e, assim, são tomados pelos dominados como seus próprios inimigos.

Essa manipulação permite a construção de um senso de legitimidade de golpes sempre que a ameaça de mudança do status quo, cuja manutenção interessa aos dominantes, torna-se expressiva institucionalmente e/ou socialmente. Assim foi produzido o golpe de 1964 no Brasil e a ditadura consequente. Assim se produz ondas cíclicas de autoritarismos e políticas públicas de austeridade no mundo todo, bem como os subseqüentes retrocessos de direitos civis, sociais e políticos, sob o argumento de se preservar os interesses gerais da sociedade, quando o que se preserva, verdadeiramente, é a concentração do capital, a exploração do trabalho, a concentração da propriedade privada dos meios de produção dos bens sociais e simbólicos e os interesses das elites dominantes e especuladoras, no cenário regional e mundial.

Considerações finais: a lógica do capitalismo moderno globalizado

Os interesses do mercado de capitais mundial e dos que lucram com ele são difundidos como próprios da sociedade. Convertem-se direitos sociais como educação, saúde e segurança em mercadorias, cujo acesso é facilitado apenas a quem detém

recursos para pagar por eles; quem não os detém, é impelido a participar da lógica da exploração do trabalho para, quiçá, alcançar uma oportunidade de consegui-los. Em suma, desenvolve-se a lógica da meritocracia como alternativa possível de rompimento da precarização da vida, o que se torna a própria força motriz da manutenção da ordem.

Os dominantes recusam uma consciência sobre a história (DEBORD, 1997), já que isso os coloca como exploradores e causadores de injustiças. Por essa razão, produzem representações que se consolidam na disseminação dos dispositivos de poder, como os meios de comunicação de massa, que reproduzem ideologias que resinificam a realidade, em prol dos dominantes, gerando uma cumplicidade de todo o grupo. Esta condição de desconhecimento coletivo se torna possível dado que, na mentira do grupo para com ele mesmo, não há enganadores nem enganados (BOURDIEU, 2008), o que se tem é uma ideologia que oculta da sociedade sua real condição.

O capitalismo é mantido mediante a construção discursiva de legitimidades capazes de oferecer perspectivas sedutoras e estimulantes para as pessoas.

A qualidade do compromisso que se pode esperar depende, antes, dos argumentos alegáveis para valorizar não só os benefícios que a participação nos processos capitalistas pode propiciar individualmente, como também as vantagens coletivas, definidas em termos de bem comum, com que ela contribui para todos. Chamamos de espírito do capitalismo a ideologia que justifica o engajamento no capitalismo (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p.39).

A justificação do capitalismo, portanto, supõe referência a constructos de outra ordem, da qual derivam exigências completamente diferentes daquelas impostas pela busca do lucro. O sistema é mantido na obtenção de recursos fora de si mesmo, nas crenças que têm poder de persuasão, nas ideologias. Quando é confrontado pela crítica, o capitalismo mobiliza um **desde sempre**, cuja legitimidade é garantida sob uma nova formulação, associada à exigência de acumulação de capital.

O capitalismo moderno globalizado inventou a promessa de desenvolvimento perpétuo e inclusão social permanente como um projeto de civilização, cuja realidade social mascara a manutenção de elites cada vez mais restritas e monopolizadoras dos dispositivos de poder. O enfrentamento dos conflitos insolúveis, surgidos das contradições expostas, ocorre por intermédio de uma fuga para frente. Enquanto o globo encolhe e os horizontes se reduzem ao presente, o capital se reproduz em direção à barbárie, que não se concretiza em razão de um estado de exceção latente contra qualquer ameaça à ordem estabelecida – ditada como normalidade da sociedade nos discursos e práticas sociais de sujeitos e instituições.

A complementação desse processo acontece com a atomização dos indivíduos e grupos que compõem a sociedade. Quando tomam para si a representação naturalizada dessa realidade, fazem-no inconscientes de que o projeto de crescimento infinito do capital se depara com a finitude do sistema de recursos. As mídias de massa contribuem fortemente na produção dessas ilusões, dissimulando a real condição da existência da sociedade enquanto espécie humana, com o intuito de preservar privilégios de poucos. Os custos da manutenção desses privilégios residem nos riscos assumidos por nossa sociedade para com sua existência, relegando à marginalidade o enfrentamento de que o problema é de todos. Nesse sentido, defender apenas os próprios interesses desconsiderando o todo é condenar a si mesmo e a própria humanidade (ARANTES, 2014).

A fabulação da realidade é realizada por procedimentos e representações afiançados em uma relação de experiência entre o eu, o outro e o coletivo (público), delineando uma adesão comunitária de convicção em um sistema de interpretação estruturado para naturalizar a realidade social e suas contradições imanentes. À medida que a ideologia dominante opera como verdadeiro mito moderno ocorre a naturalização, sustentando a eficácia simbólica que as *doxas* paradoxais provocam nos sujeitos, ressignificando suas práticas sociais e ordenando sua condição social como legítima. Assim, impede-se que os sujeitos percebam as contradições inerentes às suas práticas, ao mesmo tempo em que se harmoniza a realidade pela produção de sistemas simbólicos coerentemente estruturados na tradição, sintetizando particularidades no coletivo e atribuindo lógica à ação paradoxal, que adquire sentido por meio das significações coletivas estruturadas ideologicamente na conexão de categorias e narrativas. Ou seja, em maior ou menor grau, os indivíduos não escapam desses efeitos ideológicos, e seu grupo tradicionaliza, persuasivamente, os fundamentos das *doxas* paradoxais, cuja satisfação da verdade se faz pela coerência mental. Essa suposta coerência tem o significado de ideologia e a satisfação da verdade, de eficácia do reconhecimento dos sentidos compartilhados como realidade em um universo simbólico estabelecido na estrutura social (LÉVI-STRAUSS, 2008). Dessa forma, incorporam-se estratégias que se impõe aos sujeitos através da violência simbólica, cujos símbolos significam a realidade, nos termos da estrutura social.

Os mitos guardam estruturas comuns que revelam leis universais, posto que estão presentes em todas as formas de organização de vida social, e o pensamento mítico trabalha por analogias e aproximações de agrupamento de seres e coisas para inserir uma certa ordem no universo, não como um simples reflexo do real e do concreto, mas redundando, continuamente, em contradições, como um discurso que deve ser

entendido em seu próprio campo de significação, já que é organizado de maneira em que, ele próprio, constitui-se como contexto.

Os mitos são linguagens que servem “para dar a tradução socialmente autorizada, de fenômenos cuja natureza profunda ter-se-ia tornado igualmente impenetrável para o grupo” (LÉVI-STRAUSS, 2008, p.200). Para fundamentarem as culturas, instituem lógica aos simbolismos, aos ritos, aos costumes, às crenças, à religião, mesmo que ilusoriamente. “[...] enquanto o mito fracassa em dar ao homem mais poder material sobre o meio. Apesar de tudo, dá ao homem a ilusão, extremamente importante, de que ele pode entender o universo e de que ele **entende**, de facto, o universo”. (LÉVI-STRAUSS, 2007, p.29)

O mito não precisa ser necessariamente real, posto que apenas dá sentido à estrutura cultural e é sempre compartilhado por uma crença coletiva, na qual dados (mesmo os contraditórios) se integram. Acontecendo ou não de fato, forja valores sociais e morais, além de designar um sentido à vida, forçando aqueles que estão submetidos aos seus simbolismos e signos a se enquadrarem em seu legado para atingirem um determinado fim – fabricado pelo próprio mito como algo a ser atingido.

O desenvolvimento do sistema capitalista tem se realizado pela consolidação das ideologias dominantes como mitos modernos. Sem dominação não haveria capitalismo, nem exploradores, nem explorados, e a percepção dessa realidade é ressignificada de forma a se contradizer, levando os indivíduos a sustentarem o sistema sem notarem sua conjuntura, pois estão imbuídos da concepção de que não podem viver sem ele, por mais perverso que possa parecer, uma vez que: “A marca do mundo moderno é a imaginação dos seus beneficiários e a contra-afirmação dos oprimidos. A exploração e a recusa em aceitar a exploração como inevitável ou justa constituem a perene antinomia da era moderna, unidas numa dialética [...]” (WALLERSTEIN, 1974, p.346.).

A luta em torno das significações da realidade social é o motor da lógica do espaço social configurada em uma temporalidade dútil, tomando contorno através das rupturas e continuidades históricas ocorrentes na dominação social e em seu processo de reprodução, que é sempre conflituoso devido à perspectiva de emancipação de alguns sujeitos e grupos que estabelecem uma disputa material e imaterial de poder, mas que encontra barreiras provenientes do poder simbólico exercido pelos grupos dominantes (DOSSE, 1994, p.94). O rompimento dessa dinâmica começa com questionar e denunciar a *doxa* ideológica dominante por intermédio da construção de uma hegemonia de rompimento com as contradições sociais, às quais são estabelecidas na delimitação dos paradoxos e na elaboração de perspectivas críticas, denúncias e discussões dessa condição. Para tanto, cabe ao campo intelectual e científico levantar e analisar dados

para que se possa produzir e disseminar conhecimentos que permitam um maior esclarecimento da sociedade sobre ela mesma, de forma a transmitir este processo crítico e dialético às gerações futuras.

MYTH AND IDEOLOGY: SYMBOLIC DYNAMICS OF SOCIAL REALITY

ABSTRACT: *This paper seeks to understand the paradoxical dynamics established between ideology, myth and doxa in a society permeated by mass media. Thus, we consider that reflecting on social reality leads us to consider the multiplicity of relationships and processes by which the body of knowledge established by individuals is established as reality for them in specific social contexts, guiding their daily practices which are established as social culture. Therefore, it is in the approaches of Social Sciences by Critical Theory, Structuralism and Poststructuralism that we can look for functional interpretative tools for this analysis, as they refer to the use of an abstract and, often complex, theoretical system to describe, explain and analyze the social world, revealing things which remain hidden from common sense, guided by collectively shared social representations.*

KEYWORDS: *Myth, Ideology. Doxa paradox. Power. Media.*

MITO E IDEOLOGIA: DINÁMICA SIMBÓLICA DE LA REALIDAD SOCIAL

RESUMEN: *Este ensayo busca reflexionar sobre la dinámica paradójica entre ideología, mito y doxa en una sociedad permeada por los medios de comunicación. Por lo tanto, consideramos que reflexionar sobre la realidad social nos lleva a considerar la multiplicidad de relaciones y procesos por los que el cuerpo de conocimientos establecido por los individuos se constituye como una realidad en contextos sociales específicos, orientando sus prácticas cotidianas que se definen como cultura social. Para este análisis, se buscaron herramientas interpretativas funcionales en los enfoques de las Ciencias Sociales de la Teoría Crítica, el Estructuralismo y el Postestructuralismo, en la medida en que se refieren al uso de un sistema teórico abstracto y a menudo complejo para describir, explicar y analizar el mundo social, revelando lo que permanece oculto al sentido común, guiado por representaciones sociales compartidas colectivamente.*

PALABRAS CLAVE: *Mito. Ideología. La paradoja de doxa. Poder. Medios de comunicación.*

REFERÊNCIAS

- ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. A indústria cultural: o esclarecimento como mistificação das massas. In: ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. **Dialética do Esclarecimento**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006. p.99-138.
- AGAMBEN, Giorgio. **O amigo & o que é um dispositivo?** Chapecó: Argos, 2014.
- APPADURAI, Arjun. **As dimensões culturais da globalização**. Lisboa: Teorema, 2004.
- ARANTES, Paulo. **O novo tempo do mundo**: e outros estudos sobre a era da emergência. São Paulo: Boitempo, 2014.
- BAUDRILLARD, Jean. **Simulacros e simulação**. Lisboa: Relógio D'Água, 1991.
- BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**: tratado de sociologia do conhecimento. Petrópolis: Vozes, 2014.
- BHABHA, Homi. **O local da cultura**. Belo Horizonte: EdUFMG, 1998.
- BOLTANSKI, L; CHIAPELLO, E. **O novo espírito do capitalismo**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.
- BORBA, Francisco S. (Org.). **Dicionário UNESP do Português Contemporâneo**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: BestBolso, 2017.
- BOURDIEU, Pierre. Esboço de uma teoria da prática. In: ORTIZ, Renato. (Org.). **A sociologia de Pierre Boudieu**. São Paulo: Olhos d'água, 2013.
- BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- CATANI, Afrânio Mendes *et al.* (orgs.). **Vocabulário Bourdieu**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.
- CHOMSKY, Noam. **Mídia: Propaganda política e manipulação**. São Paulo: Martins Fontes, 2013.
- DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo** – comentários sobre a sociedade do espetáculo, Rio de Janeiro: Contraponto. 1997.

DOSSE, François. **História do Estruturalismo – II: o canto do cisne**, de 1967 aos nossos dias. Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1994.

DUMONT, Louis. **Homo Aequalis**. Paris: Gallimard, 1977.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

ESTEVES, Gabriel Papa Ribeiro. **O paradoxo da realidade social: mídia, memória e ditadura no Brasil**. Curitiba-PR: Appris, 2017.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do discurso**. 3 ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

FOUCAULT, Michel. **A história da sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

GRAMSCI, Antonio. **A concepção dialética da história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**, vol. 5, edição de Carlos Nelson Coutinho com a colaboração de Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

HABERMANS, Jürgen. **Mudança estrutural da ESFERA PÚBLICA**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: EdUFMG, 2003.

HIROSE, Rodrigo. Folha e O Globo reivindicam título de maior jornal do Brasil. **Jornal Opção**. Publicado em 26 de janeiro de 2020. Disponível em: <https://www.jornalopcao.com.br/colunas-e-blogs/imprensa/folha-e-o-globo-reivindicam-titulo-de-maior-jornal-do-brasil-232520/>. Acesso em: 07 out. 2020.

HONNETH, Axel & FRAZER, Nancy. **Recognition or redistribution? A political-philosophical exchange**. London: Verso, 2003.

HUWS, Úrsula. A construção de um cibertariado? Trabalho virtual num mundo real. In: ANTUNES, Ricardo; BRAGA, Ruy (Orgs.). **Infoproletários: Degradação real do trabalho virtual**. São Paulo: Boitempo, 2015.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Antropologia Estrutural**. São Paulo: Cosac Naify, 2008.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Mito e significado**. Lisboa: EDIÇÕES 70, 2007.

MANHEIM, Karl. **Ideologia e utopia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã (I – Feuerbach)**. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

- McLUHAN, Marshall. **Os meios de comunicação como extensão do homem**. São Paulo: Cultrix, 1971.
- MOUFFE, Chantal. **O Regresso do Político**. Lisboa: Gradiva, 1996.
- NOGUEIRA, Marco Aurélio. **As ruas e a democracia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2013.
- NORA, Pierre. O retorno do fato. In: LE GOFF, Jacques & NORA, Pierre. **História: novos problemas**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.
- OLIVEIRA, Francisco de. Privatização do público, destituição da fala e anulação da política: o totalitarismo neoliberal. In: OLIVEIRA, Francisco de; PAOLI, Maria Célia (Org.). **Os sentidos da democracia: políticas do dissenso e a hegemonia global**. Petrópolis, Vozes, 1999.
- SACCHITIELLO, Bárbara. Circulação dos maiores jornais do País cresce em 2019. **Meio & Mensagem**. Publicado em 21 de janeiro de 2020. Disponível em: <https://www.meioemensagem.com.br/home/midia/2020/01/21/circulacao-dos-maiores-jornais-do-pais-cresce-em-2019.html>. Acesso em: 07 out. 2020.
- SCHWARZ, Roberto. **Ao vencedor as batatas**. 1 ed. São Paulo: Editora 34, 2000.
- SODRÉ, Muniz. **A máquina de Narciso**. São Paulo: Cortez, 1990.
- SOUZA, Jessé. (Não) Reconhecimento e subcidadania, ou o que é “ser gente”? **Lua Nova**, Nº 59, 2003.
- SOUZA, Jessé. **A tolice da inteligência brasileira: ou como o país se deixa manipular pela elite**. São Paulo: Leya, 2015.
- WALLERSTEIN, Immanuel. **O Sistema Mundial Moderno – I: A agricultura capitalista e as origens da economia-mundo europeia no século XVI**. Porto: Afrontamento, 1974.

Recebido em 03/08/2019.

Aprovado em 08/05/2020.

FLUXOS CULTURAIS E IDENTITÁRIOS: CONSUMO, POLÍTICA E HETEROTOPIA

*João Paulo Ocke de FREITAS**

*Eu sou a mosca que pousou em sua sopa
Eu sou a mosca que pintou pra lhe abusar
(Raul Seixas, em “Mosca na sopa”)*

RESUMO: Este ensaio analisa os rolezinhos e o funk ostentação como movimentos protagonizados por jovens nas cidades e delineados principalmente a partir de 2013. É relevante problematizar a relação entre comunicação, cidade, cultura, alteridade e tecnologias, isto é, questionar instituições, símbolos e eventos ou fenômenos sociais que estão fortemente imbricados no desafio de legitimar a ocupação real e simbólica de espaços e a interlocução de atores diversos na cena urbana. Os rolezinhos e o funk ostentação são fluxos culturais e identitários que refletem o poder de sedução do mundo do consumo sem aderir a um projeto político no sentido estrito, mas capazes de se abrir para a política. Os rolezinhos e o funk ostentação canalizam percepções que metamorfoseiam os sentidos dos cenários heterotópicos da metrópole, ao mesmo tempo em que fortalecem o seu atributo de tecido comunicacional.

PALAVRAS-CHAVE: Rolezinhos. Funk ostentação. Eventos pós-periféricos. Legitimidade simbólica. Heterotopia.

Introdução

Entre 2003 e 2016, o Brasil atravessou momentos conturbados, nos quais não se destacaram apenas as “jornadas de junho” de 2013. No terreno da alta política, por exemplo, houve a ascensão do PT ao poder e a Ação Penal nº 470 (“Mensalão”), no Supremo Tribunal Federal, instaurada em 2007 a partir de um inquérito de 2005 e cujo julgamento ocorreu em 2014. No ano de 2014 teve início a Operação Lava Jato e o ano de 2016 foi marcado pelo impeachment da presidente Dilma Rousseff.

* UFPE – Universidade Federal de Pernambuco. Campus Recife. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. Doutorando. Recife – PE, Brasil. 50670-901. jp.ockedefreitas@gmail.com.
<http://orcid.org/0000-0001-5172-1412>.

Diante disso, parece irrelevante analisar os rolezinhos e o funk ostentação. Ocorre que a matéria prima de todo esse contexto é feita de ingredientes diversos. Afinal, grandes e pequenos eventos podem ser reciprocamente esclarecedores.

Este artigo descortina uma reflexão acerca da relação entre a afirmação da identidade em meio ao desafio do reconhecimento de alteridades. A partir daí, busca-se compreender a articulação dinâmica entre os rolezinhos, o funk ostentação, a cidade, o mercado, as redes sociais e a ação política.

Interessa investigar a forma pela qual essas manifestações permitem iluminar a cidade como uma linguagem, em que podem ser reconhecidas diferenças de sotaque numa mesma base estruturante semântico-lexical, morfossintática ou de signos. Por fim, a conclusão encaminha uma discussão sobre as formas e os possíveis impactos reais e simbólicos da heterotopia contemporânea.

Identidade e alteridade num contexto pós-periférico

O Brasil se destacou, entre os anos 2003 e 2016, pela ascensão social e econômica de vasta parcela da população. Associada a isso, a difusão das redes sociais permitiu que os jovens protagonizassem um enredo urbano, conhecido como “rolezinho”. Na trilha sonora dessa trama cênica, o funk ostentação marcou o compasso.

Por conseguinte, adotar, como ponto de partida, os fluxos culturais e identitários implica reconhecer a metrópole como *locus* de exercício de alteridades e de afirmação dinâmica de pluralidades cultuadas, aptas a se tornarem objetos metamorfoseáveis que atraem irresistivelmente o olhar. Os rolezinhos e o funk ostentação podem ser vistos como expressões de fluxos culturais e identitários e, portanto, podem também ser encarados como desafios para a afirmação da alteridade em sociedades ou espaços marcadamente desiguais, hierarquizados ou estratificados.

Trata-se de uma realidade, enfim, que não dispensa a controvérsia a respeito da tensão que tais movimentos promovem:

Aí vem a reação da Casa Grande, e a mídia em geral [...], colocando travas e controle na mobilidade urbana e no direito de ir e vir da juventude popular. A juventude negra e periférica vira uma “classe ameaçadora”, que não é bem-vinda nos espaços de consumo da classe média branca. Ao estado de exceção e à violência contra os pobres se acrescenta uma polícia que reprime o funk e os rolezinhos. Essa incapacidade de entender as novas formas de sociabilidade e mobilidade dos jovens traz à cena o velho horror das classes populares e o

apartheid racial, social e cultural. A ascensão social expôs a crise das cidades, a privatização dos espaços públicos e o desinvestimento nos equipamentos de lazer. O esquema de segurança dos shoppings, revistando e controlando os pobres, é a ostentação do fracasso do Estado e da sociedade na partilha da cidade. (BENTES, 2014, p.8).

Complementarmente, Barbosa-Pereira (2016) e Faria e Kopper (2017) advertem para os riscos do ímpeto classificatório que menospreza a possibilidade de ressignificação política de termos que carregam a pretensão de decifrar cabalmente os movimentos sociais e culturais:

a crítica do fenômeno descurou da própria dinâmica de apropriação e reapropriação de objetos, coisas e ideias na origem de uma compreensão nuançada dos rolezinhos como resultados de feixes de poder e nódulos de emaranhados entre o real das celebrações e o virtual de suas organizações (FARIA; KOPPER, 2017, p.258).

O rolezinho como fluxo transbordante de tensões que aproximam e segregam

De fato, simplificadamente, um fluxo cultural tende a carregar um volume simbólico que nem sempre pacifica ou harmoniza – pelo contrário, pode rivalizar com expectativas consagradas ou tornar a fruição cultural ruidosa e conflituosa. Tais ruídos e conflitos inclinam-se para ocorrer num planto interior, com os indivíduos confrontando seus próprios valores e expectativas com novas possibilidades interpretativas ou novos horizontes intelectuais e comportamentais.

Com efeito, a afirmação de identidades só pode se dar a partir do reconhecimento da alteridade num espaço determinado, marcado por uma história específica e constituído por múltiplas e complexas determinações (para lembrar o velho Marx). Isso serve para ressaltar que os fluxos identitários nunca ocorrem em espaços culturalmente neutros nem tampouco em espaços onde se esperam apenas reações predeterminadas ou imunes ao surpreendente e ao espanto do outro. Os fluxos culturais podem inovar e podem ser imprevisíveis.

Ora, os fluxos identitários necessariamente implicam um confronto: situação que deve ser entendida como um “estar de frente a”, “fazer fronteira com”, “estabelecer comparação entre”; e não só, pois que “confrontar” pode denotar o enfrentamento e a afronta. Afirmar a identidade demanda percorrer um arco de possibilidades que pode

instrumentalizar desde a singela sedução até o uso da força física e pode promover o uso da razão ou do princípio da utilidade, a exclusão, a humilhação etc.

Tanto os questionamentos dirigidos contra o status quo como os assujeitamentos a esse mesmo status quo não devem ser vistos como efeitos de uma alienação promovida por um sujeito histórico unificado e coletivo, quer seja a “classe social” ou o “sistema” (qualquer que seja ele, incluindo-se aí a mídia). Por óbvio, “questionamentos” e “assujeitamentos” implicam uma relação: se há questionamentos, há algo ou alguém questionado por outro, assim como, se há assujeitamentos, há um ou mais de um autor do assujeitamento diante de um ou mais indivíduos assujeitados.

Ocorre que, numa sociedade altamente complexa, os indivíduos apresentam ou desenvolvem identidades múltiplas e até mesmo contraditórias, mutáveis e passageiras. São evidentes a multiplicação e a ampla capacidade de alcance das fontes de significação e de representação cultural que dialogam com os indivíduos, mas que a eles não se impõem linear ou unilateralmente e nem acriticamente. Por isso é que os questionamentos ou os assujeitamentos dos fluxos culturais e identitários devem ser vistos com base numa lógica que ultrapasse a abordagem baseada no conceito de classe ou na ideia de sistemas fechados.

Há que se considerar, então, que o conceito de “pós-periferia” evidentemente pressupõe o conceito de “periferia”, sobre o qual se ergue um discurso em que, muitas vezes, ocorre a expressão de preconceitos e uma ênfase em aspectos que reforçam mecanismos de exclusão social. A “periferia” deixa de ser um mero conceito geográfico, comumente compreendida como região afastada do centro da cidade onde vive uma população de baixa renda, e assume uma conotação moral, decorrência da narrativa que caracteriza a periferia como o local da sujeira, da violência, da desordem, da licenciosidade e do escandaloso.

Uma cena ou contexto pós-periférico não implica a negação simbólica da periferia e nem a ideia de que não mais exista a periferia. Trata-se de um conceito que contempla as tensões, os hibridismos, os trânsitos complexos e variados de símbolos culturais próprios de intersticialidades fortemente midiaticizadas. Não se trata, por conseguinte, de simplesmente valorizar os habitantes das periferias por serem minorias, mas de pôr em discussão a tensão entre imbricamentos e segregações que atingem os indivíduos da periferia nas cidades.

Assim, os rolezinhos não expressam uma rejeição radical, mas, sim, expressam uma tradução conveniente da periferia, integrando uma ação que tende para a busca de uma aceitação e uma valorização de seus atores (os rolezeiros) pela sociedade não periférica – há aí uma tentativa de demonstrar a capacidade de frequentar a sociedade não periférica por meio do consumo, do uso e da exibição de produtos caros e de

etiquetas distintivas num dado espaço, o shopping-center, que é, por definição, um emblema do consumo. Como pontuam França e Dornelas (2014), os rolezeiros atuam coletivamente exteriorizando valores de matriz individualista e instrumentalizam o consumo como forma de exteriorizar a própria ascensão social, mas sem negar a sua “origem periférica”.

Os rolezeiros querem demonstrar aptidão para atuar no cenário do shopping, por estarem devidamente equipados com os bens de consumo que são vendidos nas lojas do próprio shopping por eles frequentados. Curioso que muitos usam produtos falsificados, havendo aí também a reprodução da atitude de alguns membros da classe média que compram produtos “falsificados de alta qualidade” para uso próprio.

Os rolezinhos expandem fronteiras sociais, dissolvem espaços citadinos estratificados, dilatam as bordas de um campo cultural, midiático, social, estético e de consumo específico. Entretanto, não há um projeto prévio de implosão do “núcleo de algumas centralidades hegemônicas” (ROCHA; SILVA; PEREIRA, 2015, p.100). Não há, nos rolezinhos, qualquer projeto político definido para enfraquecer ou superar a “mercantilização da existência”.

Em suma, para que, numa ação social, haja disputa pela hegemonia imagética e simbólica representativa de lugares sociais, há que se pressupor, pelo menos, o antagonismo entre dois projetos de natureza política, com organização mínima de pautas, programas, movimentos, um ideário de mudança que implique uma intervenção peculiar e sistemática no espaço social. Os rolezinhos, ainda que assumam a feição de uma ação com expressividade pública, não constituem uma prática política específica.

O funk ostentação na dinâmica do *habitus*

Nos fluxos culturais e identitários contemporâneos não há, efetivamente, um projeto de implosão das “centralidades hegemônicas”. No que diz respeito, por exemplo, às mídias dominantes, vale lembrar que MC Guimê, um dos ídolos dos rolezeiros, teve a sua música “País do futebol” colocada na trilha de abertura da novela Geração Brasil, da Rede Globo, em 2014, ano de rolezinhos. Então, as próprias “estratégias midiáticas massivas de representação das outridades periféricas” (ROCHA; SILVA; PEREIRA, 2015, p. 100) são também ressignificadas ao incorporar, como mercadoria, alguns dos novos elementos culturais carregados pelas manifestações diaspóricas e polifônicas facilmente expandidas e propagadas pelas redes sociais a partir dos espaços tecnológicos colonizados pelos rolezeiros.

Não é de hoje que existe a tensão entre uma suposta “cultura superior” e uma “cultura inferior” ou entre o “erudito” e o “popular”. Também não é recente a incorporação de obras populares em composições do cânone erudito: pode-se observar esse procedimento em Brahms, que incorporou elementos ciganos húngaros às suas obras e ao seu estilo; em Villa-Lobos, que introduziu elementos das músicas indígena e africana às suas composições; ou em George Gershwin, que se deixou influenciar pelo jazz.

A “periferia” é objeto de interesse da cena musical há décadas – se, hoje, o samba é visto como manifestação genuína da cultura brasileira, no passado já foi visto como obra marginal de uma periferia povoada por “vadios”. Dessa forma, o universo musical brasileiro já realizou reelaborações de assimetrias e pertencimentos desiguais, sendo que a fronteira entre o erudito e o popular vem sendo posta em questão há muito tempo, mas o debate sobre a validade dessa cisão não se encerrou e talvez não acabe, pois que talvez não haja solução possível (e nem tenha que haver):

[...] torna-se impossível uma cultura e uma comunicação desprovidas da influência dos *media* desinibidores. Alertamos: não se trata da defesa da bestialidade mediática e do obscurantismo da cultura. Ao contrário, defendemos que a gramática dos códigos culturais deve incorporar, de uma vez por todas, a importância de ferramentas que diferem do modo tradicional de educar o gosto. Manter o paradoxo não é o mesmo que manter a separação entre os dois *media* (inibidores e desinibidores), mas assumir sua dialogia, sua contradição e complementaridade. (GALENO; SILVA, 2015, p.12).

Note-se que no interior de cada nicho mercadológico, no plano musical, há segmentações interessantes, referentes a um “erudito superior” e a um “erudito inferior” (respectivamente, Brahms e Gershwin, por exemplo), um “popular sofisticado” e um “popular vulgar” (respectivamente, Chico Buarque e MC Boy do Charmes, por exemplo) e assim por diante. Esse tipo de segmentação ocorre no nicho do funk, em que há um “funk ostentação de raiz” em oposição a um “funk ostentação comercial” ou entre o “funk do bem” e o “funk do mal”.

O “*funk* do bem”, o que não exalta a criminalidade, é o mais consumido por todos. O “*funk* do mal”, o que exalta a criminalidade, não constitui a expressão de uma “narcocultura brasileira” ou de uma convicção generalizada de que o crime é algo a ser valorizado ou que é um efetivo instrumento de transformação social. O funk ostentação expressa valores que podem ser aceitos ou rejeitados por determinados segmentos da população. Essa é uma posição compatível com a possibilidade aventada por Muniz

(2016) de o funk ser dotado de um “capital existencial”, com atributos para gerar valores e práticas compartilhados, decorrentes, portanto, de ações coletivas.

O mercado sempre classificou e segmentou produtos vendáveis. Resta aos consumidores dizer *touché!* e esperar as próximas “novas inovações” para serem devidamente incorporadas à velha lógica da acumulação: a sociedade, lembrando Cazusa, permanece diante de um futuro que repete o passado, construindo museus de grandes novidades, que serão, por sua vez, desmanchados no ar.

Segundo o blog [Periferia em movimento], o funk é, atualmente, um estilo musical que se divide em muitas vertentes. São citadas as do funk ostentação, a consciente, a sensual e a de apologia às drogas e à violência. A cada uma dessas vertentes, corresponde um estilo de apresentação visual, um modo de falar distintivo e uma gramática própria, semelhantes entre si, mas diferenciados em relação a outros movimentos culturais e sociais que, no segmento jovem da população, estão sempre profundamente ligados à fruição identitária e performática de gêneros musicais. (ROCHA; SILVA; PEREIRA, 2015, p.105).

O consumo e o sucesso exaltados no funk ostentação são produtos de uma adesão improvisada da periferia a um estilo de vida de classe média alta e elitizado, que implicam a afirmação de um desejo de inclusão numa dinâmica que já existe para segmentos privilegiados da população. Nesse sentido, não há paradoxos com potencial político de ruptura ou de reivindicações – há apenas a tentativa de imitar, aderir sem questionar e sem um objetivo manifesto de revolucionar, ou seja, há muito mais uma adesão inquieta, ansiosa e “selvagem” ao capitalismo do que uma tentativa de influenciar explícita ou implicitamente os rumos do “capitalismo selvagem”.

Todo o movimento representado pelo funk não implica uma tentativa consciente e elaborada de grupos organizados para alterar a conduta ou as formas de ação do governo, da classe média ou da elite; pelo contrário, implica uma introjeção não conflituosa e mediada pelo mercado dos valores dessas classes por uma parte da população da periferia. Nas festas da periferia, ocorre a passagem, sem tensões existenciais ou morais, do tom sério de algumas letras para o tom leve de outras, tendo-se em vista apenas o potencial de divertimento das músicas:

[...] muitos rappers aderiram ao “ostentação”, sendo que, nos shows de funk da atualidade, escuta-se também músicas de grupos como Racionais MC, ícones do rap político. O que esse fato parece lembrar é que esses referenciais musicais se confundem na escuta dos jovens que vão aos shows e que cantam e consomem essas músicas, uma vez que, em ambos os casos, o que surge para eles é o potencial

de afirmação e autoestima da periferia pela via musical, seja num tom mais sério e contestador, seja num tom de entretenimento e de leveza que os carros luxuosos, as marcas de roupas, os óculos, os relógios parecem querer trazer para a presença cotidiana. (ROCHA; SILVA; PEREIRA, 2015, p.108).

Por isso, é válido recuperar o conceito de *habitus* nas formulações de Norbert Elias (1994b) e Pierre Bourdieu (2002), por força do seu poder de clarificar a vitalidade disposicional dos indivíduos envolvidos em interações sociais múltiplas e dispersas. A partir dessas formulações, importa assimilar a tensão entre passado e presente, expectativas individuais e disposições sociais, tendência para a constância e tendência para a volubilidade.

De acordo com Norbert Elias (1994a), elucidar a interação do indivíduo e da sociedade implica considerar como as pessoas entendem a si mesmas diante do processo histórico e do caldo cultural em que as subjetividades específicas se constituem e são definidas. Daí decorre o conceito de *habitus*, que Elias (1994b) desenvolve para definir a “economia psíquica” dos indivíduos a partir da modernidade.

Sem incompatibilidades irredutíveis com o conceito de Elias (1994b), Bourdieu (2002) pormenoriza o conceito de *habitus*, mas ressalve-se que, como demonstram Catani *et al* (2017), o conceito de *habitus* na sua obra não é uniforme e sofreu reelaborações. Ainda assim, de acordo com Bourdieu (2002), o *habitus* expressa dinâmicas sociais e de relações de poder instáveis, historicamente e espacialmente situadas, livres de condicionamentos lineares e uniformes, e é desvinculado de processos de racionalização subjetiva. Traduz, a bem dizer, uma gama articulada de inclinações espontâneas, modelado por experiências acumuladas, constitui um filtro por meio do qual os indivíduos se inserem nas múltiplas atividades sociais e conformam um específico “estilo de vida”. O passado do indivíduo compõe o repertório que configura o *habitus* e lhe dá o suporte para interagir socialmente, de forma mutável, com a história presente: o “estilo de vida” não é fixo nem é fruto de uma estratégia linear predefinida.

O *habitus* expressa um sistema aberto em que se manifestam expectativas, atitudes e tendências que a indústria cultural não ignora. A indústria cultural já se apropriou do funk como entretenimento vendável, presente em muitos programas da mídia hegemônica. Considere-se, além disso, que as classes altas criam, a todo o momento, marcas de distinção social, *habitus* ou estilos de vida dentre os quais se encontra o consumo do funk, visto como entretenimento produzido numa realidade exótica, ou seja: a classe alta coopta o funk como elemento de divertimento e exercício narcisista do seu próprio poder de sedução. Assim é que permanece nítida a separação dos *habitus* e padrões de vida das classes sociais, mas sob novas formas.

Nesse contexto, é inegável a força das mídias sociais, mobilizadas por uma massa de pessoas com enorme capacidade de exercício criativo e de imaginação independente e original. Essas mídias têm sido, inclusive, capazes de pautar o discurso midiático hegemônico que não tem o poder de exercer, por meio de estratégias unilaterais, uma sempre eficaz persuasão manipulativa sobre a população, que, por sua vez, não deve ser vista como uma mera massa mamulenga:

A cidade não é uma TV com seus programas e apresentadores ávidos por audiências eleitorais. Nem sua administração é uma ilha de edição que transforma seus habitantes em meros espectadores-eleitores. Mas como se trata de uma visibilidade permeada pelo paradoxo, não advogamos apenas uma possibilidade negativa dos *media* desinibidores. Se pensarmos, sobretudo, com o advento da internet e seus usos e espacialidades novas, a carta paradigmática herdeira do velho Humanismo torna-se limitada. Denominamos este novo habitar de um duplo movimento. Por um lado, vivenciamos a espacialidade *indoors* da qual fazem parte a relação entre espaços da casa e ou da intimidade e os espaços dos computadores e outros dispositivos comunicacionais; por outro lado, há a espacialidade *outdoors* que é mediada pela exibição das e pelas ferramentas mediáticas, sobretudo, smartphones, TVs e pela própria rua. As redes sociais e seus adeptos são verdadeiras ágoras on-line de si mesmos (GALENO; SILVA, 2015, p.10).

A web como fator de ressignificação do cenário urbano... E a política com isso?

A web medeia as espacialidades polissêmicas e eleva a capacidade de imaginação e de intervenção dos sujeitos nos espaços urbanos. Diante dessa nova “carta paradigmática” é admissível perguntar, de um lado, qual o *locus* do *mainstream*? E, de outro lado, qual o *locus* do *underground* ou do afetado mundo *hipster*? Cabe perguntar, sim, qual é o discurso hegemônico? E qual é o discurso contra-hegemônico?

Certamente o mercado ainda exerce um relevante papel na definição desses *loci*, mas dada a fluidez da comunicação por meio das mídias digitais, o mercado tende a acompanhar e não apenas a liderar a definição de estilos, modos e modas. Não por outro motivo, a imprensa tradicional está em vias de extinção ou está passando por transformações radicais, e várias publicações de grandes editoras ou estão sendo suprimidas ou radicalmente modificadas.

Nesse contexto é que se impõe a autonomia da imaginação criativa diante do poder da mídia:

O apelo que as mídias fazem ao simbólico, ao imaginário, leva-os a transitar num reino em que as manipulações têm acesso restrito e apresentam resultado incerto. A amplidão de “leituras” que uma mesma imagem possibilita para uma mesma pessoa é o que configura a polissemia das imagens. Por isso, os esforços para “domesticar” o imaginário em parte dão certo, e em parte, naufragam, soçobram. A criatividade é fundamental para a obtenção da autonomia moral porque a imaginação é a condição da escolha, da decisão. Sem ela, é apenas possível seguir a regra, obedecer. O imaginário é o cerne da autonomia e da recuperação da dimensão humana porque a imagem é religante (por contágio emocional e por recurso a múltiplos simbolismos) e são constantes os retornos regulares da cultura às ideias imaginais. O sonho, terreno do imaginário, é indissociável do pensamento e do questionamento dos poderes. Sonhar é essencial para todos os animais, embora somente os homens sonhem acordados. E esse sonho só existe porque há uma parte dele mesmo que nunca se convence (COSTA, 2015, p.33-34).

A web é um importante veículo para o metamorfoseamento dos sentidos dos cenários urbanos. A territorialidade delimitada do shopping foi, assim, ressignificada na medida em que novos atores passaram a circular nele de uma forma imprevista, carregando novos elementos culturais, provenientes de campos específicos, que mudaram a relação do shopping com a região da cidade à qual está ligado e com os seus frequentadores habituais. As dinâmicas *top-down* de significação foram postas em xeque e passaram a encarar o desafio de naturalizar os rolezinhos (para absorver os seus atores como consumidores disciplinados) ou de esperar para ver se os rolezinhos seriam mais um modismo efêmero.

O fato é que dinâmicas *bottom-up* de significação implicam a associação de elementos simples para assumir progressivamente, através de acréscimos de elementos e de novas associações, maiores proporções num sistema dado, sem negar, portanto, o sistema maior ao qual essas dinâmicas se integram, ainda que se manifeste de forma ruidosa ou imprevista. De fato, os rolezinhos não negaram radicalmente as dinâmicas *top-down* de significação, porque efetivamente incorporaram elementos do sistema de consumo de massa, utilizaram os recursos tecnológicos (negociados pelo mercado) e constituíram espaços digitais (legitimados pelo mesmo mercado) para mediar a integração à lógica do consumo, da celebridade e do entretenimento. Dessa forma, a mídia é instrumentalizada pelos rolezeiros.

A síntese dessas manifestações pode apropriadamente ser a seguinte:

Será que estes o fazem para afirmar uma forma de autonomia que transita pendularmente pelo coletivismo autogestionário, pelo anarquismo pós-midiático

e, outras vezes, pelas searas do narcisismo e do culto a super-eus, bens agora não mais exclusivos dos “bem-nascidos”? O consumo, atravessado por processos de midiática do social, participa ativamente da repercussão alcançada por acontecimentos pós-periféricos, fenômenos de lastro “glocal”, para lembrar o termo popularizado por Armand Mattelard. Todos querem se divertir. Muitos querem protestar. A polifonia daí resultante não é linear. Não propriamente revolucionária. Não necessariamente reacionária. (ROCHA; SILVA; PEREIRA, 2015, p.102).

Então, é admissível avaliar se a imagem que o shopping quer transmitir para o seu público consumidor pode e deve ser compatibilizada com as imagens produzidas pelos rolezinhos; afinal, o shopping passa a ser um “ator convidado” do próprio rolezinho, também protagonizando o entretenimento, juntamente com os rolezeiros. Em outras palavras, diante da cena posta, há que se dar voz ao shopping para que se manifeste e atue no confronto de imagens, de símbolos e de valores.

Nesse contexto, resta saber quais serão os parâmetros de atuação ou o roteiro para a ação, de tal forma que a violência simbólica, material e física não seja também protagonista. Isso porque, entre protagonistas, é comum a briga de egos: há, de fato, uma disputa em que o shopping quer assegurar uma determinada imagem para o mercado e em que os rolezeiros querem transmitir a imagem de que estão perfeitamente incluídos nesse mesmo mercado.

Se não há propriamente um conflito político, deve-se reconhecer que o campo delicado da política se impõe, já que os princípios que norteiam e definem o funcionamento e as condições de existência do espaço privado podem ser confrontados pelos interesses e valores de segmentos sociais específicos. Ao buscarem visibilidade, sujeitos sociais tendem a assumir o confronto como um elemento de seu desejo de serem visíveis; e quanto mais autônomos e ativos forem, menos propensos estão a acatar ordens ou orientações que venham de instâncias externas ao próprio grupo do qual fazem parte.

Diante disso, é preciso relativizar a ideia de que as diásporas pós-periféricas manifestam em muitos jovens a afirmação da individualidade em estilos próprios e marcadamente distintivos. A identidade do eu é construída num processo com múltiplas vinculações e numa relação necessária de atração por grupos determinados que implicam adesões estéticas e comportamentais devidamente apropriadas pelo mercado e por este segmentadas nas prateleiras das “variedades de mercadorias” para serem livremente escolhidas e consumidas.

Como as chamadas “diásporas pós-periféricas” são uma ação de grupos mais (ou menos) organizados, principalmente por meio das mídias sociais, deve-se considerar que tais grupos são rotulados e a eles é atribuída uma marca (que, inclusive, define um objeto de pesquisa facilmente identificável). Há, assim, uma diferenciação em relação a outros grupos que preenchem o espaço urbano.

Nada impedia que o rolezinho viesse a se tornar uma marca e que o funk ostentação se mercantilizasse para o consumo de segmentos específicos da sociedade. No final, ocorreu o de sempre: o próprio mercado estimulou a imitação para incrementar o consumo e promover “diferenciações homogeneizadas ou estandardizadas”.

À guisa de conclusão: a facticidade estupefata diante do shopping como heterotopia

Ao analisar o conceito de *habitus* na obra de Bourdieu, Catani *et al* (2017, p.216) afirmam que a “prova do pudim teórico do *habitus* deve consistir em comê-lo empiricamente”. Ora, tal asserção implica relacionar o rolezinho e o funk ostentação, diante dos cenários heterotópicos. Sobretudo, porque, no horizonte dos enfoques de Elias e Bourdieu, encontra-se a formação do gosto, as práticas de consumo ou as escolhas de bens materiais e culturais que permitem definir “estilos diferenciadores” (exteriorizados pelos indivíduos, mas compartilhados pelos membros de mesmas classes sociais, grupos ou linhagens).

Por conseguinte, cabe considerar o rolezinho e o funk ostentação como expressões sociais que conferem peculiaridade à metrópole comunicacional, já que ela pode ser considerada um ambiente possível para que essas manifestações ocorram, seja através de um momento ou uma cena, seja, ainda, através de uma trilha sonora. Isso é particularmente revelador no que tange aos shoppings, cenário e tema do funk ostentação.

Tal consideração pode ser sustentada com base nos termos postos pelo método da facticidade estupefata, tal como desenvolvido por Canevacci (2008), o que implica a percepção de que o espaço urbano pode ser eficazmente metamorfoseado em inovações dissonantes de sentido, transcendendo as lógicas binárias e os monismos universalistas. Dessa forma, por exemplo, é que se destacam sujeitos aptos a visualizar o shopping e a sua carga poderosa de fantasia de consumo como um fetiche que realça o sex appeal do inorgânico numa facticidade estupefata, não paralisada, mas, sim, móvel, inesperada e assombrada.

Ora, o shopping, quando é apropriado pelos rolezinhos e quando tem o seu conteúdo exaltado pelo funk ostentação, torna-se um objeto fluido do fetichismo visual venerado pelos sujeitos das diásporas pós-periféricas. Com base nisso, o shopping pode ser visto como uma heterotopia, apesar de assim não ter sido considerado expressamente por Foucault (2013) na conferência pronunciada em 1967.

Desde os anos 1960 até a década de 2010, o shopping assumiu o lugar real, efetivo, bem inscrito no mercado, oposto às utopias, mas ao mesmo tempo delas reflexo, como num espelho. O shopping pode ser visto como um *contraespaço*, o *locus* da utopia, um lugar real fora de todos os lugares. Se, para Foucault, o museu e a biblioteca são heterotopias próprias à modernidade, por motivos semelhantes, o shopping bem pode assumir esse papel:

[...] as heterotopias são frequentemente ligadas a recortes singulares do tempo [...] De modo geral, em uma sociedade como a nossa, pode-se dizer que há heterotopias que são heterotopias do tempo quando ele se acumula ao infinito: os museus e as bibliotecas, por exemplo. Nos séculos XVII e XVIII, os museus e as bibliotecas eram instituições singulares; eram a expressão do gosto de cada um. Em contrapartida, a ideia de tudo acumular, a ideia de, em certo sentido, parar o tempo, ou antes, deixá-lo depositar-se ao infinito em certo espaço privilegiado, a ideia de constituir o arquivo geral de uma cultura, a vontade de encerrar todos os tempos em um lugar, todas as épocas, todas as formas e todos os gostos, a ideia de constituir um espaço de todos os tempos, como se este próprio espaço pudesse estar definitivamente fora do tempo, essa é uma ideia totalmente moderna [...] (FOUCAULT, 2013, p.25).

Tal como o papel das heterotopias pode variar em função do contexto em que se encontram, o shopping tem a sua concepção cartesiana desafiada pelo rolezinho: partindo de Foucault (2013), pode-se afirmar que o espaço é ressignificado, é metamorfoseado ao dar vazão a questionamentos a respeito de outros espaços sociais, na medida em que os seus objetos reais encaminham fantasias de consumo e também na medida em que constitui um espaço onde se criam ilusões que denunciam o restante do mundo real como ilusão.

E não só: antes visto pelos sujeitos das dinâmicas periféricas como espaço de um “outro” elitizado e alienado da realidade, o shopping, quando tomado pelos rolezinhos, passa a ser visto pelos seus antigos frequentadores como espaço dos novos protagonistas pós-periféricos, igualmente vistos como iludidos diante do mundo real. A heterotopia é ressignificada. A metrópole continuamente comunica valores, inclusive os que giram em torno das manhas e das birras do mercado – afinal, os jovens das diásporas

pós-periféricas não heterotopizam os cenários do espaço urbano de forma unilateral. O funk ostentação, inclusive, serve para reforçar o papel de espelho a refletir a farra do mercado e contribui para compor uma heterotopia crônica, ao modo da festa:

O teatro, seguramente, mas também as feiras, estes maravilhosos sítios vazios à margem das cidades, por vezes mesmo no centro delas e que se povoam uma ou duas vezes por ano com barracas, exposições, objetos heteróclitos, lutadores, mulheres-serpentes e profetisas de boa fortuna. (FOUCAULT, 2013, p.25).

Está claro que o “ritual de entrada” é subvertido pelos rolezinhos, mas outros rituais vão sendo estabelecidos e novas trilhas vão pontuando a encenação das massas pós-periféricas em ação no palco do consumo. Além disso, há que se reconhecer que a heterotopia implica uma tensão entre a possibilidade do isolamento e da porosidade e, dessa forma, o shopping é um espaço aberto que também exclui: “Todo mundo pode entrar, mas, na verdade, uma vez que se entrou, percebe-se tratar-se de uma ilusão e que se entrou em parte alguma. A heterotopia é um livro aberto que tem, contudo, a propriedade de nos manter de fora” (FOUCAULT, 2013, p.27) – é bom não esquecer que o olhar do outro e o aparato de segurança podem ter a pretensão de excluir.

É assim: como uma mosca fatídica e indefectível, o shopping heterotópico do mundo mítico e real do consumo, metamorfoseado pela web e pelos fluxos culturais e identitários, permanece pousado na sopa política que as metrópoles se tornaram.

CULTURAL AND IDENTITY FLOWS: CONSUMPTION, POLICY AND HETEROTOPIA

ABSTRACT: *This essay analyzes the rolezinhos and ostentation funk as movements carried out by young people in the cities and outlined mainly from 2013 on. It is relevant to problematize the relationship between communication, city, culture, otherness and technologies, that is, to question institutions, symbols and social events or phenomena which are strongly involved in the challenge of legitimizing the real and symbolic occupation of spaces and the interlocution of diverse actors in the urban scene. The rolezinhos and ostentation funk are cultural and identity flows which reflect the seductive power of the consumer world without adhering to a political project in the strict sense, but capable of opening themselves to politics. The rolezinhos and the ostentation funk channel perceptions which metamorphose the senses of the heterotopic scenarios of the metropolis, while they strengthen its attribute of communicational fabric.*

KEYWORDS: Rolezinhos. Ostentation funk. *Post-peripheral events*. Symbolic legitimacy. *Heterotopia*.

FLUJOS CULTURALES E DE IDENTIDAD: CONSUMO, POLÍTICA Y HETEROTOPIA

RESUMEN: *Este ensayo analiza los pequeños rolezinhos y la ostentación funk como movimientos liderados por jóvenes en las ciudades y perfilados principalmente a partir de 2013. Es pertinente problematizar la relación entre comunicación, ciudad, cultura, alteridad y tecnologías, es decir, cuestionar las instituciones, los símbolos y los acontecimientos o fenómenos sociales que están fuertemente imbricados en el desafío de legitimar la ocupación real y simbólica de los espacios y la interlocución de los diversos actores de la escena urbana. Los rolezinhos y el funk ostentación son flujos culturales y de identidad que reflejan el poder seductor del mundo del consumo sin adherirse a un proyecto político en sentido estricto, pero capaz de abrirse a la política. Los rolezinhos y el funk ostentación canalizan percepciones que metamorfosean los sentidos de los escenarios heterotópicos de la metrópoli, a la vez que refuerzan su atributo de tejido de comunicación.*

PALABRAS CLAVE: Rolezinhos. Funk ostentación. Eventos posperiféricos. Legitimidad simbólica. *Heterotopia*.

Agradecimento

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

REFERÊNCIAS

BARBOSA-PEREIRA, Alexandre. Os “rolezinhos” nos centros comerciais de São Paulo: juventude, medo e preconceito. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud**, Colômbia: Centro de Estudios Avanzados en Niñez y Juventud del Cinde; Universidad de Manizales, v. 14, n. 1, p.545-557, 2016.

BENTES, Ivana. Respeitosamente vândala. Entrevistador: Eduardo Nunomura. **Cult**, São Paulo: Bregantini, p.7-10, mar. 2014.

BOURDIEU, Pierre. **Esboço de uma teoria da prática, precedido de três estudos de etnologia cabila**. Oeiras, Portugal: Celta, 2002.

CANEVACCI, Massimo. **Fetichismos visuais**: corpos eróticos e metrópole comunicacional. São Paulo: Ateliê, 2008.

CATANI, Afrânio Mendes *et al* (Orgs.). **Vocabulário Bourdieu**. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

COSTA, Josimey. **A palavra sobreposta**: imagens contemporâneas da Segunda Guerra em Natal. 2. ed. Natal-RN: EDUFRRN, 2015.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1994a.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. Rio de Janeiro: Zahar, 1994b. 2v.

FARIA, Louise Scoz Pasteur de; KOPPER, Moisés. Os *rolezinhos* e as metamorfoses do urbano no Brasil. **Anuário Antropológico**, Brasília: UnB, v. 42, n. 2, p.239-266, 2017. Disponível em: <https://journals.openedition.org/aa/2286>. Acesso em: 24 jan. 2020.

FOUCAULT, Michel. **O corpo utópico, as heterotopias**. São Paulo: n-1, 2013.

FRANÇA, Vera; DORNELAS, Raquel. No bonde da ostentação: o que os “rolezinhos” estão dizendo sobre os valores e a sociabilidade da juventude brasileira? **Revista Ecopós**, Rio de Janeiro: UFRJ, v. 17, n. 3, p.1-13, 2014.

GALENO, Alex; SILVA, Josimey Costa da. Massas cênicas e consumo: estetização política e visibilidades singulares do habitar a cidade. **Congresso Internacional em Comunicação e Consumo**. São Paulo: PPGCOM ESPM, out. 2015. Disponível em: http://anais-comunicon2015.espm.br/GTs/GT5/14_GT05_GALENO_SILVA.pdf. Acesso em: 17 jul. 2019.

MUNIZ, Bruno Barboza. Quem precisa de cultura? O capital existencial do funk e a conveniência da cultura. **Sociol. Antropol.**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 447-467, 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2238-38752016000200447&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 24 jan. 2020.

ROCHA, Rose de Melo; SILVA, Josimey Costa; PEREIRA, Simone Luci. Imaginários de uma outra diáspora: consumo, urbanidade e acontecimentos pós-periféricos. **Galáxia**, São Paulo, n. 30, p.99-111, dez. 2015.

Recebido em 17/07/2019.

Aprovado em 29/07/2020.

O MERCADO DE GAMES: GÊNESE, TRANSFORMAÇÕES E TENDÊNCIAS

*Miriam Costa TOYAMA**

*Gustavo Mendonça FERRATTI***

*Mauro Rocha CÔRTEZ****

RESUMO: Games fazem parte da indústria cultural multibilionária, possuindo, portanto, relevância econômica e social. Neste ensaio, buscamos realizar uma sociogênese da indústria de games, ancorada nos conceitos de espaço social e campo, a partir de diversos autores, com destaque para Pierre Bourdieu. Com recorte temporal, feito entre os anos 1940 até o momento atual, início da segunda década do século 21, mostramos o fato de que esse espaço social vem sendo reconfigurado, devido às inovações advindas de campos sociais vizinhos, como os da indústria de eletroeletrônicos, informática, telecomunicações e jogos de azar. Tais reconfigurações implicam em rearranjos de posições de agentes, criação de estruturas institucionais e estabelecimento de relações sociais diversas. Por fim, tecemos as considerações pertinentes ao futuro dessa indústria.

PALAVRAS-CHAVE: Indústria de Games. Sociologia Econômica. Espaço Social. Pierre Bourdieu.

Introdução

O mercado de games é um amplo mercado cultural, como a indústria da música e a cinematográfica (MARCHAND; HENNIG-THURAU, 2013). Em 2019, os jogos digitais geraram US\$ 152,1 bilhões em receita; quase oito vezes mais do que a indústria

* UFSCar – Universidade Federal de São Carlos. Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção (PPGEP). São Carlos – SP – Brasil. 13565-905 - miriamtoyama@gmail.com. <https://orcid.org/0000-0002-7776-9008>.

** UFSCar – Universidade Federal de São Carlos. Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção (PPGEP). São Carlos – SP – Brasil. 13565-905 - gmferratti@gmail.com. <https://orcid.org/0000-0003-3132-5118>.

*** UFSCar – Universidade Federal de São Carlos. Departamento de Engenharia de Produção. Programa de Pós-Graduação em Gestão de Organizações e Sistemas Públicos – PPGGOSP. São Carlos – SP – Brasil. 13565-905 - mauro@dep.ufscar.br. <https://orcid.org/0000-0002-6172-0541>.

fonográfica com US\$ 19,1 bilhões (NEWZOO, 2018). Como qualquer mercado, o mercado de games está socialmente enraizado¹. Sua pertinência para a sociologia econômica (SMELSER; SWEDBERG, 2010) dá-se pelo fato dos seus componentes simbólicos (BOURDIEU, 2005) serem marcadamente importantes em sua dinâmica.

Assim como outras indústrias culturais, a de games tem tensões sobre o que deve ser priorizado no processo de desenvolvimento dos jogos: diversão ou realismo? Acessibilidade ou complexidade? Viabilidade comercial ou mérito artístico? Sendo que grupos sociais distintos defendem diversas maneiras de se pensar os jogos (OAKLEY; O'CONNOR, 2015). Os aspectos culturais dos games de console² são únicos pela sua tradição de englobar, hibridamente, formatos, estilos e conteúdos representativos dos mundos oriental e ocidental (CONSALVO, 2006). A tendência comercial de gamificação – uso da estrutura de jogos no design de outros produtos e serviços – ressalta a característica transmidiática da indústria de games, e a força que ela vem conquistado no imaginário social (WALZ; DETERDING, 2015).

Roberts, Arth e Bush (1959) definem jogo como uma atividade de recreação que apresenta as seguintes características: é organizada, competitiva, possui dois ou mais lados, critérios para determinar o vencedor e regras com as quais os participantes concordam, podendo ser divididos entre jogos que demandam habilidade física, jogos de estratégia e jogos de azar. Para os autores, jogos são atividades mais relacionadas à questão da expressividade. Mayra (2008) observa que jogos são objetos de estudos multidimensionais. Watson (2019) afirma que não há consenso quanto à definição de jogo, entretanto, aponta que os trabalhos antropológicos mostram relações entre “jogo e brincadeiras” e entre “jogo e ritual”.

Para Watson (2019), os jogos eletrônicos representam um novo desdobramento para o estudo de jogos, tanto em termos de novos espaços quanto em novas regras e dinâmicas entre os jogadores. Entretanto, é importante perceber que os jogos eletrônicos já não cabem na classificação de Roberts, Arth e Bush (1959), uma vez que existem jogos não competitivos e jogos *single player* (o jogador joga sozinho e ganha se cumprir os critérios do jogo, mas não compete com outros jogadores).

¹ O conceito proposto por Polanyi (2000) afirma que o sistema econômico está enraizado em relações sociais mais amplas; sendo os mercados apenas um aspecto acessório de estruturas institucionais. Esse conceito tem influenciado grande parte da sociologia econômica contemporânea (JARDIM; CANDIDO, 2019).

² Um console é um aparelho eletrônico dedicado à execução de games de diversas naturezas, que possui um microcomputador com a função de exercer o papel de central de entretenimento. Diferentemente do PC (computador), costuma não ser utilizado para trabalho e estudo.

Estudos sobre games, oriundos da Geografia Econômica, como os de Balland, De Vann e Boschma (2013), dão ênfase às relações interempresariais com base no território; já os estudos da História, como os de Wolf (2012), atêm-se mais às narrativas factuais; e os estudos da Administração e Economia, como os de Gil e Warzynski (2015), dão ênfase à performance econômico-financeira e à gestão das empresas de jogos. A perspectiva político-cultural utilizada neste ensaio, busca olhar, entre outros aspectos, para a trajetória e para a dinâmica da indústria de consoles, considerando os capitais econômicos e culturais envolvidos e também as disputas centrais, especialmente em torno da tecnologia e dos modelos de negócio, buscando compreender como tais processos condicionam a configuração do mercado.

Analizamos as principais transformações do mercado de consoles, tanto a partir das inovações advindas de campos vizinhos (indústria de eletroeletrônicos, informática, telecomunicações e jogos de azar) quanto de reações sociais adversas, como os boicotes a jogos violentos. Tais situações implicam em desequilíbrios que podem reconfigurar a distribuição de poder entre agentes, bem como alterar a formação e as regras das unidades organizacionais que governam as ações dos agentes. Para esse estudo, não nos dedicamos a identificar os capitais detidos pelos agentes desse espaço.

Em termos técnicos, o ensaio está dividido da seguinte forma: inicia com um breve referencial teórico sobre espaço social e teoria dos campos; em seguida, apresenta uma sociogênese da indústria de games, relacionando-a com os games de consoles; e nas considerações finais, reforça a importância de campos vizinhos para a construção da indústria de games.

Espaço Social e Teoria dos Campos

Consideramos, como pressupostos, que a agência humana acontece em espaços socialmente referenciados e sua compreensão se dá a partir de recortes mesoanalíticos distintos. Destacamos o conceito de mundos (BECKER; PESSIN, 2006), que foca na questão da cooperação para o desenvolvimento de processos sociais; de campo (BOURDIEU, 2013, FLIGSTEIN; MCADAM, 2012), que se concentra na disputa por capitais assimetricamente distribuídos; das redes sociotécnicas (CALLON, 1998), que ressaltam a dimensão tecnológica nas interações sociais; das *cités* (BOLTANSKI; THÉVENOT, 1991), que enfatizam as estruturas mentais de justificação; e dos circuitos sociais (ZELIZER, 2000), que reafirmam o caráter social do dinheiro. Nesse ensaio partiremos da noção de espaço social, de Pierre Bourdieu (2013), buscando

articulá-la com a ideia de campo (FLIGSTEIN; MCADAM, 2012), entendido aqui, provisoriamente, como um espaço social com maior grau de organização.

As ações e as relações sociais (WEBER, 1999) ocorrem “no” e “ao longo do” tempo e espaço. Espaços sociais podem ser caracterizados como recortes analíticos que circunscrevem ações e relações sociais, contribuindo para a compreensão das estruturas sociais e mentais (BOURDIEU, 2013) presentes nos corpos e nas mentes dos indivíduos e reificados. O ciberespaço (LÉVY, 2010) transforma as relações sociais pela mediação das plataformas digitais.

A ideia de espaço social ressalta a circunscrição da ação individual a uma dimensão maior que o agente, mas inscrita na sociedade. De acordo com Catani (2017, p.177), quando Bourdieu usa o conceito de espaço social está se referindo a um sistema “formado pelo conjunto de posições sociais ocupadas pelos agentes em uma dada formação social”. Nesse sentido, as “posições” e as “distâncias” relativas dos agentes na estrutura social são elementos constitutivos da dinâmica do espaço social no qual estão inseridos e que refletem a distribuição dos capitais (e do poder) que os agentes dispõem. Ainda de acordo com Catani (2017), para Bourdieu, os capitais mais determinantes são os culturais e os econômicos. Quanto ao conceito de campo, Bourdieu (2005) considera-o como uma arena, na qual os agentes se encontram e suas ações se desenrolam.

Crossley (2008) trata o conceito de espaço social de forma mais operacional, utilizando uma representação gráfica, na qual uma amostra de indivíduos, supostamente representativa do todo, distingue-se em termos posicionais, em decorrência dos capitais que possuem e mobilizam. No livro *Pierre Bourdieu Key Concepts*, Thompson (2008) e Crossley (2008) afirmam que, por vezes, Bourdieu trata os conceitos de espaço social e de campo como equivalentes.

Assim, os conceitos de espaço social e campo estão imbricados. Para Fligstein e McAdam (2012), um campo pode ser entendido como um espaço social no qual as relações sociais estão sujeitas a um maior grau de organização, que envolve regras e entendimentos compartilhados. Para Candido *et al.* (2018), as abordagens de campo explicam a ação a partir de uma concepção relacional. Martin (2003) divide as teorias entre aquelas que circunscrevem a ação a um espaço social denominado “campo” ou “campo organizacional” (DIMAGGIO, POWELL, 2005; LEWIN, 2010) e aquelas mais vinculadas à estratificação e dominação (BOURDIEU, 2005). Candido *et al.* (2018) consideram a abordagem de Fligstein e McAdam (2012) próxima à de Bourdieu, apesar desta focar mais nos agentes enquanto a primeira foca nas ações coletivas.

DiMaggio e Powell (2005) entendem o isomorfismo entre as organizações como resultado de um campo organizacional que força os agentes a adotarem padrões

comportamentais considerados corretos e consagrados. Nessa perspectiva, o campo seria um espaço social formado por um conjunto de organizações reconhecíveis que adotam comportamentos similares. Para analisar um campo é preciso entender alguns elementos, entre os quais o próprio campo, os agentes que o compõem, os capitais dos quais dispõem e suas transformações.

Em um determinado campo os agentes podem ser incumbentes, desafiadores ou unidades internas de governança (UIG). Os incumbentes são agentes bem posicionados e com recursos relevantes para as disputas. Os desafiadores tendem a ser menos bem posicionados e possuem menor influência. Já as UIG ajudam o campo a funcionar dentro das regras, facilitando sua reprodução de período a período (FLIGSTEIN; MCADAM, 2012). Essa mesma homologia existe em Pierre Bourdieu (2013), autor para quem todo campo ou espaço social possui dominantes; agentes, que buscam manter as regras existentes no campo ou espaço; os dominados, que sofrem diretamente a violência simbólica dos dominantes e a vanguarda, cujo objetivo é transgredir as regras existentes no campo ou espaço social.

Sociogênese da indústria de games: décadas de 1940 a 1960

A constituição de um mercado costuma mobilizar inovações ocorridas em espaços sociais ou campos vizinhos (FLIGSTEIN; MCADAM, 2012). Na indústria de games, as inovações vieram das indústrias de eletrônica e de informática, que buscavam alternativas para o uso de uma tecnologia nascente. Nos anos 1940, o aprimoramento dos dispositivos semicondutores e circuitos chaveados (DONOVAN, 2010) propiciou o surgimento dos primeiros jogos em protótipos eletromecânicos, uma bricolagem de botões, LEDs, fios e atuadores. Palola (2016) afirma que não havia qualquer indício da existência de um mercado formal de jogos eletrônicos neste momento, somente ideias que ganhavam forma de maneira orgânica e experimental.

Na década de 1950, com a invenção do tubo de raios catódicos, a tela se consolidou como o principal dispositivo de saída dos aparelhos de jogos eletrônicos, chamados de videogames. Os videogames eram exibidos em grandes feiras de tecnologia, mas inacessíveis para consumo. Suas estruturas eram tão grandes quanto geladeiras e os jogos tão simples quanto “jogo da velha” (DONOVAN, 2010). Na década de 1960, nos EUA, computadores *mainframe* foram disponibilizados para fins acadêmicos, dando condições para que estudantes universitários ganhassem protagonismo no desenvolvimento de games (HISTORY.COM, 2017). Alguns títulos

chegaram a ser desenvolvidos por empresas de computadores, mas devido ao alto custo produtivo não atingiam o grande público.

Neste primeiro período, a indústria de games não é mais que um conjunto de agentes dispersos com interesses comuns. Alguns começaram a ganhar certo protagonismo, como as universidades e a Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) de empresas de semicondutores. O que organizava esses agentes era o interesse de criar formas de entretenimento eletrônico, com desafios intelectuais e motores, utilizando as tecnologias emergentes.

Criação e Fortalecimento de um Mercado: década de 1970

Na década de 1970 estabelece-se o mercado de games através dos arcades ou fliperamas, aparelhos eletrônicos colocados em espaços com alto fluxo de pessoas (por exemplo, bares, restaurantes). As diversões eletrônicas, anteriormente restritas aos acadêmicos e aos entusiastas da tecnologia, tornaram-se parte da cultura pop (JIJI GAHO SHA INC., 2003), de modo que podem ser jogadas em grandes centros urbanos a preço acessível. O modelo de negócio predominante é o aluguel dos arcades para estabelecimentos comerciais, que obtêm lucros por meio da venda de fichas, que dão ao jogador o direito a um certo número de chances, vidas ou tempo de jogo.

Nos EUA, o mercado de jogos domésticos ganhou volume no início da década de 1970. A Magnavox, conhecida pela produção de rádios e televisores, inventou o primeiro videogame: o Magnavox Odyssey (DONOVAN, 2010). Essa invenção forçou seus competidores a tomarem uma posição sobre a entrada ou não nesse novo segmento. A emergente indústria de games construiu um grau de consenso em torno de questões como: a legitimidade dos agentes, as características dos produtos e as regras de troca.

As empresas de eletroeletrônicos, por exemplo, concentraram-se em oferecer produtos que equilibrassem desafio e jogabilidade simples, direcionados a um mercado de luxo. Seu modelo de negócios se baseava em lucrar tanto na venda do console, aparelho que processava os jogos, quanto nas mídias físicas, os jogos em si, vendidos em cartuchos (HARRIS, 2015).

Em meados da década de 1970 surgiram os novos agentes no mercado de games: as empresas japonesas que atuavam no setor de brinquedos e jogos de azar, caso da Nintendo, fabricante do jogo de cartas *hanafuda*, e da Sega, fabricante de máquinas de caça níquel (HARRIS, 2015); e as empresas estadunidenses que nasceram especializadas em fabricar jogos eletrônicos, como a Atari (PALOLA, 2016). Ao final dos anos 1970, a indústria de games estadunidense passou por sua primeira crise, em

boa medida decorrente da inovação dos novos entrantes e da fraca proteção da propriedade intelectual. A Magnavox perdeu sua liderança de mercado para a Atari com o lançamento do jogo *Pong!* e empresas que não estavam bem estabelecidas, como a Coleco, foram à falência (PALOLA, 2016).

Neste período, o mercado funcionava com regras tácitas. A ausência de contratos sociais bem estabelecidos e compartilhados favoreceu as práticas de plágio e engenharia reversa. Os custos dos controles normativos ainda são altos, porém agentes mais hábeis perceberam que a saída para a minimização das perdas passava pela construção de governança.

A Emergência Nipônica: décadas de 1980 e 1990

No final dos anos 1970 ocorreu uma reconfiguração da indústria de games com empresas estadunidenses que controlavam o mercado, e elas precisaram dividir o espaço com as empresas japonesas. O protagonismo nipônico ficou mais acentuado após 1983, com o lançamento *Crash dos Videogames* nos Estados Unidos (ou *Atari Shock*). Vários foram os motivos para tanto, dentre os quais estavam: a saturação do mercado estadunidense, com práticas de plágio e concorrência predatória; a falta de originalidade e baixa qualidade dos jogos; e a migração da comunidade gamer para os computadores pessoais (PCs). Além disso, os impactos econômicos foram significativos, com queda de mais de 70% nos lucros das empresas estadunidenses no período (ERVIN, 2017).

Nas décadas de 1980 e 1990, as empresas japonesas se tornam dominantes no cenário mundial. A liderança do mercado foi disputada por Nintendo e Sega, nas chamadas terceira (8-bits) e quarta gerações (16-bits) de consoles. Na terceira geração, a disputa ficou entre NES e Master System; e na quarta entre Mega Drive e Super Nintendo (HARRIS, 2015). A Nintendo possuía uma estratégia com forte atuação na proteção à propriedade intelectual, ao rígido programa de licenciamento para terceiros e um amplo controle da distribuição de estoques aos lojistas (HARRIS, 2015). Também oferecia jogos apropriados para toda a família e garantia de qualidade por meio do selo Nintendo.

Já a Sega investiu em uma estratégia mais ousada e oposta à rival. O licenciamento para terceiros era simples, havia muitos jogos com temáticas mais adultas e ampla disponibilidade de produtos no mercado (HARRIS, 2015). Diferentemente da Nintendo, a Sega apostava no sucesso por meio do volume de títulos, gráficos realistas e uma experiência de jogos direcionadas aos jovens e adultos.

O crescimento do faturamento das empresas acarretou a maior profissionalização do campo, com o aumento dos recursos financeiros necessários para o desenvolvimento de novos consoles, jogos e campanhas publicitárias. A Sega buscou uma imagem de empresa para jovens e adultos, enquanto a Nintendo insistiu no status de empresa com jogos para toda família. Ambas defenderam suas identidades mesmo em momentos de significativas perdas financeiras (ERVIN, 2017).

Ainda na década de 1980, houve a popularização dos videogames portáteis, sendo o mais célebre deles o Gameboy da Nintendo (HARRIS, 2015). Surgiu também a primeira *third party*³ de que se teve notícia: a Activision. As *third parties* alteraram a dinâmica de fabricação dos games, até então, produzidos exclusivamente pelas mesmas empresas que fabricavam os consoles (HISTORY.COM, 2017). Desde a Activision, os jogos multiplataforma passaram a ser uma possibilidade.

Foi também na década de 1980 que a sociedade civil começou a manifestar sobre os limites da violência nos games, produzindo uma “cruzada moral” contra os jogos violentos (KHALED JR., 2018). A resposta institucional veio somente na década de 1990, com a classificação etária de jogos, que foi introduzida por meio da criação da *Entertainment Software Rating Board* (ESRB, 2020), uma UIG constituída, até os dias atuais, como um dos principais órgãos reguladores desse espaço social. Khaled Jr. (2018) cita Ronnie Lamm, advogado que perdeu sua licença ao confrontar grandes estúdios de games, como um símbolo da luta civil contra os limites morais dessa indústria.

Em 1992, no ocidente, a Nintendo perdeu sua liderança de mercado para a Sega (HARRIS, 2015), mas outros agentes se mobilizam sinalizando uma ameaça real ao oligopólio Sega-Nintendo. Desses agentes, destacamos: empresas estadunidenses que tentavam se reerguer, como a Atari; empresas japonesas do setor de multimídia, como a 3DO e a Sony (PALOLA, 2016); empresas de eletroeletrônicos que manufaturavam consoles com arquitetura compatível aos produtos das empresas dominantes, como a Gradiente (OMELETE, 2020).

As inovações tecnológicas advindas de campos vizinhos quebraram o oligopólio Sega-Nintendo. Com o lançamento da quinta geração de consoles (32-bit, 64-bit), na “Era 3D”, a Sony, empresa japonesa do setor de multimídia, conquistou rapidamente a liderança de mercado. Após negociar sua entrada no setor de games com a Sega e com a Nintendo (HARRIS, 2015), a Sony optou por atuar sozinha, lançando o primeiro console baseado em CDs da história: o Playstation. E como o CD tem valor de reprodução menor do que os cartuchos, então ela conseguiu atingir preços menores em

³ Estúdios que desenvolvem jogos terceirizados para um ou mais fabricantes de consoles.

suas mídias. Além disso, o Playstation era capaz de ler também CDs de áudio e vídeo, o que seria um marco importante na consolidação dos consoles como plataforma de entretenimento.

O Retorno dos EUA: anos 2000

No início dos anos 2000, o mercado de games domésticos estava dividido entre três grandes agentes: Sony, Nintendo e Sega. Em 2001, entre as disputas da sexta geração de consoles (128 bits), a Sega declarou falência, pouco após o lançamento do seu último videogame, o Dreamcast (PALOLA, 2016). Ela foi comprada pela Sammy Holdings, um conglomerado de entretenimento japonês conhecido por atuar no ramo de *pachinko*, jogo de azar oriental que misturava os princípios do *pinball* com os do caça-níquel (HARRIS, 2015). Tal ação de compra pôde ser vista como uma aproximação dos interesses das empresas de jogos de azar com as empresas de games, para além de uma feliz coincidência na gênese do campo⁴.

Após ter sido comprada pela Sammy, a Sega se tornou uma *third party*, cedendo os direitos dos seus jogos exclusivos (exemplo, Sonic) para outras plataformas, o que a tornou um agente marginal. Entre os motivos da falência da Sega, pode-se destacar: falta de alinhamento estratégico entre a Sega dos Estados Unidos e a do Japão⁵; baixo volume de títulos disponíveis para as últimas plataformas; e falta de competitividade nos preços em relação aos consoles concorrentes (NISHIOKORI, 2019).

No mesmo ano que a Sega faliu, a Microsoft alavancou a participação dos Estados Unidos no mercado de consoles (OMELETE, 2020), lançando o Xbox. O console apresentava um amplo conjunto de inovações tecnológicas, como hardware com maior poder de processamento gráfico e HD embutido de fábrica. Com a entrada da Microsoft no mercado, intensificou-se o movimento de aproximação da indústria de consoles com a de PCs (ERVIN, 2017) que, até então, lidavam com comunidades de jogadores distintas. Em meados dos anos 2000, com a popularização dos serviços de internet banda larga, houve um amplo crescimento dos jogos online (NEWZOO, 2018).

Os jogos multijogadores on-line massivos (MMOs)⁶ rapidamente se popularizaram, tanto nos consoles (e.g. *Halo 2*) quanto nos PCs (e.g. *World of*

⁴ Como já exposto, Sega e Nintendo atuavam nesse setor antes de se tornarem fabricantes de videogames.

⁵ Segundo Nishikori (2019), o console Sega Saturn foi lançado no Japão na mesma semana que o Megadrive 32X foi lançado nos Estados Unidos, mas sem comunicação de qualquer um dos lados.

⁶ Jogos que permitem múltiplos jogadores simultâneos conectados à internet.

Warcraft). A interconectividade em rede mudou profundamente a interação entre empresa e comunidade de jogadores. A comunidade gamer deixou de ser exclusivamente consumidora de conteúdo e passou a ser produtora. O conteúdo gerado por usuários, avatares e mecanismos de personalização ganharam notoriedade. Para Lemos (2015), tais mecanismos são uma forma de destaque na multidão, pois a experiência dos jogos deixa de ser uma experiência individual ou de pequenos grupos e torna-se uma experiência amplamente coletiva.

Também nos anos 2000, houve um forte crescimento dos jogos para celular, devido à ampliação do acesso aos telefones móveis. Em 2003, o mercado *mobile* alcançou a mesma popularidade do mercado de consoles no Japão (HERMIDA, 2003). Apple e Google investiram em lojas próprias de jogos virtuais, e hoje em dia, o mercado de jogos para celular supera em valor o mercado de consoles e PC (NEWZOO, 2018).

Presente e Futuro: Microtransações, *Streaming* e Realidade Virtual

O mercado de games segue desenvolvendo não apenas novos produtos e serviços, mas também novos modelos de negócios, como as microtransações. Ball e Fordham (2018) definem essas como compras realizadas dentro do jogo que dão acesso a bens virtuais. Já King *et al* (2019) as definem como a utilização de dinheiro real para a compra de bens virtuais ou moeda fictícia em um game.

As microtransações estão presentes nos mais diversos games e plataformas. Elas constituem a estratégia de fidelização que introduz, periodicamente, no jogo novos conteúdos monetizados. Isso produz a possibilidade de uma experiência de jogo quase infinita em um mesmo título (SCHWIDDESSEN; KARIUS 2018), além de alterar substancialmente o design e o projeto do jogo, que passam a ser entregues ao usuário em “pequenas doses” e reforçam o conceito do jogo como serviço.

Mais recentemente, surgiu um novo tipo de microtransação: as *loot boxes*. Koeder, Tanaka e Mitomo (2018) e Perks (2019) definem as *loot boxes* como elementos *in-game* que possuem mecânicas de jogos de azar. A *loot box* implica em um elemento de incerteza, pois o jogador não sabe, à priori, quais itens está adquirindo (LATVALA 2018; KING *et al* 2019). Para Svelch (2017), a maior parte da comunidade de jogadores rejeita as microtransações, desenvolvendo uma série de ações para driblá-las.

O mercado de games continua sendo um oligopólio (MARCHAND; HENNIG-THURAU, 2013), com forte imbricamento dos campos de hardware e software, estando segmentado entre: console, PC, dispositivos móveis e jogos para *browser*. A partir dos anos 2000, observamos o crescimento dos mercados asiáticos e a consolidação da

Tencent Gant, considerada a maior empresa do mercado. A Tencent Gant é um braço do conglomerado de mídia Tencent, cuja divisão de jogos cresceu através de aquisição e investimento em outras empresas. A empresa é a porta de entrada para o mercado chinês, através de parcerias multilaterais de negócio (GILBERT, 2019).

As empresas mais bem posicionadas têm apostado em novas fronteiras tecnológicas, em geral desenvolvidas em campos vizinhos. Uma delas é o *streaming* ou *cloud gaming*, que reforça a ideia de jogo como serviço, dispensando o consumidor de investir em hardware para processamento local, uma vez que necessita apenas de uma boa conexão de internet. Isso permite que a empresa aproveite o “alongamento da cauda”, aumentando o número de consumidores com acesso ao jogo (OJALA e TYRVÄINEN, 2011). Outra fronteira tecnológica está nos dispositivos de realidade virtual. Ambas tecnologias têm atraído novos entrantes⁷, com empresas de computação (Nvidia), empresas de telefonia celular (Huawei, HTC e Samsung) e mesmo empresas de mídias sociais (Facebook), como apontam Cyre (2020) e Hood (2020).

Considerações Finais

Dada a escassez de estudos sociológicos sobre o mercado de games, elaborar um panorama histórico a partir dos principais agentes, tendências, recursos e disputas envolvidas, pareceu-nos um ponto de partida para a abertura de uma agenda de pesquisa. Nesse ensaio buscamos recontar a história desse mercado ancorados nos conceitos de espaço social e campo, ficando evidente a influência de campos vizinhos na criação, no desenvolvimento, na estabilização e desestabilização deste espaço social ao longo de sua trajetória.

Podemos afirmar que o denominado “mercado de games” se estrutura enquanto tal a partir dos anos 1970, com a consolidação dos arcades e dos consoles domésticos e suas mídias físicas. Todavia, esse processo teve início bem antes nos EUA, com o crescimento da indústria eletroeletrônica e da indústria da informática, após a Segunda Guerra Mundial. A combinação do capital econômico dessas empresas com os capitais culturais de pesquisadores e estudantes universitários produziu o amálgama que fez

⁷ No tocante às atrações de novos entrantes, cabe ponderar também que as situações comportamentais, como as derivadas de cenários decorrentes do COVID-19, reforçam a perspectiva de crescimento deste mercado. Ginak (2020) afirma que o mercado movimentou US\$10 bilhões só durante o mês de março como reflexo do isolamento social da crise da COVID-19. Além disso, Gonzales (2020) afirma que a venda de óculos de realidade virtual disparou no mesmo período devido à necessidade de as pessoas isoladas terem experiências sociais mais imersivas.

surgir a indústria de games, cujo marco costuma ser considerado a invenção do Magnavox Odyssey, por uma empresa que produzia rádios e TVs.

A trajetória da formação desse espaço social envolve a presença de outros agentes, oriundos de campos próximos e detentores de capital econômico. É o caso de empresas de brinquedos e daquelas envolvidas com jogos de azar, além de outras empresas eletroeletrônicas, que perceberam nesse novo produto – nos games – as possibilidades de ampliar seu portfólio comercial. Tais empresas são guiadas pela lógica constitutiva das relações sociais no capitalismo, que legitima como mercadoria tudo o que pode ser precificado.

Nos anos seguintes da formação do mercado de games domésticos, agentes vindos de campos próximos ou da própria indústria de jogos entraram no mercado, como Nintendo e Atari. A primeira grande crise do mercado de games derivou da falta de regulação, que abriu espaço para práticas predatórias⁸, como o plágio sustentado pela engenharia reversa. Isso levou a Magnavox a perder sua liderança, abrindo espaço para entrada de novas empresas, em especial as japonesas, que passaram a dominar o mercado estadunidense. Nos anos 1980 e 1990 veio a consolidação deste espaço através da disputa das duas maiores empresas: SEGA e Nintendo. Ganhou-se destaque um debate sobre qual o nível de violência aceitável em jogos, fato que originou o ESRB — Unidade Interna de Governança — que atua para regulamentar as relações através da classificação dos jogos.

A crescente profissionalização exigiu aportes financeiros maiores para o PD&I e a criação de campanhas publicitárias de massa. Reputação também se configurou como um recurso valioso. A Nintendo reafirma sua posição de empresa familiar e a SEGA se estabelece como uma empresa com jogos para adolescentes e adultos.

Nos anos seguintes, aprofundaram-se a segmentação desse mercado, com jogos para consoles, PCs, dispositivos móveis, portáteis e *browsers*. A regulação avançou com o reconhecimento de direitos autorais, reduzindo o risco de situações como as que geraram a crise de 1970.

Inovações em campos próximos seguem levando a disrupções no mercado de games. O desenvolvimento de novas mídias, plataformas e das microtransações está entre as mais importantes. Os modelos de negócios incorporam a dimensão de serviço. As microtransações não substituem, ao menos ainda, a venda de produtos ou o serviço de assinatura. Inovações recentes, que parecem levar ao *cloud gaming*, reforçam a ideia de jogos como serviço, especialmente em decorrência do alongamento da curva de

⁸ Estamos usando o conceito de concorrência predatória da concepção de controle direito de Fligstein (1993), em que as empresas tomam decisões de negócios agressivas para prejudicar umas às outras.

viabilidade dos negócios. Por outro lado, seguem crescentes as demandas por recursos financeiros para PD&I, campanhas publicitárias e construção de imagem da empresa.

No que se refere aos conceitos de espaço social e campo, que apresentamos no início deste ensaio, podemos afirmar, provisoriamente, que o mercado de games constitui um espaço social específico, mas não exatamente um campo estabilizado. Entendemos que há ainda muito para se compreender sobre sua dinâmica. Este ensaio, longe de exaurir o objeto, abre portas que nos guiam aos cômodos e vielas que precisam ser investigados.

Apontamos como possibilidades de estudos futuros um aprofundamento na caracterização dos agentes do mercado de games, em especial àqueles envolvidos na cadeia de atividades de desenvolvimento de um game; uma descrição histórica mais detalhada das atividades e contendas presentes ao longo das décadas em que esse mercado vem se desenvolvendo, aqui apenas pinceladas; a compreensão do movimento e suas consequências da crescente aproximação dos games com o campo dos jogos de azar; e a presença dos games em vários campos de ação estratégica, como o cinema e a educação, entre outros. É necessário, enfim, que compreendamos os processos de gamificação da vida social.

THE GAMES MARKET: GENESIS, TRANSFORMATIONS AND TRENDS

ABSTRACT: *Games are part of a multi-billion-dollar cultural industry, having economic and social relevance. In this essay, we seek to carry out a sociogenesis of the games industry, anchored in the concepts of social space and field, from different authors, among them, Pierre Bourdieu. Our time frame begins in the years 1940s and continues until the present moment, the beginning of the second decade of the 21st century. We show that this social space has been reconfigured from innovations coming from neighboring fields, such as those of the electronics, computer, telecommunications and gambling. Those reconfigurations imply rearranging the positions of agents, creating institutional structures and establishing diverse social relationships. We conclude with considerations about the future of this industry.*

KEYWORDS: *Games Industry. Economic Sociology. Social Space. Pierre Bourdieu.*

EL MERCADO DE LOS JUEGOS: GÉNESIS, TRANSFORMACIONES Y TENDENCIAS

RESUMEN: Los juegos son parte de una industria cultural multimillonaria, que tiene relevancia económica y social. En este ensayo, buscamos realizar una sociogénesis de la industria del juego, anclada en los conceptos de espacio y campo social, de diferentes autores, con énfasis en Pierre Bourdieu. Nuestro marco temporal comienza en la década de 1940 y continúa hasta el momento actual, inicio de la segunda década del siglo XXI. mostramos el hecho de que este espacio social se ha reconfigurado debido a las innovaciones provenientes de campos sociales vecinos, como la industria electrónica, informática, de telecomunicaciones y de juegos de azar. Esas reconfiguraciones implican la reordenación de las posiciones de los agentes, la creación de estructuras institucionales y el establecimiento de relaciones sociales diversas. Finalmente, tejemos las consideraciones pertinentes al futuro de esta industria.

PALABRAS CLAVE: Industria de los juegos. Sociología económica. Espacio social. Pierre Bourdieu.

REFERÊNCIAS

BALL, Christofer; FORDHAM, Joseph. Monetization is the Message. **Digital Games Research Association**. 2018.

BALLAND, Pierre-Alexandre.; DE VAAN, Mathijs.; BOSCHMA, Ron. The dynamics of interfirm networks along the industry life cycle, 1987–2007. **Journal of Economic Geography**, v. 13, n. 5, p.741-765, 2013.

BECKER, Howard S.; PESSIN, Alain. A Dialogue of The Ideas of “World” and “Field”. **Sociological Forum**. v. 21, n. 2 jun., 2006, p.275-286.

BOLTANSKI, Luc; THÈVENOT, Laurent. **On Justification**. 1 ed. Paris: Galimard, 1991.

BOURDIEU, Pierre. Espaço Físico, espaço social e espaço físico apropriado. **Estudos Avançados**. v. 27, n. 79, 2013.

BOURDIEU, Pierre. O campo econômico. **Política & Sociedade**, v. 4, n. 6, p.15-58, 2005.

CALLON, Michel. **The Laws of the Market**. Oxford: Blackwell Publishers. 1998

CANDIDO, Silvio E. A.; CÔRTEES, Mauro R.; TRUZZI, Oswaldo M. S.; SACOMANO NETO, Mário. Campos nos estudos organizacionais. **Gest. Prod.** 2018, v.25, n.1. p.68-80.

- CATANI, Afrânio Mendes (Org.) **Vocabulário Bourdieu**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.
- CONSALVO, Mia. Console video games and global corporations. **New media & society**, v. 8, n. 1, p.117-137, 2006.
- CROSSLEY, Nick. Social Class. In: GRENFEEL, Michael. **Pierre Bourdieu Key Concepts**. Durham: Acumen, 2008. P. 87-100.
- CYRE, Clayton. Tencent And Huawei Join For Cloud Gaming. **GOG Connect**. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/358V1UX>. Acesso em: 26 abr. 2020.
- DIMAGGIO, Paul J.; POWELL, Walter W. A gaiola de ferro revisitada. **RAE**, v. 45, n. 2, p.74-89, 2005.
- DONOVAN, Tristan. **Replay: The History of Videogames**. Online: Yellow Ant Media. 2010.
- ERVIN, Andrew. **Bit by Bit: How Videogames Transformed our World**. USA: Basic Books, 2017.
- ESRB. **About ESRB**. Disponível em: <https://bit.ly/3aw5niL> Acesso em: 13 abr. 2020.
- FLIGSTEIN, Neil. **The Transformation of Corporate Control**. USA: Harvard University Press. 1993.
- FLIGSTEIN, Neil; McADAM, Doug. **A theory of fields**. USA: Oxford University Press, 2012.
- GIL, Ricard; WARZYNSKI, Frederic. Vertical integration, exclusivity, and game sales performance in the US video game industry. **The journal of law, economics, and organization**, v. 31, n. suppl_1, p. i143-i168, 2015.
- GILBERT, Ben. The biggest game company in the world isn't Nintendo. **Business Insider**. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/2VXcqMg>. Acesso em: 26 abr. 2020.
- GINAK, Leticia. Mercado de Games é Superaquecido com Isolamento Social. **Estadão**. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3dLfMcq>. Acesso em: 17 mai. 2020.
- GONZALES, Natalia. COVID-19 is a VR gaming boom. **The American Genius**. Disponível em: <https://bit.ly/2VCpjfu>. Acesso em: 26 abr. 2020.
- HARRIS, Blake J. **A Guerra dos Consoles**. Rio de Janeiro: Intrínseca. 2015.
- HERMIDA, Alfred. Japan leads mobile game graze. **BBC news**. 2003. Disponível em: <http://news.bbc.co.uk/2/hi/technology/3186345.stm>. Acesso em: 20 set. 2020.
- HISTORY.COM. **Videogames History**. HC Online. 2017. Disponível em: <https://bit.ly/2VSc6y7>. Acesso em: 02 mar. 2020.
- HOOD, Bryan. The Best VR Headsets to Escape the Real World. 2020. **Robb Report**. Disponível em: <https://bit.ly/357tLpL>. Acesso em: 26 abr. 2020.

JARDIM; Maria Chaves; CANDIDO, Silvio Eduardo Alvarez. A sociologia econômica nos Estados Unidos: principais autores, conceitos e debates. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais – BIB**, n. 88, 2019.

JIJI GAHO SHA INC. **Asia-Pacific Perspectives**, v.1. Hakubundo: Japan Publications. 2003.

KHALED JR.; Salah H. **Videogame e violência**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2018.

KING, Daniel L.; RUSSEL, Alex M.T; DELFABRO, Paul H.; POLISENA, Dean. Fortnite microtransaction spending was associated with peers' purchasing behaviors but not gaming disorder symptoms. **Addictive Behaviors**. 2019. Doi: 10.1016/j.chb.2019.07.017

KOEDER, Marco J.; TANAKA, Ema; MITOMO, Hitoshi. Lootboxes in digital games. **22nd Biennial Conference Of the ITS**. Seul: EconStor. 2018.

LATVALA, Tatu. **Elements of Gambling in Video Game Microtransactions**. Jyväskylä: University of Jyväskylä Press. 2018.

LEMOS, André. **Cibercultura**. Porto Alegre: Sulina. 2015;

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 2010.

LEWIN, Kurt. **Resolving Social Conflicts**. Kindle Edition: 2010

MARCHAND, André; HENNIG-THURAU, Thorsten. Value Creation in the Video Game Industry. **Journal of Interactive Marketing**. n.3, v. 27, jan. 2013.

MARTIN, John L. What is a field theory? **American Journal of Sociology**. n.109, v.1, p.1-49. 2003.

MAYRA, Frans. **An introduction to game studies**. Los Angeles: Sage. 2008.

NEWZOO LTD. **Annual Global Games Market Report 2018**. Disponível em: <https://bit.ly/2S30yqC>. Acesso em: 29 fev. 2020.

NISHIKORI, Igor. Sega - 59 anos. **TechTudo**. 17 jul. 2019. Disponível em: <https://glo.bo/3281srh> Acesso em: 15 abr. 2020

OAKLEY, Kate; O'CONNOR, Justin. (Ed.). **The Routledge companion to the cultural industries**. Routledge, 2015.

OJALA, Arto e TYRVÄINEN, Pasi. Value network in cloud computing. *Journal of Business Strategy*, 2011. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/239781200_Value_networks_in_cloud_computing. Acesso em: 15 ago. 2020.

OMELETE ORIGINAIS. **Destravado**. Disponível em: <https://bit.ly/2VVkFsd>. Acesso em: 13 abr. 2020.

PALOLA, Taneli. History of Videogames. **VGChartz**. 2016. Disponível em: <https://bit.ly/2KoKuvk>. Acesso em: 23 abr. 2020.

PERKS, Mathew E. How Does Games Critique Impact Game Design Decisions? A Case Study of Monetization and Loot Boxes. **Games and Culture**, p. 1–22, 2019.

POLANYI, Karl. **A Grande Transformação**. 2 ed. Rio de Janeiro: Compus. 2000.

ROBERTS, John M.; ARTH, Malcolm J. e BUSH, Robert R. Games in Culture. **American Anthropologist**, v. 61, n.4, p.597-605, 1959. Disponível em: <https://bit.ly/3jrUqUo>. Acesso em: 15 jul. 2020.

SCHWIDDESEN, Sebastuab; KARIUS, Philipp. Watch your loot boxes. **Interactive Entertainment Law Review**, v. 1, n. 1, p.17–43, 2018.

SMELSER, Neil J.; SWEDBERG, Richard. **The handbook of economic sociology**. Princeton UP, 2010.

SVELCH, Jan. Playing with and against Microtransactions *In*: MCCAFFREY, Matthew. **The evolution and social impact of videogame economics**. Londres: Lexington Books, 2017. p.201-120.

THOSOM, Patricia. Field. *In*: GRENFEEL, Michael. **Pierre Bourdieu Key Concepts**. Durham: Acumen, 2008. p. 67-84.

WALZ, Steffen P.; DETERDING, Sebastian (Ed.). **The gameful world: Approaches, issues, applications**. Mit Press, 2015.

WATSON, Max. Games. **Cambridge encyclopedia of anthropology**. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/32vhNVW>. Acesso em: 16 jul. 2020.

WEBER, Max. **Economia e sociedade**. v. 1. Brasília: UnB, 1999.

WOLF, Mark J. **Before the crash**. Wayne State University Press, 2012.

ZELIZER, Viviana. The purchase of intimacy. **Law & Social Inquiry**, v. 25, n. 3, p.817-848, 2000.

Recebido em 05/03/2020.

Aprovado em 18/09/2020.

Resenha

ANIMAIS COMO VILÕES EPIDÊMICOS

Diego Breno VILELA*

Framing Animals as Epidemic Villains integra uma série de publicações intitulada *Medicine and Biomedical Sciences in Modern History*¹⁵⁵, idealizada pelo Professor John Pickstone (1944-2014)¹⁵⁶. Possui como principal objetivo promover debates em torno dos impactos das ciências biomédicas no mundo contemporâneo e suas conexões com as estruturas econômicas, políticas e sociais – um esforço interdisciplinar de aproximação entre estudos nas áreas de medicina, ciências e tecnologias. O volume em questão foi editado e organizado pelo antropólogo Christos Lynteris (2019)¹⁵⁷ (*University of St Andrews-UK*), sendo composto por nove capítulos (incluindo introdução e posfácio). Fruto da pesquisa de autores de diversos países e áreas do conhecimento, os capítulos retratam o surgimento e as transformações de quadros epidemiológicos e saúde pública, de doenças causadas por vetores não humanos em várias partes do mundo.

Em “*Introduction: infectious animals and epidemic blame*”, Lynteris aponta que várias das epidemias ao longo do século XXI, tais como de *Zika*, SARS, gripe aviária ou ebola, têm em comum o fato de serem doenças transmitidas por vetores não humanos. Isto transformou determinadas classes de insetos/animais em verdadeiros “vilões epidêmicos”. Esse enquadramento passa pelo reconhecimento da capacidade de uma dada espécie de propagar e/ou ser um hospedeiro de doenças para seres humanos. Mais do que uma introdução restrita a apresentar capítulos, Lynteris desenvolve importantes

* UEPB – Universidade Estadual da Paraíba. Centro de Ciências Humanas e Exatas. Departamento de Letras. Monteiro – PB – Brasil. 58500-000. brenolvilela@gmail.com. <https://orcid.org/0000-0002-9720-8582>.

¹⁵⁵ Mais informações em: PALGRAVE Macmillan. Disponível em: <https://www.palgrave.com/gp/series/15183>. Acesso em: 04 nov. 2020.

¹⁵⁶ Importante historiador da ciência e responsável por difundir uma área integrada de conhecimento: HSTM (História da Ciência, Tecnologia e Medicina).

¹⁵⁷ Lynteris também é autor/editor de livros com temáticas semelhantes, por exemplo, *Ethnographic Plague: configuring disease on the chinese-russian frontier* (2016) e, junto com outros autores, *Histories of Post-Mortem Contagion: infectious corpses and contested burials* (2017); *Plague and the City* (2018); *The Anthropology of Epidemics* (2019).

reflexões oferecendo ao leitor um bom panorama para sua imersão na temática geral do livro.

O segundo capítulo é assinado pela historiadora Karen Sayer e intitula-se “*Vermin Landscapes: Suffolk, England, shaped by plague, rat and flea (1906-1920)*”. A autora toma como ponto de partida aquele que foi considerado o último surto de “peste pneumônica” da Inglaterra, ocorrido na cidade de Suffolk e adjacências, entre os anos de 1906 a 1920. Sayer está particularmente interessada nos fatores políticos e sociais de tal surto, bem como na intrincada trama que enredou formuladores de políticas sanitárias, cientistas, profissionais de saúde e a imprensa da época. Uma das contribuições mais importantes do capítulo é a identificação da maneira pela qual as noções de **classe**, **localidade** e **colonialidade** balizaram a construção narrativa da doença e as medidas de saúde pública para sua contenção.

No capítulo III o antropólogo Christos Lynteris trata do caso das marmotas siberianas e como passaram a ser encaradas como “vilãs epidêmicas”. Parte deste percurso está associado à descoberta de que os longos períodos de hibernação em tocas subterrâneas (outubro a abril), ampliavam a capacidade das marmotas preservarem, e, posteriormente, transportarem a bactéria *Yersinia pestis*, contribuindo para a persistência da doença na região. Lynteris põe em relevo o processo por meio do qual as marmotas e suas tocas emergiram como objetos de preocupação epidemiológica, enfatizando os métodos visuais utilizados para retratar, interrogar e pontuar as tocas desses animais como reservatórios da peste. O trabalho do autor constitui um ótimo exemplo para refletirmos sobre a construção de narrativas e controversas científicas, bem como a persistência de doenças em um determinado ambiente, mesmo sem haver grandes proximidades entre humanos e os vetores da doença. Também ganha destaque aqui a abordagem visual das epidemias (fotografia epidêmica), que permitem captar nuances que muitas vezes escapam aos textos escritos (KECK; KELLY; LYNTERIS, 2019).

O quarto capítulo é de autoria da antropóloga Deborah Nadal, que já no primeiro parágrafo de “*To Kill or not to Kill: negotiating life, death, and one health in the context of dog-mediated rabies control in colonial and independent India*”, apresenta dados alarmantes: um terço das mortes humanas causadas por **raiva** no mundo ocorre na Índia (algo em torno de 20 mil pessoas por ano). Desta vez, os grandes “vilões epidêmicos” são os cães, portadores mais comuns do vírus da **raiva**. Nadal se debruça na longa história dos cães como propagadores da **raiva** na Índia, notando que o entendimento a respeito da zoonose – principalmente no período colonial – estava fortemente relacionado ao modo de classificar os cães: “cães sem dono”, “vadios” ou “párias”, eram aqueles que representavam perigo para a colônia, como também os maiores alvos, até o

ano de 2001, das políticas de abate em massa para conter a doença¹⁵⁸¹⁵⁹. No entanto, isto não ocorreu sem conflitos. As relações entre cães-pessoas-doença se tornaram ainda mais complexas com o surgimento de grupos em defesa dos animais, que reivindicavam, ao invés do abate, a vacinação como solução para que humanos e cães se mantivessem saudáveis. Para a própria autora, a solução para o controle da **raiva** passa pelo reconhecimento de que os cães são tão vítimas da doença quanto os humanos. No entanto, em países como a Índia, onde os investimentos e o acesso à saúde são precários, “cuidar de cães” soa para parte da população como “não cuidar de humanos”. Vaciná-los e esterilizá-los, pode ser entendido como desperdício de tempo, recursos e dinheiro. Não por um acaso, surgiram grupos organizados favoráveis à eliminação dos cães, tais como *Stray Dog Free Movement* e o *People for the Elimination of Stray Dogs in Maharashtra*. Esses são apenas alguns dos elementos que atravessam esse cenário complexo etnografado por Nadal, repleto de conflitos e que envolve o entrelaçamento de elementos como colonialismo, hierarquia, cães, humanos, **raiva** e uma tensa relação “interespecífica”.

Vetor de doenças como malária, dengue, febre amarela e filariose, mosquitos de diversos tipos e espécies são considerados em muitos contextos os maiores “vilões epidêmicos” para a humanidade. Neste livro, temos três capítulos dedicados a eles (V, VI e VIII).

Em “*Tiger Mosquitoes from Ross to Gates*”, Maurits Bastiaan Meerwijk faz um apanhado de pontos focais da história, onde os mosquitos foram representados como “vilões epidêmicos” no domínio público, em especial, como espécie “predatória”, e, por vezes, dotados de “intencionalidade”. O autor examina filmes, peças publicitárias, discursos científicos, médicos, governamentais e midiáticos que foram fundamentais nesse processo. Ganha destaque o uso de uma linguagem militar ou mesmo de guerra, para descrever a ameaça patogênica dos mosquitos e os meios para controlar sua presença “ameaçadora”. Uma das grandes imagens nesse sentido é a do “mosquito tigre” (com pernas listradas), que reforça qualidades “predatórias” das espécies *Aedes aegypti* e *Aedes albopictus*. Considerando tais representações um tanto reducionistas, o autor aponta que, nas “estratégias de combate” por ele analisadas, toda a “culpa” recaiu nos

¹⁵⁸ A adoção de uma política de controle de matança em massa de animais não ocorreu apenas na Índia. Foi praticada amplamente em vários países, inclusive no Brasil. Em Recife-PE a chamada “carrocinha” exerceu a mesma política de captura e morte, levando os animais de rua para serem abatidos em centros de zoonoses até o final da década de 2000.

¹⁵⁹ Com o tempo, tais práticas se tornaram incompatíveis com a crescente sensibilidade em torno desses animais, que deixaram de ser vistos apenas como vetores de doença e se inserindo na esfera dos afetos (BAPSTELA; ABONÍZIO, 2017).

mosquitos, que nada mais são do que vetores, isto quando portam algum vírus. Proceder desta forma simplifica e desconsidera a complexidade das verdadeiras causas das doenças infecciosas, que envolve forças culturais, econômicas e a própria relação da humanidade com o meio ambiente.

O segundo artigo no qual mosquitos figuram como protagonista é de autoria da antropóloga Luísa Reis-Castro e do historiador Gabriel Lopes. Em “*A Vector in the (Re)Making: a history of Aedes aegypti as mosquitoes that transmit diseases in Brazil*”, os autores examinam o percurso histórico do mosquito do tipo *Aedes Aegypti* no Brasil, em três momentos epidêmicos distintos: febre amarela, dengue e *Zika*. Situados em diferentes contextos políticos e sociais da história do Brasil, os três distintos vírus moldaram o tipo de “vilão epidêmico” em que o mosquito se tornou. Mais do que isso: transformou sobremaneira os significados epidemiológicos e políticos decorrentes das interações “vírus-mosquito-humano”. Durante a febre amarela (início do século XX), onde o vírus foi mais letal para a população de imigrantes europeus (brancos) recém-chegados ao Brasil, eliminar o vírus, neste caso, o mosquito, tornou-se uma questão de “avanço civilizacional”. No caso da dengue (a partir de 1986), a ausência de ações estatais efetivas para o seu enfrentamento desencadeou na população mais afetada pela doença uma série de reivindicações como direito a saúde, maior atenção e presença do Estado nas regiões mais vulneráveis, em suma, justiça social. Por fim, no contexto da *Zika* (a partir do final de 2015) ganhou relevância o entrelaçamento da doença, seus efeitos para as mulheres grávidas e seus filhos, com o debate em torno de pautas como direitos reprodutivos e ao aborto.

Encerrando as publicações sobre mosquitos, o oitavo capítulo, intitulado “*Zika Outbreak in Brazil: in times of political and scientific uncertainties mosquitoes can be stronger than a country*”, Matta, Nogueira, Rabello e Silva analisam como a política de combate à epidemia do *Zika* vírus no Brasil assumiu um caráter de guerra declarada ao seu vetor primário, tornando o *Aedes aegypti* um vilão epidêmico global. No decorrer do capítulo, os autores demonstram a cada tópico, como essa “estrutura de guerra” criada para combater o mosquito, entrelaçou-se com discursos e interesses científicos, de Estado, da indústria de biotecnologia e com o próprio contexto de instabilidade política brasileira que resultou no impeachment da Presidente Dilma Rousseff.

O sétimo capítulo é de autoria da antropóloga médica Séverine Thys e tem como pano de fundo o surto de Ebola ocorrido em quatro distritos do sudoeste da República da Guiné (Guiné-Conacri, África), no ano de 2014. Além de apresentar taxas de mortalidade maiores quando comparada a outras regiões do país, chamou atenção da pesquisadora diversos episódios de resistência ou mesmo hostilidade à adoção das medidas oficiais para controle da doença. Diante deste quadro, Thys apresenta a

hipótese de que parte considerável dessas atitudes estão relacionadas com as divergências entre “modelos explicativos” (KLEINMAN, 1980) para a origem e cadeia de transmissão do Ebola: de um lado, o “modelo biomédico”, e de outro, as próprias versões locais para o surgimento da doença. Refletir sobre esses modelos e contrastá-los constitui o objetivo principal da autora. Talvez este seja o artigo que menos concentra atenção nos chamados “vilões epidêmicos”, dando mais ênfase às interpretações e significados da doença. No entanto, mantém-se alinhado à proposta do livro, demonstrando ao longo de todo o trabalho o caráter multidimensional da crise do Ebola na República da Guiné.

O livro é encerrado com o capítulo “*Postscript: epidemic villains and the ecologies of nuisance*”, assinado pelo antropólogo francês Frédéric Keck. Nele, o autor recupera pontos centrais do que foi apresentado, afirmando que é possível traçar uma “geografia da culpa” das doenças epidêmicas transmitidas por animais não humanos.

Em conjunto, os capítulos de *Framing Animals as Epidemic Villains – Histories of Non-Human Disease Vectors* oferecem um panorama que reforça a necessidade de se examinar o entrelaçamento entre questões epidemiológicas e condicionantes históricos, sociais e culturais. Em tempos de pandemia global, em que muitas vezes a discussão em torno da doença se limita a estatísticas e debates técnicos, ou resvala em maniqueísmos simplistas do tipo economia x saúde pública, torna-se crucial a divulgação de esforços multidisciplinares como o que é realizado neste livro. Nesse cenário, o papel das Ciências Sociais é fundamental, no sentido de promover uma abordagem qualitativa e aprofundada desses fenômenos (SEGATA, 2020).

Se hoje parece óbvio que alguns animais são vetores, propagadores ou hospedeiros de patógenos que podem causar doenças aos seres humanos, foi apenas na virada do século XIX, com o desenvolvimento dos estudos bacteriológicos e da microbiologia, que eles começaram a ser enquadrados como “vilões”, tornando-se protagonistas de uma série de “dramas epidêmicos”. Como nos adverte Frédéric Keck em seu capítulo, os “vilões” também podem ser definidos como aqueles que desempenham um papel importante para o desenrolar de uma dada trama ou história. No caso em questão, os efeitos do enquadramento dos animais como “vilões epidêmicos” foram significativos. Não apenas reordenou as estruturas simbólicas, as associações entre humanos-animais e o modo de pensar a respeito de algumas espécies, como passou a ser parte constituinte da epidemiologia moderna, da saúde pública e do próprio gerenciamento estatal – expondo as fraquezas dos nossos sistemas de controle e vigilância de doenças (KECK; KELLY; LYNTERRIS, 2019).

Uma das principais contribuições de *Framing Animals as Epidemic Villains – Histories of Non-Human Disease Vectors*, é evidenciar processos que tornaram certos

animais “vilões” e agentes epidêmicos globais, ao passo em que demonstra que eles estão enredados em contextos locais de significação. Lançada sobre o momento atual, a reflexão indica que os efeitos de uma epidemia, mesmo de caráter global, a exemplo da COVID-19, não são sentidos e experimentados da mesma forma, em todos os lugares. Questões que envolvem gênero, classe, raça ou geração são cruciais na forma como uma dada doença é experienciada. Em outras palavras, vírus, doenças, epidemias e seus efeitos, devem ser pensados sempre de forma situada (SEGATA, 2020), como “paisagens ou panoramas” da pandemia (APPADURAI, 1999).

REFERÊNCIAS

- APPADURAI, Arjun. Disjunção e diferença na economia cultural global. *In*: FEATHERSTONE, Mike (Org.). **Cultura global**: nacionalismo, globalização e modernidade. Petrópolis: Vozes, 1999. p.311-328.
- BAPTISTELLA, Eveline; ABONÍZIO, Juliana. O peso dos animais nas urnas: uma reflexão sobre o papel dos animais na política contemporânea. **Revista Brasileira de Ciência Política**. 2017, n.22, p.329-372.
- ENGELMANN, Lukas; HENDERSON, John; LYNTERRIS, Christos (Ed.). **Plague and the City**. Routledge, 2018.
- KECK, Frédéric; KELLY, Ann H.; LYNTERRIS, Christos. Introduction: the anthropology of epidemics. *In*: KELLY, Ann H.; KECK, Frédéric; LYNTERRIS, Christos. **The anthropology of epidemics**. London: Routledge, col. Routledge Studies in Health and Medical Anthropology, 2019, p.1-23.
- KELLY, Ann H., KECK, Frédéric; LYNTERRIS, Christos (dir.). **The Anthropology of Epidemics**. London: Routledge, col. Routledge Studies in Health and Medical Anthropology, 2019.
- KLEINMAN, Arthur. **Patients and Healers in the Context of Culture**. An Exploration of the Borderland Between Anthropology, Medicine and Psychiatry. Berkeley, CA: University of California Press, 1980.
- LYNTERRIS, Christos. **Framing Animals as Epidemic Villains** – Histories of Non-Human Disease Vectors. Medicine and Biomedical Sciences in Modern History. Palgrave Macmillan UK, 2019.
- LYNTERRIS, Christos. **Ethnographic Plague**: configuring disease on the chinese-russian frontier. Palgrave Macmillan UK, 2016.

LYNTERIS, Christos; EVANS, Nicholas (Eds.). **Histories of Post-Mortem Contagion: infectious corpses and contested burials**. Palgrave Macmillan, 2017.

SEGATA, Jean. Covid-19: escalas da pandemia e escalas da antropologia. Boletim n.2, **Cientistas Sociais e o Corona Vírus**. Disponível em: <http://anpocs.org/index.php/publicacoes-sp-2056165036/boletim-cientistas-sociais/2307-boletim-n-1-cientistas-sociais-o-o-coronavirus-2>. Acesso em: 20 jun.2020.

Recebido em 30/07/2020.

Aprovado em 07/09/2020.

Entrevista

O PAPEL DA MULTIDISCIPLINARIDADE E DO ANTROPOMORFISMO NOS ESTUDOS ANIMAIS - ENTREVISTA COM JAMES SERPELL

*Susana COSTA**
*Ivana TEIXEIRA***

Contexto da entrevista

James Serpell concedeu a entrevista a Susana Costa e Ivana Teixeira por e-mail, em Novembro de 2020, em meio às medidas de restrição de contato social impostas pela pandemia da Covid-19. A conversa versa sobre a evidente multidisciplinaridade dos estudos animais e do antropomorfismo que potencialmente moldará em parte o que nesta área científica se produz.

Apresentação do entrevistado

James A. Serpell é professor de Ética e Bem-Estar Animal na Universidade da Pensilvânia. Leciona Ética Veterinária, Comportamento e Bem-Estar Animal Aplicado e Interações entre Humanos e Animais na Escola de Medicina Veterinária. Serpell é também responsável pelo Centro de Interação Animais e Sociedade (CIAS), foi fundador da Sociedade Internacional de Antrozoologia (ISAZ) da qual ainda é membro, participou na criação do C-BARQ (a primeira investigação relacionada com a avaliação comportamental de cães) e, durante a sua estadia na Universidade de Cambridge (1985) fundou o Grupo de Investigação em Animais de Companhia.

O seu percurso enquanto investigador na área da antrozoologia é muito vasto, e inclui publicações na área das Ciências Sociais, bem como estudos sobre as interações entre humanos e animais. O seu primeiro livro, *In the Company of Animals*, continua a ser um clássico,

* UC – Universidade de Coimbra. CIAS – Centro de Investigação em Antropologia e Saúde. Departamento de Ciências da Vida. Coimbra - Portugal. 3000-456 - susanagkosta@gmail.com. <https://orcid.org/0000-0002-2766-0135>.

** UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Departamento de Saúde Coletiva. Porto Alegre – RS – Brasil. 90620-110 - ivanasteixeira@gmail.com. <https://orcid.org/0000-0002-6409-7820>.

fornecendo uma ampla visão das interações entre humanos e animais. O seu livro *The Domestic Dog* é igualmente uma fonte incontornável de conhecimento sobre o comportamento dos cães e as nossas interações com estes companheiros não-humanos. Entre os seus inúmeros trabalhos de investigação, contam-se ainda um estudo sobre o aumento do número de horas de passeio dos tutores de cães após a adoção de um companheiro canino e um outro que contribuiu para um maior entendimento da origem da compatibilidade entre humanos e cães ainda que os últimos exibam problemas comportamentais.

O contributo de James Serpell para os estudos animais é inquestionável fazendo com que seja atualmente um autor e investigador incontornável.

Susana Costa e Ivana Teixeira: Conte-nos um pouco sobre o seu percurso na investigação e como é que acabou a trabalhar na área dos estudos sobre animais.

James Serpell: Enquanto estudante de licenciatura em Londres, na década de 1970, fiz um curso no Instituto de Arqueologia intitulado A Domesticação de Plantas e de Animais. Como parte desse curso, escrevi um trabalho final sobre a domesticação do cão que despertou o meu interesse inicial na relação humano/cão e as origens do mesmo. Anos mais tarde, após completar um Doutoramento bastante convencional sobre Etologia de papagaios, decidi voltar ao tema do relacionamento humano/cão e tive a sorte de obter financiamento para um Pós-Doutoramento no prestigiado Departamento de Comportamento Animal da Universidade de Cambridge. Continuei a estudar interações entre humanos e animais e bem-estar animal na Universidade de Cambridge nos 14 anos que se seguiram e ajudei a fundar a *International Society for Anthrozoology* (ISAZ) no final desse período. Finalmente, em 1993, ofereceram-me o meu atual emprego na Universidade da Pensilvânia onde tenho tido a oportunidade de continuar a desenvolver os meus interesses.

Susana Costa e Ivana Teixeira: Como é que vê a multidisciplinaridade e a sua importância nos estudos sobre animais?

James Serpell: Desde o seu início, a área dos estudos sobre animais/antropozologia tem atraído académicos de uma grande diversidade de disciplinas, incluindo a Biologia, Psicologia, Antropologia, Arqueologia, Sociologia, História, Medicina/Psiquiatria e Medicina Veterinária. Dada a sua natureza, os estudos sobre a relação humano/animais requerem uma abordagem multidisciplinar, e disciplinas diferentes trazem perspectivas que ajudam a enriquecer esta área do conhecimento.

Para mim, este é o aspecto mais entusiasmante e estimulante dos estudos sobre animais.

Susana Costa e Ivana Teixeira: Como é que vê o antropomorfismo e a sua relação com o surgimento do movimento pelos direitos dos animais?

James Serpell: Antropomorfismo – atribuição de estados mentais humanos a espécies não-humanas – desde perspectivas humanas, habilita os humanos a preocuparem-se com os sentimentos e as necessidades dos outros animais. Viver com outros animais como companheiros (“pets”) tende a reforçar esta capacidade. Apesar do movimento moderno pelos direitos dos animais ter se inspirado em algumas publicações-chave, tal como *Animal Liberation* (1975) de Peter Singer, acredito que o sucesso do seu livro e de outros como este se deve primeiramente ao fato de ele racionalizar e, até certo ponto, legitimar atitudes antropomórficas preexistentes em relação aos animais não-humanos.

Susana Costa e Ivana Teixeira: É possível traduzir a nossa relação com os animais de companhia sem a antropomorfizar?

James Serpell: É possível mas também difícil; tal como é difícil sermos estritamente objetivos em relação às nossas relações com outros humanos. Para entendermos as relações temos que considerar as perspectivas de ambos os participantes – animal e humano. Sabemos como é ser um humano, não sabemos exatamente como é ser cão ou gato. Assim, temos que manter a mente aberta e nunca assumir que as suas necessidades e desejos são necessariamente os mesmos que os nossos. Pelo contrário, devemos abordar os estudos sobre relações humanos/animais da mesma maneira que um antropólogo deverá abordar o estudo de culturas com idiomas, hábitos e costumes e ecologias inteiramente diferentes.

Susana Costa e Ivana Teixeira: Existe um consenso acerca da atribuição de capacidades cognitivas superiores em não-humanos animais?

James Serpell: Ainda não, mas estamos mais perto de um consenso agora do que antes. De um modo geral, quanto mais aprendemos sobre as capacidades cognitivas dos animais por meio de pesquisas empíricas cuidadosas, mais impressionantes se tornam suas habilidades cognitivas.

Susana Costa e Ivana Teixeira: O Hospital Veterinário é uma zona de contato ideal para observar a relação humano-animal. Você observa algum padrão de relacionamento entre as pessoas e seus animais de companhia?

James Serpell: As pessoas que trazem seus animais para o Hospital Veterinário da Universidade da Pensilvânia tendem a ser mais antropomorficamente apegadas a seus animais de companhia (*pets*) e mais dispostas a gastar grandes quantias em dinheiro com os cuidados de saúde a seus animais de estimação. Isso às vezes é ruim para o bem-estar dos animais; por exemplo, quando o dono se recusa a autorizar a eutanásia, mesmo quando o animal está sofrendo e quase não tem esperança de recuperação.

Susana Costa e Ivana Teixeira: A Terapia Assistida por Animais (TAA) se conecta com ideias animistas onde humanos e não-humanos animais compartilham percepções semelhantes, embora ambos sejam taxonomicamente diferentes. Podemos assumir a existência de uma troca de substâncias invisíveis entre humanos e animais? Que outras características, além das projeções antropomórficas, podem operar nessa relação terapêutica?

James Serpell: A conexão entre animismo e TAA é através do antropomorfismo. A crença animista em “espíritos” animais capazes de nos ferir ou nos curar é consequência da ideia antropomórfica de que os animais, como os humanos, possuem almas “pensantes” que sobrevivem após a morte. A influência positiva da TAA surge da ideia antropomórfica de que os animais de terapia nos amam e se preocupam conosco, independentemente de quem somos ou de nossa aparência. Não há nenhuma “substância invisível” além da crença em uma conexão emocional entre nós e eles, e os profundos efeitos psicológicos e fisiológicos que essas interações podem ter em nossa saúde e bem-estar.

Susana Costa e Ivana Teixeira: Sobre a participação dos animais na TAA, a relação humano/não-humano pode restaurar a conexão dos humanos com a natureza?

James Serpell: Isso pode ajudar em algumas circunstâncias. Isso às vezes é chamado de “efeito do animal embaixador” (*animal ambassador effect*); a noção de que laços sociais e emocionais positivos com alguns animais individuais podem ajudar a gerar atitudes mais empáticas em relação aos animais em geral e até mesmo ao ambiente natural em que outros animais vivem. Temos evidências, por exemplo, de que pessoas que foram criadas com animais de companhia na infância tendem a desenvolver atitudes mais empáticas com os animais e a natureza quando adultos. É possível que algo semelhante aconteça no contexto da TAA.

Diretrizes para Autores

POLÍTICA EDITORIAL

A **Revista Estudos de Sociologia (RES)** possui periodicidade semestral e aceita artigos, dossiês, ensaios e resenhas inéditos nos campos da Sociologia, Política, Antropologia, ou no campo interdisciplinar das Ciências Sociais, que não estejam sendo apresentados simultaneamente em outro periódico. Ao enviar seu trabalho para a **Estudos de Sociologia**, o(s) autor(es) cede(m) automaticamente seus direitos autorais para eventual publicação do artigo.

A **RES** opera com chamadas temáticas divulgadas pelo Conselho de Redação (**CR**) em sua versão *online*, (<http://seer.fclar.unesp.br/estudos>). São realizadas de duas até três chamadas por ano simultaneamente com prazos de expiração diferenciados.

Os artigos são aceitos em português, ou em espanhol. Artigos em outros idiomas podem ser submetidos à RES para serem traduzidos em português, desde que sejam originais, ou apresentem autorização de publicação. O CR se reserva o direito de aceitar ou não a proposta para tradução, conforme o tema, a pertinência de sua publicação.

É exigida a titulação mínima de Mestre aos autores que desejem submeter artigos. Os autores que pretenderem publicar artigos com regularidade na **RES** devem aguardar três números consecutivos para tanto.

PROCESSO DE AVALIAÇÃO POR PARES

A publicação dos artigos recebidos está condicionada à aprovação dos pareceristas *ad hoc*, ou ao cumprimento de suas sugestões. São considerados: originalidade, consistência teórica, clareza na exposição e contribuição científica do artigo. O prazo solicitado aos pareceristas para a emissão de sua avaliação é de três semanas. Os nomes dos pareceristas permanecem em sigilo, assim como os nomes dos autores, que receberão os pareceres com as avaliações, sugestões, ou recusa. Os autores serão informados pelo CR da decisão final sobre os textos aceitos, ou recusados para publicação.

O artigo será aprovado ou recusado pelo **CR** desde que atenda as devidas alterações indicadas pelos pareceristas. O tempo médio entre a submissão, a emissão dos pareceres e a aprovação ou recusa final do artigo pelo Conselho de Redação varia de 3 a 6 meses a partir da data de encerramento da chamada.

Após aprovados os artigos passam por uma minuciosa revisão gramatical realizada por profissionais da área e caso necessário, os autores são consultados para esclarecimento. Isto feito, os artigos seguem para o Laboratório Editorial da FCL/Ar/UNESP que faz a revisão bibliográfica. Nesta etapa os autores são consultados para fazer correções, ou preencher lacunas das referências.

O **CR** se reserva o direito de publicar ou não trabalhos enviados à redação, no que diz respeito aos itens acima citados e à adequação ao perfil da RES, à temática de cada edição, ao conteúdo e à qualidade das contribuições.

NORMAS PARA APRESENTAÇÃO DE TEXTOS

Os textos devem ser enviados através do site da revista <<http://seer.fclar.unesp.br/estudos>>, onde são explicados todos os passos para submissão dos artigos, clicando em SUBMISSÕES ON LINE, no menu superior da página.

Formatação

Todos os trabalhos devem ser digitados em *Microsoft Word*, ou programa compatível (o arquivo deve ser salvo com a extensão “.doc”), fonte *Times New Roman*, tamanho 12 (com exceção das citações diretas com mais de três linhas e das notas de rodapé), espaço 1,5 entre linhas e parágrafos (exceto para citações diretas com mais de três linhas). As páginas devem ser configuradas no formato A4, sem numeração, com 3 cm nas margens superior e esquerda e 2 cm nas margens inferior e direita.

Dimensão

Os ARTIGOS deverão ter até 45.000 caracteres com espaços, incluindo título e resumo (com no máximo 150 palavras), palavras-chave (no máximo 5), em português e inglês, notas de rodapé e bibliografia. Os ENSAIOS deverão ter até 30.000 caracteres com espaços, incluindo título, resumo, palavras-chave, em português e inglês, notas de rodapé e bibliografia. As RESENHAS deverão ter até 15.000 caracteres com espaços, incluindo título, em português e inglês, notas de rodapé bibliografia etc. Serão aceitas resenhas de livros publicados no Brasil, há no máximo dois anos e, no exterior, no máximo há cinco anos. No rodapé incluir dados do/a autor/a (não ultrapassar três linhas): formação, instituição, cargo, email.

Organização

A organização dos trabalhos deve obedecer à seguinte sequência:

- TÍTULO (centralizado, em caixa alta); RESUMO (no máximo 150 palavras); PALAVRAS-CHAVE (até 5 palavras, uma linha abaixo do resumo), escritas no idioma do artigo); TEXTO;
- TÍTULO EM INGLÊS (centralizado, em caixa alta); ABSTRACT e KEYWORDS (versão para o inglês do Resumo e das Palavras-chave, exceto para os textos escritos em inglês.
- AGRADECIMENTOS (se houver);
- REFERÊNCIAS (apenas trabalhos citados no texto).

Recursos tipográficos

O recurso tipográfico **Negrito** deve ser utilizado para **ênfases ou destaques no texto**, enquanto o recurso *Itálico* deve ser reservado para *palavras em língua estrangeira e para títulos de obras* citados no corpo do texto. As “aspas” devem ser utilizadas **somente nas citações** de frases de outros autores extraídas de artigos, livros, ou outras fontes, conforme as regras de citações dentro do texto, descritas a seguir. Recomenda-se que o recurso **negrito seja usado com parcimônia**.

Notas de Rodapé

As notas de rodapé devem conter somente informações substantivas, utilizando-se os recursos do *Microsoft Word*, em corpo 10, **não devem ultrapassar três linhas**.

Citações dentro do texto

Nas citações diretas feitas dentro do texto, **de até três linhas**, e entre aspas, o autor deve ser citado entre parênteses pelo SOBRENOME, em maiúsculas, separado por vírgula da data de publicação e página (SILVA, 2000, p. 12). Se o nome do autor estiver citado no texto, indica-se apenas a data, entre parênteses: “Silva (2000) assinala...”. Nas citações diretas, é necessária a especificação da(s) página(s) que deverá(ão) seguir a data, separada por vírgula e precedida do número da página. com p. (SILVA, 2000, p.100). As citações de diversas obras de um mesmo autor, publicadas no mesmo ano, devem ser discriminadas por letras minúsculas após a data, sem espaçamento (SILVA, 2000a).

Quando a obra tiver dois ou três autores, todos devem ser indicados, separados por ponto e vírgula (SILVA; SOUZA; SANTOS, 2000); quando houver mais de 3 autores, indica-se o primeiro seguido de et al. (SILVA et al., 2000).

Citações destacadas do texto

As citações diretas, com mais de três linhas, deverão ser destacadas com recuo de 4 cm da margem esquerda, em corpo 11 e sem aspas (NBR 10520 da ABNT, de agosto de 2002).

REFERÊNCIAS

Todas as referências que foram citadas no texto serão indicadas de forma completa ao final do artigo, em ordem alfabética pelo sobrenome do primeiro autor, alinhadas à margem esquerda, em espaço simples e separadas entre si por espaço 1,5 cm entrelinhas. Não colocar asterisco, traço, ponto ou qualquer marca no início da referência. Exemplos:

Livros: SOBRENOME do autor, Nome. **Título da obra** (negrito): subtítulo. Número da edição (se não for a primeira). Local de Publicação: Editora, ano de publicação. [IANNI, Otávio. **Raças e classes sociais no Brasil**. São Paulo: Brasilense, 2004.]

Capítulos de livros: SOBRENOME do autor, Nome. Título do capítulo. In: SOBRENOME, Nome (Org.). **Título da obra**: subtítulo. Número da edição. Local de Publicação: Editora, Ano de publicação. Número e/ou volume, página inicial-final do capítulo. [ALEXANDER, Jeffrey C. **A Importância dos clássicos**. In: GIDDENS, Anthony; TURNER, Jonathan (Org.). **Teoria social hoje**. São Paulo: Ed. da UNESP, 1999. p.23-89.]

Artigos em periódicos: SOBRENOME do autor do artigo, Nome. Título do artigo. **Nome do periódico**, Cidade de publicação, volume, número, páginas inicial – final do artigo, ano de publicação. [ZALUAR, Alba. **Agressão física e gênero na cidade do Rio de Janeiro**. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, n.71, v.24, p.9-24, out. 2009.]

Dissertações e teses: SOBRENOME do autor, Nome. **Título da tese**: subtítulo. Ano de defesa. número de folhas. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação), Dissertação (Mestrado), Tese (Doutorado) – Instituto ou Faculdade, Nome da instituição por extenso, Cidade, Ano. [VAZ, Antonio Carlos. **Violência contra as mulheres: estudo com adolescentes no município de Guarulhos**. 2012. 262f.

Tese (Doutorado em Sociologia.) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2012.]

Artigos em jornais/revistas: SOBRENOME do autor do artigo, Nome. Título do artigo. **Nome do jornal**, Cidade de publicação, data de publicação (dia mês abreviado e ano). Caderno, páginas inicial – final do artigo, ano de publicação. [PIRES, P. A. Vidas Paralelas: reflexos nos espelhos de Sontag e Barthes. **Folha de S. Paulo**, 13 maio 2012. Ilustríssima, p. 4-5.]

Entrevistas: SOBRENOME do entrevistado, Nome. Título da entrevista. [mês abreviado e ano da entrevista]. Entrevistador: Nome do entrevistador na ordem direta. **Nome do jornal/revista**, Local de publicação, página onde aparece a entrevista, dia mês abreviado e ano da publicação. [ALENCASTRO, L. F. O observador do Brasil no Atlântico Sul. [out. 2011]. Entrevistadora: Mariluce Moura. **Revista da FAPESP**, São Paulo, p.10-17, out.2011.]

Eventos: SOBRENOME, Nome do autor. Título do trabalho apresentado. In: NOME DO EVENTO, número de ordem do evento seguido de ponto, ano da realização, Cidade. **Nome da publicação dos trabalhos**. Local da publicação: Editora, ano da publicação. [BRUSCHINI, C.; RIDENTI, S. Trabalho domiciliar: uma tarefa para toda a família. In: SIMPÓSIO DE ECONOMIA FAMILIAR, 1, 1996, Viçosa. **Anais...** Viçosa: Ed. UFV, 1996.]

Publicação on-line: SOBRENOME, Nome do autor. Título do artigo/matéria. **Nome do site**, Local da publicação, dia mês abreviado e ano da publicação. Disponível em: <endereço eletrônico completo para acesso ao artigo/matéria>. Acesso em: dia mês abreviado e ano do acesso. [TAVES, R. F. Ministério cota pagamento de 46,5 mil professores. **O Globo**, Rio de Janeiro, 19 abr. 1998. Disponível em: < <http://www.oglobo.com.br/reportagem> >. Acesso em: 19 abr. 1998]

A revista Estudos de Sociologia adota as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) <<http://www.abnt.org.br>> que devem ser consultadas caso não seja encontrado no presente modelo o exemplo necessário.

Condições para submissão

Como parte do processo de submissão, os autores são obrigados a verificar a conformidade da submissão em relação a todos os itens listados a seguir. As submissões que não estiverem de acordo com as normas serão devolvidas aos autores.

1. A contribuição é original e inédita, e não está sendo avaliada para publicação por outra revista.
2. O arquivo da submissão está em formato Microsoft Word, OpenOffice ou RTF.
3. O texto segue os padrões de estilo e requisitos bibliográficos descritos em Diretrizes para Autores, na página Sobre a Revista.
4. Em caso de submissão a uma seção com avaliação pelos pares (ex.: artigos), as instruções disponíveis em Assegurando a avaliação pelos pares cega foram seguidas.

Declaração de Direito Autoral

Os manuscritos aceitos e publicados são de propriedade da Revista Estudos de Sociologia. Os artigos publicados e as referências citadas na revista Estudos de Sociologia são de inteira responsabilidade de seus autores.

Política de Privacidade

Os direitos autorais dos textos publicados são reservados à Estudos de Sociologia. Publicações posteriores dos mesmos não são permitidas.



SOBRE O VOLUME

Revista Estudos de Sociologia, v.25 n.49

formato: 16 x 23 cm

mancha: 12,8 x 20,5 cm

tipologia: Times New Roman/11

